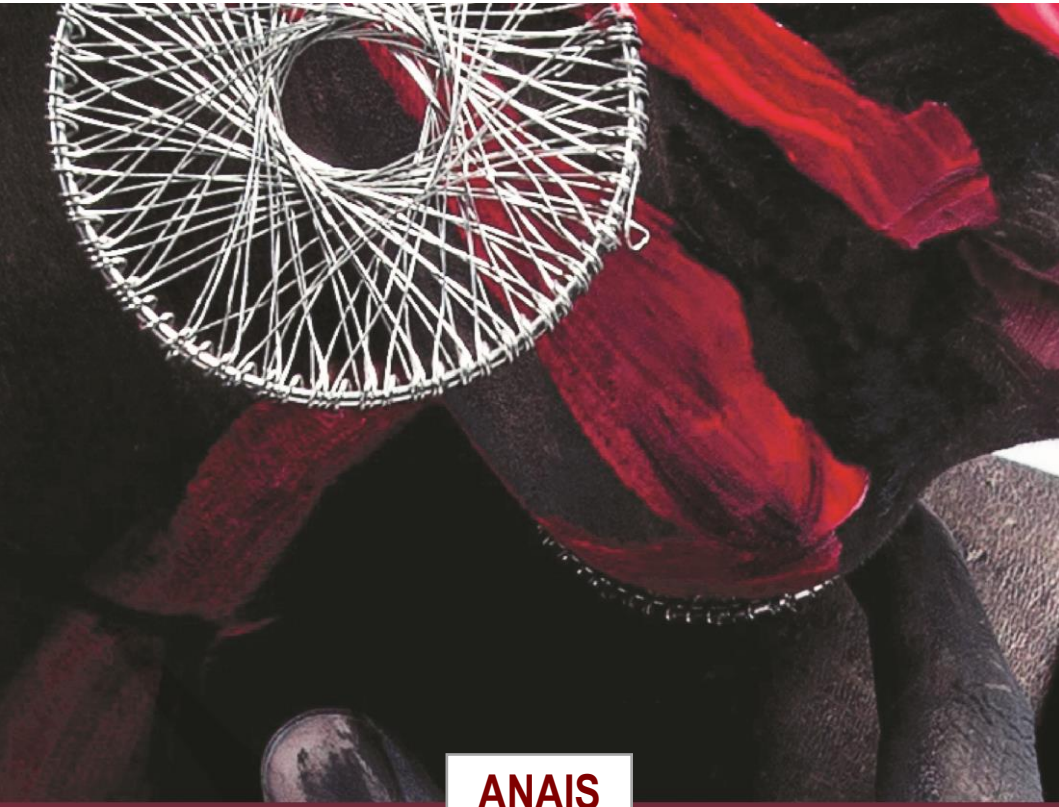


ANAIS

I SIMPÓSIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE:

DEBATENDO IDENTIDADES

Dias 18, 19 e 20 de maio de 2016

Trabalhos Apresentados

Márcia Alves da Silva

(organizadora)

ANAIS DO
I SIMPÓSIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE:
debatendo identidades

(Trabalhos apresentados)

1ª edição
São Paulo
2016

perse

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

S612a Simpósio de Gênero e Diversidade (1. : maio 2016 : Pelotas)

Anais do...: debatendo identidades : livro de trabalhos completos / 1. Simpósio de Gênero e Diversidade ; org. Márcia Alves da Silva. – São Paulo: Perse, 2016.
971p.
ISBN 978-85-464-0341-7

1.Gênero. 2.Diversidade. 3.Identidade. 4.Sexualidade, 5.Saúde. 6.Violência. 7.Raças. 8.Etnias. 9.Arte. 10.Educação. 11.Trabalho. I.Silva, Márcia Alves da. II.Título.

CDD: 305

COORDENAÇÃO DO I SIMPÓSIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE

Denise Marcos Bussoletti
Márcia Alves da Silva
Ligia Maria Ávila Chiarelli
Marilu Correa Soares
Cássia Luíse Boettcher
Lisa Martins
Renata Kabke Pinheiro
Paulo José Germany Gaiger
Ricardo Henrique Ayres Alves
Renato Duro Dias
Márcio Rodrigo Vale Caetano
Luciano Pereira dos Santos
Jenice Tasqueto de Mello
Daniele Rehling Lopes
Vanise Valiente
Adriana Lessa Cardoso
Marcus Vinicius Spolle
Georgina Helena Lima Nunes
Eliane Godinho
Joice Vieira Soares

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Márcia Alves da Silva

COMISSÃO DE APOIO

Ana Maria de Oliveira Fernandes
Ana Paula Mesquita de Azambuja
Ariel Josué Pedone de Souza
Bruna Pereira da Silva
Cátia Rosane de Paula Macedo
Fernanda Ferrari Muller
Guilherme de Souza da Silva
Julia Rocha Clasen
Katiuscia Silva Martins
Kevin Borges Garcia
Letícia Silva Moreira da Silva
Litiéli Monitiéli Wünsch Gaier
Luiza Reetz Marchese
Maiara da Rosa Rutz
Maiara Moreira Berdete
Maria Jandira Salum
Mariane Dutra Joanol
Marielle Silveira Gautério
Marina dos Santos Correia
Nicolle de Magalhães Monks Branco
Raquel de Oliveira Ivo
Rita de Cássia dos Reis Viebrants
Rogério Greque Härter
Sandra Ivana Gomes Vargas
Silvio Cesar da Silva
Suélen Lemos Silveira
Suzani Gonçalves Ribeiro Timm
Thaiane Silveira Carrasco
Thiago das Neves Lopes
Tuâni Novo da Silva
Vagner Rodrigues Baú
Vinícius C. Zientarski
Weslley de Sosa Terra

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
GT1 - GÊNERO E AS MULHERES DO CAMPO *Coordenação:* *Profa. Dra. Amanda Motta* *Instituto de Educação / FURG* *Profa. Dra. Márcia Alves da Silva* *Faculdade de Educação / UFPel*	15
GT2 - GÊNERO E SAÚDE *Coordenação:* *Profa. Dra. Marilu Correa Soares* *Dnda. Cássia Luíse Boettcher* *Núcleo de pesquisas e estudos com crianças, adolescentes, mulheres e famílias – NUPECAMF* *Faculdade de Enfermagem / UFPel*	69
GT3 - GÊNERO E VIOLÊNCIA *Coordenação:* *Profa. Ms. Lisa Martins* *Instituto de Ciências Humanas / UFPel* *Profa. Dra. Fernanda Bestetti* *Faculdade de Direito / UFPel*	111
GT4 - GÊNERO E ARTE *Coordenação:* *Prof. Dr. Paulo Gaiger – Centro de Artes/UFPel* *Profa. Dra. Renata Pinheiro – Centro de Letras/UFPel* *Ms. Ricardo Henrique Alves – Ncorpoimagem/FURG*	209

GT5 - GÊNERO E SEXUALIDADES *Coordenação:* *Prof. Dr. Renato Duro Dias* *Faculdade de Direito / FURG* *Prof. Dr. Marcio R. V. Caetano* *Instituto de Educação / FURG* *Dndo. Luciano Pereira dos Santos* *PPG em Educação / UFPel*	487
GT6 - GÊNERO E EDUCAÇÃO *Coordenação:* *Profa. Dra. Jenice Mello* *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense* *Daniele Rehling Lopes* *Mestranda em Educação / UFPel*	663
GT7 - GÊNERO E TRABALHO *Coordenação:* *Vanise Valiente* *Mestranda em Educação / UFPel* *Adriana Lessa Cardoso* *Mestre em Geografia / FURG*	821
GT8 - GÊNERO, RAÇA E ETNIA *Coordenação:* *Prof. Dr. Marcus Spolle* *Inst. de Filosofia, Sociologia e Política / UFPel* *Profa. Dra. Georgina Helena Nunes* *Faculdade de Educação / UFPel*	899

APRESENTAÇÃO

O termo identidades faz uma alusão a toda uma diversidade de movimentos sociais de lutas contra o patriarcado, assim como as diversas teorizações acerca de práticas em defesa dos direitos das mulheres e também de outras identidades sexuais e de gênero. Neste sentido, um desafio que a teoria feminista e de gênero possui é fomentar a necessária reflexão crítica sobre diversas situações de opressão, exclusão e violência, muitas vezes invisibilizadas no cotidiano social.

Sem desconsiderar os avanços alcançados na história recente, como a incorporação das mulheres no mercado de trabalho e os altos índices de mulheres tendo acesso às instituições escolares, a desigualdade de gênero segue presente nos dias atuais, sendo o resultado de processos históricos e sociais que revelam seu caráter conservador e contingente, amplamente consolidado nas estruturas sociais.

No entanto, se tem desenvolvido um amplo e fértil campo de práticas e teorias vinculadas às investigações de gênero, que tem feito o enfrentamento a essa lógica, buscando a produção de conhecimentos não sexistas e em prol de uma sociedade mais justa.

Neste sentido, consideramos que a produção de conhecimento científico que incorpore essa temática constitui um desafio para a academia e, ao mesmo tempo, uma resposta aos desafios propostos pelo movimento de mulheres e pelas diversidades sexuais.

Sendo assim, numa iniciativa do Observatório de Gênero e Diversidade e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel, o ***I Simpósio de Gênero e Diversidade: debatendo identidades***, realizado em maio de 2016 na Universidade Federal de Pelotas, RS, teve como objetivo fortalecer um espaço amplo de intercâmbio onde investigadoras/es, estudantes, ativistas, militantes e demais

profissionais, assim como a população interessada no tema, possam aproximar e fazer dialogar experiências entre si, com o intuito de fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e demais identidades sexuais e de gênero.

O evento se estruturou a partir da organização de oito Grupos de Trabalho (GTs). Cada um dos GTs teve dois momentos: uma mesa redonda composta de convidados/as que atuam em cada temática do GT e, ainda, um momento de apresentação dos trabalhos inscritos no respectivo GT e aprovados para participarem do evento.

Dessa forma, o *I Simpósio de Gênero e Diversidade* foi formado pelos seguintes Grupos de Trabalho:

GT 1: Gênero e as mulheres do campo: Este GT buscou debater o contexto histórico, social e econômico em torno das mulheres trabalhadoras rurais, mulheres do campo, da floresta e das águas, incorporando e problematizando aspectos fundamentais de seus contextos, como a luta pela terra, a violência no campo, o trabalho doméstico e rural, etc.

GT 2: Gênero e saúde: As diversas violências (muitas vezes simbólicas) contra as mulheres tem produzido um amplo debate na área da saúde, tencionando e provocando a necessidade de se pensar as demandas específicas do público feminino. No que se refere ao atendimento da saúde da mulher, se percebe que essa problemática não pode ser vista desconectada de outras áreas, como a educação, as políticas públicas, os movimentos sociais, o mercado de trabalho, entre outras. Dessa forma, este GT apresentou pesquisas e/ou experiências de trabalho inovadoras que, de forma interdisciplinar, procuram aproximar gênero com as práticas e teorias da área de saúde.

GT 3: Gênero e violência: As violências contra as mulheres tem adquirido visibilidade graças a ação dos movimentos feministas, e através do acompanhamento das mulheres em situação de violência, na construção de estratégias de abordagem integral para os casos, assim como também na definição de políticas públicas preventivas. Consideramos que a complexidade das violências exige novos questionamentos e problematizações das categorias teóricas e, fundamentalmente, das ações políticas de resistência frente ao

impacto das mesmas. Este GT debateu trabalhos que apresentaram investigações atuais, desafios teórico-metodológicos e, ainda, análises de instâncias de atenção a mulheres em situação de violência.

GT 4: Gênero e arte: Este GT buscou fazer dialogar a temática de gênero, aliada as mais diversas manifestações artísticas, como a pintura, a escultura, o teatro, a dança, a literatura, entre outras, possibilitando o aprofundamento do debate de gênero no mundo da arte. Dessa forma, apresentou trabalhos que abordaram esse tema em pesquisas e/ou relatos de experiências, procurando contribuir para a utilização da arte como forma de empoderamento das mulheres.

GT 5: Gênero e sexualidades: Contemporaneamente, as questões de gênero e de sexualidade têm sido centrais em diversas pesquisas, especialmente, nas ciências sociais e humanas. Reconhecemos que estes estudos geralmente apresentam elementos importantes para o descortinar de inovadoras leituras sobre o debate. Por isso, é fundamental que se propicie métodos e abordagens capazes de transpor os desafios da epistemologia tradicional. Neste sentido, este GT pretendeu investigar as temáticas sobre gêneros e sexualidades, produzindo um espaço de reflexão baseado em narrativas, imagens, políticas públicas e outras possibilidades, com o objetivo de problematizar as múltiplas concepções e visões de mundo que produzem e constroem econômica, cultural e socialmente as variações sobre os gêneros e as sexualidades.

GT 6: Gênero e educação: A recente polêmica da incorporação ou não da temática de gênero nas escolas brasileiras, aliada à incorporação da temática no último ENEM, traz à tona o longo caminho ainda a ser trilhado para que as instituições escolares assumam efetivamente o compromisso de combater em suas práticas as desigualdades de gênero, compreendendo a escola como um espaço fundamental de construção das identidades, de aprendizagens e de construção e incorporação de cultura. Assim, apresentamos trabalhos que narraram experiências socioeducativas, levadas à cabo em espaços escolares e/ou não escolares, que tenham por objetivo instalar temáticas relacionadas

com a desigualdade de gênero, na interseccionalidade de classe, gênero, idade, etnicidade, entre outras.

GT 7: Gênero e trabalho: A incorporação da perspectiva de gênero aos estudos do trabalho permite revisar a concepção patriarcal que compreende o trabalho humano vinculado ao emprego remunerado. Desnaturalizar a concepção produtivista mostra a existência de uma divisão sexual do trabalho tradicional que é retroalimentada através das segmentações discriminatórias no mercado de trabalho. A valorização do trabalho das mulheres exige seguir incorporando no debate categorias analíticas e metodológicas que, como o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado, a carga global de trabalho, os usos do tempo, entre outras, favorecem a busca de estratégias de construção de uma outra compreensão sobre o trabalho humano. Este GT priorizou trabalhos que apresentaram pesquisas e reflexões teóricas e metodológicas sobre o tema.

GT 8: Gênero, raça e etnia: O racismo, o sexismo e o etnocentrismo são os principais fatores de desigualdades que afetam milhões de mulheres em todo o país. A perversa combinação produz acessos diferenciados entre as mulheres em geral, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia na sociedade brasileira. As estatísticas demonstram, por exemplo, que mulheres negras e indígenas são maioria nas áreas de extrema pobreza no país e apresentam as piores condições de vida. Sob o impacto da negação cultural, enfrentam os danos emocionais gerados pela violenta discriminação cotidiana de gênero, raça e etnia na sociedade, incluindo a violência doméstica. Além disso, vivem com os piores salários, seja qual for a sua ocupação no mercado de trabalho, e estão na base da sub-representação feminina na mídia e nos espaços de poder. Dessa forma, o debate em torno das questões de gênero e etnia cada vez mais tem apresentado proximidades e diálogos, que consideramos possíveis e necessários. Este GT apresentou pesquisas e/ou reflexões teóricas e metodológicas sobre o tema.

É com muita alegria e agradecendo a cada colaboração dos apresentadoras/es autoras/es, que finalizamos os Anais do I Simpósio de Gênero e Diversidade. Essa produção só foi viável em

função da participação de cada autor/a, que cede sua produção para esta publicação. Encerro com a certeza que essa construção só foi possível com a participação e colaboração de todos/as os/as envolvidos/as.

Márcia Alves da Silva
[Organizadora]
Julho de 2016

GT 1 - GÊNERO E AS MULHERES DO CAMPO

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO DE MULHERES CAMPONESAS ASSENTADAS

Carla Negretto[1]
Márcia Alves da Silva[2]

Introdução

Este texto se refere a um estudo que temos encaminhado por meio de um projeto ligado ao Observatório de Gênero da Universidade Federal de Pelotas UFPel denominado "Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)" que acontece com três grupos de mulheres assentadas da Reforma Agraria, localizados na área rural da cidade de Pinheiro Machado/RS, que são: Assentamento Campo Bonito, Assentamento Pinheiro Machado e Assentamento Alegrias, totalizando 28 participantes. Temos como objetivo oferecer oficinas de artesanatos populares auxiliando no processo de empoderamento e emancipação financeira das participantes, já que muitas delas não possuem renda própria, mesmo trabalhando ativamente na lida do campo lado a lado com seus companheiros.

As oficinas são realizadas geralmente nas sedes dos Assentamentos ou em residências das participantes. Nesse ambiente de aprendizagem e produção em artesanato aproveitamos para abordar assuntos vinculados à temática de gênero, como o papel da mulher no mundo do trabalho, a importância do movimento social MST na comunidade, discriminações de gênero, maternidade e conjugalidade, entre outros temas de interesse dos grupos. É nesse contexto que o

[1] Discente do curso de Pedagogia e bolsista de extensão do projeto Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)–UFPel.

[2] Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFPel.

projeto se constitui num espaço de formação e construção de conhecimento sobre feminismo.

Figura 1: Artesanato produzido pelo grupo de mulheres do Assentamento Alegrias. (Acervo do projeto, 2016)

Sobre o cotidiano da mulher camponesa assentada

A lida das mulheres camponesas no assentamento começa cedo, tem que arrumar os filhos para irem a escola, muitas vezes antes do clarear do dia, preparar o café da manhã, e ir para as lidas diárias do campo, como tirar o leite das vacas, cuidar dos animais do quintal, aves e suínos, isso já pensando no almoço onde precisa preparar o alimento pata toda a família. Isso tudo independente de como amanheça o dia: com sol, chuva, geada, calor ou frio.

Tem que fazer o planejamento da sua vida e também de toda sua família, conforme as condições do local onde vivem. Vai na área urbana da cidade, muitas vezes de ônibus, que passa uma vez por semana na localidade onde vivem; neste dia vai fazer as compras do mês, pagar algumas contas, vender alguns produtos como queijos e pães, sendo necessário se relacionar com os vizinhos e com o povo da cidade.

Figura 2: Grupo de Mulheres do Assentamento Campo Bonito, participantes do Projeto. (Acervo do projeto 2016).

Metodologia

A metodologia adotada utiliza a observação participante, entrevistas individuais, tendo como fio condutor a metodologia das histórias de vida. Para a percepção dos processos formadores nos embasamos na obra de Paulo Freire, compreendendo que o aprendizado é algo dinâmico e construído coletivamente, respeitando os saberes individuais de cada um. É por isso que a escolha das técnicas a serem trabalhadas nas oficinas, são escolhidas coletivamente pelas próprias participantes. Para os estudos de gênero e o trabalho feminino fizemos uso da obra de Kergoat e Hirata (KERGOAT, 2003; HIRATA & KERGOAT, 2007), enquanto no referencial das histórias de vida utilizamos como referências importantes Ferrarotti (2014) e Josso (2004), buscando dar conta das narrativas das envolvidas.

Através da fala, da problematizarão e do exercício de contar suas histórias de vida, pessoas conseguem refazer e reviver suas próprias histórias e assim transforme a cultura do silencio para passarem a ler o mundo em que vivem, para assim poder transformar sua própria realidade (CASTRO, 2010, p. 6), compreendendo que:

> O homem (sic) não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar... Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; [...] Isto é verdade se refere às forças da natureza [...] isto também é assim nas forças sociais [...] A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer (FREIRE, 1977, p.48).

Por meio das narrativas que trazem à tona as histórias de vidas, nosso objetivo é possibilitar um resgate da própria memória, de modo que essas mulheres ressignifiquem suas trajetórias apropriando-se de sua própria biografia, buscando transformá-la.

Consideramos que, por meio desse conjunto metodológico, acrescentaremos no nosso processo de aquisição de conhecimento um olhar mais amplo sobre o pensar e agir da mulher camponesa e como o seu agir e pensar contribui e modifica a sociedade em que está inserida.

Algumas Considerações

Analisar a construção da valorização do artesanato como trabalho feminino e não como algo menor permite avaliar o nível de emancipação destas mulheres e a participação delas na gerencia econômica pessoal. Ainda que no cotidiano o homem tenha voz mais ativa nas tomadas de decisões, é possível notar depois da chegada do projeto uma mudança significativa de comportamento.

Estamos observando, algumas mulheres integrantes do projeto participando de reuniões, fazendo planos coletivos e pessoais e falando como porta voz da família, fato que não se via, no início da atuação do projeto. As pesquisas que revelam transformações no meio rural podem indicar transformações nas políticas de Reforma Agraria, o que nos leva a reconhecer os

reflexos das políticas de ações afirmativas que vem contribuir para uma mudança das relações entre os sujeitos.

A valorização e visibilidade do trabalho feminino é uma luta que está sendo travada, mas que ainda é longa, pois o trabalho da mulher é invisibilizado e desvalorizado quando se trata do trabalho doméstico e artesanal, (CASTRO, 2010, p. 6).

Pesquisar questões de gênero no meio rural, sobretudo no contexto do cotidiano da mulher da reforma agrária, possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque socioeconômico, mas também nas relações estabelecidas no dia a dia destes assentamentos que, além de moldarem as vidas existentes no local, também repercutem na esfera pública.

Referências

CASTRO, Amanda Mota Angelo, Técnica e Arte: Trabalho artesanal produzido por mulheres e sua (in)visibilidade social. VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, 2010, pg. 06. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E14_T%C3%A9cnica_e_Arte.pdf

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. A mensagem de Paulo Freire: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP. São Paulo: Nova Crítica, 1977.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de Vida e Formação*. São Paulo: Cortez Editora,

TRABALHO RURAL E A MULHER: ONDE ELA SE ENCAIXA?

Carolina Flores Gusmão[1]
Thais Campos Olea[2]
Reysla Conceição Rabelo de Oliveira[3]

Apresentação

O presente trabalho tem por objetivo retratar o papel da mulher no trabalho rural, utilizando-se da metodologia bibliográfica como meio de pesquisa. As mulheres sempre estiveram inseridas no campo, seja na época em que o Brasil tinha sua concentração de produtividade neste meio, seja atualmente, com o enfoque dado para o âmbito urbano, o que gerou um grande êxodo rural no período de industrialização do país.

Estas mulheres trabalharam nas cozinhas, limpeza e horta das fazendas de seus patrões, enquanto o foco era a exploração da terra para o desenvolvimento do país. Após esse período, passaram a auxiliar suas famílias na reprodução da vida no campo enquanto seus companheiros eram empregados e caseiros de terras de seu empregador. Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de mostrar o papel que a mulher exercia e ainda exerce enquanto trabalhadora do meio rural, expondo a precarização pela qual sofre este meio, o trabalho informal que ainda impera e a desvalorização do trabalho da mulher em relação ao trabalho do homem inserido no mesmo contexto.

É necessário que se valorize mais o trabalho rural, equiparando-se o salário da mulher ao do homem, formalizando os

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail *fg.carolina@hotmail.com*.
[2] Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail *thaisolea@hotmail.com*.
[3] Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail *reysla.oliveira@hotmail.com*.

empregos nesse contexto, e, principalmente, dando maior acesso a terra a famílias que sempre reproduziram sua vida nesse meio.

Introdução

Inicialmente, é importante explanar o recorte feito neste trabalho. Analisar a figura da mulher inserida em um contexto tem sido essencial para perceber quais as peculiaridades que a envolve e que a difere do homem inserido no mesmo contexto. A luta por direito das mulheres já alcançou mudanças bastante relevantes para a diminuição da opressão sentida nos mais diversos setores da vida, porém muito ainda se tem a avançar.

Tratar do trabalho no contexto do campo já é tratar de famílias que estão afastadas do centro onde tudo acontece, é tratar de pessoas esquecidas, que a lei e a fiscalização não alcançam. Tratar da mulher que exerce trabalho rural é, portanto, tratar do que pode haver de mais vulnerável nessa relação. A mulher, esposa do empregado da fazenda, mãe das crianças que estudam na escola rural, exerce trabalho o qual, muitas vezes, nem mesmo é assalariado, já que seu marido é o contratado. Essa mulher não é, nem mesmo, empregada formal que possa ter algum direito ou garantia.

Não obstante, existem as mulheres que são trabalhadoras formais do campo, expostas ao sol, à chuva, suscetíveis a problemas de saúde, que são obrigadas, pela necessidade do emprego, a não passarem tanto tempo com suas filhas e seus filhos, os quais, inclusive, muitas vezes ajudam na labuta.

Essas mulheres, cansadas de sua situação, revoltam-se e empreendem lutas por melhores condições de vida para elas e para suas famílias. Reconhecer-se enquanto feminista é, primeiro de tudo, ter consciência da opressão sofrida e não mais aceitá-la. Ainda que a maioria dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais não se intitule feminista, a luta é pelo fim da desigualdade de gênero.

O Direito pouco se aprofunda acerca do trabalho rural, voltando-se quase que somente para o trabalho desenvolvido no meio urbano e industrial. O estudo das especificidades desse

trabalho desenvolvido e, mais que isso, das mulheres inseridas neste contexto, é, portanto, extremamente necessário na busca de avanços por direitos e garantias.

Nesse sentido, apesar de uma inserção da mulher no mundo do trabalho, Sheila Stolz (2013), trazendo o relatório *Tendências Globais do Emprego para as Mulheres* elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, destaca que as mulheres ainda estão sujeitas a taxas de desemprego maiores que as dos homens, sofrendo, ainda, com a segregação setorial e profissional. Assim é possível analisar que a entrada da mulher no mercado de trabalho se deu justamente quando havia uma necessidade pelo sistema capitalista de mais mão de obra, e, se essa mão de obra for mais barata que a do trabalhador já inserido, melhor ainda para a reprodução desse sistema.

Após a inserção da mulher no mundo do trabalho caracterizar-se como mais concisa e com a exploração a níveis inaceitáveis, em meio a lutas de mulheres por igualdade e equiparação, é que alguns direitos são concedidos como forme de mitigar o problema.

Cabe salientar, contudo, que não se tem aqui a ideia de que o Direito tenha o poder de por fim a essa opressão ou mudar a realidade da vida destas pessoas, já que esta ciência, como um fim em si mesma, não atinge os objetivos sociais, muito por ser um ramo de estudo desenvolvido por homens médios que perpetram a lógica de seus privilégios.

I. Breve análise histórica

A problemática do trabalho rural tem suas raízes mais profundas na nossa sociedade, remontando à época de "colonização" (ou exploração) pela qual nosso país foi envolvido. A ideia de escravizar povos originários e população negra, mantendo latifúndios nas mãos de amigos da coroa, utilizando a monocultura como principal forma de produção rural, foi o pontapé inicial para o que se vê atualmente em termos de distribuição da terra e agroindustrialização.

Contudo, é importante salientar, como bem faz João Pedro

Stedile (2011), que a bibliografia agrária brasileira é bastante recente e não se deu pelo desenvolvimento da ciência das universidades ou academias, mas sim pela necessidade política e sociológica de questões políticas envolvidas. Nesse sentido, se o estudo da história rural do homem é bastante recente, a história da mulher inserida nesse mesmo meio é ainda mais subalternizada, contada a partir de poucas mulheres que se destacaram nas lutas por seus direitos.

Tereza Almeida Cruz (2010) afirma que, da história da organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, quase não há registro, não porque estas mulheres não fizessem parte dos movimentos – e faziam, como a autora destaca, as mulheres estiveram presentes em todas as lutas por justiça, desde os tempos mais remotos –, mas porque sua participação não carregou a importância que a participação de homens no mesmo contexto.

Da análise do contexto histórico de colonização pela qual nosso país passou, Stedile traz dados de que, em meados do século 19, o Brasil exportava mais de 80% de tudo que era produzido no território. O colonizador, ainda, escolheu o estilo da *plantation* para explorar a terra, ou seja, com produção em grandes fazendas da monocultura para o fim de exportação utilizando-se de mão de obra escrava.

O autor lembra que, como a propriedade era exclusiva da Coroa, ainda não se podia falar em capitalismo, porém, para que capitalistas investissem na produção de bens para exportação, foi criada a "concessão de uso" da terra com direito à herança, de modo que a exploração pudesse ser perpetrada. Ocorre que a concessão de uso não lhes dava o direito de alienação ou aquisição de outras terras, não caracterizando a propriedade privada.

Com pressões exteriores para o fim da escravidão, antes da abolição da escravatura, porém, cria-se a Lei de Terras. Conforme Stedile,

> Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um em da natureza e,

> portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. (...) Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. (...) Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa. (p.22-23, 2011)

Ao serem libertos e libertas, aquelas e aqueles que tinham sua força de trabalho escravizada, e que somente haviam experimentado o trabalho no campo, jamais conseguiriam reproduzir sua vida sendo pequenos e pequenas proprietárias de terras, já que não possuíam bens para adquirir a terra. Cria-se então a exclusão desta camada da população, que, impedida pela nova lei de ter a posse de terras para subsistir, migra, ao ser liberta, para as zonas mais precárias e à margem da sociedade.

Com o século 20 e a crise do modelo agroexportador, surge, também, uma crise política e institucional, alterando os modelos de produção até então conhecidos e instalados no país. A industrialização por que passou o Brasil interferiu na produção rural, principalmente com suas promessas de melhoria de vida com novos empregos e melhores salários.

Nesse contexto de uma história já pouco estudada por não ter relevância para o sistema produtivo vigente, a mulher por trás dela fica ainda mais oculta, sem voz e sem expressão, restando-a apenas a vontade de mudança por melhores condições de vida para sua família.

Porém, como já dito, essa subalternização da história de luta das mulheres não se deu por não ter existido, mas sim por não ter sido relevante para a sociedade patriarcal. Tereza (2010) afirma que, o que se tem registrado desta luta veio a partir do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, que aconteceu em 1986, em Barueri/SP.

Em igual sentido, Elisabete Maniglia (2000) expressa que somente através da Constituição Federal de 1988 é que a trabalhadora e o trabalhador rural obtiveram igualdade jurídica em relação à trabalhadora e ao trabalhador urbano. Esse

reconhecimento formal, à época, foi bastante significativo, porém muito ainda resta a avançar, já que pouco se vê de abordagens sobre a temática, esquecendo-se que o trabalho rural é base da sociedade na qual todas e todos estão inseridos.

A autora, porém, em sua tese de doutorado (2000), traz elementos caracterizadores muito importantes das mulheres inseridas no contexto da terra, principalmente nos movimentos sociais ligados ao campo, que produziram importantes líderes, como Elisabete Teixeira, da Liga dos Camponeses, Margarida Alves, presidente do sindicato de Alagoa Grande na Paraíba (assassinada em 1983) e Maria Oneide Lima, líder dos posseiros, em São Geraldo, na região do Araguaia.

> No Rio Grande do Sul, em outubro de 1985, 10 mil mulheres realizavam o I Congresso da Trabalhadora Rural em Porto Alegre, e saíam em passeata pela cidade. (...) Em 1995, foi criada a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, com participação de 22 entidades e 18 estados. (...) essas mulheres sofrem as consequências da concentração da propriedade da terra, da falta de políticas agrícolas e de um sistema de saúde eficiente, para atender suas famílias. (p. 124-125, 2000)

O alcance de direitos se deu de forma tão tardia que, em 1992, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, como Tereza mostra, estava lutando pela garantia de direitos previdenciários, de forma que a aposentadoria se desse aos 55 anos para as mulheres e aos 60 para os homens, além do salário-maternidade.

> Houve uma mobilização nacional em março com a participação de 18 Estados, contando com aproximadamente 1.800 mulheres trabalhadoras rurais na luta pela regulamentação dos direitos previdenciários. Chegou-se à grande conquista da regulamentação da aposentadoria que resultou no início dos pagamentos, por parte do INSS, às trabalhadoras e trabalhadores rurais. (p. 40, 2010)

Veja-se, a conquista de direitos para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais ainda é muito recente, não há no Brasil uma cultura de proteção a direitos fundamentais de populações que não estejam no centro das cidades, sejam estas pessoas trabalhadoras rurais, seja a camada mais vulnerável e precária da população que reside às margens. Essas pessoas, por não serem inseridas em empregos formais, acabam encaixando-se em trabalhos informais, sem garantias e proteção que a legislação, depois de tanto esforço e luta, passou a conferir.

II. A luta por melhores condições de vida

A precarização do trabalho no Brasil, de forma geral, sempre esteve em pauta, mas por se experimentar um momento de crise econômica, a instabilidade laboral acompanha os cortes de direitos trabalhistas e o crescimento dos trabalhos informais. No âmbito rural, porém, Célia Regina Vendramini (2007), doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, afirma que observando que as fronteiras entre o rural e o urbano estão cada vez mais dissipadas, tendo em vista a penetração do capitalismo no campo e a transformação das relações sociais, a submissão direta ou indireta ao capital, a transformação do latifúndio em capital latifundiário, o avanço das agroindústrias e da integração dos pequenos produtores rurais, a produção para o mercado nacional e internacional, a utilização da terra como reserva de valor e, especialmente, a imposição do assalariamento na sua forma mais perversa de exploração: trabalho temporário, 'diarista', sem carteira assinada e sem direitos e garantias.

Como se não bastasse, o Direito, enquanto ciência, pouco se aprofunda nesse debate – o que se dá pela falta de interesse do sistema econômico vigente, como já explanado anteriormente –, sendo mais que necessário buscar bases teóricas em outras ciências, como a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia.

Os direitos e garantias conferidos às trabalhadoras e aos trabalhadores foram conquistados com muitas lutas e pressões de movimentos sociais, porém, ao passo em que se tem grande

dificuldade no alcance desses direitos básicos, eles são os primeiros a serem retirados quando não mais interessantes para a manutenção do sistema.

Maniglia destaca com exatidão que "o legislador brasileiro não se aprofundou no âmago da realidade dos fatos sociais, sobrevindos com o progresso econômico" (p.115, 2000). O sistema capitalista, cada vez mais latente e posto em pauta, muito se beneficiou da lentidão do legislador, já que, até que houvesse regulamentação do trabalho rural, a exploração foi dada sem qualquer parâmetro mínimo a ser observado e o trabalhador e a trabalhadora deste meio não receberam direitos e garantias, resultando em uma simplicidade, como caracteriza a autora, desta relação de emprego.

Desta forma, essas mulheres passam a empenhar força nos movimentos sociais por viverem em situação extremamente precarizada, vendo seus companheiros e filhos também padecerem de tanto trabalho, sem qualquer perspectiva de melhora na condição de vida da família. O vislumbre de uma possível reforma agrária faz nascer a vontade de mudança e o despertar para lutar por isso.

Obviamente que essas lutas organizadas não nascem dissociadas da sua dinâmica familiar, em que as mulheres precisam, primeiramente, conquistar espaço junto a seus maridos e filhos, para poderem participar politicamente dos movimentos. E não é um fim em si. Continua a luta nas entidades para que se tenha respeito e reconhecimento.

Maniglia (2000), citando Maria Conceição D'Incao, confirma a importância do papel feminino na luta e na organização do lar, assumindo a dupla jornada de trabalho e não conseguindo dividir com o marido as tarefas domésticas, principalmente porque no meio rural a divisão sexual do trabalho e a caracterização de algumas tarefas como *trabalho da mulher* são latentes. Ainda que a mulher conquiste seu espaço na política, caso não cumpra as tarefas domésticas simultaneamente, seu marido a desqualifica por abandono da família.

> As tarefas domésticas, somadas ao fato de que o dinheiro da produção fica, na maioria dos casos, nas mãos dos maridos, criam dificuldades para as mulheres se organizarem e terem a real autonomia. Destarte, é o sentimento de que as lutas do gênero e da classe não podem, ainda, andar separadas. (p. 126-127, 2000)

Em igual sentido, Tereza (2010) destaca que o trabalho da mulher nos seringais, apesar de ser idêntico àquele exercido pelo homem, ainda é cumulado com as tarefas domésticas que esta deve desempenhar, deixando evidente a dupla (ou tripla) jornada de trabalho que a mulher exerce, sem que tenha nenhum reconhecimento ou valor adicional, porquanto o trabalho no lar não é visto enquanto trabalho por não gerar renda.

Não obstante, o pouco reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural e chefe de família que se tem atualmente, vem graças às lutas sociais que estas mulheres travaram, porém não vem desacompanhado, o sistema capitalista se apropria dessa conquista para mais explorá-la. Isto fica bastante evidente quando a autora traz casos concretos de mulheres trabalhadoras da safra da cana, ponderando, ainda, os problemas que essas mulheres enfrentam no cotidiano da jornada de trabalho.

Na região de Ribeirão Preto, o maior centro produtivo de açúcar e álcool do mundo, uma mulher, Maria Aparecida da Luz, 43 anos, destaca-se entre os 40 mil trabalhadores recrutados para a safra da cana. É campeã de corte. Cada trabalhador colhe de 9 a 10 toneladas ao dia, enquanto sua média diária é de 16 a 17 toneladas. Recebendo um salário de R$ 600,00 ao mês, Maria é cumpridora fiel da dupla jornada; muito embora seja atuante junto ao sindicato, não deixou de lavar, passar, cozinhar e cortar cana, para sustentar a família, que leva todo o seu salário.

No mesmo canavial, há outra mulher, no esplendor de sua mocidade, que recebe o título de "princesa do canavial". Muito embora seu sonho seja ser jogadora de voleibol, caiu no corte de cana, por falta de opção de trabalho, mas com galhardia e coragem. Eliana enfrenta a dureza do trabalho em nome da sobrevivência e, assim, vai perdendo sua beleza, sua juventude e seus sonhos.

> Todavia, muitas mulheres não têm a mesma sorte de suas companheiras, queixando-se, principalmente, do preconceito no trabalho. Alegam que os patrões não querem pegar mulheres para a lida no campo, sob a alegação da gravidez, filhos e que elas são fracas para o trabalho. Lamentam, inclusive, da obrigatoriedade do teste de gravidez e o fato de terem que se submeter ao exame de esterilidade. (p. 128-129, 2000)

Ou seja, o sistema capitalista encaixa a mulher no mercado de trabalho quando convém a sua necessidade, utilizando-a como mão de obra precarizada, mais barata e de maior exploração que a do homem em igual condição. Na lição de Maria Olinda Noronha (1986), importa para a relação capitalista de trabalho que haja um trabalhador disponível para servir conforme suas necessidades, desta forma, não é diferente do que acontece com a mulher.

> (...) é contratada, quando o capital precisa de sua força de trabalho, e sumariamente dispensada, quando não precisa mais dela, com o agravante de não serem respeitados os direitos que o contrato de trabalho diz que ela tem. (p. 189)

A opressão por que as trabalhadoras rurais passam não difere, no todo, daquela experimentada pela trabalhadora urbana, já que ambas possuem as mesmas características de sexo feminino, deixam de ser contratadas por terem filhas e filhos que tomam seu tempo, são preteridas aos homens por engravidarem e receberem licença maternidade, sofrem violência psicológica, assédio moral e sexual.

O desafio da inclusão da mulher nos movimentos sociais, não só rurais, mas de modo geral, é, portanto, bastante complexo. Se já enfrentam dificuldade para, além das tarefas domésticas, serem incluídas em trabalho formal, incluir-se em movimentos sociais e política é uma tarefa ainda mais árdua. Com o pouco tempo que possuem do que lhes resta entre o trabalho fora de casa e o trabalho dentro de casa, muitas vezes a decisão de optar por travar lutas por melhores condições de vida implica em passar menos tempo com a família, não verem suas filhas e filhos após

voltarem das escolas (quando estudam), chegarem a suas residências após a família já estar dormindo.

Nenhuma mulher terá dificuldade para colocar-se no lugar dessas trabalhadoras em movimento e sentirem suas angústias. Porém, é necessário que a família se coloque no lugar da mulher, que se coloque em movimento ao lado dela, da mesma forma como ela se coloca ao lado na luta por uma saúde e educação de qualidade para sua família, por acesso à terra, por um salário digno com direitos e garantias fundamentais.

Conclusão

As mulheres trabalhadoras rurais já se colocaram em luta, já estão se inserindo nos movimentos sociais, já estão ganhando espaço para suas reivindicações. Os direitos previdenciários foram dados.

Apesar dos pequenos avanços que se tem alcançado através das lutas e movimentos sociais, muito ainda falta para que se tenha uma real igualdade entre homens e mulheres inseridos e inseridas em um mesmo contexto. As mulheres continuam a receber menos que os homens e ainda são as donas de casa, exercendo dupla ou tripla jornada de trabalho, fazendo o papel de trabalhadoras, mães, companheiras e donas do lar.

Por diversas vezes parece que já se chegou ao limite de evolução e que a sociedade capitalista está dada, não será superada, de modo que as lutas deverão adequar-se dentro do que é possível nesse sistema. Mas não é assim que deve funcionar para que os privilégios sejam desconstruídos e a igualdade de gênero seja atingida.

O reconhecimento enquanto ser oprimido é o primeiro passo, e, aliado à organização em movimentos sociais de luta por melhores condições de vida, tem o condão necessário para que mudanças de vida e saltos de qualidade ocorram cada vez com mais intensidade e maior frequência.

Não fossem os movimentos sociais, não haveria que se falar em posse de terras ou em direitos trabalhistas sejam urbanos ou rurais. Em muito o Direito alterou-se para abarcar essa nova

realidade social que passou a existir. Nas palavras de Maniglia (2000),

> O Direito como ciência social deve agir como meio de controle nessa esfera do trabalho, não só por ser este um de seus objetos de estudo e proteção, como também pelos fatores decorrentes da busca de cidadania plena consagrada na nossa Carta Magna. Mas não é só, existe ainda preocupações outras derivadas da inexistência de trabalho, que recaem em situações de violência, má condição de vida ambiental, problema de ordem econômica e política geradas por desemprego que são da realidade jurídica. (p. 204)

A autora explica que na esfera rural essa situação se dá da mesma forma, destacando para o fato de que, para que esta trabalhadora e este trabalhador tenham uma garantia mais fidedigna com sua realidade, é necessário que o Direito Agrário trabalhe junto com o Direito do Trabalho.

A interdisciplinaridade, neste caso, é medida necessária para uma justiça social, já que as dificuldades experimentadas na realidade do trabalho no campo são particulares àquelas perceptíveis no ambiente urbano de trabalho. Desta forma, uma divisão mais igualitária da terra implica na diminuição de diversos problemas enfrentados na relação de emprego rural, o que só pode ser observado, além da disciplina laboral do Direito, na disciplina que estuda as questões relativamente ao campo.

Nesse contexto, a mulher trabalhadora rural é sujeito de direitos.

Claro que, como já explanado, não se tem a pretensão de que o Direito seja o solucionador desta celeuma, nem mesmo se afirma aqui que esta ciência possa ter esta capacidade, ela somente não pode ser omissa aos problemas enfrentados pelos bens que tutela, não se envolvendo, como foi o caso do legislador omisso durante tantos anos sem uma regulamentação do trabalho rural, ou não resolvendo tais questões, como pode ser o caso do judiciário falho e despreparado, longe da realidade em que essa população se encontra.

Por fim, destaca-se para o fato de que apenas a mobilização organizada tem o condão de gerar mudanças significativas na vida das pessoas, isso tem se provado cada vez mais na questão das mulheres que buscam igualdade de gênero, com avanços bastante notórios, tomando espaços que antes eram tidos como masculinos e demonstrando que a sociedade patriarcal não pode mais permanecer existindo. Unidas podemos mais.

Referências bibliográficas

CRUZ, Tereza Almeida. *Mulheres trabalhadoras rurais em movimento: uma história de resistência.* Vales do Acre e Médio Purus, 1988 – 1998. Rio Branco: EDUCAF. 2010.

MANIGLIA, Elisabete. *O Trabalho Rural sob a Ótica do Direito Agrário: uma opção ao desemprego no Brasil.* 2000. 239 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2000.

NORONHA, Olinda Maria. *De Camponesa a "Madame":* Trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Edições Loyola. 1986.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: O* debate tradicional: 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-31.

STOLZ, Sheila. Relações de Trabalho e Gênero: Discriminação no mercado de trabalho. *Caderno em Educação em e para os Direitos Humanos:* Diversidades nos Direitos Humanos. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 57-61.

VENDRAMINI, C. R. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sindicais do campo. *Cadernos CEDES*, v. 27, p. 121-135, 2007.

AS NOIVAS DE PRETO: SUBMISSÃO E VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR MULHERES POMERANAS

Ana Paula Franken Izé[1]
Graziela Rinaldi Rosa[2]

Introdução

Nesse trabalho iremos falar sobre as noivas de preto. Trata-se de um resgate histórico, pensado na perspectiva da crítica feminista a fim de se contar uma história ainda pouco pensada e estudada acerca da cultura pomerana. A exploração sexual, e o abuso sexual de mulheres e meninas é milenar, e como as "noivas de preto", é uma questão silenciada. Muitas mulheres desde o Oriente serviram como uma espécie de prêmio, quando o herói da comunidade tinha o direito de ter relações sexuais com as jovens virgens. Trata-se de uma cultura patriarcal e milenar. No Sul do Brasil fala-se de "noivas de preto", quando se refere as mulheres que tinham que ter a primeira noite de núpcias com o dono das terras onde seu noivo trabalhava. Sabe-se que se os noivos fugissem, negando assim o direito do senhor feudal ter a primeira noite com a noiva, e os mesmos fossem pegos, eles seriam mortos e além disso seus pais perderiam o direito de viver na comunidade (modelo feudal e escravocrata), o que era impensável, já que eles nascia no feudo, cresciam no feudo e morriam no feudo, e se por acaso o senhor feudal vendesse as terras do feudo ele vendia terras, as plantações, o gado e juntamente o vassalo.

[1] Estudante do curso Licenciatura em Educação do Campo/FURG. Professora de educação Infantil. Integrante do Coletivo Feminista *Dandaras*/FURG

[2] Professora adjunta do Instituto de Educação/FURG. Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia e Geografia. Especialista em metodologia do Ensino. Mestra e Doutora em Educação (UNISINOS-RS). Coordenadora dos Coletivos: Feminista *Dandaras*; Coletivo Pomerano e NEABI/FURG. Possui pesquisas e publicações sobre feminismos e relações de gênero.

Na verdade eles eram escravos/as do feudo. Assim, queremos problematizar sobre as noivas de preto. Nos interessa pensar como e se transgrediam essas mulheres? Tivemos noivas que fugiram? Como se dava essa imposição? Seriam todas as noivas submissas a tais práticas? Por que temos poucos estudos sobre elas?

História de submissão e o silenciamento das mulheres pomeranas e os senhores feudais de ontem e hoje

O presente artigo está alinhado a uma perspectiva feminista, que busca sua origem no movimento feminista, que é um movimento social, filosófico e político que luta pelos direitos das mulheres, tendo como objetivo conquistar direitos iguais para as mulheres, contribuindo para o empoderamento feminino e a libertação de padrões opressores patriarcas, baseados em normas de gênero socialmente construídas.

Temos na Universidade Federal do Rio Grande o Coletivo feminista, que busca dialogar com os diversos movimentos, teorias e filosofias que advogam pela igualdade entre homens e mulheres, além de promover os direitos das mulheres e seus interesses. O feminismo alterou principalmente as perspectivas predominantes em diversas áreas da sociedade, que vão da cultura ao direito. As ativistas femininas fazem campanhas pelos direitos legais das mulheres (direitos de contrato, direitos de propriedade, direito ao voto), pelo direito da mulher à sua autonomia e à integridade de seu corpo, pelos direitos ao aborto, e pelos direitos reprodutivos (incluindo o acesso à contracepção e a cuidados pré-natais de qualidade), pela proteção de mulheres e garotas contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro, pelos direitos trabalhistas, incluindo a licença-maternidade e salários iguais, educação, e todas as outras formas de discriminação.

Levando em conta a realidade Lourenciana os trabalhos no âmbito feminista contribui para o empoderamento de mulheres, bem como nas denúncias e esclarecimentos acerca da lei Maria da Pena, ao fortalecimento de suas identidades (quilombola e pomerana), e ao conhecimento de suas capacidades, na educação,

na arte e em suas vidas, contribuindo para que estas mulheres possam lutar por seus direitos, saúde e por um bem viver de qualidade. Para esse trabalho, além de um resgate bibliográfico, foi realizada uma entrevista com Jairo Scholl (em outubro de 2015). Jairo Scholl é graduado em Direito, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e realiza estudos na área de história. Para retratar a saga dos pomeranos, escreveu *Origens históricas de São Lourenço do Sul* (Porto Alegre: Impressão Corag, 1984), Navegadores *da Lagoa dos Patos: a saga náutica de São Lourenço do Sul* (São Lourenço do Sul: Editora Hofstatter, 1999) e *O pescador de Arenques* (Pelotas: Educat, 2007).

A permanência de luta pela reivindicação dos direitos das mulheres, que mantém toda a sua atualidade, resulta, portanto, de uma contradição fundadora entre a cedência à lógica dos costumes, no caso das mulheres, seres sexuados e específicos na sua alteridade. (BEAUVOIR, 1949/1976) e a aplicação da lógica da razão aos homens, aparentemente assexuado e entendido como representantes do gênero humano. É desta contradição, ainda, que nasce o feminismo, ele próprio atravessando durante muito tempo pela divisão entre a reivindicação dos direitos numa perspectiva igualitarista, baseada no humano universal, ou numa perspectiva diferencialista, baseada na especificidade feminina (MACEDO, AMARAL, pag. 38).

Assim, estamos, na Universidade Federal de Rio Grande, campus de São Lourenço do Sul envolvendo acadêmicas/os; mulheres da cidade e interior em discussões acerca do entendimento do papel das mulheres na sociedade e dialogando sobre o empoderamento, feminino, mobilizando, compartilhando e orientando-as sobre direitos das mulheres.

Com isso temos trabalhado com ações educativas a importância dos direitos das mulheres para que possam obter mais qualidade de vida. Trabalhamos com teorias, práticas e ações que compreendam a importância e o respeito que se deve ter para com as mulheres, resgatando seus saberes tradicionais e a cultura local.

Diariamente enfrentamos o feminicídio e diferentes tipos de violências que as mulheres sofrem e por isso resgatamos as

histórias das *Noivas de Preto* para discorrer sobre os problemas que as mulheres enfrentam. O machismo é um problema mundial.

No caso da história das Noivas de Preto, percebe-se um silenciamento dessa história e poucos estudos sobre isso. Pesquisamos nos bancos de dados da CAPES e CNPq e não encontramos estudos para fundamentar nosso trabalho.

As mulheres pomeranas foram silenciadas e seus corpos transformados em objetos sexuais. Os "Senhores Feudais" de ontem e de hoje, continuam acreditando que são donos das mulheres e os casos de estupros são muitos em nosso país. Ter relação sexual com qualquer mulher sem consentimento, tirando sua virgindade ou não, é estupro e precisamos falar sobre isso.

No caso das pomeranas a moça era escolhida conforme o interesse dos "heróis" e elas não podiam questionar e nem mesmo negar o prazer sexual deles, sendo usadas apenas como objeto sexual, onde de maneira alguma se preocupavam se aquela seria mesma a vontade das mulheres. As mulheres eram subordinadas aos homens, servindo apenas para a relação sexual, satisfatória para eles. Algumas mulheres tentavam resistir, mas eram vencidas pela força bruta e violentadas, ou eram silenciadas pela cultura do macho, hoje conhecida como cultura do estupro.

Com o início da Idade Média, surge então a figura do Senhor Feudal e do vassalo, lá por volta de 300, onde o feudo era constituído por um senhor, chamado de Senhor Feudal, que era dono das terras e dos servos, que moravam nos feudos,eles tinham como finalidade plantar, colher, mas não eram donos das terras e tão pouco dono da produção, sendo assim eram vistos como escravos dos senhores feudais, pois caso houvesse a necessidade dos senhores feudais de comercializarem os seus feudos, eles venderiam juntamente os servos. Sendo assim os senhores feudais se viam no direito de donos dos seus servos, já que eles eram totalmente submissos, e com isso nasce o direito de ter relação sexual com as filhas dos servos quando se casarem, os senhores feudais teriam o privilegio de "tirar a virgindade" antes mesmo do seu futuro marido.

> O caso extremo do uso do poder nas re1ações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha.(SAFFIOTI, 2001, pag.16)

De fato, naquela época, a maioria da população era totalmente submissa e não sabiam ler, sendo então analfabetos. As pessoas que possuíam estudo eram aquelas com mais poder e dinheiro, que pode proporcionar uma melhor educação. Mesmo as mulheres que na sua minoria eram alfabetizadas, elas poderiam ler apenas livros religiosos, já que neles teria uma doutrina, onde ficava esclarecido o verdadeiro papel feminino, o papel da submissão e subordinação aos homens. Sabe-se que havia poesias que não era permitido para as mulheres justamente porque poderiam pensar de uma forma da qual não era a correta, podendo interferir na sua conduta, causando má disciplina delas e afetar na vida dos seus familiares, já que algumas questões que não eram cabíveis a sua conduta poderiam aparecer.

A igreja católica tinha uma ampla influência sobre toda a sociedade, ela educava através da fé, a grande maioria das obras era produzida por homens que viviam nas igrejas e monastérios. Esses livros relatam como as mulheres deveria se comportar para serem aceitas na sociedade. A grande maioria dos livros era voltada as obras religiosas, como a bíblia e orações.

Na bíblia o papel da mulher é apresentado de forma na qual a mulher era pecadora, pois somente ela foi responsável por ter retirado o homem do paraíso, já que corrompeu Adão, e tirou o homem do paraíso se mostrando a traidora da confiança de Deus. Sendo assim a mulher era vista como "culpada", e ainda é culpada pelo simples fato de ser mulher.

Para os membros do clero, a mulher representava um "perigo carnal e espiritual a ser evitado" (NASCIMENTO, p.5, 1997).

> Neste sentido, por exemplo, é bastante emblemático o significado de corrupção moral que adquiriu a menstruação.

> Acreditava-se que o sangue menstrual impedia a germinação das plantas, matava a vegetação, oxidava o ferro e transmitia raiva aos cachorros. Estas crenças terminaram por ajudar a justificar fatos tão transcendentais como a negação masculina em permitir a participação ativa da mulher nas missas, assim como a proibição de tocar os ornamentos sagrados e, finalmente, sua exclusão das funções sacerdotais. (NASCIMENTO, 1997, p.5)

As mulheres eram fortemente controladas e educadas a serem submissas na sociedade tanto pela igreja católica, quanto pelos pais e seus maridos. No cotidiano do campo as responsabilidades eram tanto femininas quanto masculinas, as mulheres faziam as mesmas atividades exercidas pelos homens, a única diferença era nas atividades na qual deveria ter uma força maior, que então seria realizada pelo homem.

A cultura do estupro nas comunidades pomeranas: uma história a ser desvelada

Como os senhores feudais eram os donos de tudo, agiam como donos de todas as pessoas, e assim determinaram que a primeira noite de uma mulher deveria ser com o senhor feudal. Essa interpretação foi, assimiladas principalmente por aqueles senhores feudais que estavam incumbidos de fazer a evangelização junto com a igreja, pois se eles podiam usar o exército para converter os bárbaros pagãos ao cristianismo, eles teriam também o direito de ter a primeira noite com a noiva, chamada de *Primae Nocti*.

O casamento tinha três dias de festa, havia todo um ritual onde a própria mulher do senhor feudal arrumava o aposento no qual aconteceria à primeira noite da noiva com o senhor feudal, na noite da cerimônia o noivo bebia até perder o sentido, já que para ele era sacrificante saber que a sua noiva estaria naquele momento tendo relação com o senhor feudal, e que ele não seria nem o seu primeiro homem e nem o único, já que tinha a obrigatoriedade desse ritual.

Em cortejo, a noiva era entregue para a mulher do senhor feudal no portão do castelo e levada até o aposento, no dia seguinte a *Primae Nocti,* a noiva deveria ser levada do aposento da cerimônia até o portão do castelo pela mulher do senhor feudal e logo após ser entregue de volta ao cortejo que a levaria para o final do ritual do seu casamento.

Esse costume aconteceu na Europa, porém teve a interferência do rei Malcon, que foi aconselhado pela sua rainha, a rainha Margareth que, aqueles os quais não queriam que sua filha ou noiva, tivesse a primeira noite com o senhor Feudal, deveria pagar uma penalidade. Essa multa deveria ser paga com o que as pessoas envolvidas tivessem, normalmente pagava-se com manteiga, moeda de prata; assim o sistema ficaria sem efeito e não precisaria ter a primeira noite com o senhor feudal. Na Inglaterra, na escócia, em vários locais depois se terminou com esse sistema de penas, mas em substituição os familiares pagavam uma multa com barris de cerveja para os senhores feudais.

O autor brasileiro Dias Gomes, escreveu uma peça teatral na qual tem o titulo de As Primícias, que a principio seria um musical, relatando a história de um casal que resolve quebrar o "tabu" da *Primae Nocti,* devido a essa quebra de regras esse casal foi perseguido intensamente por toda a sociedade. O texto apresenta uma trama ambientada em uma "[...] aldeia da Europa ou da América Latina entre os séculos VI e XX" (GOMES, 1978, p. 7).

A peça tem os seguintes personagens: Proprietário, Mara, Lua, Donana, Vigário, Senhora, 1ª donzela, 2ª donzela, 3ª donzela, 1º noivo, além dos figurantes: padrinho, madrinha, 2º noivo, 3º noivo e 4º noivo. Nessa peça teatral no cenário relatasse bem a casa da noiva como um ambiente humilde, rural e festivo, sugerindo-se assim a imagem de uma aldeia antiga. Na descrição da capela, há imagens que mostram o sentido mítico-religioso. A casa do proprietário, a sala e o quarto eram grandes, demonstrando o espaço da nobreza, os lençóis brancos são trocados, pela senhora feudal o que demonstra como se fosse uma preparação de um banquete.

> "As primícias [...] lançava mão do medieval 'direito de pernada', ou 'direito da primeira noite' - *jus primae noctis* –

> para denunciar que outras formas do direito de violentar ainda estavam em vigor" (GOMES, 1998, p. 300).

No primeiro quadro, o coro canta e deixa uma ambigüidade do destino da noiva. 1ª Donzela - "Cuidado com o bolo/ foi feito de nuvens / e de fios de luar" (GOMES, 1978, p. 12). No coro mostra-se o sentido das palavras que hora se remetem pra noiva e hora para o noivo, sempre deixando uma certa incerteza sobre o destino da noiva e aproximando-se de um quadro trágico. Na fala do proprietário mostra o determinismo das condições políticas e sociais eo destino dos homens, mostrando-lhe o abuso do poder:

> Proprietário – Casar, casar [...] isso é bom pra aumentar a população. Precisamos de mão de obra num país em construção. Por incrível que pareça, em toda essa região, não se chega a dois braços por légua de extensão. Muita terra sem proveito, sem render fruto ou tributo, sem a menor serventia. Até dói no coração. Por isso eu digo, vocês precisam casar e ter muitos, muitos filhos mesmo, que pra todos eles eu tenho o futuro assegurado: uma pá e uma enxada, um bom pedaço de terra. Quem sabe até um arado? Palavra, em minhas terras ninguém fica sem trabalho, ou sem minha proteção (GOMES, 1978, p. 16).

No segundo quadro, muda-se de cenário passando-se então para a casa do proprietário, onde ocorre o pedido do vigário para que não ocorra a primeira noite de Lua e Mara. No terceiro quadro, o cenário muda para a casa da noiva onde o Vigário anuncia que não o proprietário não abriu mão do ritual, onde todos os personagens, menos o noivo mostram a submissão e o medo da punição. Nesse contexto a mulher Mara, diz: "Eu até mais do que ele (o noivo) tenho motivo pra discordar, porque é meu corpo, é minha virgindade que vira tributo" (GOMES, 1978, p. 29).

O Vigário é o único que pode tentar intervir dialogando com o Proprietário, pois ele tem um papel religioso na sociedade, e é ele que avisa a sentença para a noiva. Mara, demonstra ter um caráter diferenciado das outras mulheres da aldeia. "Todos se cercam da mesa. Mara empunha a faca./ Cantam, enquanto Mara parte o bolo, servindo a um por um" (GOMES, 1978, p. 31). Lua não tem a mesma

integridade de Mara. Mara é a personagem que não quer ceder, que é feminista. O medo e a submissão dos personagens reforçam a integridade da personagem. Mara diz:

> Mãe, eu e Lua tomamos uma decisão. Vamos nos rebelar, dizer não ao Proprietário [...] Sabemos que isso vai nos custar alguma coisa. Mas estamos dispostos a pagar o preço (GOMES, 1978, p. 61).

Mara lança a pergunta para poder responder a que veio: "Mara - E quando, quando vai chegar?! Se alguém não começa, mesmo se arriscando, nunca, nunca que as coisas vão mudar!" (GOMES, 1978, p. 63).

No quatro quadro Mara expressa-se mostrando que deve-se agir para não perder a dignidade e morrer: "Lua - Levá-la [...]. Numa bandeja de prata! Enfeitada com os ramos da minha vergonha!"

No quinto quadro encontra-se no quarto do Proprietário. O momento em que os lençóis usados são trocados por lençóis brancos pela Senhora feudal. Mostra a aflição da Mara pela senhora que tem que trocar os lençóis da cama onde seu próprio marido ira ter a *Primae Noctis* com a outra noiva

No sétimo e último quadro, Mara se encontra no quarto do Proprietário onde ela antes de ter a Primae Noctis, acerta um golpe no abdômen do Proprietário. No desfecho da cena aparentemente ocorre à morte do proprietário e Mara é reconhecida como heroína, porque foi capaz de libertar o seu povo, começando um tempo novo.

Essa obra de Dias Gomes mostra a revolta de Mara com esse ritual na qual ela é totalmente contra, e que fez-se forte ir contra esse sistema, ela demonstra toda uma indignação com as mulheres que não lutam pelo direito de terem a sua primeira noite com o seu marido. Nesse sentido, é preciso resgatar as histórias de resistências dessas mulheres, e pesquisar como e se resistiam a cultura do estupro?

Os senhores feudais diziam que era muito importante para o feudo a *Primae Noctis*, pois elas teriam um grande privilegio em ter relação com ele, e que era muito bom para o grupo social, para as famílias, que a colheita seria melhor, teriam mais fartura, que

garantia assim a saúde do grupo social, ou seja, que teriam muitos benefícios.

As facetas do Sistema Patriarcal: Da *Primae Nocti* ao "*direito da Pernada*"

Em Portugal havia o *direito a pernada*, que funcionava da seguinte maneira, o casal recém casado ia para cama e o senhor feudal colocava a perna no meio dos dois, que significava que ele esteve naquela cama no meio dos dois, mas não tinha nenhum contato físico com a noiva. O ritual da pernada era bem simbólico para demonstrar que o senhor feudal era o grande senhor e que sempre estaria presente naquela casa ou família.

A igreja queria mudar o sistema da *Primae Nocti,* abolindo esse direito do senhor feudal, porém na pomerania os homens são os mais recalcitrantes, sabe-se que os pomeranos a maioria são luteranos, e devido a sua natureza são muito conservadores e não cederam tão fácil assim, sabe-se que em muitos locais tinha abolido esse sistema lá por 1300.

Porém, em alguns locais e ai falando mais precisamente na pomerania, continuou-se com a Primae Noctis, mas assim que ficaram sabendo que a igreja não defendia esse sistema, ouve muita resistência, revolta. Assim até aconteceu o término em alguns locais do sistema, mas sabe-se que a igreja fechava os olhos e permitiu-se ainda o direito da primeira noite com o senhor feudal, mesmo que na maioria dos países não fosse mais utilizado esse ritual. Nessa época sabe-se que algumas noivas chegaram a fugir para não terem que ter a sua primeira noite com o senhor feudal. As fugas eram feitas de maneira bem estudadas, até porque sabe-se que se caso fossem pegos, seriam condenados a morte. Normalmente as fugas aconteciam por mares, lagos, ou oceanos que seria uma forma mais difícil de serem encontrados. Claro que tinha o preço a se pagar, já que jamais poderiam retornar ao feudo e que assim não viriam mais os seus familiares.

Alguns casamentos eram arranjados, o que se tornava tanto para o homem quanto para a mulher algo mais simples, porém sabe-se que tinha casamentos que existia o amor, e contra o amor ficava

muito mais difícil, já que tudo que mais se queria era estarem juntos, e que a intimidade não fosse invadida de forma alguma e nem com o sistema imposto pelo poderoso senhor feudal, nesses casos tudo ficava mais difícil e ai sim tinha-se um grande número de revoltas, de fugas e algumas mulheres chegavam até mesmo a retirarem sua própria vida através do suicídio, já que de forma alguma suportariam pensar que teriam que ter a sua primeira noite com um homem que não fosse o seu verdadeiro amor.

Se os noivos fugissem negando, assim o direito do senhor feudal ter a primeira noite com a noiva, e os mesmos fossem pegos, eles seriam mortos e, além disso, seus pais perderiam o direito de viver no feudo, o que era impensável, já que eles nasciam no feudo, cresciam no feudo e morriam no feudo, e que se por acaso o senhor feudal vende-se as terras do feudo ele vendia as terras, as plantações, o gado e juntamente o vassalo. Na verdade os vassalos eram propriedades do feudo.

Algumas pessoas falam e os padres e bispos escrevem nos seus livros papais que elas se vestiam de preto, pois era roupa que as rainhas usavam, eram roupas em sinal de respeito, que era muito honrado. Mas na verdade elas se vestem em sinal de luto isso fica mais claro, quando começam a utilizar uma fita fina verde em volta da cintura, como uma forma de protestar e de ter esperança que o sistema aboliu-se definitivamente com o direito da primeira noite do senhor feudal.

Por volta de 1300, os pais começaram a permitir que os jovens noivos tivessem um relacionamento sexual antes do casamento, para garantir que quando a sua filha fosse casar, ela já estaria grávida, que o primogênito seria do seu marido e não do senhor feudal, claro que isso só acontecia na certeza que teria o casamento e o senhor feudal não poderia de forma alguma desconfiar que aconteceu o ato sexual antes dele ter esse privilégio, pois então ele poderia mandar matar o casal e castigar de forma cruel os familiares que apoiaram o fato.

Figura 1: Casamento Pomerano onde a noiva possui entorno da cintura a fita verde em sinal de esperança. Fonte: http://www.acurbe.org.br/wp-content/uploads/2013/11/teste21-218x300.jpg

Figura 2: Milhares de mulheres que tinham relacionamentos com soldados alemães foram expostas a execuções humilhantes e brutais nas mãos de seus próprios concidadãos. Fonte: http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/o-triste-fim-das-viuvas-da-ocupacao.html

As noivas de preto e as noivas de Vermelho: reflexos de uma sociedade desigual

Frente a todo esse contexto podemos questionar com que cor de vestido casavam as filhas dos nobres? Como casavam as filhas dos senhores feudais? Em poucas pesquisas e artigos que encontramos sobre a temática, pode-se saber que elas casavam com vestidos vermelho, o que deixa mais claro que o preto era sinal de luto, protesto.

Figuras 3 e 4: Casamento Pomerano em Domingos Martins e Casamento em Chicago (Estados Unidos). Fonte: **http://www.montanhascapixabas.com.br/?x=coluna&codColuna=15&codPost=101**

Algumas considerações finais

Podemos questionar ainda se ocorreram protestos contra a *Primae Noctis*? Sabemos que muitas mulheres não tiveram o direito de negar essa proposta brutalmente imposta, pois foram educadas a ser submissa aos homens, uma minoria teve coragem de reagir ou até mesmo fugir, sendo que era mais fácil e mais corajoso o suicídio, quem foram essas mulheres que resistiram?

A história ainda conta uma versão de que as mulheres que repudiavam o direito do senhor feudal, fossem mulheres que não

sabiam respeitar, mulheres desordeiras. Naquela época muitas mulheres chegavam até mesmo a engravidar na *Primae Nocti*, e que por sua vez acarretava em um filho do qual não se tinha total certeza se era do seu marido e iriam viver com essa duvida, ou até mesmo com essa certeza.

Ao serem estupradas pelos senhores feudais, eram obrigadas a retornar para o ritual do casamento. O constrangimento e a violência sofrida deixavam marcas para o resto de suas vidas. Nunca teriam a noite como esperavam, ao lado de seu marido, e sim com um homem, que exercia poder por ter dinheiro.

Com o passar dos anos as mulheres tomaram coragem para manifestarem a sua vontade, claro que isso ocorreu de forma gradativa, já que as mulheres eram doutrinadas a obedecer as ordens para poderem ter uma aceitação na sociedade, elas de forma alguma queriam ser objeto sexual do Senhor Feudal. Lutaram pela sua liberdade, o direito pelo seu bem precioso, que era o seu corpo.

As pioneiras dessa revolução feminista foram mal vistas, e julgadas de uma forma cruel, mas foram mulheres guerreiras, fortes, e que abriram caminhos para que os direitos das mulheres fossem colocados em pauta.

No caso das pomeranas, sabe-se que uma forma desse protesto mais evidente foi a fita verde envolta da cintura, mas deve-se ter outras formas de protesto, até mesmo como o escritor Dias Gomes salientou na sua peça, acredita-se que algumas mulheres mais revoltadas possa até ter tirado a vida do senhor feudal.

As submissões das mulheres vêm desde os tempos primórdios, bem como o desrespeito, a forma brutal que eram tratadas. Quantas mulheres foram violentamente abusadas e sofreram em silêncio? Por que ainda são "culpadas" por todas as coisas ruins que acontecia na sociedade? Por que se calaram e se calam diante algumas situações por estarem amedrontadas? Quantas mulheres se submeteram a tudo isso somente por não serem julgadas?

A penalidade que veio com o passar do tempo foi mais uma forma brutal que usavam, já que os vassalos possuíam muito pouco, apenas o suficiente para a sua sobrevivência. Aqueles que queriam pagar para não ter o ritual da *Primae Nocti,* na maioria das vezes eram os noivos, que trabalhavam de forma exaustiva e por um longo período para poderem pagar e não precisar entregar sua noiva para o senhor feudal.

Os senhores feudais sempre se utilizavam do seu poder para conseguir tudo que queriam e a hierarquia sempre prevaleceu, tanto na questão econômica, de posses, e principalmente nas relações de gênero.

Quem são as mulheres que se empoderaram, que não se renderam que não foram submissas? Quem são as mulheres que lutaram pelos seus direitos, mulheres que não tiveram medo e resistiram? Essas são algumas questões que precisamos fazer em nossas universidades e em nossas pesquisas. Romper com o silenciamento da cultura do estupro também em salas de aulas. Realizar grupos de estudos e pesquisas sobre o tema das mulheres; e com as mulheres resgatar suas histórias de vidas e denunciar as violências sofridas.

Referências

AMARAL, Ana Luísa, MACEDO, Ana Gabriela. **Dicionário da Crítica Feminista.** Edições: Afrontamento,2005.

ANDREOLA, Balduino Antonio. **Interdisciplinaridade na obra de Freire:** Uma pedagogia da simbiogênese e da solidariedade. In: STRECK et all (Orgs). *Paulo Freire: ética, utopia e educação.*RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Márcia Alves; MEIRA, Mirela R. (orgs). **Mulheres Trabalhadoras: olhares sobre fazeres feminismo.** Pelotas**:** Editora da UFPel, 2012.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fatima Andrade. **Gênero e Pesca. Artesanal**. Recife: Editora Liceu, 2012. ROCHA, Patrícia Souza. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado.** Belo Horizonte: Editora Leitura,2009.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (orgª). ***Pensar no Feminino***. Edições Colibri: Lisboa, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

Alves, Lourdes Kaminski. Tradição e ruptura no texto dramático As primícias de Dias Gomes. Revista Acta Scientiarum. Maringá, v. 34, n. 1, p. 1-8, Jan.-June, 2012. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/8341/pdf. Acessado em: 16/06/2016.

S/A. A mulher na Idade Média: Existiram senhoras feudais? Disponivel em: https://tudorbrasil.wordpress.com/2016/02/20/a-mulher-na-idade-media-existiram-senhoras-feudais/ Acessado em: 15/06/2016.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser Mulher na Idade Média. Revista Textos de História. V.5, n.1 (1997). Disponível em: http://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/article/dowload/5807/4813. Acessado em 14/06/2016

Costa, Jairo Scholl. Entrevista outubro de 2015. Acervo coletivo pomerano.

Saffioti, Heleieth I.B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção polêmica)

O PROCESSO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE ARTESANAR: O FEMINISMO E O ARTESANATO DIALOGANDO COM A PROPOSTA FREIREANA DE EDUCAÇÃO

GODINHO, Eliane[1]
SILVA, Márcia Alves da[2]

Introdução

Este texto apresenta algumas reflexões sobre uma investigação que tem sido encaminhada no Curso de Mestrado em Educação da UFPel. Na elaboração e escrita da pesquisa as metáforas do bordar, da costura e do artesanar se fazem presentes ao longo de toda a sua composição, numa forma de representar um pouco do que essa possibilidade de criação pode compor, num trabalho que busca instigar as mulheres a contarem suas lutas e a denunciarem em suas peças artesanais as opressões vividas, num processo de reflexão sobre suas trajetórias e também para além delas...

Desta forma, aqui o artesanato é o grande artifício para fomentar a discussão sobre gênero, resistência e poder, pelo viés da educação popular. Visto como uma ferramenta pedagógica e metodológica, o artesanato desafia a construir novos conhecimentos, partindo das vivências e experiências cotidianas, sem deixar de se relacionar com os conhecimentos já produzidos, além de buscar novas técnicas e conhecimentos. Por isso ele se torna uma ferramenta dialógica muito rica, pano de fundo problematizador da temática que envolve a proposta de investigação e discussão.

As oficinas de artesanato com o grupo de mulheres participantes da pesquisa têm ocorrido em um assentamento do

[1] Pedagoga. Mestranda em Educação da Faculdade de Educação da UFPel.
[2] Socióloga, Mestre e Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, no interior da cidade de Pinheiro Machado, denominado Assentamento Santa Inácia. Neste assentamento já ocorre uma inserção da Universidade Federal de Pelotas, inicialmente a partir de um projeto de extensão em 2014, financiado pelo Edital PROEXT, denominado "*Gênero, educação e arte: artesania, arte popular e formação em oficinas de criação coletiva*". Atualmente, o projeto da UFPel em andamento neste local é denominado "*Trabalho artesanal com mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*" e busca vincular os estudos de gênero com a prática do artesanato para contribuir em um processo de construção, de emancipação e empoderamento das mulheres envolvidas. As oficinas têm sido ministradas pela bolsista de extensão Carla Negretto e coordenado pela Prof.ª Dr.ª Márcia Alves da Silva. O referido projeto já conta com um acervo de fotos considerável e com diversas publicações divulgadas a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido neste e em outros espaços. Dessa forma, a referida pesquisa de mestrado se insere neste trabalho que já vem sendo realizado com o objetivo de trazer novas contribuições e levantar novas problematizações sobre o tema.

Nas oficinas busca-se, para além da aprendizagem artesanal, problematizar o universo feminino a partir de questões relacionadas à realidade da mulher, como o contexto estabelecido pela divisão sexual do trabalho, a conjugalidade, a violência, etc., sob o alicerce do pensamento advindo da pedagogia feminista latino-americana, baseada na obra de Freire.

Por que o artesanato?

O artesanato, geralmente vinculado ao universo feminino, divide opiniões, gera polêmicas e discussões em torno do preconceito de gênero, de trabalho, renda, subjetividades, resistência, saber... Assim, ele é o pano de fundo para problematizar a temática que envolve a proposta de investigação. É necessário salientar outros pontos de vista que percebem o trabalho artesanal realizado por mulheres, um deles é o de que ele

aliena e serve como manutenção dos jogos de poder exercidos em nossa sociedade ainda tão machista, patriarcal e capitalista.

Tal pensamento, alguns anos atrás, permeava a construção social que muitas mulheres tinham acerca do trabalho artesanal, alvo da crítica de grupos feministas. Visto que, para muitas, ele serve como um aparelho de alienação, por ser mais uma atividade feminina realizada no espaço privado de cuidado e atenção ao lar.

Vale ressaltar que Silva (2011) traz à tona essa discussão sobre o trabalho da mulher realizado no espaço privado, onde salienta que Cèlia Amorós (1994),

> [...] desenvolve a ideia de que é a partir do público que as pessoas se reconhecem e são reconhecidas como sujeitos. De acordo com essa lógica, no espaço público os sujeitos se encontram como iguais, enfim, é ali que o contrato social se estabelece. Relegadas ao espaço privado, as mulheres estão excluídas do contrato [...] as atividades ditas femininas, e que são as desenvolvidas em espaços privados, são as mais desvalorizadas socialmente, entre elas podemos situar o artesanato (apud SILVA, 2011, p. 100-101)

Por outro lado, fomentamos a concepção de que o artesanato autoriza, permite, liberta, gera renda, permite a explosão criativa e curativa das dores físicas e também sociais e da alma. Além de poder promover um processo político educativo, um trabalho elaborado, composto individual e estímulo a sororidade que Lagarde y de Los Ríos (2005, p. 128) nos fala, da empatia e reinvenção do poder que Freire aborda, bem como a luta pela emancipação feminina que Amorós (1994) também nos fala.

Portanto, levando estas questões em conta, a proposta deste trabalho é investigar como esse saber autoriza, politiza e potencializa as experiências vividas por essas mulheres tendo, neste caso, várias técnicas de artesanato. Em especial utilizamos o bordado, inspirado na "Arpillaria" como um agente agregador, um saber constituído nos espaços não formais de educação que também estimula a perceber o poder do artesanar. A proporção que este saber tem na vida destas mulheres, como elas se autorizam, se articulam se apropriam do bordado para compor e

enfrentar a vida, como cria e recria, reinventa e (re)significa a vida.

Assim, nesta pesquisa o bordado aparece como tema potencializador do "artesanato de si" na perspectiva das múltiplas possibilidades de criação e reflexão sobre o vivido, bordando e costurando saberes, produzindo o produto em si e compondo com ele outras possiblidades do existir. Os *retalhos* são elementos do que pode ser criado, que é potencializado na criação e recriação, os quais muitas vezes são pedaços de suas roupas desgastadas e já não mais usadas, assim como a juta e os demais materiais...

A Arpilharia ou Arpillera é uma técnica têxtil chilena que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Isla Negra, localizada no litoral central chileno. As arpilleras originais eram montadas em suporte de aniagem, pano rústico proveniente de sacos de farinha ou batatas, geralmente fabricados em cânhamo ou linho grosso, por nós mais conhecido como juta. Nesta técnica, toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Importante ressaltar que nos primórdios dessa construção, as primeiras bordadeiras usavam como tecidos nos bordados as roupas dos seus familiares desaparecidos políticos no período da ditadura chilena. Os bordados, muitas vezes, apresentavam motivos políticos, 'denunciando' as atrocidades da ditadura chilena. Por isso, esse trabalho se constituiu não apenas em uma peça artesanal, mas uma forma de expressão popular, de luta política e de resistência.

Assim, de um lado o artesanato como um instrumento, um artifício, uma estratégia da pedagogia feminista; de outro, as discussões sobre opressão de gênero, educação, sexualidade e tantos outros assuntos a serem problematizados durante o processo de criação e recriação de "suas peças" e de si, anunciando e denunciando o experienciado e vivido no processo de luta pela reforma agrária, a luta pelo direito de cultivar a terra.

Como essas mulheres percebem-se produtoras de conhecimento, que discursos elas assumem quando autorizam-se detentoras de um saber, em que medida vão (re)pensando e (re)significando suas relações, contextos, saberes, espaços-territórios nas oficinas de criação, esse é o problema proposto por

esta pesquisa. Considerando o que Freire nos fala, em relação a pesquisa, para ele a relação entre pesquisadora e pesquisadas é um ato educativo, um ato de conhecimento, pois

> [...] tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares [...] pesquisar e educar se identifica em um permanente e dinâmico movimento (FREIRE, 1983a, p. 36)

Em relação ao artesanato, o mesmo expressa um grande paradoxo, na medida em que uma atividade altamente refinada e complexa surge a partir de atos mentais simples. Segundo Richard Sennett (2013), três habilidades são essenciais ao labor artesanal. São elas: as capacidades de localizar (tornar algo concreto, especificar), questionar (refletir sobre suas qualidades, investigar) e abrir (expandir o seu sentido, "abrir-se para"). O último é o que aqui interessa, pois o "*abrir-se para*" diz respeito a estar aberto às possibilidades de fazer as coisas de maneira diferente, de criar, de aprender e de mudar.

Metodologia da pesquisa

Neste processo de investigação/formação, a pesquisa participante é de suma relevância para pensar junto as formas de intervenção. As contribuições da pesquisa formação também são relevantes, pois o modelo interativo ou dialógico surge como complemento para pensar a relação entre pesquisador e os "atores sociais", no caso artesãs, possibilitando compreender as memórias e histórias de vida formação no sentido da investigação/formação tanto para a pesquisadora quanto para as mulheres envolvidas com o projeto. Pois, segundo Brandão,

> [...] qualquer pessoa que reflete sobre suas próprias experiências de cada dia e do fio de sua vida reconhece que, mesmo nas dimensões mais simples e mais cotidianas, algumas formas embrionárias do exercício da investigação estão presentes (BRANDÃO, 2003. p. 73).

Pela experiência, sabemos que nas oficinas vários saberes são extravasados e compartilhados durante as atividades artesanais. Isso nos possibilita perceber a artesania como um ato educativo que estimula, instiga o ser mais de cada participante, pois criar e recriar também é uma vocação ontológica do ser humano, assim como é um constante ato de pesquisar.

Os produtos são cheios de sentido e significado atravessados pelas questões do dia-a-dia, ampliando a leitura e intervenção no mundo, inclusive (re)significando as relações de poder, gênero e sexualidade. Nesse sentido, também é importante discutir o artesanato como arte popular, a partir da ideia de produção de bordados entre outros, levando em conta que todas somos detentoras de saberes, tendo aqui o bordado, o alinhavo, a costura como um final de si mesmo e como matéria-prima para tantas outras composições, de produto e de vida.

A intenção é pensar o artesanato como um saber que potencializa o desejo de criação, de percepção de si, de subjetividade, de individualidade e coletividade. O qual articula a educação, a pesquisa e a artesania como um "ato de resistência encharcado de 'criação', luta ativa, processo sensível e que está intrinsecamente ligado ao modo de perceber-se sujeito histórico, político, social" (CORRÊA, s./d., p. 9). É nesta tentativa de criar e se [re]criar ao contar e confeccionar seus bordados, fuxicar-se, produzir conhecimento, saber, ampliar-se... que as questões sobre gênero, trabalho, histórias de vida, opressão e autonomia serão discutidas. Segundo Freire (1983b) o ímpeto criador do ser humano nasce da capacidade de perceber-se um ser inconcluso. Princípio este latente em nós mulheres, artesãs, estudantes, educadoras, militantes.

Pesquisas sobre artesanato, estudos sobre gênero e feminismo, o mundo do trabalho e empoderamento da mulher são

temas e questões de relevância que vêm despertando interesse na academia. O artesanato é um tema que proporciona uma aproximação com uma série de acontecimentos que estão silenciados em nossa memória. Dentre eles, a ideia de artesanato como trabalho, como saber, como produção de resistência e conhecimento, ligados ao processo educativo de constituição do sujeito.

Em linhas gerais e simples, a mulher, mãe, esposa e cuidadora do lar, e as relações que se estabelecem nesses contextos sócio históricos, inclusive de opressão de classe e de gênero, são percebidas nas oficinas de artesanato. Uma das propostas da pedagogia feminista está em repensar a própria vida e as relações, historicizando a própria trajetória.

O grupo focal é um grupo que tem muito a dizer sobre seu ser e estar no mundo. Sabemos que a luta pela transformação social pode ocorrer em diferentes lugares e momentos, nos espaços formais e não-formais de educação, e problematizar e pensar juntos o vivido e o experienciado por estas campesinas, fortemente engajadas na luta pela terra, é de fundamental importância para a sociedade, por isso a relevância do estudo em questão.

Como educadores e educadoras populares concebemos o educar como um ato político, onde educação, ciência e tecnologia não são neutras. Por isso precisamos agir mais, intervir mais e de forma consciente no mundo – e as oficinas de artesanato constituem esse espaço de intervenção, pesquisa e problematização.

Dialogando com os referenciais

Lagarde y de Los Rios aborda a questão da mulher como sujeito histórico, sujeito do conhecimento que contribui para a necessidade de uma antropologia da mulher. Acreditamos que na perspectiva feminista, elaborada por mulheres e para as mulheres, a partir da hermenêutica feminista, a fala e quem fala é valorizada, pois

> Necesitamos hacer el inventario real de quiénes somos, qué lugares ocupamos em cada espacio, qué hacemos, para quién lo hacemos, cómo lo hacemos, cuál es el sentido de lo que hacemos e ir recogiendo todas nuestras partes. La autonomía se construye com la capacidade de integrar la identidade y nunca com uma autoidentidad fragmentaria (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005, p. 53).

Essas questões viabilizam um rever, refazer, (re)significar as relações sociais entre os seres humanos. Revelam também a complexidade das relações e a necessidade delas serem pessoais, individuais e/ou coletivas em alguns momentos, mas terem este espaço garantido, quase como um local para recuperarmos nossa identidade, história, vida, bem estar. Mas para perceber isso é necessário mais que habilidade, requer sensibilidade de perceber que o artesanato, o fazer com as mãos, pode ser muito mais do que um simples trabalho manual qualquer, mas sim o resultado de uma produção cultural, histórica, social e educacional constituindo um processo de reinvenção de si, um processo pedagógico e político, para pensarmos a autonomia e o empoderamento da mulher nesta ótica, pois

> La autonomía es fundamentalmente un conjunto de procesos de poder, por lo tanto se constituye a través de procesos vitales políticos y en lo que tradicionalmente llamamos el ámbito político. La autonomía requiere obligatoriamente de actores sociales constituídos, identificables, que portan, reclaman, reivindican, actúan, proponen, argumentan, establecen y pactan la autonomía. Y ésta es otra clave importante: la autonomía es um pacto político. Cada avance de autonomía es um avance político y requiere uma recomposición de las relaciones de poder, uma reconfiguración de la política, y requiere de un linguaje político pues la autonomía debe ser enunciada politicamente (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005, p. 39).

Portanto, para se repensar as questões ligadas a autonomia as contribuições de Richard Sennett (2013, p. 169) são importantes, pois ele defende que "o trabalho feito pelas mãos

pode animar o trabalho da mente". Num trabalho que aproxima o artesanato do trabalho, com reflexões sobre habilidade, uso das mãos, ética e cultura, Sennett (2013) proporciona um bom debate, inquietações e (re)significações a respeito do labor artesanal e seus processos, inclusive em relação ao modo capitalista e patriarcal de pensar o trabalho artesanal.

Para falar de todas nós, o encontro com o artesanato possibilita problematizar nossos processos educativos vividos e experienciados. Neste caminho, poder conhecer a nós mesmas não significa apenas compreender como nos formamos e a influência de nossas experiências em nossa vida mas, para além disso, reconhecer a nós mesmos como sujeitos sociais, permitindo-nos, encarar a vida, de certa forma, "sujeitos de nossas existências" (SILVA, 2012, p.28).

Inventamos, existimos e produzimos subjetividades (inventamos diferentes maneiras de perceber e agir no mundo). A proposta de investigação, escrita e produção sobre si utilizando técnicas manuais, procura estabelecer uma relação a partir de temas geradores que embasam a oficina e a vida das participantes, assim como a tarefa de pesquisar e investigar outras formas de artesanar para a construção de peças que desafiam a produção em série, reafirmando o uso de uma técnica manual. Na intensidade da criação das mãos e do pensamento das mulheres, levando em conta que

> [...] as mãos são dotadas de uma variedade de movimentos que podem ser controlados como bem queremos e estimulamos. Tais movimentos, aliados ao tato e as diferentes maneiras de segurar com as mãos, afetam nossa maneira de pensar. [...] nossos antepassados humanos aprenderam a segurar as coisas nas mãos, a pensar sobre o que seguravam e afinal a dar forma as coisas; os homens-macacos eram capazes de fabricar ferramentas, os seres humanos produzem cultura (SENNET, 2013, p. 169-170).

Ainda em relação ao trabalho artesanal, Sennett (2013, p. 299) diz que a "zona de resistência" tem dois significados: um denota divisa, que resiste a uma contaminação; e outro de

fronteira, local de separação e ao mesmo tempo de troca. Para ele, no trabalho artesanal, o ambiente mais produtivo para trabalhar com a resistência é a fronteira, assim como fazemos nas oficinas. Por isso, algo de suma relevância a ser dito neste trabalho é que ao trabalharmos com a concepção de pesquisa participante como metodologia e ideologia, damos enfoque estratégico para a ação popular.

Sobre a reinvenção do poder, na obra *Pedagogia: Diálogo e Conflito* de Moacir Gadotti, Paulo Freire e Sérgio Guimarães, a abordagem é de suma relevância, pois estabelece a dialética entre o professor enquanto técnico e o professor enquanto político. Para ambos, essa dialética define o papel do educador e da educadora na sociedade, pois ela é histórica, é social, ao ser assumida por educadoras e educadores e potencializada pelo ato revolucionário de educar. Pois para eles existe uma distinção fundamental entre um educador reacionário e um revolucionário. Segundo os autores, o educador revolucionário

> [...] não se considera possuidor do objeto de conhecimento, mas conhecedor de um objeto a ser desvelado e também assumido pelo educando [...] o educador revolucionário tem no método um caminho de libertação, e é por isso que, na medida do possível, ele discute com o educando a apreensão do próprio método de conhecer (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 65).

Esta compreensão não deixa de ser uma concepção de certa forma revolucionária. Pois é assumido o profundo compromisso e comprometimento com a classe trabalhadora e com a sociedade quando as oficinas de artesanato coletivo de criação são pensadas, planejadas e concebidas com esse viés de refletir sobre nosso ser e estar no mundo, para além das nossas relações de trabalho.

Pensar a reinvenção do poder sob este ponto de vista implica dizer que esta reinvenção só é possível se "as massas populares têm uma participação ativa e crescente crítica no processo de aprendizagem de serem críticas, ou o poder não será reinventado" (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 67). Ou

seja, a intenção é que, à medida que estas camponesas trazem sua leitura de mundo e apropriação do vivido e experienciado em suas labutas diárias, seja a luta e conquista pela terra entre tantos outros direitos, trazendo seus compartilhamentos para as oficinas de criação, percebam-se criticamente enquanto sujeitos históricos, almejando uma reinvenção do poder, processo este que se dá coletivamente, mas também individualmente. Essa percepção crítica das mulheres se faz necessária para que possam se assumir comprometidas com o seu estar no e com o mundo. Pois,

> É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar (FREIRE, 1983b, p.16).

Esse processo de tomada de consciência em relação a adaptação que ao longo da história as mulheres foram submetidas é interessante ser levado em conta, pois durante as oficinas propõem-se um distanciamento do vivido, para nele emergir, admirá-lo e buscar a sua transformação. Freire nos diz que

> Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de "distanciar-se" dele para ficar com ele, capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se.[...] é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidade propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, o que o faz um ser de práxis. (1983b, p.17)

Dessa forma, a investigação problematiza a seguinte questão: pode o artesanato ser uma forma de reinvenção do poder, como um ato revolucionário de luta, resistência, práxis e

(re)significação de si, contribuindo para emancipação deste grupo de mulheres?

Considerações finais

A organização das temáticas que são tratadas nas oficinas surgem da iniciativa das próprias participantes do grupo. Alguns dos temas sugeridos até agora foram: a) Nossas histórias, memórias e trajetórias; b) O processo histórico e de luta das mulheres; c) Mulheres e o mundo do trabalho, e; d) Saúde e sexualidade da mulher.

Sobre o tema *Nossas histórias, memórias e trajetórias* trabalhamos com a confecção de diários, cadernos personalizados encadernados com tecidos e utilizando outras técnicas como bordados e fuxicos, consistindo na confecção de algo elaborado por elas, para elas mesmas. O diário funcionará como uma escrita de suas memórias individuais, histórias de vida e momentos significativos em suas vidas e nas oficinas de criação, onde a própria confecção do caderno já denota parte de seu conteúdo. Apesar do caráter individual do trabalho, a medida que se sentem à vontade podem compartilhar com o coletivo e a forma de escrita é livre a cada participante. O principal objetivo, neste primeiro momento, é dizerem a sua palavra, registrarem como percebem-se no e com mundo.

Neste momento as mulheres participantes estão produzindo suas histórias no bordado da Arpillaria, cada uma bordando aspectos de suas trajetórias, 'contando' suas história de vida na produção artesanal, pois através do artesanato as mulheres produzem saber, poder, empoderam-se, escrevem suas histórias, tramam seus fios da existência nos encontros vividos com o outro (outro social, natureza, acontecimentos, o que produz efeitos nos corpos, maneiras de viver). Trabalhando com as mãos, elas estão intimamente ligadas à expressão, elas expressam um pensamento, externalizam aquilo que intimamente é desejado, potencializam suas ações, de todos os membros do corpo humano, projetam seu ser e estar no mundo.

Desta maneira, quando pensamos em educação, levamos em conta essas questões intrinsecamente ligadas numa concepção de educação libertadora, por acreditar que

> [...] a educação que propomos, em decorrência de nossa opção política é uma educação que venha a ser construída hoje a partir desse debate amplo, desse caminhar juntos de todos os educadores que somos, e não só pelos professores, mas também pelos pais, alunos, jornalistas, políticos, enfim, por toda **a sociedade brasileira se repensando** (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 26) [grifos do autor].

Assim, quando discutimos essas questões relevantes durante as oficinas, também estamos engrossando "a luta pelo vencer, no sentido de mudar a história" (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 32). Pois somos políticos e, nesta perspectiva, há uma especificidade da pedagogia, principalmente quando discutimos exploração, opressão e trabalho, pois não deixamos de ser educadoras e educadores, somos educadores em todo lugar, como nos lembra Freire (1985), e nossa postura política nos acompanha em todos os nossos atos, em qualquer situação em que nos encontramos e nos encontremos. Sendo assim, "o educador revolucionário tem no método um caminho de libertação, e é por isso que, na medida do possível, ele discute com o educando a apreensão do próprio método de conhecer" (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 65). Dessa forma, o educador ou a educadora assume seu compromisso com a sociedade, com a classe trabalhadora, buscando reinventar o poder.

Para que o processo seja de fato produtor de novos conhecimentos, a participação de todos, no caso todas, é fundamental. Para isso a leitura de mundo e de classe, o conhecimento da realidade é essencial, pois

> [...] não há outro caminho senão o de partir precisamente do lugar em que a classe trabalhadora se acha. Partir do ponto de vista da sua percepção do mundo, da sua história, do seu próprio papel na história, partir do que sabe para poder

> saber melhor, e não partir do que sabemos ou pensamos que sabemos (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 69).

Contribuir com o processo de empoderamento e emancipação das mulheres das classes populares, a partir do que problematizamos durante as oficinas de artesania, passa a ser não só uma fonte de renda, mas também uma possibilidade de pensar-se e repensar-se em suas relações no e com o mundo e, consequentemente, com os outros. Romper com os silenciamentos das mulheres também é um dos objetivos deste trabalho, que assume seu caráter político e ideológico na desconstrução da lógica patriarcal imposta pelo sistema capitalista e neoliberal, em que o patriarcado fere, mata e machuca todos os dias. Por isso a necessidade do feminismo e suas contribuições para uma educação libertadora e revolucionária.

Referências

AMORÒS, Célia. **Feminismo: igualdad y diferencia**. México: UNAM - Universidad Nacional Autônoma de México, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da partilha através da pesquisa na educação. São Paulo: Cortez, 2003.

CORRÊA, Eliane Godinho. **O fuxico das artesãs como uma escrita artesanal de (re)significação, subjetivação e resistência**. Projeto de pesquisa em andamento - previsão 2016 (Especialização em Educação) - IFSul, Pelotas, [sem data].

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In. BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____ . **Educação e mudança.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

GADOTTI, Moacir. FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez, 1985.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Para mis socias de la vida**: Claves feministas para el poderío y la autonimía de las mujeres. Madrid: JC Producción Gráfica, 2005.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Márcia Alves da (org.). **Gênero, sexualidade, educação e conhecimento**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

SILVA, Márcia Alves da. **Trabalho de mulher**?!: alinhavando, bordando e costurando trajetórias de artesãs. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2012.

GT 2 - GÊNERO E SAÚDE

GRUPO DE MULHERES I: RELATANDO EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CAPS-ESCOLA PELOTAS

[1]Dulce Pinheiro Berndt
[2]Andrea Valente Heidrich

1. Introdução

O relatório parcial aqui apresentado é referente a experiência de estágio curricular em Serviço Social realizado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), denominado CAPS-Escola localizado na cidade de Pelotas.

O estágio curricular do Curso de Serviço Social se dará no período referente a três semestres, tendo inicio no 5° semestre e conclusão no 7°. Durante este período podemos aproximar da realidade local, observando todas as questões que perpassam o cotiditiano do fazer profissional do Assistente Social.

Ao ingressar no campo de estágio foi necessário realizar uma observação geral das atividades que são realizadas no CAPS-Escola, para que depois junto com a supervisora local pudesse traçar um plano de estágio, no qual teriam as atividades realizadas no estágio.

Sendo assim, este trabalho traz minhas experiências e vivências enquanto acadêmica do curso de Serviço Social estagiando no CAPS-Escola e participando de um Grupo de Mulheres.

2. Um pouco da História...

Antes de fazer a contextualização do campo de estágio precisamos compreender um pouco da história, os movimentos passados que deram origem a esses serviços substitutivos ao

[1] Mestranda I no Programa de Pós Graduação em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas-UCPel.
[2] Prof.ª Dr.ª Andréa Valente Heidrich na Universidade Católica de Pelotas-UCPel.

modelo hospitalocêntrico, que são os CAPS, pois se olharmos eles são modos de cuidados em saúde recentes uma vez que a implementação dos CAPS se deu através Lei Paulo Delgado (10.216), que "dispõe sobre a proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental" (BRASIL, 2004). Para isso trago um pouco da história, as questões que antecederam o presente momento que vivemos.

A partir do início dos anos 1970, no período da redemocratização, as críticas aos serviços de saúde orientados numa perspectiva médico cêntrica, curativo e previdenciário suscitaram bandeiras de luta para a construção de um sistema de saúde. Nisso os representantes do pensamento crítico em saúde começam a se articular com a sociedade que estava construindo seus movimentos reivindicativos e denunciando a falência do sistema previdenciário.

O Movimento de Reforma Sanitária, no período da abertura política, deu importante contribuição para reanimar os princípios democráticos na vida social e apontou reorientações para a construção de um novo modelo de atenção sócio-política da saúde. Os reformistas buscavam a universalização do direito à saúde, a unificação dos serviços prestados pelo Inamps e a integralidade das ações. No Brasil, crescia o debate sobre o direito à saúde, em um sentido mais amplo, significava a garantia de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação em todos os níveis, assegurado pelo Estado.

> Dos personagens que entraram em cena nesta conjuntura, destaca-se os profissionais de saúde, representados por suas entidades que ultrapassaram o corporativismo defendendo questões mais gerais como a melhoria da situação saúde e o fortalecimento do setor público, o movimento sanitário tendo o Centro Brasileiro de Estudo de Saúde (Cebes) como veículo de difusão e ampliação do debate em torno das temas saúde e Democracia e de elaboração de contrapropostas, os partidos políticos de oposição que começaram a colocar a temática nos seus programas e viabilizaram debates no congresso para discussão da política do setor além dos movimentos sociais

> urbanos que realizaram eventos em articulação com outras entidades da sociedade civil. (BRAVO, 2006).

Como na dialética tudo se relaciona e todos os movimentos que ocorrem na sociedade são resultantes de um contexto histórico, podemos perceber que nesse período de redemocratização social passa a emergir também na sociedade um movimento que vem de encontro com o da Reforma Sanitária, os anos 70 e 80 constituíram um período realmente especial para a história da saúde brasileira, visto que assistiu a um grande número de mudanças e acontecimentos relacionados à política de saúde e saúde mental.

Assim segundo Yasuy:

> Como a Reforma Sanitária, a Reforma Psiquiátrica (RP) também, se configura, não apenas como mudança de um sub-setor, mas como um processo político de transformação social. O campo da saúde mental é um lugar de conflitos e disputas. Lugar do encontro do singular e do social, do eu e do outro. É, também, o lugar de confronto: das idéias de liberdade, autonomia e solidariedade contra o controle e a segregação, da inclusão e da exclusão, da afirmação da cidadania e de sua negação. Portanto, campo de lutas políticas e ideológicas que envolvem militância, protagonismos, negociações, articulações, pactuações. Assim, a Reforma Psiquiátrica é um movimento político, impregnado ética e ideologicamente e o processo de sua construção não pode ser desvinculado da luta pela transformação da sociedade. (YASUI, 2006)

O movimento da Reforma Psiquiátrica é um movimento social e político, derivado de lutas sociais de todos aqueles que buscam uma nova forma de cuidado. Esse movimento pela reforma psiquiátrica ainda está e curso e que depende de todos aqueles que "vestem a camiseta" e que buscam, coletivamente construir uma nova forma de atenção e cuidado às pessoas com transtornos mentais. Devemos entendê-la como um processo político e social complexo, tendo em vista, ser o mesmo uma combinação de atores,

instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios.

O movimento pela Reforma Psiquiátrica tem início no Brasil no final dos anos setenta. Este movimento tinha como bandeira a luta pelo direitos dos pacientes psiquiátricos em nosso país, o que implicava na superação do modelo anterior, o qual não mais satisfazia a sociedade.

Em 1986 realiza-se VIII Conferência Nacional de Saúde que introduz a saúde na vida de toda a população, propondo além do Sistema Único, a Reforma Sanitária. Contou com a participação de técnicos do setor saúde, de gestores e da sociedade organizada, propondo um modelo de proteção social com a garantia do direito à saúde integral.

Segundo Carlos Simões:

> "Na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasileira em 1986, foram debetidos inúmeros temas inovadores , sobretudo sobre a instituição de um sistema único (inspirado no modelo inglês) e a reação entre saúde públia e a sociedade, com a participação de entidades representativas da sociedade civil.(SIMÕES, 2014.p. 127)

Em 1987, como desdobramento da I CNSM, realizou-se na cidade de Bauru o II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental (II CNTSM) sob o lema "Por uma sociedade sem manicômios"

Em 1988 é promulgada a Constituição do Brasil, denominada Constituição Cidadã, sendo um marco fundamental na redefinição das prioridades da política do Estado na área da saúde pública. Nesta Carta a saúde foi reconhecida como direito todos e obrigação do Estado e devendo se organizar para prestar assistência por meio de um Sistema Único de Saúde – SUS. Ao longo de 1989, as negociações se concentraram em torno da lei complementar que daria bases operacionais para o SUS.

No ano de 1989, um ano após a criação do SUS – Sistema Único de Saúde – dá entrada no Congresso Nacional o Projeto de Lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG). O qual propõe a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e

a extinção progressiva dos hospícios no país. Porém, cabe enfatizar que é somente no ano de 2001, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, que a Lei Paulo Delgado é aprovada no país. A concordância, no entanto, é uma emenda do Projeto de Lei original, que traz alterações importantes no texto normativo.

A normatização do novo modelo assistencial será complementada por outras portarias e leis como, por exemplo, a Portaria GM 336, de 19 de fevereiro de 2002 que irá estabelecer que os Centros de Atenção Psicossocial poderão ser constituídos em três modalidades: CAPS I, CAPS II e CAPS III, CAPS i e CAPS ad, definidos por ordem crescente de porte / complexidade e abrangência populacional.

Assim, segundo a Cartilha do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), os CAPS podem ser definidos como:

> [...] instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimulando sua integração social e familiar, apoiando suas iniciativas de busca da autonomia, oferecendo-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu "território", o espaço da cidade onde se desenvolve a vida quotidiana de usuários e familiares (BRASIL,p. 17).

O objetivo do **CAPS** é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.

Assim os CAPS são um grande resultado desse movimento, é um avanço significativo no modo de cuidar a loucura, são novos lugares para cuidar o "louco" que antes deveriam ficar presos. Visam a reabilitação das pessoas portadoras de transtorno mental na sociedade, mas não somente isso, são uma forma também de mostrar para essa sociedade preconceituosa que é possível sim

cuidar sem trancar, que não precisa esconder o diferente, os "fora dos padrões".

3. CAPS Escola Pelotas: Espaço de cuidado... Espaço de aprendizagem...

Depois de brevemente contextualizada o movimento de luta pela Reforma Psiquiátrica, a consolidação e o que são os CAPS entendo um pouco do global do contexto da saúde mental posso partir para o local, descrever o campo de estágio, as especificidades desse CAPS, as atividades que enquanto estagiaria do curso de Serviço Social participei.

O CAPS Escola foi criado em 2001 é mantido por um convênio da Universidade Católica de Pelotas com a Prefeitura Municipal de Pelotas e tem como principal objetivo a reabilitação psicossocial dos usuários que apresentam transtornos graves. O CAPS-Escola tem como particularidade o fato de ter estagiários acompanhando as atividades diárias para com isso vivenciarem as práticas profissionais o que qualifica a práxis em saúde mental e qualificando a formação dos cursos de graduações na área de saúde e outras áreas afins, tendo em vista essa realidade que transversaliza as relações entre os técnicos e os usuários.

Percebo que o CAPS Escola tem por essa parceria entre Universidade e Prefeitura um diferencial no atendimento. Sabemos que há uma grande precariedade nas condições dos serviços, que há muitos profissionais cansados e desgostosos, que não exercem uma "práxis" profissional deixando de lado a teoria na hora de sua prática e atuação, mesmo que isso não justifique o atendimento esses fatores sinalizam o grande diferencial do CAPS Escola, que é o compromisso da atuação dos profissionais, o cuidado que se tem na realização de suas atividades, o modo como é problematizada as situações, o fato de ser um lugar de formação faz com que os profissionais se retroalimentem continuamente e estejam repensando sobre seus fazeres profissionais.

Os **CAPS** são serviços de saúde abertos e comunitários do Sistema Único de Saúde (**SUS**). São lugares de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais,

psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida. O atendimento realizado no território, a área de abrangência do CAPS Escola é composta por 17 Unidades Básicas de Saúde: Arco Íris, COHAB Tablada I e II, Sanga Funda, Vila Municipal, SANSCA e toda Zona Rural.

Podemos perceber que muitos usuários deste CAPS se deslocam da área rural, essa questão sinaliza principalmente para a forma de abordagem com estes sujeitos, pois o modo de viver apesar de todo o contexto de globalização é diferenciado no "interior" dos centros urbanos e isso irá implicar em todo processo de tratamento da saúde/doença, assim como na investigação/intervenção da atuação profissional do assistente social.

A equipe profissional do CAPS Escola é uma equipe interdisciplinares[3], foca-se na reabilitação psicossocial de forma integral. Portanto não é centrado na figura médica, ao contrário do que é visto nos hospitais psiquiátricos, o cuidado é proporcionado por uma equipe técnica composta por profissionais de diversas áreas, visto que não é somente a saúde que é afetada pelos transtornos mentais, mas sim a vida dos indivíduos e de seus familiares como um todo.

Destaco que o modo de trabalho dentro desse serviço sendo interdisciplinar, proporciona um cuidado integral dos sujeitos não somente da saúde/doença, pois se entende que os transtornos mentais afetam a vida como um todo e isso perpassa pelas relações com seus familiares e comunidade, enfim de todos os fatores inerentes à vida e a cidadania, desse modo esse cuidado torna-se um diferencial no CAPS Escola, serve de exemplo para demais serviços socioassistenciais.

Este serviço conta com uma equipe técnica composta por: quatro psicólogos, duas assistentes sociais, dois técnicos de Enfermagem, dois enfermeiros, dois técnicos de Educação Física,

[3] "A interdisciplinaridade, por sua vez, é entendida como estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados". (VASCONCELOS, 2002 p. 47)

dois médicos psiquiatra, um artesão, um técnico de Artes, um técnico de música e dois da higienização.

Por ser um local de aprendizagem o CAPS conta com um numero representativo de alunos que fazem diversas modalidades de estágio, sejam eles curriculares obrigatórios ou não obrigatórios, atividades complementares específicas (ACE), alunos bolsistas do Programa PET/ Saúde. Os alunos vêm dos diversos cursos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), como: Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Moda, Medicina.

Algo que sempre destaco é que esses alunos que passam por essa vivência de estágio serão profissionais com um olhar diferenciado, valorizando a interdisciplinaridade entre as equipes para compreender a integralidade dos sujeitos usuários, digo isso pois percebi que ao longo das reuniões de estagiários que ocorreram durante o presente período, algo comum nas falas dos estagiários era sobre a importância e valorização da equipe profissional do CAPS Escola no que se referia ao trabalho interdisciplinar voltado para o cuidado na integralidade dos usuários e também manifestando um melhor ambiente de trabalho para estes profissionais, claro que não é dado como verdade absoluta que todos os estagiários que passaram pelo CAPS serão profissionais diferenciados, não podemos ser ingênuos ao pensar isso uma vez que muito se dá do comprometido que o aluno implica em todos os momentos do fazer profissional seja durante o momento do fazer profissional durante a aprendizagem, seja na realidade cotidiana depois de ser um profissional atuante e formado, mas que muitos destes certamente levaram consigo em sua bagagem de aprendizagem esse momento rico na formação.

Segundo o manual do CAPS Escola de 2014 temos que:

> No Serviço o aluno se integra a todas as atividades do local no horário previamente disponibilizado, acompanhando e/ou se responsabilizando por oficinas (até 2), grupos (1), atendimentos individuais de apoio, orientação familiar e acolhimentos de urgência junto com o profissional do plantão de acordo com necessidades da demanda.

Então esse aluno tem a liberdade de conhecer os espaços onde se dá o tratamento em saúde mental dentro do CAPS e estar combinando com seus supervisores quais as atividades em que irá se inserir.

O aluno tem um momento primeiro de aproximação e contato com a realidade, essa é uma forma dos alunos perceberem a especificidade do trabalho no novo modelo de cuidado em saúde mental, diferente do modo outro que era centrado na figura de apenas um profissional. Ao iniciar suas atividades o aluno vai experienciar as diversas rotinas do serviço até chegar o momento em que o aluno participará de uma atividade "fixa", o aluno poderá transitar ao longo de sua vivência por outras atividades caso ocorra outros atravessamentos.

O modo de cuidado no CAPS Escola se dá na perspectiva de perceber o usuário em sua integralidade, como já venho destacando, propiciando assim a conquista de uma maior autonomia e o protagonismo destes frente a sua própria vida. É priorizada as atividades coletivas, através de grupos e oficinas terapêuticas que iram de fato potencializar essa autonomia dos usuários, mas também existe no tratamento o atendimento individual e auxílio medicamentoso.

Os usuários ao chegarem no CAPS Escola passaram primeiramente pelo acolhimento[4], o seguinte "passo" ou momento que ele terá que experienciar nesse novo modelo de cuidado é o grupo de recepção[5] que busca primeiramente informar o usuário sobre como são as práticas desenvolvidas no seio de um CAPS e deixando para ele a liberdade/autonomia de escolher se esse é o modo de tratamento que ele procura, ou não.

Após essas etapas a equipe define quem vai chamar o usuário para a elaboração do Plano Singular Terapêutico – PTS –

[4] Entendo acolhimento como: "Uma atitude que implica, por sua vez, estar em relação com algo ou alguém. É exatamente nesse sentido, de ação de "estar com" ou "estar perto de", que queremos afirmar o acolhimento como uma das diretrizes de maior relevância ética/estética/política". (Acolhimento nas práticas de produção de saúde / Ministério da Saúde. p. 8. 2006).

[5] Aprofundarei mais sobre esse grupo quando descreverei minha vivência em alguns encontros que tive a oportunidade de participar.

onde ficam definidas quais atividades esse usuário irá participar. Esse profissional então estabelece um vínculo maior que o restante da equipe com o usuário, então todos acompanham os usuários, mas esse profissional, passa a ser o técnico de referência – TR. E dessa forma, ele estabelece uma proximidade maior, então é rotineiro que esse chame o usuário para acompanhar o seu processo de reabilitação psicossocial, bem como o usuário chamar o profissional quando notar necessidade.

Junto com o seu TR o usuário poderá escolher dentre as seguintes atividades que são ofertadas no CAPS: Oficinas[6] de tapeçaria, paisagismo, costura, culinária, bijuteria, dança, pintura e expressão, reciclagem, moda, música, marcenaria, pintura em tecido, teatro, agenda cultural, horta suspensa, leitura de mundo e produção do programa da rádio. Os grupos existentes atualmente no CAPS Escola são os seguintes: medicação, tabagismo, jovens, familiares novos e antigos, homens e existem também três grupos de mulheres.

4. Relatando a experiência: uma análise da atividade vivenciada no Grupo de Mulheres I.

Dentro dos espaços grupais do CAPS, existe três que cuidam do ser mulher nos dias atuais e todas as atribuições do papel feminino por meio do Grupo de mulheres, este grupo de Mulheres I que é orientado por uma profissional da equipe técnica e coordenado por estagiários.

[6] As oficinas terapêuticas são uma das principais formas de tratamento oferecido nos caps. Os CAPS têm, frequentemente, mais de um tipo de oficina terapêutica. Essas oficinas são atividades realizadas em grupo com a presença e orientação de um ou mais profissionais, monitores e/ou estagiários. Elas realizam vários tipos de atividades que podem ser definidas através do interesse dos usuários, das possibilidades dos técnicos do serviço, das necessidades, tendo em vista a maior integração social e familiar, a manifestação de sentimentos e problemas, o desenvolvimento de habilidades corporais, a realização de atividades produtivas, o exercício coletivo da cidadania. (Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial, p. 20)

O Grupo de Mulheres I é um dos três grupos de mulheres do CAPS Escola- Pelotas, é orientado pela Assistente Social e também coordenado por estagiários do Serviço Social e Psicologia

O grupo é composto por dez usuárias que e tem pontos sendo um deles e o motivador por estar inseridos nesse espaço que é serem mulheres com um transtorno mental, outras características semelhantes das mulheres que estão nesse grupo é que são todas mães com dupla jornada. Muitas moram no mesmo território, sendo assim utiliza os mesmos serviços da rede e circulam-nos mesmos espaços.

A mulher em nossa sociedade atual tem ainda um reflexo histórico cultural do machismo, sendo assim segundo Mesquita temos que:

> Historicamente as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado, proteção, educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. É importante enfatizar o modo como a perspectiva de gênero reforça a diferenciação de papéis entre os homens e mulheres, determinando o papel feminino como cuidadora e responsável pelo lar e, ao mesmo tempo, desresponsabilizando o homem de qualquer participação na esfera doméstica (MESQUITA, 2010, p. 6)

Assim por ser um grupo de mulheres do CAPS Escola inserido em uma sociedade machista, onde as mulheres são as responsáveis pelo cuidado, percebemos que os assuntos que emergem das usuárias, são muitos deles conflitos que fazem parte de suas rotinas como cuidadoras e responsáveis pelos lares, maridos e filhos.

Um dos aspectos abordados no grupo que demonstra esses cuidados de mães e de como o grupo por ser uma micro totalidade inserida em uma totalidade social que produz diversas manifestações da questão social é o tema relacionado ao envolvimento de seus filhos com as drogas. Muitas se sentem culpados, pois existe muito a cobrança e culpabilização em cima das mães, o trabalho grupal permite que temas como esses sejam problematizados no sentido de reflexão de como está nossa

sociedade atualmente, tirando a culpa dos indivíduos e do isolamento, umas vez que elas apontavam que só com elas acontecia essa situação, e sim percebendo o que está por detrás desse contexto.

Assim no grupo trocamos experiências relacionadas às diversas questões que envolvem ser mulher hoje, a partir da compreensão para além do sofrimento psíquico, com um olhar centrado na integralidade do sujeito mulher.

A proposta do grupo é lidar com aspectos saudáveis e positivos vivenciados pelas mulheres que são mais do que pessoas portadoras de sofrimento psicossocial, são pessoas que tem sim inúmeros aspectos saudáveis, mas que por condições de doença esses são muitas vezes esquecidos ou desvalorizados então necessitam ser salientados.

Essas mulheres usam serviços do SUS, sendo assim muitas trazem um descrédito por esse sistema, achando que não funciona, que nada da certo que seus direitos muitas vezes não são garantidos.

5. Considerando...

A proposta do SUS veio alicerçada na concepção ampliada de saúde, estando compreendido no modelo de atenção, nessa perspectiva, o princípio da integralidade, que articularia os determinantes de saúde, incluindo os sociais. Ou seja, quando se aceita que a doença ou a saúde não são situações estáticas, mas dinâmicas, impossíveis de serem explicadas unicamente pela interação mecânica de partes do organismo humano por isso o trabalho deve ser em equipe interdisciplinar.

Como já exposto anteriormente o trabalho no CAPS Escola-Pelotas é interdisciplinar, o trabalho coletivo, na ótica de Iamamoto "não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potenciar o trabalho conjunto". (IAMAMOTO 2002 p 41). Cada profissão tem sua especificidade,particularidade no foco do olhar os grupos e/ou oficinas e cabe a cada categoria profissional saber

a sua especificidade para que possa ter uma contribuição potencializadora nessa lógica de trabalho coletivo.

O assistente social é um dos profissionais que pode fazer parte da equipe multiprofissional dos CAPS, conforme Portaria 336, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2004). É um profissional que atua na luta pela garantia dos direitos dos usuários que são atingidos pelas diversas expressões da Questão Social, sendo estas as desigualdades e vulnerabilidades sociais existentes, exigindo competência ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa. De acordo com Iamamoto a Questão Social é entendida como:

> [...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

Assim devemos entender que essa questão social tem sua gênese, na determinação da natureza contraditória e essencial do capitalismo, temos, portanto que a Questão Social emerge no capitalismo. Questão Social essa configurada indissociavelmente das configurações assumidas pelo trabalho e pela sociedade burguesa, provocando assim um aumento das desigualdades sociais.

A área da saúde é muito rica para ser trabalhada, desafiadora, mas prazerosa, cheia de histórias de lutas e movimentos sociais, na saúde mental tem a possibilidade de fazer um trabalho intersetorial, abrindo os horizontes e não ficando só apenas nessa área.

Os desafios são constantes, porém é necessário buscar alternativas criativas e propositivas e estratégicas para direcionar sua ação profissional pautada no projeto ético político, para que este não fique subjugado para segundo plano.

Ao realizar o estágio em um CAPS posso perceber que a criação desses são uma das formas que percebemos os avanços no campo da saúde mental. Essa concepção de cuidado em liberdade ainda não está claro para muitos, e esse processo de discernimento

torna-se mais lento em nossa cidade pelo fato de ainda termos um Hospital Psiquiátrico. Enquanto existir essa outra forma de "cuidado" a sociedade tende a não ter uma outra visão.

Através da reabilitação psicossocial, os CAPS, têm a tarefa juntamente com os usuários, de promover ações que desconstruam o preconceito de que a loucura invalida as ações dos usuários frente à sociedade, será na relação com as redes sociais dos sujeitos envolvidos que esse movimento ocorrerá.

Com a possibilidade desse estágio estou percebendo que s CAPS não tem o objetivo de cura da loucura, mas sim fazer com que os usuários consigam lidar com esse nova maneira que estão, aprender a perceber as novas formas que se encontraram, a encarar de frente todo o estigma[1], encontrar meios e formas que estes possam a "andar com a vida".

Referências bibliográficas

AMARANTE, P. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995. 136 p.

_____ (Coord.). *Saúde mental, políticas e instituições: programa de educação à distância*. Rio de Janeiro: FIOTEC/FIOCRUZ, EAD/FIOCRUZ, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada. Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular. 2. ed. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2008.

_____ . Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPE). Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à

1 Tomou-se o estigmatizado como protótipo do banido social, banido por exclusiva culpa sua. Ao defini-lo, penalizaram-no, colocando-o à margem da sociedade. Nesse incessante forjar de proscritos, não se cuidou sequer de perguntar, por exemplo, quem verdadeiramente é o marginal: o estigmatizado que a sociedade marginaliza ou a própria sociedade (GOFFMAN, 1988, p.1).

Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS, 2005. 56p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial. Série F, Brasília, 2004
_____ .*Saúde Mental no SUS. Informativo de Saúde Mental.* Ano Vm nº 24. Brasília: MS, nov/dez, 2006.
BOFF, Leonardo. Saber cuida: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
CRUZ NETO, Otavio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei.
Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. Ser Social, n. 9, p. 159-185, jul./dez. 2001.
GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. (4.a ed.) Rio de Janeiro: LTC, 1988.
HEIDRICH, Andréa Valente. Reforma psiquiátrica à brasileira – análise sob a perspectiva da desinstitucionalização. Tese de doutorado, PPG em Serviço Social, PUC-RS. Porto Alegre: PUC, 2007.
HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 297-305, feb. 2009a.
LOBOSQUE, Ana M. Clínica em movimento: por uma sociedade sem manicômios. Rio de Janeiro: Garamond, 2003
MARTINS, Paulo Henrique ; FONTES, Breno et al. Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas. Recife: Ed. Universatária da UFPE, 2008.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org). Pesquisa social.Teoria, método e criatividade. 16a. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
_____ . O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
SANTOS, Boaventura de Souza. 2007. Renovar a Teoria Critica e Reinventar a Emancipação Social. Boitempo: São Paulo.
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.
VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Abordagens Psicossociais, volume III: perspectivas para o serviço social/** Alexandra

Seabra Eiras, Graziela Scheffer Machado, Lúcia dos Santos Rosa; Eduardo Mourão Vasconcelos (organizador). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.)*Saúde Mental e Serviço Social – o desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

O PERFIL DO USUÁRIO DE CANNABIS EM LOCAIS ABERTOS NAS CIDADES DA FRONTEIRA DO BRASIL COM O URUGUAI: ANÁLISE DE GÊNERO

Nayla Rodrigues Pereira[1]
Marília Mota Bessa[2]
Aline dos Santos Neutzling[3]

Introdução

Este trabalho apresenta um recorde de abordagem quantitativa, cuja equipe é denominada "*High Team*", do projeto "Identificação de indicadores de monitoramento e avaliação dos impactos da nova política uruguaia de regulação da *Cannabis* sobre a saúde pública e o consumo de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai" (*Cannabis*-Fronteira). Tal pesquisa é de abordagem quantitativa e qualitativa, financiado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça e é desenvolvido pela Faculdade de Enfermagem (FEn) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Junta Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai (JND) e a Universidade da República Oriental do Uruguai (UDELAR).

A Pesquisa *Cannabis*-Fronteira tem como principal iniciativa monitorar os efeitos sobre saúde pública e prática de consumo (PdC) da nova lei uruguaia de regulação da *Cannabis* na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai, inicialmente, levantando indicadores para mensurar impactos dessa legislação pioneira nas cidades fronteiriças irmãs e ou municípios de referência no lado brasileiro. Tal necessidade se justifica por, em dezembro de 2013,

[1] Acadêmica da Faculdade de Enfermagem (FEn) da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista quantitativa do projeto Cannabis – Fronteira.
[2] Mestre
[3] Doutora

o Uruguai ter se tornado primeiro país do mundo a legalizar a *Cannabis* através da aprovação da lei uruguaia 19.172 que regulamenta cultivo, venda e consumo de *Cannabis*. Essa política de regulação busca proteger os cidadãos uruguaios dos riscos à saúde e violência relacionados ao tráfico de drogas, permitindo o autocultivo, clubes canábicos e a venda de *Cannabis* em quantidades controladas por farmácias licenciadas pelo governo uruguaio (URUGUAY, 2013).

No entanto, essa legislação pioneira pode gerar impactos não apenas internos para a população uruguaia, mas também internacionais entendendo que as fronteiras entre os países , aqui denominada "zona de fronteira" é um local que transcende a geografia dentre duas nações e evidência o denso fluxo de energias, corpos e culturas. A zona de fronteira é um local com especificidades bastante peculiares, desde a rede de atenção primária à saúde a serviços de gestão, que precisam atentar para a dinâmica fronteiriça estabelecida no seu território (Lemões, 2012). Nesse contexto, é provável que as primeiras áreas fora do território uruguaio a serem afetadas por essa nova política serão as zonas fronteiriças geograficamente. Existem 6 cidades brasileiras na fronteira com o Uruguai (Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Jaguarão, Quaraí e Santana do Livramento) e é por elas onde ocorrem as principais interações transfronteiriças; além das cidades consideradas referência econômica e de atendimento em saúde (Bagé, Santa Vitória do Palmar e Uruguaiana) para as pequenas cidades fronteiriças

Figura 1: Fronteira entre Brasil e Uruguai
Fonte: Acervo do projeto

No Brasil, o acesso pleno da população brasileira à saúde é garantido por lei e executado pelo Sistema Único de Saúde entendendo a integralidade e a equidade no acesso aos serviços de saúde para todos e todas (BRASIL, 1990).

A pesquisadora Wilma Villela (2009) abordagem do processo saúde-doença se utilizando as relações de gênero é uma construção à partir da articulação das ciências sociais e humanas com a saúde coletiva, em conjunto com a epidemiologia e a política, se utilizando essas disciplinas mencionadas, apropriando-se do seu entendimento das desigualdades sociais na produção das doenças e da experiência de bem-estar entendido como saúde. Temos a compreensão que gênero é uma potência estruturante das identidades humanas, definindo "modos de andar a vida", exaltando a supremacia masculina em várias esferas da vida social, como acesso ao poder e a riquezas. Nesse sentido, os processos em vida, de adoecimento e morte das pessoas se organizam a partir das desigualdades de gênero.

Entre os princípios do SUS a promoção de equidade tem como direcionamento o reconhecimento das necessidades específicas de grupos em maior vulnerabilidade, como as mulheres negras e as pessoas trans, por exemplo, agindo para garantir o seu acesso de saúde numa dimensão ampliada, atendendo às suas doenças, porém principalmente a sensação " de bem-estar e satisfação que deriva do sentir-se respeitado e acolhido" (Villela, 2009).

Nesse sentido, o reconhecimento das desigualdades provenientes do gênero para a promoção de equidade é uma responsabilidade do SUS para a promoção de saúde. Considerando o contexto fronteiriço da pesquisa, é necessário conceituar que para os uruguaios residentes no Brasil, estes também têm direito aos serviços prestados pelo SUS desde que portando a Carteira Modelo 19 (fronteiriço) e comprovante de residência. Porém, a exigência dessa documentação acaba tornando-se uma barreira de acesso aos serviços de saúde aos estrangeiros (GIOVANELLA et al., 2007).

Quanto ao uso de drogas, a maior pesquisa sobre o assunto foi realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e delineou o perfil dos usuários de crack no Brasil e estimou a proporção dessa população nas 26 capitais e no Distrito Federal. Esse estudo também identificou dificuldade de acesso por parte dos usuários de crack a serviços de saúde e assistência, ainda que a maior parte dos entrevistados revelou interesse em buscar tratamento para a dependência química. Porém esse distanciamento não está esclarecido na pesquisa, levantando questionamentos acerca do afastamento entre usuários que desejam tratamento e os serviços oferecidos.

Pensando nas possibilidades de aprimoramento das políticas públicas de saúde nessa região, universaliando o acesso à saúde, o projeto Cannabis Fronteira se destaca na identificação de indicadores para o monitoramento e avaliação de mudanças na saúde pública nessa zona de fronteira após a implementação da nova política uruguaia de regulação do mercado de *Cannabis*. A falta de dados publicados sobre o consumo e as práticas de uso de

Cannabis na zona de fronteira sul do Brasil também incentiva o monitoramento de indicadores relacionados a esse tema.

Durante a pesquisa, a utilização do sexo biológico como marcador para identificação de pessoas - semelhante às pesquisas de demografia brasileiras (IBGE, 2010) e consoante com pesquisas nacionais e internacional (CARLINI *et al*, 2006; UNODC, 2015) - foi realizada sem aparente problematização das possíveis exclusões por não se "encaixarem" dentro da conformação binária heteronormativa predominante (Butler, 2003). O gênero utilizado nas publicações como sinônimo de mulher biológica, discorre congruente a invisibilização das pessoas que tem seus gêneros ou corpos lidos como "abjetos" (Butler, 2004).

Considerar o gênero como um marcador para traçar o perfil de um usuário de saúde é importante, entendendo que os recortes de gênero e identidade de gênero são Determinantes Sociais de Saúde (2010). Nesse sentido, as publicações nacionais e internacionais que apontam para os perfis de usuário de substâncias psicoativas (CARLINI *et al*, 2006; Grella 2008; UNODC 2014) são relevantes para o desenvolvimento de tecnologias de cuidado que estejam adequadas as necessidades e especificidades relacionadas com o gênero do usuário (Ellen Tuchman 2010, National Treatment Agency for Substance Misuse, 2010).

Relacionando as necessidades de estudos na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, neste trabalho é apresentado um recorte com os dados parciais do perfil de gênero das pessoas observadas consumindo *Cannabis* em locais públicos de uso da droga nas cidades visitadas entre Janeiro e Março de 2016. Também foram identificados os Pontos de Consumo de *Cannabis* em locais públicos das cidades irmãs ou/e de referência na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

Metodologia

Como citado anteriormente a pesquisa *Cannabis*-Fronteira vem de uma perspectiva metodológica qualitativa e quantitativa, porém como mencionado anteriormente, este presente trabalho é

um recorte. A coleta de dados quantitativos integra os objetivos propostos na primeira fase de uma metodologia inovadora que conta com observação sistemática, fotografia e mapeamento por Sistema de Informação Georeferenciada (SIG) dos pontos de consumo de *cannabis* em locais públicos e externos. Para cada pessoa observada consumindo, instrumentos de observação, identificação fotografia e coordenadas geográficas foram preenchidos. Porém, para um local ser considerado um ponto de consumo, era necessário um mínimo de duas observações de consumo com uso compartilhado, ou seja, mais de duas pessoas fumando juntas.

Em dezembro do ano de 2015, houve a seleção dos membros do *HighTeam*, a equipe de abordagem quantitativa da pesquisa. A equipe coordenada pela Dr. Aline Neutling, é multidisciplinar, com membros de diferentes áreas do conhecimento, que juntos desenvolveram os instrumentos para observação de local público, as rotas e o plano de viagem. As rotas foram pré-definidas a partir do mapeamento das cidades visualizando otimizar o trajeto dentre os prováveis locais de uso, pensando em cobrir maior extensão de área urbana além de permitir o registro da localidade em tempo real utilizando-se de um *Global Positioning System* (GPS). Os observadores, fotógrafos e responsáveis pelo georreferenciamento foram treinados individualmente em período prévio ao início das saídas de campo, além da realização de um teste piloto com saídas de campo no município de Pelotas/RS, quando aplicaram o protótipo dos instrumentos fornecendo a possibilidade de aplicar as habilidades e competências necessários para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Com as conclusões do teste piloto, foi possível retirar as questões que no momento de campo não se apresentaram necessárias, além de inclusão de outras perguntas relevantes, refinando o instrumento e a sensibilidade dos observadores ao ambiente e usuários. Como mencionado anteriormente, nesse instrumento, o sexo biológico foi utilizado como marcador de gênero nos indivíduos pesquisados, sendo apenas homem e mulher categorias presentes no instrumento.

Figura 2: Mapa da cidade de Santa Vitória do Palmar, com as 7 rotas traçadas no programa Google Earth. Fonte: Acervo do projeto/ Google Earth

Durante os meses de Janeiro e Março de 2016, equipes compostas por, no mínimo, cinco integrantes (três observadores, um fotógrafo e um responsável pelas rotas e GPS) viajaram para cada uma das nove cidades citadas no projeto e lá permaneceram por sete dias, realizando rondas nos três diferentes turnos: manhã (7 h às 13 h), tarde (13 h às 19 h) e noite (19 h às 01 h). Para a pesquisa, a equipe *HighTeam*. A análise dos dados coletados com o preenchimento dos mencionados instrumentos permitiu traçar perfil do usuário, caracterizar os locais públicos de uso e padrão de consumo de *Cannabis*.

Resultados e discussão

A apresentação dos dados parciais de acordo com a metodologia acima, as rondas e a observação sistematizada proposta levantaram levantados 31 pontos de consumo (PdC) nas 9 cidades investigadas na fronteira ou cidades de referência entre o Brasil e o Uruguai. A observação também fez o levantamento do quantitativo de pessoas integrando a cena de consumo, dessa forma, 2 114 pessoas nos locais públicos de consumo, sendo que 667

dessas(es) indivíduos (31,5%) estavam utilizaram a *Cannabis* durante a observação sistematizada. Há diferença significativa ($p<0,05$, teste t de Student) no número de usuários identificados como masculinos (559 pessoas) e femininos (108 pessoas).

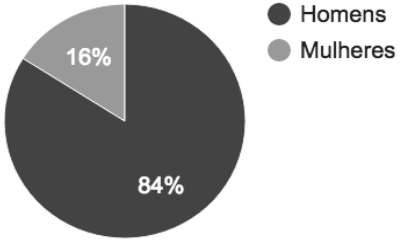


Figura 3: Porcentagem de pessoas identificadas como homens e mulheres durante as observações nas 9 cidades visitadas. Fonte: Resultado da pesquisa

Resultados de estudos nacionais (CARLINI et al, 2006), onde a prevalência de uso de *Cannabis* na vida é maior para o sexo masculino, corroboram os dados encontrados na Zona de Fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Não foram mencionadas pessoas com identidades de gênero fora da prerrogativa heteronormativa.

Deve-se atentar para a possibilidade reducionista de encaixar o gênero dentro de expressões categorizadas e estereotipadas de uma forma binária (homem e mulher) e inflexível. A filósofa Judith Butler (2010) discorre sobre o sistema binário como uma hipótese de que exista uma relação correspondente entre o gênero e o sexo, nesse sentido, seria restrito à possibilidade do sexo biológico. No entanto, parte-se da ideia de gênero como uma construção de performances masculinas e femininas, socialmente localizadas, rompendo com a binariedade.

As disparidades entre pessoas femininas e masculinas encontradas na pesquisa fomentaram o interesse de analisar as abordagens de pesquisas no que tange diferenças entre gêneros relacionados com consumo de *Cannabis*. Gêneros são construções sociais que localizam corpos na materialidade, autorizando e desautorizando transito e ações desses corpos (SCOTT, 1990; BUTLER, 2009), sendo necessárias reflexões sobre os papeis

sociais esperados das mulheres e seus reflexos no consumo de *Cannabis* (UNODC, 2014), considerando ainda maior dificuldade de mulheres acessarem serviços de acompanhamento para situações de abuso e dependência (HM, 2010). Através dos resultados e questionamentos levantados, a pesquisa *Cannabis* Fronteira procura ser um intrumento para orientar as políticas públicas sobre saúde e práticas de consumo de *Cannabis* na região de fronteira com o primeiro país a legalizar o plantio, distribuição e consumo dessa planta.

Considerações finais

A observação sistematizada dos ambientes de consumo de *Cannabis* possibilitou pensar em uma nova perspectiva no que diz respeito ao possível envolvimento entre a localidade e o usuário de *Cannabis*. Isso pode ser observado durante as rotas nas cidades participantes do estudo

Figura 4: Um ponto de consumo de *Cannabis* levantado nas cidades da fronteira com o Uruguai. Fonte: Acervo do projeto.

Considerar gênero na discussão dos resultados também se apresenta como relevante para obter impressões reais sobre

usuários de *Cannabis*, uma vez que as especificidades de necessidades de saúde e de consumo de *Cannabis* na literatura são descritos como diferenciados à depender do gênero do usuário. Porém fica explicito a baixa disponibilidade de literatura científicas a respeito de pontos de consumo de drogas, o perfil do usuário e as identidades de gênero visto que documentos importantes como o *World Drug Report* 2015, por exemplo, nem sequer questiona as diversidades acerca de sexualidade e identidade de gênero.

Referências

URUGUAY, Republica Oriental del. Ley nº 19,172. Marihuana y sus derivados control y regulación del estado de la importación, producción, adquisición, almacenamiento, comercialización y distribución. Disponível em : < http://www.correo.com.uy/otrosdocumentos/pdf/Ley_19.172.pdf >. Acessado em 25 de maio de 16.

BRASIL. **Lei n.8.080** de 19 de setembro de 1990 e Lei 8082 de 1992. Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasilia, 1990. Seção1, p.18055 – 18059

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

LEMÕES, M. **Sistema Integrado de Saúde em região de fronteira: desafios de acesso da população aos serviços de atenção primária à saúde**. Especialização em Gestão em Saúde— [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. Tradução de André Rios e revisão técnica de Márcia Arán. **Physis Revista de Saúde Coletiva**; v.19, n.1. p. 95-126. 2009.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARLINI, E.A.; GALDURÓZ, J.C.F.; NOTO, A.R.; FONSECA, A.M.; CARLINI, C.M.; OLIVEIRA, L.G.; NAPPO S.A.; MOURA, Y.G.;

SANCHEZ, Z.V.M. II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia, UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 468 p., 2006.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n.2, jul./dez 1990.

VILLELA, W. V. . Relações de Gênero, processo saúde doença e uma concepção de integralidade. BIS. **Boletim do Instituto de Saúde** , v. 48, p. 26-31, 2009.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2014**. Disponível em : < https://www.unodc.org/documents/wdr2014/World_Drug_Report_2014_web.pdf>.

HM, United Kingdom, National Treatment Agency for Substance Misuse. "**Women in drug treatment: what the latest figures reveal**", London, 2010.

TUCHMAN,E. "Women and addiction: the importance of gender issues in substance abuse research**", Journal of Addictive Diseases**, vol. 29, n. 2, p. 127-138. 2010

ARTICULAÇÃO DE REDES DE CUIDADO NA POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT - experiências da equipe de um serviço de saúde no RS

Nayla Rodrigues Pereira[1]
Djeniffer Rodrigues Coradini[2]
Rosane de Fátima Cardoso[3]

Introdução

Esse trabalho apresenta um recorte ações realizadas na 3ª Coordenadoria Estadual de Saúde (CRS) no Núcleo de Ações em Saúde, nas Políticas de Saúde das Diversidades (População Negra, Indígena e Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual [LGBT]). As ações aqui descritas apresentam resultados parciais as intervenções propostas pela equipe no que tange as populações LGBT nos municípios sobre abrangência da regional. A terceira coordenadoria tem responsabilidade de organização e articulação de serviços em 22 municípios gaúchos sendo eles: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. A regional apresenta área de abrangência de aproximadamente 32.789,5 quilômetros quadrados, com uma população constituída por 845.135 pessoas (IBGE, 2010). Destes municípios sobre responsabilidade da regional, a cidade com maior população é Pelotas, com 306.193

[1] Acadêmica da Faculdade de Enfermagem (FEn) da Universidade Federal de Pelotas e estagiaria da 3ª coordenadoria estadual de saúde trabalhando com as populações da Diversidade (população Negra, Indígena e LGBT). Contato: pereira.nayla@gmail.com
[2] Psicóloga - Especialista em Saúde Mental pelo SUS e Endodontia
[3]

pessoas, onde também se situa a sede física da terceira coordenadoria estadual de saúde.

Considerando os dados de março de 2016, a 3ª Coordenadoria Estadual de Saúde está constituída por 1.630 (um mil seiscentos e trinta) estabelecimentos/serviços de saúde cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) distribuídos dentro da Região de Saúde Sul (#21). Os programas e políticas desenvolvidas no setor de ações de saúde são: Programas e políticas desenvolvidas no setor (repetiu): Atenção Básica, Programa Saúde na Escola, Saúde da Criança, Saúde do Adolescente, Saúde do Idoso, Núcleo Regional de Educação em Saúde Coletiva (NURESC,) Sistema de Informação sobre Mortalidade/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SIM/SINASC), Primeira Infância Melhor (PIM), IST/HIV e AIDS, Saúde Bucal, Saúde Mental, Saúde do Homem, Saúde da Mulher, Tabagismo, Saúde das Populações Indígena, Negra, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT).

Para melhor entendimento das particularidades envolvidas no desenvolvimento das atividades previstas, durante a vivência no serviço regional da coordenadoria de saúde, se faz necessário entender da trajetória do Sistema Único de Saúde no Brasil, dos moldes remanescentes da década de 80 até a municipalização dos serviços atualmente. O cenário na década de 80 era caótico, com divisão entre os cidadãos no sistema público de saúde brasileiro entre os incluídos e os não incluídos economicamente. Tal situação ocorrida em período de grande repressão popular durante a ditadura militar no Brasil. Foi somente com a insurgência de movimentos sociais e políticos, em defesa do retorno do regime democrático, como a VIII Conferência Nacional de Saúde, que foi fomentada a criação e institucionalização do Sistema Único de Saúde através da Lei...) por meio da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 de 1990 (BRASIL, 2011). Seguindo a linha histórica e relacionando com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), de 1990 a 2016 foram formuladas uma série de portarias e normatizações regulamentando os mais variados aspectos da descentralização e demais processos desencadeados dentro do SUS. Nesse sentido, em 2006 o Pacto pela Saúde se une com as

demais Normas Operacionais Básicas vigentes para alavancar o processo de regionalização além da assistência em saúde, estimulando à conformação de sistemas regionais que deem conta da organização da saúde com base no princípio da integralidade das ações e serviços (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

As conquistas de políticas públicas para as pessoas LGBT é uma construção dos movimentos sociais no Brasil que se iniciou nos anos 80 (Brasil, 2010). Atualmente a população LGBT conta com a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI- LGBT), que evidencia o respeito aos direitos humanos, enfrentamento de violências, direitos sexuais e reprodutivos, além da inclusão da pauta em programas de educação permanente (Brasil, 2010). Tal política também insere as violências sofridas pela população por ódio (homo-bi-les-transfobia), a orientação sexual e a identidade de gênero como Determinantes Sociais de Saúde (DSC), entendendo a natureza interseccional destes vetores na produção de condições que colocam essa população em maior vulnerabilidade. A população trans* conta com a portaria 2.803/2013 que amplia e redefine o processo transexualizador, aprova novos procedimentos cirúrgicos, e acaba formalizando as responsabilidades da Atenção Básica (AB) com o/a usuária/o quanto porta de entrada no SUS e outras disposições. O mais recente avanço se deu com decreto assinado pela Presidenta da República Dilma Rousseff nº 8.717/2016, que dispõe sobre o uso do nome social em todo o âmbito nacional. O mais recente retrocesso também já foi protocolado na Câmara dos Deputados sob liderança do político evangélico João Campos do PRB-GO, o projeto de decreto legislativo (PDC) - 395/2016 que tem a prerrogativa de sustar o decreto 8.717/16 e retirar o direito ao nome social das pessoas trans (Congresso em Foco, 2016). Fica evidente a necessidade de se naturalizar e discutir as diversidades dentro do ambiente de gestão e atendimento em saúde, entendendo que os direitos humanos não são mera moeda de negociação de setores conservadores da política-sociedade brasileira.

A primeira versão da Portaria MS nº 675 de março de 2006, aprovou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que veio consolidar os direitos e deveres do exercício da cidadania na

saúde no País, estabelecendo os direitos das pessoas trans e das travestis, utilizarem o nome social, assim como tê-lo registrado no prontuário, de acordo com o terceiro princípio desta Carta. Dentre outros direitos assegurados, estão o do acolhimento humanizado na rede de serviço de saúde, sem quaisquer discriminações, restrições ou negações em relação a idade, raça, cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, características genéticas, estados de saúde, pessoa vivendo com deficiência, ser portador de patologia ou condições econômicas e/ou sociais.

Tendo em vista os direitos assegurados pela portaria citada acima, é importante colocá-la em relação a população alvo deste trabalho, a população LGBT, num posicionamento também político em defesa dos direitos à saúde das pessoas que se constituem como marginalizadas. Não é objetivo deste trabalho trazer as discussões sobre as zonas conceituais, as definições terminológicas que podem ser de ordem arbitrária e que são discutidas entre os interlocutores do movimento LGBT, mas é preciso esclarecermos, a dicotomia existente entre transgênero e cisgênero. Eder Fernandes (2015), em relação a classificação de corpos, nos diz que há um grupo de corpos designados como cisgênero que se opõem ao trans, para aqueles que estão em conformidade com o gênero biológico. Neste sentido, o indivíduo chamado de cisgênero exerce sua identidade – de matriz heteronormativa – em alinhamento com o seu sexo biológico, Portanto, considerando um modelo binário, nele de antemão, estão excluídas as pessoas intersexuais, ou seja, aqueles sujeitos que possuem caracteres biológicos sexuais ambíguos, o que dificulta o enquadramento destas pessoas entre o dicotômico masculino/feminino, sendo nomeados como um terceiro gênero biológico (FERNANDES, 2015).

Dentro da diversidade de identidades abarcadas pelo termo trans, encontramos o subgrupo das travestis, com relevante importância política. A expressividade de gênero das travestis é visível na forma como mostra sua corporeidade, na utilização das roupas, dos procedimentos cirúrgicos e estéticos conforme o interesse singular de cada uma. (FERNANDES, 2015)

Portanto, a definição de transfobia traz em si um sentido ampliado, configurando-se como uma aversão, um ódio, a toda e qualquer pessoa da comunidade trans, apresentando-se com modos variados de manifestação, seja como ameaças, insultos, violências físico-corporal direta ou indiretamente, violência sexual e estupro. Pode-se compreender que a transfobia mantém uma relação intrínsica com as normas referentes aos gêneros. Dentro dos debates mais amplos sobre xenofobia e o racismo, a tranfobia está inserida mais especificamente naqueles que tratam da homofobia e lesbofobia (Fernandes, 2015). Entendendo as particularidades que envolvem a temática da saúde para as populações LGBT, e percebendo que as pessoas sofrem cotidianamente cargas de violências praticadas nas instâncias regidas pelo Estado (saúde, cidadania, direito) e violências advindas da *sociedade ocidental com uma prerrogativa heteronormativa, esse trabalho* tem o escopo de apresentar um recorte das intervenções realizadas pela equipe das Diversidades durante o período de março de 2016 a maio do mesmo ano.

Metodologia

O estágio na 3ª CRS faz parte do estágio curricular obrigatório do 9º semestre da Faculdade de Enfermagem da UFPEL, promovendo a inserção da acadêmica no ambiente de trabalho. A vivência se iniciou no mês de março de 2016 com a previsão de término no mês de julho de 2016. A construção do projeto de atuação é um pré-requisito obrigatório para a conclusão do semestre acadêmico vigente. Este estágio sofreu uma reformulação neste ano de 2016, dando-se numa primeira fase através de uma construção em conjunto, entre Núcleo de Ações em Saúde da 3ªCRS e Setor de Estágios da Faculdade de Enfermagem/UFPEL. Entre as conversas à distância ocorreram duas reuniões presenciais, em que foram definidos e aceitos os norteadores do estágio. Num segundo momento, após definida a área de interesse da estagiária pela Política Saúde das Diversidades, a qual abrange a saúde das populações negra, indígena e LGBT, sendo esta última o seu foco prioritário, foi

iniciado o trabalho propriamente dito. É interessante ressaltar que este estágio, pela primeira vez se dá com esta política em específico, e nasce de um desejo da equipe de romper com espaços e lugares pré-determinados, com uma valorização e/ou dos saberes já postos, como na aceitação e construção de novos olhares sobre as políticas de saúde e as populações a quem elas se dirigem. E é neste contexto de inovação que o papel da(o) estagiário sofre um movimento, desloca-se de lugar, numa constante alternação entre o lugar de educador e o do educando. Foi realizado um levantamento dos problemas percebidos pela equipe das Diversidades em relação as populações citadas e nas especificidades de cada um dos vinte de dois municípios que compõem a Regional, aliado as prioridades já definidas anteriormente pela equipe. Começou-se a delinear as possibilidades de ações dentro do tempo e recursos que se tinha disponível, audiovisuais, veículos para os deslocamentos, computadores, material gráfico e outros. A eleição dos objetivos ocorreu após elencamento das possibilidades de ação da equipe e classificação de prioridades amparadas pelas legislações brasileiras disponíveis. O projeto também pretende apresentar para a equipe das ações em saúde da 3ª CRS um consolidado com as ações realizadas, as dificuldades encontradas e sugestões para o trabalho da equipe das diversidades.

Ações Realizadas

Como mencionado anteriormente, esse trabalho apresente os relatos de resultados parciais das atividades desenvolvidas. O primeiro momento da organização aconteceu com a criação de um cronograma de atividades para serem desenvolvidas, além de um plano de trabalho para a realização dos nossos objetivos. O quadro pode ser encontrado abaixo com maior descrição das atividades. Além disso, não ilustrado abaixo, também tínhamos como objetivo realizar contato com os 22 municípios solicitando um responsável pela Coordenação Municipal de Saúde LGBT;

Problemas levantados	Objetivos específicos	Metas	Plano de ação
Poucas informações sobre o tema nos cursos de graduação, mídia e dentro das políticas de saúde.	Construção de calendário de ações de educação permanente com a equipe (qualquer pessoa interessada) da 3ª coordenadoria de saúde.	4 atividades	Reunião com demais membros da equipe das diversidades, organização da atividade.
	Realização da atividade de educação permanente com os trabalhadores da 3ª coordenadoria com a tema: População LGBT.	100% dos profissionais presentes na coordenadoria	Organização da atividade, realização de oficina com colega da pedagogia e drag Monique Landelli, conversa sobre sexualidades e gêneros.
	Realização de atividade de capacitação dos municípios visando em qualificar atenção em cuidado nas diversidades podendo ser realizada a mesma atividade com os movimento sociais que demonstrarem interesse.	100% dos municípios da regional	Organização da atividade conversando com a gestão e trabalhadores de saúde sobre sexualidades e gênero, procurando articular e sensibilizar sobre as demandas de saúde das populações minoritárias.
Pouco contato com as movimentações sociais por parte da coordenadoria das diversidades	Mapeamento das movimentações sociais nos municípios e envio de carta de apresentação da equipe e convite para reunião para as organizações da sociedade civil militando com a temática das populações minoritárias.	100% dos municípios da regional	Busca ativa online por meio do google e facebook; conversa com pessoas de movimentos sociais
	Participação em evento estadual de articulação LGBT representando a coordenadoria de Diversidades.	1 evento	Conhecer pessoas e estabelecer conexões com pessoas trabalhando com as diversidades.
	Participação em evento municipal de mulheres representando a coordenadoria de diversidades.	1 evento	Conhecer pessoas e estabelecer conexões com pessoas trabalhando com as diversidades, participando dos momentos de fala e construção além de apresentar a coordenadoria aos movimentos sociais
	Articulação da Coordenadoria de Saúde com os movimentos sociais dos municípios visando o fortalecimentos das redes entre atores.	100% dos municípios da regional	Busca ativa online por meio do google e facebook; envio de email; conversa com pessoas de movimentos sociais.

Figura 1: Quadro demonstrativo com as ações à serem implementadas.
Fonte: Acervo pessoal.

A construção do calendário de atividades de educação permanente ocorreu com a equipe das diversidades acompanhada pela chefia do departamento de ações em saúde, na pessoa da servidora estadual Mara Elis Ferreira Fredes. Com a definição das datas, partimos para a seleção de materiais e métodos para o desenvolvimento dos momentos de educação permanente. Apesar da existência da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Brasil, 2009) e de estar prevista a inclusão da saúde de LGBT na educação permanente de trabalhadores, gestores e conselheiros da saúde, essa prática não é observada no cotidiano destes trabalhadores. Nesse sentido, a leitura de evidências científicas contemporâneas, acompanhado pela leitura sensível do cenário atual relacionado com a temática, a equipe selecionou textos de apoio e votou por exibir o documentário Doméstica (2012) na primeira atividade desenvolvida pela equipe.

Figura 2: Sala das ações em saúde no dia da primeira atividade de educação permanente. Fonte: Acervo pessoal

A atividade ocorreu na sede da 3ªCRS, com a exibição do documentário mencionado acima para cerca de 50 trabalhadores, com a oferta de coffee break. Após o filme, realizamos uma rodada de conversa com as-os participantes, procurando relacionar a temática do filme com as situações cotidianas de racismo institucionalizado, atentando para a necessidade de compreender a natureza interseccional das opressões vivenciados por grupos minoritários, necessitando de uma visão ampliada para fazer recortes relativos a gênero, raça e classe (CRESHAW, 1989).

Pensamos que problematizar a prática de saúde em uma dimensão social, de acordo com Oviromar Flores (2007), abrangendo a função política, econômica, social e ideológica, ultrapassando os limites das intervenções sobre os corpos e os limites dos ambientes institucionais da saúde, como centros de saúde, hospitais e etc. Para a construção de um processo educativo, de acordo com Paulo Freire (1987) privilegiando relações de comunicação que baseiem-se no diálogo, na horizontalidade, no respeito, de forma a garantir que os discursos dos sujeitos possam acontecer no espaço da conquista da cidadania e da geração de autonomia. O trabalho de Fátima Machado et al (2007),

problematiza as potencialidades de um atendimento em saúde e entende que, quando o profissional pauta sua prática com dimensões políticas e sociais, esse momento de troca profissional e usuário pode ser prática social potencialmente educativa. Pensando na perspectiva de um conceito amplo de saúde, essa prática tem como principal característica buscar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio da superação das desigualdades sociais e do olhar crítico para a sociedade, aperfeiçoando a compreensão da realidade, visando à sua transformação (SABÓIA, 2003). Como resultado esperado das ações acima descritas, o fortalecimento da apropriação por parte dos trabalhadores de saúde sobre a população negra eo racismo agindo como vetor no seu processo saúde-doença, o gênero e raça como potências que agem ativamente na vida das pessoas, inclusive autorizando ou não sua presença em espaços-acesso à serviços, toda essa construção é um dos objetivos que embasam as ações de prática de saúde potencialmente educativa.

O trabalho na equipe das Diversidades também aconteceu em conjunto com os movimentos sociais LGBT e ONGs da cidade de Pelotas que trabalham com as populações LGBT. Para a construção desse vinculo, a equipe fez um levantamento usando a busca na internet (*Google*) e na rede social *Facebook,* enviou e-mail de apresentação para os movimentos e ONGs encontrados na busca, concentrados apenas nas cidades de Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul. Também participamos da III Conferência Estadual LGBT,I Fórum de Saúde LGBT (não me lembro direito o nome, daquele com o yuday) em Porto Alegre, I Simpósio de gênero e diversidade da UFPel que nos permitiu divulgar o trabalho da 3ª CRS no que tange a saúde, quanto grupo ativo para parcerias e articulações para as pessoas LGBT. Nosso trabalho foi reconhecido com o convite realizado pela ONG Vale a Vida para participar da mesa "completar nome da mesa" no evento " Transcidadã ".

Figura 3: Participação na mesa do evento Transcidadã organizado pela ONG Vale a vida em parceria com o Departamento DTS-AIDS e hepatites virais de Pelotas. Fonte: Acervo pessoal

Como sugere o nome da mesa, a conversa com as mulheres presentes foi referente as políticas de saúde que "normatizam" seu acesso aos serviços de saúde, sendo essas a PNSI- LGBT, a portaria 2.803/2013 e o decreto nº 8.717/2016. Conversamos também sobre as alternativas possíveis de contato à ouvidoria do SUS, da Secretaria de Saúde do Estado e o disk 100- direitos humanos além de apresentar a ficha de notificação de violências 5.1, que possibilita qualificar a violência sofrida por discriminação, motivada por ódio direcionado as pessoas LGBT. As mulheres travestis e trans presentes neste evento nos demonstraram, com muita clareza, que essa população precisa de ações efetivas urgentes. A dificuldade de acesso à hormonioterapia foi relatada pelas participantes e é evidenciada na literatura, os trabalhos de Benedetti (2005) e Silva (2007) apontam para sobre a prática recorrente da automedicação dos hormônios e seu uso abusivo pelas travestis consultadas. O único local atualmente licenciado pelo Ministério de Saúde no Rio Grande do Sul é o Hospital de Clinicas de Porto Alegre, que desde o último contato telefônico em abril de 2016 tinha uma lista de espera grande para a primeira consulta.

Conclusão

Foram encontradas dificuldades junto aos municípios de referenciar servidores para coordenar a Políticas de Saúde para População LGBT, pois obtivemos uma taxa de não resposta bastante significativa, impossibilitando qualquer contato com a gestão do município. A falta de financiamento estadual pode ser encarada como barreira para a articulação de tal Política, visto que o incentivo financeiro abre um precedente para um encontro presencial, bem como o preconceito e a discriminação que os assuntos referentes as populações LGBT enfrentam no cenário brasileiro atual.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação Estruturante do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CONGRESSO EM FOCO. Deputados querem impedir uso de nome social por transexual no serviço público. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/deputados-querem-proibir-uso-de-nome-social-por-transexual-no-servico-publico/>. Acessado em: 05 de junho de 2016.

DOMÉSTICA, Brasil, Documentário, vídeo HD, 75 minutos, cor, stereo. 2012.

FERNANDES, E. Violência e ressentimento: um ensaio sobre as raízes da transfobia. In: Ribeiro Rice GEISLER, A. Protagonismo Trans* Política, Direito e Saúde na Perspectiva da Integralidade. Traducao . 1. ed. Niterói: Alternativa, 2015.

FLORES O. 2007. O agente comunitário de saúde: caracterização da sua formação sóciohistórica como educador em saúde. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2007.

FREIRE P. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados demográficos (2010). Disponível em :< http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431490 >. Acessado em 28 de março de 2016.

MACHADO MFA, MONTEIRO EML, QUEIROZ DT, VIEIRA NFC, BARROSO MGT. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. Ciência & Saúde Coletiva 2007; 12(2):335-342.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Informações estratégicas (2010). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/descentralizacao/inf_est_regional.php&gt>. Acessado em 28 de março de 2016.

Ministério da Saúde. Portaria 2.803. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acessado em 11 de maio de 2016.

PRESIDENTA DA REPÚBLICA. Decreto 8.717. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>. Acessado em 11 de maio de 2016.

Sabóia VM. Educação em Saúde: a arte de talhar pedras. Niterói: Intertexto, 2003.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚdE. Informações 3ª coordenadoria de saúde (sem data). Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/lista/160/3%C2%AA_CRS_%28Pelotas%29>. Acessado em 28 de março de 2016.

Secretaria Estadual de Saúe. Informações 3ª coordenadoria de saúde (sem data). Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/lista/160/3%C2%AA_CRS_%28Pelotas%29&gt. Acessado em 28 de março de 2016.

GT 3 - GÊNERO E VIOLÊNCIA

A LEI 13.104/2015 E SUA APLICABILIDADE APÓS UM ANO DE VIGÊNCIA

GUSMÃO, Carolina Flores[1]
OLEA, Thais Campos[2]
OLIVEIRA, Reysla Conceição Rabelo de[3]

Introdução

O objetivo do presente trabalho é, a partir de pesquisa bibliográfica, traçar as principais mudanças que a Lei nº 13.104/2015 trouxe para o ordenamento jurídico e os reflexos que tem gerado no cotidiano dos órgãos da Justiça. O feminicídio acabou sendo instituído em nosso país enquanto crime em 09 de março de 2015, gerando muitas discussões sobre a forma como este novo tipo penal passaria a ser utilizado pelos órgãos acusadores.

Evidente está que a violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico, é um problema social que assola nosso país, situação que permite que ainda mais a mulher seja subjugada a seu companheiro, sempre exercendo papeis secundários na dinâmica familiar. Essas relações violentas e abusivas estão diretamente vinculadas à dependência econômica que a mulher tem de seu companheiro, o que impede que esta saia da relação por mais vulnerável que esteja. Nesse contexto, criminaliza-se, de forma expressa e apartada, a prática de homicídio contra a mulher. Não que anteriormente ao dia 09 de março de 2015 não existisse punição para o cometimento de tal delito, mas a partir de então este se apresenta com nova roupagem.

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, e-mail *fg.carolina@hotmail.com*.
[2] Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, e-mail *thaisolea@hotmail.com*.
[3] Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, e-mail *reysla.oliveira@hotmail.com*.

Apesar da séria problemática, já foi possível perceber que a tipificação de uma conduta não faz com que ela se encerre ou deixe de produzir efeitos negativos. É preciso dar condições para que as mulheres vítimas de violência consigam romper com o ciclo, é preciso pensar para além da criminalização.

I. Principais mudanças que a Lei do Feminicídio trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro

A Lei nº 13.104 nasce no ordenamento jurídico brasileiro em 09 de março de 2015, com vigência a partir da data de sua publicação, alterando o artigo 121 do Código Penal para incluir o novo tipo penal: o feminicídio. A partir de então, a qualificadora do inciso VI ganha força e passam a aumentar as discussões a respeito.

Como é um novo crime, fazendo parte do direito material da *ultima ratio* do Direito, a necessidade de entender as implicações das alterações que este tipo traz consigo é de suma importância.

Diz o inciso VI do §2º do artigo 121 do Código Penal que a pena é de reclusão de doze a trinta anos se o homicídio for cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Além da qualificadora, foram incluídas causas de aumento de pena no §7º do artigo 121 do Código Penal, os quais aumentam a pena, analisando-se o caso concreto, de um terço até a metade, quando o feminicídio é praticado durante a gestação ou contra pessoa menor de quatorze ou maior de sessenta anos ou com deficiência ou na presença de descendente ou ascendente da vítima. Importante destacar que as causas de aumento de pena exigem que o agente tenha dolo na conduta, ou seja, o desconhecimento de fato que gere aumento na pena significa erro de tipo, excludente do aumento de pena. As causas de aumento de pena de justificam por caracterizarem maior reprovabilidade da conduta.

Outra alteração importante foi a classificação do novo tipo penal enquanto crime hediondo, alterando-se o artigo 1º da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio, ou seja, este tipo tornou-se formalmente hediondo, e não apenas

equiparado, como é o caso dos delitos de tráfico de drogas, tortura e terrorismo. Ser crime hediondo implica que a pena em abstrato seja de 12 a 30 anos de reclusão, inicialmente cumprida em regime fechado, com progressão de regime a partir de 2/5 (40%) se o réu for primário ou de 3/5 (60%) se o réu for reincidente – em cumprimento de pena de crime não hediondo e réu primário a progressão se dá com o cumprimento de 1/6 (16,6%) da pena. Não se admite fiança em caso de prisão em flagrante, anistia (concedida por meio de lei), graça (espécie de indulto individual concedido por ato dx Presidentx da República) ou indulto (indulto coletivo, também outorgadx pelx Presidentx da República por meio de decreto – o mais conhecido é o indulto natalino).

Nesse sentido, a Lei nº 13.104/2015 trouxe alterações bastante rígidas, interferindo desde a pena base a ser cominada, até a progressão de regime daquele que o pratica. Por esse motivo, somente poderá ser aplicado para os crimes cometidos após sua vigência, não sendo possível que retroaja para punir mais severamente quem cometeu homicídio por razão de gênero feminino ou em violência doméstica e familiar.

O feminicídio tem como sujeito passivo, por óbvio, como já dito anteriormente, a mulher, no entanto, nota-se que o tipo penal fazer referência à "sexo feminino", termo que excluiria assim as transexuais que não pertencentes ao sexo, mas sim ao gênero feminino. Tal questão foi objeto de discussão no curso PL 8.305/2014, que pouco antes de ser aprovado, sofreu alteração para que se retirasse a palavra "gênero" e se acrescentasse "condição de sexo feminino". Há porém, o entendimento de penalistas como Luiz Flávio Gomes é de que a mulher transexual pode sim ser o sujeito passivo de feminicídio, sendo esta uma qualificadora em razão do sexo, mas sim em razão do gênero, tal como ocorre no entendimento das Cortes Superiores na aplicação da Lei Maria da Penha, junto às discussões de gênero, porém não em caso de relação homoafetiva masculina.

Neste sentido, é necessário traçar um entendimento do que é violência doméstica e familiar contra a mulher, para compreender melhor o caso específico o qual legislador pretendia abarcar ao criar este tipo penal. A Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha), em

seu artigo 5º, conceitua a violência doméstica como sendo "qualquer ação ou omissão baseada no gênero (razão da violência) que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". Nesse ponto Luiz Flávio Gomes destaca que pode haver uma violência contra mulher âmbito familiar doméstico que envolva, inclusive, uma relação familiar, mas que não configure uma violência doméstica e familiar por razão da condição de sexo feminino (marido que bate na esposa por dependência de drogas), porém é muito difícil dizer que algum tipo de violência não será em razão de gênero, o que deverá ser analisado cuidadosamente caso a caso.

II. Reflexos sociais da tipificação do feminicídio

A desigualdade de gênero é um problema latente na sociedade, que precede ao atual sistema econômico vigente, sendo objeto de discussão e estudo por uma grande gama de pesquisadores, visto que esta opressão vêm causando danos sociais catastróficos. O artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW, 1979 – ratificado pelo Brasil em 1984) conceitua discriminação como "toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo".

Reconhecer a desigualdade de gênero existente nas relações sociais as quais deram origem ao Estado e suas leis, foi o primeiro passo para que a violência contra a mulher fosse visto como um problema real e não mais naturalizado como antes. No momento em que o Estado vê a mulher como sujeito de direitos, visão esta que foi alcançada após muitas lutas travadas pelo movimento feminista, tanto no Brasil como em todo mundo, o gênero feminino ganha o status de pessoa e não mais de propriedade do marido, perante nossa Carta Magna.

> A introdução do conceito de gênero (Scott, 1988) foi uma grande contribuição para a mudança do entendimento e das análises sobre a violência conta as mulheres no Brasil. Na medida em que a violência foi se tornando visível para a sociedade, foi possível também conhecer mais a fundo as histórias da mulheres que viviam essas situações e sobre seu desejo de liberdade e de viver sem violência, sem necessariamente romper com as relações conjugais e afetivas que mantinham com seus agressores, ou vê-los presos pela violência que haviam praticado. A incorporação das reflexões de Scott sobre relações de gênero como fruto de relações sociais, histórica e socialmente moldadas e estabelecidas colocaram a possibilidade de pensar sobre os meios de transformação dessas relações violentas. Possibilitando também reconhecer que as relações entre homens e mulheres são relações de poder, caracterizadas pela desigualdade que afeta de maneira desproporcional as mulheres. Por fim, permitiu que fossem problematizados os mecanismos que convertem as diferenças entre homens e mulheres em desigualdades que afetam o acesso aos direitos de cidadania e o reconhecimento das mulheres como sujeito social e político.segurança e justiça. (PASINATO, 2014)

O feminicídio não é a primeira tentativa de legisladores brasileiros de conter o problema em tela através do uso do direito penal, como foi o caso da criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que foi positivada após grande pressão vinda dos movimentos sociais que lutam pela causa da mulher. Nesse sentido, algumas linhas feministas pautam a criminalização de condutas machistas praticadas por homens como forma de reprimir a violência praticada em relações de gênero, como foi o caso da Lei Maria da Penha e é, também, a Lei do Feminicídio.

No entanto, Maria Lucia Karam (juíza aposentada e ex-defensora pública, membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), em artigo, entende ser inútil a qualificação do crime de feminicídio, destacando que a Lei Maria da Penha não causou qualquer impacto na prevenção de mortes de mulheres resultantes de agressões. Ainda, trouxe dos dados de que entre 2001/2006 e 2007/2011, os índices de homicídios contra mulheres

permaneceram praticamente inalterados, sendo de 5,28 e 5,22 por 100 mil mulheres respectivamente.

Desde a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, os dados apurados de ocorrências criminais sobre violência contra a mulher no período de 2012 a 2014, no sítio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, de algumas cidades são os seguintes:

Porto Alegre: 9.411 em 2012 – 9.061 em 2013 – 8.640 em 2014
Rio Grande: 1.244 em 2012 – 1.199 em 2013 – 1.328 em 2014
Pelotas: 2.056 em 2012 – 1.956 em 2013 – 2.075 em 2014
Bagé: 829 em 2012 – 774 em 2013 – 863 em 2014

Esses dados nos mostram que, após 06 anos da vigência da Lei Maria da Penha, não há uma queda na prática destes delitos, inclusive sendo praticamente irrelevantes as alterações ao longo dos anos, que caracterizaram uma queda de 2012 para 2013, porém demonstram aumento quando comparado 2014 a 2013 e inclusive 2014 a 2012 – com exceção de Porto Alegre.

A autora destaca, ainda, que a lógica de exigir rigor penal acaba por, paradoxalmente, reforçar a ideologia patriarcal. Um exemplo é a decisão do STF acerca da regra do artigo 16 da Lei Maria da Penha, a qual estabelecia que a renúncia à representação da vítima em caso de lesão corporal leve deveria ocorrer em audiência especialmente designada para este fim, perante o juiz e ouvido o Ministério Público, exigências que não eram feitas para a renúncia de representações de modo geral. Buscando-se a dignidade da mulher, o STF entendeu por afastar a exigência de representação, ou seja, retirou qualquer possibilidade de protagonismo da mulher, dando a esta uma posição passiva e vitimizante, como se incapaz fosse de tomar decisões sobre sua própria vida. Ou seja, esta decisão deixou a mulher nas mãos dos agentes do Estado, em sua maioria homens, para ditar o que autoritariamente pensam ser melhor para ela.

A Lei do Feminicídio vem mais uma vez como a prova de que a sociedade coloca ao Direito Penal um papel que este não tem capacidade de desempenhar. O mito de que a crimilanização de uma conduta vai impedir ou ao menos diminuir o número de delinquentes

já vem caído por terra há algum tempo. O Direito Penal tem sido usado de forma paleativa, visando "jogar para baixo do tapete a sujeira", sujeira esta que é fruto das relações sociais as quais estabelecemos dentro do sistema capitalista. A violência contra mulher é um exemplo clássico disso, visto que o machismo está presente na sociedade de forma latente e é naturalizado e reproduzido até mesmo pelas próprias instituições do Estado, porém, apenas a forma mais perversa dessa opressão é vista como um problema a ser combatido, ou seja, apenas quando mulheres são mortas e violentadas, a desigualdade de gênero é de alguma maneira levada a sério pela sociedade e por sua vez, pelo aparato jurídico do Estado. Salah H. Khaled Jr., ao tratar da crença da sociedade no Direito Penal como resolutor de todos os conflitos sociais diz que:

> Nesse sentido, até mesmo a pretensão aqui esboçada de contenção da violência institucional deve operar inevitavelmente a partir da perspectiva de redução de danos, reconhecendo que historicamente a intervenção jurídico-penal muitas vezes se mostrou mais apta a maximizar danos do que a contê-los. Afinal, o que representam em termos de custo social os mandamentos e proibições penais? Temos um sistema que para muitos é voltado para o combate ao crime, mas que continuamente amplia a esfera do que é classificado como crime, fazendo com que cada vez mais aspectos da vida humana sejam criminalizados em nome da irrealizável promessa civilizatória. Com isso a imagem bélica do sistema penal é continuamente fortalecida, o que legitima o poder punitivo por via da absolutização do valor segurança, debilitando os vínculos sociais horizontais e reforçando os verticais. (KHALED JR. 2013)

Os dados acerca do número de feminicídios ocorridos no Brasil publicados até o presente momento por órgãos como o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul e o Mapa da Violência limitam-se a antes da vigência da nova lei, sendo neste

último de 2013 e nos demais de 2014. A apuração desses dados é base primária para uma melhor análise da ocorrência deste novo tipo de crime a partir de sua tipificação, o que provavelmente poderá ser percebido com o passar dos anos. Há pouco tempo se separam dados sobre a ocorrência de violência de gênero, de forma que o que se tem até agora são ainda pouco suficientes para uma pesquisa mais aprofundada, principalmente tendo em vista que a Lei Maria da Penha entrou em vigor há apenas 10 anos e que a Lei do Feminicídio compõe nosso ordenamento jurídico desde março do ano passado. Apesar disso, o que se pode analisar é que a criminalização dessas condutas não fez com que elas parassem de acontecer.

> Como sustenta Foucault, é preciso abandonar a ilusão de que a penalidade é antes de tudo (se não exclusivamente) uma maneira de reprimir os delitos e que nesse papel, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, ela pode ser mais severa ou indulgente, voltar-se para a expiação ou reparação.17 Em outras palavras, Foucault afirma que um sistema punitivo é muito mais do que o seu sentido jurídico indica: ele não funciona apenas como mecanismo de repressão, mas também produz algo que está para além da normatividade, contribuindo retroativamente para a sua própria continuidade enquanto engrenagem da maquinaria política, motivo pelo qual a sua análise não pode ser feita descolada deste aspecto. Como refere Foucault, as técnicas punitivas devem ser compreendidas dentro da história do corpo político: as práticas penais devem ser consideradas mais como um capítulo da anatomia política do que como uma consequência das teorias jurídicas.18 Não é por acaso que Zaffaroni atentou para a formidável estrutura de controle que é propiciada pelo espaço deixado em aberto pela criminalização secundária (KHALED JR. 2013)

Desta forma, Maria Lucia afirma que modos mais efetivos e menos danosos de enfrentar essas situações, como a criação de leis não penais e a adoção de intervenções sociais e/ou políticas, devem ser tomadas. Como exemplo, o reconhecimento legal e social

das uniões homoafetivas é muito mais eficaz na promoção de direitos LGBTs do que a criminalização da homofobia.

Conclusão

Evidentemente a nossa sociedade ainda é patriarcal com o machismo imperando nas relações mais básicas do cotidiano. A mulher ainda recebe salário inferior ao do homem que exerça a mesma função, ainda é julgada nas escolhas quando quer ser independente, ainda apanha do companheiro pelos mais variados motivos. Apesar dos avanços que se obteve ao longo dos anos, muito ainda falta para que se atinja uma sociedade igualitária na questão de gênero. Essas desigualdades são ainda mais perceptíveis quando se analisam possibilidades de ascensão e o cenário político atual de falta de representatividade.

Porém, o problema machismo só encarado como um produtor de atrocidades e violência, quando este se dá em sua forma mais brusca e cruel,ou seja, quando mulheres são violentadas por homens (sejam estes seus companheiros, pais,filhos, ou desconhecido) de forma a lhe causar vários danos físicos e psicológicos e por vezes sua própria morte. Ignora-se que a violência contra a mulher é fruto de todo um ciclo, um processo político e social que reafirma no cotidiano a inferioridade e submissão da mulher em relação ao gênero masculino, tratando-a como mero objeto do homem. Esta violência é fruto de uma sociedade capitalista e patriarcal que reproduz uma lógica opressora que deve ser combatida antes de chegar ao ponto de mulheres morrerem por consequência de uma ideologia desumana como é o machismo.

Wânia Pasinato, ao tratar a violência contra a mulher, diz que, apesar de tanto no Brasil quanto no mundo a violência contra a mulher ser uma realidade há séculos, há apenas pouco mais de três décadas esta discussão ganhou alguma visibilidade em nossa país, sendo tratado como um problema político e social a ser enfrentado e combatido pelo poder público. Mostrando assim que a sociedade tem despertado lentamente para a questão, mas a Lei do Feminicídio deixa claro o modo com que tem se tentado

solucionar o problema em tela, que é criminalizando o fruto sem questionar e discutir as raízes que os concebeu.

Criminalizar a conduta machista é uma situação que, por si só, não acaba com a violência de gênero, mas perpetua uma violência institucional, em que são prejudicados homens e mulheres – como podemos observar no cotidiano da aplicação da Lei Maria da Penha. Isolada, a criminalização de uma conduta não diminui sua incidência, como foi possível observar pela análise dos dados trazidos nesta pesquisa. Devem ser adotadas medidas que empoderem mulheres, que as tornem independentes, que faça com que sua dependência do marido acabe, para que, assim, então, se tenha igualdade de fato.

Referências bibliográficas

KHALED JR., Salah H O homem do dique e a irracionalidade do pensamento jurídico-penal sedimentado: reencontro subversivo com a história política do direito penal. In: BAYER, Diego Augusto (Org.) Controvérsias criminais: estudos de Direito Penal, Processo Penal e Criminologia. Jcaranguá do Sul: Letras e Conceitos, 2013, v.1, p. 539 - 562.

MOURÃO, Barbara Musumeci. Violência contra a mulher: conceito válido? In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghirimghelli de Azevedo (Org.) Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 285- 292.

PASINATO, Wânia. Violência contra a mulher: segurança e justiça. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghirimghelli de Azevedo (Org.) Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p.277-284.

BRASIL. Lei nº 13.104/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm#art1>. Acesso em: 17 mai. 2015.

GOMES, L. F. Feminicídio: entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015. *Jusbrasil*, mar. 2015. Disponível em: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/femini

cidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>. Acesso em: 17 mai. 2016.
KARAM, MARIA LÚCIA, acessado em http://justificando.com/2015/03/13/os-paradoxais-desejos-punitivos-de-ativistas-e-movimentos-feministas/

UM ESTUDO SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM PELOTAS (2014-2015)

Elisiane Medeiros Chaves[1]
Lorena Almeida Gill[2]

Introdução

O presente texto analisa parte do trabalho realizado visando a elaboração de monografia de final de curso, junto à Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2015. O tema abordado foi a violência contra a mulher na cidade de Pelotas.

Aborda-se, logo ao início do texto, que embora as condições de vida das mulheres tenham se modificado no decorrer do tempo, a situação de violência contra elas persiste na atualidade e ainda é capaz de gerar muitas vítimas.

Justamente no combate a essa violência disseminada, diversas reflexões, instituições e mecanismos legais, surgiram para apoiar e proteger as mulheres agredidas, existindo, atualmente, uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher, que funciona a nível municipal, estadual e federal.

O estudo foi feito através da análise de procedimentos de um órgão criado para acolher as vítimas, qual seja, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

[1] Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1996) e graduação em História (2015). Atualmente é mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: elisianemchaves@hotmail.com.

[2] Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (1988), Mestrado (1998) e Doutorado (2004) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com.

Trata-se de local onde elas costumam ter um contato mais direto na obtenção da ajuda necessária.

A intenção da pesquisa era verificar como ocorrem os atendimentos, uma vez que a cartilha da Comissão Permanente de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID (2011, p. 37), elaborada pelo GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais), em 2011, dirigida a profissionais e voluntários que atuam na área da violência doméstica, ensina que:

> A linha central é o princípio da articulação, sendo estabelecida uma política pública dirigida para a prevenção, assistência e atendimento à mulher vítima de violência doméstica ou familiar. Dessa forma, a prevenção a essa modalidade de violência deve ser exercida em conjunto: o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outras instituições do Estado, devendo este promover campanhas educativas voltadas ao público específico e para a sociedade em geral, bem como a capacitação permanente dos servidores públicos que vão atuar nessa área, além de incentivar a criação de redes de atenção e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A preocupação da pesquisa é no sentido de que quando as relações entre mulher e homem resultam em situações de violência, deve, ou deveria haver uma adequada prestação dos serviços existentes para ajudá-las, através das instituições criadas pelo poder público e na aplicação dos meios legais que assegurem a proteção à mulher e a punição ao agressor. Como a cultura da violência está há milênios[3] implantada no meio social e muito lentamente vem sendo modificada, a intenção é analisar os atendimentos prestados nestes espaços às mulheres, verificando

[3] Segundo Saffiotti (1987, p. 47): "Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo".

como se constrói o enfrentamento aos casos de violência que lá são atendidos.

A pesquisa foi realizada através da metodologia da história oral, com a utilização de um roteiro básico previamente elaborado, com perguntas amplas, que foi apresentado às pessoas entrevistadas (todas foram entrevistadas em seus locais de trabalho), na busca por respostas a questões relacionadas ao cotidiano da instituição e aos procedimentos através dos quais são prestados os atendimentos às mulheres.

Desta forma, foi utilizada a História oral temática. Meihy e Holanda (2007, p. 39) ensinam que: "A hipótese de trabalho nesse ramo da história oral é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar explícito de tal maneira que conste das perguntas a serem feitas ao colaborador". Não foi possível entrevistar mulheres atendidas no Centro de Referência porque não é permitido o contato direto com elas, devido à fragilidade emocional das mesmas. Para atenuar o problema da falta de suas narrativas, o psicólogo que presta os atendimentos se dispôs a relatar, de forma anônima, alguns casos de mulheres que ele auxilia para que se pudesse observar as situações de violências das quais elas são vítimas.

As pessoas entrevistadas foram aquelas que se relacionavam diretamente com as vítimas, ou seja, a coordenadora do Centro de Referência, senhora Myriam Viégas, o psicólogo, Dr. Francisco Vidal e a delegada titular da Delegacia da Mulher, Dra. Lisiane Matarredona.

O recorte temporal se vincula aos anos de 2014 e 2015, período compreendido entre a criação do centro e a realização da pesquisa. Como foram obtidos dados de acontecimentos recentes, pode-se definir que o trabalho baseia-se na história do tempo presente, na qual, para Santos (2009, p. 8) "O historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele. Dessa forma, a história do presente é primeiramente e antes de tudo história".

1. Breve abordagem histórica sobre violência contra a mulher

A hegemonia masculina sempre foi predominante na maioria das sociedades, já que o homem dominava o espaço público enquanto a mulher ficava sob a tutela do pai ou do marido, confinada em sua própria casa, excluída da vida social.

Coulanges (2009, p. 99-100) relata que o direito privado antigo não foi obra de um legislador, mas sim de costumes arraigados que nasceram na família que tinha suas crenças religiosas e, foram justamente essas crenças que se tornaram universais entre os povos primitivos, que estabeleceram o direito privado onde o pai era sempre o chefe da família e pregava que a mulher era um ser inferior, não apta para os atos da vida religiosa, nem civil.

Ainda segundo Coulanges (2009, p. 99) "O direito grego, o direito romano, o direito hindu, que derivam dessas crenças religiosas, concordam em considerar a mulher sempre como menor."[4] Depreende-se dessa visão que se a mulher era um ser subalterno, agredi-la para mantê-la sob o jugo masculino era não só normal, como necessário para manter a ordem e os bons costumes entre aquelas sociedades.

Com o surgimento do Cristianismo, oficializado pelo imperador romano, Constantino, no século IV d.C, pouca coisa mudou uma vez que a mulher era vista como pecadora e responsável pelo desterro de Adão do paraíso, pois a visão da Igreja Católica, segundo Priore era de que (2011, p. 35) "Eva cometera o pecado original ao comer o fruto proibido. O homem procurava um responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher".

Para Perrot (1988, p. 168) a inferioridade da mulher remontava o período bíblico, pois "Essas representações são

[4] Coulanges (2009, p 99-100), informa que no direito hindu, diz a Lei de Manu que: "Durante a infância, a mulher depende do pai; na juventude, do marido; morto o marido, dos filhos; se não tiver filhos, dos parentes próximos do marido; pois uma mulher não deve jamais se governar por si mesma. As leis gregas e romanas dizem o mesmo".

numerosas e antigas, muitas vezes recorrentes. Elas molduram a aula inaugural do *Gênesis*, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva".

Percebe-se a condição feminina bastante impregnada de concepções religiosas sempre discriminatórias, e nesse sentido, Macedo expressa que (2002, p. 66, grifos do autor):

> Para alguns teólogos, Eva não teria sido feita à imagem e semelhança de Deus, mas a partir de Adão; assim sendo, consideraram-na mera projeção da criação divina. Essa distinção e gradação entre o homem-dotado da imagem divina (*imago*)-, e a mulher-detentora apenas da semelhança divina (*similitudo*)-, para eles constituía uma prova da "inferioridade natural" do sexo feminino.

Essas concepções religiosas em relação à mulher permaneceram fortes mesmo com o passar dos séculos, pois segundo Priore (2011, p. 35) "Entre os séculos XII e XVII, a Igreja identificava, nas mulheres, uma das formas do mal sobre a terra. Quer na filosofia, quer na moral ou na ética do período, a mulher era considerada um ninho de pecados".

Parece bastante claro que a mulher, na maioria das vezes, era vista como se fosse uma mera sombra do homem, devendo servir-lhe e obedecer-lhe e na Idade Média essa situação também não se modificou muito, pois ela continuava sendo desprezada pela sociedade masculina, guerreira, viril, que manejava a espada e direcionava a vida pública enquanto a mulher devia atender seus caprichos e podia dominar apenas as tarefas da casa, na ordem privada. Assim, mulheres tinham dificuldades em desenvolver uma identidade própria e caso se insubordinassem, podiam ser reprovadas não só pelos pais, como pelos maridos e pela sociedade, sendo comuns os castigos para corrigi-las, mesmo que se chegasse à morte, pois eram tidos como justos. Zuber (in Le Goff, 1989, p. 207) se refere, como segue, em relação à posição das mulheres que não concorriam para a paz e a harmonia na Idade Média:

> De resto, a insubordinação das mulheres não é apenas objecto da reprovação dos maridos; incorre igualmente na reprovação colectiva. As infracções a ordem normal das coisas, as inversões demasiado chocantes da autoridade natural, são passíveis de um julgamento e de um castigo simbólico, imposto pela comunidade. [...] A insubordinação da mulher põe em perigo a própria ordem do mundo e provoca aqueles rituais em que a redenção passa pelo escárnio. Não há esfera privada donde os indivíduos possam por fim aos seus conflitos, sem terem de contar com a intervenção dos censores externos.

Cabe, no entanto, relativizar a situação de passividade e submissão das mulheres na Idade Média, pois se pode considerar que algumas eram mais atuantes dentre as várias distinções sociais existentes na sociedade medieval. Para se citar exemplos, camponesas dividiam o trabalho agrícola com os homens e, na cidade, senhoras de alta nobreza, não raramente, em vista da ausência dos maridos, por viagens, cruzadas ou outras guerras, viam-se na obrigação de, além de seus próprios deveres familiares, assumir também as atividades antes reservadas a seus maridos, circunstâncias estas que Macedo (2002, p. 32) assim explica:

> O espaço no qual transitaram as mulheres, foi, ele próprio, muito variado e mutável. A vida rural contrastava com a das cidades. Estas se multiplicaram em razão de um processo de renovação das atividades econômicas ocorrido a partir do século XI, responsável pelo aparecimento de relações sociais determinadas cada vez mais por uma economia mercantil e monetária, por novas formas de poder e cultura, diferentes das senhoriais e clericais. Nesse amplo quadro, presentes nas aldeias e nos castelos, nas praças públicas e nas ruas, nas oficinas artesanais, nas feiras e nos mercados, pode-se dizer que as mulheres atuaram em todas as esferas da sociedade medieval.

É importante também comentar que até o final do século XVIII existia uma visão científica discriminatória sobre a mulher, pois prevalecia o modelo do sexo único, no qual, por falta de calor vital no momento de sua concepção, a mulher não passava de um

homem com os órgãos genitais voltados para o interior do corpo, sendo, portanto, um ser imperfeito, inferior. Esse modelo só foi repensado quando se configurou na vida política, econômica e cultural dos homens, a necessidade de serem admitidas as diferenças anatômicas e fisiológicas entre o homem e a mulher, surgindo o modelo do dimorfismo sexual, sendo então admitido que o corpo feminino é biologicamente diferente do corpo masculino, passando a existir, portanto, dois sexos. Laqueur (2001, p. 17) escreve a respeito do assunto:

> Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem.

Nessa mesma linha de entendimento, para Joan Scott (1989) o comportamento da mulher tinha ênfase no silêncio da casa e na maternidade, fazendo parte de uma construção social, onde suas características biológicas, historicamente, lhe conferiam uma relação marginal em relação aos homens, já estabelecidos como dominantes.

E a muitos homens coube assumir essa situação de dominadores através dos tempos, respaldados pela própria sociedade que lhes conferiu esse papel privilegiado em detrimento das mulheres, que muitas vezes foram e ainda são brutalmente atingidas pelos excessos de alguns homens que, mesmo frente a não aceitação e ao combate que já existe à violência, ainda não aprenderam ou simplesmente não querem se conter, servindo-se de resquícios de um sistema patriarcal[5] de dominação, onde o homem,

[5] É interessante a abordagem de Saffioti, a respeito da questão do patriarcado (2004, ps. 36-37): "Segundo Jung (1992), tanto homens quanto mulheres são dotados de *animus* e *anima*, sendo o primeiro o princípio masculino e a segunda, o princípio feminino. O ideal seria que ambos fossem igualmente desenvolvidos, pois isto

chefe de família, acreditava ter poder sobre o corpo da mulher e por isso podia subjugá-la física e psiquicamente.

Contudo, cabe também relativizar essa posição de homem dominador e mulher oprimida, pois apesar do discurso preponderante da dominação masculina, é pertinente mencionar que nem todos os homens oprimem, assim como às mulheres nem sempre coube, e nem sempre cabe, o papel de vítimas, pois embora se submetam, têm capacidade para reagir, e muitas já reagiram e reagem, por isso, talvez, esteja ocorrendo o aumento no número de denúncias, já que muitas estão tendo coragem de denunciar seus agressores, pois contam com mais instrumentos para auxiliá-las, fruto de uma luta das mulheres por justiça e igualdade. Entretanto, não se imagina o número de mulheres que ainda sofrem caladas, com medo, ou quem sabe, apenas por falta de coragem para assumirem suas próprias vidas.

A consolidação do sistema capitalista no século XIX, por outro lado, fez com que muitas mulheres tivessem que sair de dentro de suas casas para trabalhar nas fábricas, o que as conduziu ao ambiente antes masculino, a esfera pública. A partir daí elas deram início a luta contra a visão dominante de inferioridade das mulheres em relação aos homens, e passaram a se articular a fim de não mais continuarem se sujeitando a reiterados atos de discriminação e violência cometidos contra elas, iniciando-se assim, a trajetória do movimento feminista.

---

resultaria em seres humanos bem equilibrados. Todavia, a sociedade estimula o homem a desenvolver seu *animus*, desencorajando-o a desenvolver sua *anima*, procedendo de maneira exatamente inversa com a mulher. Disto decorrem, de uma parte, homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva. O desequilíbrio reside justamente num *animus* atrofiado nas mulheres e numa *anima* igualmente pouco desenvolvida nos homens. Sendo o núcleo central do *animus* o poder, tem-se, no terreno político, homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não-treinadas para exercê-lo. Ou seja, o patriarcado, quando se trata da coletividade, apoia-se neste desequilíbrio resultante de um desenvolvimento desigual do *animus* e da *anima* e, simultaneamente, o produz. Como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, pode-se afirmar, da perspectiva sociológica, que a implantação lenta e gradual da primazia masculina produziu o desequilíbrio entre *animus* e *anima* em homens e mulheres, assim como resultou deste desequilíbrio".

Questionando diferenças de gênero, campos de atuação de um e de outro e na busca pela eliminação de todas as formas de discriminações (sociais, sexuais, étnicas, econômicas, políticas e culturais) as feministas passaram a analisar as situações de dominação e exploração, que atribuem aos homens o direito histórico de dominar e controlar mulheres, a partir de uma espécie de permissão que foi delimitada pela própria sociedade, como explica Saffioti (1987, p. 8, grifos da autora):

> A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem.

Justamente para modificar esse contexto de subordinação no qual as mulheres sempre estiveram inseridas, passaram a acontecer vários movimentos por mudanças, nos quais elas buscavam conquistar o direito de ocupar os mesmos lugares que os homens, sendo tratadas com respeito e dignidade pelo universo masculino.

2. Construção das medidas protetivas e das políticas públicas no combate à violência contra a mulher no brasil

A internacionalização das lutas feministas, a partir da década de 1960, promoveu a expansão desses movimentos no Brasil com mulheres engajadas na conquista por cidadania, direitos civis, políticos e humanos combatendo a violência dirigida a elas.

Bourdieu (2005, p. 106), aponta como mudanças na condição feminina, decorrentes das pressões sociais dos últimos tempos, fatores como:

> A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme

> trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar. O questionamento das evidências caminha *pari passu* com as profundas transformações por que passou a condição feminina, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas.

A respeito dessas categorias, o mesmo autor comenta que (2002, p. 107):

> [...] é o caso, por exemplo, do aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticonceptivas e à redução de tamanho das famílias); é, sobretudo, o adiamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação da interrupção da atividade profissional por ocasião do nascimento de um filho, e também a elevação dos percentuais de divórcio e queda dos percentuais de casamento

Observa-se, no entanto, que a mulher está longe de conquistar os mesmos espaços que os homens e de ser ampla e irrestritamente respeitada em razão de seu sexo.

É ainda Bourdieu (2005, p. 110) que a esse respeito, comenta que:

> [...] a igualdade formal entre os homens e as mulheres tende a dissimular que, sendo as coisas em tudo iguais, as mulheres ocupam sempre as posições menos favorecidas. Por exemplo, sendo embora verdade que as mulheres estão cada vez mais representadas em funções públicas, são sempre as posições mais baixas e mais precárias que lhes são reservadas [...] A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho

> reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial.

Como as situações discriminatórias ainda persistem em vários campos de relações humanas, não há como negar que continuam existindo condições que levam mulheres a serem vítimas de violência. A criação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência no Brasil, é recente. Apenas na década de 1980 surgiram as primeiras Delegacias Especializadas para Mulheres, ligadas à Polícia Civil, geralmente compostas por mulheres, pois, até então as mulheres em situação de violência dirigiam-se às delegacias não especializadas, despreparadas para atendê-las, sendo, geralmente, atendidas por homens que carregavam cargas de preconceito e discriminação.

Em 2003, por meio da lei nº 10.683, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, cuja Portaria nº 80, de junho/2003, estabelece que sua competência é assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, elaborar e implementar campanhas educativas e não-discriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento da ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, de articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, bem como promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação.

Pelo compromisso que o Brasil assumiu, conforme recém mencionado, em implementar leis e ações públicas para enfrentar a discriminação e a violência, em 07 de agosto de 2006, foi criado

um importantíssimo mecanismo legal no combate à violência contra a mulher no Brasil, a Lei nº 11.340/2006, com 46 artigos e que foi sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurando, na legislação brasileira, um Sistema de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A lei estabelece as formas de violência, medidas protetivas e punições para os agressores. Também determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, assim como lhes garante a assistência jurídica gratuita e o acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.

Existem diversos órgãos, distribuídos entre governamentais e não governamentais, que compõem a rede de enfrentamento à violência no país, entretanto, como a pesquisa se restringe à cidade de Pelotas, cabe mencionar que as mulheres vítimas de violência têm a sua disposição no município diversos mecanismos de apoio, dentre eles se destaca neste trabalho, os serviços prestados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, pela Patrulha Maria da Penha, pela Casa de Acolhida Luciety[6], pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Tais órgãos, conforme a previsão legal, devem procurar funcionar de forma articulada entre si, a fim de disponibilizar o maior apoio possível às mulheres.

A necessidade desse apoio é inquestionável, pois é necessário reconhecer que, apesar do empoderamento da mulher ser algo mais concreto atualmente, o machismo não acabou e continua se manifestando, mesmo que de forma mais sutil, ainda sendo repassado à gerações, pois nesse sentido se pensa que no Brasil muitas crianças ainda são ensinadas em suas próprias famílias a repeti-lo, não só no que diz respeito ao modo como os meninos tratam as meninas tentando se sobrepor a elas, mas também no modo como as meninas são ensinadas, muitas vezes por suas mães, em relação a maneira que têm que se comportar para

[6] A casa de acolhida tem esse nome em homenagem à Luciety Mascarenhas Saraiva, uma professora que foi assassinada pelo namorado na década de 1990, em Pelotas.

não ficarem mal faladas. Sobre esse assunto, Saffioti se expressa da seguinte forma (1987, p. 34):

> [...] A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Quando proíbem os filhos de chorar, alegando que "homem não chora", e exigem que as filhas "se sentem como mocinhas", estão passando aos mais jovens este sistema de ideias que privilegia o homem em prejuízo da mulher.

A autora (1987, p. 34) ainda sustenta em relação a esse tipo de comportamento familiar que:

> Contudo, não seria justo responsabilizar exclusivamente a mulher pela perpetuação da supremacia masculina. Os homens, via de regra, omitem-se na educação dos filhos. A omissão é também uma posição, é também um compromisso. Logo, ambos os genitores são responsáveis pelos valores inculcados nos filhos. Não raro, os homens transmitem a suas filhas um padrão de moral dupla: são extremamente liberais com os filhos e rigorosamente moralistas com as filhas.

A igualdade jurídica entre homens e mulheres estabelecida na Constituição Federal de 1988, foi um avanço importantíssimo para se combater as desigualdades, entretanto, elas continuam bastante visíveis em muitos setores da sociedade, que ainda mantêm privilégios aos homens e é contra isso que condutas e iniciativas devem ser dirigidas, na busca de que as relações entre mulheres e homens sejam mais saudáveis e igualitárias.

3. O Centro de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência, de pelotas

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, são instrumentos da política pública de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e se

vinculam administrativamente ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizados e têm como finalidade atender mulheres em situação de violência. Além de serem espaços de atendimento psicológico, social e jurídico, devem estar articulados à instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

O Centro de Referência em Pelotas, foi criado em 13 de março de 2014, pela Secretaria de Justiça Social e de Segurança (SJSS) que é o órgão da Prefeitura Municipal gestor das Políticas Públicas de Assistência Social. Desta forma, o Centro de Referência é um órgão de assistência social de média complexidade, especializado no atendimento a casos de violação de direitos sociais. À época da pesquisa o Centro localizava-se no bairro Cruzeiro[7], e os atendimentos eram feitos das 11 horas às 17 horas, de segunda à sexta-feira. Os serviços eram prestados por três profissionais, a coordenadora, um psicólogo[8] e uma assistente social.

No Centro é feito o acolhimento permanente a todas mulheres que nele procuram auxílio, por isso é um órgão essencial na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, pois visa promover a ruptura da situação de violência a que ela está submetida, assim como visa a construção da sua cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação).

Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, elaborada pela Secretaria de Política para as Mulheres, em 2006, os Centros de Referência são conceituados como:

> [...] espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o

[7] Desde de maio de 2016 o Centro de Referência passou a funcionar na rua Dr. Cassiano, nº 152.

[8] Atualmente trabalham no Centro, a coordenadora, dois psicólogos, uma assistente social e duas estagiárias.

> acolhimento necessários à superação da situação de violência.

Pode-se, portanto, afirmar que o trabalho realizado no Centro é importante para ajudar as mulheres tendo em vista que as estruturas de dominação a que muitas estão submetidas, que perduram através dos períodos históricos e acabaram por envolvê-las no presente, não vão ser simplesmente transformadas pela produção de leis, já que as práticas discriminatórias ocorrem no seio da sociedade, cotidianamente, e muitos homens não estão dispostos a perder seus privilégios. Por essa razão, quando elas se dispõem a ir até o Centro, são estimuladas a romper o silêncio, a saírem de suas dimensões pessoais e se conscientizarem que suas vivências particulares não fazem parte apenas de sua história, mas da história de muitas mulheres.

A entrevistada, Myriam Viégas[9], coordenadora do órgão, informou que é sua função supervisionar os casos atendidos junto ao psicólogo e à assistente social, participar e organizar reuniões e eventos, realizando também os contatos necessários com os demais órgãos da rede de enfrentamento à violência, já que o trabalho do Centro funciona de forma articulada com a mesma, visando melhor atender as mulheres.

Segundo a coordenadora, até o dia da entrevista, foram atendidas 250 mulheres[10], com uma média mensal de 25 atendimentos. O psicólogo Francisco Vidal[11], que presta o apoio psicológico às mulheres, alertou na entrevista com ele realizada, que é a Delegacia da Mulher o órgão que mais encaminha casos para o Centro, já que é lá que são feitas a maioria das denúncias de violência, sendo cerca de 60 a 80 encaminhamentos, por escrito, entretanto, as mulheres que realmente procuram o serviço, oscilam entre 15 e 25 num mês (menos de um terço das mulheres que registram violência vão ao Centro para ser assessoradas e

[9] Entrevista com a coordenadora do Centro de Referência, pela autora, em 26/01/2015.

[10] Até maio de 2016 foram atendidas cerca de 450 mulheres, no Centro de Referência de Pelotas.

[11] Entrevista com o psicólogo do Centro de Referência, pela autora, em 06/02/2015.

acompanhadas). Ainda foi informado que os envios da Delegacia representam cerca de 90% das mulheres atendidas, sendo as demais provenientes de indicações, principalmente, da Patrulha Maria da Penha[12] e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Em menor quantidade chegam mulheres vindas de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou espontaneamente por saberem pela imprensa ou por conhecerem algum dos profissionais que trabalham no Centro.

Como nas entrevistas foi observada a existência de uma forte articulação entre o trabalho do Centro e o da Delegacia da Mulher, verificou-se a necessidade de se buscar algumas informações também sobre esse órgão, sendo realizada uma entrevista com a delegada titular da mesma, Lisiane Matarredona[13], a qual reiterou que o número de ocorrências feitas na delegacia por mulheres, mensalmente, é em torno de 60 a 80, às vezes até mais, sendo todas elas encaminhadas para o Centro, mas sabe que o número de mulheres que realmente vai até a instituição procurar ajuda é bem menor que o número de pessoas encaminhadas.

Em relação às mulheres que são atendidas no Centro, a coordenadora as caracteriza da seguinte forma:

> O Centro atende mulheres na faixa de idade de 18 a 60 anos, prevalecendo as idades de 25 a 50; a escolaridade é ensino fundamental e médio, havendo alguns casos de grau superior. As profissões também são diversificadas pois há casos de profissionais liberais, professoras, funcionárias públicas, de todas as classes porque na verdade a violência atinge todas as classes sociais, raça, enfim é um fenômeno

[12] A Patrulha Maria da Penha é uma das medidas públicas prestadas pelo Estado, efetivada em Pelotas a partir de 2015, sendo composta por dois soldados da Brigada Militar que com uma viatura monitoram os casos de mulheres que moram em suas próprias casas, após terem feito a denúncia na Delegacia e obtido o deferimento judicial de medida protetiva. Através desse monitoramento ostensivo, a patrulha procura orientar e proteger essas mulheres.

[13] Entrevista com a delegada titular da Delegacia da Mulher, pela autora, em 27/01/2015.

> social e abrange não só o Brasil, mas outros países. A renda é em torno de um a dois salários, algumas têm benefício do LOAS, bolsa família e pensão e algumas são dependentes financeiramente, o que às vezes atrapalha o processo de separação. A maioria possui filhos, na média de 2 a 3 filhos.

Em relação aos atendimentos, os entrevistados informaram que os mesmos costumam ser individuais, sendo semanais ou quinzenais e, geralmente, duram cerca de uma hora, embora também existam alguns atendimentos em grupos, onde as participantes têm seus perfis pré-selecionados (por exemplo, grupos para mulheres com maridos alcoólatras) com duração de 1 hora e 30 minutos, tendo eles caráter educativo, preventivo e de orientação.

No que diz respeito às situações de violência vivenciadas pelas mulheres atendidas no Centro, quando questionada a esse respeito, a coordenadora relatou que a agressão, geralmente, ocorre de forma reiterada nas relações, não existindo um fator único que possa explicar porque uma mulher se submete a qualquer tipo de violência e essa submissão perdura o tempo que ela necessitar para se libertar, sendo raros os casos em que a partir de uma única situação de violência a mulher rompe com o agressor, geralmente ela sempre dá mais uma chance.

Quando questionado a respeito de fatores pessoais que podem levar uma mulher a se manter em situação de violência, o psicólogo destacou que essa dificuldade ocorre não só porque às vezes ela sequer se percebe nessa situação, principalmente quando acontece em sua vida desde cedo e ela já se acostumou, mas também porque quando percebe, não só a sua própria situação, mas também em outras vítimas, precisa remanejar sua vida, talvez seguir outro rumo, e isso não é algo fácil de ser executado.

Em referência às mulheres atendidas no Centro, o psicólogo relatou os casos de quatro mulheres, sendo que duas mantinham relações com seus agressores, há mais de trinta anos e permaneciam em seus relacionamentos, mesmo apanhando e sendo ofendidas, a fim de cumprirem papeis sociais de mulheres cuidadoras dos filhos, da casa, por terem naturalizado padrões comportamentais ditados pela sociedade.

O terceiro caso é sobre uma mulher que não consegue sozinha enfrentar a vida e que se envolveu em mais de uma relação conflituosa, o que evidencia sua necessidade depender de alguém que a guie, nem que para isso acabe entrando em relações de dominação e perigosas para si, as quais seu sentimento de inferioridade propicia que ela vivencie.

E o último caso relatado é o de uma mulher envolvida em uma relação onde ocorreram muitas brigas e tentativas de recomeço com conquista e sedução por parte do agressor. Envolvidos nesse ciclo, muitos homens e mulheres podem ficar durante vários anos, ou a vida toda até a morte de um dos dois, mantendo relações violentas, recheadas de sofrimentos e traumas, principalmente para as mulheres.

Considerações finais

Na análise das entrevistas realizadas com os profissionais do Centro de Referência de Pelotas, percebeu-se o quanto esta instituição é um importante recurso na prevenção e no combate às consequências da violência, pelo apoio psicológico e social que é prestado às mulheres.

Foi possível constatar também que o trabalho da rede de enfrentamento e atendimento à mulher em Pelotas, parece avançar, havendo uma real união de esforços para bem atender as mulheres, fazendo cada profissional o que está ao seu alcance, com os recursos que possui e ocorrendo a articulação que deve haver entre os vários órgãos, sempre que se torna necessário o trabalho em rede, como determina a lei. Não se está afirmando, contudo, que tudo funciona de forma perfeita e com a rapidez necessária, mas que esforços existem para que a ajuda às mulheres seja prestada da melhor maneira possível.

Quanto à permanência de mulheres em relações violentas, compreendeu-se que não existem fatores determinantes, ou seja, as motivações podem ser várias e complexas dependendo da personalidade e do histórico de vida de cada uma, entretanto, uma vez instalada a violência e após a sua consumação, enquanto não há a separação, as constantes promessas de mudança por parte do

agressor dão à violência um caráter cíclico, traduzido por momentos intercalados de agressões, amor e carinho, fatores esses que contribuem para que as mulheres permaneçam durante anos vivenciando uma relação violenta, até que se percebam como vítimas, podendo então cortar o ciclo, sendo que algumas, mesmo percebendo, optam por ficar.

Foi observado também que há mulheres que podem reincidir em novas relações violentas, talvez por serem dependentes, econômica ou emocionalmente, terem baixa-estima, serem mais passivas, podendo assim permitir que alguém que se sinta superior a elas, também se sinta no direito de agredi-las. Contudo, constatou-se que mulheres que podem permitir novas relações agressivas contra si, podem procurar cortar essas situações com ajuda externa, para tentar resolver seus conflitos internos, o que é perfeitamente possível que elas consigam alcançar, tendo em vista que a vida é feita de constantes transformações e todos podemos modificar nossa maneira de ser e de enxergar os fatos, podendo ter uma vida melhor e tranquila, e isso não é um direito de algumas mulheres, é um direito de todas.

Diante da grande incidência de casos de violência contra a mulher, ainda que a rede de atendimento tenha dificuldades em dar conta da demanda e nem sempre funcione com a eficácia e rapidez que deveria, mesmo assim ela é essencial, pois ficou evidente que muitas mulheres conseguem depois dos atendimentos, seja na delegacia, no Centro, na casa de acolhida, alguma melhoria na sua qualidade de vida, o que autoriza a ideia de que o trabalho desses órgãos, deve não só ser mantido, mas reforçado, pois parece que em razão da violência reiterada contra as mulheres, a luta ainda persistirá por certo tempo, que não se pode determinar se será curto ou longo, sendo imprescindível, outrossim, nessa linha de pensamento, uma transformação profunda na cultura ainda existente na sociedade, de que mulheres devem se submeter aos mandos e desmandos de homens, já que muitos, para tentar sustentar o papel de dominadores, usam de violência.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARTILHA COPEVID. Elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.

COULANGES. Fustel de. *A cidade Antiga*. São Paulo: Martin Claret. 2009.

MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO-CENTROS DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO Á MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA. Elaborada pela Secretária Especial de Políticas para as mulheres. Brasília, 2006.

PERROT. Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PRIORE. Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

LAQUEUR. Thomas. *Inventando o Sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumara. 2001.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica.* Tradução de Maria Betânea Àvila e Christine Rufino Dabat. Título orginal: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da história do tempo presente. *Revista Historiar*, ano I, nº I, 2009.

ZUBER, Christiane klapisch. A mulher e a família. In: LE GOFF, Jacques (dir). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ESTUDO DE CASO: UMA MENINA NUM CONTEXTO DE MÚLTIPLAS VIOLENTAÇÕES

Fernanda da Fonseca Pereira [1]
Luiza Morais Marques [2]
Vini Rabassa da Silva [3]

O presente trabalho apresenta um estudo de caso, fruto da intervenção profissional do Serviço Social, e visa à análise do fenômeno da violência contra meninas em situação de vulnerabilidade social. A metodologia seguida busca realizar uma investigação empírica sobre o fenômeno da violência dentro de um contexto de vida real permitindo um mergulho profundo na realidade social (YIN, 2005).

O estudo de caso em voga retrata um contexto de vulnerabilidade social marcando a fragilidade dos apoios proporcionados pelas relações familiares e sociais (DIEESE, 2007) e deflagra a suspeita de violência contra uma menina, de uma comunidade pobre da zona oeste do Município do Rio Grande.

Como técnica de pesquisa utilizou-se a pesquisa documental em fichas de atendimento, acompanhamento social, relatórios e cartas emitidas pela menina violentada, abrangendo o período de 2005 a 2010. Sendo assim, adotou-se a pesquisa documental "retrospectiva" (MARCONI; LAKATOS, 1996), ou seja, fontes primárias escritas, referentes a uma série de acontecimentos relativos a um período anterior ao da análise.

Entende-se que a compreensão sobre o fenômeno da violência ultrapassa, o entendimento popular de violência como

[1] Assistente Social da Universidade Federal do Rio Grande. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. Bolsista CAPES. E-mail: fernandadafonsecapereira@gmail.com.
[2] Estudante do curso de Serviço Social, da Universidade Católica do Rio Grande. Bolsista CNPq. E-mail: luiizamarquess@gmail.com
[3] Assistente Social, Professora Doutora em Serviço Social atuante no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: E-mail: vini.rabassa@gmail.com

ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. A violência é atravessada pelo sexismo, que não representa apenas uma ideologia, mas, reflete uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Nessa lógica, mulheres são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores e homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem.

Conforme Saffioti "Disto decorrem, de uma parte homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva" (2015, pag. 39). A socialização da mulher, nessa lógica, representa um dos elementos nucleares do patriarcado. Assim, a violência se dá sob a égide do patriarcado, configurando relações hierárquicas, que invade todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder, baseado tanto na ideologia como na violência e estabelecendo uma relação civil, onde homens possuem direitos sexuais sobre as mulheres e mantém vantagens, numa relação assimétrica de poder.

Essa concepção de violência pode ser verificada em dados empíricos, neste caso, analisados a partir das cartas emitidas por uma menina violentada. As cartas escritas pela menina retratam o sofrimento causado pela violência sexual sofrida desde 2005, quando tinha 6 anos. No material citado, a mesma aponta como violentador, o seu irmão de 11 anos. Em seus escritos deflagra os sentimentos de culpa e o pacto de silêncio que era obrigada a manter pela ameaça sofrida. Assim escreve em algumas de suas cartas: *"Passando os anos e todos os anos que meu irmão me abusava, eu nunca tive coragem de dizer para ninguém"* (SIU[4]); *"Eu sou tão abobada que não faço nada (...) eu sei que cometi muito pecado"* (SIU). Ainda, em uma das cartas relata sua conversa com o violentador descrevendo suas ameaças: *"Não faz eu fazer o que tu não queres (...) Não faz coisa que depois podes te arrepender, vai dizer que tu não gosta?"* (SIU).

[4] "SIU" significa Segundo Informações da Usuária.

Apontar o irmão como violentador constitui um incesto, ou seja, marca a relação sexual entre parentes sendo condenada pela lei, moral ou religião. No Brasil, o Art. 1.521 do Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003 demarca a proibição da legitimação da relação sexual entre parentes, por meio do casamento. Assim, o incesto viola uma norma social e fragiliza a demarcação do lugar de cada um na família rompendo relações de cuidado. Para, além disso, gera uma culpa incessante para quem sofre o ato do incesto.

A relação incestuosa constitui um trauma, pois a relação de irmãos deveria estabelecer um vínculo de confiança. No entanto nesse caso, o irmão representa um vilão, alguém que ameaça a sua integridade física a todo o momento e estabelece uma relação hierárquica de poder, onde a menina é subjugada as suas necessidades. Essa relação estabelecida não é estranha a ordem patriarcal. Para Heleieth Saffioti (2009) o patriarcado, é um sistema em que predomina a disputa pelo poder, comportando necessariamente, controle e medo.

Apesar de o patriarcado dizer respeito, em termos específicos, a ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social. Assim, refere à autora: "(...) o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social" (SAFFIOTI, 2009, pag. 23), ratificando que pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou do de raça/etnia, mas ninguém fica fora do esquema do gênero patriarcal.

Conforme Saffioti (2015), o patriarcado representa uma forma de expressão do poder político, não sendo uma relação privada, mas civil configurada de forma hierárquica concedendo mais poder aos homens, inclusive dando direitos sexuais sobre as mulheres. O patriarcado corporifica-se, tem uma base material e é representado por uma estrutura de poder baseado tanto na ideologia quanto na violência.

Neste sentido, as relações estabelecidas no esquema da ordem patriarcal de gênero indubitavelmente se inserem numa lógica de violência "naturalizada" tal como, se verifica no caso

analisado. A análise dos relatos demarcam que a violência sofrida é atravessada pelos sentimentos de culpa, pelas ameaças e o pacto de silêncio mantido com o suposto violentador, seu irmão.

Além disso, a menina deixava latente em suas cartas a codependência estabelecida no vínculo afetivo com o violentador e com sua mãe. Conforme Giddens, "(...) um relacionamento codependente é aquele em que um indivíduo está ligado psicologicamente a um parceiro, cujas atividades são dirigidas por algum tipo de compulsividade" (1992, pag. 89). Neste sentido, o relacionamento passa a ser objeto de vicio. O indivíduo codependente para se sentir seguro necessita de outro individuo ou de outros indivíduos para sentir autoconfiança, pois sem atender as necessidades dos outros não mantem uma sensação de segurança (GIDDENS, 1992).

A codependência é presente em várias situações onde mulheres sofrem violências diversas por anos a fio, "são codependentes da compulsão do macho e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário" (SAFFIOTI, 2015, pag. 89). Neste caso, é a própria violência sexual inseparável da relação, que se torna necessária.

Outra face da violência sexual é a representação do sexo como uma moeda de troca para atender necessidades. Assim, quando uma criança foi sexualmente violentada em tenra idade, o sexo passa a representar um instrumento de sobrevivência, uma maneira de conseguir o que ela necessita (BUTLER, 1979). Assim, não são raros os casos de meninas que se prostituem e que relatam já terem sido violentadas sexualmente no âmbito familiar (SAFFIOTI, 1997). Não ao acaso que no histórico da família, em evidência, uma das adolescentes violentada sexualmente pelo pai, tornou-se prostituta, tendo mais tarde cometido suicídio[5].

Outros aspectos, das cartas analisadas mostram o sentimento de impotência diante das situações de violência. A sensação de impotência não é estranha a menina/mulher, pois as meninas/mulheres são socializadas para conviver com a impotência.

[5] A informação citada se trata de um relato documentado em arquivos da rede socioassistencial do município do Rio Grande, onde em pesquisa realizada foi autorizada a cópia do material.

Ao contrário, dos homens que vinculados a força, são preparados para o exercício do poder. Os meninos/homens convivem mal com a impotência.

Saffioti (2015) aponta que há inúmeras evidências de pesquisas realizadas, com homens, que demarcam que a violência doméstica aumenta em situações de impotência como, por exemplo, a perda de emprego. A rotinização da violência, a codependência somada a questão de gênero acaba materializando uma camisa de força: " (...) o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu "destino" assim o determina" (SAFFIOTI, 2015, pag. 89).

O limite entre o rompimento da integridade física, a partir de atos de violência, e a violência de gênero é muito tênue. A violência de gênero, nas suas modalidades familiar e doméstica, deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino. Nesta lógica o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e a raça/etnia (SAFFIOTI, 2015).

Neste sentido, dissertar sobre violência representa considerar que ela é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica e atual da ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2015; 2001). Assim, mulheres/meninas violentadas participam de uma engrenagem de exploração/dominação fruto da ordem patriarcal configurada de forma hierárquica concedendo mais poder aos homens,

> Neste regime, as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor (...) ser explorada e dominada significa uma só realidade. (SAFFIOTI, 2009, pag. 10).

Desta forma, meninas/mulheres são moldadas, a partir de uma ordem patriarcal de gênero, para servir meninos/homens visando satisfaze-los. Nesta lógica, são coisificadas representando objeto de satisfação sexual e força de trabalho. Assim, "Evidentemente, quando se estabelece um padrão de exercício da sexualidade feminina, a ele corresponde um paradigma para o exercício da sexualidade masculina" (SAFFIOTI, 2009, pag.13).

No entanto perceber e desvelar esse emaranhado que, torna a violência contra meninas algo natural, se trata de um desafio, pois, crianças são vistas como assexuadas. E isso, se passa numa sociedade cuja educação, seja formal ou informal, apresenta um alto grau de diferenciação sexual. Desde a ultrassonografia indicativa do sexo do bebê já se inicia um processo de socialização do filho (a), onde fica patente uma orientação de gênero da sociedade (SAFFIOTI, 1997). É necessário estar atento, pois as duas categorias de sexo apresentam especificidades no que tange a violência, assim como em outros campos. Com isso, meninos estão sujeitos a certos tipos de violência e as meninas, a outros (SAFFIOTI, 1997).

Nesse circuito de violência as categorias profissionais também possuem o papel de caminhar rumo a superação do esquema de pensar/sentir/agir, conforme o patriarcado. Assim, tornaram-se agentes de denúncia de situações de violência rompendo com esse circuito, a partir da proteção social acionada e estabelecendo o compromisso ético com a defesa e proteção de direitos de sujeitos violentados.

Tornar categorias profissionais agentes de denúncia em situações de violência representa lembrar, que a violência que acontece no âmbito privado é problema para a esfera pública. É com este entendimento que, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, as relações familiares já não são imunes as intervenções do Estado. E esse é um passo extremamente relevante para assegurar a equidade nas relações.

A intervenção profissional do Assistente Social na trama das múltiplas formas de manifestação da violência representa um dos desafios ao cumprimento dos deveres descritos no Código de

Ética Profissional, que trata do compromisso com a denúncia de casos de maus tratos, torturas e outras formas que deflagrem a violação dos Direitos Humanos (Capítulo IV Art 13.). Em consonância com isso, dentre os Princípios Fundamentais, que regem este profissional esta a defesa intransigente dos Direitos Humanos bem como, a recusa de qualquer forma de autoritarismo e o compromisso com a ampliação e consolidação da cidadania. Neste sentido, a garantia dos direitos civis, sociais e políticos representam tarefa fundamental no cotidiano da intervenção profissional.

O processo de redemocratização da política brasileira, vivenciado a partir de 1980, sintonizou a profissão com algumas relevantes reformas jurídicas e sociais subsidiadas pela Constituição Federal de 1988, bem como com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha, dentre outras importantes legislações e políticas públicas que envolveram as relações de gênero e raça/etnia, por exemplo.

Esta sintonia entre a intervenção profissional do Assistente Social e a legislação social marca a possibilidade de ações, que demonstrem as contradições permanentes daquilo que esta previsto em lei e a sua incoerência prática. Além disso, potencializa o desvelamento da contradição presente entre a incapacidade e impossibilidade desses direitos romperem com o criadouro da violência estrutural, representada pela apropriação privada da produção social (SILVA, 2010).

Apesar da afirmação de direitos não realizar a emancipação humana, o seu empobrecimento e banalização restringem as noções de democracia e cidadania representando sérios obstáculos. Neste sentido, ocupar espaços oficiais e institucionais, possibilitando a explicitação das contradições e debates, é expressamente necessário no processo de negação de qualquer forma de violentação e afirmação dos direitos daqueles sujeitos violentados investindo na construção de "potência contestatória" (SILVA, 2010).

Nesta lógica, de afirmação dos direitos daqueles que estão em situações de suspeita de violência os assistentes sociais, como operadores de direito, tem o papel de orientar, informar o sujeito

violentado esclarecendo que para cada tipo de violência existe uma punição estimulando a denúncia (LISBOA, 2005). E foi neste sentido, que neste caso apresentado, o Serviço Social atuou.

Sendo assim, o vínculo entre a menina supostamente violentada e a profissional de Serviço Social permitiu a leitura de cartas elaboradas que deflagravam minucias ocorridas nas situações de violência. O vínculo de confiança permitiu acolher a situação de violência bem como, dar andamento no processo de garantia da proteção daquela menina.

Neste sentido, o risco pessoal em função de uma suspeita de violência de uma criança exigia dos órgãos competentes averiguar a denúncia e acionar medidas de proteção. E isso, foi realizado a partir do abrigamento da menina. Um mês após o abrigamento, atendendo a deliberação judicial, a menina tem sua guarda confiada à irmã, a qual residia em outro domicilio diferente do irmão.

Em intervenção multiprofissional, no atendimento a situação percebeu-se que o caso em estudo já havia tido denúncia, de suspeita de violência, para a rede socioassistencial, no ano de 2004. Neste período, a equipe multiprofissional averiguou que na família já havia histórico de registro de abuso sexual, com outros filhos. Além disso, já tinha um filho abrigado em função de maus-tratos.

Dentre as várias intervenções aponta-se a realização de reuniões multiprofissionais, bem como, a elaboração de laudos técnicos e intervenção da Promotoria da Infância e da Juventude do município. Em laudo emitido pelo Serviço Social, buscando a garantia das medidas de proteção social, em casos de suspeita de abuso sexual, recorreu-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 13 e 28, que ratificam a comunicação de maus tratos ao Conselho Tutelar para providências legais e verificação da rede familiar, visando a colocação da criança ou adolescente violentado em família substituta. Assim, buscando a convivência com parentes, desde que não prejudique o desenvolvimento e a proteção do sujeito violentado.

A situação de suspeita de violência foi acionada pelo Serviço Social no ano de 2008, no entanto, até o ano de 2010 foram

encaminhados documentos a Promotoria da Infância e da Juventude buscando garantir a o acompanhamento social da situação, conforme descreve §5º do Art. 28 do ECA , que ratifica que a colocação da criança ou adolescente em família substituta é precedida tanto pela preparação gradativa, quanto pelo acompanhamento posterior pela equipe interdisciplinar da Justiça da Infância e da Juventude, com apoio dos técnicos da rede municipal buscando garantir a proteção e convivência familiar.

Concomitante a isso, solicitou-se ao Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude o acionamento de serviços, programas e/ou projetos da rede de atendimento destinados ao atendimento médico e psicossocial as vitimas de violência e a redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências, tal como refere o Artigo 86 Incisos II; III do ECA.

Por fim, o estudo de caso em voga e a pesquisa bibliográfica, realizada até o momento, permite afirmar que apesar da violência atingir a todos indistintamente, meninas são mais vulneráveis a situações de violência em função da ordem patriarcal de gênero. Sendo assim, seu cotidiano é atravessado por relações onde os homens/meninos possuem direitos sexuais sobre as mulheres/meninas, mantendo relações hierárquicas representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência, corporificando e moldando as relações (SAFFIOTI, 2015).

Nesse circuito de violência as categorias profissionais, também possuem o papel que consiste em enquadrar seus subordinados a este esquema de pensar/sentir/agir conforme o patriarcado. A ideologia, desta forma, materializa-se integrando o ser social e constituindo um "(...) caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres" (SAFFIOTI, 2001).

No entanto, a denúncia de situações de violência pode representar o rompimento desse circuito a partir da proteção social acionada pelas categorias profissionais, que possuem o compromisso ético com a defesa e proteção de direitos de sujeitos violentados.

Referências

BUTLER, Sandra. A conspiração do silêncio: o trauma do incesto. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. In: Os Direitos Sociais e sua Regulamentação: Coletânea de Leis. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13-53.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS (DIEESE). Aspectos conceituais da Vulnerabilidade Social. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf. Acesso em: maio de 2016.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. In: Os Direitos Sociais e sua Regulamentação: Coletânea de Leis. São Paulo: Cortez, 2011. p. 55-142.

GIDDENS, Antony. A transformação da intimidade. São Paulo: Editora Unesp. 1992.

LEI nº. 10.406, de janeiro de 2002. Código Civil. In: Os Direitos Sociais e sua Regulamentação: Coletânea de Leis. São Paulo: Cortez, 2011. p. 526-576.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____ . Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. cadernos pagu (16) 2001: pp.115-136. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf.

_____ . Quem mandou nascer mulher? Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

_____ . Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. 2009. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil. Disponível em http://www.flacso.org.br/ portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em abril, 2016.

_____ . A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
_____ . O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.
YIN, Robert. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.
SILVA, Fernando S. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/SER_**Social**/article/download/162/120. Acesso em: Abril de 2016.

MULHERES E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ACÓRDÃOS CONDENATÓRIOS A PARTIR DA PERSPECTIVA FEMINISTA

Isadhora Bolônia Horta de Oliveira[1]
Michelle Karen Batista dos Santos[2]

Introdução

Academicamente, tanto a Ciência Jurídica como as Ciências Sociais, têm direcionado suas abordagens acerca do sistema de justiça criminal com enfoque essencialmente objetivo, onde são analisadas as deficiências estruturais e institucionais que circundam esse sistema, além da especial importância conferida às legislações.

O eixo analítico central atende as especificidades da macrocriminalidade, entretanto, desconsidera a perspectiva dos atores sociais envolvidos[3]. Diferentemente, este artigo tem como objetivo realizar uma análise de discurso nos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nos casos em que há a condenação de mulheres pelo crime de tráfico de drogas, sob uma perspectiva da criminologia feminista. Ou seja, colocamos a mulher como atriz principal no processo de sujeição das possíveis reproduções das relações entre os gêneros pelas autoridades

[1] Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Pós-graduanda em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Advogada. E-mail: isadhora.oliveira@hotmail.com

[2] Graduada em Direito Pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Pós-Graduanda em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Advogada. E-mail: michelle.kbs@hotmail.com

[3] BITENCOURT, ÁLVARO HUMMES. *Mulheres & Sistema prisional: o sentido do trabalho para quem viveu e vive sob a égide do cárcere*. Dissertação de mestrado. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1953/1/000444370-Texto%2bParcial-0.pdf> Acesso em 18 jun. 2016.

judiciárias, mais especificadamente, os juízes e juízas de segundo grau.

Nossa pesquisa se deu através do site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (www.tjrs.jus.br), sessão de busca por jurisprudências, onde filtramos por Câmaras Criminais, Comarca de Porto Alegre, Ano de Julgamento 2015, Tipo do Processo Apelação e Condenação por Tráfico de Drogas. Assim, analisamos 1393 acórdãos, sendo que apenas 115 tratava de condenação de mulheres.

Nosso principal objetivo foi verificar o conteúdo das decisões a partir de uma perspectiva crítica feminista, questionando se há, e quando há, tencionamentos acerca das questões de gênero nas justificativas dos juízes e juízas de segundo grau, na busca por compreender as possibilidades de condenação simbólica por descumprimento do "papel" socialmente imposto às mulheres.

A delimitação da pesquisa ao crime de tráfico de drogas se deu em razão do relevante crescimento da taxa de mulheres encarceradas no Brasil do ano de 2005 ao ano de 2014. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de dezembro de 2014 e disponibilizado em abril do ano corrente, sessenta e quatro por cento das mulheres recolhidas ao sistema prisional brasileiro foram condenadas pelo delito de tráfico de drogas e associação para o tráfico[4].

Relevante pontuarmos que trabalharemos com a criminologia feminista, haja vista que esta surgiu com a perspectiva de compreender a realidade compartilhada por mulheres, ao contrário das teorias criminológicas tradicionais, que ao buscarem quais as causas do crime, sempre colocaram o homem como sujeito central de análise, o que silencia e coloca as mulheres em segundo plano, sendo elas vítimas ou autoras de crimes. Portanto, por entendermos sua importância, nos basearemos nela, tendo em vista que os estudos criminológicos descolados da

[4] LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://download.uol.com.br/fernandorodrigues/infopen-relat-2016.pdf> p. 40.

perspectiva feminista não garantem a emancipação das mulheres e nem asseguram qualquer mudança estrutural.

Ao analisarmos tais discursos, esperamos contribuir com a reflexão e mostrar como as autoridades judiciárias podem contribuir, por mínimo que seja, com o tratamento desigual destinado às mulheres condenadas e encarceradas, fortalecendo os valores androcêntricos da sociedade, ao ignorarem as demandas das mulheres que se envolvem em crimes e ao naturalizarem violências.

Do patriarcalismo ao controle social institucionalizado através do sistema de justiça criminal

A sociedade capitalista, com intuito de manter sua dominação, se beneficia do patriarcado, um sistema social de dominação masculina, onde a ordem do discurso é do pai, do falo e do divino conjugado no masculino, sendo um estruturante da exploração e divisão sexual do trabalho. De forma que a sociedade explora diferencialmente as mulheres, cabendo a elas o trabalho doméstico, do cuidado e da educação, enquanto aos homens ficam reservados os espaços públicos, de poder, a vida política e o campo do trabalho[5].

A divisão binária das relações sociais dos sexos fica mais clara diante das representações patriarcais que regem o social e ainda limitam as mulheres às funções dos seus corpos – procriação e satisfação dos desejos masculinos[6]. Assim, quando o sistema patriarcal estabeleceu um processo de diferenciação dos sexos, passou a produzir uma hierarquia entre o binômio homem/mulher ao caracterizar o sexo masculino como superior em relação ao sexo feminino. E com isso construiu um poderoso discurso de dominação masculina na sociedade, o qual serve como importante alicerce à ordem androcêntrica do mundo. Nesse sentido, a visão androcêntrica construiu tantas diferenças entre o masculino e o

[5] SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova (org.). *Introdução crítica ao direito das mulheres* – Brasília: CEAD, FUB, 2011, p. 83-85 .

[6] Ibidem, p. 87.

feminino, que estes acabaram por adquirir significações conforme suas próprias construções sociais dentro de uma sociedade extremamente machista, destacando diversidades e ocultando várias semelhanças[7].

Todo o controle e dominação geraram uma exclusão simbólica/social das mulheres, enquanto sujeitos políticos, de ação, de razão, de entendimento. Em grande parte dos países, elas são excluídas da educação, da produção, do saber, dos postos de decisão e de governo, tornando-se materialmente secundárias. E mesmo nos países onde as mulheres têm seus direitos de cidadania assegurados, não deixam de estarem sujeitas à violência doméstica, sexual e ao controle de seus corpos[8].

Há que se falar que o próprio Direito também possui um papel relevante na legitimação do controle dos corpos femininos, sendo por meio dele reguladas as diferentes esferas da vida humana e reproduzidas as relações sociais dos sexos.

Aqui apresentaremos como embasamento para nossas argumentações, o Sistema de Justiça Criminal, o qual, a partir da década de 1980, mediante o desenvolvimento da criminologia feminista, recebeu uma interpretação macrossociológica no marco das categorias patriarcado e gênero[9].

Andrade[10] nos apresenta três dimensões do Sistema de Justiça Criminal: 1) Dimensão normativa e institucional: a Lei e as instituições formais de controle; 2) Dimensão integrativa do controle social informal: processo articulado e dinâmico de criminalização que engloba o conjunto dos mecanismos de controle social informal – família, escola, mídia; 3) Dimensão ideológica-

[7] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Traduzido por Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

[8] SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova (org.), op. cit, 2011.

[9] ANDRADE. Vera Regina Pereira de. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185> Acesso em 17 jun. 2016, p. 73.

[10] Ibidem, p. 73-74.

simbólica: a soma do saber oficial (Ciências Criminais), dos operadores do sistema e do público (senso comum punitivo).

O Sistema de Justiça Criminal possui funções declaradas e promessas legitimadoras de sua existência, quais sejam precipuamente: a proteção aos bens jurídicos e o combate à criminalidade[11]. Contudo, suas promessas oficiais apresentam um histórico de déficit de cumprimento. De maneira que esse sistema tem servido apenas como meio de controle já enraizado nas estruturas sociais, de forma que segue reproduzindo ações que nutrem discriminações, desigualdades, preconceitos, seletividades e sacralizam hierarquias.[12]

Conforme Andrade[13]:

> A seletividade é, portanto, a função real e a lógica estrutural de funcionamento do SJC, comum às sociedades capitalistas patriarcais. E nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela da prisão ao nos revelar que a construção (instrumental e simbólica) da criminalidade – a criminalização – incide seletiva e estigmatizantemente sobre a pobreza e a exclusão social, majoritariamente masculina, e apenas residualmente (embora de forma crescente) feminina.

Lombroso, considerado o pai da criminologia científica tradicional, ainda no final do século XIX e início do século XX, tentava demonstrar em suas pesquisas que os comportamentos criminosos estavam intimamente ligados aos atributos físicos e psicológicos do indivíduo. Assim, ao identificar a mulher delinquente, ele concluiu que os baixos índices de criminalidade feminina eram decorrentes da maternidade, e que a criminalidade feminina nata estava associada à prostituição[14].

Posteriormente, após uma mudança pragmática fundamental, a Criminologia Crítica deixou de investigar as causas

[11] Ibidem, p. 78.

[12] Ibidem, p. 80.

[13] Ibidem, p. 81.

[14] LOMBROSO, 1896 apud BUENO, 2011, p. 26

ontológicas para a prática do crime, e iniciou um questionamento acerca do desenvolvimento dos processos sociais que levam determinados indivíduos a serem tratados como criminosos.

Houve um grande avanço no campo do saber Criminológico, no momento em que passou a ser abordado as perspectivas feministas nos estudos da criminologia. Assim, ampliou-se o objeto de estudo, introduzindo no campo criminológico as categorias de patriarcalismo (conjuntamente com o capitalismo) e as relações sociais dos sexos, demonstrando que as opressões sofridas pelas mulheres eram anteriores ao Sistema de Justiça Criminal, sendo produtos da estrutura patriarcal da sociedade[15].

No entanto, devemos voltar ao ponto em que Lombroso diz que os baixos índices de criminalidade feminina estavam ligados ao que a sociedade construiu sobre a maternidade e a prostituição, o que nos remete ao "papel" da mulher – reprodutora e objeto de satisfação sexual dos homens.

A verdade é que as mulheres passam por um processo de controle que se inicia no seio familiar, e o Sistema de Justiça Criminal surge para manter esse controle e tornar a mulher vítima da violência institucional, no sentido de que o SJC reproduz a violência das relações sociais capitalistas[16] e a violência decorrente das relações sociais dos sexos.

Pode-se dizer, então, que apenas as mulheres que subvertem o sistema do controle e rompem com seus papéis socialmente impostos, serão submetidas ao Sistema de Justiça Criminal. Ao determinar o SJC como androcêntrico, apresentamos um sistema marcado por uma maioria dominante: os homens. E esse sistema é um forte instrumento masculino de controle do sexo masculino, sendo em segundo lugar um mecanismo de controle feminino que reforça o patriarcalismo ao criminalizar a mulher em situações específicas[17].

---

[15] LARRAURI, Elena. *Control informal: las penas de las mujeres... In: LARRAURI, Elena. Mujeres, Derecho penal y criminologia.* Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A, 1994.

[16] ANDRADE, op. cit, p. 75.

[17] Ibidem, p. 88.

Sobre a criminalização de mulheres em situações específicas, vejamos o que diz Andrade[18]:

> a) Criminalizando (primariamente) condutas femininas (a mulher como autor de crimes) contra a pessoa (aborto, infanticídio, abandono de recém-nascido), crimes contra a família-casamento (bigamia, adultério), crimes contra a família-filiação (parto suposto, abandono de incapazes); b) Criminalizando (secundariamente) as mulheres quando exercitam papéis socialmente masculinos; ou seja, quando se comportam como homens, são violentas, usam armas; c) Criminalizando (secundariamente) as mulheres quando praticam infrações em contextos de vida diferentes dos impostos aos papéis femininos (não vivem em família ou as abandonam.). Aqui não apenas violam os tipos penais, mas a construção dos papéis de gênero como tal e o próprio "desvio socialmente esperado". Seja como for, crimes próprios de mulheres ainda encontram acolhimento privilegiado no SJC: quando criminaliza, exculpa-as, de modo que a criminalização é simbólica, para reforçar os papéis de gênero, porque lugar de esposa e mãe é em casa. (BARATTA, p. 50-1).; Por outro lado, à medida que as mulheres passam a exercer papéis masculinos na esfera publica, tornam-se mais vulneráveis ao controle penal e é precisamente isto que está a acontecer no mundo inteiro, elevando-se as taxas de criminalização feminina, pelas mesmas condutas que os homens são criminalizados, a saber, crimes patrimoniais e, nuclearmente, tráfico de drogas.

Temos que o Sistema de Justiça Criminal cria e reforça as distinções de gênero, ao determinar condutas que, se praticadas, poderão ser punidas de forma diversa caso o indivíduo seja homem ou mulher, contribuindo, desta forma, para a construção social das diferenças entre os sexos e para a seletividade negativa[19].

---

[18] Ibidem, p. 89.

[19] BARATTA, Alessandro. *O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana.* Tradução de Ana Paula Zommer. In: Criminologia e Feminismo. Porto Alegre: Sulina, 1999.

Devemos nos atentar para o fato de que essas questões se colocam em uma posição de desafio, no sentido de que o Sistema de Justiça Criminal estará condenado a enfrentar profundas transformações nas relações sociais dos sexos, a partir do momento em que as mulheres se organizam para lutarem por sua liberdade e por seus direitos, ao garantirem igualdade e transformarem a estrutura da sociedade, ou seja, ao negarem o patriarcado e desconstruírem o androcentrismo.

São transformações que não legitimam as opressões históricas sofridas pelas mulheres ao não aceitarem desigualdades inferiorizadoras, nem igualdades descaracterizadoras[20].

Análise dos acórdãos a partir de uma perspectiva crítica feminista

A partir da contextualização feita até agora, faremos uma análise dos acórdãos proferidos por juízes e juízas de segundo grau em decisões condenatórias de mulheres pelo crime de tráfico de drogas na cidade de Porto Alegre no ano de 2015. Os casos aos quais referenciaremos serão observados de forma a demonstrar de que modo o discurso jurídico corrobora para a (re)produção da discriminação de gênero e para a efetivação do controle social formal, embasado na visão androcêntrica.

Importante salientar que, ao finalizarmos a leitura das decisões condenatórias, observamos que os juízes e juízas, em sua ampla maioria, limitaram seus votos à arguição dos principais elementos contidos nos recursos das partes, ou seja, com fundamentos pautados pela letra da lei. No entanto, ainda que poucas, encontramos decisões com tencionamentos de gênero, produzidas segundo o discurso patriarcalista, que reforçam e institucionalizam a violência atentada contra a mulher, o que significa que não estamos isentos da concepção androcêntrica no discurso jurídico, mais especificamente, no discurso reproduzido pelos juízes e juízas das Câmaras Criminais do TJRS.

[20] ANDRADE, op. cit, p. 72

Ainda, foram analisados acórdãos em todas as Câmaras Criminais do TJRS, porém, apenas a Primeira Câmara Criminal, a Segunda Câmara Criminal e a Terceira Câmara Criminal tiveram decisões que, no nosso entendimento, reproduzem o discurso patriarcalista e silenciam as violações sofridas pelas mulheres através do tratamento do sistema de justiça criminal para com as autoras de crimes de tráfico de drogas. Iremos explorar melhor as decisões a seguir.

Inicialmente pudemos perceber, por parte das mulheres em seus interrogatórios, denúncias de violências cometidas por policiais, no momento da abordagem e decorrente apreensão de entorpecentes. Colacionaremos trechos dos testemunhos contidos nas decisões de segundo grau.

Neste julgamento vemos que a ré, em seu interrogatório, "asseverou que foi agredida pelos policiais, os quais sufocaram-na com a mão e desferiram-lhe choques, bem como proferiram ameaças contra si e contra seus filhos, menores de idade"[21]. Seguido de relatos de três testemunhas arroladas pela defesa que confirmaram as agressões sofridas: "Confirmou as agressões cometidas pelos milicianos em face de seus irmãos, de sua mãe e de seu tio, usuário de entorpecentes, que morreu dias após. [...] Confirmou a ocorrência de agressões pelos policiais. [...] Confirmou a prática de agressões pelos policiais[22]".

Diante disso, o relator da decisão apontou:

> Outrossim, afigura-se inaceitável, no que diz com a autoria, a pretendida desqualificação da palavra dos policiais, merecendo registro a circunstância de que, ou se tem motivo para retirar a validade de tais depoimentos (e, no caso, não há), ou devem estes serem aceitos, porquanto, do contrário, chegaríamos à absurda conclusão de que a condição de policial tornaria suspeita a testemunha. Aliás, observado o sistema do livre convencimento, o testemunho

[21] BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Criminal n. 70065850422, relator Des. Honório Gonçalves da Silva Neto, (Nº CNJ: 0270420-17.2015.8.21.7000), julgada em 26 de agosto de 2015. p. 5. Disponível em: <http://goo.gl/C3j2lj> Acesso em 20 de maio de 2016.

[22] Idem. p. 6.

> de agente policial constitui elemento apto à valoração pelo juiz, afigurando-se inaceitável que, valendo-se o Estado de servidores públicos para prevenção, repressão e investigação das atividades delituosas, seja negada credibilidade a tais agentes, na oportunidade em que vêm a juízo informar o que ocorreu por ocasião do desempenho de suas atividades[23].

Do mesmo modo, reparamos mais uma situação de violência policial em outro acórdão condenatório:

> Adquiriu a droga de um traficante denominado Michel e estava em um fumódromo para consumi-la, quando a casa foi invadida pelos Policiais Militares, os quais empurraram a porta. Eles a torturaram, pondo uma sacola em seu rosto, indagando-lhe onde estavam as drogas. As substâncias apreendidas foram localizadas com os demais usuários dos locais, sendo a posse imputada a si de modo proposital, pelos autores da prisão. Negou ter arremessado o estojo nos pés dos PPMM. Pois tenho que, no caso concreto, a negativa de autoria de CAMILA não é suficiente para desacreditar os ditos dos policiais. Os relatos de ambos os responsáveis pela prisão – o terceiro, permaneceu na viatura – são harmônicos entre si e ricos em detalhes, sendo a sucessão de fatos descrita de modo plausível. Eles disseram não conhecer as rés antes, e não haveria mesmo razão para falsa imputação, pois ambas eram primárias4. Aliás, não se cogitou sequer um motivo para os alegados enxerto e tortura, e não se pode presumir tenham ocorrido[24].

Mais, em outra decisão reparamos uma circunstância de violência policial:

> No mérito, tenho que a materialidade e a autoria delitivas dos réus quanto ao delito de tráfico de entorpecentes

[23] Ibidem. p. 7.

[24] BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Apelação Criminal n. 70057260622, relator Des. João Batista Marques Tovo, (Nº CNJ: 0450689-22.2013.8.21.7000), julgada em 21 de maio de 2015. Disponível em: <http://goo.gl/C3j2lj> Acesso em 20 de maio de 2016.

> foram bem analisadas pelo ilustre Juiz de Direito, Dr. Joni Victória Simões, ao proferir a sentença, não sendo verificada qualquer inovação em sede de apelação em relação aos pontos analisados em primeiro grau no tocante a esse delito, pelo que adoto seus fundamentos para evitar tautologia (fls. 230/248): [...] Referiu que os Milicianos ordenaram que as mulheres tirassem a roupa, para que fossem revistadas, ao que Mariana, Andressa e Ângela obedeceram. Não aceitou a ordem, dizendo que só tiraria a roupa na presença de uma policial do sexo feminino. Em razão disso, foi agredida com "cascudos" na cabeça. Pediu que parassem, argumentando que estava grávida. Indicou seu nome aos policiais, que constataram que estava foragida. Em seguida, foram até o quarto dos fundos da casa, que tem uma janela que dá para o outro beco, onde fizeram revista. Perguntaram quem era o Douglas, ao que respondeu ser seu marido. Pediu que os vizinhos chamassem advogados, para que vissem o que estava acontecendo, tendo deixado os policiais muito irritados. Eles puxavam seus cabelos e a agrediam. [...] Contrariando a versão improvável dos réus, vieram os relatos dos Policiais Militares, que foram uníssonos ao apontar a autoria do delito e descrever o desenrolar de toda a situação[25].

Ao atentarmos à justificativa destes relatores no tocante às violências cometidas pelos policiais contra as acusadas, percebemos que em nenhum momento a palavra das vítimas – e consequente depoimento das testemunhas na primeira decisão – é considerada. Podemos relacionar os discursos aqui apresentados, portanto, à visão de Pierre Bourdieu sobre a força da ordem masculina, a qual é evidenciada justamente no fato desta não precisar de justificação. A neutralidade na qual impõe-se a visão androcêntrica prescinde de manifestar-se em discursos para legitimá-la[26]. Logo, vemos no discurso jurídico em questão uma

[25] BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Criminal n. 70056042096, relator Dr José Ricardo Coutinho Filho. (Nº CNJ: 0328836-46.2013.8.21.7000), julgada em 23 de abril de 2015. p. 5. Disponível em: <http://goo.gl/C3j2lj> Acesso em 20 de maio de 2016.

[26] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Traduzido por Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ratificação da dominação masculina[27], na qual a palavra dos sujeitos dominados – as mulheres acusadas – não tem valoração sequer para ao menos questionar a prática dos atos violentos por parte dos agentes de polícia.

Por sua vez, Ana Lúcia Sabadell questiona a lógica do sistema jurídico atual, o qual se apresenta como neutro instrumento apto a resolver conflitos sociais, contudo, em sua elaboração e aplicação, a dita neutralidade protege os interesses dos sujeitos masculinos. Assim sendo, podemos concluir que a dita "neutralidade" do direito possui caráter androcêntrico[28].

Além das discriminações de gênero relatadas até então, vemos uma dupla condenação de uma acusada na decisão abaixo:

> Como se verifica acima, foi fixada adequadamente a pena-base acima do mínimo legal (07 anos de reclusão para Ricardo e Dionatan e 07 anos e 06 meses para Adriana), considerando a natureza e quantidade da droga comercializada, "crack", substância de maior lesividade ao usuário, que aumenta a reprovabilidade da conduta e justifica o afastamento da pena-base do mínimo legal (art. 42 da Lei nº 11.343/06), bem como o fato de ter sido o crime cometido em concurso de agentes entre os réus e, ainda, em relação à ré Adriana, a circunstância de ser essa mãe dos demais corréus, incentivando e dando péssimo exemplo aos filhos, o que aumenta a reprovabilidade da conduta em relação a ela, nada havendo a reparar[29].

Ao fazermos uma breve leitura desta argumentação fica visível a dupla culpabilização em face de acusada. A mulher, por ser progenitora de ambos corréus, recebe uma pena maior em seis meses, isto é, a ré, na situação de mãe dos outros dois acusados,

---

[27] Idem.

[28] SABADELL, Ana Lucia. *Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito.* – 6ª ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 217.

[29] BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Criminal n.70056487648, relator Dr. José Ricardo Coutinho Silva, (Nº CNJ: 0373391-51.2013.8.21.7000), julgada em 21 de maio de 2015. p. 15. Disponível em: <http://goo.gl/C3j2lj> Acesso em 20 de maio de 2016.

foi tratada como se tivesse parte da responsabilidade sobre a atitude deles.

O que se vê no discurso é um tratamento diferenciado em relação às mulheres que assumem o papel de autoras de crimes, no sentido de que estas passam por um processo de demonização pelo Sistema de Justiça Criminal, principalmente quando suas condutas envolvem seus/suas filhos/as ou é diante deles/as, isso porque, é inaceitável que elas fujam da sua condição "natural" de mãe, protetora e educadora da prole.[30]

Ainda, notamos casos nos quais as mulheres acusadas foram coagidas por seus companheiros a transportarem drogas para eles ao presídio. Colacionamos o que foi alegado a respeito da acusada:

> Aduz que estava portando a droga, obrigada pelo seu companheiro, usuário de drogas, que se encontrava recolhido no Presídio. [...] Da mesma forma, a tese de que "estava levando drogas para o presídio, pois seu companheiro lhe obrigou" não tem o condão de afastar a condenação imposta, eis que desnecessário, nessas circunstâncias, que houvesse prova presencial de mercancia, bastando, tão somente, o transporte da substância entorpecente para entrega a terceiro para a caracterização do tipo penal[31].

Vejamos outra situação na qual o Desembargador Relator corroborou com o posicionamento trazido pelo juiz de primeiro grau, no sentido de aviltar a violência sofrida pela acusada:

> Diante disso, transcrevo as razões lançadas na decisão, não só por com elas coadunar [...] mas também para evitar a tautologia (fls. 121/125): [...] A ré Juliana, quando

[30] FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio de. *Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais*. Psicologia: Teoria e Prática – 2005. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a06.pdf> Acesso em 20 jun. 2016.

[31] BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Criminal n. 70055032262, relatora Desa. Rosaura Marques Borba. (Nº CNJ: 0227853-39.2013.8.21.7000), julgada em 25 de junho de 2015. pp 3, 5 e 6. Disponível em: <http://goo.gl/C3j2lj> Acesso em 20 de maio de 2016.

> interrogada, também confessou a prática do fato, alegando ter sido ameaçada para fazer o transporte da droga: "J: A senhora está sendo acusada de nesse dia, 13 de junho do ano passado, por volta de 7h45min, aqui no Presídio Central, a senhora estaria levando mais de 94g (noventa e quatro gramas) de maconha, quando foi verificado na revista. A senhora levava essa droga nesse dia? R: Sim. J: Por que a senhora estava levando a droga? R: Porque o Clénio me ameaçava, às vezes dava em mim. J: Quem é o Clénio? R: O meu ex. J: Era o ex-companheiro? R: Sim.J: Era ele que a senhora visitava no Presídio? R: Sim. J: E que ameaças ele fazia à senhora? R: Ele dizia que se eu não levasse, ele iria dar em mim, no tanto, que quando eu levei, não deu certo. Ele me desligou, disse que eu era idiota... Não tinha a competência de levar nada lá para dentro. [...] De outro lado, sem qualquer ressonância na prova a alegação de Juliana de que teria praticado o fato porque estava sendo ameaçada pelo ex-companheiro. Não só não há qualquer prova concreta disso, como se, realmente, estivesse em risco, deveria a acusada, ao invés de cometer a conduta criminosa, denunciar a situação à autoridade competente para as providências cabíveis. Logo, não poder ser acolhida a alegação, estando ausente prova para demonstrar coação irresistível ou inexigibilidade de outra conduta[32].

Em ambos os casos elencados acima, podemos verificar a descaracterização das violências sofridas pelas mulheres por parte de seus companheiros. Além de desconsiderar a complexidade das situações de submissão nas quais as mulheres estão inseridas, o discurso evidencia uma naturalização da violência de modo a responsabilizar estas mulheres por tais condutas. Sobre a culpabilização dos sujeitos dominantes para com os sujeitos dominados Bourdieu é elucidante:

> Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce

[32] BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Apelação Criminal n. 70058620667, relator Des. Julio Cesar Finger. (Nº CNJ: 0054629-26.2014.8.21.7000), julgada em 28 de janeiro de 2015. pp. 7-10. Disponível em: <http://goo.gl/C3j2lj> Acesso em 20 de maio de 2016.

> através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas *escolhem* adotar práticas submissas ("as mulheres são seus piores inimigos") ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas "se deleitam" com os tratamentos que lhes são inflingidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à "submissão", dadas por vezes como pretexto para "culpar a vítima", são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução[33].

Destarte, constatamos que a dominação masculina se manifesta nos discursos analisados, ao ponto de ser desconsiderada a submissão das mulheres nas circunstâncias apontadas por parte dos relatores das decisões. Assim, de acordo com Bourdieu, verificamos uma culpabilização das mulheres que sofreram violência física e psicológica – ameaça – praticada por seus respectivos companheiros.

Uma decisão proferida tomou a condenar uma ré que havia sido absolvida em primeiro grau em razão de violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, veja-se:

> Anoto, por primeiro, relativamente ao fundamento utilizado pela magistrada para a solução absolutória, que nenhuma ilegalidade ou ofensa a direitos fundamentais há com relação à revista íntima realizada na recorrida, por ocasião de sua entrada em estabelecimento prisional, como bem salientou o Dr. Procurador de Justiça, merecendo transcrição os fundamentos deduzidos, verbis: [...] As pessoas que se dirigem ao presídio para visitar os detentos tem conhecimento previamente de que poderão ser submetidas à revista íntima. Logo, a acusada não foi surpreendida por ação abusiva ou vexatória do Estado.

[33] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Traduzido por Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Salienta-se que o procedimento mencionado visa a coibir a entrada nos presídios de drogas, armas, aparelhos de telefone celular, entre outros objetos, que podem colocar em risco a segurança e a integridade daqueles que trabalham no estabelecimento, dos familiares dos detentos, bem como dos próprios presos. Portanto, a revista íntima é procedimento necessário e que se funda em interesse público mais relevante, qual seja, inibir o tráfico de entorpecentes e introdução de armas e aparelhos de telefone celular nos estabelecimentos prisionais, não se revestindo tal procedimento de ilegalidade (STJ. Decisão monocrática em HABEAS CORPUS Nº 328.843 – SP. Ministra LAURITA VAZ, em 06/08/2015). Portanto, não se vislumbra ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, nem violação a direitos fundamentais. Destaca-se que todos são limitados por outros direitos e não podem servir de escudo apara a defesa de outros delitos. E, ainda que se conclua pela inconveniência dos exames realizados, a acusada não está autorizada a ingressar no estabelecimento prisional, não restando sua conduta convalidada, inexistindo, assim, nulidade capaz de contaminar as demais provas. Neste sentido: APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. CONSTITUCIONALIDADE. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA. PRECEDENTE DO STF. MÉRITO. RÉ ABSOLVIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. INCONFORMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA FARTAMENTE COMPROVADAS. REVISTA ÍNTIMA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. LICITUDE DA PROVA. A revista íntima em mulheres que se dirigem à visitação no Presídio não representa violação à dignidade e ao princípio da intranscendência da pena, não se tratando de procedimento vexatório e tampouco atentatório à dignidade humana. As pessoas que se dirigem ao Presídio para visitar os detentos sabem previamente que poderão ser submetidas à revista íntima, tratando-se, tal procedimento, de legítimo exercício do poder de polícia do Estado, de cunho preventivo, o qual objetiva garantir a segurança social. A revista íntima em visitantes do Presídio é comum, sendo de conhecimento público que qualquer

> pessoa que ingressa como visitante no estabelecimento prisional está sujeita a tal procedimento, não havendo falar em nulidade da prova por ilicitude e tampouco em violação dos princípios da dignidade e da intranscendência da pena. Ademais, além de não violar os princípios da dignidade e da intranscendência da pena, o procedimento vem amparado pelo art. 244 do CPP. APELO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Crime Nº 70066309709, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Mello Guimarães,Julgado em 24/09/2015)1.

No acórdão em questão, é perceptível o afastamento do discurso com a realidade da prática da revista vexatória, a qual atenta contra a dignidade humana. A justificativa utilizada pelo relator coloca a segurança interna do presídio em um patamar acima dos direitos e garantias fundamentais das mulheres que sofrem com essa prática que representa uma violência brutal, pois viola o próprio corpo, e as coloca em uma posição dominada.

Em síntese, nessa lógica, o discurso jurídico contribui para a legitimação do controle social dos corpos femininos. Os acórdãos que foram aqui expostos demonstram que não estamos isentos da reprodução do poder patriarcal e da visão androcêntrica no direito. O campo jurídico se manifesta como meio de expansão e institucionalização da violação das mulheres.

Considerações finais

Considerando o que foi explanado no presente artigo, podemos fazer algumas pontuações acerca do que foi analisado nos discursos jurídicos das Câmaras Criminais do TJRS dos acórdãos pesquisados. Pudemos, portanto, através de tencionamentos de gênero identificados, observar: a) a reprodução das relações sociais dos sexos pelas autoridades judiciárias; b) a naturalização da violência sofrida pela mulher; c) a dupla punição para mulheres por romperem com seus papéis socialmente impostos, principalmente no que diz respeito à maternidade; d) o exercício do controle social formal e; d) a culpabilização da mulher na situação de submissão.

Importante frisar que mesmo em menor quantidade, ainda há decisões proferidas por autoridades judiciárias, aqui representadas por juízes e juízas de segundo grau, que mantém em seu discurso todos os preconceitos enraizados na sociedade patriarcal, androcêntrica e machista, submetendo mulheres que subvertem tais conceitos à duplas punições.

Diante de toda a realidade apresentada, verifica-se que o sistema de justiça criminal ainda não superou seu deficit e permanece em crise de legitimidade. Destarte, a cultura machista reforça suas opressões contra mulheres envolvidas em atos ilícitos, e mais do que isso, retira-se a humanidade daquelas que contrariam a ordem superior de permanecer nos ambientes privados e zelar pelo cuidado familiar.

Por fim, consideramos inadmissíveis decisões condenatórias que fortaleçam os valores patriarcais da sociedade, ao ignorarem as demandas das mulheres que se envolvem em crimes e punirem duplamente e naturalizando violências. O histórico machista da cultura mundial enraizou preconceitos e discriminações que são refletidas diariamente na realidade de todas as mulheres, intensificando-se quando o contexto analisado é o sistema de justiça criminal, este que exerce um controle institucional e que por muitas vezes, como visualizado através desta pesquisa, continuam a reproduzir as relações sociais dos sexos, garantindo que mudanças estruturais nunca sejam alcançadas.

Referências bibliográficas

ANDRADE. Vera Regina Pereira de. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185> Acesso em 17 jun. 2016.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e no sistema de justiça criminal*. Disponível em: <http://www.geocities.ws/criminologia.critica/artigos/sexo_genero.pdf> Acesso em 17 de jun. de 2016.

BARATTA, Alessandro. *O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana.* Tradução de Ana Paula Zommer. In: Criminologia e Feminismo. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BITENCOURT, ÁLVARO HUMMES. *Mulheres & Sistema prisional: o sentido do trabalho para quem viveu e vive sob a égide do cárcere.* Dissertação de mestrado. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1953/1/000444370-Texto%2bParcial-0.pdf> Acesso em 18 jun. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Traduzido por Maria Helena Kuhner. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUENO, Mariana Guimarães da Rocha Cunha. *Feminismo e direito penal.* 2011. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-14052012-161411/pt-br.php>. Acesso em 18 jun. 2016.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio de. *Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais.* Psicologia: Teoria e Prática – 2005. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a06.pdf> Acesso em 20 jun. 2016

LARRAURI, Elena. *Control informal: las penas de las mujeres... In: LARRAURI, Elena. Mujeres, Derecho penal y criminologia.* Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A, 1994.

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://download.uol.com.br/fernandorodrigues/infopen-relat-2016.pdf>. Último acesso em 18 jun. 2016.

SABADELL, Ana Lucia. *Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito.* – 6ª ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova (org.). *Introdução crítica ao direito das mulheres* – Brasília: CEAD, FUB, 2011.

Acórdãos pesquisados

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL: 70067146597; 70066857681; 70066807751; 70064887862; 70066425299; 70066354739; 70065897001; 70065914970; 70065978553; 70066076217; 70063198733; 70065850422; 70062993936; 70064912009; 70064632094; 70062204128; 70064888845; 70062241039; 70064416258; 70061098919; 70061847455; 70063661466; 70063677801; 70063130389; 70062942263; 70063192108; 70062841002; 70062809728; 70062827845; 70058620667; 70062627997

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL: 70060217965; 70062994686; 70060584349; 70064065865; 70064416951; 70062198197; 70061228516; 70056487648; 70054206495; 70056234255; 70057831539; 70055922512; 70057400798; 70056080401; 70062971866; 70054300728; 70057121626; 70056042096; 70058749243; 70062774450; 70062069208; 70053768859; 70053492906; 70053760146; 70056998685; 70055257901; 70060194529; 70052723202; 70062450150; 70064485014; 70055032262; 70064160401; 70054162722; 70055855555; 70054610290; 70052818325; 70064453699; 70065097883; 70060390366; 70064980717; 70053663431; 70051708147; 70052862919; 70065219024; 70064176050; 70064407109; 70058244849; 70058154089; 70049201882; 70065910465; 70046941019; 70065824708; 70066425117; 70065729212; 70066227422; 70065947145; 70066309709; 70065898876; 70062204805; 70058216706; 70051805612; 70059597351; 70065781528; 70049773583; 70045141157; 70064782071; 70066271933; 70052919156; 70041068727; 70066835539; 70065654683; 70049363260; 70051742807; 70047996871; 70050496116

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL: 70066686262; 70066151739; 70059326140; 70063710024; 70063786438; 70056391162; 70057260622; 70062954557.

A (IN) EFICÁCIA DA LEI 11.340/2006: GÊNERO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER

Leonardo Canez Leite[11]
Lucas Gonçalves Conceição[22]
Rubens Vicente Rodrigues Vasconcelos[33]

Introdução

A presente pesquisa tem a intenção de contribuir com o estudo da violência doméstica e suas implicações na esfera jurídica. A começar da observação da própria efetividade das normas na prevenção geral e especial do crime de violência doméstica contra a mulher.

A Lei 11.340/2006 – Maria da Penha tem a finalidade norte de coibir e prevenir a violência intentada contra a mulher no seio familiar. Dessa forma, desfruta de uma série de medidas que visam assistir e tutelar às mulheres. Os verbos coibir, prevenir, punir, erradicar, trazem a ideia de que é possível: impedir, evitar e erradicar toda forma de violência contra a mulher. Não obstante a lei assegure esses direitos de guarida às vítimas, o Estado não é capaz de assegurar plenamente devidas condições de tutela, seja na tentativa da ressocialização dos traumas psicológico, físico e moral seja na aplicação da lei.

Indubitavelmente a Lei nº 11.340/2006 surgiu na intenção de cumprir o dispositivo constitucional que conduz adequada

1 Mestrando em Direito e Justiça Social, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Pós-graduado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Advogado. Contato: canezrg@hotmail.com
2 Mestre em Direito e Justiça Social, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Advogado e Professor da Faculdade de Direito da FURG. Contato: lucasgoncon@hotmail.com
3 Bacharel em Direito, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Contato: rubensvrv@yahoo.com.br

assistência à família e conferir legitimidade aos movimentos feministas. Dessa maneira, observa-se a violência doméstica como uma forma de transgredir direitos humanos. A previsão elencada na Constituição Federal, gerou a ideia de que, mesmo esses direitos sendo próprios a todos os cidadãos, não se efetivam sem a participação do Estado, de forma a resguardá-los e preservá-los para um legítimo exercício.

A temática é de fundamental importância, pois o gênero feminino sofre constante violação e a Lei Maria da Penha revelou-se devido ao anseio de tutelar a mulher por sua vulnerabilidade secular. É de igual modo expressivo no que diz respeito ao campo acadêmico, visto que a forma de violência em baila alcança uma vasta parte da sociedade, sobretudo mulheres, jovens e adolescentes. Entende-se crucial o fomento da pesquisa porque se torna um instrumento eficaz para a efetividade dos mecanismos de tutela às mulheres vítimas.

Nesse ínterim, o objetivo do trabalho é demonstrar que a Lei nº 11.340/2006 ainda é ineficaz e não salvaguarda os direitos das mulheres. À vista disso, observaremos essas ocorrências de hostilidade intragáveis pois negam, precipuamente, a prática do direito à vida, à liberdade e ao respeito, mortificando, dessa forma, diretrizes básicas e fundamentais da Carta Magna de 1988. A partir disso, buscar-se-á compreender os fenômenos da violência contra a mulher nos ramos do Direito Penal e Processual Penal, assim como, estimular o desenvolvimento de novas pesquisas que venham a contribuir para o respeito à integridade psicológica, física e moral da mulher.

1. O trajeto da violência doméstica

A sociedade assiste a um estado de pura violência, mergulhada em uma estirpe de vulgarização da violência, que, secularmente, é empregada todos os dias, contra a mulher. Dessa forma:

> Compreender a difícil tarefa pretendida pela Lei n. 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, significa observar que o mundo manteve, secularmente, a

> legitimidade da violência de gênero, tornando esta, portanto, institucionalizada, com enfoques estigmatizados da cultura e da religião, impondo à mulher, consequentemente, uma vida de subjugação. (CAMPOS, 2010, p. 37).

Nesse ponto de vista, a crueldade de gênero é atribuída a outras gerações, caracterizando formas patriarcais de família, onde o sexo masculino é superior ao sexo feminino, dominando-a e oprimindo-a. Assim, permanece e se propaga nas distintas convivências, de acordo com Rocha (2010, p. 5): "Nessa sociedade o que não vem descartável é a violência. Porque a marca dela não se retira com a facilidade com que ela entra".

Por isso, a hostilidade contra o sexo feminino se origina de uma historicidade sobre o gênero, logo não se pode esquecer a temática sem dirimir sobre tal aspecto porque estão diretamente relacionados.

A lei 11.340/2006 - Lei Maria da penha adquire esta nomenclatura em função da batalha para a sobrevivência de uma mulher no lar. Vítima de violência doméstica por parte de seu ex-marido, sofreu diariamente e, após, inúmeras tentativas de homicídio e danos irreparáveis procurou o judiciário no intuito de que fossem tomadas as devidas providências. Assim, dessa busca incansável por ajuda e justiça, foi que efetivamente nasceu e se positivou a Lei Maria da Penha e com ela ferramentas para findar tais atos.

A Violência Doméstica contra a mulher é um dos maiores desafios dos Direitos Humanos. Por mais que a lei sustente a criação de mecanismos de prevenção e repressão, observa-se uma grande dificuldade em reduzir ou eliminar a violência de gênero e tornar efetiva a proteção dos Direitos Humanos da mulher. Na esfera jurídica, violência significa uma espécie de coação para vencer a capacidade da resistência de outrem, ou levá-lo a executar algo, mesmo contra a sua vontade.

Hodiernamente o sexo feminino na trajetória de conquista dos seus direitos como cidadã participa da vida e do governo, tem emprego, pode sustentar-se. Ademais com direito à moradia, saúde, lazer, educação, ou seja, é igual ao gênero masculino, tendo

acesso a tudo, inclusive à justiça. A Carta Magna da República do Brasil aduz em seu artigo 5º, § 1º, que "as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata".

Isso significa dizer exatamente o que reza o caput do artigo 5º do mesmo diploma legal "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Todavia, a realidade das mulheres demonstra que a norma ainda é inaplicável tanto no âmbito constitucional quanto na própria lei 11.340/2006 - Lei Maria da penha. A violência doméstica é reconhecida pela nossa Constituição, que diz, em seu parágrafo 8°, artigo 226: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações". A proibição da violência doméstica e a assistência à família são deveres atribuídos ao Estado a ele pertence o poder de elaborar normas que viabilizem o controle dessa violência.

A legislação tem a intenção de respeitar os tratados internacionais bem como as regras constitucionais. É, infelizmente, evidente que a mulher continua sendo violentada no lar e fora dele. Fato é que a Lei Maria da Penha é incapaz de solucionar outros problemas como, por exemplo, os de âmbito social e cultural, todavia poderá ser a gênese de um convívio de respeito para com a mulher, dando-lhe a certeza de que o Poder Público lhe atenderá quando forem solicitadas as medidas nela contidas. Assim:

> O combate à violência contra a mulher depende, fundamentalmente, de amplas medidas sociais e profundas mudanças estruturais da sociedade (sobretudo extrapenais). Como afirmamos a nova lei acena nesta direção, o que já é um bom começo. Esperamos que o Poder Público e a própria sociedade concretizem as almejadas mudanças necessárias para que possamos edificar uma sociedade mais justa para todos, independentemente do gênero. Desta forma, o caráter simbólico das novas medidas penais da lei n. 11.340/06 não terá sido em vão, e sim terá incentivado ideologicamente medidas efetivas para

> solucionarmos o grave problema da discriminação contra a mulher (VERNICE, 2006, p. 10).

Indubitavelmente as vantagens no que diz respeito à segurança, concedidas às mulheres com a Lei Maria da Penha são inúmeras. Cita-se o fato de a legislação, reconhecer a obrigação do Estado em garantir a tutela delas nos espaços públicos e privados ao definir uma política de prevenção e atenção nas questões que envolvam, especialmente, a violência doméstica. Sem obstar, as ações, o respeito, à dignidade, à liberdade sexual e à igualdade são inerentes a todos, sem distinção de raça, sexo, cor, idade e gênero. Por isso, cada ser humano deve ter obrigatoriamente sua individualidade e personalidade respeitadas. Assim a referida lei da mulher protege esses direitos especiais e tem a sua constitucionalidade assegurada por permissão da Carta Magna – em que enquadra a mulher, por sua vulnerabilidade.

Salienta-se que o ato de discriminar a mulher fere o princípio da igualdade e o respeito à dignidade humana, o que extrai a participação da mulher em iguais condições, nos diversos segmentos da vida, prejudicando o bem-estar social e familiar. A violência doméstica é uma problemática secular e complexa que requer a coordenação e conjugação de esforços por parte da comunidade e entre pessoas de vários setores profissionais. Hannah Arendt já alerta para a falta de grandes estudos sobre o fenômeno da violência e sua consequente banalização:

> Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a "violência" nem sequer merece menção.) Isto indica quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. Aqueles que viram apenas violência nos assuntos humanos, convencidos de que eles eram "sempre fortuitos, nem sérios nem precisos" (Renan), ou de que Deus sempre esteve com os maiores

> batalhões, nada mais tinham a dizer a respeito da violência ou da história. Quem quer que tenha procurado alguma forma de sentido nos registros do passado viu-se quase que obrigado a enxergar a violência como um fenômeno marginal (ARENDT, 2009, p. 23).

A violência, no pensamento arendtiano, distingue-se por seu caráter instrumental. Meios, implementos, instrumentos, ferramentas, são alguns dos substantivos usados com o propósito de multiplicar o "vigor" natural, e a violência aproxima-se fenomenologicamente do vigor. Sendo assim, a Lei Maria da Penha trouxe o grande impacto de tornar público crimes que estavam restritos ao ambiente privado e que agora podem ser denunciados e repreendidos. Atualmente as mulheres possuem essas normas a seu favor, mesmo não a utilizando de forma totalmente eficaz. Nota-se que é fundamental o tratamento das mulheres violentadas e também dos agressores. Para a recuperação dessas vítimas é imprescindível políticas públicas fortes que atentem tanto para o psicológico quanto para o jurídico dessa relação.

2. Os direitos e garantias fundamentais da mulher

A Constituição Federal de 1988 conforme já mencionado traz em seu artigo 5º os direitos e garantias fundamentais de cada cidadão. Salienta-se o princípio da igualdade, na qual dispõem que todos são iguais perante a lei, sem qualquer tipo de distinção de qualquer natureza. A Carta Magna adota este princípio de igualdade para que todo cidadão tenha o direito de tratamento idêntico pela lei, como exemplo, em seu artigo 5º que declara que homens e mulheres são iguais de direitos e obrigações:

> A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu Título II os direito e garantias fundamentais, subdividindo-os em cinco capítulos: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos. Assim, a classificação adotada pelo legislador constituinte estabeleceu cinco espécies ao gênero direitos e garantias fundamentais: direitos e garantias individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos

> políticos; e direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos. (MORAES, 2008, p. 31).

Importantíssimo ratificar novamente o fundamental artigo 5°, da Constituição Federal que aduz serem todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza se destacando vários direitos e garantias fundamentais. Este dispositivo garante a busca pela igualdade daqueles que são tratados desigualmente por razão do sexo. Ademais, no mesmo artigo, há expressa ordem de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, ou seja, trata-se do respeito à dignidade da pessoa humana.

Em outras normas estabelecidas pela Carta Magna, como as regras de igualdade material ao proibirem diferenças de salários, de exercício de função e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil e etc. Dessa forma, são vedadas as discriminações absurdas. A igualdade configura na eficácia de igualar o tratamento de qualquer pessoa sem qualquer distinção entre elas. Ademais é importante destacar que os direitos humanos são resultado de lutas no decorrer da história.

A igualdade entre homens e mulheres é meramente formal perante a lei. As Nações Unidas apontam que igualdade não pode ser somente formal, mas deve também ser substancial, e diante disso, que surge a necessidade da existência de normas específicas no intuito de amenizar essa disparidade como a Lei Maria da Penha que trouxe um avanço nos procedimentos de acesso à Justiça.

As mulheres historicamente têm seus direitos violados e consequentemente tiveram que lutar pelo reconhecimento como seres humanos e por direitos humanos básicos. Entretanto essa violação de direitos ainda não cessou embora a sua situação tenha atenuado consideravelmente. Não bastando a restrição quanto a direitos humanos as mulheres têm sido submetidas a abusos e violências em todas as esferas da sociedade e em todas as classes sociais.

Com relação aos direitos humanos das mulheres, a Constituição Federal de 1988 constitui uma referência basilar para a consagração da igualdade entre homens e mulheres como um

direito fundamental de acordo mais uma vez com o artigo 5°, inciso I da referida Carta Magna. Ademais a norma suprema também inclui a questão da violência intrafamiliar como uma responsabilidade estatal para o combate das agressões domésticas:

> É importante assinalar também a crescente importância das Organizações Não-Governamentais, frequentemente referidas como "ONG", entidades privadas que atuam de muitas formas, denunciando violações graves de Direitos Humanos, fazendo a divulgação dos documentos internacionais relacionados com esses direitos, promovendo estudos e pesquisas visando o aperfeiçoamento de sua proteção e promoção e também apresentando sugestões às organizações oficiais especializadas, inclusive à ONU. Várias ONGs são formalmente reconhecidas pela ONU e já exercem influência nas decisões dessa entidade representativa dos Estados, o que significa que os povos, diretamente, estão atuando na ordem internacional, buscando suprir as deficiências da ação estatal e eliminar as injustiças e a violência que impedem a humanidade de viver em paz. Em conclusão, pode-se afirmar que a proclamação dos Direitos do Homem, com a amplitude que teve, objetivando a certeza e a segurança dos direitos, sem deixar de exigir que todos os homens tenham a possibilidade de aquisição e gozo dos direitos fundamentais, representou um progresso. Mas sua efetiva aplicação ainda não foi conseguida, apesar do geral reconhecimento de que só o respeito a todas as suas normas poderá conduzir a um mundo de paz e de justiça social. (DALLARI, 1998, p.77)

A Constituição Federal é uma das mais avançadas no mundo no que tange aos direitos civis e sociais. Os direitos individuais também são chamados de direitos humanos e seus fundamentos estão no direito natural e em certas liberdades essenciais à personalidade e a dignidade da pessoa humana. O direito da dignidade da pessoa humana está previsto na nossa Constituição Federal de 1988, como um princípio fundamental e inviolável, tendo como fundamento dentro do Estado Democrático de Direito a aplicação dos direitos humanos a cada pessoa.

Não restam dúvidas que o movimento das mulheres no Brasil tem que buscar a promoção de mudanças tanto em relação aos comportamentos quanto em razão da estrutura social do país reivindicando transformações políticas amplas e significativas. Em razão disso é necessário desenvolver uma consciência que estabeleça medidas legislativas, judiciais e políticas públicas que assegurem o acesso de todos aos direitos humanos fundamentais:

> Com as mulheres ingressando nas profissões e os homens, assumindo cada vez mais a responsabilidade em casa, a relação entre vida profissional e privada será repensada e reestruturada. Diferenças de gênero foram forjadas por circunstâncias históricas. Nenhum estratagema de mão invisível do mercado as fará desaparecer. A cultura está sobre regras não formuladas. Uma vez que articulamos essas regras, podemos começar a reformá-las para ir ao encontro de novas expectativas e novas necessidades. (SCHIENBINGER, 2001, p.351)

Em razão dessas discriminações incessantes criaram-se instrumentos específicos em relação às mulheres que buscam a redução dessa desigualdade. Os direitos humanos surgiram do ponto de vista mundial com base na opressão das mulheres e a sua condenação ao domínio privado. A violação dos direitos das mulheres torna-se invisíveis em decorrência desse domínio privado.

> O espaço-tempo doméstico é o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre cônjuges e entre pais e filhos. As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo doméstico e aliás visível no espaço-tempo de produção ou no espaço-tempo da cidadania, como terei ocasião de referir. Mas o patriarcado familiar é em meu entender a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família, ainda que actue sempre em articulação com outros factores. (SANTOS, 1999, p.260)

Diante de toda essa precarização é fundamental redefinir o conceito de direitos humanos sob uma perspectiva de gênero. Cabe-se frisar que o Brasil ratificou a maioria dos instrumentos que protegem à mulher. Ademais os principais documentos internacionais que protegem os direitos humanos há tempos proclamam a igualdade de todos. Salienta-se que o principal marco de proteção internacional dos direitos humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos que definiu com exatidão o rol dos direitos e das liberdades fundamentais.

Diante desse rol de direitos os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos apresentam natureza subsidiária, atuando como garantia suplementar de proteção quando os sistemas nacionais falharem. E finalmente se torna possível passar em revista o sistema especial de proteção dos direitos humanos das mulheres com a introdução de dois tratados internacionais em vigor no Brasil: a Convenção sobre a Eliminação sobre Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Nesse sentido:

> Em qualquer trama social humana, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo, os homens constituem o primado do ser-existente, ou o primeiro sexo, as mulheres, por isso mesmo o "segundo sexo", só existem em função desse existente ser primeiro. (SANTOS, 2002, p. 554)

Os instrumentos nacionais e internacionais dos direitos humanos asseguram universalmente o direito à vida privada e ao domicílio. No entanto, está enraizada na cultura popular a violência corretiva às crianças para determinada situação disciplinar. Ainda assim, são poucas mulheres que denunciam a situação em que é forçada a ter relações sexuais com o próprio marido. Estes valores legitimam uma certa dose de violência no âmbito familiar, pois molda o tipo de atitude da população e dos profissionais nesse contexto. Essa violência velada contra a mulher é um concreto exemplo de violação da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi paradigmática ao declarar a dignidade humana como valor supremo da ordem jurídica. Ademais a carta magna buscou estruturar a dignidade humana de forma a atribuir plena normatividade projetando-a para todo o sistema político, jurídico e social.

> A razão para essa impressão não reside, contudo, no estabelecimento de um princípio absoluto por parte dessa disposição, mas no fato de a norma da dignidade humana ser tratada em parte como regra e em parte como princípio, e também no fato de existir, para o caso da dignidade, u m amplo grupo de condições de precedência que conferem altíssimo grau de certeza de que, sob essas condições, o princípio da dignidade h u mana prevalecerá contra os princípios colidentes. (ALEXY, 2015, p.111-112)

Por conseguinte, com a instituição da Lei Maria da Penha o Brasil passou a cumprir com as Convenções as quais é signatário, mas é visível, infelizmente, a ineficácia do referido dispositivo legal no que tange a penalização/ressocialização do agressor. Em razão disso contata-se que secularmente a classe e grupo social feminina tem sido excluída quanto ao acesso de direitos humanos e fundamentais.

3. Lei Maria da Penha: um olhar para a legislação

Conforme anteriormente destacado, ainda que a Lei Maria da Penha (11.340/2008) não tenha efetivado uma reconstrução na lógica social e cultural da sociedade pós-moderna enfrentar a violência contra mulher ou mesmo que ainda não tenha conseguido efetivar as suas próprias disposições legais, é inegável que trouxe uma série de avanços na temática. Tanto assim que hoje é reconhecida internacionalmente como um modelo de legislação para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, conforme asseguram Sardenberg e Grossi (2015).

E todos estes avanços foram consolidados após mais de dois anos de debates no âmbito do Congresso Nacional com envolvimento de diferentes movimentos de mulheres feministas de

todo o país. O projeto de Lei chegou ao Congresso nacional em novembro de 2004, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, e foi aprovado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva somente no ano 2006. Tratou-se, nada mais nada menos, do que a positivação de uma luta que acompanhou o movimento feminista por mais de três décadas.

As inovações no ordenamento jurídico foram muitas, mas segundo afirma Dias (2011), a mais substancial foi a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, dotados de competência cível e criminal. Tais juizados passaram a ser os órgãos jurisdicionais da justiça ordinária competentes para o processamento, o julgamento e a execução das demandas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Isto tudo de acordo com o Art. 14 da Lei 11.340/2006.

Tencionou com isso o legislador criar um juízo extremamente especializado para tratar de tão delicada temática. Neste sentido, estabeleceu o diploma legal que o magistrado, o promotor, o defensor e os servidores devem ser especificamente capacitados para atuar nestas Varas, bem como que estes juízos precisam contar com equipe de atendimento multidisciplinar, integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, além de curadorias e serviço de assistência judiciária, conforme dispõem os arts. 29 e 34.

Ou seja, o legislador reconheceu que a temática não poderia mais ser trabalhada dentro das "valas comuns" e que a especialização seria a palavra de ordem diante da complexidade e da gravidade da temática.

Uma segunda inovação substancial, de acordo com Dias (2011), foi o consequente afastamento da violência doméstica dos Juizados Especiais Criminais estabelecidos pela Lei 9.099/95. Estes juizados têm competência para julgamentos das contravenções penais e das infrações de menor potencial ofensivo. Ora, especialmente diante de todos os dramas sociais e psicológicos envolvidos, a violência doméstica não pode ser considerada infração de menor potencial ofensivo. Como dito acima, em atenção à complexidade do caso, este tipo de violência requer um juízo amplamente especializado com profissionais de

diferentes áreas, enquanto os Juizados Especiais Criminais são pautados pela simplicidade e sequer possuem abertura para produção de provas periciais. O processamento desta demanda em juizados especializados em violência doméstica é palavra de ordem, portanto.

Todavia, toda esta especialização, ainda mais quando estamos diante da realidade do judiciário brasileiro, abarrotado de processos e com graves problemas estruturais, tem se mostrado de difícil implementação, especialmente no que tange às equipes multidisciplinares. Segundo informações constantes no portal da transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), no quesito quantitativo de cargos providos e vagos nas Comarcas do Estado, em todo o Rio Grande do Sul verificam-se, em janeiro de 2016, apenas oito Médicos Psiquiatras Judiciário. E este é apenas um exemplo.

Não obstante a isso, outra inovação trazida pela Lei Maria da Penha foi o estabelecimento de um conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher e suas diversas expressões: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, independentemente de orientação sexual. Isso tudo de acordo com o Art. 5º da Lei 11.340/06:

> Para os efeitos desta lei, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único: as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Definição fundamental, até mesmo para que a distinção das lesões corporais leves e lesões culposas seja possível.

A Lei Maria da Penha, em razão do seu viés protecionista, no Capítulo II do Título IV, também estabeleceu medidas protetivas de natureza extrapenal centradas, principalmente, na figura da vítima. Ou seja, antes de se pensar em quaisquer medidas punitivas em relação ao agressor intentou salvaguardar a integridade da ofendida.

Tais medidas são fundamentais para fazer com que cessem imediatamente as agressões. As principais relacionadas ao agressor estão elencadas no Art. 22 da legislação em comento: a) suspensão da posse ou restrição do porte de armas; b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; c) proibição de determinadas condutas, como a aproximação da ofendida, contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação e frequentação a determinados locais. Isso dentre outras possíveis medidas de urgência possíveis, inclusive voltadas para a própria ofendida, conforme dispõe o Art 23 da Lei Maria da Penha.

Cabe ao Poder Judiciário, diante disso, conceder as medidas protetivas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público. Isso tudo dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas depois de recebido o expediente com o requerimento da ofendida.

Justamente neste último ponto que aparecem inúmeras polêmicas no que tange à efetividade das medidas protetivas e, por via de consequência, da própria Lei Maria da Penha. O grande argumento é o de que o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apreciação pelo Poder Judiciário seria prolongado demais, haja vista que, ao fim e ao cabo, a vítima, após procurar a autoridade policial, voltaria para casa sem nenhum amparo imediato, o que certamente potencializaria novas agressões. E disso não se pode olvidar.

Em busca de uma maior efetividade nesta legislação, em especial na concessão e aplicação destas medidas de urgência, atualmente a Lei Maria da Penha está novamente em pauta no Congresso Nacional em razão do Projeto de Lei Complementar 07/2016. Tal projeto visa justamente promover uma alteração

legislativa com intuito de trazer maior efetividade e agilidade na proteção da mulher vítima de violência doméstica.

Pretende o projeto, grosso modo, conferir aos delegados de polícia ou outros agentes policiais exclusividade na expedição de medidas protetivas. Ou seja, intenta que a concessão das medidas de urgência seja competência da autoridade policial ao invés da judiciária que, em razão da enorme quantidade de demandas, não estaria conseguindo salvaguardar os direitos da mulher agredida dentro de um prazo aceitável.

Projeto objeto de muitas polêmicas. Ministério Público e OAB não são favoráveis a tal alteração legislativa. Alegam, mormente, a ausência de um debate aprofundado em que também participassem membros do judiciário, da advocacia e dos próprios movimentos feministas. Dizem também ser inconstitucional a reforma pretendida por ferir brutalmente a competência do Poder Judiciário. Enfim, um debate recheado de polêmicas, mas que nasce a partir de uma justa causa: inefetividade da legislação protetora.

Campos (2015) ao analisar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, criada pelo Congresso Nacional no ano de 2012, aduz que as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres ainda se mostram bastante frágeis no Brasil. Isso porque ainda existe uma série de obstáculos na implementação da Lei Maria da Penha: a) a precariedade da rede especializada de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; b) o pequena quantidade de juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher; c) o descumprimento da decisão do STF que proíbe a aplicação da suspensão condicional do processo; d) a resistência de operadores do direito em entender a proposta da nova lei e romper com a lógica familista; e) o insuficiente orçamento para o desenvolvimento e a manutenção das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres.

Outro problema nesta promissora legislação foi verificado por Pasinato (2015) e diz respeito a um (não) atendimento em rede. Ainda sustenta o referido autor que quando a Lei determina um conglomerado de ações de prevenção, assistência, proteção e

garantia dos direitos das mulheres e, ainda, de incentivo à punição dos agressores, abre espaço para uma política intersetorial e multidisciplinar cuja efetivação deverá resultar da articulação entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo em todos os níveis, o que, para a autora, significa um trabalho em rede. Ademais ainda conforme Pasinato (2015), o atendimento nessas redes ainda exterioriza uma grande desarticulação entre os serviços, sendo visivelmente desconectados e funcionando apenas com base em relações individuais e de favores.

Enfim, não restam dúvidas de que se trata de uma legislação inovadora e com um altíssimo potencial emancipatório. É fundamental, no entanto, encarar com seriedade estes problemas, em especial os que tocam à sua efetividade, uma vez que uma efetividade na aplicação da legislação representa uma efetividade na repressão de boa parte das violências de gênero.

Considerações finais

A partir da análise do problema, busca-se colocar em destaque questões sobre a efetividade dos instrumentos legais de amparo e proteção às mulheres vitimadas fisicamente e/ou psicologicamente no âmbito familiar. Também procura-se analisar quais são as falhas que dão ensejo a ineficácia da Lei 11.340/2006 – Maria da Penha e, por conseguinte, a violação à dignidade humana da mulher.

Afinal o gênero feminino sempre esteve à margem da sociedade e, indubitavelmente foi objeto de todo e quaisquer tipos de agressões ficando à mercê de um tratamento sub-humano de maus-tratos. Essa situação tende a mudar no instante em que às mulheres tornam-se detentoras de um conjunto normativo único e próprio e consequentemente detém o poder de reivindicá-lo, buscando tutela efetiva contra violências de gênero.

Entretanto, o que se verificou, foram as inúmeras dificuldades enfrentadas na efetiva aplicação da norma não somente quanto à eficácia, mas também quanto ao preconceito enfrentando nas instituições públicas ao fazerem a denúncia. São distintos os motivos que interferem nas decisões e/ou nos

resultados. A Lei nº 11.340/2006 ainda é ineficaz e não protege os direitos inerentes às mulheres em sua integralidade. Como se observa, ao longo dos tempos, o gênero feminino acompanhou a desvalorização enquanto sujeito e este fato é crucial quando se aborda a questão da violência contra a mulher, visto que esse estigma, incorporado social e culturalmente, ainda está entranhado atualmente.

Por fim, é possível constatar que, infelizmente, ainda existem ocorrências de violência que ofendam elementos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade e ao respeito, afligindo, assim, diretrizes basilares da Constituição Federal de 1988. A compreensão dos fenômenos da violência de gênero no Direito Penal e Processual Penal só faz constatar que é crucial o estimulo ao desenvolvimento de novas pesquisas. E isso diz respeito à doutrina, à jurisprudência, e principalmente à pesquisa, e até mesmo recrudescendo às normas legais já existentes para que efetivamente se respeite à integridade psicológica, física e moral da mulher.

Referências Bibliográficas

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais.** 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

ANJOS, Fernando Vernice dos. **Direito penal simbólico e lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 14, n. 167, p. 10, out. 2006.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2008.

CAMPOS, A. H. **Violência institucional de gênero e a novel ordem normativa: inovações processuais na Lei Maria da Penha.** Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010.

CAMPOS, Carmem Hein de. **A CPMI da Violência contra a Mulher e a Implementação da Lei Maria da Penha**. In: Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, Flf. 519-531, maio/agosto de 2015. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38871>. Acesso em 16/06/2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª Ed. Ver. Atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MORAES Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008

PASINATO, Wania. **Oito Anos de Lei Maria da Penha. Entre Avanços, Obstáculos e Desafios**. In: Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, Fls. 533-545, maio/agosto de 2015. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38871>. Acesso em 16/06/2016.

ROCHA, C. L. A. ***O* direito a uma vida sem violência**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2010.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; GROSSI, Miriam Pillar. **Balanço Sobre a Lei Maria da Penha**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, Fls. 497-500, maio/agosto de 2015. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38871>. Acesso em 16/06/2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: *O* social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. ***A* globalização e as ciências sociais.** 2.ed.São Paulo: Cortez, 2002.

SCHIENBINGER, Londa. ***O* feminismo mudou a ciência?** Londa Schiebinger; tradução de Raul Fiker. São Paulo: EDUSC, 2001.

A CONDIÇÃO DO "SUJEITO" MULHER E OS DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR APÓS DEZ ANOS DA PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 11.340/06

OLEA, Thais Campos[1]
GUSMÃO, Carolina Flores[2]
SPAREMBERGER, Raquel Fabiana[3]

Introdução

Também conhecida como Lei "Maria da Penha", a Lei nº 11.340/2006 fomentou, na última década, o debate sobre as difentes violências contra a mulher e seus limites na concretização dos direitos das mulheres. Entretando, ela ainda é divulgada predominantemente no seu aspecto penal, apostando-se em um maior rigor punitivo como medida de erradicação da violência doméstica contra a mulher, como por exemplo, com as penas restritivas de liberdade para os agressores.

Em sentido oposto, este trabalho quer demonstrar que o caráter mais inovador e emancipatório da lei reside na forma ampla

[1] Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. E-mail: *thaisolea@hotmail.com*.

[2] Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. E-mail: *fg.carolina@hotmai.com*.

[3] Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Direito pela UFPR. Possui Graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1995). Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande -FURG, professora do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande -FURG. Professora dos cursos de graduação e do Programa de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público-FMP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional, Direito Ambiental e Direitos Humanos, América latina e questões decoloniais. Professora pesquisadora do CNPq e FAPERGS. Professora participante do Grupo de Pesquisa em Antropologia Jurídica -GPAJU da UFSC e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e ciências criminais e Direito e justiça social da Universidade Federal do Rio Grande. Responsável pelo Grupo de Estudos da FURG sobre o Constitucionalismo Latino-Americano.. E-mail: *rsberguer@gmail.com*.

que ela propõe que o tema seja tratado, protegendo a integridade física da mulher nos casos concretos, mas especialmente, prevendo medidas de assistência que visem fortalecê-la, e medidas de prevenção que tentem romper com a reprodução das violências baseadas no gênero.

Para tanto, evidenciaremos os aspectos mais relevantes do instrumento legislativo, destacando as diversas formas de proteção à mulher em situação de violência doméstica possibilitadas por ele. Também analisaremos pesquisas sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre elas a realizada pelo DataSenado bienalmente, além de evidenciar os desafios a serem enfrentados especialmente no âmbito do poder judiciário e ensino jurídico, para que os mecanismos oferecidos pela lei sejam amplamente aplicados e se possa promover a justiça social a partir dos casos concretos desse tipo de violência.

1. Aspectos relevantes da Lei Maria da Penha

A lei nº 11.340 foi promulgada no ano de 2006, recebendo o nome "Maria da Penha" como retratação simbólica ao caso de Maria da Penha Maia Fernandes. Devido a negligência do poder judiciário brasileiro frente às agressões sofridas por Penha, o Brasil recebeu recomendação da Organização dos Estados Americanos para que tomasse providências quanto à criação de políticas públicas que inibissem as agressões no âmbito doméstico em desfavor das mulheres, o que resultou entre outras medidas, na elaboração da lei.

Com um caráter misto, trazendo aspectos processuais e também previsões para a promoção de políticas públicas, prevê em seu texto medidas protetivas de urgência, como por exemplo, o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima; proibição do agressor de contatar com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio e obrigação do agressor de dar pensão alimentícia provisional ou alimentos provisórios;

Traz também a responsabilidade do Estado também de ajudar na reconstrução da vida das mulheres, de forma articulada

entre as áreas de assistência social, com inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal; atendimento especializado na saúde, com objetivo de preservar a integridade física e principalmente psicológica da vítima; além de assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, caso seja necessário o afastamento do local de trabalho.

> Ao juiz cabe adotar não só as medidas requeridas pela vítima ou pelo Ministério Público, também lhe é facultado agir de ofício. Assim, pode determinar o afastamento do agressor e a recondução da ofendida e seus dependentes ao lar; impedir que ele se aproxime da casa, fixando limite mínimo de distância; vedar que se comunique com a família; suspender visitas; encaminhar a mulher e os filhos a abrigos seguros; fixar alimentos provisórios ou provisionais. Além disso, pode adotar medidas outras, como a restituição de bens indevidamente subtraídos da vítima, suspender procuração outorgada ao agressor e proibir temporariamente a venda ou locação de bens comuns. Também o magistrado dispõe da prerrogativa de determinar a inclusão da vítima em programas assistenciais. Quando ela for servidora pública, tem acesso prioritário à remoção ou, se trabalhar na iniciativa privada, é assegurada a manutenção do vínculo empregatício, por até seis meses, se for necessário seu afastamento do local de trabalho. (DIAS, 2007 p.2).

No que se refere aos meios de recuperação dos agressores, a Lei Maria da Penha mudou a realidade processual dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao proibir a aplicação da Lei no 9.099/95, impossibilitou a punição dos réus com penas pecuniárias (multa e cesta básica) e a aplicação dos institutos despenalizadores nela previstos, como a suspensão condicional do processo e a transação penal. A esse respeito, Dias afirma "Assim, se a atribuição da competência às Varas Criminais buscou marcar o repúdio à forma de como a violência doméstica vinha sendo tratada no âmbito dos Juizados Especiais, a delegação

das demandas às varas criminais não lhes concedeu melhor tratamento" (DIAS, 2007, p. 4).

Nesse mesmo sentido, Dias destaca a importância da retirada desses casos da apreciação pelos Juízados Especiais Criminais e a relevância das varas especializadas:

> Mas certamente o maior de todos os avanços foi a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), com competência cível e criminal. Claro que o ideal seria que em todas as comarcas fosse instalado um JVDFM e que o juiz, o promotor, o defensor e os servidores fossem capacitados para atuar nessas varas e contassem com uma equipe de atendimento multidisciplinar. Mas, diante da realidade brasileira não há condições de promover o imediato funcionamento dos juizados com essa estrutura em todos os cantos deste país. Uma coisa é certa, a violência doméstica está fora do âmbito dos Juizados Especiais, e estes não poderão mais apreciar tal matéria. Esta alteração de competência justifica-se, porquanto de modo expresso – e em boa hora – foi afastada a aplicação da Lei 9.099/95 quando o crime é praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher (DIAS, 2007, p.3).

Todavia é importante esclarecer que violência doméstica não guarda correspondência com quaisquer tipos penais. Primeiro é identificado o agir que configura violência doméstica ou familiar contra a mulher, conforme o seu artigo 5º, qual seja qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Em seguida, nos incisos do próprio artigo 5º, são definidos os espaços onde o agir configura violência doméstica: no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação de afeto. As formas de violência elencadas deixam evidente a ausência de conteúdo exclusivamente criminal no agir do agressor. Nem todas as ações que configuram violência doméstica constituem delitos. Nesse sentido, Maria Berenice Dias afirma que

> Ainda assim, o rol trazido pela Lei não é exaustivo, pois o art 7º utiliza a expressão "entre outras". Portanto, não

> se trata de numerus clausus, podendo haver o reconhecimento de ações outras que configurem violência doméstica e familiar contra a mulher As ações fora do elenco legal podem gerar a adoção de medidas protetivas no âmbito civil, mas não em sede de Direito Penal, pela falta de tipicidade. (DIAS, 2007, p. 46).

De qualquer modo, mesmo não havendo crime, mas tomando conhecimento a autoridade policial da prática de violência doméstica, deverá tomar as providências determinadas na lei de garantir proteção à vítima, encaminhá-la a atendimento médico, conduzi-la a local seguro ou acompanhá-la para retirar seus pertences. Além disso, deverá a polícia proceder ao registro da ocorrência, tomar por termo a representação e remeter a juízo expediente quando a vítima solicitar alguma medida protetiva. Ou seja, é a violência doméstica que autoriza a adoção de medidas protetivas, e não necessariamente o cometimento de algum crime.

Desse modo, percebemos então uma das mais importantes inovações da Lei Maria da Penha, onde reside seu verdadeiro alcance. Conceitua a violência doméstica divorciada da prática delitiva e possibilita a concessão das medidas protetivas tanto por parte da autoridade policial como pelo juiz, mesmo não se tratando do cometimento de algum tipo penal, possibilitando a proteção das mulheres não necessariamente através da persecução criminal do agressor.

2. A violência doméstica e mudanças sociais dez anos depois

Embora o plano legislativo tenha dado um verdadeiro salto no que diz respeito à proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, avançando na busca pela erradicação da violência e combate às desigualdades de gênero, no plano fático os números registrados ainda estão longe do desejado. De acordo com o Mapa da Violência de 2012, do Instituto Sangari, em um ranking de 84 países, ordenados segundo as taxas de homicídios femininos, o Brasil era o 7.º onde mais se matam mulheres. Estava em pior posição que seus vizinhos na América do Sul, com exceção da Colômbia, que os países da Europa, exceto a

Rússia, e que todos os países africanos e todos os árabes (WAISELFISZ, 2012, p. 16).

O Balanço 2014 do Ligue 180 da Central de Atendimento à Mulher do Paraná apontou que em mais de 80% dos casos de violência reportados, a agressão foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo, sejam eles atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados. Em 43% dos casos de violência registrados as agressões ocorriam diariamente e em 35%, a frequência era semanal.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA realizou no ano de 2015 uma avaliação sobre a Efetividade da Lei Maria da Penha, e os resultados apontaram que ela teria contribuido para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas. Contudo, os responsáveis pelo estudo destacaram que a efetividade da lei não se deu de maneira uniforme nas diferentes regiões brasileiras porque acesso aos serviços protetivos às mulheres em situação de violência também não é uniforme no país. Os dados utilizados pelo IPEA nessa análise referem-se às agressões letais praticadas no Brasil e foram obtidos por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Na exposição dos resultados, afirmaram seus organizadores:

> Em face da indisponibilidade de dados sobre violência não letal contra a mulher, construímos nossa avaliação empírica sobre a efetividade da LMP com base na análise de homicídios e de homicídios perpetrados dentro das residências, que mais se aproximam do fenômeno da violência doméstica. Todavia, sabemos que a agressão letal constitui apenas uma pequena ponta do iceberg do fenômeno da violência intrafamiliar. Ademais, a própria LMP não focou a questão dos homicídios, para a qual já existia o Artigo 121 do Código Penal. Por outro lado, há o entendimento de que a violência doméstica ocorre em ciclos, que evoluem de momentos de tensão, com agressões psicológicas e outras de menor potencial ofensivo (fisicamente), para períodos de crise, em que há espancamento e sevícias mais graves, em que o homicídio muitas vezes ocorre como uma resultante

> inesperada dos momentos de crise aguda. (CERQUEIRA, 2015, p. 33).

A pesquisa do DataSenado de 2015 sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, aliás, obteve resultado inédito: realizada a cada dois anos desde 2005, esta foi a primeira vez em que todas as entrevistadas afirmaram saber da existência da Lei Maria da Penha. Porém, uma parcela expressiva ainda se sente desrespeitada, segundo a pesquisa, que também constatou que pelo menos uma em cada cinco já sofreu algum tipo de violência; e que dessas mulheres, 26% ainda convivem com o agressor.

Ainda conforme o DataSenado, os agressores mais frequentes ainda são os que têm ou já tiveram relações afetivas com a vítima, já que praticamente metade dessas mulheres (49%) teve como agressor o próprio marido ou companheiro, e 21%; o ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado. Nem todas as agredidas denunciam ou procuram ajuda, mas 97% das entrevistadas defendem que os agressores devem ser processados ou punidos, ainda que sem a concordância da vítima. Ao abordar os resultados da pesquisa, a Secretaria da Transparência do Senado Federal, responsável pela realização da pesquisa através do DataSenado, afirmou que

> O tema da violência doméstica e familiar é acompanhado pelo DataSenado em série histórica desde 2005. A cada dois anos, uma nova rodada da pesquisa é realizada. Este ano, de 24 de junho a 7 de julho, o DataSenado ouviu 1.102 brasileiras, na sexta edição da pesquisa. O levantamento é realizado apenas com mulheres, representando assim a opinião e vivência da população feminina brasileira, com acesso a telefone fixo, sobre o assunto. Na pesquisa DataSenado se questiona às entrevistadas se já ouviram falar da Lei Maria da Penha. Desde 2009 a pesquisa registra elevado percentual de conhecimento da lei e, em 2011 e 2013, chegou próximo à totalidade das respondentes - 98% e 99%, respectivamente. Esta realidade alcança todos os segmentos sociodemográficos, revelando que as brasileiras, independente de idade, escolaridade, nível social, credo ou raça, sabem ou já ouviram falar da Lei Maria da Penha.

> Nesta edição, praticamente 100% das entrevistadas sabem da existência da lei, mas há crescimento na percepção de desrespeito às mulheres e nos registros de violência psicológica. (DATASENADO, 2015, p. 2).

Além de consagrar o conhecimento universal da lei, em 2015 a pesquisa registrou um crescimento na percepção do desrespeito: 43% das pesquisadas não se consideram respeitadas, contra 35% em 2013. Apenas 5% sentem-se respeitadas, em 2013, eram 10%. Em contrapartida, quanto às que já sofreram algum tipo de violência, 26% continuam convivendo com o agressor; 23% sofrem hostilidades semanais e 67% são vítimas de violência raramente.

> Uma em cada cinco mulheres não fez nada quando agredida. Este percentual aumentou em relação a 2013, quando 15% das vítimas adotaram a mesma postura. Apesar de ainda existir quem, por motivos pessoais, opte por não fazer nada, a maior parte das pesquisadas procurou alguma forma de auxílio: 20% buscaram apoio da família, 17% formalizaram denúncia em delegacia comum e 11% denunciaram em delegacia da mulher. As vítimas que optaram por não denunciar alegaram, como principais motivos: a preocupação com a criação dos filhos (24%), o medo de vingança do agressor (21%) e acreditar que seria a última vez (16%). A crença na impunidade do agressor e a vergonha da agressão foram citadas por 10% e 7%, respectivamente. (DATASENADO, 2015, p. 8).

Destacamos ainda que, entre as vítimas entrevistadas na pesquisa, 38% avaliaram a qualidade do atendimento às vítimas de violência nas delegacias, comum ou da mulher, como ruim ou péssimo. Não houve estudo aprofundado dos aspectos processuais nos casos denunciados, nem avaliação do desempenho do Poder Judiciário.

Se por um lado, felizmente aumento da conscientização acerca do desrespeito sofrido cresceu, por outro percebemos que os números de mulheres expostas à situações de violência é bastante alto, mesmo após progressos legislativos. E mais: embora os dados por si só já sejam bastante impactantes, eles ainda podem

representar apenas uma parte da realidade, uma vez que parcela considerável dos crimes não chega a ser denunciado. Mas, se o instrumento normativo já existe e não se demonstra suficiente para combater o problema, de que forma é possível mudar tal realidade?

3. O lugar do poder judiciário no contexto de violência contra a mulher

Ao buscar soluções para o problema da violência doméstica conta a mulher, há primeiro de se pontuar que nem todas as vítimas estão expostas à essas situações da mesma forma, porque elas variam de acordo com diversos outros elementos que constituem o contexto vivido por cada sujeito. Trata-se de um problema social complexo que não poderá ser combatido a partir de uma única perspectiva.

Depois, sob a perspectiva da ciência jurídica, há que se destacar também, conforme ensina-nos Santos (2003, p. 71), que o direito, para servir como um meio de emancipação social, para além do seu local jurídico modernista, deve ser usado até mesmo de maneiras informais e não oficiais – maneiras que inclusive muitas vezes não são reconhecidas como "direito". E, nesse sentido, mesmo ao recorrer ao direito estatal, sua utilização não será convencional, mas como parte de um vasto conjunto de recursos políticos.

> Como tornei claro, este uso do direito vai, frequentemente, para além do cânone jurídico modernista. Recorre-se a formas de direito (formas de direito informal e não oficial, nomeadamete) que muitas vezes não são reconhecidas como tal [...] No fim e ao cabo, o direito nã pode ser nem emancipatório, nem não-emancipatório, porque emancipatórios e não-emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar suas lutas por diante (SANTOS, 2003, p. 71).

Da mesma forma, a Lei 11.340 foi inovadora em vários aspectos, como já abordado, obteve avanços que são inegáveis, mas ainda não foram os suficientes para mudar a realidade de milhares de mulheres em situação de violência. E, nesse sentido, a própria comunidade jurídica, por vezes, serve como instrumento para a manutenção do status quo, reforçando práticas discriminatórias.

O poder judiciário por si só já é um dos espaços de poder mais impermeável à participação feminina: é inegável que há um aumento do número de mulheres que ingressam através de concursos públicos em todas as carreiras jurídicas, dentre as quais a magistratura por exemplo. Só que o aumento do número de mulheres não se repete com a mesma intensidade quando se analisam os cargos de mais elevado prestígio no Poder Judiciário.

Embora a participação feminina venha aumentando, o ingresso feminino nos cargos mais elevados tem se dado de forma lenta e desproporcional ao número de mulheres que ingressam nas primeiras instâncias. Desigualdade quetambém percebida na doutrina, dentro também da academia, onde pouco se discute dentro do ensino jurídico sobre as relações de gênero ou a aplicabilidade de leis como essa; isso quando os estudos a respeito disso não são desmerecidos ou tidos como desatualizados, tentando fazer crer que o machismo é questão superada.

Nesse contexto também não seria diferente nas próprias decisões proferidas pelo Poder Judiciário, em que inclusive a Lei Maria da Penha, quando da sua promulgação, teve sua constitucionalidade muito discutida e começaram a surgir diversas decisões que contestavam sua aplicabilidade, através do controle difuso de constitucionalidade. Ela era considerada por alguns magistrados como inconstitucional, sob o argumento de ferir o princípio da igualdade não era aplicada. E então, foi necessário que se ajuizasse Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC nº 19) para que se confirmasse a validade da lei, o que aconteceu por votação unânime.

Com isso, percebemos que o mero processo legislativo não é capaz de operar as mudanças sociais necessárias. Nesse sentio, Piovesam sustenta que

> Os avanços constitucionais e internacionais, que consagram a ótica da igualdade entre os gêneros, têm, por vezes, a sua força normativa gradativamente pulverizada e reduzida, mediante uma cultura que praticamente despreza o alcance destas inovações, sob uma perspectiva discriminatória, fundada em uma dupla moral, que ainda atribui pesos diversos e avaliações morais dis- tintas a atitudes praticadas por homens e mu- lheres. Vale dizer, os extraordinários ganhos internacionais, constitucionais e legais não implicaram automaticamente a sensível mudança cultural, que, muitas vezes, adota como referência os valores da normatividade pré-1988 e não os valores da normatividade introduzida a partir da Carta democrática de 1988, reforçados e revigorados pelos parâmetros protetivos internacionais. (PIOVESAN, [s.d.], p. 4).

Poder pensar e desconstruir a estrutura patriarcal consolidada por tanto tempo e enraizada de forma tão profunda na sociedade, constituídas dentro de uma cultura onde circulam representações negativas ou inferiorizantes sobre as feminilidades ainda é um processo em andamento. E nesse sentido sabemos que a ciência jurídica serviu sim de instrumento de perpetuação desta condição e a manutenção da sociedade patriarcal opressiva, relegando à mulher o papel de ser humano de segunda categoria, reafirmando a ideia de fragilidade e incapacidade, atribuindo-lhe capacidade relativa para gerir a si e sua vida; Mostrou sua face mais perversa ao permitir ao homem o assassinato da esposa em caso de adultério e as atenuantes para os crimes em defesa da honra, dentre tantas aberrações históricas que poderiam ser enumeradas.

A dívida da ciência jurídica para com as mulheres é histórica, e mesmo na contemporaneidade, quando visa a reparar esta lacuna, o discurso empregado por ela ainda deixa a desejar. É preciso que essas discussões façam parte do ensino jurídico, para que se formem profissionais mais preparados para atender às pessoas nessas situações de violência, e que especialmente, a lei passe a ser conhecida não só no seu viés punitivo, mas pelas diversas medidas de apoio e proteção que oferece às mulheres, para que, ao ser demandado, o judiciário bem como todos os demais

mecanismos estatais envolvidos, estejam devidamente preparados para atender as situações de violência aqui tratadas.

Conclusões

É preciso superar, nos espaços da justiça, a racionalidade androcêntrica e sexista ainda preponderante, que dificulta que o atendimento a mulheres em situação de violência seja eficaz. Não é possível que o poder judiciário persista um espaço pouco representativo das mulheres, bem como que o ensino jurídico permaneça invisibilizando problemas sociais como este.

Ainda, é preciso que sejam realizados maiores investimentos em políticas públicas, destacando as diversas medidas extra-penais previstas na legislação. É necessário também que os profissionais recebam maior qualificação para proporcionar o atendimento adequado a essas mulheres, para que assim, sintam-se mais encorajadas a mudar a realidade de violência em que vivem.

Assim, que para além do seu caráter penal, haja o reconhecimento da legislação como programa a ser cumprido pelo Governo como verdadeiro compromisso no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Só então a Lei Maria da Penha, considerada pela ONU como uma das melhores legislações para o tratamento de violência doméstica contra mulheres, possa ter seu caráter emancipador fortalecido.

Referências

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-

2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 20 de junho de 2016 às 14h22min.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha**. Rio de Janeiro: Ipea , 2015.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília, 2015. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher> Acesso em 20 de junho de 2016 às 14h34min.

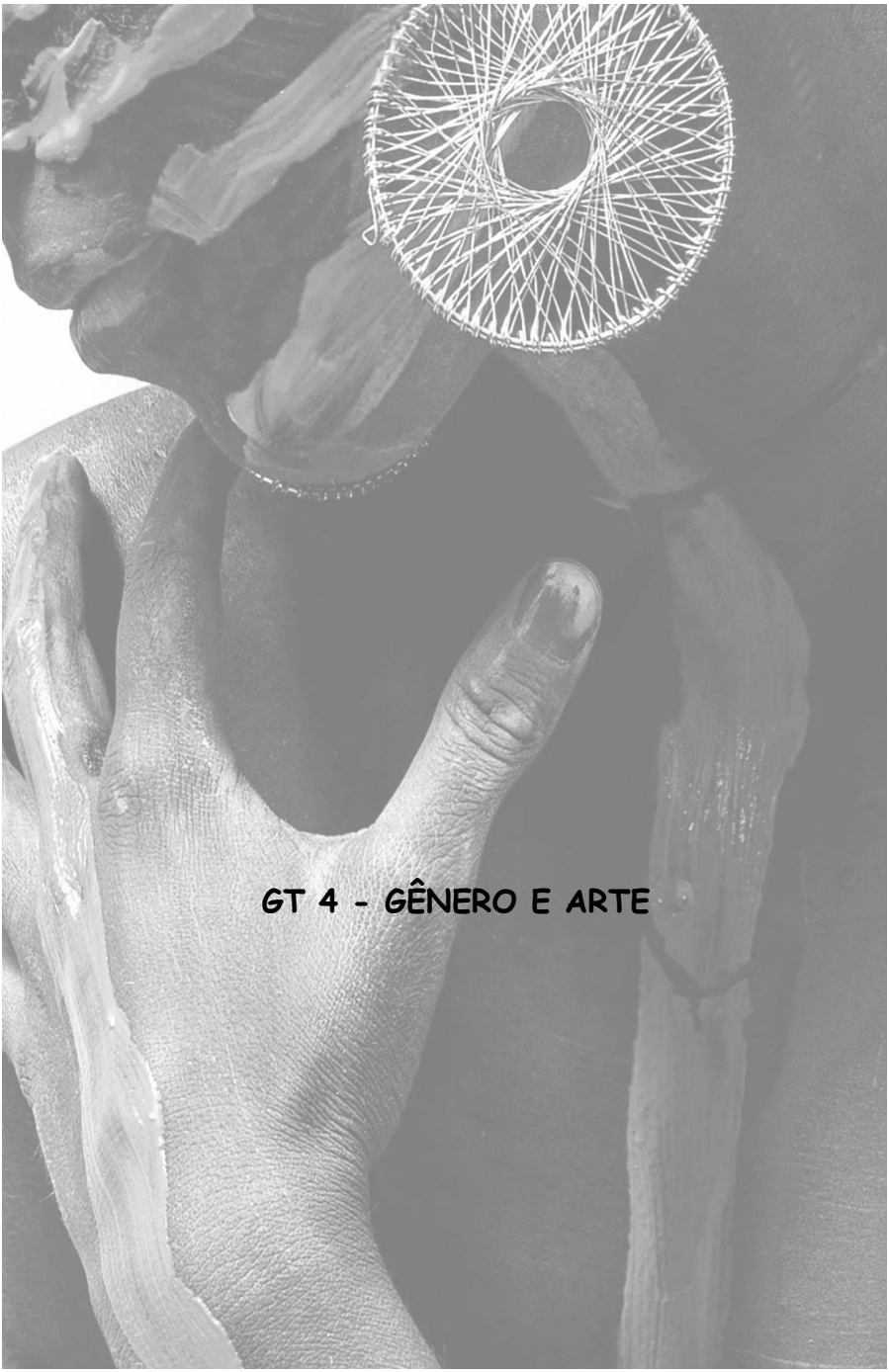
DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Disponível em: <http://www.mariaberenicedias.com.br/uploads/17_-_a_lei_maria_da_penha_na_justi%E7a.pdf> Acesso em 20 de junho de 2016 às 14hs12min.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Mulher e o debate sobre direitos humanos no Brasil**. Disponível em < http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br/>. Acesso em 20 de junho de 2016 às 14h19min.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá o direito ser emancipatório?.** Revista Crítica de Ciências Sociais n 65, 2003. Pgs. 3-76.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2012.



GT 4 - GÊNERO E ARTE

O FANTÁSTICO FEMININO EM *AURA*, DE CARLOS FUENTES

Amanda da Silva Oliveira[1]

El hombre caza y lucha. La mujer intriga y sueña; es la madre de la fantasía, de los dioses. Posee la segunda visión, las alas que le permiten volar hacia el infinite del deseo y de la imaginación... Los dioses son como los hombres: nacen y mueren sobre el pecho de una mujer...
JULES MICHELET

1. Considerações iniciais

Em *Introdução à literatura fantástica*, Tzvetan Todorov diz que "um conto é fantástico muito simplesmente se o leitor experimenta profundamente um sentimento de temor e de terror, a presença de mundos e poderes insólitos" (p. 40). Para o leitor de *Aura*, a narrativa, publicada em 1962, encontra-se nesse patamar. Já nas primeiras linhas da novela do autor panamenho Carlos Fuentes, o leitor é surpreendido por um anúncio de jornal:

> Se solicita historiador joven. Ordenado. Escrupuloso. Conocedor de la lengua francesa. Conocimiento perfecto, coloquial. Capaz de desempeñar labores de secretario. Juventud, conocimiento del francés, preferible si ha vivido en Francia algún tiempo. Tres mil pesos mensuales, comida y recamara cómoda, asoleada, apropiada estudio. (FUENTES, 2001)

[1] Graduada em Letras (Português/ Espanhol) pela Universidade Feevale. Especialista em Literatura Brasileira pela UFRGS. É mestra e doutoranda em Teoria da Literatura pela PUCRS. Atualmente, desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada "O espaço na literatura feminina contemporânea latino-americana", sob orientação da Profa. Dra. Maria Eunice Moreira. Contato: amanda.oliveira.002@acad.pucrs.br

Felipe Montero, o leitor de um jornal onde se encontra publicado o anúncio, não consegue acreditar nas solicitações da vaga de trabalho: seu perfil se encaixa em todos os requisitos. No entanto, uma oferta assim, com um encargo tão fácil e rentável, deve logo ter sido preenchida, pensa ele, e esquece o ocorrido. No outro dia, o anúncio se repete:

> Vivirás ese día, idéntico a los demás, y no volverás a recordarlo sino al día siguiente, cuando te sientes de nuevo en la mesa del cafetín, pidas el desayuno y abras el periódico. Al llegar a la página de anuncios, allí estarán, otra vez, esas letras destacadas: historiador joven. Nadie acudió ayer. Leerás el anuncio. Te detendrás en el último renglón: cuatro mil pesos. (FUENTES, 2001)

Diante da insistência da oferta, o personagem crê ser um anúncio direcionado mesmo para ele, e sai em busca do endereço do contratante. A novela segue mostrando ao leitor da obra a construção da narrativa de Felipe Montero, nessa quase impossível oferta de trabalho proposta a ele – pelo menos, é assim que ele a encara.

Decide então ir atrás da oferta, seguindo as indicações de contato postos no anúncio. Chegando ao endereço indicado, Montero se vê em um espaço que parece desconhecido. Primeiro, pela questão da numeração das casas: "miras la portada de vides caprichosas, bajas la mirada al zaguán despintado y descubres 815, antes 69" (FUENTES, 2001). Nesse sentido, ao encontrar a casa cujo número destoa da numeração padrão da rua, Montero bate à porta, que com o leve toque se abre:

> La puerta cede al empuje levísimo, de tus dedos, y antes de entrar miras por última vez sobre tu hombro, frunces el ceño porque la larga fila detenida de camiones y autos gruñe, pita, suelta el humo insano de su prisa. Tratas, inútilmente de retener una sola imagen de ese mundo exterior indiferenciado. (FUENTES, 2001)

A partir daí, o personagem entra em um ambiente bastante diferente do que se fechou atrás dele. Tudo é escuro, úmido,

estranho. Tenta buscar luz através dos fósforos que se encontram no bolso, mas escuta, antes de levar a mão ao bolso, uma voz distante que lhe diz: "— No... no es necesario. Le ruego. Camine trece pasos hacia el frente y encontrara la escalera a su derecha. Suba, por favor. Son veintidós escalones. Cuéntelos. Ahí trece. Derecha. Veintidós." (FUENTES, 2001). A voz só reaparece quando ele chega ao vigésimo segundo degrau:

> Tocas esa puerta que huele a pino viejo y húmedo; buscas una manija; terminas por empujar y sentir, ahora, un tapete bajo tus pies. Un tapete delgado, mal extendido, que te hará tropezar y darte cuenta de la nueva luz, grisácea y filtrada, que ilumina ciertos contornos. (FUENTES, 2001)

A narração é toda no presente, como se o leitor seguisse junto com Felipe Montero por esse cenário diferenciado. As palavras tomam a forma das sensações experienciadas por Felipe nesse espaço que beira ao irreal, porque quase não se vê. E continua, o narrador: "empujas esa puerta — ya no esperas que alguna se cierre propiamente; ya sabes que todas son puertas de golpe — y las luces dispersas se trenzan en tus pestañas, como si atravesaras una tenue red de seda." (FUENTES, 2001)

Ao chegar ao seu destino final, Felipe entra em um quarto:

> Allí, esa figura pequeña se pierde en la inmensidad de la cama; al extender la mano no tocas otra mano, sino la piel gruesa, afieltrada, las orejas de ese objeto que roe con un silencio tenaz y te ofrece sus ojos rojos: sonríes y acaricias al conejo que yace al lado de la mano que, por fin, toca la tuya con unos dedos sin temperatura que se detienen largo tiempo sobre tu palma húmeda, la voltean y acercan tus dedos abiertos a la almohada de encajes que tocas para alejar tu mano de la otra. (FUENTES, 2001)

A velha, deitada na cama, é a viúva de um general. Informa que seu fim pode estar próximo, e por isso decidiu solicitar ajuda ao trabalho que tem como empreendimento em homenagem ao marido falecido: "—Voy al grano. No me quedan muchos años por delante, señor Montero, y por ello he preferido violar la costumbre

de toda una vida y colocar ese anuncio en el periódico" (FUENTES, 2001). Seu desejo é que o jovem historiador estude os manuscritos do general e escreva suas memórias:

> —Se trata de los papeles de mi marido, el general Llorente. Deben ser ordenados antes de que muera. Deben ser publicados. Lo he decidido hace poco.
> —Y el propio general, ¿no se encuentra capacitado para...?
> —Murió hace sesenta años, señor. Son sus memorias inconclusas. Deben ser completadas. Antes de que yo muera.
> —Pero...
> —Yo le informaré de todo. Usted aprenderá a redactar en el estilo de mi esposo. Le bastará ordenar y leer los papeles para sentirse fascinado por esa prosa, por esa transparencia, esa, esa... (FUENTES, 2001)

Apesar de tudo aparentemente muito estranho, Felipe fica muito inquieto com a dona da voz que o guiava pelas escadas até o quarto. Descobre que é uma linda jovem, sobrinha da senhora idosa, que cuida da tia doente:

> —Aura...
> La señora se moverá por la primera vez desde que tu entraste a su recamara; al extender otra vez su mano, tu sientes esa respiración agitada a tu lado y entre la mujer y tú se extiende otra mano que toca los dedos de la anciana. Miras a un lado y la muchacha esta allí, esa muchacha que no alcanzas a ver de cuerpo entero porque esta tan cerca de ti y su aparición fue imprevista, sin ningún ruido —ni siquiera los ruidos que no se escuchan pero que son reales porque se recuerdan inmediatamente, porque a pesar de todo son más fuertes que el silencio que los acompañó —.
> —Le dije que regresaría...
> —¿Quien?
> —Aura. Mi compañera. Mi sobrina.
> —Buenas tardes.
> La joven inclinara la cabeza y la anciana, al mismo tiempo que ella, remedara el gesto. (FUENTES, 2001)

Já perturbado pela figura de Aura, Felipe Montero já não tem como recusar o trabalho, porque nem sequer consegue se desvencilhar do poder que emana da jovem, através dos belos olhos verdes:

> Al fin, podrás ver esos ojos de mar que fluyen, se hacen espuma, vuelven a la calma verde, vuelven a inflamarse como una ola: tú los ves y te repites que no es cierto, que son unos hermosos ojos verdes idénticos a todos los hermosos ojos verdes que has conocido o podrás conocer. Sin embargo, no te engañas: esos ojos fluyen, se transforman, como si te ofrecieran un paisaje que solo tú puedes adivinar y desear. (FUENTES, 2001)

O fantástico da narrativa toma força quando Felipe Montero passa a identificar que a história que deverá escrever, a partir dos papeis do velho general Llorente, contém muito da história da anciã e da sobrinha. O insólito, desde a linguagem construida por Fuentes até a atmosfera espacial da narrativa, toma forma, a atenção do leitor e a própria vida de Felipe.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é a análise da novela de Fuentes a partir das definições de Todorov, observando a personagem Aura e sua representatividade feminina de mistério, aparente submissão, mas foco central da narrativa.

2. Literatura fantástica: conceito e definições

Segundo Todorov, a noção de fantástico está centrada nas características de certas narrativas de causarem no leitor a ambiguidade da realidade ficcional. Considerando que a verossimilhança interna do texto possibilita uma abrangência de sentidos ao que consideramos por "real", afinal, estamos tratando de uma construção discursiva e, portanto, ficcional, a premissa do autor é a de que há certas obras que causam ao leitor uma espécie de questionamento sobre se o que está acontecendo na ficção é *verdadeiro*. Para ele, somos "transportados ao âmago do fantástico" (TODOROV, 2008, p. 30) quando, "num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides

nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar" (p. 30).

Nesse sentido, diz-nos Todorov que, diante dessa percepção, há duas opções de compreensão de quem vive essa experiência:

> a) "Ou se trata de uma ilusão de sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são" (TODOROV, 2008, p. 30);
> b) "ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós" (TODOROV, 2008, p. 30).

Todorov afirma que o fantástico ocorre na incerteza; que é a "hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural" (p. 31). A necessidade de "encontrar para os acontecimentos uma explicação 'realista'" (p. 36), condiciona-nos a hesitar frente a uma situação não tão clara, nos conceitos de realidade. É essa hesitação que norteia o fantástico, "que lhe dá vida" (p. 36).

A presença do leitor, para desencadear o elemento fantástico é, mais do que nunca, fundamental para o sentido da narrativa: "o fantástico implica pois uma integração do leitor no mundo das personagens; define-se pela percepção ambígua que tem o próprio leitor dos acontecimentos narrados" (TODOROV, 2008, p. 37), o que torna o leitor com "uma 'função' de leitor, implícita no texto" (p. 37). Assim, a recepção da obra, define o conceito de fantástico, porque a ele se condiciona três exigências, que devem ser preenchidas pelo leitor:

> 1ª) a obrigatoriedade do leitor em considerar o mundo das personagens como mundo "real", e, por isso, hesitar diante de uma situação ou acontecimento, ficando em dúvida entre "uma explicação natural e uma explicação sobrenatural" (TODOROV, 2008, p. 39);
> 2ª) a representação da hesitação do leitor por meio de uma personagem, "desta forma o papel do leitor é, por assim

> dizer, confiado a uma personagem e ao mesmo tempo a hesitação encontra-se representada" (p. 39);
> 3ª) a adoção de uma certa atitude para/com o texto, recusando interpretações alegóricas e/ou poéticas.

É importante salientar que a ambiguidade "prende-se também ao emprego de dois procedimentos de escritura que penetram todo o texto" (TODOROV, 2008, p. 43), que se referem aos verbos de uso no discurso. Todorov destaca o verbo no pretérito imperfeito e a modalização, e indica que "se essas locuções estivessem ausentes, estaríamos mergulhados no mundo do maravilhoso, sem qualquer ligação com a realidade cotidiana, habitual; por meio delas, somos mantidos nos dois mundos ao mesmo tempo" (p. 44).

Ao considerarmos o fantástico como uma categoria evanescente, também estamos diante de estruturas temporais. Nesse aspecto, Todorov reforça que

> A definição clássica do *presente*, por exemplo, descreve-o como um puro limite entre o passado e o futuro. A comparação não é gratuita: o maravilhoso corresponde a um fenômeno desconhecido, jamais visto, por vir: logo, a um futuro; no estranho, em compensação, o inexplicável é reduzido a fatos conhecidos, a uma experiência prévia, e daí ao passado. Quanto ao fantástico mesmo, a hesitação que o caracteriza não pode, evidentemente, situar-se senão no presente. (2008, p. 49)

Além disso, "seria falso entretanto pretender que o fantástico só possa existir em uma parte da obra. Há textos que mantêm a ambiguidade até o fim, o que quer dizer também: além", o que reconhecemos muito bem no caso da obra estudada para este escrito. A partir das definições das quatro categorias denominadas por Todorov, que são as de "estranho puro", "fantástico-estranho", 'fantástico-maravilhoso" e "maravilhoso puro", acredito que *Aura* se configure como uma narrativa fantástico-maravilhosa, porque nela ocorrem eventos que "não podem ser explicadas pelas leis da natureza tais como são conhecidas" (p. 59), e que, segundo o enredo, "decide que se devem

admitir novas leis da natureza, pelas quais o fenômeno pode ser explicado" (p. 48).

3. Aura: narrativa fantástica.

Segundo as definições de Todorov, posso nortear meus sentidos de interpretação da obra em questão, segundo alguns pressupostos. Primeiro, na questão da ambiguidade; segundo, nos aspectos recepcionais, na perspectiva das três características necessárias para definir a obra como fantástica. Dessa forma, através da análise dos trechos da obra, mostrarei como as conceituações de Todorov podem nortear a leitura da novela de Fuentes para a interpretação do possível desfecho da narrativa que aqui proponho, como minha leitura pessoal.

3.1 Ambiguidade: os dois mundos da narrativa

Desde os primeiros parágrafos do texto, percebe-se que a narrativa, apesar se seguir uma linearidade, não é conduzida de forma a nos dar seguranças das sequências de ações, apesar de o processo narrativo estar usando um discurso que se organiza pelo presente (do qual falarei mais adiante).

Primeiramente, o espaço narrado tem descrições mais sensoriais que visuais: "piensas en todo esto al seguir los pasos de la joven —te das cuenta de que no la sigues con la vista, sino con el oído: sigues el susurro de la falda, el crujido de una tafeta— y estas ansiando, ya, mirar nuevamente esos ojos." (FUENTES, 2001). Num determinado momento, Felipe mesmo questiona a claríssima luz que há em seu aposento, quando Aura lhe contesta: "para cegarte y contrastar con la penumbra del resto de la casa" (FUENTES, 2001). A explicação lógica da ausência de luz na casa, inclusive, surge pela voz narrativa como justificativa de que não há outra opção: "renuncias porque ya sabes que esta casa siempre se encuentra a oscuras. Te obligaras a conocerla y reconocerla por el tacto." (FUENTES, 2001)

Isso se deve à intencionalidade de levar ao personagem (e ao leitor) à desconfiança de que tudo aquilo não seja normal, nem

real, afinal, já o anúncio parece "mentira". As desconfianças de Felipe Montero estão localizadas, nesse primeiro momento, nas questões de "sorte" na conquista de um emprego rentável, e não tanto pelas questões que o rodeiam, mas essa sensação passa a ser mudada quando chega ao endereço incerto do anúncio, ao adentrar a casa, a não compreender a relação entre tia e sobrinha.

As explicações dadas por Aura, dos motivos pelos quais vivem naquela casa daquela maneira, são justapostas pelas ações estranhas que ela toma para/com Felipe. Nos trechos a seguir, no primeiro ela questiona a saída dele da casa – porque isso não é possível (atitude estranha); no segundo, ela explica, de forma lógica, a atmosfera da casa:

> — Entonces... ¿quiere usted salir?
> Lo dice como un reproche. Tú te sientes confundido y alargas la mano con el llavín colgado de un dedo, se lo ofreces.
> — No urge. (FUENTES, 2001)

> Es que nos amurallaron, señor Montero. Han construido alrededor de nosotras, nos han quitado la luz. Han querido obligarme a vender. Muertas, antes. Esta casa está llena de recuerdos para nosotras. Solo muerta me sacaran de aquí... Eso es. Gracias. Puede usted empezar a leer esta parte. Ya le iré entregando las demás. Buenas noches, señor Montero. Gracias. Mire: su candelabro se ha apagado. Enciéndalo afuera, por favor. No, no, quédese con la llave. Acéptela. Confio en usted. (FUENTES, 2001)

A novela, dividida em cinco capítulos, parece ao leitor a temporalidade de poucos dias. No entanto, Felipe Montero já se encontra completamente apaixonado por Aura:

> Quizás Aura espera que tú la salves de las cadenas que, por alguna razón oculta, le ha impuesto esta vieja caprichosa y desequilibrada. Recuerdas a Aura minutos antes, inanimada, embrutecida por el terror: incapaz de hablar enfrente de la tirana, moviendo los labios en silencio, como si en silencio te implorara su libertad, prisionera al grado de imitar todos los movimientos de la señora Consuelo, como si solo lo que

> hiciera la vieja le fuese permitido a la joven. (FUENTES, 2001)

Mas, ao mesmo tempo em que ele observa a jovem como uma princesa encastelada[2], Felipe também identifica a autonomia de Aura: "y si Aura quiere que la ayudes, ella vendrá a tu cuarto." (FUENTES, 2001)

Ao passar a estudar os manuscritos do general Llorente, Felipe encontra alguns vestígios de elementos que não se coordenam a uma realidade comum:

> Hay un momento en el cual ya no es posible distinguir el paso de los años: la señora Consuelo, desde hace tiempo, pasó esa frontera. El general no la menciona en lo que llevas leído de las memorias, Pero si el general tenía cuarenta y dos años en el momento de la invasión francesa y murió en 1901, cuarenta años más tarde, habría muerto de ochenta y dos años. Se habría casado con la señora Consuelo después de la derrota de Querétaro y el exilio, pero ella habría sido una niña entonces... (FUENTES, 2001)

E conclui: "habrás calculado: la señora Consuelo tendrá hoy ciento nueve años... cierras el folio. Cuarenta y nueve al morir su esposo." (FUENTES, 2001). Há, também, um certo momento de ensimesmamento de Felipe, como se ele conseguisse se reconhecer como um eu, mesmo num ambiente adverso: "en realidad, terminas por abandonar los tediosos papeles del militar del Imperio para empezar la redacción de fichas y resúmenes de tu propia obra. El tiempo corre y solo al escuchar de nuevo la campana consultas tu reloj, te pones el saco y bajas al comedor." (FUENTES, 2001). São nesses momentos, em que ele está também estudando o material do general, que ele consegue – ou tenta – estabelecer resoluções racionais para os acontecimentos irreais. No trecho a seguir, ele

[2] "Te preguntas si la señora no poseerá una fuerza secreta sobre la muchacha, si la muchacha, tu hermosa Aura vestida de verde, no estará encerrada contra su voluntad en esta casa vieja, sombría." (FUENTES, 2001)

reflete sobre o papel da sobrinha na vida da tia, o que poderia "explicar" a dependência de uma em relação à outra:

> Sabes, al cerrar de nuevo el folio, que por eso vive Aura en esta casa: para perpetuar la ilusión de juventud y belleza de la pobre anciana enloquecida. Aura, encerrada como un espejo, como un icono más de ese muro religioso, cuajado de milagros, corazones preservados, demonios y santos imaginados.
> Arrojas los papeles a un lado y desciendes, sospechando el único lugar donde Aura podrá estar en las mañanas: el lugar que le habrá asignado esta vieja avara.
> La encuentras en la cocina, si, en el momento en que degüella un macho cabrio: el vapor que surge del cuello abierto, el olor de sangre derramada, los ojos duros y abiertos del animal te dan nauseas: detrás de esa imagen, se pierde la de una Aura mal vestida, con el pelo revuelto, manchada de sangre, que te mira sin reconocerte, que continúa su labor de carnicero.
> Le das la espalda: esta vez, hablaras con la anciana, le echaras en cara su codicia, su tiranía abominable. (FUENTES, 2001)

Em outro momento, ao fazer a refeição com a viúva e Aura, ele percebe que as semelhanças entre as ações das duas são, no mínimo, intrigantes:

> Miras rápidamente de la tía a la sobrina y de la sobrina a la tía, pero la señora Consuelo, en ese instante, detiene todo movimiento y, al mismo tiempo, Aura deja el cuchillo sobre el plato y permanece inmóvil y tu recuerdas que, una fracción de segundo antes, la señora Consuelo hizo lo mismo. (FUENTES, 2001)

Mas a racionalidade vai se despedindo da narrativa a partir do momento em que a relação entre Aura e Felipe se estreita. Ela visita o quarto dele, e é através dessas relações íntimas – a primeira, no quarto dele, a segunda, no quarto da viúva – que revelam a atmosfera fantástica da narrativa – que dependerá apenas do leitor dar sentido racional ou simbólico ao texto.

3.2 O leitor como dispositivo na narrativa de Fuentes

A *crença* de uma realidade possível no texto de Fuentes se mostra quando iniciamos a leitura do anúncio de emprego, junto com Felipe Monteiro. Por se tratar de uma nota presente em um veículo de comunicação "real", físico, que é o jornal, somos levados a uma situação comum do cotidiano: a leitura de um jornal, a busca por um emprego, uma oportunidade que nos parece "perfeita". Nesse aspecto, temos evidente que o pacto de leitura que o leitor da obra estabelece com a sua ficção já é feita nas primeiras linhas, o que, para Todorov, significa a primeira das características do fantástico.

Além disso, a *hesitação* do leitor é a mesma de Felipe Montero, e é construída ao longo do processo narrativo, através dos elementos simbólicos e das estruturas verbais de uso do texto escrito, que correspondem às características dois e três de Todorov. Somos levados a acompanhar a descoberta de Montero nesse mundo outro que se mostra à frente dele. Mas, ao final da narrativa, somos abandonados por ele: é que o leitor deve escolher o seu caminho interpretativo, e é necessário esse descolamento, mesmo que o caminho percorrido e as sensações vividas tenham sido compartilhados até ali.

Em se tratando da estrutura do texto, as características verbais no tempo presente anunciam o que Todorov classificou como os tempos verbais do fantástico. Se o fantástico "não pode situar-se senão no presente" (p. 49), *Aura* possui uma narração que se constrói no momento em que lemos, no momento em que Felipe Montero vive aquelas ações, no momento em que, leitor e personagem, juntos, estabelecem sua relação de reciprocidade e adentram na história. A narrativa em tempo presente representa uma ambientação atemporal, e até mítica. O que passo a desenvolver brevemente a partir de agora, como minha leitura pessoal interpretativa da obra.

4. Lendo *Aura*: o fantástico feminino

Leio *Aura* como um universo feminino. Universo em que um duplo feminino se expressa diante seus interesses, ultrapassando as relações e as atmosferas deste e do outro mundo. Aura é um duplo, e nesse duplo perpassa o tempo e a corporeidade. "Aura se abrirá como un altar" (FUENTES, 2001) para Felipe Montero, mas esse altar é simbólico e referencial de quem o constitui. Um duplo. Quase divina e profana, quase Eva e Virgem Maria. Assim é Aura.

Minha leitura é a de ver a obra como uma quase narrativa mítica, uma vez que entendo a história de *Aura* como uma manutenção da beleza e da corporeidade jovens, através da ritualística do ato sexual. Não há movimentos históricos na obra, e o tempo se torna sempre dentro do espaço narrativo, mas um *Illudi tempus*, tempo sempre primeiro, que, através do ritual, neste caso, o sexual, torna-se presente. Num dos documentos que Filipe lê, ao remexer no baú, na ausência da idosa[3], encontra os seguintes trecho, transcrito abaixo:

> Sé por que lloras a veces, Consuelo. No te he podido dar hijos, a ti, que irradias la vida..." Y después: "Consuelo, no tientes a Dios. Debemos conformarnos. ¿No te basta mi cariño? Yo sé que me amas; lo siento. No te pido conformidad, porque ello seria ofenderte. Te pido, tan solo, que veas en ese gran amor que dices tenerme algo suficiente, algo que pueda llenarnos a los dos sin necesidad de recurrir a la imaginación enfermiza..." Y en otra página: "Le advertí a Consuelo que esos brebajes no sirven para nada. Ella insiste en cultivar sus propias plantas en el jardín. Dice que no se engaña. Las hierbas no la fertilizaran en el cuerpo, pero si en el alma..." más tarde: "La encontré delirante, abrazada a la almohada. Gritaba: "Si, si, si, he podido: la he encarnado; puedo convocarla, puedo darle vida con mi vida". Tuve que llamar al médico. Me dijo que no podría calmarla, precisamente porque ella estaba bajo el

[3] "—Hoy no estaré en la casa, señor Montero. Confío en su trabajo. Adelante usted. Las memorias de mi esposo deben ser publicadas." (FUENTES, 2001)

> efecto de narcóticos, no de excitantes..." Y al fin: "Hoy la descubrí, en la madrugada, caminando sola y descalza a lo largo de los pasillos. Quise detenerla. Paso sin mirarme, pero sus palabras iban dirigidas a mi. "No me detengas — dijo—; voy hacia mi juventud, mi juventud viene hacia mí. Entra ya, esta en el jardín, ya llega"... (FUENTES, 2001)
>
> Consuelo, le demon aussi etait un ange, avant... (FUENTES, 2001)

E conclui: "Aura no se verá tan joven como en la primera fotografía, pero es ella, es el, es... eres tú". (FUENTES, 2001)

Quanto ao tempo, passado e presente encontram-se na figura feminina. Aura é evidenciada na narrativa, até o desfecho, como sendo a sobrinha da velha viúva. No entanto, não é bem isso que o jovem historiador descobre:

> Duermes cansado, insatisfecho. Ya en el sueño sentiste esa vaga melancolía, esa opresión en el diafragma, esa tristeza que no se deja apresar por tu imaginación. Dueño de la recamara de Aura, duermes en la soledad, lejos del cuerpo que creerás haber poseído.
> Al despertar, buscas otra presencia en el cuarto y sabes que no es la de Aura la que te inquieta, sino la doble presencia de algo que fue engendrado la noche pasada. Te llevas las manos a las sienes, tratando de calmar tus sentidos en desarreglo: esa tristeza vencida te insinúa, en voz baja, en el recuerdo inasible de la premención, que buscas tu otra mitad, que la concepción estéril de la noche pasada engendro tu propio doble. (FUENTES, 2001)
>
> Y cuando te estés secando, recordaras a la vieja y a la joven que te sonrieron, abrazadas, antes de salir juntas, abrazadas: te repites que siempre, cuando están juntas, hacen exactamente lo mismo: se abrazan, sonríen, comen, hablan, entran, salen, al mismo tiempo, como si una imitara a la otra, como si de la voluntad de una dependiese la existencia de la otra. (FUENTES, 2001)
>
> Será Aura, porque viste la tafeta verde de siempre, aunque un velo verdoso oculte sus facciones. (FUENTES, 2001)

O tempo cronológico não existe, porque não é necessário:

> La cabeza te da vueltas, inundada por el ritmo de ese vals lejano que suple la vista, el tacto, el olor de plantas húmedas y perfumadas: caes agotado sobre la cama, te tocas los pómulos, los ojos, la nariz, como si temieras que una mano invisible te hubiese arrancado la máscara que has llevado durante veintisiete años: esas facciones de goma y cartón que durante un cuarto de siglo han cubierto tu verdadera faz, tu rostro antiguo, el que tuviste antes y habías olvidado. Escondes la cara en la almohada, tratando de impedir que el aire te arranque las facciones que son tuyas, que quieres para ti. Permaneces con la cara hundida en la almohada, con los ojos abiertos detrás de la almohada, esperando lo que ha de venir, lo que no podrás impedir. No volverás a mirar tu reloj, ese objeto inservible que mide falsamente un tiempo acordado a la vanidad humana, esas manecillas que marcan tediosamente las largas horas inventadas para engañar el verdadero tiempo, el tiempo que corre con la velocidad insultante, mortal, que ningún reloj puede medir. Una vida, un siglo, cincuenta años: ya no te será posible imaginar esas medidas mentirosas, ya no te será posible tomar entre las manos ese polvo sin cuerpo. (FUENTES, 2001)

O ato sexual é quase mítico: a simbologia do encontro dos corpos de Aura e Felipe é descrita como um ritual: "la empujas, sin dar aviso, y entras a esa recamara desnuda, donde un círculo de luz ilumina la cama, el gran crucifijo mexicano, la mujer que avanzara hacia ti cuando la puerta se cierre" (FUENTES, 2001). O encontro ritualístico mostra uma atemporalidade, ambientada pela cena sexual, e, por ser num tempo presente, podemos pensar essa ação como mítica:

> Aura vestida de verde, con esa bata de tafeta por donde asoman, al avanzar hacia ti la mujer, los muslos color de luna: la mujer, repetirás al tenerla cerca, la mujer, no la muchacha de ayer: la muchacha de ayer —cuando toques sus dedos, su talle— no podía tener más de veinte años; la mujer

> de hoy —y acaricies su pelo negro, suelto, su mejilla pálida— parece de cuarenta: algo se ha endurecido, entre ayer y hoy, alrededor de los ojos verdes; el rojo de los labios se ha oscurecido fuera de su forma antigua, como si quisiera fijarse en una mueca alegre, en una sonrisa turbia: como si alternara, a semejanza de esa planta del patio, el sabor de la miel y el de la amargura. (FUENTES, 2001)

> — El cielo no es alto ni bajo. Esta encima y debajo de nosotros al mismo tiempo. (FUENTES, 2001)

O diálogo entre os dois personagens no ato sexual, revelam a preocupação temporal, que dá o sentido profano ao tom mítico do ritual:

> —¿Me querrás siempre?
> —Siempre, Aura, te amaré para siempre.
> —¿Siempre? ¿Me lo juras?
> —Te lo juro.
> —¿Aunque envejezca? ¿Aunque pierda mi belleza? ¿Aunque tenga el pelo blanco?
> —Siempre, mi amor, siempre.
> —¿Aunque muera, Felipe? ¿Me amaras siempre, aunque muera?
> —Siempre, siempre. Te lo juro. Nadie puede separarme de ti.
> —Ven, Felipe, ven... (FUENTES, 2001)

Ao fim do ritual, queda semiconsciente a vítima – masculina:

> La señora Consuelo que te sonríe, cabeceando, que te sonríe junto con Aura que mueve la cabeza al mismo tiempo que la vieja: las dos te sonríen, te agradecen. Recostado, sin voluntad, piensas que la vieja ha estado todo el tiempo en la recamara; recuerdas sus movimientos, su voz, su danza, por más que te digas que no ha estado allí. (FUENTES, 2001)

5. Considerações finais

"Ella tiene más vida que yo. Sí, es vieja, es repulsiva... Felipe, no quiero volver... no quiero ser como ella... otra...", diz Aura, com medo de que a beleza seja atingida pelo tempo. "¿Quererla? Ella me quiere a mi. Ella se sacrifica por mí", porém, pois sabe reconhecer que o prazer de outrora só é benefício do sacrificio do presente. "Hay que morir antes de renacer", no entanto, e cada morte representa, também, o que não mais volta, ou, talvez, pelo menos, não da mesma maneira.

O tempo é, enfim, expresso: "Estoy agotada. Ella ya se agotó. Nunca he podido mantenerla a mi lado más de tres días". Três dias em que a presa foi atraída pela armadilha atraente. Três dias em que esse homem se mantém atrelado à vida de duas mulheres tão diferentes, com quem mantém relações igualmente diferentes. Três dias para que o ritual se conclua.

Aura é uma narrativa fantástica, mas talvez o seja mais pelo fantástico mundo de personagens femininas tão sólidas e tão significativas. A racionalidade até tenta explicar a trama como um mundo de fetichismo pela beleza e pela juventude, mas há mais. Há liberdade feminina, há sentidos únicos de personalidades únicas, duplas, como qualquer mulher. Gosto muito de pensar numa narrativa tão sensível, que prega por construções narrativas tão simbólicas e tão representativas, mesmo não escrita por uma mulher, como uma metáfora do poder fantástico feminino. E o que resume, enfim, o processo criativo, afinal, o que se percebe é que, para literatura, bastam boas histórias: "Volverá, Felipe, la traeremos juntos. Deja que recupere fuerzas y la haré regresar..." (FUENTES, 2001)

Referências

FUENTES, Carlos. Aura. Formato e-pub, Lectulandia. México: Ediciones Era, 2001.

TODOROV, Tzvetan. Introdução à literatura fantástica. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HISTÓRIA, GÊNERO E ARTE: AS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DE CASAIS ROMÂNTICOS NAS PROPAGANDAS DE FILMES DO JORNAL RIO GRANDE, NO ANO DE 1934

Ana Claudia Borges Saraiva[1]

Introdução

Este artigo originou-se de parte do Trabalho de Conclusão de Curso[2] de História Habilitação Bacharelado, defendido ao final do segundo semestre do ano de 2011, como condição parcial para obtenção do título de Bacharel no referido curso, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Centra-se na análise da construção cultural e social do gênero feminino e masculino através da arte dentro de determinado contexto histórico, no caso, através das imagens, fotografias e desenhos, dos anúncios de películas de ficção cinematográficas veiculas no ano de 1934 no periódico fonte desta análise, conforme será detalhado a seguir, procurando demonstrar como a ocupação dos lugares sociais dos gêneros determinou a ocupação dos espaços sociais e políticos. Esta data mostra-se emblemática posto ser o ano em que o voto feminino universal foi formalmente instituído em todo território nacional.

Tal análise foi auxiliada fortemente, também, pelo discurso escrito que acompanhou tais imagens, e foi baseada na análise de conteúdo das referidas imagens e discursos, baseada na

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande. Formada em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: ana.claudia@furg.br

[2] A monografia que constituiu o Trabalho de Conclusão de Curso em História Bacharelado, intitulada "Mulheres e Homens, produtos ou modelos? Representações dos Ideais de Feminilidade e Virilidade na Propaganda Cinematográfica no Jornal Rio Grande (1934)" foi orientada pela Professora Doutora Julia Silveira Matos, e há cópia impressa da mesma no Centro de Documentação Histórica – ICHI – FURG.

metodologia proposta por Roque e Bardan. Este artigo fundamenta-se, principalmente, na Teoria de Gênero, na esteira de estudos de gênero aberta, também e de forma significativa, pela Nova História.

Dentre as propagandas cinematográficas veiculadas nas edições de sábado (não havia edição dominical do periódico, então) no jornal Rio Grande, no ano de 1934, na cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e aqui analisadas, detivemo-nos na representação da categoria com maior número de imagens, qual seja, o Casal Romântico, conforme segue, nesta ordem: Casal Romântico (trinta), Mulher Sedutora (doze), Homem Viril (dez), sendo que o número total de conjuntos de imagens analisados foi de 92, um conjunto significando um anúncio cinematográfico que contivesse ao menos uma imagem de filme de ficção.

A categoria do Casal Romântico foi retirada, através da análise de conteúdo, das representações de casais, protagonistas de filmes de diversos gêneros cinematográficos, que foram utilizados como categoria de análise a fim de demonstrar como se estabeleciam as relações entre homens e mulheres naquele contexto dado. Sendo assim, analisaremos, a partir das discussões propostas pela História e Gênero, as representações das relações entre os gêneros na produção artística da propaganda de filmes veiculadas no jornal e no ano acima citados.

As concepções históricas e historiográficas na Nova História, conforme a pesquisadora Andrea Lisly Gonçalves, privilegiaram o fato e a historicidade dos sujeitos anônimos; e a partir dessa perspectiva, a História de Gênero repensando a distinção das identidades masculina e feminina, historicamente falando, e em que base estas distinções foram/são feitas pelas sociedades humanas. Dessa forma, Gonçalves, negando o determinismo biológico, que prega identidades "naturais" para homens e mulheres, inscritas como destino, conforme suas conformações físicas e sexuais, concebe a construção das identidades de gênero como produto de uma relação dialética, socialmente construída, entre os componentes feminino e masculino dentro de um determinado tempo e lugar, histórica. Esses papéis surgiriam de um dado discurso que se instituía sobre

elas, o sujeito não tomado em si mesmo, mas sim em seu aspecto relacional, de relações que acabam por constituir identidades, forjadas não somente pelo seu aspecto de gênero, mas também pelas questões sociais, sexuais, étnicas e culturais envolvidas.

Andrea Lisly Gonçalves, ao citar o historiador Michelet, em sua obra "A Revolução Francesa", afirma que o mesmo, embora incorporando as massas como sujeitos históricos, incluídas aí as mulheres do povo, ao destacar as relações de gênero como motores da história, e seu equilíbrio como fundamentais ao equilíbrio social como um todo, não dá a esta relação um caráter de igualdade. As mulheres são associadas à natureza (considerada então inferior) e ao seu caráter dual, que vai do selvagem ao maternal, e os homens são associados à razão (considerada então superior), à civilização, à cultura. Essa visão sintetiza a principal interpretação dominante à época e com longa tradição na história ocidental, na qual a natureza teria favorecido o macho, em detrimento da fêmea, seja em força e constituição física, seja em relação ao seu funcionamento biológico (parto, hormônios, menstruação). Quando a mulher se volta para o seu lado maternal, mostra a face benéfica da sua natureza feminina, se não, caso se volte ao seu lado selvagem, vermelho como o sangue que sai de dentro de si a cada mês, ela revela o lado maléfico de sua natureza, perigoso aos homens e à sociedade de forma generalizada. Tal interpretação, conforme Gonçalves, teria legitimado, mesmo frente aos filósofos iluministas do século XVIII, que pregavam a razão e a igualdade entre os seres humanos, a não incorporação das mulheres junto ao espaço público, lócus privilegiado para exercício do poder político formalmente instituído. Durante o século XIX esta bipolarização assume vigor renovado: o mundo doméstico, a família, ligados ao feminino, ao natural; enquanto o mundo político, público, histórico ligados ao espaço de dominação masculina; o mundo público superior ao privado, o masculino considerado superior ao feminino.

A representação de casais românticos, apaixonados, no ano de 1934, dos anúncios de obras cinematográficas de ficção veiculados comercialmente no Jornal Rio Grande, pelos donos de cinemas no município de Rio Grande, RS, podem ser analisados à luz da história de gênero em suas ideias e concepções, conforme as

autoras acima citadas, acerca do caráter relacional da construção das identidades feminina e masculina, socialmente e culturalmente falando.

Nelas, se vê claramente, na visão moderna e norte-americana dos filmes veiculados de então, a reconstrução e reelaboração dos papeis dos gêneros nas suas relações sociais, a imagem de uma nova mulher, nova na aparência, mas não necessariamente na essência. Conforme a autora Gabriela Boemier Hollenbach, a imagem do casal ideal, casado, monogâmico e heterossexual, onde a tônica de união no casamento passa a ser o amor romântico, espaço legítimo, a partir do descrédito do casamento vitoriano, frio e recalcado sexualmente, passou a ser, então, o modo e a situação em que a mulher poderia exercer e viver a sua sexualidade. Tal processo foi contemporâneo à consolidação do processo de industrialização dos EUA e da Europa e a responsabilidade de gerenciar a casa recaiu sobre a mulher; desta forma, a publicidade de eletrodomésticos, alimentos e cosméticos ganhou força social, vindo a ser um dos elementos normatizadores da conduta social, especialmente em relação ao papel da mulher moderna dentro da instituição casamento. Estas idéias foram rapidamente incorporadas pela indústria do cinema, entre outros meios de comunicação de massa, difundido-se velozmente pelo resto do mundo, especialmente através do cinema norte-americano, que florescia na época. A partir dos anos 30, os grandes estúdios cinematográficos dos EUA passaram a quase monopolizar a produção, distribuição e exibição de filmes em todo o mundo, consolidando sua hegemonia com o advento do filme sonoro; os filmes de Hollywood traduzindo o espírito modernizador norte-americano, já no caminho que os levariam a se tornar a primeira potência econômica e política do mundo moderno, sintetizando em som e imagem o glamour com que se representava o progresso do mundo entre guerras, a crescente americanização deste mundo. Bittencourt, ao relatar suas observações sobre anúncios de filmes que circularam pela cidade de Rio Grande nas décadas de 20 e 30, conclui por um maciço predomínio da indústria cinematográfica norte-americana após a Primeira Guerra Mundial. Nessa direção, veremos que as imagens analisadas demonstram como os gêneros

foram representados nas propagandas cinematográficas, os quais nos auxiliam a compreender como os papéis sociais dos homens e das mulheres eram entendidos pela sociedade nos anos de 1930.

Os casais românticos marcaram época e ainda o fazem no cinema hollywoodiano, entretanto, como discorremos, a forma de representação da relação entre homens e mulheres demonstra as formas elaboradas, de compreensão e justificativas dessas relações, pelas sociedades, nesse caso especificamente a rio-grandina.

Ao mesmo tempo, ainda consoante com Gabriela Hollenbach, o discurso científico ocidental, mais conservador, incitava a mulher a não participar do mercado de trabalho e a se restringir ao seu espaço por excelência, o privado, sob pena de se tornar dura e insensibilizada e assim acabar por repelir os homens, isto aliado ao fato das mulheres brasileiras, e consequentemente gaúchas, viverem em uma cultura católica fortalecida pela união com os Estados autoritários que se expandiam na época, inclusive no país, que acabaram por sacralizar o casamento aos moldes burgueses.

A imagem do dia 27/01/1934 mostra um casal em uma situação com um toque cômico e também de romance, uma mulher jovem e dentro dos cânones da modernidade feminina, já aqui referenciados, um homem jovem, mais velho do que ela, elegante, igualmente moderno, os dois parecem estar numa situação de certo desacordo, embora o clima seja leve entre eles, ele sério e mais sisudo, ela, sorridente, mais confiante, de costas para ele, mas olhando para seu lado, sugere uma ousadia da parte desta mulher aqui representada, e não aprovação do homem à sua atitude; provavelmente se trata de uma comedia romântica, aos moldes da época, notável que a atitude de autoafirmação feminina apareça numa situação romântica e algo cômica, posto que isto lhe retira boa parte do crédito, e lhe dá uma aura de arrufos femininos, leviandades que poderiam acrescentar charme a ela, mas não deveriam necessariamente serem levadas a sério.

Segue, abaixo, imagem do dia 27/01/1934.

Figura 1: Arquivo de periódicos da Biblioteca Rio-Grandense (27/01/1934). Fonte: Jornal Rio Grande.

Não poderíamos deixar de mostrar e analisar a imagem do dia 16/06/1934, e repetida no dia 23/06/1934, referente ao filme O Marido da Guerreira. Nesta comédia, podemos ver um casal num ambiente praiano, ela com formas físicas masculinizadas, forte, grande, mais alta do que o homem que ali aparece como sendo seu marido, musculosa, numa atitude de auto-confiança e comando explicito na relação entre os gêneros, assumindo um papel social tradicionalmente vinculado ao masculino; ele feminilizado, mais frágil, menor e mais fraco fisicamente que ela, carregando várias pertences do casal, e, como toque satírico a mais, trazendo também o que parece ser um bode por uma corda, contribuindo com o ridículo da cena, na visão de quem a arquitetou. A mulher demonstra uma atitude de controle, autoridade, na sua posição de braços e pernas, sobre o homem que compõe este casal, uma singularidade num universo de casais românticos mais tradicionais, dentro do corpo de imagens, mas ainda assim digno de nota, exatamente por isto. No corpo do discurso escrito no dia 16/06/1934, do anuncio da película, que passaria nos cines Carlos

Gomes e Polyteama, encontramos a informação de que o filme constituía uma "crítica soberba às pretensões feministas de nivelamento do sexo fraco ao sexo forte", e com isto provocando "as mais gosadas gargalhadas dos últimos tempos", ou seja, a mulher só é passível de ser mostrada numa posição de controle efetivo sobre um homem numa comédia, hilária, uma sátira a esta descabida pretensão de algumas mulheres daquele tempo. Percebemos também que, quando a mulher assume esta posição de controle, ela se coloca e parece tal qual um homem, ela se masculiniza, posto que o poder dentro da relação entre os gêneros, e o poder de forma geral no mundo, aqui se analisando mais especificamente o mundo ocidental, provem necessariamente do sexo masculino, superior, racional, controlador, e não poderia provir da esfera feminina, das características "essenciais" do feminino, em si mesmo fraco, limitado, irracional e levado por seus instintos. No exterior dos corpos podemos notar a materialidade da representação social dos gêneros, lugar onde a cultura marca os seus símbolos, sinalizando o que está no interior, na "alma" dos seres, que dá, então, a esta mulher aqui representada, a condição necessária para assumir o comando da relação perante seu marido. A sátira ferina a esta mulher ensina que se outras mulheres, as que estão vendo o filme, decidirem agir da mesma maneira, este mesmo ridículo poderá cair sobre elas, tendo uma função também pedagógica, neste sentido, de reiterar às mulheres o seu devido lugar na sociedade. Ademais, tal imagem sendo mostrada numa comédia funciona como uma maneira de desacreditar tal pretensão feminina e feminista, fazendo com que a mesma não ameace a ordem reinante.

A seguir, imagem do dia 16/06/1934 e repetida no dia 23/06/1934.

Figura nº 02: Arquivo de periódicos da Biblioteca Rio-Grandense (16/06/1934). Fonte: Jornal Rio Grande.

Ainda de acordo com o acima exposto, Hollenbach afirma que, mesmo com a condenação do casamento em moldes vitorianos, pela ciência ocidental (o lugar legítimo de produção de saberes na contemporaneidade), o caminho tomado, que poderia ter sido o da revolução de idéias e modelos de como deveria ser o relacionamento entre os gêneros, toma um caminho diverso, pois que fundamenta a remodelação do casamento, mas não lhe questiona a estrutura e nem mesmo a maneira como esta relação deve ser vivida por seus atores sociais. Desta forma, acaba por conservar a visão tradicional do casamento patriarcal, a mulher devendo se restringir ao seu papel submisso perante seu marido e mantenedor, no seu espaço por excelência, o privado, do lar.

Tal visão de representação feminina, de anjo tutelar do lar, é também aventada por Maria Helena Steffens de Castro, em sua obra "Os Modernos Criados Elétricos". Neste trabalho, a autora toma como fonte a publicidade na Revista do Globo, referindo-se a anúncios de eletrodomésticos movidos à energia elétrica, destinados a esta nova mulher dos anos 30; a publicidade

influenciando e sendo influenciada pela sua consumidora, criando/reelaborando novos paradigmas sociais que comunicam experiências, transmitem modos de comportamento e estabelecem normas de bem viver em sociedade, prometendo a ela a sua liberação das tarefas do lar. Entretanto, esta liberação não acontece pela mulher romper com os valores tradicionais femininos, mas sim na forma de administrar o tempo de forma mais eficiente e otimizada, com a ajuda dos criados elétricos do lar, ou seja, ela não abandona o seu papel de dona de casa, esposa e mãe amantíssima, apenas consegue fazer o que já fazia antes, agora de forma "moderna", nesta modernidade industrial, elétrica e superficial, de aparências, não de essências. Ademais, o casamento, ainda segundo a autora, era o ideal de vida a ser alcançado pela mulher, devendo para isto ser modesta diante do marido, cultivar seu bom humor, já que seu estado civil dependia destes atributos, de preferência com um marido que pudesse lhe sustentar, devendo para tanto ser versada nas artes do lar, bela, jovem, saudável, carinhosa e econômica. Esta visão do papel social feminino leva a mulher cada vez mais ao espaço doméstico, lócus de realização feminina por excelência, sem aberturas para discussões e reflexões sobre a sua condição.

No trabalho de Joana Carolina Schossler e Silvio Marcus de Souza Correa, intitulado "Representações do feminino na Revista do Globo nas décadas de 1930 e 1940", também os autores tomando como fonte para suas pesquisas a Revista do Globo, é exposto que uma das principais funções da maquiagem, essencial para esta nova imagem estética de mulher, era a de atrair, seduzir e conquistar um bom partido, a felicidade feminina indissociável da vida dentro do casamento.

Ainda na direção do debate de Holenbach, percebemos que a sociedade gaúcha corroborava com tais conceitos e visões de mundo, incitando a mulher a aceitar seu lugar hierárquico na construção identitária de gênero, submetendo-se ao marido e provedor como se isto se conformasse com a ordem natural das coisas, ou seja, a naturalizaçao/essencialização dos lugares sociais e culturais de homens e mulheres, determinados no nascimento

pela sua determinação biológica, conforme a genitália que se porta desde o nascimento.

A representação feminina na publicidade aparece diretamente ligada ao consumo, conforme Hollenbach, incitando a mulher a, além de ser boa dona de casa, eficiente no seu papel de esposa e mãe, ser também sedutora, inspiração vinda diretamente dos filmes hollywoodianos, cuja influencia na vida cotidiana até os anos 60 é basicamente romântica, a autora citando Mira(2001), uma parte significativa das mulheres sonhando com uma vida de estrela de cinema, glamourosa, apaixonada e brilhante, tal como os estúdios, distribuidoras, mídia e todo o mercado comercial crescente e em torno da indústria cinematográfica, ou se utilizando da mesma, se esforçavam para que elas desta forma captassem esta mensagem. Para assim ser, naturalmente esta mulher deveria possuir materialmente e fisicamente o que ela acreditava que as estrelas de cinema possuíam, e por esta via as indústrias de produtos farmacêuticos, de higiene e estética entraram na vida desta consumidora, para ali permanecer. Tal afirmação mostra-se consoante com o pensamento de Shcossler e Correa, quando elucidam que, além de cuidados com a pele, a nova mulher deveria cuidar cotidianamente da estética dos seus olhos, cabelos, unhas e boca, assim como de sua higiene geral, incluídas aí a íntima e a bucal, fatores considerados fundamentais para se conseguir casamento. Segundo a análise do corpo de imagens aqui especificado, verifica-se a coerência desta consideração, posto que anúncios de brindes de produtos de beleza femininos (e nenhum masculino) foram encontrados no corpo do discurso escrito de alguns anúncios de cinema, onde se anuncia, num dia que passaria uma comédia e dois dramas românticos, que seriam dados brindes do esmalte Cutex "aformoseador de mãos" para as "senhoras, senhorinhas e meninas" que estivessem naquele dia na sala de espera do Cine Carlos Gomes, no dia 07/04/1934. Também se verificam brindes de revistas de cinema, da revista "A Tela" para todas as moças que estivessem na sala de espera do Cine Carlos Gomes, em edição especial, no dia 18/08/1934, e ainda brinde "ao belo sexo", amostras do pó de arroz "que é verdadeiro factor da

belleza femenina, marca Royal Bryar, macieza incomparável e perfume que inebria" no dia 20/10/1934, no Cine Carlos Gomes.

Interessante perceber que, dentre as imagens analisadas do casal romântico, os brindes foram todos distribuídos no Cine Carlos Gomes, sendo que este era o cinema mais caro dos que anunciavam no jornal Rio Grande no ano de 1934, sendo seguido pelo Cine Polyteama e pelo Cine-Theatro Avenida. Isto pode indicar que o público visado, a mulher da camada média urbana, que teria poder aquisitivo para adquirir posteriormente tais produtos, seria mais provável de ser encontrada no cinema mais caro e luxuoso da cidade, conforme exemplo de preços que seguem, em contos de réis, do dia 03/02/1934:

VALORES CARLOS GOMES:	VALORES CINE THEATRO AVENIDA
CAMAROTE: 16$000	POLTRONAS: 2$000
CADEIRAS: 3$000	½ ENTRADA: 1$200
½ ENTRADA: 2$000	BALCÕES: 1$000
VALORES POLYTHEAMA:	NÃO HÁ CAMAROTES NEM CADEIRAS
CAMAROTE: 11$000	
CADEIRAS: 2$200	
½ ENTRADA: 1$200	
GERAES: 1$	
SOLDADOS: $800	

Quadro 1: Arquivo de periódicos da Biblioteca Rio-Grandense. Fonte: Jornal Rio Grande.

Segundo Bittencourt, frequentar este cinema requintado, elegante e de bom gosto representava um indicador de status à sociedade local, que procurava a modernidade, sendo que o mesmo dominaria as atividades cinematográficas em Rio Grande desde final da década de 20. Tal informação corrobora nossa dedução de que esta seria a casa mais indicada para propagandas dos produtos

que eram feitos para o público feminino, visando uma camada econômica mais favorecida da cidade, que poderia sustentar o seu consumo continuado.

Consoante Schossler e Correa, a relação da representação social feminina e os produtos cosméticos não são causa um do outro, mas estabelecem uma relação dialética, sendo que os produtos, ao mesmo tempo que satisfazem um desejo latente, acabam por criar e fomentar novos desejos no seu público consumidor. Conforme Castro, este consumo teria uma função de prestígio, posto que esta mulher ociosa e burguesa era valorizada pela sociedade e pelo seu companheiro por assim ser, financiada pelo mesmo para tanto. Castro ainda elucida que esta mulher se via como dona de casa, não problematizando sua realização pessoal fora do institucionalmente e socialmente construído, este ideal de ser e ter não sendo discutido. A autora afirma também que estas imagens veiculadas pela publicidade dos modernos criados elétricos poderiam, até de forma inconsciente, servir de refúgio, numa situação de coisas em que os papeis dos gêneros nas relações românticas não são analisados criticamente, não obrigando estas mulheres a saírem de sua zona de conforto e não provocando conflitos de identidade, a autora citando Vestergaard (1996).

Ao mesmo tempo, ainda segundo Schossler e Correa, desde final dos anos 1920 as mulheres, inspiradas também por aquelas que romperam com alguns cânones do comportamento feminino tradicional, no vestir, no pensar e no agir, tais como a estilista Coco Chanel e a bailarina Isadora Duncan (francesa e norte-americana, respectivamente), evoluem no repensar alguns modelos sociais femininos entendidos como imutáveis e naturais, para reconstruírem estes mesmos modelos em bases mais modernas. Os autores ainda esclarecem que seriam poucas as mulheres, no RS, que poderiam se enquadrar nesta nova representação do feminino, mas que já havia, ao menos na capital gaúcha, mulheres que eram economicamente independentes, praticavam bem mais atividades físicas que suas ancestrais e não se vestiam mais como os cânones tradicionais da moda. Esta nova mulher deveria ser moderna, mais atlética, mais desnuda, maquiada, depilada, posto que estaria mais exposta ao olhar público. De acordo com Bittencourt, pode-se

inferir que o comportamento das mulheres rio-grandinas da década de 30 não estaria muito distante das suas congêneres porto-alegrenses, posto que o autor afirma que Rio Grande possuía uma vida cultural e social ativa naquela época, possibilitando, num processo crescente desde da passagem do século XIX para o século XX, que as mulheres não se restringissem mais somente ao espaço doméstico, mas que também pudessem vivenciar uma experiência social maior do que em épocas coloniais passadas, a mulher mais exposta ao olhar público da cidade, vendo e sendo vista. Rio Grande, sendo uma cidade essencialmente urbana, comercial e industrial, encontrava-se em posição de propiciar um acompanhamento, por parte das mulheres locais, principalmente daquelas da camada burguesa, através do rádio, das revistas, jornais e do cinema, do que se passava no restante do mundo, fosse em nível estadual, nacional ou internacional, das transformações físicas e sociais dessa mulher moderna da década de 1930.

Como análise que encerra este artigo, passamos à imagem do dia 26/05/1934, na verdade, uma imagem que parece conter um triângulo amoroso, algo igualmente não usual dentro do conjunto de imagens analisadas neste presente trabalho. Mostra uma moça, de aparência mais recatada, elegante, mas de modo sóbrio, contido, dirigindo o olhar na direção de um casal, estes parecem apaixonados, tem os olhos fechados, como que enlevados um pelo outro, o homem beija a face da mulher. A mulher que faz parte do casal parece ser mais ardente, menos recatada e contida, igualmente elegante, maquiada. Esta imagem é do anúncio do filme propriamente dito, intitulado "Pouco Amor Não É Amor", drama romântico, referente ao anúncio do Cine-Theatro Avenida a respeito da película em questão. O discurso escrito do anúncio da produção cinematográfica diz que se trata de uma película "profundamente passional, dramática", estrelada por uma atriz linda e loira, uma outra formosamente estranha, e dois outros atores, um jovem e belo, o outro forte, másculo e sedutor, sendo que este último parece ser o objeto de disputa que motiva o triângulo amoroso. Uma possível interpretação é que as duas atrizes mencionadas, e mostradas na imagem aqui discutida, representam duas maneiras de viver o amor romântico. A primeira,

através do sofrimento da resignação da rejeição amorosa, da sujeição e repressão dos próprios instintos e sentimentos, procurando assim se adequar a uma moral social e religiosa que prega o bom comportamento e a contenção do extravasamento dos impulsos mais primitivos e selvagens, de forma massiva com relação ao gênero feminino. A segunda, através da rendição às próprias paixões e a não observância rígida às regras culturais da sociedade na qual as duas mulheres estão inseridas, a mulher mostrando assim seu lado mais selvagem, perigoso, capaz de desviar os homens do bom caminho, da receita de felicidade conjugal dentro de uma relação monogâmica e abençoada, preferencialmente, pela Igreja Católica, em termos nacionais e locais. Naturalmente, a fita hollywoodiana é uma produção originalmente norte-americana, não sendo a religião católica predominante naquele país, ainda assim, possuía religião predominantemente de origem judaico-cristã, e os valores tradicionais do casamento, incluído aí o cunho sagrado do mesmo, pesadas as devidas proporções, também era um valor significativo e permeava o ideal da relação homem-mulher transmitido através dos filmes produzidos nos EUA.

A seguir, imagem do dia 26/05/1934.

Figura nº 03: Arquivo de periódicos da Biblioteca Rio-Grandense (26/05/1934). Fonte: Jornal Rio Grande.

Conforme vimos neste presente trabalho, a teoria de gênero explica a relação entre o feminino e o masculino, assim como seus respectivos papéis sociais, como uma construção social, não sendo de modo algum natural. Assim sendo, podemos perceber que a história de gênero nega o caráter essencial de homens e mulheres, e apregoa que a noção de masculinidade e feminilidade, assim como sua atuação na sociedade, são construções identitárias, forjadas culturalmente. Portanto, não nascemos mulheres e homens, aprendemos a sê-lo, conforme o contexto histórico em que estamos inseridos, sendo que o aspecto biológico, embora não deva ser negado, constitui uma entre outras variáveis que nos torna do gênero masculino ou feminino, não sendo tampouco, necessariamente, a variável identitária principal.

Em sintonia com esta ideia, percebemos que a mulher ainda era, na década de 30, de acordo com a análise das fontes selecionadas e das leituras realizadas, educada e preparada para atuar na esfera privada e doméstica, e não para atuar na esfera pública e política. Sob a perspectiva social e cultural, permanecia ocupando uma posição hierarquicamente inferior na relação entre os gêneros, sendo que esta condição, conforme o entendimento da época, provinha de sua natureza essencial, básica, ou seja, feminina, em detrimento da natureza essencial do homem, masculina. Neste contexto, o gênero feminino, identificado com o natural, o instintivo e o selvagem, portanto, inferior, deveria se submeter ao domínio masculino, identificado com a civilização, a razão, o intelecto, portanto, superior. Esta idéia sintetiza a visão dominante ocidental, secular, sobre a relação mulher-homem, vigente na época estudada em questão.

Vimos também que a beleza, a juventude, a modéstia diante do marido e as prendas domésticas eram consideradas qualidades essenciais para a conquista do casamento e assim o conseqüente enquadramento no papel social destinado às mulheres na sociedade moderna da década de 30; a beleza, em especial, aparecendo como valor que marca a razão de ser do gênero feminino. Esta mesma beleza e seu consequente poder de sedução eram considerados peças fundamentais na conquista do casamento, e o casamento, aos

moldes tradicionais ocidentais e de face burguesa, deveria ser o ideal de vida de toda e de cada uma das mulheres inseridas nesta sociedade. O poder dos modelos de comportamento e de transmissão de ideologias das estrelas de cinema hollywoodianas verificam-se, assim, muito significativos na construção dos papéis sociais, tanto do gênero masculino quanto do gênero feminino, conforme podemos concluir do resultado da análise das imagens aqui expostas e que serviram para a reflexão proposta neste artigo.

Fonte:

Jornal Rio Grande – Orgam do Partido Republicano Liberal – Ano XXI-XXII. Período pesquisado: janeiro-dezembro de 1934. Arquivos de periódicos da Biblioteca Rio-Grande.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Andreza de Oliveira. Gênero e História das Mulheres: diálogos conceituais. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2009%20-%20Andreza%20de%20Oliveira%20Andrade.PDF. Acesso em 13/06/2016.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BITTENCOURT, Ézio da Rocha. Da Rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e culturas no Brasil Meridional - Panorama de história de Rio Grande. Rio Grande. Editora da FURG. 2007. 2ª Edição.

CASTRO, Maria Helena Steffens de. "Os modernos criados elétricos". Porto Alegre: FAMECOS/PUCRS. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2LJ0YB7YjvAJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/OS%2520ELETRICOS.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 13/06/2016.

FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise do passado. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). História: Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GONÇALVES, Andréa Lisly. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 72-137.
KORNIS, Mônica Almeida. "História e Cinema: um debate metodológico". Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1940/1079. Acesso em 13/06/2016.
LE GOFF, Jacques. A Nova História. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) – MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
SCHOSSLER, Joana Carolina; CORREA, Silvio Marcus de Souza. REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA REVISTA DO GLOBO NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940. Disponível em http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume003_Num002_artigo003.pdf. Acesso em 13/06/2016.

OS QUESTIONAMENTOS ACERCA DO PAPEL DA MULHER NO ROMANCE MOÇAMBICANO *BALADAS DE AMOR AO VENTO*

Bárbara Loureiro Andreta[1]
Anselmo Peres Alós[2]

O romance *Balada de amor ao vento* foi escrito por Paulina Chiziane, a primeira mulher moçambicana a publicar um romance. A autora vem ganhando reconhecimento como uma das romancistas de maior destaque do final do século XX e início do século XXI, com uma obra de grande repercussão, não apenas em Moçambique, mas em toda a África lusófona. Entre seus romances, pode-se destacar *Balada de amor ao vento* (1990), *Ventos do apocalipse* (1993), *O sétimo juramento* (2000), *Niketche: uma história de poligamia* (2002) e *O alegre canto da perdiz* (2008).

O multiculturalismo questiona a imposição dos valores ocidentais como se estes tivessem curso universal e defende a necessidade de garantir a vigência de modos de vida minoritários. Nesse contexto, Luis Felipe Miguel (2014a) defende que existe uma tensão entre a valorização da diferença e afirmação da igualdade de gêneros que permeia a relação do feminismo com o multiculturalismo. O diálogo crítico entre pensadores do feminismo e do multiculturalismo, que ganhou força a partir do final do século XX, expõe as tensões e discordâncias entre as duas correntes de pensamento, uma vez que as críticas ao multiculturalismo partem

[1] Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA). Acadêmica do Curso de Letras/Espanhol – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. E-mail: barbaraandr@hotmail.com

[2] Orientador. Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto no Departamento de Letras Vernáculas da UFSM. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras, na mesma instituição. E-mail: anselmoperesalos@gmail.com

do apego ao valor liberal do individualismo e da valorização da noção de igualdade, que são elementos muito caros ao feminismo.

O reconhecimento do valor de modos de vida diversos impõe-se como uma necessidade ao feminismo. O conceito de igualdade tornou-se mais complexo na filosofia política do que era até o começo do século XX, e bandeiras históricas do feminismo, tais como a licença-maternidade, já incorporavam a percepção de que o princípio de igualdade entre todos os seres humanos não exige a desatenção às especificidades. Desde então, ampliou-se o entendimento de que os indivíduos são diferentes entre si, por seus talentos, deficiências e preferências, o que exige especificidades para que se pense na distribuição de recursos, igualdade de capacidades e bem-estar subjetivo.

Deve-se destacar que pensadoras feministas vinculadas às posições sociais mais desprivilegiadas teceram críticas a autores como Betty Friedan e John Stuart Mill, uma vez que apresentaram uma experiência de mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno-burguesas, heterossexuais – como a experiência de todas as mulheres. A filósofa estadunidense Elizabeth Spelman critica a forma como a noção genérica de "mulher" funciona no pensamento feminista, defendendo que esta funciona da mesma maneira que a noção genérica de "homem" funciona na filosofia ocidental, ou seja, de forma a obscurecer sua heterogeneidade. Nesse contexto, feministas negras questionam os desdobramentos dessa construção da identidade da mulher, e por consequência, da pauta do feminismo, a partir da experiência de mulheres brancas.

Mary Eagleton (2003) defende que nem toda a escrita feminina é uma escrita feminista e, nesse aspecto, a autora salienta que se deve ter em mente a distinção entre *ser uma feminista* e *produzir efeitos feministas*. O feminismo, construído a partir de mulheres brancas, de classe-média, anglófonas ou francófonas, tem, na melhor das circunstâncias, uma relação parcial com as outras mulheres, e na pior das circunstâncias, contribui para a sua opressão. As construções da feminilidade, negra ou branca, são constituídas de maneira diversa e variada em diferentes culturas, contextos e períodos históricos.

No pensamento patriarcal, há uma ligação entre "fêmea" e "feminino", de maneira que as características femininas são vistas como naturais às fêmeas e como largamente inferiores às características masculinas, associadas aos machos. Ao mesmo tempo, essas características femininas como marcas de inferioridade não são exclusivas das mulheres, mas são frequentemente atribuídas aos outros grupos oprimidos. Nesse aspecto, a autora defende que há uma conexão entre a escrita *feminina* e *feminista* sempre e desde que se dá voz aos grupos marginalizados, silenciados ou sub-representados, bem como quando se tem um posicionamento visivelmente antipatriarcal e antissexista (EAGLETON, 2003). A lógica da crítica feminista ao pensamento masculino implica que mulheres brancas não podem mais clamar por ser ou representar as mulheres em geral, assim como os homens brancos não podem representar a humanidade como um todo. Nenhuma mulher é simplesmente uma mulher e, assim, mulheres "diferentes" lançam suas vozes, insistem nas particularidades de suas diferenças e aspirações, as quais envolvem questões de raça, classe, colonialidade, sexualidade, (des)habilidades, idade e outras diferenças, em uma grande variedade de formas (BHAVNANI e COULSON, 2003).

Em seu texto "Mulher, literatura e irmandade nacional", Mary-Louise Pratt (1994) lembra da noção de "comunidades imaginadas", de Benedict Anderson, presente em sua obra *Imagined communities: reflexions on the origin and spread of nationalism*. Nessa obra, Anderson explora a ideia da nação como uma comunidade política *imaginada*, cuja totalidade não pode ser vivenciada concretamente. Segundo o autor, todas as comunidades humanas tendem a ser imaginadas. A análise de Anderson, conforme lembra Pratt (1994), é de grande importância para os pesquisadores da área de literatura, pois assinala a importância da cultura impressa, especialmente do romance e dos jornais, na construção de redes invisíveis que formam as bases da comunidade nacional imaginada, o que é de extrema relevância para os estudos a respeito das mulheres também. Anderson discute as maneiras como as questões étnicas, raciais e subgrupos de classes são incorporados na autocompreensão da nação, mas não aborda

questões de gênero, uma vez que, em sua concepção, a nação, por definição, situa e "produz" as mulheres em permanente instabilidade em relação à comunidade imaginada, incluindo, de forma muito particular, a mulher da classe dominante. Sendo assim, a população feminina das nações não era imaginada e nem mesmo convidada a se imaginar como parte da irmandade horizontal. Às mulheres era oferecido, pela república burguesa, apenas o papel de produtoras de cidadãos, o que significa que, nas nações modernas, as mulheres não eram imaginadas como produtoras de direitos civis, pois seu valor foi especialmente atrelado à sua capacidade reprodutora (PRATT, 1994).

Nesse contexto, é válido retomar o conceito de *interseccionalidade*, apresentado por Helena Hirata (2014), para que as diversas formas de opressão sejam compreendidas. A categoria da interseccionalidade contribui para que se as múltiplas fontes identitárias sejam consideradas. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão, postulando sua integração na produção e na reprodução das desigualdades sociais, uma vez que a categoria da interseccionalidade busca apreender tanto a complexidade das identidades quanto a complexidade das desigualdades sociais, através de um enfoque integrado.

Dessa forma, conforme enfatiza Luís Felipe Miguel (2014b), a compreensão da interseccionalidade é extremamente relevante, uma vez que não ocorre simplesmente uma adição de diferentes formas de opressão, mas estas se geram padrões de subordinação e de violência física e simbólica que precisam ser entendidos em sua singularidade. A atuação das feministas negras tem o objetivo de evidenciar que a mulher negra, em uma sociedade machista e racista, sofre formas de opressão que não são redutíveis às sofridas por mulheres brancas ou por homens negros. Tentar compreender os problemas das mulheres como comuns a todas, sem considerar elementos como raça, classe, renda ou orientação sexual, seria uma maneira de silenciar a multiplicidade de experiências específicas que compõe a condição feminina (MIGUEL, 2014b). Entende-se, assim, que a interseccionalidade é uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas

e, consequentemente, é um instrumento de luta política, sendo, ao mesmo tempo, tanto um "projeto de conhecimento" como uma arma política. Dessa forma, é necessário que se pense as dominações e opressões de forma conjunta, para que não se contribua para sua reprodução.

Balada de amor ao vento foi publicado pela primeira vez em 1990, pela Associação dês Escritores Moçambicanos (AEMO), e reeditado em 2007, pela Editora Caminho, de Lisboa. Nesta obra, Paulina Chiziane relata a história de amor entre Sarnau e Mwando, uma história marcada por encontros e desencontros, atravessada por outros casamentos e por situações de riqueza e miséria. Sarnau conheceu o jovem seminarista Mwando quando ela também ainda era muito jovem; eles tiveram um relacionamento por algum tempo e Sarnau engravidou, sendo abandonada por Mwando que, então, já tinha saído do seminário e estava prometido para uma menina católica, com quem casaria e por quem seria traído e abandonado. Sarnau, desesperada, tenta o suicídio e perde o bebê. Algum tempo depois, Sarnau é escolhida para ser a esposa de Nguila, o príncipe dos Zucula, tornando-se a rainha depois da morte dos pais de Nguila.

Em *balada de amor ao vento*, evidencia-se o sofrimento vivenciado por Sarnau em função da violência do marido e das imposições às quais ela foi submetida. Por ocasião de seu casamento, a mãe de Sarnau comparou o matrimônio à escravidão:

> - Sarnau, nossa Sarnau, tu vais partir, adeus! Já não ouviremos a voz do teu pilão. Não beberemos mais a água na concha da tua mão. Acabaram-se para nós os sorrisos, o teu cantar alegre e inocente, oh, cruel destino [*sic*] o de uma mulher. Outras bocas beberão da tua fonte. Outros irão odiar o teu sorriso, Sarnau, em breve partirás para a escravatura. Chamar-te-ão preguiçosa, estúpida, feiticeira, enquanto o teu sangue pare felicidade para eles, enquanto o teu coração fermenta de miséria e sofrimento (CHIZIANE, 2010, p. 35).

Sarnau foi ensinada a ser uma esposa obediente e a aceitar a agressividade do seu marido, o que sintetiza a masculinidade

hegemônica dentro das sociedades tradicionais da região sul de Moçambique, visto que era um homem polígamo, grosseiro e violento:

> Vacas caminham, lesmas, para o sacrifício; as cabras ruminam a última erva; galos e galinhas berram na sua despedida ao sol, prepara-se o casamento do filho do rei, Sarnau, o teu homem é teu senhor. Se ele, furioso, agredir o teu corpo, grita de júbilo porque te ama (CHIZIANE, 2010, p. 43).

Estes trechos, assim como o trecho da cerimônia de casamento, quando Nguila assina o documento e Sarnau imprime sua digital sobre a certidão, evidenciam as assimetrias entre homens e mulheres em Moçambique. As mulheres, sintomaticamente, são excluídas do mundo letrado e do acesso à palavra escrita. Nessa cerimônia, é selado o destino subalterno tanto de Sarnau quanto, metonimicamente, de todo o contingente de mulheres analfabetas de Moçambique (ALÓS, 2012).

Destaca-se que, para a realização do casamento, a família de Nguila pagou para a família de Sarnau o *lobolo*, conforme mandavam as tradições locais. O *lobolo* aparenta-se, de certa forma, ao pagamento do dote, mas funciona de acordo com uma lógica cultural peculiar, comum entre os povos agrários subsaarianos (ALÓS, 2012). Na ficção, o *lobolo* aparece da seguinte maneira:

> Não se compra uma mulher para trazer prejuízos à família, antes pelo contrário, o lobolo é uma troca de rendimentos. Mulher lobolada tem a obrigação de trabalhar para o marido e os pais deste. Deve parir filhos, de preferência varões, para engrandecer o nome da família. Se o rendimento não alcança o desejável, nada há a fazer senão devolver a mulher à sua origem, recolher as vacas e recomeçar o negócio com outra família. Mulher preguiçosa não pode ser tolerada, muito menos a libertina (CHIZIANE, 2010, p. 63).

Osmundo Pinho (2011) defende que, nessas sociedades, o casamento funciona como mola propulsora da teia de relações

sociais, que sustenta a sociedade de modo dinâmico. Nesse sentido, os vínculos afetivos e mesmo biológicos não se apresentam como essenciais nos sistemas de parentesco, que são entendidos como sendo definidos através de operadores práticos, de descendência e de casamento (PINHO, 2011).

Assim, Pinho (2011), ao retomar as teorias de Radcliffe-Brown, argumenta que o casamento, nessas sociedades, é matéria de consideração mais ampla, que envolve todo o grupo social. Nesse sentido, na medida em que os povos carecem de instituições regulamentadoras que tenham função de atribuir legitimidade às uniões e, consequentemente, à prole, os pagamentos funcionam como uma garantia dessa legitimidade, constituindo, assim, uma relação de reciprocidade entre os grupos envolvidos (PINHO, 2011).

Pinho (2011) destaca, entretanto, que o casamento é uma transação entre dois grupos, o que objetifica a aquisição de uma mulher, a fim de manter e multiplicar o próprio grupo social. Se a mulher não cumprir seu objetivo como esposa, é necessário que seu grupo, na figura do marido, retome os bens econômicos que permitiram a realização do casamento, para que outra mulher possa ser encontrada e, assim, satisfazer as necessidades reprodutivas do grupo (PINHO, 2011).

Cabe retomar aqui também, além das considerações de cunho antropológico apontadas por Pinho (2011), a visão de Carole Pateman a respeito do *contrato sexual*, apontadas por Nancy Fraser (2013). Carole Pateman concebe a dominação masculina, no âmbito da teoria política, nas sociedades e nas culturas modernas a partir do modelo senhor/serva, entendendo, assim, as sociedades modernas como *patriarcados fraternais*, contratuais. Carole Pateman defende, em sua teoria, que o contrato sexual é um pressuposto tácito do contrato social. Dessa forma, mesmo nas situações em que o *direito paterno* foi rejeitado como modelo para *direito político*, os teóricos contratualistas aparentemente antipatriarcais, como John Locke, pressupunham os direitos conjugais dos maridos sobre as esposas, ao mesmo tempo em que redefiniam esses direitos como *não políticos*. Essa questão evidencia, segundo Pateman, que mesmo antes de conceber o

contrato social, os teóricos tinham como pressuposto tácito um *contrato sexual* prévio. Tal contrato tratava-se de um acordo entre os *irmãos* para democratizar o *direito sexual masculino*, que havia sido monopolizado pelo *pai*. Sendo assim, o contrato sexual autorizava o direito de todo o homem individual a comandar uma mulher individual no trabalho e, especialmente, no que dizia respeito a questões sexuais (FRASER, 2013).

Os questionamentos de Sarnau a tornam dividida: ela vive dividida entre um pensamento questionador, pautado no pensamento ocidental e que busca a emancipação feminina, e as práticas culturais autóctones arcaicas, que marcam sua identidade cultural como mulher moçambicana. Por fim, observa-se que tanto a poligamia quanto a monogamia são criticadas por Paulina Chiziane nesta obra, uma vez que ambas são vistas como instituições que asfixiam a autonomia das mulheres moçambicanas, uma vez que ambas tem por finalidade a submissão das mulheres à dominação masculina (ALÓS, 2012).

De acordo com Anselmo Peres Alós (2012), Paulina Chiziane questiona, em *Balada de amor ao vento*, a configuração da organização familiar moçambicana, em especial no que se refere aos papeis sociais exercidos pelas mulheres, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. As religiões bantu exerce um papel decisivo no que se refere ao cerceamento da liberdade das mulheres, conforme fica evidente na narrativa:

> Nas religiões bantu, todos os meios que produzem subsistência, riqueza e conforto como a água, a terra e o gado são deificados, sacralizados. A mulher, mãe da vida e força da produção da riqueza, é amaldiçoada. Quando uma grande desgraça recai na comunidade sob a forma de seca, epidemias, guerra, as mulheres são severamente punidas e consideradas as maiores infractoras dos princípios religiosos da tribo pelas seguintes razões: são os ventres delas que geram feiticeiros, as prostitutas, os assassinos e os violadores de normas. Porque é o sangue podre das suas menstruações, dos seus abortos, dos seus natimortos que infertiliza a terra, polui os rios, afasta as nuvens e causa epidemias, atrai inimigos e todas as catástrofes (CHIZIANE, 1992, p. 12).

Nguila, o marido de Sarnau, sintetiza a masculinidade hegemônica das sociedades tradicionais da região sul de Moçambique. Ele é polígamo, grosseiro, violento, e tem um comportamento sexual quase predatório com relação às outras mulheres da tribo Zucula. Em relação à Sarnau, Nguila sujeitava-a a recorrentes dores, sofrimentos e humilhações. A descrição de Sarnau a respeito de seu marido evidencia o papel dominante do homem moçambicano nas sociedades tradicionais:

> Não vos falei ainda do meu marido, o Nguila, o homem mais desejado por todas as fêmeas do território. Não o conheço bem, mas estou devidamente informada sobre ele. É um búfalo enorme e forte, como exige a nobreza de sua raça. Tem a pele bem negra, testa e nariz esbeltos, dentes branquíssimos, o que lhe confere um aspecto de espécie rara. Tem um caminhar dinâmico, dominante, sedutor. É um excelente caçador, o melhor atirador de arco e flecha. Não há quem meça forças com ele. Nas bangas e tabernas é o primeiro a entrar e o último a sair e, quando se embriaga, é a coisa mais insuportável deste mundo. Dizem que é doido varrido pelo sexo oposto, o que orgulha o rei, seu pai. O padre Ferreira tentou cristianizá-lo sem resultado. Fez tudo para que ele estudasse, pois não fica bem ao futuro rei ser analfabeto, e lá aprendeu algumas coisas, ao menos sabe ler uma carta (CHIZIANE, 2007, p. 40).

Em determinando momento da narrativa, Sarnau encontra-se com Mwando, seu grande amor desde a juventude, e dele engravida. Nessas circunstâncias, vê-se obrigada a forçar uma relação sexual com seu marido, Nguila, que então a rejeitava, pois preferia sua quinta esposa, Phati. Assim, nasce o herdeiro do trono dos Zucula. Entretanto, a traição de Sarnau foi descoberta por Phati, o que fez com que Sarnau fugisse, abandonando seus filhos, pois temia que a origem bastarda de seu filho fosse descoberta. Diante dessas vivências, Sarnau questiona-se a respeito das condições das mulheres tanto nos relacionamentos monogâmicos quanto nos relacionamentos poligâmicos:

> Mwando também é cristão mas abandonou-me [*sic*] com uma criança no ventre. Ser cristão é uma coisa, mas a perversão e o afastamento dos deveres paternais porque se é cristão, é coisa que ainda não entendo bem. A poligamia tem todos os males, lá isso é verdade, as mulheres disputam pela posse do homem, matam-se, enfeitiçam-se, não chegam a conhecer o prazer do amor, mas tem uma coisa maravilhosa: não há filhos bastardos nem crianças sozinhas na rua. Todos têm um nome, um lar, uma família (CHIZIANE, 2010, p. 137).

Nesse contexto, aparece o que Alós (2012) considera o grande diferencial na maneira como Paulina Chiziane conduz sua narrativa, a saber, o fato de ser a primeira vez que tanto a poligamia quanto a monogamia são criticadas por uma mulher moçambicana, sob a alegação de sob a perspectiva feminina, não existe grande diferença entre as duas, pois são dois regimes que operam dentro de um contexto heterossexual que acaba sujeitando as mulheres à dominação masculina (ALÓS, 2012).

Sarnau chega a Vilanculos, uma pequena aldeia de pescadores, onde Mwando trabalhava. Após algum alguns meses vivendo uma vida tranquila, um antigo colega de Mwando, sob o mando de Nguila, busca Sarnau na aldeia. Entretanto, por amizade a Mwando, o previne antecipadamente sobre a busca por Sarnau. Mwando, então, abandona Sarnau que, mais uma vez, foge e chega, por fim, à Mafalala, um bairro pobre de Lourenço Marques (nome colonial da capital moçambicana, hoje, Maputo), onde passa a se prostituir para sobreviver.

Nessas condições de vida, Sarnau tem um filho, uma vez que quando fugiu de Vilanculos estava grávida de Mwando. Acometida por uma grave doença venérea, Sarnau teve ainda outro filho, fruto de um relacionamento com um homem casado, que se recusou a reconhecer a paternidade da criança. Sarnau passa, então, a trabalhar com a venda de tomates nos mercados livres da Mafalala. Quinze anos após esses acontecimentos, Mwando reaparece. Nesse meio tempo, ele tinha sido deportado para Angola, como punição por ter se envolvido com a esposa de um português, e lá, trabalhou como escravo nas plantações de cana e café. Mwando propõe a

Sarnau, então, que recomecem uma nova vida. Apesar de Sarnau considerar Mwando o culpado por todas as misérias que enfrentou em sua vida, acaba por aceitá-lo, uma vez que seus filhos reconhecem em Mwando um pai.

Por fim, considera-se que *Balada de amor ao vento* é um romance que representa uma escrita sintomática do entrelugar da enunciação pós-colonial, uma vez que a protagonista Sarnau se vê constantemente dividida entre os valores tradicionais e o pensamento questionador que a guia na busca de sua emancipação, pensamentos esses pautados nos valores modernos ocidentais. Por outro lado, as práticas culturais autóctones, que estão muito arraigadas à sua identidade como mulher moçambicana, a colocam em uma delicada posição entre o que ela deseja para si e o que a sociedade em que vive espera dela. Não apenas o seu amor por Mwando, mas especialmente seu pensamento dicotômico acaba por levá-la a uma série de infortúnios, uma vez que a protagonista, ao estar divida entre o pensamento moderno ocidental e a cultura tradicional autóctone, acaba por apresentar dificuldades em se identificar completamente tanto com um ponto de vista quanto com o outro.

Referências

ALÓS, Anselmo Peres. O romance de autoria feminina em Moçambique: *Balada de amor ao vento*, de Paulina Chiziane. *Todas as Letras*. Vol. 14, nº 2, 2012. p. 78-86.

BHAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Meg. Race. In: EAGLETON, Mary. *A concise companion to feminist theory*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003, p. 73-92.

CHIZIANE, Paulina. *Balada de amor ao vento*. 5ª edição. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 2010.

CHIZIANE, Paulina. *Ventos do apocalipse*. Maputo: Edição da Autora, 1993.

CHIZIANE, Paulina. *O sétimo juramento*. Lisboa: Caminho, 2000.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche:* uma história de poligamia. Lisboa: Caminho, 2002.
CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz.* Lisboa: Caminho, 2008.
EAGLETON, Mary. Literature. In: EAGLETON, Mary. *A concise companion to feminist theory.* Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003, p. 153-172.
FRASER, Nancy. Para além do modelo senhor/serva: sobre *O contrato sexual*, de Carole Pateman. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Teoria política feminista: textos centrais.* Vinhedo: Horizonte, 2013, p. 251-264.
HARRIES, Patrick. The Anthropologist as Historian and Liberal: H. A. Junod and the Thonga. *Journal of Southern African Studies*. v. 8, n. 1, 1981, p. 37-50.
HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*. v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005. Acesso em: 01/06/2016.
JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu.* Campinas: IFCH/Unicamp, 2009.
MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 63-78.
MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014b, p. 79-92.

O CORPO COMO ATO CRIATIVO

Bruna Lopes Silva[1]

Há uma realidade indiscutível na vida do ser humano: sua existência física ou corporal. Tudo está determinado pelo corpo. Ninguém existe separado do corpo. O corpo é pivô, origem e destino, signo visível de um interior invisível.
Juan Guillermo Droguett[2]

Introdução

O corpo é signo de nossa existência físico-terrena sendo a partir dele que projetam-se, desenvolvem-se e realizam-se os atos criativos. O ato criativo resulta na obra de arte: agente simbólico de verdades, sendo o artista, portanto o sujeito que atua nas materialidades produzindo cultura.

A representação do corpo ao longo da história da arte baseou-se em modelos seletivos, excludentes, e a individualidade representacional situa-se em desenvolvimento recente. "Desnuda" é um livro de artista que nasce da necessidade de percepção do corpo de uma mulher que cria em determinada jornada poética, o corpo aqui situado no espaço do desenho busca propor reflexões sobre si e sobre os outros corpos.

1. Obra de arte, corpo e representação

Nietzsche já há mais de um século nos propunha "a existência do mundo só pode se justificar como fenômeno

[1] Feminista, discente do curso de Artes Visuais Bacharelado na Universidade Federal de Pelotas- UFPEL. Orientação professora Nádia Senna silvabrunalopesart@gmail.com

[2] Juan Guillermo Droguett é psicanalista, escritor e professor da Universidade Paulista (Unip), citação extraída dos anais do seminário *"Corpo e cultura Contemporânea"*

estético"[3] ao euforizar o sujeito sensitivo e combater o socratismo da razão. A obra de arte configura um objeto estético no qual age simbolicamente através da produção e circulação cultural, podendo abordar as mais diversas reflexõestransformando-as em linguagem, sendo de fundamental importância na construção tanto da identidade quanto da memória das sociedadessalientando suas especificidades. É função da artista, portanto, identificar os fundamentos de seu contexto e articular através de sua produção poética – complexa – a confecção do objeto.

Meu objeto é o corpo: o corpo que auto avalia-se percebendo a si e ao mundo. Através do corpo se produz; a partir do corpo se produz; o corpo que vê, reflete.

Através da história das imagens é possível situar quais foram as visões sobre os corpos e as características atribuídas a eles analisando mitos, costumes, e até mesmo avanços tecnológicos que influenciam tanto a arte quanto outras áreas da atividade humana. Durante muito tempo o corpo foi desvalorizado e posto em segundo plano enquanto o pensamento focou-se nos aspectos metafísicos do indivíduo.

As culturas tradicionais separam o orgânico do psíquico, sendo só a partir do surgimento da psicanálise no início do século XX que se concebem as provas de que ambos são indissociáveis. Enquanto a ciência buscava desvendar os estímulos inatos que afetam o corpo, paralelamente iniciava-se a expansão da imprensa e a reprodutibilidade das imagens provenientes do surgimento da fotografia e dos avanços das técnicas de impressão próprias da gravura – a publicidade e a propaganda foram de fundamental importância para a fixação do atual culto ao corpo – a universalização e portabilidade de imagens contribuíram na determinação do corpo como unidade individual através do qual a vida se dá.

O hibridismo da identidade dos sujeitos contemporâneos resultado dos avanços nas diversas áreas do saber, torna-se cada

[3] Friedrich Wilhelm Nietzsche, *O Nascimento da Tragédia*, tradução de Antônio Carlos Braga (São Paulo: Escala, 2013), cit., p. 27.

vez mais complexo de ser definido e posto em parâmetros, em todos os campos do pensamento teórico e sociocultural.

2. História da arte e representação do corpo

A História da Arte tradicional tal qual delimita-nos o professor Gombrich, é uma tentativa de compreender certa cronologia de pensamento entre influenciadores e influenciados para estudiosos, curiosos, acadêmicos ou qualquer indivíduo que deseje iniciar-se no universo da produção cultural do Ocidente, da maneira que ela é aceita na instituição.

A semelhança com a realidade nas representações, ao longo da História da Arte, baseia-se em modelos idealizados de imaginários particulares de beleza, saúde e moral. A arte institucionalizada sempre refletiu os valores das classes mais altas, assim como todos os campos do pensamento intelectual, sendo tais valores consequentemente aqueles relativos às melhores qualidades de vida, além de partirem do imaginário dos únicos que sempre tiveram voz nas sociedades retratadas nesse pequeno recorte: os homens.

Do Egito aos primórdios do Modernismo, a situação representacional do corpo e da mulher nos objetos de arte refletiu nos maiores ícones de cada sociedade específica os valores que as mesmas tinham em tais momentos históricos: submissão à hierarquia e ao patriarcado.

> O faraó era considerado um ser divino que exercia completo domínio sobre seu povo e que, ao partir deste mundo, voltava para junto dos deuses dos quais viera. (...) Era para a múmia do rei que a pirâmide fora erigida, e seu corpo ficava depositado justamente no centro da gigantesca montanha de pedra, num pétreo esquife. (GOMBRICH, 2008)[4]

O faraó era explicitamente a figura central do Egito, como afirma a História da Arte com letra maiúscula, e disso podemos ter

[4] E.H. Gombrich, *A história da arte*, cit., p. 55

certeza. A produção de artefatos culturais girou em torno desta figura considerando a arte como o elo que conecta o indivíduo a vida eterna. A representação do corpo para este povo buscavaexpor os ângulos de visão que melhor caracterizassem o retratado: braços, rosto, pés, vistos de perfil enquanto tronco e olhos de maneira frontal, tudo numa mesma composição.

Partindo do misticismo egípcio à razão da sociedade que fundou a filosofia, na arte grega lança-se o nu virtuoso, o corpo estruturado como objeto de admiração que vai ganhando timidamente expressões e movimentos essencialmente na escultura. Portanto este nu em ascensão, objeto de estudo e também de adoração restringia-se mais uma vez apenas a certa parte da população como nos afirma Beatriz Ferreira Pires:

> Às mulheres, consideradas como criaturas que possuíam menos calor corporal devido, em primeira instância, à sua carga genética e, em segunda, à sua condição submissa – condição essa também aplicada aos escravos – não era permitido apresentar-se sem suas vestes. (PIRES, 2003)[5]

A autora discorre sobre a teoria do "calor corporal"que consistia na tentativa de identificar um processo físico de aquecimento do corpo mais intenso nos masculinos que nos femininos, limitados aos conhecimentos da época, que servia de argumento para a distinção de gênero na vida social. Na representação isto é facilmente ilustrado como mostra a Fig. 1 onde a divindade mitológica Atena é a única mulher e também a única vestida entre as três figuras do relevo.

[5] Beatriz Ferreira Pires, *O corpo como suporte da arte: piercing, implante, escarificação, tatuagem*, cit., p. 30.

Figura 1: Hércules carregando os céus, c. 470-460 a. C. Fragmento de mármore. Museu arqueológico, Olimpia.

A arte romana incitou um processo de entorpecimento dos sentidos, totalmente oposto aos valores elevados associados à imagem do corpo na cultura grega, nesse ponto podemos situar o surgimento do cristianismo e a arte romana: o império do espírito sobre o corpo.

Ao longo da Idade Média a representação na arte foi cunhada em finalidades educativas e doutrinadoras intrinsecamente ligadas à religião. As imagens visavam informar num contexto do povo analfabeto os ensinamentos "sagrados". Os artistas desse período poucopreocuparam-se com questões de similitude representacional, deformando os corpos, usando-os apenas na retomada da idéia de personificação para o espírito.

> À dor física, o sacrifício da carne, a abnegação do prazer passam a ser necessários, pois é somente pela superação do desprazer que a alma se engrandece e o indivíduo se torna digno de deus. (PIRES, 2003)[6]

A igreja nesse período era detentora de inigualável poder político, agindo em perseguição de tudo que fosse avesso ao domínio patriarcal. Numa perspectiva social, este foi o período em que a imagem da mulher sofreu uma de suas maiores degradações, a beleza feminina era taxada em tentação e, portanto, demonizada. A inquisição agia de acordo com a perseguição daquelas que supostamente através da magia e da bruxaria, despertavam a libido e "atraíam" o pecado. O reflexo dessa lógica na arte é facilmente identificado através da ausência de artistas mulheres na produção cultural.

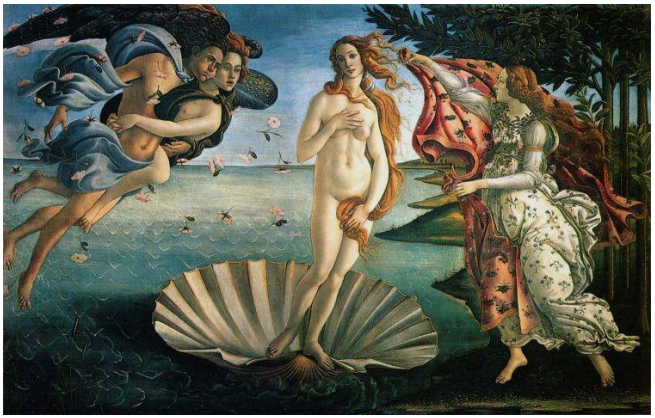


Figura 2: Sandro Botticelli, O nascimento de Vênus c. 1485. Têmpera s/ tela, 172,5 x 278,5 cm; Uffizi, Florença.

No período que se seguiu após o século XV com a chamada conquista da realidade, a difusão da mitologia grega entre os sujeitos "educados" – certa parcela da população que através de

[6] Beatriz Ferreira Pires, *O corpo como suporte da arte: piercing, implante, escarificação, tatuagem*, cit., p. 34.

poder econômico tinha acesso e influência direta na arte da época – substituiu conceitualmente parte da produção dos artistas, que até então estavam unicamente subordinados aos relatos sobre a doutrina cristã.

> O cliente que encomendou a pintura do Boticelli para a sua casa de campo era membro da rica e poderosa família dos Medici. (GOMBRICH, 2003)[7]

O nu feminino começou a ser explorado, a imagem da mulher voltou com força na representação como nota-se na obra de Botticelli Fig.2, porém o contexto de atuação artística permanecia espaço de atividade dos homens, mesmo na representação da figura da mulher.

O naturalismofoi retomado na Itália dos séculos XVI ao XVII durante o renascimento, ao idealizar o corpo perfeito e como afirma Gombrich "aumentar a beleza e as graças da vida" o movimentotinha por determinação os maiores graus de semelhança com a realidade através de estudos em anatomia enquanto ainda servia em parte à expressão dos valores cristãos, e também a mitologia clássica.

O desenvolvimento científico a partir do século XVII através de descobertas como o movimento mecânico, transferiu a responsabilidade pelo corpo novamente ao indivíduo, ascendendo novas maneiras de conceber saúde e higiene.A razão se opõe a fé ao contestar princípios de funcionalismo contraditórios à idéia de espírito, e o movimento dos corpos no espaço social é valorizado em relação à estagnação.

No período barroco, a representação do corpo fomenta a movimentação e as expressões das figuras, além da dramaticidade enquanto extravagância de uma sociedade mais complexa e de pensamento mais independente. O espectador ganha um posicionamento mais ativo em relação à obra de arte, pois a expressividade e a fusão de técnicas invocam uma maior relação espacial de complemento à medida que o sujeito apreende os gestos das figuras.

---

[7] E.H. Gombrich, *A história da arte*, cit., p. 263.

O modo como a imagem do corpo foi concebida nas sociedades originárias de nossas importações culturais, não por acaso resultante da lógica da racionalização e da dominação, sempre propôs hierarquia social, sendo as transições de pensamento visíveis através da arte.

A individualidade representacional só se fez presente aos poucos a partir do renascimento, com o desenvolvimento da moda – conceito de diferenciação das vestimentas para cada sexo – e a valorização do gosto pessoal que atingiu um status determinante no século XIX, culminando no modernismo: movimento que englobou pela primeira vez a grande parcela da sociedade constituída pelas mulheres.

O mundo moderno, mais veloz e mecanizado, gerou uma ruptura do compromisso da arte com a representação, os artistas conquistaram a autonomia ao libertarem-se dos motivos determinados pela igrejaou pelos *marchands*, e o avanço tecnológico da reprodução de imagens libertou de vez a arte do domínio da artesania.

Os limites tornaram-se cada vez mais difusos e os artistas, questionadores intelectuais, elevaram o conceito de representação a extremos complexos, o naturalismo não é mais necessário e as vanguardas artísticas do início do século XX estavam conscientes de tal denominação, trabalhando a partir dela, instaurava-se a arte pela arte.

> A afirmação de uma ideologia do corpo autêntico e libertário, nas décadas de 1960 e 1970, contribuiu para a construção da imagem de um corpo puro centrado na experiência física e cotidiana. Utilizado inicialmente como uma ferramenta para aplicar a tinta, o corpo desempenha papel principal na subversão dos tabus e interditos com a bodyart: seja como pincel, instrumento de libertação ou suporte de discurso, o corpo foi tratado como objeto, como algo externo e manipulável. (MATESCO, 2009)[8]

[8] Viviane Matesco, *Corpo, imagem e representação*, cit., p. 44

Foi durante este século de mudanças profundas na constituição das sociedades que desenvolveu-se a visão da arte a partir dos corpos em vertentes como a *performance*, a*bodyarte* o *happening*[9], vanguardas artísticas que pensavam a ação imediata do corpo tomando-o como elemento constituinte da produção poética.

No Brasil, um bom exemplo de trabalho pensando o corpo enquanto suporte de discurso é a obra *Marca Registrada, 1974-75* da artista baiana Letícia Parente, onde a mesma realiza uma performancena qual borda "MADE IN BRASIL" com uma agulha e linha preta na sola do pé, ao conceitualizar a vídeoarte no período marcante da ditadura militar brasileira em seus escritos da *Proposta geral da obra em vídeo*[10] a artista propõe "A coisificação implica em pertencer. O pertencer porém transcende também à coisificação por força da ligação profunda e indevasável com a terra pátria" a idéia era justamente a de refletir sobre o corpo que constitui a pessoa em sua historicidade.

A desconstrução das lógicas vigentes e a conquista do território da produção poética tiveram sua instauração na transição para a contemporaneidade, e a cronologia da história da arte perdeu sua força, o texto de artista se faz presente e a liberdade de construçãopôde ser pautada. Katia Canton na introdução de seu livro *Corpo, Identidade e Erotismo,* lança afirmação sobre a constante necessidade da consideração crítica da correlação do termo "liberdade" com as condições histórico-sociais de todo e qualquer pensamento crítico.

[9] Para um maior embasamento acerca das vertentes citadas, ver significado dos verbetes na *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras,* disponível em http://enciclopedia.itaucultural.org.br

[10] Tanto os escritos quanto os dados sobre a biografia e a obra da artista encontram-se disponíveis em http://leticiaparente.net/

3. Desnuda

Figuras 3 e 4: Bruna Silva, *Desnuda*.2015
67 cm x 97 cm; Livro de artista, acrílico, costura,
sangue s/ papel

Partindo de um exercício de auto avaliação, "Desnuda" nasce justamente da necessidade de percepção do corpo – artista – que projeta e age poeticamente. Consiste em uma série de desenhos sequencializados (Fig. 3 e 4) em formato de livro de artista, produzidos a partir de minha própria matéria em uma espécie de martirização auto imposta, envolta de um grande vazio. No total de seis desenhos – autorretratos – realizados com um traço fino de sangue, configura-se a representação de uma figura que supõe uma

movimentação ou caminhada, no canto inferior direito das páginas par, articulando um diálogo com o espaço do desenho mantendo no resto do papel um ambiente limpo.

O percurso no sentido de uma linearidade da ação vem a ser uma de minhas questões no que diz respeito ás costuras. No início do livro, projetei uma espécie de folha de rosto em papel manteiga onde costurei o verbo "desnudar" e sua definição no dicionário que diz "despir, por nu" com linha branca, de forma que a existência desse elemento seja sutil e não necessariamente precise ser lido para uma compreensão final do trabalho, jogando com uma espécie de leveza devido à transparência do papel, e da própria definição.

Aqui, a representação não idealizada do corpo da mulher nu, a própria costura no sentido de um fazer que configurou por séculos ambiente de predominância das mulheres e que já foi por muitas colocado no contexto da arte, serve ao exercício de minha liberdade, à reflexão para além de ideais da nossa existência física/terrena ao passo que aceito e represento meu próprio corpo colocando-o ao alcance do manuseio dos outros corpos.

Referências Bibliográficas

CANTON, Katia. **Corpo, Identidade e Erotismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MATESCO, Viviane. **Corpo, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

PIRES, Beatriz Ferreira. ***O* corpo como suporte da arte: *piercing*, implante, escarificação, tatuagem**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª edição; tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC 2008.

DUARTE, Rodrigo. ***O* belo autônomo. Textos clássicos de estética.** Belo Horizonte: Autêntica FILOestética, 2012.

LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Felipe, GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

O FEMININO (DES)VELADO EM VIRDZINA[1]

Daniela Vieira Palazzo[2]

A motivação inicial para esse artigo advém do ato de visionar um número de filmes que constituem uma temática singular em que mulheres (geralmente jovens) são levadas a desempenhar um papel masculino. Isso acontece por algum tipo de necessidade relacionada com a sobrevivência do "eu". Dessa forma, as personagens protagonistas são obrigadas ou impelidas a se travestirem com trajes considerados próprios de homens pelos contextos sociais em que se encontram, visando esconder suas identidades femininas. Esse período de imersão assistindo filmes que compartilham a dada temática, resultou da lembrança de um filme que costumava ir ao ar na *Sessão da Tarde*[3] nas décadas de 1980 e 1990. O filme em questão, *Quase igual aos outros*[4], apresenta uma narrativa em que uma jovem estudante do ensino médio decide vestir roupas "de garoto" e se comportar com um, a

[1] Trabalho apresentado no I Simpósio de Gênero e Diversidade (UFPEL) no GT: Gênero e Arte em 19/05/2016. O trabalho encontra-se em fase que antecede a qualificação (prevista para 26/27 de julho) e está sob a orientação da professora Drª Regina Zauk Leivas, docente no IFSul/Campus Pelotas no ensino médio/técnico na área de História e nos cursos de pós-graduação *Latu Sensu* em Linguagens Verbo/Visuais e Suas Tecnologias e *Stricto Sensu* em Educação em disciplinas que abarcam cinema como ferramenta pedagógica, arte e narrativas e transformações do espectador.

[2] Mestre em Linguística aplicada (UCPEL) e cursando graduação no Bacharelado em Artes Visuais (UFPEL) e Especialização em Linguagens Verbo/Visuais (IFSUL- Campus Pelotas). E-mail: danipalazzo@gmail.com

[3] Sessão da Tarde é um programa de televisão brasileiro, uma sessão de filmes exibida pela emissora Rede Globo de segunda a sexta-feira. É exibido nas tardes da emissora desde o dia 11 de março de 1974, sendo uma das sessões de filmes mais duradouras e conhecidas da televisão brasileira, sucedendo a extinta Sessão das Duas. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sessão_da_Tarde> Acesso em 10/06/2016

[4] Título original: *Just One of the Guys* (1985). País: EUA. Produção: Columbia Pictures. Gênero: comédia/romance. Direção: Lisa Gottlieb. Roteiro: Dennis Feldman e Jeff Franklin. Fonte: <http://www.imdb.com/title/tt0089393/> Acesso em 10/06/2016

fim de fazer parte do jornal da escola após tentativas frustradas de conseguir a vaga como jornalista mulher. A protagonista Terry, abre mão do cabelo comprido, da maquiagem, da saia e por vezes, do namorado, para realizar algo que lhe faz ser quem ela acredita ser: uma jornalista. Essa situação é paradoxal, pois ao passo que Terry pode fazer parte do quadro de jornalistas do jornal da escola e desempenhar um papel profissional que ela considera parte de quem é, ela abre mão de outras características (femininas) com as quais se identifica. Em uma reunião de orientação, vieram à tona diversos outros títulos cinematográficos assistidos em que essa situação se repete, entre eles estão os seguintes títulos: Grande Sertão Veredas (1965), Yentl (1983), Virdzina[5] (1991), Shakespeare Apaixonado (1998), Encantadora de Baleias (2002), Osama (2003), Ela é o cara (2006), Albert Nobbs (2011) e O mordomo de preto (2014). Esses filmes foram revisionados no intuito de eleger um entre eles que apresentasse elementos verbais e visuais com forte potencial de produção de sentidos. Isso se dá no trânsito que leva ao desvelamento de características femininas oprimidas na personagem principal, por questões circunstanciais.

Uma vez que Flax (1991) propõe o gênero como parte da construção de todas as atividades e relações sociais e, segundo a autora, as relações de gênero fazem referência a "um conjunto de processos sociais historicamente variáveis" (p. 228), por observar questões de gênero relacionadas à construção de uma identidade feminina fortemente reprimida em Virdzina, esse foi o filme eleito para realizar uma análise mais aprofundada. À Virdzina, nascida biologicamente mulher, é imposto não apenas um papel masculino. Muito além disso, lhe é completamente negada a opção de ser mulher. A narrativa fílmica se passa no final do século XIX e conta a história da quarta filha de Timotije e Dostana, camponeses em um remoto vilarejo da (atualmente dissolvida) Iugoslávia. Na

[5] O título foi lançado no Brasil como "Virgina". Escolhi usar, porém, o título original, pois considerei "Virdzina" mais adequado por se tratar de nome próprio e por ser também o nome da personagem principal. Ano: 1991. País: Iugoslávia/Canadá. Direção e roteiro: Srdjan Karanovic. Gênero: Drama. Fonte: <https://filmow.com/virgina-t17780/> Acesso em maio de 2016

cultura local da época, ter apenas filhas mulheres é considerado um mau agouro. Após esperar por um menino na quarta gravidez de sua esposa, o pai Timotije está pronto para assassinar o bebê que nasce menina, mas um forte vento se faz ao seu redor e ele considera isso um aviso de São Jorge, o padroeiro do vilarejo. Timotije interpreta o vento como uma ordem do santo. O pai deve criar sua quarta filha como um menino, ao invés de sacrificá-la. A menina Virdzina (que significa "virgem") é criada então como Stevan. Nesse viés, as relações de gênero apresentam-se como processos complexos e instáveis, constituídos por partes interrelacionadas e interdependentes. O gênero é compreendido por meio dos "[...] significados de masculino e de feminino e das consequências de ser atribuído a um ou a outro gênero dentro de práticas sociais concretas" (p. 230), salientando que os significados e práticas sociais variam de acordo com a cultura, época, idade, etnia e a classe social. De acordo com Flax (1991), vivemos em uma sociedade em que os homens possuem maior poder do que as mulheres, por isso controlam as relações de gênero, o que significa dizer que em uma sociedade patriarcal "[...] têm sido (mais ou menos) relações de dominação" (p. 211). Com isso, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar implicações que levam a personagem feminina a desempenhar um papel masculino (com o qual não se identifica) e as marcações performáticas/linguísticas que evidenciam sua identificação como mulher cisgênero. De acordo com Jesus (2012):

> Chamamos de cisgênero, ou de "cis", as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. [...]nem todas as pessoas são assim, porque [...] há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero (p.11)

Apesar de a definição de Jesus ser considerada "mais acadêmica", uma vez que há ainda um número muito reduzido de literatura acadêmica com algum conceito oficial do termo, acredito que a definição de Matthews (1999), seja mais clara. Para Matthews, cisgênero pode ser entendido da seguinte maneira:

> Uma vez que definimos gênero como "as características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas à um sexo, cisgênero literalmente significa: estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas à um sexo. Simplificando, significa que a identidade e apresentação de alguém é compatível com sua morfologia física.[6]

Assim, cisgênero consiste na concordância do sexo biológico com a identificação do indivíduo e às características atribuídas a este gênero, considerando os pontos de vista histórico, social e cultural, responsáveis por ditar padrões normativos do masculino e feminino. Às construções do que se conhece como feminino ou masculino se faz importante adicionar as ideias de Lauretis (1994) que fundamenta suas reflexões em quatro proposições: a) gênero é (uma) representação, que representa não apenas o indivíduo, mas também uma relação social; b) a representação do gênero é sua construção, é tanto processo quanto produto; c) a construção do gênero é constante, e configura várias posições sócio discursivas ao longo da história; e d) a construção do gênero, paradoxalmente também acontece por meio de desconstrução. Quanto a essa última proposição a autora coloca que:

> [...] O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação (p.208).

Além disso, Lauretis aponta para o que chama de "novos espaços de discurso", nomeados *space-off*, que considera a concepção de um espaço abstrato, que pode ser inferido nas margens do discurso hegemônico onde termos de uma diferente construção de gênero podem ser estabelecidos (p. 236-237).

[6] Definição do termo "cisgênero" por Donna Lynn Matthews, traduzida por Leila Dumaresq no site Transliteração <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/> Acesso em 13/06/2016

Nesse sentido, é preciso ressaltar que as relações de gênero e de poder são construídas mutuamente em um tipo de simbiose em que um não se desenvolve sem o outro, daí a função de desconstrução — desconstruir para construir. De tal procedimento decorre a função interdisciplinar das pesquisas voltadas para o uso da linguagem e gênero, temática tratada sob vieses psicológicos, políticos, antropológicos, históricos, entre outros. Essa interdisciplinaridade, para Caldas-Coulthard (2008) "[...] não só nos esclarece sobre assuntos fundamentais da língua, como também muda os relacionamentos entre mulheres, homens, linguagem e contexto social" (p. 283). Para a autora, gênero é apenas um dentre os inúmeros aspectos das múltiplas identidades das pessoas e, para qualquer pesquisa linguística, é preciso investigar quais os papéis sociais que estão sendo articulados e em que práticas discursivas eles ocorrem ou como as práticas sociais produzem identidades. Em concordância com esse pensamento, conforme Butler (1998) gênero é "[...] a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos dentro de um molde altamente rígido que se consolida ao longo do tempo para produzir a aparência de substância, de um tipo 'natural' de ser" (p. 32). Nessa proposta, o gênero é algo que a pessoa realiza por meio da repetição de ações que constituem a feminilidade ou a masculinidade. É uma realização constante que resulta de ações produzidas e reproduzidas em um contexto histórico, político e social. Pode-se dizer então, que gênero possui caráter performático, considerando os sujeitos como atores sociais. A personagem Virdzina, muito mais do que qualquer pessoa comum de seu vilarejo ou sua família, atua num papel considerado masculino obrigada pelo pai. Suas ações comportamentais são ditadas e não algo que ela possa escolher. No entanto, essa é a única forma de sobrevivência que ela conhece. No entanto, suas performances identitárias femininas ainda se fazem presentes em suas ações cotidianas.

Gênero e cinema

Observar questões de gênero em personagens femininas cinematográficas é bastante favorável às discussões acerca do assunto na medida em que o discurso fílmico pode ser construído de forma alternativa à cultura patriarcal. A relação entre cinema e gênero aparenta buscar uma nova produção de sentidos e questionamentos no que concerne a atribuições para as mulheres nas sociedades. Para Martin (2005), o cinema opera com a imagem dos objetos e não com os objetos reais. O autor denomina esta prática de "duplicação fotográfica", a qual retira do mundo fragmentos de quase realidade para constituir o elemento discursivo. Esses fragmentos são dispostos de maneira diferente do que surgem na vida real, de forma transformada e reestruturada no decorrer das intervenções narrativas. Com isso, as "efígies" (p. 24) do mundo se tornam parte dos enunciados. O autor coloca ainda que "a imagem fílmica é, portanto, antes de tudo, *realista*, ou melhor, dotada de todas as aparências (ou quase) da realidade" (p. 28). Nesse prisma, o produto cinematográfico é uma representação provinda de ideologias e práticas sociais. Seguindo esse pensamento, as representações de gênero são importantes para o cinema e são destacadas em alguns casos, especialmente quando a personagem que protagoniza uma produção cinematográfica é uma marcação de gênero.

Uma vez que o cinema comunica a partir da reprodução da realidade, a representação da mulher nos filmes surge a partir de perspectivas culturais, tais como política, religião, história, psicologia, entre outras. A construção da personagem feminina pode ser pensada como parte da construção de identidade.

Identidade

Hall pontua a identidade como fator passível de análise em diversas instâncias sociais. O autor parte do princípio que as identidades passam por um processo de descentramento em que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo

social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como sujeito unificado. Segundo Hall (1997):

> A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente (p. 13).

Nessa linha de pensamento, Hall propõe três concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo[7], o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro se baseia em um sujeito unificado, dotado de determinadas capacidades de razão, de consciência e de ação cujo centro consiste em um núcleo interior do ser humano. Esse núcleo emerge quando o sujeito nasce e se desenvolve com ele durante a vida. Para os iluministas a identidade de uma pessoa é o centro do eu.

Após o movimento iluminista, o sujeito é então transmutado no sujeito sociológico, que passa a construir sua identidade não apenas com base no individualismo, mas, ao contrário disso, nas relações interacionais entre ele e a sociedade. O "eu" passa a ser parte das práticas sociais, apesar de ainda manter o núcleo ou essência interior do sujeito iluminista. Dessa forma a identidade "sutura" o sujeito à sociedade e estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que os mesmos habitam.

---

[7] O **Iluminismo** foi um movimento filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. A capital do Iluminismo foi a cidade de Paris. Os iluministas defendiam a criação de escolas para que o povo fosse educado e também defendiam a liberdade religiosa. A fim de ampliar a divulgação de conhecimento, os iluministas idealizaram e concretizaram a ideia da *Enciclopédia* (impressa entre 1751 e 1780), uma obra composta por 35 volumes, na qual eles acreditavam estar resumido todo o conhecimento existente até então. Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/iluminismo/>. Acesso em junho de 2016.

O sujeito, de uma identidade unificada e estável, aos poucos passa a se tornar, fragmentado, desprovido de identidade fixa ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel" em que o sujeito é formado e modificado diante de um diálogo contínuo entre ele e a sociedade. A identidade é definida historicamente, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de cada pessoa residem identidades contraditórias e voltadas a diferentes direções, de modo que as identificações passam a ser continuamente deslocadas, repensadas e reconstruídas. Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida e se torna politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade para uma política de diferença.

Análise Crítica do Discurso (ACD)

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma proposta de análise teórico-metodológica baseada em uma percepção da linguagem intimamente atrelada às práticas sociais. A ACD busca mapear relações existentes entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais inseridos em determinados grupos e aspectos das práticas em que a interação discursiva acontece, levando em conta o contexto de uso da linguagem, um dos elementos essenciais para a análise fundamentada nesta teoria. Para o linguista britânico Norman Fairclough (2010), a ACD:

> [...] não é somente análise de discurso 'em si mesmo', como se pode pensar, mas sim análise das relações *dialéticas entre* discurso e outros objetos, elementos ou momentos, como também é a análise das 'relações internas' do discurso. E uma vez que a análise de tais relações rompe com as fronteiras convencionais entre as disciplinas (linguística, política, sociologia e tantas mais), a ACD é uma forma

> interdisciplinar de análise, ou como prefiro chamar, uma forma *transdisciplinar*.[8] (p. 4)

A colocação de Fairclough a respeito de a ACD implicar abordagens transdisciplinares significa que, além de combinar outras teorias, ela rompe barreiras fronteiriças que delimitam áreas do conhecimento. A ACD brota da sistematização e operacionalização de diversas áreas teóricas e estudos cujas perspectivas vinculam discurso e poder, conforme explicitam Resende e Ramalho (2006, p. 14).

Devido à abordagem crítica, a ACD considera três conceitos fundamentais: história, ideologia e poder. A abordagem histórica é relevante na medida em que a produção e a interpretação de um discurso são situadas historicamente. Compreender a linguagem como modo de ação implica entendê-la como elemento construído socialmente e também como constituinte de identidades e relações sociais.

Um dos principais conceitos para a ACD é o de ideologia, aspecto fundamental na construção social e na criação e manutenção das relações desiguais de poder. Ao discorrer acerca de ideologia, Fairclough (2001) reporta-se a Thompson (1984) e ampara-se na ideia de que o significado é construído e transmitido através de formas simbólicas em determinadas condições sócio-históricas para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação, reproduzindo a ordem social que favorece grupos dominantes. Para a ACD, o discurso é considerado da seguinte forma:

> Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'interação',

[8] Minha tradução para "[…] It is not analysis of discourse 'in itself' as one might take it to be, but analysis of dialectical *relations between* discourse and other objects, elements or moments, as well as analysis of the 'internal relations' of discourse. And since analysis of such relations cuts across boundaries between disciplines (linguistics, politics, sociology and so forth), CDA is an interdisciplinary form of analysis, or as I shall prefer to call a *transdisciplinary* form."

> na concepção 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual — por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

A prática discursiva varia de acordo com os fatores sociais envolvidos. A relação entre discurso e poder, na ACD, tem origem em Foucault (1999) e para o referido autor o poder é exercido por meio de práticas discursivas de instituições (tais quais escolas, partidos políticos, templos e igrejas). Uma vez que a prática discursiva é parte vital da prática social, ela pode ser vista como um conjunto complexo de processos de produção, distribuição e consumo de textos — das mais variadas formas, verbais ou não.

Fairclough (2001) utiliza as ideias de Foucault como base para definir o discurso como constituinte social e também de objetos e de atores sociais. Além disso, define práticas de poder como discursivas e estabelece que a luta por poder ocorre no discurso. Fairclough reconhece a importância do trabalho de Foucault para o quadro teórico da ACD, mas aponta, porém, fragilidades quando da discussão sobre poder (p. 83). Pela abordagem crítica do discurso, as estruturas das quais participam os sujeitos não são o que os tornam assujeitados, ou seja, conformados (não necessariamente em nível consciente) em posição de dominados em contextos de hegemonia. Para Fairclough, "as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta" (p. 84). Na relação entre linguagem e poder, é importante compreender que o poder não é inerente à mesma; a linguagem ganha poder, através do uso que os agentes detentores do poder fazem dela (WODAK, 2004, p.226). A ACD busca investigar as ligações entre relações de poder e recursos linguísticos: as formas sutis com que a dominação pode ser (re)produzida discursivamente (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Fairclough (2001) desenvolveu um modelo que distingue três dimensões no discurso — texto, prática discursiva e prática social. Para analisar a dimensão textual, são focados os aspectos descritivos do texto (vocabulário, gramática, coesão e estrutura);

essa parte do procedimento é chamada de descrição. A dimensão da prática discursiva está direcionada aos processos de produção, difusão e interpretação do texto, os quais variam conforme os tipos de discurso e os contextos sociais específicos em que se encontram envolvidos. Nessa dimensão, torna-se necessário referenciar os contextos econômico, político e institucional em que os discursos são produzidos e consumidos/interpretados. Na prática social, a análise do discurso está relacionada com as concepções de ideologia, poder e hegemonia. Sob essa ótica o discurso é visto como um modo de ação sobre a sociedade, ou seja, uma prática social entrelaçada a outros elementos. Nesse sentido, a ACD busca analisar se a prática social, no que se refere às relações de poder, reproduz, reestrutura ou transgride as configurações hegemônicas existentes. Sobre a tríade texto/prática discursiva/prática social, é importante salientar que seus componentes não são segregados, ao contrário, se interpolam e interrelacionam durante o processo de análise.

Corpus e análises

Para apresentação do *corpus* neste artigo foram selecionados alguns recortes de sequências de cena consideradas fortes representantes do filme Virdzina. Os recortes acompanham os diálogos a que remetem, apresentando alguns destaques sublinhados:

Recorte 01 – Dia do nascimento de Virdzina

Timotije: Será um homem.
Dostana: Virdzina
Timotije: Virdzina, até que você faça isso direito. Nós vamos agradecer a Deus por aquilo que recebemos

(Dostana, começa então a rezar).

Recorte 02 – A caminho da capela de São Jorge

Timotije: - Escuta o vento?
Virdzina/Stevan: - Sim
- São Jorge está dizendo algo.
- O quê?
- Ele está dizendo que é para eu cuidar muito bem de você. Nosso padroeiro é São Jorge. Tudo depende dele.
- Ele sabe que eu não sou homem?
- Ele não sabe, ou age como se não soubesse.
É melhor desse jeito.

Recorte 03 – Chegada à capela de São Jorge

Virdzina: É uma menina também?
Timotije: Não, é uma serpente.

Recorte 04 – O juramento de Virdzina/Stevan

Timotije fala e Virdzina/Stevan repete:
- São Jorge, nosso santo padroeiro, eu juro manter meu segredo, em nome da minha alma cristã e pelos meus parentes.
Se meu segredo for revelado, que meu castigo seja... Morte.
E que esteja tudo nas suas mãos.

Recorte 05 – A culpa de Dostana

Timotije: Você só dá à luz ao azar.
Dostana: Eu sou culpada, me castigue.
Timotije: Ainda te encontrarei morta! Nós todos vamos morrer de fome. (Sai da casa)

Virdzina/Stevan (para a mãe): Eu poderia dar à luz a um filho se você permitisse.
Dostana: Poderia, mas esqueça sobre isso.
Virdzina/Stevan: Então por que você não faz nascer um menino? São Jorge não ficaria chateado e teríamos uma vida melhor.

Recorte 06 – Sobre a boneca roubada

Timotije: Suas irmãs me disseram que você pegou a boneca delas.
Virdzina/Stevan: Por que eu pegaria a boneca delas?
Irmã: Ele está mentindo!
Timotije: Um homem não mente, mulher!
(o pai bate nas filhas com uma vara)
Dostana: Timotije, não!
Timotije: Para que um homem precisaria de uma boneca?

Recorte 07 – Virdzina em quatro momentos

07A. A boneca

07B. *O* corpo escondido

07C. *A* menstruação

07D. *O* corpo desvelado

Recorte 08 – O fim do juramento

Virdzina/Stevan: Você não pode mais me segurar pela minha promessa. Eu jurei pela minha mãe e você me tirou ela. Eu não posso mais ser um homem, não quero mais.

O recorte 01 é parte do começo da narrativa e se dá quando Timotije volta para dentro da casa porque desiste de assassinar a filha e decide cria-la como um homem. Nesse recorte, Timotije conta à Dostana sua decisão e deixa claro que a responsável pelo (que ele considera) o infortúnio de suas vidas é a mãe. Ela começa

a rezar agradecida, num ato de obediência e resignação ao marido e à religião.

No recorte 02, Virdzina aparece já crescida. Timotije faz uma pequena viagem com ela a fim de leva-la à capela de São Jorge, onde a jovem deve fazer um juramento ao santo padroeiro do vilarejo. No caminho se faz novamente um vento, o qual Timotije acredita ser uma forma de São Jorge comunicar sua vontade (assim como na ocasião do nascimento de Virdzina). O pai diz à filha/filho que o santo está lhe dizendo para cuidar muito bem dela/dele. Virdzina apresenta uma relação de amor e obediência para com o pai. Ela aceita seu destino, mas questiona se o santo sabe que ela, na verdade, é uma menina. O pai diz que São Jorge "não sabe, ou age como se não soubesse" e acrescenta que "é melhor desse jeito". A religião é um elemento muito potente nas ações de Timotije. Para ele a fertilidade de suas terras e o crescimento de seus animais só foi possível pela criação de sua filha como homem. Um filho homem é boa sorte e fortuna, por outro lado ter apenas filhas mulheres seria o fim de Timotije e sua família. A menina acredita que está cumprindo com o destino designado para ela.

No recorte 03 optei por fazer uma colagem de imagens a fim de dar ideia geral da sequência em que Timotije e Virdzina/Stevan estão chegando à capela de São Jorge. O movimento de câmera começa capturando imagens de o que parece ser um piquenique sobre o gramado em frente à capela. Na toalha branca estendida pelo chão o/a espectador/a pode ver objetos considerados socialmente como pertencentes ao espectro feminino: uma bolsa, um leque, um espelho e ao redor alguns tipos de comida que se parecem com doces. Sem cortes, a câmera se move sobre a cena e mostra um homem com roupas militares segurando um copo de espumante. Ainda sem cortes, a câmera segue para o outro lado e enquadra uma jovem mulher, loira de olhos claros usando um vestido também alvo, um chapéu e segurando outra taça de espumante no que remete à um brinde ou celebração com o soldado. Há um corte na cena e agora se vê Virdzina/Stevan a olhar para a mulher. Ela pergunta ao pai se "É uma menina também?" e o pai lhe responde "Não. É uma serpente".

Acredito que essa é uma das cenas mais simbólicas do filme. Para Timotije todas aquelas coisas "de mulher" só podem ser obra do demônio (serpente). A escolha lexical "serpente, pode ser uma evidência que para Timotije vaidade, a luxúria, são elementos que caracterizam a mulher e um comportamento feminino e pecaminoso e, portanto, maligno. O pai tenta sempre afastar Stevan da tentação de ser mulher.

No recorte 04, Virdzina/Stevan e o pai, se colocam em frente à imagem de São Jorge, dentro da capela e é proferido um juramento. O pai diz as palavras e a filha apenas repete. Ela não deve revelar nunca seu segredo, caso contrário pagará com a própria vida. No recorte 05, de volta à casa, Timotije tem uma discussão com a esposa porque os animais estão morrendo e não há o que comer. Ele atribui o azar à mulher, que jura por sua própria vida estar grávida de um menino dessa vez. Ele não acredita e sai da casa praguejando. Virdzina/Stevan que escuta a discussão, se aproxima da mãe e se coloca à disposição para dar à luz a um filho. Mas a mãe não aceita. Então a jovem menina reproduz as ideias religiosas do pai, na crença de que a mãe deve ter um filho homem para que São Jorge não fique mais "chateado" e eles possam ter uma vida melhor. A jovem Virdzina sabe que como mulher, também é capaz de gerar um filho. Mas isso lhe é negado. O fato de ela se oferecer para ser mãe de um filho pela sua família, denota admiração pelo papel de mãe, no qual ela se projeta e constrói uma identidade paradoxal, cambiante entre a da obrigação e representação (masculina) e a da realização (feminina). No trânsito entre os dois gêneros, Virdzina edifica um eu muito peculiar, que por vezes se mostra como ameaça em quebrar sua promessa à São Jorge. Stevan é pontualmente Virdzina e vice-versa. Ainda que Virdzina se mostre como a parte mais forte no jogo de identidade da jovem, Stevan está sempre presente.

Apenas a mãe aceita sua filha como mulher e, por isso, o relacionamento entre Dostana e Virdzina é muito importante no enredo da narrativa. A mãe acoberta a filha em diversos momentos, como por exemplo, quando a moça quer passear longe de casa e também no caso do roubo da boneca ao qual o recorte 06 se refere. Virdzina apresenta um comportamento considerado comum

em meninas, como no caso de querer brincar com uma boneca. Ao ser acusada pela irmã do roubo da boneca, Virdzina nega. As irmãs usam o pronome masculino "ele" para se referenciarem à Virdzina, embora saibam que é uma garota. O pai impõe que todos a chamem assim e pelo nome Stevan, o que acontece durante o filme todo. Nem mesmo a mãe a chama por outro nome. As irmãs de Virdzina/Stevan a/o acusam de estar mentindo e, por isso, apanham com uma vara. Nesse momento, a frase do pai é "Um homem não mente, mulher! ". A cena representa as fortes relações de poder patriarcais da época, mas que podem ser comparadas com situações contemporâneas em que a mulher ainda é vista como traiçoeira e mentirosa. A mãe, tenta impedir que as filhas apanhem, mas sem sucesso.

O recorte 07 é subdividido em quatro imagens que mostram situações em que Virdzina vive momentos durante os quais se permite ser quem ela acredita que é. Na primeira, 07A, a garota abraça e acaricia a boneca que rouba das irmãs e sua expressão denota alegria. Na 07B, os seios são escondidos por faixas. A seguir, 07C mostra o momento da primeira menstruação: escondida atrás da casa, Virdzina toca e olha o próprio sangue. E a última situação, diferente das três primeiras que ocorrem em cenas escuras, na 07D Virdzina se despe à luz do dia, fora do ambiente da casa, em meio às árvores de uma floresta. Ações consideradas femininas, como fazer de conta que a boneca é seu bebê, são momentos de felicidade para a moça, assim como desvelar seu corpo diante da luz do sol. Essa situação particular, pode ser interpretada como se a garota finalmente assumisse sua identidade feminina. É quando há a maior transgressão e a menina se prepara para o que está por vir. Virdzina sofre exclusão da esfera feminina, e inclusão na esfera masculina. Porém, a protagonista encontra maneiras de se inscrever secretamente em uma construção identitária feminina no seu *space-off* (Lauretis, 1994) que se molda às margens do discurso religioso e patriarcal no qual é criada. Com isso, Hall deve ser retomado ao afirmar que dentro de cada pessoa residem identidades contraditórias e voltadas a diferentes direções, de modo que as identificações passam a ser continuamente deslocadas, repensadas e

reconstruídas. Assim, pode-se entender que, embora a jovem se identifique como mulher cisgênero, Stevan é inegavelmente parte da construção identitária de Virdzina.

Enquanto a protagonista está na floresta, Dostana faz o parto de seu quinto bebê sozinha. Virdzina chega na casa e se depara com a mãe deitada e o bebê recém-nascido. A garota olha sob o pano que cobre a criança e confirma ser outra menina. Virdzina se alegra com a irmã no colo, mas depois percebe que a mãe morreu no parto. Assim, no recorte 08, Virdzina volta à capela onde realizou o juramento de nunca contar seu segredo para ninguém. Ela se coloca novamente em frente à imagem de São Jorge e diz, com lágrimas nos olhos, que não lhe deve mais o juramento. A fala da jovem é a seguinte: "Você não pode mais me segurar pela minha promessa. Eu jurei pela minha mãe e você me tirou ela. Eu não posso mais ser um homem, não quero mais". Interpreto essa parte acreditando que Virdzina já estava decidida a assumir completamente sua identidade feminina desde o momento em que se deixa ser tocada pela luz do sol em sua nudez. No entanto, o acontecimento da morte da mãe é certamente o ponto final na vida como Stevan. Ao passo que a jovem poderia se culpar pela morte da mãe e seus infortúnios, ela culpa o santo padroeiro de seu vilarejo, São Jorge. Nesse instante, a personagem rompe com a relação de poder exercido pela religião imposta pelo seu pai e seu contexto histórico-social.

Considerações finais

Este artigo se propôs a apresentar parte de um trabalho de conclusão de curso que se encontra ainda em andamento e visa analisar a mulher no filme *Virdzina* (1991) e identificar implicações que levam a personagem protagonista a desempenhar um papel masculino (com o qual não se identifica) em situações que evidenciam sua identificação como mulher cisgênero. Mas mais importante e para além das evidências que apontam essa identificação de Virdzina, o percurso desta pesquisa mostra como a protagonista rompe com situações de opressão e relações de dominação. Em comparação com sua mãe e irmãs, Virdzina se

destaca não apenas pelo destino que lhe é imposto pelo pai, devoto de São Jorge, mas por não aceitar completamente esse desígnio (até que por fim, o faz de forma total). Dessa forma, procurei decifrar quais fragmentos discursivos fílmicos da materialidade linguística (verbal) e/ou imagística (visual) apontam de maneira mais impactante as ações de Virdzina nessa direção, especialmente, quando o foco recai nas questões de gênero vinculadas às relações de poder institucionalizado em religião e família (patriarcado). Lauretis (1994) afirma que "somos sujeitos históricos (mulheres) governados por relações sociais reais, que incluem predominantemente o gênero" (p. 218) – para a autora essa é a contradição sobre a qual a teoria feminina deve se apoiar, contradição essa que é a própria condição da existência da mulher. Nesse pensamento, o espaço abstrato de Virdzina é criado por questões de sobrevivência do "eu". Nesse universo ideológico, contextualizado em crenças religiosas de uma família num remoto vilarejo da Iugoslávia do final do século XIX, a única forma que Virdzina encontra para ser quem ela acredita ser (uma mulher) é a criação de um *space-off* (Lauretis, 1994), em que se desliga de suas obrigações como Stevan para se enxergar como sujeito do espectro feminino. No âmbito em que as relações de dominação se opõem ao surgimento de discursos ou ações antagônicas à perpetuação das desigualdades de gêneros, emerge uma forte identidade feminina edificada no trânsito entre Stevan e Virdzina.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n.11, p.11-42, 1998.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Linguagem e estudos de gênero. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota; TOMITCH, Lêda Maria Braga. *Aspectos da linguística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2008. p. 273-287.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Pearson Education Limited, 2010.

___. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.
HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Susana Bornéo Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses:* o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. Lisboa: Dinalivro, 2005.
RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.

Referencial Fílmico
Título original: Virdzina
Título no Brasil: Virgina
Gênero cinematográfico: Drama
Duração: 101min
Ano de lançamento: 1991
Produção/distribuição: Centar Film, Constellation Productions, Hachette Première
Direção e roteiro: Srdjan Karanovic
País: Yugoslávia | França
Idioma: Sérvio-Croata
Legendas: português (Brasil)
Cor: colorido

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E AS RELAÇÕES DE PODER DAS PERSONAGENS FEMININAS NO LIVRO *MEUS DESACONTECIMENTOS*

Joice Fagundes Martins[1]

Representação social das personagens femininas

O desejo para mulher sempre foi um tabu. Até bem pouco tempo, para as mulheres, só se permitia desejar o casamento e a maternidade. A vida privada, era (e em muitos casos ainda é) marcada por pudores e sacrifícios cotidianos, o espaço feminino restringia-se a intimidade de lar, e isso deveria bastar como exemplo de felicidade para todas as mulheres, ou seja a naturalização do espaço feminino como sendo o lar sob a justificativa da maternidade: "A maternidade destina a mulher a uma existência sedentária; é natural que ela permaneça no lar enquanto o homem caça, pesca e guerreia" (BEAUVOIR, 2009, p. 108). Já a vida pública, de tomada de decisões, e mercado de trabalho era o espaço masculino. Essas eram ideias naturalizadas, como conduta social correta e sacralizadas por algumas crenças religiosas com base na biologia. O patriarcado dizia para as mulheres o valor de seus silêncios e a importância de suas obediências, com a promessa de que elas um dia chegariam a um paraíso distante.

O livro *Meus Desacontecimentos: a história da minha vida com palavras,* de Eliane Brum, fala sobre a representação social dessas mulheres criadas para pertencerem a família e cumprir suas funções familiares dentro dos padrões estabelecidos social e culturalmente. Ao ler essa narrativa sobre suas vidas, foi inevitável repensar sobre as estruturas sociais e culturais que determinam

[1] Graduada em Letras: Português-Espanhol, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e Mestranda em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: jfagundesm@gmail.com

qual deve ser o papel da mulher tanto nos espaços públicos quanto no espaço privado. A obrigatoriedade de agir conforme as regras sociais, que separam as "boas" mulheres das mulheres "más". Como se fosse simples dividir as mulheres, basicamente, em dois grupos: as santas e as prostitutas. As "santas" são aquelas que não têm voz, que cuidam de suas casas e famílias com grande sacrifício, ocultando-se em meio ao ambiente, como se fizessem parte da decoração da casa, mas que, discretamente, deixam exacerbar seus desejos em pequenos detalhes das práticas domésticas. Tentam fazer desses espaços íntimos um lugar onde podem expressar suas subjetividades e criatividades, um espaço no qual teriam liberdade para criar sem que fossem julgadas pela sociedade e pelas famílias, como é narrado no livro:

> As mulheres da minha família gestavam jardins furiosos. Havia algo de inquietante naquela selva para a qual me carregavam, e onde eu me sentia mais viva do que em qualquer outro lugar da infância. Ainda sem perceber que era lá que o coração daquelas mulheres pulsava em desatino, para onde escapavam de um corpo em que o desejo fora sepultado sob a lápide do casamento, das convenções e dos dias. Era lá que seu sexo pulsava, úmido e quente, devorando e sendo devorado, enquanto elas ajeitavam os bobes no cabelo. (BRUM, 2014, p.48)

Ou seja, o espaço de criação feminino é tolerado desde que permaneça vigiado e contido pela esfera familiar, marcando ainda mais as limitações de expressão dessas mulheres. No entanto, apesar de serem fortemente vigiadas e limitadas pela sociedade e pela família, essas mulheres assumem um papel de destaque ao mostrarem suas subjetividades nos processos criativos do cuidado com o lar. É nesse espaço que elas interagem entre si, identificando-se e permeando-se enquanto sujeitos que exploram seus mundos interiores e questionam, mesmo que apenas intimamente, as regras impostas pela sociedade. Esses papéis sociais e familiares vividos por essas mulheres são ao mesmo tempo repassados e repensados por elas, constituindo suas "identidades

femininas" e ao mesmo tempo impulsionando-as na luta por seus espaços.

Os jardins, aqui, nada mais são que uma representação de um espaço no qual as mulheres dispõem de certa liberdade para se expressarem. Nesse ambiente, elas têm certa liberdade para viver seus desejos. É um lugar no qual a "concepção" é prazerosa, ao contrário da gravidez, na qual, muitas vezes, a concepção não o é. Aliás, prazer no sexo sempre foi aceito como natural da esfera masculina, enquanto que para a mulher o sexo tinha a finalidade reprodutiva, o prazer sexual feminino era visto até como algo vergonhoso e um assunto que não deveria ser discutido. Ao falar sobre os jardins das mulheres da família, a terra é uma representação do útero feminino, ou seja, um ambiente de "concepção" e geração da vida, mas sendo este, além de tudo, um espaço no qual as mulheres têm voz e podem expressar seus desejos e prazeres nessas "concepções".

Uma das principais funções consideradas como importantes pela sociedade foi a da maternidade. Cabia as mulheres a tarefa de gerar herdeiros, se por algum motivo elas já não pudessem cumprir essa missão social, elas eram desconsideradas como mulheres, já não tinham mais utilidade para seus maridos e para a sociedade:

> (...) lembrei de imediato da flor de Natal da minha avó (...) Minha avó já não tinha útero nem ovários, obrigada a arrancá-los para salvar a vida. Quando isso aconteceu, antes de seus quarenta anos, meu avô sentenciou: "Já não é mulher". E nunca mais a desejou. Desde menina fantasio que a flor vermelha era o útero e também os ovários da minha avó. (BRUM, 2014, p. 59)

A mulher é marcada pela sua sexualidade, e pressupõe-se que a maternidade é o destino natural de toda mulher. O papel de ser mãe é sacralizado pela sociedade, pela família, pela igreja e, principalmente, por todos que buscam a manutenção e estabilização no poder, como em Beauvoir:

> Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (BEAUVOIR, 2009, p. 93).

Manter a mulher limitada ao papel de mãe, a figura que se sacrifica em prol da família é antes de tudo um meio de garantir delimitação dos desejos femininos e, portanto, de suas lutas por um espaço de igualdade. Ao mesmo tempo que o homem é entendido como figura universal, como a ideia de humanidade, a mulher fica restrita a obrigação da maternidade e, consequentemente, a obrigação de cuidar da família, preservando seu lar e mantendo a imagem social que se espera dela: "(...) o grande fantasma é a ideia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos" (FOUCAULT, 2015, p. 235).

Além disso, Brum, também vai falar em sua narrativa sobre a maternidade precoce, sobre a transformação traumática do corpo de menina em corpo de mãe, um corpo no qual ela mesma desconhecia:

> Era o verão de 1982, e eu estava grávida aos quinze anos. Meu útero era o mundo de uma vida nova, mas eu me sabia pária na cidade pequena, a mãe solteira, a "puta" que não quis casar. Sentia em mim a impossibilidade, o paradoxo. Como eu podia ser a geografia de alguém, se eu mesma era uma exilada do meu corpo? (BRUM, 2014, p. 127)

A sociedade vê o casamento e a maternidade como um "destino" da mulher, no entanto, a maternidade deve estar, necessariamente, precedida do casamento. A imagem da mãe solteira é associada a mulher desavergonhada, a prostituta que se permitiu os prazeres da carne sem o consentimento da sociedade, sem a sacralização do casamento: "(...) em relação a tudo que atualmente se diz respeito da liberação da sexualidade, é que o objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há

muito tempo e que se constitui como um dispositivo de sujeição milenar" (FOUCAULT, 2015, p. 395). No trecho acima, fica evidente a culpabilidade atribuída da personagem por ter engravidado cedo e, mais ainda, por ter se permitido, apesar da gravidez, permanecer solteira, pois isso é um ato transgressão social, punido, como ela mesma narra, com a exclusão social. Ou seja, ela sofreu dois tipos de exílio, um social e o outro também do próprio corpo, visto não entender as transformações que sofria e sem ter como expressar o que sentia.

Logo, o corpo assume um papel assustador, pois toda a transformação que sofre é em si mais um motivo de julgamento social, pois partiu dela a recusa em se casar e seguir as convenções sociais. Nesse momento ela foi classificada como uma mãe solteira, com toda carga de julgamento não só caindo sobre ela, mas também sobre sua mãe, a mulher que deveria ter lhe ensinado como se comportar:

> Na maldade da cidade pequena, que eu tão bem conheceria depois, ao engravidar aos quinze anos e me recusar a casar, minha mãe foi culpada. (...) Ela sabia que não, a minha mãe, mas talvez em algum momento tenha começado a acreditar que só poderia ser culpa dela (...) (BRUM, 2014, p. 18)

As representações sociais dessas personagens femininas se dão pelas relações que elas têm no âmbito social, mas principalmente pelas relações que essas mulheres têm entre si. A ideia de ser mulher é narrada como uma vida de sacrifícios, se igualando a Cristo, na esperança de após a morte finalmente encontrar a felicidade do descanso desejado. Esse é um pensamento habitual na esfera feminina, no qual é comum ver as mulheres lutando contra seus desejos, em uma vida de sacrifício em prol da felicidade familiar:

> Eu era rodeada por mulheres bondosas demais, e tristes, muito tristes. No mundo onde eu nasci ser mulher era suportar a vida. O fardo, a cruz, dia após dia. Essas eram as santas, as putas não me eram apresentadas. Eu não queria ser uma santa, muito menos uma cristina. Minha tia Cristina

> levava a sério demais o fato de seu nome ser o feminino de Cristo. E eu também levei a sério o suficiente para decidir que ser uma cristina não era nem meu gosto, nem meu destino, menos ainda rima ou solução. (BRUM, 2014, p. 31)

A mulher, para ser uma boa pessoa, pelo menos socialmente, deveria se colocar em último lugar na família. A bondade, nesse caso, estaria associada à submissão. A felicidade feminina seria o resultado da felicidade alheia, e não haveria para a mulher uma felicidade genuína. Ela é criada e educada para ser a figura base da casa, e se algo der errado é porque a culpa é dela. As boas mulheres deveriam se inspirar nas imagens das santas das igrejas. A submissão e o sacrifício, enfim, suas mortalhas deveriam ser ao mesmo tempo seus motivos de felicidade: "Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher" (BEAUVOIR, 2009, p. 104). Aquelas que buscassem uma felicidade genuína, que contestassem o sistema imposto, eram classificadas de prostitutas. A busca por um caminho próprio, pelo direito de decisão sobre a própria vida, era entendida muitas vezes como uma vergonha para a família.

E ainda, ao narrar a histórias de mulheres da mesma família, mas pertencentes a gerações diferentes, Brum mostra a diferença entre essas mulheres que aos poucos lutam para conquistar novos espaços, para terem o direito de decidirem como irão viver suas vidas sem que sejam julgadas pela sociedade. Eliane, enquanto personagem de sua narrativa, deixa claro que ela se permitiu o direito de escolher seu modo de vida, mesmo que para isso tenha que enfrentar os julgamentos sociais:

> Escolhi viver sem fronteiras definidas, nações não me interessam, limites só me importam os da ética. Tenho um coração andarilho, um corpo mutante, uma mente transgênera. Sou irmã, mãe, filha, homem, cúmplice, bicho bicho, bicho humano, árvore, erva-daninha, pedra, rio. Vírus. Sou todas as cores, todos os sexos, todas as línguas. Sou palavra em palavras. (BRUM, 2014, p. 78-79)

Em certa medida, Eliane quebra um ciclo vicioso da vida social e cultural, ao contestar os poderes já estabelecidos e ao avançar para uma vida na qual ela é detentora do direto de decidir sobre seu destino. Ao se permitir ser mais que mãe, ao seguir uma carreira, ela está transcendendo os limites conhecidos e abrindo um novo espaço de empoderamento feminino, no qual as mulheres passam a ter voz sobre suas vidas e, consequentemente, avançam nas esferas públicas, antes dominadas pelo patriarcado. Agora com força para se fazer ouvir, a personagem Eliane exemplifica a necessidade das mulheres de discutirem as relações de poder estabelecidas pela cultura social vigente, a tanto tempo estabelecida como natural e incontestável.

Relações de poder das personagens femininas

Nessa obra, Eliane narra um universo feminino permeado por conflitos internos decorrentes de cobranças sociais com relação ao que se espera do comportamento feminino: "(..) o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe" (FOUCAULT, 2015, p. 274). Essas personagens femininas estão imersas em espaços de trabalho e luta, que exemplificam as relações de poder dessas mulheres, tanto entre elas quanto em relação aos homens e ao mundo. É por meio dessa a narrativa que Brum nos faz refletir e questionar os mecanismos que regulam o comportamento social dessas mulheres e o impacto que esses meios têm sobre a construção dessa "identidade feminina".

Os papéis desempenhados por essas mulheres, suas funções sociais, determinavam seus lugares de atuação e as relações que poderiam estabelecer entre si e com os outros: "Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino" (BEAUVOIR, 2009, p. 117). Assim cada mulher assume uma função determinando o seu espaço social como, por exemplo, quando Eliane fala sobre sua infância e o espaço de interação com as empregadas: "A cozinha, na minha memória, era o lugar mais iluminado da casa. Ali, ouvindo

a novela de rádio, me sentia aquecida. Lembro que não entendia muito bem o enredo, mas a moça, para todo o resto impaciente, me explicava quantas vezes fossem necessárias" (BRUM, 2014, p. 27). Esse lugar de interação, a cozinha, é o ambiente onde a personagem se sente mais acolhida e desfruta de momentos de intimidade e felicidade. Um espaço que se pode conversar sobre os mundos fictícios da novela de rádio, onde se pode imaginar-se em outras realidades, e que durante um tempo possibilitava aliviar as mulheres do peso de suas realidades.

Além disso, a cozinha, dentro da geografia da casa, é um ambiente tipicamente feminino, onde as mulheres se reúnem para cumprir algumas de suas tarefas domésticas mais importantes, que é o preparo do alimento para a família. Nesse espaço é permitido que a mulher assuma o controle para decidir sobre os detalhes de funcionamento da casa, ou seja, é um recinto no qual é permitido outro nível de relações de poder, mas entre as mulheres.

As relações de poder também se estabeleciam por meio de casamentos infelizes, nos quais as mulheres se viam impossibilitadas de se separarem. Socialmente se esperava que essas mulheres mantivessem seus casamentos, mesmo que não fossem felizes. Durante a narrativa, Eliane fala sobre sua tia Cristina, que ela diz jamais ter pensado na possibilidade de se separar, apesar de não ser feliz no casamento: "Minha boa tia Cristina amargava um marido bêbado, sem jamais lembrar-se de que poderia deixá-lo. Talvez porque não pudesse. (...) Cristina, essa mulher que nunca magoou ninguém exceto a si mesma" (BRUM, 2014, p. 30). No contexto social em que a personagem Cristina está imersa, a dissolução de um casamento, provavelmente, sacralizado pela igreja, seria algo errado e mal visto socialmente, mais que isso, seria um pecado, pois segundo os ensinamentos religiosos, cabe à esposa entender e aceitar seu marido tal como ele é e perdoá-lo sempre que preciso, além de que o casamento é uma união dissolvida apenas pela morte de um dos cônjuges.

Desde muito cedo as mulheres são ensinadas a cuidar de suas casas e filhos. A ideia de casamento relacionado a uma submissão conjugal, com papéis sociais bem definidos é desde cedo estimulada socialmente. Para as mulheres as brincadeiras com

bonecas, que incluem brincar de cuidar da casa. Já para os meninos um universo lúdico completamente diferente, com alusão a carros e a liberdade. Para ambos não é permitido cruzar essas linhas de imaginação, de maneira que desde cedo a sociedade se encarrega de definir as relações de poder em vigência. Nessa obra de Brum, ao narrar a história de seu avô, fica claro que o fato de uma mulher tomar uma decisão sem consultá-lo era motivo de imenso desgosto, visto ser de entendimento social que cabia aos homens decidirem sobre os atos das mulheres e cabia às mulheres respeitarem a vontade dos seus homens, garantindo assim uma relação de supremacia do homem sobre a mulher.

> Para seu azar, meu avô tinha acabado de romper o noivado com uma moça por quem era loucamente apaixonado, por uma razão que lhe pareceu tão justa quanto irreversível: ela tinha cortado o cabelo sem sua autorização. Espezinhado até os testículos, que ele acreditava grandes, por essa falta de consideração, meu avô achou uma boa ideia se encantar por aquela porto-alegrense a passeio. (...) Teresinha casou-se por amor com Antonio. Confiando que seria feliz como nos romances que colecionava, trazidos com ela na bagagem e perdidos depois da sua morte. (BRUM, 2014, p. 41-42)

Ou seja, a mulher casou-se por amor, enquanto que Antonio casou-se por despeito. Para Teresinha foi ensinado, por meio dos romances, a ideia de amor, isto é, a literatura estabelecendo um papel de grande importância ao determinar como natural certos comportamentos, legitimando e fortalecendo as relações de poder. Além disso, é importante questionar-se sobre essa produção literária tão direcionada ao público feminino: Quem escrevia esses romances? Qual imagem se fazia dessas personagens femininas que as mulheres liam?

Em nenhum momento Antonio chegou a pensar na felicidade de Teresinha. Afinal, poderia haver felicidade maior para uma mulher que o simples fato de casar-se? A narrativa de Brum deixa claro a imagem dessa mulher que sofreu calada com um casamento que não passou de um engano, mas que mesmo assim teve que vivê-lo sem reclamar e sem a possibilidade de desmanchar tal união:

> Não alcanço o que minha avó sentiu, ali, tão sozinha quanto alguém pode ser numa vida, entre as nuvens de poeira vermelha da roça de Ijuí. Como uma Cinderela às avessas, ela seria para sempre gata borralheira, entre porcos e galinhas, casada com um estranho que não só a desconhecia como sequer suspeitava que teria sido gentil desejar conhecê-la. (BRUM, 2014, p. 45)

Nessa narrativa, Brum também deixa evidente que as relações de poder se dão nas mais diversas esferas sociais e que é inegável seu maior impacto aos mais pobres. Ela conta a história de uma menina de rua, que a atacou ainda quando era criança e que desde esse fato elas se observavam, acompanhando o destino uma da outra:

> Entre mim e a menina de rua criou-se uma relação de espelho. Nós acompanhávamos a vida uma da outra sem jamais termos nos falado novamente. (...) compreendi o que é desigualdade. A mais abjeta das desigualdades, a de origem. Compreendi que ela tinha me roubado 7 cruzeiros e a inocência, mas que a nossa queda de braço ela já tinha perdido ao nascer. (BRUM, 2014, p. 117)
> [...]
> Eu crescia protegida – e ela era triturada pela rua. Na última vez que a vi nós tínhamos uns quinze anos. Eu usava uma longa trança acobreada e era bonita. Como Chapeuzinho Vermelho, levava um doce para a minha avó, que morava perto da praça. Mas o lobo mau estava com ela. Era início da noite de um dia de semana. Ela estava numa esquina, menos vestida do que no dia em que nos conhecemos, e um homem velho ria e passava a mão no seu peito. Eu olhei para ela, e ela baixou os olhos. (Brum, 2014, p. 117-118)

A exploração das mulheres se dá em todos os níveis, mas é mais forte diante da pobreza, de mulheres que se veem obrigadas pela necessidade a submeterem-se as diversas vontades masculinas em função de suprir suas necessidades mais básicas. Ou seja, é importante entender o real significado de luta pela liberdade para essas mulheres, algo que só é possível a partir do

momento que essas mulheres têm a possibilidade de trabalhar e de se sustentar. Por isso, possibilitar a mulher uma maior formação e a entrada no mercado de trabalho é abrir um caminho, mesmo que inicial, para o empoderamento feminino: "(...) A igualdade só se poderá estabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo sexo feminino na atividade pública" (BEAUVOIR, 2009, p. 89) e conclui: "O problema da mulher reduz-se a sua capacidade de trabalho" (BEAUVOIR, 2009, p. 89).

Além disso, a narrativa do livro *Meus Desacontecimentos* aborda muito bem a sensação de insegurança vivida pelas mulheres desde a infância. A contradição dos sentimentos de desejo pela autonomia, que vem acompanhado do medo de ser exposta a situações de agressão pelo simples fato de ser mulher. Eliane fala sobre esses sentimentos conflitantes e de como era ameaçador viver em uma sociedade machista, sendo sempre submetidas a algum tipo de intimidação e violência:

> Lembro do sentimento duplo, a autonomia e a ameaça. Nunca me livrei dessas duas emoções conflitantes, mas sempre lado a lado numa sociedade machista até hoje. Eu já sabia que tinha uma boceta e que esse fato me tornava uma presa em potencial. (...) Na minha infância, nos fazíamos mulher de violência em violência, por homens que nos mostravam o pinto duro, mas eram tão quebradiços. E eu sempre fui capaz de farejar a fragilidade do outro. (BRUM, 2014, p. 113)

A violência aqui é uma forma reguladora do comportamento dessas personagens e as constituem, colaborando para a formação de suas "identidades femininas". Desde a infância até a fase adulta, há uma naturalização dessa violência contra a mulher, de forma que as mulheres aprendem a conviver com essas agressões, até as consideram como naturais e silenciarem-se. Aos homens, lhes são dados os direitos de posse e de poder sobre as mulheres. Desde pequenas, elas são silenciadas e aprendem a concordar com o discurso vigente de obediência e limitação ao espaço íntimo, como em Beauvoir:

> E é, portanto, permitido ao macho afirmar-se em sua autonomia: a energia específica, ele a integra em sua própria vida. Ao contrário, a individualidade da fêmea é combatida pelo interesse da espécie. Ela aparece como possuída por forças estranhas, alienada. E é por isso que, quanto mais se afirma a individualidade dos organismos, a oposição dos sexos não se atenua. Ao contrário, o macho encontra caminhos sempre mais diversos para despender as forças de que se torna senhor; a fêmea sente cada vez mais sua servidão. O conflito entre seus interesses próprios e o das forças geradoras que a habitam exaspera-se. (BEAUVOIR, 2009, p. 57).

Conclusão

Fica evidente que essa narrativa nos faz refletir sobre esse espaço da mulher e sobre suas lutas para ocuparem mais os espaços públicos e se fazerem ouvir. *Meus Desacontecimentos*, é uma obra que estimula a reflexão sobre os papéis sociais que as mulheres tiveram e os que desempenham ainda hoje, de forma que possamos nos questionar: houve uma mudança significativa ao longo da história, de forma que tenha possibilitado um empoderamento das mulheres? E ainda, o que é preciso fazer para se garantir um espaço de diálogo maior, de forma que as mulheres possam exercer um maior poder de decisão sobre seus destinos? Esses, são apenas alguns dos questionamentos para se refletir sobre as mudanças sociais e as conquistas das mulheres, de forma que possamos repensar a representações sociais femininas e as relações de poder estabelecidas há algum tempo pela sociedade.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRUM, Eliane. *Meus Desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*. São Paulo: LeYa, 2014.

DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS ONLINE. Disponível em: http://www.sinonimos.com.br. Acesso: 16 de maio de 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

WIKIPEDIA. *Eliane Brum*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eliane_Brum. Acesso: 17 de maio de 2016.

FALAS DE SI: REFLEXÕES SOBRE AS POÉTICAS PESSOAIS FEMININAS

Lucélia Gonçalves da Silva[1]
Mari Lucie da Silva Loreto[2]

Introdução

Podemos observar que a arte é um vasto campo a ser explorado. Muitos artistas buscam nela uma forma de refletir sobre si mesmo. Desta forma, a utilização de discursos baseados em projeções pessoais emergiu e ainda emergem na produção das obras de diversos artistas. Na configuração feminista isto é evidenciado, pois a arte trouxe uma forma de reivindicar e refletir sobre seu papel na sociedade.

É a partir destas observações que este texto procura apresentar uma reflexão pautada na vida e obra das artistas Frida Kalho, Nazareth Pacheco e Rosana Paulino, identificando aspectos de suas produções que dialoguem com uma perspectiva pessoal.

Pretende-se observar assim, como fragmentos de uma vivencia se apresentam na construção de suas poéticas. Para isso é utilizado os pensamentos de Foucault referindo-se a suas observações relativas às práticas da escrita da própria vida analisando cartas, diários, etc; como forma de narrar experiências cotidianas dos sujeitos. Estes estudos servirão para a reflexão acerca da autobiografia, porém, considera-se estas questões no âmbito das poéticas visuais como possibilidades para falar sobre si por meio da arte.

As produções das artistas selecionadas compõem um debate aos limites de suas próprias existências, considerando-as como

[1] Lucélia Gonçalves da Silva. Bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Atualmente cursa Pós-Graduação na modalidade Ensino e Percursos Poéticos pela mesma instituição.

[2] Mari Lucie da Silva Loreto. Bacharel em Desenho e Plástica, UFSM. Mestre em Filosofia, UFSM. Doutora em Pós-Graduação em Letras, UFRGS. Atualmente professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas.

impulsionadoras de críticas e questionamentos perante seu tempo, principalmente no que diz respeito às sujeições impostas pela sociedade dominada pelo patriarcado

Sendo assim, a experiência pessoal passa a ser uma importante via de criação artística, trazendo a experiência própria como ato artístico e político que ainda é investigado na arte contemporânea.

Considerações em Michel Foucault

Para se falar de questões autobiográficas por meio da arte, é necessário apontar algumas considerações em Michel Foucault. O autor vai analisar esta questão por meio dos estudos das 'artes da existência' ou as 'técnicas de si', onde observa relações às práticas da escrita da própria vida em cartas, diários, entre outros, como forma de narrar experiências cotidianas dos sujeitos. Laurentiis (2012) observa que 'estas técnicas referem-se às práticas por meio das quais os indivíduos procuram elaborar a própria vida como obra de arte, criando para si certos valores estéticos e éticos, além de afirmar liberdades'[3].

Foucault considera na cultura greco-romana, por exemplo, que a "arte da existência" está entrelaçada à criação de valores morais, fundamentando-se na constituição de uma ética pessoal, diferente da cristã que pauta na moral por meio a obediência de um sistema de regras. Ele destaca, então, o princípio do "cuidado de si" como centro nessas culturas entre os séculos I e II dc. O autor reflete sobre a "escrita de si" pelo aspecto da "cultura de si" que é entendida por meio da escrita em diários, cartas e *hypomnematas*, etc, apontando que 'o indivíduo constitui-se, unificando e tornando verdade para si um "já dito" fragmentado e escolhido (FOUCAULT, 2006, p. 162).

Laurentiis (2012) diz que na modernidade trata-se de uma prática confessional, também apontada por Foucault. Ela ainda acentua que 'por outro lado, a "escrita de si" da Antiguidade diz respeito à prática de conversão a si, isto é, voltar o olhar sobre si

[3] LAURENTIIS, 2012, p. 4

a fim de constituir-se livremente[4]. A conversação de si desta forma estaria ligada a uma reflexão de si sem laços propriamente ditos a sujeições externas como explana FONSECA (2007):

> (...) por conversão a si entende-se um movimento de libertações das dependências e sujeições que leva o indivíduo a voltar-se para si próprio. Ou seja, pertencer a si mesmo e não estar sujeito a algo que diminua o poder que se tem sobre si, tanto no que se refere ao corpo, quanto à alma (Ibdem, 2007, in. LAURENTIIS, 2012, p. 5).

Levando em conta o que foi observado em Foucault, considera-se estas questões no âmbito das poéticas visuais como possibilidades para se falar sobre si por meio da arte, porém sem o caráter confessional, mas sim, por meio de uma reflexão de si mesmo.

É a partir disto também que, através da análise da vida e obra das artistas Frida Kalho, Nazareth Pacheco e Rosana Paulino, pretendem-se identificar aspectos de suas produções que dialoguem com uma perspectiva pessoal.

A representação do sofrimento em Frida Kahlo

Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderon, conhecida como Frida Kahlo, nasceu em 6 de julho de 1907, no México. Revolucionária e fiel ao seu país, ao contrário da elite de sua época, ela gostava de tudo que era mexicano, como roupas, jóias, objetos de devoção e santos populares, além dos mercados de rua e da comida própria do país. Sua arte reflete suas emoções marcadas pela dor e sofrimento. Uma arte intensa resultando da experiência de vida da artista.

> De uma beleza marcante, pois, não só se apresenta com características evidentes do seu sofrimento, mas transporta para a tela uma beleza pungente tomada pela intensidade e pelo excesso de sua dor. Sua obra, assim como

[4] Ibdem, 2012, p. 5.

> a arte em geral, é o resultado de uma experiência pessoal expressada na tela, guiada pela fantasia. Ficção e realidade bailam em seu pincel, num mundo de cores. Usa a cor como sinônimo de vida. Kahlo consegue realizar, em seu trabalho, a fabulosa criação de destinos possíveis para as forças pulsionais, que a invadem, inscrevendo a pulsão no registro da simbolização, sublimando-a, dando um contorno a esse vazio do indizível através de sua obra. (BASTOS e CARNEIRO, 2007, p. 65)

Aos 18 anos, um bonde em que Frida seguia colide com um trem, deixando-a meses entre a vida e a morte. O grave acidente deixou fortes marcas, que fez com que a artista passasse a viver a partir de então, com fortes dores no corpo. As seqüelas impediram que Frida pudesse viver normalmente fazendo com que ela tivesse que se adaptar as novas condições, porém isso incentivou ainda mais sua produção artística, permitindo que suas frustrações e suas vivências se transportassem para sua obra.

Este fato da vida da artista aparece na obra "Coluna Rota" de 1944. Frida representa sua coluna mutilada, além da presença do colete ortopédico, aparato médico utilizado pela artista durante muitos anos devido às lesões na coluna deixadas pelo acidente em que sofreu. Sua dor é representada pelos pregos dispostos em todo seu corpo e das lágrimas que caem de seus olhos, como mostra a figura abaixo.

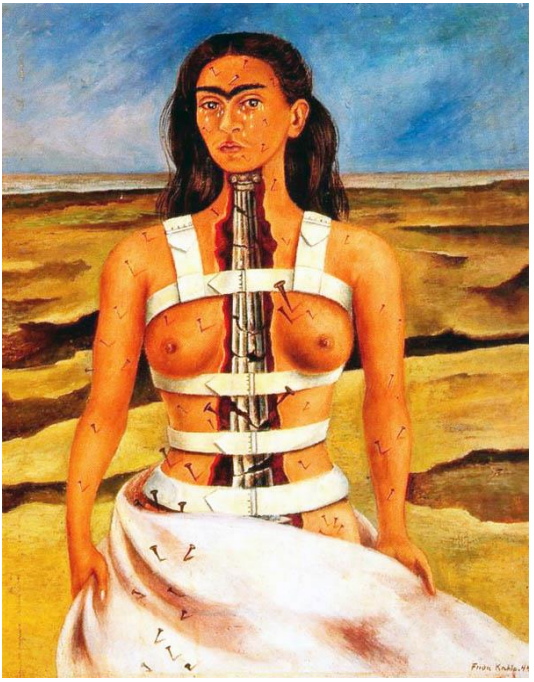


Fig. 1: Frida Kahlo, "Coluna Rota" (1944)
Disponível em: https://marisolroman.com/2015/08/29/la-columna-rota-1944/

A sua dor é tão visível nas obras que é quase possível ao espectador senti-la. Na obra Árvore da Esperança de 1946, Kahlo pinta novamente sua dor, agora acrescida da esperança simbolizada na pintura pela bandeira que a artista segura na mão com a frase: '*arbol de la esperanza mantente firme*'. A artista também relaciona o tema na oposição que para isso pinta duas Fridas: a que convalesce no leito e a que segura um colete agora já inútil. Frida Kahlo sonhava em um dia estar livre do sofrimento que as seqüelas causaram em sua vida.

Retratar-se em primeiro plano é algo que marca toda a sua produção, o que não deixa dúvida sobre quem protagoniza seus

quadros. Os demais elementos nas obras aparecem para complementar a aparição de Frida.

Kahlo nos oferece desta forma, a visão de uma realidade impactante exibindo uma experiência vivida na realidade do corpo. Suas obras formam um diário visual de acontecimentos cotidianos, traumas físicos, pessoais, familiares e amorosos, constituindo uma transcrição literal da vida para a tela.

Nazareth Pacheco e o estranhamento com objetos impossíveis

Nazareth Pacheco e Silva artista visual, paulista nascida em 1961, começou sua trajetória artística na transição dos anos 1980-1990. Desde o início a artista volta-se ao campo tridimensional. Seus primeiros trabalhos já revelam uma carga de agressividade, por sua semelhança com objetos de tortura. Sua obra traz provocações não só visuais, mas físicas, pois seus objetos seduzem nosso olhar, porém a escolha dos materiais utilizados em sua poética faz com que eles se tornem impossíveis de serem manipulados. Como observa Hiascara (2012):

> Na arte de Pacheco, esse confronto entre os materiais e a forma resulta em obras, ao mesmo tempo, sedutoras e ameaçadoras. Uma vez que de longe, o conjunto de suas obras atrai o olhar por sua beleza formal e brilho, mas quando analisadas de perto a superfície visual cortante desses objetos causam estranheza e inquietação no observador atento, como se o prendesse num jogo de atração *versus* repulsa. (Ibdem, 2012, p. 281)

Seus trabalhos tiveram como ponto de partida sua vida pessoal, referenciado por meio de registros e objetos presentes em procedimentos médicos aos quais fora submetida devido a uma doença congênita que possuía. Objetos que Nazareth Pacheco colecionou durante anos como fotografias, radiografias, bulas, laudos médicos, receitas, medicamentos, seringas, mechas de cabelos, máscaras de rosto, arcada dentária, dentre outros. Tais objetos mostram uma espécie de diário intimo referentes às

modificações sofridas pelo seu corpo. Podemos encontrar estes objetos na fig. 2, obra realizada por ela em 1993.

Fig. 2: Sem título. Foto, relatório e chumbo. 44 x 56 x 8 cm. 1993. Disponível em: http://muvi.advant.com.br/artistas/n/nazareth_pacheco/nazareth_pacheco.

Esta obra faz parte de uma série denominada 'Objetos Aprisionados' realizados entre 1992 e 1993, compostos por uma série de caixas que contêm objetos e documentos de caráter autobiográfico.

Já em outro momento de seu trabalho mostra outra série de objetos em que fazem parte elementos cortantes e perfurantes, fazendo com que não se permita o toque, constituindo em um objeto apenas estético, série chamada de objetos sedutores. Nestas obras, há a presença de lâminas usadas para fazer incisões na pele ou furá-la além de cristais. Transpondo assim do individual para o coletivo, remetendo a procedimentos torturantes que o corpo é submetido para alcançar a forma

desejada ideal. No caso da artista, tais procedimentos foram causados por uma questão de correção devido a sua doença. Assim, por meio dos vestidos e colares, a artista procura provocar o espectador, causando situações de estranhamento para levá-lo à reflexão.

A poética de Rosana Paulino

Rosana nasceu na cidade de São Paulo em 1967, onde atualmente vive e trabalha. Desde o início de sua carreira, vem se destacando por sua produção ligada a questões sociais, étnicas e de gênero, tendo como foco principal a posição histórica da mulher negra na sociedade brasileira. Como acentua Bamonte 2008, 'sua obra vai além do pertencimento as minorias, mas ela traz em seu trabalho a conotação questionadora, autobiográfica e social, abordando suas próprias raízes juntamente com as da formação da arte brasileira'[5].

Rosana aborda por meio das obras não apenas uma ligação simbólica, mas também física com os componentes de família e de suas origens socioculturais, como se observa na obra Parede de memória de 1994. O formato escolhido foi o de patuás, um objeto presente da tradição católica, mas que aqui é reelaborado a partir da religião umbanda. Faz-se presente também a família pela inserção de imagens dos familiares da própria artista. 'Nela, história pessoal e História se confrontariam em vivências pessoais e familiares. As "relíquias" da artista, em sua crônica pessoal, emprestariam equipamentos tecnológicos atuais para trazer ao público suas condições mais pessoais'[6].

[5] BAMONTE, 2008 p. 294

[6] ibdem

Fig. 3: Parede de Memória. Serigrafia em almofadas, 8 x 8 x 3 cm, 1994.Disponível em: http://www.rosanapaulino.com.br/galeria/

Fig. 4: Série bastidor. Imagem transferida sobre tecido, bastidor e linha de costura, 30cm, 1997 Disponível em: http://www.rosanapaulino.com.br/galeria/

A artista insere em seus trabalhos objetos do âmbito feminino, como exemplo obra pertencente à série bastidores, fig. 4. Encontra-se nela referência a própria experiência da artista com a costura, que desde sua infância foi aprendida com sua. Para refletir sobre a violência doméstica contra mulheres, ela incorpora a fotografia sobre tecido a uma tarefa bastante feminina: o bordado. Desta forma, por meio da utilização de materiais como, linha, tecidos, cabelos artificiais, silhuetas recortadas de mulheres que lembram antigos trabalhos manuais, artista investiga a situação social da mulher negra no Brasil.

Considerações finais

Percebe-se que as artistas referenciadas projetam em seus trabalhos a marca da autorreflexão, abarcando desta forma o contexto autobiográfico, bem como questões associadas à propostas envolvendo temas femininos como, corpo, dor, visualidade da mulher, entre outras questões. Nesse sentido, a questão pessoal na poética de artistas mulheres pode ser interpretada como uma desconstrução de estereótipos e como forma de reflexão e protesto ao seu papel na sociedade. Este tipo de abordagem ainda é refletido na arte contemporânea por vários artistas, onde suas vidas pessoais é a base de suas criações e ainda sim, trazendo como uma forma de questionar valores sociais além de suas próprias vivências como seres humanos.

Bibliografia:

BASTOS Marli Miranda e RIBEIRO Maria Anita Carneiro, **Frida kahlo: uma vida.** Psicanálise & Barroco – Revista de Psicanálise. v.5, n.2: 46-76, dez. 2007.

FOUCALT, Michel. ***A hermenêutica do sujeito.*** São Paulo, Martins Fontes. 2006

____**História da sexualidade vol 3. O cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

LAURENTIIS, Gabriela De. **Feminismo e autobiografia na poética visual de Louise Bourgeois.** Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.

PAULINO, **Rosana. Imagens de sombras.** Tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Doutora em Artes Visuais. São Paulo 2011

SOUZA, Ana Maria Alves de. **Frida kahlo: imagens (auto)biográficas** . Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011

BAMONTE, Joedy Luciana Barros Marins. **A Identidade da Mulher Negra na Obra de Rosana Paulino: Considerações sobre o Retrato e a Formação da Arte Brasileira.** 17° Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. Panorama da Pesquisa em Artes Visuais – agosto de 2008 – Florianópolis

Sites:

http://www.rosanapaulino.com.br/galeria/ Acesso em : 10 /05/16
http://omenelick2ato.com/artes-plasticas/rosana-paulino/ Acesso em : 10 /05/16

http://muvi.advant.com.br/artistas/n/nazareth_pacheco/nazareth_pacheco.htm Acesso em : 10 /05/16
http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10018/nazareth-pacheco Acesso em : 10 /05/16
https://www.escritoriodearte.com/artista/nazareth-pacheco/ Acesso em : 10 /05/16

http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT512470-1661,00.html Acesso em : 10 /05/16
http://obviousmag.org/archives/2012/03/frida_kahlo_a_dor_da_vida_a_dor_da_arte.html Acesso em : 10 /05/16

CULTURA POP DOS ANOS DE 1980: E AS GAROTAS... QUEREM APENAS SE DIVERTIR?

Maikon Bueno[1]

Introdução

A presente comunicação tem como objetivo examinar a onda de libertação feminista impactada pelas canções e performances de Cyndi Lauper e Madonna na década de 1980, através de análises das letras das canções dessas duas artistas norte-americanas, cotejando sua vendagem com a emergência de numa nova visão sobre condutas e paradigmas da moral da sociedade. Tendo como base os estudos e análises em tribos urbanas e noções de representação identidade, a história cultural da música da década de 1980, demonstra o fomento a uma nova identidade e uma nova ressignificação de morais e atitudes relacionadas as representações de grandes ícones da música POP daquela geração e de caráter de assimilação e vivência política de um novo modo de estar no mundo.

Direitos igualitários e quebra de tabus foram assimilados pela indústria cultural enfatizando formas de empoderamento e de liberdade sexual. Tais poderão ser analisadas em expressões como o "sentir-se como uma virgem", de Madona, ou nas metáforas de toque e prazer eternizadas por Cyndi Lauper. Valendo-se de um conjunto significativo de figuras de linguagem como meio de abordar questões "impróprias" do cotidiano e desvela-las como forma de entretenimento e conexão entre as subjetividades, as canções analisadas carregam um forte conteúdo de libertação, transformando os anos de 1980 e num rico momento para o investigador social.

[1] Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim. Bolsista Subprojeto PIBID Interdisciplinar CAPES. Email: maikon_bueno@yahoo.com.br

A cultura POP dos anos de 1980 proporcionou grande libertação às mulheres daquela época, sendo que ao serem abordados novas formas de comportamento e atitudes, as músicas demonstraram principalmente uma nova mulher que poderia possuir liberdades sobre seu corpo e a sua mente. Direitos igualitários e quebra de tabus apresentam a importância desta indústria cultural como forma de empoderamento e de liberdade sexual, pois como Madonna que sensualizava ao "sentir-se como uma virgem", Cyndi Lauper ecoava o quanto as garotas queriam se divertir, numa analogia de poder e prazer, demonstrando que se "ele toca", "ela toca", "nós tocamos", todos podem tocar também.

O movimento subjetivo de identificação de identidade social, desenvolveu principalmente às mulheres e a comunidade LGBTT, uma aceitação e controle sobre seus corpos, sendo que com o apoio de uma identificação cultural oriunda da contracultura hippie dos anos de 1970 fundindo-se com o movimento punk oriundo do final dos anos de 1970, a indústria musical POP do ano de 1980, qualificou-se em proporções muito mais do que em seu viés econômico, mas também em sua forma cultural do ser em sociedade.

Utilizando-se de diversas metáforas e figuras de linguagem como categorização da relevância cultural como meio de adentrar sobre assuntos cotidianos "impróprios" e desvela-los como forma de entretenimento à desnaturalização da forma subjetiva cultural da sociedade, as letras das músicas, a indústria musical e da moda trazem consigo um forte apego sobre as condutas libertárias às mulheres que transformaram os anos de 1980 e deixaram seu legado histórico.

Das origens da música POP aos anos de 1980

O termo POP baseia-se em relação a popular, em uma categoria de aceitação e de influência também por grande parte de pessoas de um mesmo grupo, comunidade ou sociedade.

O POP surge como um grande influenciador da vida cotidiana dos indivíduos, surgindo por volta dos anos de 1930 e intensificado a partir dos anos de 1950, a fusão entre o *blues* e o *jazz*,

proporcionava um encontro entre determinados grupos em especial a comunidade negra norte americana, para simplesmente "degustar" de um ritmo tocante e harmonioso que ressignificavam sua cultura originária. Ao assimilar um outro ritmo musical bastante voltado a uma outra camada da sociedade aos brancos norte-americanos, o *country* que difundiu-se também pela década de 1940–1950 numa adequação de ritmos que desenvolveu-se posteriormente ao *Rock N'Roll* demonstrando uma nova qualificação da música e de identidade geracional principalmente por parte dos jovens norte americanos e da Europa.

O *Rock N'Roll* sofreu grande repressão principalmente pelas comunidades conservadoras, por assimilarem a um ritmo "agressivo" e desmoralizadores ao padrão da época, principalmente por ser caracterizado a um ritmo por base negra, os movimentos negro utilizavam do *Rock N'Roll* como uma característica de sua cultura promovendo eventos e competições de dança e música, como finalidade de sua identificação e representação cultural social e política, contudo o *Rock N'Roll* teve sua maior aceitação e sua adequação a sociedade no geral, após Elvis Presley diversificar este ritmo atribuindo uma "cor e cara branca" ao *Rock N'Roll*, difundindo mundialmente o ritmo e característica "nova" da indústria cultural.

Elvis transformou o *Rock N'Roll* num espetáculo de música e dança, desenvolvendo em todo o mundo uma característica de difusão do som da guitarra com o balanço do baixo, proporcionando em 1960 a criação de uma banda de Liverpool, chamada de The Beatles no qual adentravam com músicas carregadas de assimilações voltadas ao cotidiano dos indivíduos, tendo sua aceitação quase que de forma instantânea pela indústria cultural sendo difundidos por todo o mundo.

O POP dos anos de 1980 carrega-se de intensa reformulação das características do início dos anos de 1950 e 1970, pois a música passou de um padrão de apenas diversão, mas também como um veículo formador de representação e de movimentação política da sociedade.

O Movimento *Hippie* do início dos anos de 1960 como argumentação de uma nova cultura de identidade, deixou seu

legado para que aos finais do ano de 1970, o movimento *Punk* adentre de forma a quebrar totalmente com uma ideologia de controle, pautando-se basicamente pela indústria musical, sendo que com o forte arranjo do ritmo do *Rock N'Roll* as letras *Punk* demonstravam uma nova visão sobre o comportamento dos indivíduos e a necessidade de uma nova reformulação da conduta da sociedade.

O Movimento *Punk* sobre o lema do-it-yourself (faça-você-mesmo), proporcionava aos jovens uma nova articulação de organização e expressão de seus sentimento, opiniões, dores e reinvindicações (FELTRIN, 2005. P. 18). Deste movimento o *Rock N'Roll* deixava de ser um centro de valorização dos jovens, no qual viam pelo *Punk* uma possibilidade de representação e de possível participação no meio social.

Em uma readequação da conduta trazida pelo *Punk* algumas bandas ressignificaram o *Rock N'Roll* e proporcionaram uma ligação de movimento identitário e representativo assimilando a uma indústria cultural de divulgação e acesso a grande massa mundial.

A influência da Cultura POP dos anos de 1980, proporcionou um grande avanço para a indústria cultural da época, pois a vendagem de discos fortalecia ainda mais um setor musical e principalmente a uma nova oportunidade de consumo interligado a moda e a demais objetos de consumo, pois com uma nova forma de apresentar e representar as músicas, o POP designava e designa o que a geração deveria e poderia melhor se identificar.

A identificação do meio social

Como vimos a geração POP dos anos de 1980 surge com um modelo específico de compreensão as diversas transformações sociais e políticas do mundo, e também como uma orientação a uma possível identificação individual dentro da sociedade.

O movimento feminista da década de 1980 vem atrelado de intenso debate sobre aspectos culturais e sociais da dicotomia entre homem/mulher, suas funcionalidades, suas atribuições e suas diversas naturalizações do meio social.

A luta feminista já encontrava-se integralizada a partir de reinvindicações de direitos sociais, contudo ainda era necessário uma aplicação voltada a conduta social da sociedade, o impasse trazido sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, demonstrava intensa significação nas reais condutas do ser homem e do ser mulher, para tanto a conquista feminista pautava-se em reais atributos simbólicos de conduta e de controle da sociedade, demonstrando a necessidade de uma desnaturalização da dicotomia enfrentada pela segregação e diferenciação da moralidade do ser homem e do ser mulher.

As músicas encontradas como assimilação de suas particularidades emocionais, direcionavam-se em especial na década de 1980 a uma atribuição de quebra de tabus da moral da sociedade, interligado a grande indústria do comércio as representações tornavam-se significativas ao momento em que a diferencia entre o público e o privado e era separado e desvelado como forma de entretenimento social.

Apesar de Adorno salientar a música como um veículo de estagnação e reprodutibilidade da sociedade, a música em caráter de contra cultura, mesmo que assimilada pela formulação de uma indústria cultural, pautada no fortalecimento do consumo, fornece particularidades inseridas em diversos grupos sociais que proporcionados pela relação da pós modernidade, assimilam-se integralizando e assimilando um fortalecimento de renovação a uma nova ordem moral da sociedade, pois como apresenta Hall ao formular a identidade do indivíduo como meio formador da sociedade "A identidade torna-se uma celebração "móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam." (2006, p. 12-13), a esta identidade formada, atribui-se uma requalificação do ser indivíduo em caráter de sua compreensão a interpretação pós-moderna do indivíduo, perante aos meios que lhe são proporcionados, podendo ressignificar e transformar valores já postos anteriormente.

A identificação parte de um pressuposto de estranhamento ao meio que lhe é oferecido, e através de agregações e pertencimento a um determinado grupo, este estranhamento é

compartilhado, difundido e aplicado como meio integralizador de representação e identidade social.

Com o fortalecimento da representação aos meios de identificação social, os grupos/comunidades atribuem uma transformação das condutas sociais por meios das ações de reconhecimento social, sendo que a música fornece um amparo a assimilação de uma identidade, a identificação social da mesma, proporciona uma quebra das normas e uma valorização de novas condutas, tornando-as muitas vezes por formas subjetivas, uma formulação legítima de uma nova ordem social.

As mulheres sobrepujaram um avanço pelas lutas de direitos desde os anos de 1920 a 1970, e com a referência e a oportunidade de adequar estes direitos a uma nova ordem social, as músicas surgem como um apelo e qualificação clara de uma valorização da mulher e de igualdade cultural entre o ser mulher para com o ser homem.

A música e a identificação

Cyndi Lauper e Madonna surgiram ao início da década de 1980, e com elas trouxeram um grande salto sobre uma qualidade da música, a visibilidade da mulher, e sobretudo uma nova forma de comportamento para a mesma.

Madonna Louise Ciccone, mais conhecida como Madonna, nascida em 16 de agosto de 1958 em Michigan, sonhava em ser uma estrela, e logo cedo, demonstrava um grande apreço pela dança e pelos holofotes, transformando no início dos anos de 1980 em uma poderosa mulher que trazia uma personificação de uma mulher sexy, confiante e segura de seus atos e sobre o que quer, demonstrando principalmente que o sexo pode e deve ser sobretudo uma decisão da mulher, no topo das grandes paradas musicais ao redor do mundo e de intenso sucesso para época, Madonna em seus álbuns da década de 1980 abordava assuntos que iam desde a conduta da mulher na sociedade, quanto um direito de igualdade perante aos homens.

Em seu segundo álbum Like a Virgin de 1984, Madonna torna-se "agressiva" ao tratar tabus da sociedade escancaradas

para as famílias, pois com através de seus videoclipes, músicas e maneiras de se comportar perante seus fãs, trazem à tona um ícone da indústria que remodela a conduta da mulher, pois como em sua música e clip de *like a virgin*, demonstra em tom metafórico uma mulher que mesmo mediante a uma situação de ilusão amorosa, sobrepõe-se a uma revigoração e uma nova possibilidade de uma pureza tão posta quanto a inocência do relacionamento anterior, no qual em seu vídeo clip, faz uma analogia com o casamento, ao revelar-se "pura" em uma conduta de uma mulher clara do que houve e pronta para um novo relacionamento.

I made it through the wilderness
Somehow I made it through
Didn't know how lost I was
Until I found you

I was beat, incomplete
I'd been had, I was sad and blue
But you made me feel
Yeah, you made me feel
Shiny and new

Like a virgin
Touched for the very first time
Like a virgin
When your heart beats
Next to mine

Gonna give you all my love, boy
My fear is fading fast
Been saving it all for you
'Cause only love can last

You're so fine and you're mine
Make me strong, yeah you make me bold
Oh your love thawed out
Yeah, your love thawed out
What was scared and cold

Like a virgin, hey
Touched for the very first time
Like a virgin
With your heartbeat
Next to mine

You're so fine and you're mine
I'll be yours 'till the end of time
'Cause you made me feel
Yeah, you made me feel
I've nothing to hide

Like a virgin, hey
Touched for the very first time
Like a virgin
With your heartbeat
Next to mine

Like a virgin, ooh, ooh
Like a virgin
Feels so good inside
When you hold me, and your heart beats, and you love me

Em seu single *Material Girl* do álbum Like a Virgin, Madonna adentra em um outro aspecto relacionando a uma mulher materialista e a uma mulher convicta de seus interesses, igualando-se em certos aspectos ao ser homem ao usufruir do mesmo apenas aquilo o que lhe satisfaz, propondo a uma mulher a capacidade de seguir seus propósitos sem regular-se a condutas de relacionamento de uma sociedade, como por ex. ao namorar alguém é necessário casar, ou beijar alguém é preciso namorar, uma mulher pode ser tão materialista quanto os desejos de um ser homem perante a sociedade.

Some boys kiss me, some boys hug me
I think they're OK
If they don't give me proper credit
I just walk away

They can beg and they can plead
But they can't see the light (that's right)
'Cause the boy with the cold hard cash
Is always Mister Right

'Cause we're living in a material world
And I, I'm a material girl
You know that we are living in a material world
And I, I'm a material girl

Some boys romance, some boys slow dance
That's all right with me
If they can't raise my interest then I
Have to let them be

Some boys try and some boys lie, but
I don't let them play (no way)
Only boys that save their pennies
Make my rainy day
'Cause we're living in a material world
And I, I'm a material girl
You know that we are living in a material world
And I, I'm a material girl

Living in a material world
And I am a material girl
You know that we are living in a mterial world
And I am a material girl

Living in a material world (material)
Living in a material world
Living in a material world (material)
Living in a material world

Boys may come and boys may go
And that's all right you to see
Experience has made me rich
And now they're after me

'Cause everybody's living in a material world
And I, I'm a material girl
You know that we are living in a material world

And I, I'm a material girl

Living in a material world
And I, I'm a material girl
You know that we are living in a material world
And I, I'm a material girl

Living in a material world
And I, I'm a material girl
You know that we are living in a material world
And I, I'm a material girl

A material
A material
A material
A material world

Em seu Terceiro Álbum Madonna com o single *Papa Don't Preach* atingiu o Topo da parada de sucessos musicais do ano de 1986 em mais de 13 países, um single que ficou marcado ao demonstrar uma Madonna sem muitos adereços e roupas personificadas, pois detinha o intuito de abordar um tema de intenso debate, que era sobre a gravidez e aborto na adolescência, uma Madonna mais "comum" e de significação para muitas que enfrentavam ou enfrentaram mesmo problema naquela época.

Papa, I know you're going to be upset
'Cause I was always your little girl
But you should know by now
I'm not a baby
You always taught me right from wrong
I need your help, daddy
Please be strong
I may be young at heart
But I know what I'm saying

The one you warned me all about
The one you said I could do without
We're in an awful mess
And I don't mean maybe

Please

Papa, don't preach
I'm in trouble deep
Papa, don't preach
I've been losing sleep
But I made up my mind
I'm keeping my baby
I'm gonna keep my baby
He says that he's going to marry me
We can raise a little family
Maybe we'll be all right
It's a sacrifice
But my friends keep telling me to give it up
Saying I'm too young, I ought to live it up
What I need right now is some good advice
Please

Papa, don't preach
I'm in trouble deep
Papa, don't preach
I've been losing sleep
But I made up my mind
I'm keeping my baby
I'm gonna keep my baby

Daddy, daddy, if you could only see
Just how good he's been treating me
You'd give us your blessing right now
'Cause we are in love
We are in love, so please

Papa, don't preach
I'm in trouble deep
Papa, don't preach
I've been losing sleep
But I made up my mind
I'm keeping my baby
I'm gonna keep my baby

Papa, don't preach
I'm in trouble deep

Papa, don't preach
I've been losing sleep
Papa, don't preach
I'm in trouble deep
Papa, don't preach
I've been losing sleep
I'm gonna keep my baby

Don't you stop loving me, daddy
I know I'm keeping my baby

Em seu Quarto álbum Like a Prayer ao final da década de 1980, Madonna lança o single Like a Prayer em 1989, um single que atingiu o topo das paradas musicais em cerca de 20 países, e que teve uma das maiores repercussões da década de 1980, pois em seu vídeo clip, assimila símbolos religiosos da igreja católica, apontando para uma ligação entre racismo e conduta moral da fé religiosa, principalmente ao trazer analogias de perseguição negra e relações inter-raciais, sendo a mulher no clip e na letra da música apresenta-se como mediadora unindo o poder da fé e da reconhecimento, para com uma prática do próprio ser.

Life is a mystery
Everyone must stand alone
I hear you call my name
And it feels like home

When you call my name
It's like a little prayer
I'm down on my knees
I want to take you there
In the midnight hour
I can feel your power
Just like a prayer
You know I'll take you there

I hear your voice
It's like an angel sighing
I have no choice

I hear your voice
Feels like flying
I close my eyes
Oh God, I think I'm falling
Out of the sky
I close my eyes
Heaven, help me

When you call my name
It's like a little prayer
I'm down on my knees
I want to take you there
In the midnight hour
I can feel your power
Just like a prayer
You know I'll take you there

Like a child
You whisper softly to me
You're in control
Just like a child
Now I'm dancing
It's like a dream
No end and no beginning
You're here with me
It's like a dream
Let the choir sing

When you call my name
It's like a little prayer
I'm down on my knees
I want to take you there
In the midnight hour
I can feel your power
Just like a prayer
You know I'll take you there

When you call my name
It's like a little prayer
I'm down on my knees
I want to take you there
In the midnight hour

I can feel your power
Just like a prayer
You know I'll take you there

Life is a mystery
Everyone must stand alone
I hear you call my name
And it feels like home

Just like a prayer
Your voice can take me there
Just like a muse to me
You are a mystery
Just like a dream
You are not what you seem
Just like a prayer, no choice
Your voice can take me there

Just like a prayer, I'll take you there
It's like a dream to me

Just like a prayer
Your voice can take me there
Just like a muse to me
You are a mystery
Just like a dream
You are not what you seem
Just like a prayer, no choice
Your voice can take me there

Just like a prayer, I'll take you there
It's like a dream to me

Em seu single *Express Yourself* também do álbum Like a Prayer, tanto em seu clip, quanto na letra da música, Madonna incorpora uma mulher audaciosa e segura de suas atitudes, o fato de auto expressar-se demonstra uma conotação a um empoderamento feminino que segue a certas analogias de masoquismo e dominação, no qual traz consigo um forte apelo de uma valorização da mulher, perante a conotações sexuais e

relações sociais da sociedade, que seguido de um caráter machista, transforma as mulheres em apenas seres passivos da relação, Madonna surge com uma contra proposta a isto demonstrando que o poder feminino encontra-se na oportunidade de fazer com que o ser homem passe pelo o que ele mesmo impôs as mulheres e assim a mulher tenha sua oportunidade de possuií-lo em suas mãos.

Come on girls
Do you believe in love?
'Cause I got something to say about it
And it goes something like this

Don't go for second best baby
Put your love to the test
You know, you know, you've got to
Make him express how he feels
And maybe then you'll know your love is real

You don't need diamond rings
Or eighteen karat gold
Fancy cars that go very fast
You know they never last, no, no

What you need is a big strong hand
To lift you to your higher ground
Make you feel like a queen on a throne
Make him love you till you can't come down
(You'll never come down)

Don't go for second best baby
Put your love to the test
You know, you know, you've got to
Make him express how he feels
And maybe then you'll know your love is real

Long stem roses are the way to your heart
But he needs to start with your head
Satin sheets are very romantic
What happens when you're not in bed

You deserve the best in life

So if the time isn't right then move on
Second best is never enough
You'll do much better baby on your own
(Baby on your own)

Don't go for second best baby
Put your love to the test
You know, you know, you've got to
Make him express how he feels
And maybe then you'll know your love is real

Express yourself
(You've got to make him)
Express himself
Hey, hey, hey, hey
So if you want it right now, make him show you how
Express what he's got, oh baby ready or not

And when you're gone he might regret it
Think about the love he once had
Try to carry on, but he just won't get it
He'll be back on his knees

To express himself
(You've got to make him)
Express himself
Hey hey

What you need is a big strong hand
To lift you to your higher ground
Make you feel like a queen on a throne
Make him love you till you can't come down
(You'll never come down)

And when you're gone he might regret it
Think about the love he once had
Try to carry on, but he just won't get it
He'll be back on his knees

So please

Don't go for second best baby

Put your love to the test
You know, you know, you've got to
Make him express how he feels
And maybe then you'll know your love is real

Express yourself
(You've got to make him)
Express himself
Hey, hey, hey, hey
So if you want it right now, make him show you how
Express what he's got, oh baby ready or not

Express yourself
(You've got to make him)
So you can respect yourself
Hey, hey
So if you want it right now, then make him show you how
Express what he's got, oh baby ready or not.

Já de outro lado uma outra grande cantora norte americana, fazia sucesso a partir de um estilo muito mais peculiar de expressão e empoderamento, Cyndi Lauper nascida em 22 de Junho de 1953 na cidade de Nova Iorque, e oriunda de uma família com intensas transformações, como o fato da separação de seus pais, trabalhar desde cedo e sair de casa aos dezesseis anos, Cynthia Anne Stephanie Lauper, mais conhecida como Cyndi Lauper, adentrou no mundo da música ao final dos anos de 1970, e que por separação da banda, viu a oportunidade no início dos anos de 1980 de lançar-se a carreira solo, lançando seu primeiro álbum She's so Unusual em 1983.

Não apenas a indústria musical, mas Cyndi proporcionava as mulheres um novo estilo da moda, sendo que os diversos colares, as roupas sobrepostas, um cabelo undercut e colorido, demonstrava que para se tornar uma mulher empoderada com estilo e confiante, não precisa ter dinheiro, basta apenas encontrar um brechó e saber valorizar suas carcterísticas.

Deste álbum Cyndi Lauper é considerada a primeira mulher a conseguir emplacar 5 hits no top de uma mesma parada musical, segundo a Billboard, seu single *Girls Just Wanna Have Fun,* foi

tocado em diversos países e transformou-se num ícone adolescente da época, pois com a expressão de que as garotas querem apenas se divertir, Cyndi dava a intenção das diversas possibilidades de ação da mulher principalmente jovens no mundo, pois tanto na letra quanto em seu vídeo clip, Cyndi traz a separação entre o ser homem e o ser mulher e demonstra a possibilidade das garotas poderem aproveitarem deste mesmo objetivo que os garotos praticam, que é o de apenas se divertir.

I come home in the morning light my mother says
"When you gonna live your life right?"
Oh mother dear we're not fortunate ones
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have fun
The phone rings in the middle of night my father yells
"What you gonna do with your life?"
Oh daddy did you know you still number one
But girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have

That's all we really want some fun
When the working day is done
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have fun

(Girls they want
Wanna have fun
And girls
Wanna have)

Some boys take a beautiful girl
And hide them away from the rest of the world
I wanna be the one to walk in the sun
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have

That's all we really want some fun
When the working day is done
Oh girls they wanna have fun
Oh girls just wanna have fun

(Girls they want
Wanna have fun
And girls
Wanna have)

They just wanna
They just wanna
(Girls, girls just wanna have fun)
They just wanna
They just wanna
Oh girls!
Girls just wanna have fun
(They just wanna
They just wanna)

They just wanna
They just wanna
(Girls, girls just wanna have fun)
They just wanna
They just wanna
Oh girls!
Girls just wanna have fun

When the working
When the working day is done
Oh when the working day is done
Oh girls!
Girls just wanna have fun

(Everybody)

They just wanna
They just wanna
(Girls, girls just wanna have fun)
They just wanna
They just wanna
Oh girls!
Girls just wanna have fun

(They just wanna
They just wanna)
When the working

(They just wanna
They just wanna)
When the working day is done
(Oh girls!
Oh girls just wanna have fun)
Oh when the working day is done
Oh girls!
Girls just wanna have fun
(They just wanna
They just wanna)

Em seu single *She Bop* do mesmo álbum She's so unusual, Cyndi faz diversas manifestações da masturbação feminina, propondo uma prática que por ser considerada tabu, não é falada, é repreendida, mas que todas as pessoas o fazem, seu vídeo clip, traz diversas ironias sobre o comportamento de uma jovem que pratica o ato de tocar-se, demonstrando os mitos que são apresentados pela sociedade, e as possíveis intervenções que principalmente as garotas podem sofrer.

Well, I see them every night in tight blue jeans
In the pages of a blue boy magazine
Hey I've been thinking of a new sensation
I'm picking up a good vibration
Oh, she bop, she bop

Do I wanna go out with a lion's roar
Huh, yeah, I wanna go south and get me some more
Hey, they say that a stitch in time saves nine
They say I better stop, or I'll go blind
Oh, she bop, she bop
She bop, he bop, and we bop
I bop, you bop, and they bop
Be bop, be bop a lu-bop
I hope he will understand
She bop, he bop, and we bop
I bop, you bop, and they bop
Be bop, be bop a lu-she bop
Oh, oh. She do. she bop

(Whistle along here)...

Hey, hey they say I better get a chaperone
Because I can't stop messin' with the danger zone
No, I won't worry, and I won't fret
Ain't no law against it yet
Oh, she bop, she bop

She bop, he bop, and we bop
I bop, you bop, and they bop
Be bop, be bop a lu-bop
I hope he will understand
She bop, he bop, and we bop
I bop, you bop, and they bop
Be bop, be bop a lu-she bop
Oh, oh. She do. she bop

She bop, he bop, and we bop
I bop, you bop, and they bop
Be bop, be bop a lu-bop
I hope he will understand
She bop, he bop, and we bop
I bop, you bop, and they bop
Be bop, be bop a lu-she bop
Oh, oh. She do. she bop
Oh, oh. She do. she bop

Em 1986 Cyndi Lauper Lança seu segundo álbum chamado True Colors e teve o single de mesmo nome, um verdadeiro ícone da indústria musical, ao traçar uma comparação a atitudes e considerações sobre o próprio ser atrelados a uma repressão da sociedade, uma música libertadora que surge a fim de demonstrar o ser humano como alguém coberto de "cores" e que é obrigado a vela-las para que não sofra por isto, uma canção também utilizada entre a comunidade LGBTT, carrega em seu apelo um grande apreço sobre a necessidade de empoderar-se e seguir o destino de sua vida sem ter medo de uma sociedade repressora.

You with the sad eyes
Don't be discouraged
Oh I realize

It's hard to take courage
In a world full of people
You can lose sight of it all
And the darkness it's inside you
Can make you feel so small

But I see your true colors
Shining through
I see your true colors
And that's why I love you
So don't be afraid to let them show
Your true colors
True colors are beautiful,
Like a rainbow

Show me a smile then,
Don't be unhappy, can't remember
When I last saw you laughing
If this world makes you crazy
And you've taken all you can bear
You call me up
Because you know I'll be there

And I see your true colors
Shining through
I see your true colors
And that's why I love you
So don't be afraid to let them show
Your true colors
True colors are beautiful,
Like a rainbow

I can't remember
When I last saw you laughing
If this world makes you crazy
And you've taken all you can bear
You call me up
Because you know I'll be there

And I see your true colors
Shining through
I see your true colors

And that's why I love you
So don't be afraid to let them show
Your true colors, true colors
True colors are shining through
I see your true colors
And that's why I love you
So don't be afraid to let them show
Your true colors
True colors are beautiful,
Like a rainbow

Conclusão

Duas grandes Cantoras ícones de sua geração que conseguir através de suas músicas, apresentações, comportamento, e divulgações, colocar a mulher como centro da indústria musical, ressignificando normas de conduta sobre apreços morais, ambas desenvolveram em grande parte de seu público uma nova forma de pensamento e atitudes, pois a mulher comportada, passiva e dócil, era deixada de lado, e ressurgia uma nova mulher, poderosa, confiante e segura de seus atos.

O feminismo agregou a cultura POP, uma requalificação da música e uma subjetividade da luta das mulheres no âmbito mundial, sendo que uma mulher que consiga auto expressar-se, que não tem medo de mostrar suas cores, escancara para a sociedade que pode e deve sentir prazer, muitas vezes volta-se a um simples desejo de apenas ser igual aos homens e assim poder-se divertir-se como tal.

Referências

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. *Gênero e desigualdade*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1997.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pósmodernidade. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. História & Música. Belo Horizonte. Autêntica. 2002.

SOUZA, F. F. F. Canções de um fim de Século: História, música e comportamento na década encontrada (1978-1991). Florianópolis. UFSC. 2005.

TELES, Maria Filipa. Música Pop: Da Estética, Conceitos e Preconceitos. Lisboa. Universidade Aberta. 2008.

Sites:
http://cyndilauper.com/ (17 jun. 2016)
http://www.cyndilauperbrasil.com/ (17 jun. 2016)
https://www.letras.mus.br/ (17 jun. 2016)
http://www.madonna.com/ (17 jun. 2016)
http://zhenya29.blogspot.com.br/2011/04/she-bop-by-cyndi-lauper.html (17 jun. 2016)

ENCONTROS COM O OUTRO: ARTE E GÊNERO EM UMA EXPERIÊNCIA DE TROCA DE RETRATOS

Marielen Baldissera[1]

Introdução

O presente artigo consiste em um resumo da dissertação de mestrado da autora, uma pesquisa em poéticas visuais que fala sobre a experiência do olhar no retrato e como ele se traduz ao lidar com homens e mulheres. Foram realizados encontros para a produção de trocas de retratos entre a artista e seus amigos, em que ela utilizou a fotografia e eles utilizaram técnicas variadas.

A questão do gênero é trazida para falar sobre o poder de quem olha e sobre como mulheres e homens são vistos e representados em imagens. O "outro" presente no título pode ser lido como uma das pessoas presentes na relação entre retratado e retratante e, também como a mulher, que é o outro em relação ao homem.

Alternar-se

Em minha trajetória como fotógrafa, sempre tive o costume de retratar as pessoas próximas a mim, meus amigos, conhecidos, familiares, relações afetivas. A partir de determinado momento comecei a fazer trabalhos artísticos com essas pessoas posando para meus retratos. Em meu projeto de mestrado, permaneceram os retratos de pessoas conhecidas e a relação com elas, entrando a questão de gênero. Observei que durante a graduação no Instituto de Artes da UFRGS, muitas vezes servi de modelo para rascunhos, pinturas e fotografias feitos por meus amigos artistas,

[1] Mestra em Artes Visuais na linha de Poéticas Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharela em Artes Visuais pela UFRGS. Pesquisa fotografia e temáticas de gênero. Atua como fotógrafa *freelancer* e é artista visual. e-mail: marielen.baldissera@gmail.com

enquanto, do mesmo modo, eles foram meus modelos em retratos feitos sem muito compromisso. Esses desenhos e fotografias foram se acumulando e percebi que poderiam formar um trabalho, se assim fosse pensado.

Levando isso em consideração, propus um projeto de troca de retratos com artistas. Fotografei o artista e em troca posei de modelo para um desenho, pintura, fotografia - a técnica que ele preferisse. Juntamente com essa troca, foi abordada a questão da inversão de papéis clássicos da história da arte e da cultura visual, em que homens utilizam figuras femininas como modelo para suas obras. Assim, convidei apenas artistas homens, para ter a visão de uma mulher que serve de "musa" e também de uma mulher que tem o homem como seu tema de produção. O artista pode fazer uso de seu potencial criador para inserir no mundo imagens que fujam do lugar comum, que tragam questionamentos. Um dos consensos sociais que necessita ser questionado é a questão da predominância do olhar masculino sobre o corpo feminino, e a falta de um olhar feminino sobre o masculino. É necessário refletir sobre o modo como esses olhares se constituem e os estereótipos são construídos.

Nessa ação, a modelo deixa de ser passiva para também retratar quem a retrata, assumindo um papel ativo por fazer uma proposição e fabricar uma imagem. O artista, por sua vez, torna-se um objeto de seu olhar. Como fotógrafa, estou acostumada a retratar pessoas, tanto no trabalho pessoal e artístico quanto no profissional. Ao me colocar do outro lado e ser retratada, busco observar de que modo ocorre essa interação entre objeto e artista, entre olhar e ser olhada, entre ser uma mulher olhada por um homem e uma mulher olhando um homem. Queria saber como eu seria vista pelos outros e como eles se deixariam ver. Normalmente, as pessoas não sabem como agir em frente à câmera, e se sentem vulneráveis, isso acontece por diversas razões, como fala Susan Sontag:

> Muitos se sentem nervosos quando vão ser fotografados: não porque receiem, como os primitivos, ser violados, mas porque temem a desaprovação da câmera. As pessoas querem a imagem idealizada: uma foto que as mostre com a

> melhor aparência possível. Sentem-se repreendidas quando a câmera não devolve uma imagem mais atraente do que elas são na realidade. (SONTAG, 2004, p. 102)

Acredito que essa preocupação com a imagem atraente não se mostrou uma questão de grande importância devido ao fato de os fotografados serem todos do gênero masculino. Há uma cobrança muito grande em nossa sociedade para que a mulher se apresente sempre bonita aos olhos de quem a vê, mas isso não existe da mesma forma em relação aos homens. Na história da arte, os gênios artistas sempre foram homens, e as modelos a posar para eles, mulheres. Laura Flores reflete sobre o fato de que a mulher como criadora era, via de regra, excluída do mundo da arte:

> Não há um equivalente feminino de Picasso (ou há?): o criador é sempre autoria, autoridade, o Pai. Isso é justamente o que afirma Levine ao se apropriar fotograficamente dos retratos que Weston fez de seu filho. Se o feminismo foi tão radical em sua crítica ao autor é porque considera essa noção um dos eixos centrais da exclusão da mulher: suprimida desde o princípio na linguagem, a mulher tampouco pode aceder à posição de sujeito falante ou criador [...] do discurso. Só consegue ser um objeto *na* representação. (FLORES, 2011, p. 240)

Há uma inegável relação de poder entre artista e modelo. Pensando nas situações de ateliê em que a modelo é paga para posar, o artista detém o poder de forma econômica, hierárquica e patriarcal. Ao ser uma modelo que também tem controle da situação em determinado momento, inverto esse jogo de papéis construído há muito tempo. Sabemos de várias histórias de artistas homens que retrataram suas amantes, e de casos de modelos que viraram amantes ao posar para pinturas e fotografias, tanto que a modelo-amante é um clichê da história da arte, segundo Shearer West:

> Outro ponto a destacar sobre a relação artista-modelo é o elemento erótico potencialmente perturbador que poderia

> nela se inserir. Embora o lugar do retrato pudesse ser público, encontros privados entre artista e modelo foram mais frequentemente a norma, e retratos muitas vezes exigiam que artistas do sexo masculino olhassem por longos períodos para modelos femininos ou - muito raramente - vice-versa.[1] (WEST, 2004, p. 40)

Esse "muito raramente" é algo que me incomoda e me leva a pesquisar retratistas do gênero feminino que saíram do lugar passivo tradicionalmente esperado de uma mulher, e partiram para a atividade ao retratar seus afetos, e também é o que me leva a ser uma delas. É interessante propor essa inversão de papéis ao fotografar meus amigos homens, que, em sua maioria, não estão habituados a isso. Aqui, no âmbito da amizade, não há mais a questão econômica e hierárquica do poder do artista homem sobre a modelo mulher, é outro tipo de relação que se constrói, em que o domínio da situação passa de um ao outro. Pela proposta ter partido de mim e eles a terem aceitado, assumo boa parte do controle do que acontece, determinei as regras, escrevi sobre e analisei os resultados. Resultados esses que não são puros e inocentes, já que há algumas normas pré-definidas pela sociedade para se representar uma mulher. O teórico John Berger reflete sobre os modos de representação da mulher:

> Mas a forma essencial de ver a mulher, o uso básico a que se destina sua imagem, não mudou. A mulher é representada de uma maneira bastante diferente do homem – não porque o feminino é diferente do masculino – mas porque se presume sempre que o espectador "ideal" é masculino, e a imagem da mulher tem como objetivo agradá-lo. (BERGER, 1999, p. 66)

Essa forma de representar o feminino e o masculino de modos diferentes se reflete nas construções formais da imagem, como por exemplo, com a pose, iluminação e expressões faciais. O

[1] "Another point to make about the artist-sitter relationship is the potentially disruptive erotic element that could creep in. Although the portrait sitting could be a public affair, private encounters between artist and sitter were more frequently the norm, and portraits often required male artists to stare for long periods at female sitters or – very rarely – vice versa."

padrão para retratos de homens consiste em mostrá-los de modo forte, sisudo, másculo. Normalmente, o objetivo não é mostrar seu corpo e sua beleza. Seguindo essa concepção, a beleza é guardada para as mulheres, que a possuiriam como sua maior virtude:

> Retratos de mulheres realçavam sua beleza; retratos de homens seu "caráter". Beleza (a província da mulher) era suave; caráter (a província do homem) era austero. Feminino era dócil, plácido, ou lastimoso; masculino era forte, penetrante. Homens não pareciam melancólicos. Mulheres, de preferência, não pareciam fortes. (SONTAG, 1999, p. 24)[1]

Sontag escreve no passado, pois neste trecho do texto que abre um livro de fotografias de Annie Leibovitz, sua companheira em vida, ela se referia à época em que começaram a ser feitos retratos na fotografia. Mas, se trocarmos o tempo verbal do passado para o presente, a citação ainda faz sentido.

Dar de si

A interação entre artistas e modelos de diferentes gêneros me interessa e busquei ter uma vivência dessa experiência em minha pesquisa. Não fiz isso de forma radical, extrema, escrachada ou combativa, mas sim de modo sutil, com retratos simples, misturando fotografia e palavras, encontros e conversas, percebendo as diferentes reações vindas dos meus retratados e também percebendo a mim mesma.

Para realizar a série de fotografias final, tive como referência o estilo de retratos de Richard Avedon, mais conhecido por ser fotógrafo de moda, mas também possuía seu trabalho pessoal focado em retratos. Seus retratos são crus, simples, e reveladores. Ele mesmo explicou seu método:

[1] "Portraits of women featured their beauty; portraits of men their "character". Beauty (the province of woman) was smooth; character (the province of men) was rugged. Feminine was yielding, placid, or plaintive; masculine was forceful, piercing. Men didn´t look wistful. Women, ideally, didn´t look forceful."

> Eu tenho trabalhado com uma série de nãos. Não para a luz requintada, não para composições aparentes, não para a sedução de poses ou narrativas. E todos esses nãos me forçaram a um sim. Eu tenho um fundo branco. Eu tenho uma pessoa em que eu estou interessado e as coisas que acontecem entre nós. (AVEDON, 1994)[1]

Partindo dessas ideias sobre retrato e sobre composição, tomei a série de "nãos" de Avedon para o meu processo de trabalho. Não para a luz requintada: como iluminação para as fotografias utilizei sempre luz natural, luz vinda de alguma janela, em um dia bem iluminado. Não para composições aparentes: como fundo, apenas uma parede branca. Não para a sedução de poses e narrativas: não apliquei métodos de direção aos fotografados, as poses que surgiram vieram deles naturalmente.

Para iniciar o processo, fiz uma lista de amigos e conhecidos seguindo os seguintes critérios: homens, artistas, que trabalhem de alguma maneira com retrato, pessoas com quem eu sentisse que tinha liberdade para fazer a proposição. A partir daí expliquei a proposta para eles e os convidei para participar do projeto, que consistia em uma troca de retratos entre eu e artistas do gênero masculino. Também fiz uma pequena introdução sobre o assunto de gênero, falando que pretendia abordar a questão de que na história da arte, as mulheres haviam sido retratadas na maioria das vezes por artistas homens, e gostaria de tratar dessa inversão de papéis ao retratá-los. Assim eles já estavam cientes do tema e do meu objeto de estudo. Falei que eu iria fotografá-los de maneira simples, apenas com uma parede branca de fundo, e que eles poderiam me retratar como quisessem, apenas restringi a nudez, por questões de exposição pessoal. Após o aceite ou não da proposta, marcávamos um dia em algum lugar que possuísse uma parede branca, poderia ser na casa do artista, na minha casa, ou em outro lugar, que acabou sendo no Instituto de Artes da UFRGS.

[1] "I've worked out of a series of no's. No to exquisite light, no to apparent compositions, no to the seduction of poses or narrative. And all these no's force me to the "yes." I have a white background. I have the person I'm interested in and the thing that happens between us".

Figura 1: Retratos realizados para o projeto.
Autoria de Marielen Baldissera. Itapa, Felippe e Eduardo. 2015.
Fonte: Acervo pessoal.

Foram onze sessões de fotos no total, feitas entre abril e maio de 2015. Meu método consistiu em colocar o "modelo" em frente à parede branca e fazer uma série de fotografias sem direção de pose para que, no final, uma delas fosse escolhida (Fig. 1). O artista tinha a opção de fazer o meu retrato no mesmo dia, após as minhas fotos, ou fazer depois e me entregar em um prazo estipulado. No mesmo dia, após realizadas as imagens, também fiz uma entrevista com eles com perguntas relacionadas à experiência do retrato e às questões de gênero levantadas. Essa etapa da entrevista trouxe questões muito importantes, dar voz ao outro e saber o que ele pensa sobre o trabalho foi elucidativo para ambas as partes. Pensei em quatro perguntas-chave para conduzir a entrevista: O gênero do retratado importa? O gênero de quem retrata importa? Como foi a experiência de ser retratado? Como foi a experiência de retratar? A partir dessas perguntas uma conversa foi desenvolvida, nem sempre trazendo respostas claras e objetivas, mas com o assunto sempre sendo abordado. As entrevistas completas estão disponíveis na dissertação, na parte dos anexos.[1]

Ver-me vista

Falar de si é falar do outro, as pessoas apreciam trabalhos artísticos por uma série de questões, uma delas é a identificação.

[1] As entrevistas foram transcritas mantendo o formato original, com expressões de fala utilizadas pelos entrevistados. Link da dissertação na plataforma Lume: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131674

Ao fazer essa troca de retratos apenas com homens, quis me colocar no lugar da mulher, representar o lado feminino da situação. Sendo um "eu" que inclua os outros, no caso, as outras. A questão confessional da experiência de ser observada por homens diz respeito a um grupo de mulheres, não a todas as mulheres, pois isso seria impossível devido à grande variedade do que é "ser mulher" e seus modos de viver e suas preocupações. No meio em que vivo e estudo, cada vez mais as mulheres estão se sentindo incomodadas com comportamentos que são naturalizados pela sociedade e estão falando sobre os mesmos e tomando atitudes para mudá-los e denunciá-los. É nesse grupo de mulheres "incomodadas" que me encontro. Falo de homens e mulheres, pois essa é a relação que mais me interessa de modo pessoal. Por mais que a discussão de gênero procure a multiplicidade[1], continuamos em um mundo dividido entre masculino e feminino, como fala Simone de Beauvoir em texto originalmente escrito em 1949, mas que continua, sob vários aspectos, muito atual:

> E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestadamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total. (BEAUVOIR, 2009, p. 15)

Apesar de falar sobre mulheres e sobre homens, escolhi o termo "gênero" para me referir ao meu objeto de estudo. Nas minhas entrevistas, perguntei se o gênero do retratado e de quem retrata importa. Muitas vezes não fui compreendida no primeiro momento, pois é um termo mais acadêmico, não sendo muito utilizado no dia a dia de quem não pesquisa esses assuntos. Joan Scott explica o surgimento do termo:

> Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas,

[1] Estudos de gênero incluem transgêneros, transexuais, travestis, gays, lésbicas...

> que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. (SCOTT, 1995. p. 72)

O uso da palavra "gênero" também facilitou a entrada dos estudos feministas na academia por não nomear a mulher como sujeito. "Estudos de gênero" abrem mais possibilidades de aceitação do que "Estudos da mulher". O feminismo incomoda e são necessários esses jogos para que os estudos que adotam essa perspectiva sejam melhor aceitos. Joan continua:

> Na sua utilização recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo "mulheres" por "gênero". Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". "Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. (SCOTT, 1995, p. 75)

O nosso gênero é produzido em processos que nos educam como meninas e meninos. Quais as estratégias que as diferentes sociedades usam para construir masculinidades e feminilidades? Na parte imagética, podemos perceber diferentes tratamentos em fotografias de homens e de mulheres. Existem vários modos de se portar que condizem com o seu gênero: roupas, atitudes, poses,

luzes, efeitos de manipulação, como já mencionamos anteriormente. Elas são frequentemente observadas e julgadas, pelos homens e pelas próprias mulheres. A todo o momento, têm que cuidar do modo como "aparecem" perante a sociedade, como fala John Berger:

> Ela tem de fiscalizar tudo o que é e tudo o que faz porque o modo como aparece para os outros, e em última instância para os homens, é de crucial importância para o que normalmente se considera o êxito de sua vida. Seu próprio senso de ser por si mesma é suplantado por um senso de estar sendo apreciada, como ela mesma, por outro. (BERGER, 1999, p. 48)

Existe na vida de quase toda mulher um momento, ou uma série de momentos, que a faz entender que ela está sendo observada constantemente. Normalmente, isso se dá logo na infância, quando ela começa a ter contato com o mundo exterior. Beauvoir dá vários exemplos dessa percepção, e não é necessário ir muito longe para coletar depoimentos como os que ela apresenta:

> "Com 13 anos passeava de pernas nuas e vestido curto", disse-me uma outra mulher, "um homem fez, zombando, uma reflexão acerca de minhas pernas grossas. No dia seguinte minha mãe obrigou-me a pôr meias e a alongar a saia; mas não esquecerei nunca o choque recebido subitamente ao *me ver vista*." A menina sente que o corpo lhe escapa, não é mais a expressão clara da sua individualidade; torna-se estranho para ela; e, no mesmo momento, ela é encarada por outrem como uma coisa: na rua, acompanham-na com o olhar, comentam sobre sua anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de tornar-se carne e medo de mostrar essa carne. (BEAUVOIR, 2009, p. 407)

O "me ver vista" é algo crucial, que faz parte da vida da mulher de uma maneira que não faz da vida do homem, ele está do lado dos observadores. Então de que modo poderíamos recuperar o poder do olhar, recuperar um corpo que é seu, mas que lhe escapa aos outros? Uma maneira de fazer isso é através da arte, da produção de imagens. Quando se é artista, se adquire poder de

criar uma ordem diferente daquela já estabelecida. O artista, quando produz livremente, sem pensar nas pressões do sistema oficial (mercado, academia e instituições) dita as leis do próprio mundo. Há a possibilidade dessas novas leis ditadas alcançarem o mundo real e tocá-lo, mudá-lo de alguma forma. Segundo o feminismo, o ato de ver configura poder:

> A teoria feminista ampliou o significado de "ver" para se referir não apenas ao que está sendo visto, mas também à forma como é visto e ao poder que reverte para o indivíduo que está vendo. Representação, de acordo com as feministas, retratou mais do que como as mulheres pareciam; isso afetou como os outros as viam e, finalmente, como elas viviam.[1] (ROSENBLUM, 2010, p. 244)

Para fazer essa recuperação do corpo e da própria imagem, a maioria das artistas engajadas com o feminismo[2] utilizaram o corpo da mulher para fazer suas representações.[3] As mulheres estavam tomando de volta para si a representação do seu corpo, que sempre foi retratado pelos homens do modo como bem lhes aprouvesse. Tenho o interesse de falar sobre a imagem da mulher, mas também de fazer a inversão do olhar e ser uma mulher retratando homens, como a artista Eunice Golden:

> "Enquanto outras mulheres artistas retrataram o corpo feminino, muitas vezes os seus próprios órgãos genitais, como um emblema de seu próprio poder", disse ela, "Eu queria ir além disso, para encontrar meu próprio caminho para desafiar as ideologias e costumes arraigados na

[1] "Feminist theory enlarged the meaning of "seeing" to refer not only to what is being seen but also to how it is seen and to the power that accrues to the individual who is doing the seeing. Representation, according to feminists, depicted more than women looked; it affected how others viewed them and ultimately how they lived."

[2] Não existe apenas um feminismo, mas sim várias correntes feministas, como por exemplo, o feminismo negro, o feminismo interseccional, o transfeminismo, o feminismo radical, o feminismo liberal e outras vertentes.

[3] O feminismo começa a aparecer na arte com essa denominação a partir dos anos 60. Algumas artistas que trabalharam o corpo feminino e se identificam como feministas: Judy Chicago, Barbara Kruger, Annette Messager, Niki de Saint Phalle, Guerrilla Girls, Louise Bourgeois, Eleanor Antin, Orlan, Valie Export, Ana Mendieta.

> sociedade. Meus musos eram artistas amigos do sexo masculino que posaram para mim e apoiaram o meu trabalho."[1]

Outras fotógrafas já seguiram pelo mesmo caminho e me serviram de referência artística, como Sally Mann, Vania Toledo e Cassia Tabatini. Mesmo que, em alguns retratos, os estereótipos de poses masculinas se mantenham, o simples gesto de apontar a câmera para os homens é importante e é um gesto político. Ao tomar controle do jogo de ver e ser visto é que o ato fotográfico se configura como um ato de domínio, que ao ser tomado por uma mulher inverte uma lógica pré-estabelecida pelo mundo da arte. Lógica essa que já vem sendo desafiada dentro desse próprio mundo, por artistas já referenciadas, mas que há algumas poucas décadas era definitivo.

Fazer-se objeto, permanecer sujeito

Partindo da premissa de que o conhecimento e a produção de imagens são interessados, podemos olhar com mais clareza para os retratos produzidos. Tive meus interesses ao propor esse trabalho, explicitados no decorrer do texto, e eles serão utilizados para analisar o resultado final. O artista e o observador da obra de arte olham para ela de maneira diferente e podem extrair conclusões diversas segundo o que é importante para cada um deles, como esclarece John Dewey:

> O artista escolheu, simplificou, esclareceu, abreviou e condensou a obra de acordo com seu interesse. Aquele que olha deve passar por essas operações, de acordo com seu ponto de vista e seu interesse. Em ambos, ocorre um ato de abstração, isto é, de extração daquilo que é significativo. (DEWEY, 2010, p. 137)

[1] "While other women artists portrayed the female body, often their own genitalia, as an emblem of their own power," she said, "I wanted to go beyond that, to find my own path to challenge society's entrenched ideologies and mores. My muses were male artist friends who posed for me and supported my work." Publicado em: http://www.huffingtonpost.com/2015/02/13/female-artists malemuses_n_6669670.html?utm_hp_ref=arts&ncid=fcbklnkushpmg00000027

Ao produzir um retrato, uma série de escolhas é feita, independente da técnica, fotografia ou desenho. Fiz várias fotografias (uma média de 200 por sessão) para no final escolher apenas uma, a que mostrasse uma faceta do que aquela pessoa representa para mim, devido ao conhecimento que possuo sobre ela, com maior ou menor grau de intimidade. Dessa forma, apropriei-me das imagens que fiz sobre eles, produzindo uma interpretação pessoal dos retratados. Não busquei representar personagens ou tipos, mas sim a pessoa que estava na minha frente. A fotografia, apesar de ser, muitas vezes, ligada diretamente à realidade, por capturar momentos de forma mecânica, é, segundo Sontag, essencialmente uma interpretação:

> Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição à outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quando as pinturas e os desenhos. (SONTAG, 2004, p. 17)

Cada um de meus retratos é uma interpretação que faço de determinada pessoa, e depende do modo como a vejo e de como quero mostrá-la aos outros. Derivam de um olhar interessado e construído por uma série de elementos, estudos, vivências que constituem meu modo de ver. Do mesmo modo que eu tinha uma infinidade de opções de maneiras de fotografá-los, eles também tinham à disposição a mesma infinidade para me retratar. As escolhas feitas por nós ao produzir nossos retratos estão intrinsecamente ligadas ao mundo em que vivemos e ao mundo que conseguimos ver. Como observadores, estamos incluídos dentro de um sistema de regras e discursos já estabelecidos. No discursivo vigente em nossa sociedade, existem modos estabelecidos para se representar o masculino e o feminino.[1] Essas maneiras estão tão

[1] Alguns textos que falam sobre a representação do feminino:
BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
MATOS, Maria Izilda S de; SOIHET, Raquel (Orgs.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

fortemente arraigadas na cultura visual, que facilmente podem passar despercebidas. A mulher é objetificada de modo massivo e tratada como imagem de forma muito mais radical que o homem. Griselda Pollock fala sobre a ideia de feminino que é imposta à mulher:

> Na verdade, a mulher é só um signo, uma ficção, uma configuração de significados e fantasias. A feminilidade não é a condição natural das pessoas do sexo feminino. É uma construção ideológica historicamente variável de significados correspondentes a um signo M*U*L*H*E*R que é produzido por, e para, um outro grupo social cuja identidade e superioridade imaginada têm origem na produção do espectro desse fantástico Outro. (POLLOCK, 2011, p. 59)

Esse "Outro" a que Pollock se refere é a mulher. Da mesma forma, Beauvoir explicita a condição feminina da alteridade: "A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela: a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro." (BEAUVOIR, 2009, p. 17) E como o homem costuma representar esse outro? De que modo esse outro é visto?

Ao propor essa troca de retratos com meus amigos artistas, imaginava inocentemente que algumas convenções já teriam sido superadas e que eu seria retratada de forma diferente do usual, mas não foi esse o resultado final. Pedi que me retratassem como mulher, não como sua amiga, justamente para ver o que entenderiam dessa premissa. O que vemos nas imagens finais é uma série de retratos meus personificando tipos femininos já muito conhecidos na cultura visual.

Observando em conjunto todos os retratos, algumas estratégias imagéticas se repetem. Os estereótipos de menininha e de mulher sensual aparecem, e os que fogem a essa regra me colocam como uma função, exercendo o papel de fotógrafa, misturando outros elementos. Recursos de construção clássica da

---

WATERS, Melanie. *Women on screen*. Feminism and femininity in visual culture. Palgrave Macmillan: Basingstoke, 2011.

imagem feminina aparecem claramente em um padrão que se repete, como por exemplo, o destaque dado aos olhos e cabelos (Fig. 2). Quando meu corpo apareceu nos retratos, foi de forma tímida, como um corpo de boneca, visto de longe. Se eu tivesse liberado a nudez teria sido diferente? E se os artistas fossem desconhecidos e não fossem meus amigos, como se utilizariam desse corpo feminino a sua disposição?

Figura 2: Retratos produzidos para o projeto, autoria de Rogê Antônio, Itapa Rodrigues e Jack Soares, 2015. Fonte: Acervo pessoal.

Dividi os tipos usados para me representar nesses retratos em três categorias: menininha, mulher e fotógrafa. Ao ser menininha e mulher, trago algumas características consideradas femininas que são o oposto das ideais masculinas, como por exemplo, doçura, fragilidade, inocência, passividade, beleza, sensualidade. Ao ser representada como fotógrafa, assumo também a forma de uma alegoria, a da minha profissão. Representar a pessoa relacionando-a com sua atividade profissional pode ser tanto uma atitude empoderadora como generalizante, encaixando a retratada dentro de um tipo, segundo fala West sobre a pintora Artemísia Gentileschi e sua obra "La Pittura" (1638-1639):

> No entanto, enquanto ela representou a si mesma tanto como artista e uma mulher elegante, ela também retratou-se alegoricamente, [...] Gentileschi corporificou a si mesma como a alegoria da "La Pittura" ou "Pintura". Assim, pode-se dizer que neste autorretrato bastante incomum Gentileschi é

> cúmplice na tendência de retratistas generalizarem suas modelos mulheres.[1] (WEST, 2004, p. 157)

É válido considerar que não são apenas as mulheres que são estereotipadas, os homens também o são. No caso dos homens, outras características, que não a beleza, são valorizadas. Para eles, as cobranças não recaem tanto no campo da estética, e a feiura é permitida e compreendida. Há um padrão constituído sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, que não é positivo para nenhum dos dois lados. Esse modo de construção dos indivíduos não é saudável, como fala a psicanalista Giselle Groening, em um programa de televisão chamado *Café Filosófico*[2]:

> Toda visão que busca restringir o essencial à aparência é reducionista porque ela coisifica o humano. Então a mulher tomada como um objeto não deixa de ser uma forma de sua dominação. Assim como um homem, tomado como um objeto, a busca da super eficiência, também é uma forma de dominação. E essa é uma queixa frequente nos consultórios, porque todos nós buscamos ser considerados e reconhecidos em nossas individualidades, e não sujeitos a um padrão que é sim, reducionista.

Penso que o padrão que apareceu nos retratos é de certa forma reducionista por encaixar minha individualidade em uma tipologia de representação feminina. Também existem tipologias masculinas, mas não busquei retratá-los dentro desses modelos que exaltam características como força, altivez, inteligência. Ao produzir as minhas fotografias e deixá-los livres para assumir figuras e poses em frente à câmera, é possível perceber um padrão de poses e atitudes que em nossa sociedade são consideradas apropriadas para homens. Como por exemplo, braços cruzados,

[1] "However, while she represented herself both as an artist and a fashionable woman, she also portrayed herself allegorically, […] Gentileschi embodied herself as the allegory of 'La Pittura' or 'Painting'. Thus it could be said that in this very unusual self-portrait Gentileschi is complicit in the tendency of portraitists to generalize their women subjects."

[2] Programa da TV Cultura. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=718nHWzygAk

mãos nos bolsos, olhar sério e fixo na câmera, e expressões que recorrem ao humor. Esses recursos apareceram diversas vezes, sem que eu tenha orientado que agissem desse modo: foram as poses que eles escolheram para se mostrar e serem representados em imagem. Essas escolhas não são por acaso, Sontag relaciona o modo como se escolhe aparecer em uma fotografia com as relações de poder intrínsecas na sociedade:

> E a maneira como as mulheres e os homens realmente se parecem (ou permitem-se a parecer) não é idêntico com a forma como se pensa oportuno aparecer em frente à câmera. O que parece certo, ou atraente, em uma fotografia é muitas vezes não mais do que o que ilustra a "naturalidade" com que se sente a distribuição desigual do poder convencionalmente concedida entre homens e mulheres.[1] (SONTAG, 1999, p. 35)

Em minha escolha final procurei representar a personalidade por meio do que eu conheço sobre os retratados, e não através da linguagem corporal padrão masculina que eles apresentaram, mesmo que as fotografias escolhidas por mim pudessem transmitir passividade ou "feminilidade". Tudo se resume às escolhas feitas por quem produz e divulga as imagens. Não é fácil lutar contra padrões estabelecidos e mudá-los. "Delicadeza" e "caráter forte" deveriam ser características associadas a seres humanos de todos os gêneros e sexualidades, não a um grupo ou outro, e sem considerar um inferior ao outro.

Considerações finais

O "outro" foi uma palavra frequente em meu texto e em meus pensamentos, a troca com o outro, a mulher como outro, a

[1] "And the way women and men really look (or allow themselves to appear) is not identical with how it is thought appropriate to appear to the camera. What looks right, or attractive, in a photograph is often no more than what illustrates the felt "naturalness" of the unequal distribution of power conventionally accorded women and men."

visão do outro, e finalmente, um outro modo de olhar. Luciana Loponte fala sobre essa questão do outro:

> Olhar de 'outro modo' não quer dizer, no entanto, olhar de um modo 'mais verdadeiro' mas romper com as verdades cristalizadas como 'verdade única', questionar a 'naturalidade' dos discursos, inaugurar a pluralidade de pensamento ao denunciar as formas de poder exercidas sobre e pelos sujeitos. (LOPONTE, 2002, p. 292)

Essas verdades estão tão cristalizadas que, em um primeiro momento, eu mesma me iludi com elas. Queria fazer um trabalho que falasse sobre a visão que os homens têm das mulheres e sobre o poder de retratar. Contudo, ao fazer essa experiência em minha zona de conforto, com meus amigos, fiquei cega para algumas contradições. Precisei submeter meu trabalho à leitura de mulheres que abriram meus olhos para o fato de que eu estava dando mais voz ao que eles pensavam do que a minhas próprias ideias. Isso não fazia sentido, por que uma mulher faria um trabalho de arte para dar voz aos homens? Eles já possuem o poder da voz, da fala, do discurso. Essas amigas também me fizeram perceber que deveria deixar as questões afetivas de lado e não considerar os retratos que eles haviam feito de mim como presentes vindos de pessoas queridas, mas sim como representações da mulher. Afinal, era isso que eu queria desde o início, tomar o papel da mulher dentro desse grupo de homens. Assim, tentei enxergar as imagens produzidas de maneira fria, sem relacionar aos seus autores, para então descobrir as convenções que estavam ali latentes, mas não se faziam notar ao meu olhar.

A montagem final foi pensada com o intuito de valorizar minha parte do trabalho, as fotografias, e também passar a mensagem sobre o que compreendi analisando os retratos feitos por eles. O resultado imagético da pesquisa foi separado em dois conjuntos. O primeiro conjunto composto pelas minhas fotos, apresentadas de modo clássico, emolduradas, com borda branca, lado a lado, simetricamente distribuídas em uma linha horizontal. O segundo conjunto traz os retratos feitos pelos artistas,

distribuídos na parede em relação com retratos femininos semelhantes, apropriados de revistas e da *Internet*. Aqui, as diversas técnicas e suportes se misturam, mas os retratos pertencentes ao projeto ganham destaque. Esse painel funciona como uma coleção de imagens da representação da mulher, da qual agora faço parte, após ser representada nessa experiência que propus (Fig. 3)

Figura 3: Montagem do trabalho na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo – IA/UFRGS. 2015. Autoria de Maciel Goelzer. Fonte: Acervo pessoal.

Essa fase final, em que a percepção de outras mulheres deu novo rumo e nova força ao trabalho, apenas prova que a minha vivência como mulher não é só minha, e é válido se colocar no lugar da outra, pois haverá identificação. Como mulher, estou presa às armadilhas de uma educação que me ensinou a dar voz ao outro, a minimizar minha fala, a assumir uma posição passiva, a querer ser bonita. Atitudes mais esperadas de mulheres do que de homens. Foi preciso outros olhos que não os meus para poder ver a situação em que meu trabalho se encontrava. Para a maioria dos olhos masculinos que analisaram as imagens, a questão de gênero não importava. Mas sim, para mim, ela importa. O fato de um grupo enxergar certos elementos e outro não nos lembra como a visão é constituída e relacionada ao poder. É difícil para o grupo privilegiado enxergar seu privilégio, e também é difícil para ele construir imagens que vão contra esse privilégio. Como bem nos alerta Loponte, é necessário estar sempre atenta: "Há uma

conexão muito estreita entre visão e poder. O ato de ver – que envolve o que selecionamos para ver e como vemos – produz efeitos sobre os sujeitos, produz relações de poder, muitas vezes de forma sutil e sedutora." (LOPONTE, 2002, p. 290)

Referências bibliográficas

AVEDON, Richard. 1994. "The Richard Avedon Foundation." Disponível em: <http://www.richardavedon.com/> Acesso em novembro de 2013.
BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.
BERGER, John. *Modos de ver.* Rio de Janeiro: Rocco: 1999.
DEWEY, John. *Arte como experiência.* São Paulo: Martins Fontes, 2010.
FLORES, Laura González. *Fotografia e Pintura*: Dois meios diferentes? São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
LEIBOVITZ, Annie. SONTAG, Susan. *Women.* New York: Random House, 1999.
LOPONTE, Luciana Gruppelli. *Sexualidades, artes visuais e poder*: pedagogias visuais do feminino. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 2, p. 283-300, 2º semestre de 2002.
POLLOCK, Griselda. *A modernidade e os espaços da feminilidade.* In: Género, Cultura Visual e Performance. Antologia crítica. – organização Ana Gabriela Macedo e Francesca Rayner. Famalicão: Editora Húmus e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2011.
SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* Educação & Realidade. v. 20, n. 2, p. 71-99, julho/dezembro, 1995.
SONTAG, Susan. *Sobre fotografia.* São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
WEST, Shearer. *Portraiture* – Oxford History of art. New York: Oxford University Press. 2004.

LUGARES E ESPAÇOS EM *PERSÉPOLIS*: UM PERCURSO EMANCIPATÓRIO

Marina Bortolini Gonçalves[1]

Introdução

O lugar ocupado pelas mulheres na literatura é, muitas vezes, um reflexo do lugar que elas ocupam na sociedade. Em uma organização regida pela ideia patriarcal falocêntrica, tal lugar não apenas é definido, como é limitado pelos homens. Na cultura iraniana, isso se dá de maneira ainda mais intensa do que nas culturas ocidentais de um modo geral, no Irã, a mulher deve ficar restrita ao espaço privado. Como diz Michele Perrot (2005, p.279), em "As mulheres e os silêncios da história", citando Marie-Reine Guindorf, "uma mulher não deve sair do círculo estreito traçado em torno dela". Esse espaço é traçado pelos homens e à mulher cabe o dever de merecê-lo.

A autora Marjane Satrapi (Irã, 1969) na criação de *Persépolis* (2000), remonta uma trajetória de ocupação de espaços públicos que a configuram como sujeito e mulher emancipada, libertando-se das amarras de uma cultura machista por meio da palavra e da criação literária/imagética, sem esquecer suas raízes e dar crédito ao que ela considera valioso na sua cultura de origem.

A utilização dos termos **sujeito** e **mulher** justifica-se devido às duas transgressões que Marjane precisa fazer em seu percurso: primeiramente, como uma pessoa laica em uma sociedade cuja religiosidade impõe as leis, qualquer pessoa que se opõe a elas precisa transpor essa barreira e fazer um "caminho" diferente dos demais, além disso, o fato de uma pessoa nascer mulher numa cultura como a iraniana e não se resignar àquelas leis, configura

[1] Mestranda em Letras - Sociedade, (inter) textos literários e tradução nas LEM na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. marinabortolini@gmail.com

uma segunda barreira. Portanto, há uma busca por emancipação nessas duas esferas. O romance gráfico *Persépolis*, que é também uma autobiografia, relata a infância, adolescência e o início da vida adulta de Marjane Satrapi, uma mulher de origem iraniana que vivenciou transformações no seu país e foi testemunha da Revolução Islâmica. A autora utilizou-se da arte sequencial e da literatura para compartilhar, por meio de uma autobiografia, sua experiência como menina, adolescente e mulher vivendo em meio a uma revolução e uma guerra. Ao passo que, ao falar sobre sua vida, a história da Revolução Islâmica também é retratada sob a perspectiva de uma família laica que vive no Irã: a sua. Embora a escritora seja iraniana, viveu por um período na Áustria e hoje vive na França, onde trabalha como artista gráfica e autora. Por isso, escreveu sua obra em francês. De acordo com o que narra na sua autobiografia, Marjane nasceu no Irã onde foi alfabetizada em pársi e estudou algumas línguas, entre elas o francês – estudou no Liceu Francês de Teerã e no de Viena.

Marjane é bisneta de um imperador do país. No entanto, além da tradição e da cultura persa, sua educação teve influências ocidentais e de esquerda. O livro retrata histórias de prisões entre familiares e amigos da família. Seus pais eram marxistas e se opunham ao regime do Xá, uma monarquia que foi se tornando ditatorial com a ajuda dos governos britânico e americano.

Diante de uma história de vida bastante distinta das de seus colegas na Europa (durante a adolescência na Áustria e mais tarde na França), a autora decidiu utilizar sua habilidade como artista para compartilhar com eles as experiências que viveu, assim como, dividir com o mundo um pouco da história de seu país.

O objetivo deste ensaio é analisar os espaços percorridos pela protagonista do romance gráfico e verificar como a ocupação e a apropriação dos espaços se relacionam com sua emancipação. A autora/personagem passa por processos de emancipação ao longo de toda a narrativa. Entre a infância na casa onde viveu com a família em Teerã, o exílio em Viena durante a adolescência, e a volta para a cidade natal depois de uma série de experiências transformadoras, há muitos espaços de construção e constituição do sujeito/ da mulher que ela se tornou. Especialmente por ser

mulher e originária de uma cultura praticamente desconhecida e muito estereotipada no ocidente, Marjane Satrapi se vê diante de novos espaços que não dialogam com a sua história e neles ela terá de se reafirmar e se recriar como sujeito.

Os lugares e os espaços percorridos pela personagem

A maior parte da narrativa de Marjane Satrapi, enquanto criança, acontece dentro de sua casa em Teerã. Nela, vivem sua mãe, seu pai e sua avó. A presença feminina é muito forte. A mãe representa força e seriedade, sai às ruas para as manifestações contra o Xá juntamente com o pai. E a encoraja a ser uma mulher independente, focada nos estudos. A avó é de extrema importância dentro da narrativa e certamente na vida da autora. Apoia sua liberdade e seus pensamentos, o que contribui para o desenvolvimento de sua personalidade e de sua autoconfiança. Além de conversas sobre religião e família, na última noite que as duas personagens passam juntas antes de Marjane ir para Viena, a avó dá-lhe um conselho, que ressurge em passagens do livro:

> "Na vida você vai encontrar muita gente idiota. Se te ferirem, pensa que é a imbecilidade deles que os leva a fazer o mal. Assim você vai evitar responder às maldades deles. Porque não há nada pior no mundo do que a amargura e a vingança... Seja sempre digna e fiel a você mesma." (Capítulo "O dote")[2]

Tal sugestão pode ser compreendida como um encorajamento à neta em relação a sua postura enquanto mulher e enquanto iraniana. Afinal, como acontece no certo momento do livro, Marjane é desrespeitada e subjugada pelo fato de ser uma mulher vinda de uma cultura diversa da europeia. E, também, de certa forma, a fala da avó é um incentivo à conquista de espaços independentemente do lugar em que ela se encontrar. Vale aqui a distinção entre lugar e espaço feita por CERTEAU (1998, p.202),

[2] As citações da obra *Persépolis* não contêm páginas, pois a edição em questão não possui paginação.

para ele, o *lugar é* material e relacionado à estabilidade, já o espaço é abstrato e se constitui em função da associação de variáveis como o tempo e a velocidade. Ele diz que o *espaço é um lugar praticado*.

Um outro exemplo excelente da relação com a avó e de sua influência na emancipação de Marjane, é o que acontece quando, depois de 3 anos de casamento, Marjane pensa em se divorciar, e vai pedir conselhos. A avó apoia a decisão da neta e a tranquiliza em relação à pressão social que existe sobre ela.

Figura 1: Capítulo "O fim"

Em casa, com a convivência de pais abertos e críticos ao regime, ela também se torna atenta, curiosa e cria sua própria voz. Enfrenta seus primeiros questionamentos sobre religião e marxismo e constrói suas opiniões baseadas no que escuta e vivencia entre os familiares, vizinhos e amigos.

Figura 2: Capítulo "A bicicleta"
Marjane tem conversas imaginárias com Deus desde bem pequena, então Marx aparece e a deixa confusa.

Analisando as características das pessoas que cercam Marjane dentro de casa, é possível afirmar que este lugar prova-se um espaço de emancipação. Como é um espaço de discussão, de diálogo e de aprendizagem, é a partir desse espaço que a personagem se distancia da condição de subalternidade que a mulher ocupa no país em que vive. O que não ocorre na escola, que é apenas um lugar.

Na escola, sua voz é limitada pela repressão vinda das professoras, pois a instituição é regida pelos valores do governo patriarcal e machista. Nesses termos, vemos as mulheres restritas aos seus papéis de observadoras e ouvintes ou repetidoras de doutrinas, sem autonomia alguma. Quando a autora/personagem faz alguma crítica, é punida, ela relata situações em que foi castigada.

Marjane sofre por não se resignar e ser questionadora. Desde os primeiros requadros do livro isso já é declarado: ela se aborrece com o uso do véu, pois as meninas não entendem sua função; incomoda-se com o fato de meninos e meninas terem de ficar separados (depois da revolução islâmica, as escolas bilíngues foram fechadas e meninos e meninas não podiam mais ficar juntos); e questiona as professoras sobre muitas coisas, em especial a respeito das homenagens aos mártires da guerra e das mentiras relacionadas ao que realmente acontecia na guerra. O que a leva à

expulsão de uma escola e a decisão de seus pais sobre a mudança para a Europa, amedrontados pelas possíveis reações e retaliações ao comportamento da filha. Eles explicam a ela que meninas que são presas por se manifestarem contrárias às instâncias de poder são estupradas e, depois, executadas (pois naquela cultura não se pode matar uma virgem!). Evidentemente, qualquer um que se manifestasse contrário ao regime seria preso e condenado. No entanto, o fato de uma pessoa ser mulher e contestadora constitui dois aspectos negativos. Afinal, uma mulher nos padrões islâmicos ortodoxos deveria restringir-se ao cuidado da casa e da família. Na verdade, como Eliane Moura Silva afirma, em qualquer religião ou regime machista, (2006, p. 18) "os inimigos mais temidos e vigorosamente atacados pelos fundamentalistas são o feminismo e a emancipação da mulher". Marjane não poderia ser emancipada e continuar no Irã. A emancipação teria um preço.

A autora/personagem também percorre os espaços da cidade, mas de maneira mais restrita, em concordância com as limitações reais de circulação das mulheres nas cidades islâmicas. Pode-se aplicar aqui o que BOURDIEU (1990) chama de *sense of one's place*, que se refere às relações dentro de uma sociedade, baseadas nos poderes sociais que as pessoas possuem, como o capital econômico, simbólico e cultural. Enquanto o autor aborda o poder simbólico entre as classes sociais em sua teoria, no caso específico de *Persépolis*, podemos transpor essa relação entre poder e as posições que as pessoas ocupam devido às questões sociais, para a influência dos poderes e a interferência dos mesmos na ocupação de espaços por homens e mulheres dentro da sociedade iraniana.

Como a própria autora alega em entrevista ao site *bookslut.com*, o principal problema do seu país é a cultura do patriarcado:

> Olha, o problema de um país como o meu, além do regime, além do governo, é a cultura patriarcal que comanda o país. Isso é o pior. É por isso que o governo permanece lá. Não importa o assunto, eles dão uma interpretação particular a respeito. No que toca à psicologia, dizem que as mulheres são mais sensíveis que os homens. No que toca à medicina,

> dizem que nosso cérebro pesa um pouco menos que o de um homem. No que toca a qualquer coisa, eles dão sua interpretação, e a interpretação atinge a política, atinge a religião, atinge tudo. (acessado em 04/03/2016, minha tradução) [3]

Ou seja, as mulheres valem menos do que homens, têm menos direitos e circulam em locais definidos. Ainda hoje, todas as mulheres no país (iranianas ou visitantes) são obrigadas a vestir o véu. Elas não podem exibir seus corpos, sair do país sem a autorização do pai ou marido, ser eleitas para presidente, nem ser juízas. E em Teerã existe também o táxi feminino e o vagão do metrô destinado às mulheres. Outro fato importante: em juízo, o testemunho de uma mulher vale metade do testemunho de um homem. De acordo com o Índice Global de Desigualdade de Gênero, o Irã ocupa o 141º país em igualdade de gênero, num total de 145.

[3] You see, the basic problem of a country like mine, apart from the regime, apart from the government, is the patriarchal culture that is leading my country. That is the worst. That is why the government is still there. Whatever it touches, it gives its interpretation of the thing. When it touches psychology it says that the woman is more sensitive than the man. When it touches the medicine it says that our brain is a little less weight than the man's. When it touches anything it gives its own interpretation, and the interpretation goes towards politics, towards religion, towards everything.

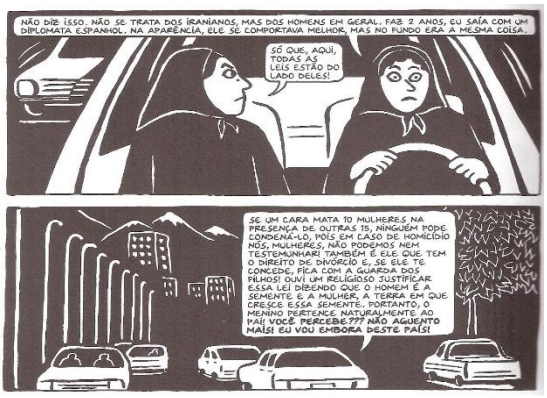


Figura 3: Capítulo "O fim"
Marjane reclama para uma amiga sobre a hipocrisia de um colega de trabalho iraniano que prega liberdade e igualdade entre os sexos, mas tem atitudes machistas dentro de casa perante à esposa.

Claramente, a posição que a mulher ocupa naquela sociedade, e em tantas outras, é de desprestígio e limitações. Um lugar que foi destinado a ela, sem nenhuma protagonismo, no qual é considerada inferior aos homens. Não somente é um lugar de subalternidade, como é um lugar restrito que a delimita a atuar em espaços privados. Fato que não é exclusividade da cultura islâmica, nem do momento histórico em questão, como aponta PERROT (2005, p.459), sobre a distinção entre o público e o privado no século 19. Ela afirma que esta é uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade:

> "Em linhas gerais, as "esferas"[4] são pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa."

À medida em que o tempo passa, Marjane vai construindo

[4] Teoria das "esferas" de Ruskin (*Of Queens Gardens*, 1864), modo de pensar que divide o mundo entre o sexo feminino e o masculino, que reconcilia a vocação "natural" com a utilidade social de maneira a harmonizar a complementaridade dos papéis, das tarefas e dos espaços.

sua identidade, e os espaços que ela percorre transformam os espaços que ocupa. A partida para a Europa é o grande momento de incitação de sua autonomia, ela não tem outra opção, senão se descobrir e reinventar-se na nova cultura. No mapa, a Europa era um *lugar*. Porém, na mente, ela também imaginava um *espaço* onde poderia fazer o que quisesse. A transformação começa pelo direito de andar pelas ruas sem vestir o véu, que lhe era imposto no Irã. O fato de uma mulher poder vestir-se como desejar, mostrar o corpo, maquiar-se, entre outras coisas, demonstra claramente que o lugar que ela ocupa não é o mesmo que costumava ocupar em sua terra natal. Como afirma BOURDIEU (1990, p.155), "De fato, as distâncias sociais estão inscritas nos corpos, ou, mais exatamente, na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo."

Na Áustria, Marjane vive em uma pensão mantida por freiras por algum tempo, mas o local onde ela realmente começa a vivenciar a experiência europeia é a escola. A relação com os colegas de aula é muito diferente do que acontecia em Teerã. Primeiramente, meninos e meninas estudam juntos, então ela encontrou o que ela chamou de "uma bela turma": um punk, uma garota da pá-virada, dois órfãos e uma terceiro-mundista (ela mesma). A partir do envolvimento com essa "turma", o processo emancipatório de Marjane ganha muita força. Ela entra em contato com culturas distintas da dela, mas que têm muito a ver entre si (são todas europeias) e convive com comportamentos variados. Por influência dos amigos, ela lê Bakunin, a história da Comuna, Sartre e Simone de Beauvoir.

Marjane relata sua transformação falando da mudança da mente e do corpo. A adolescência, entre 14 e 16 anos é um período de metamorfose, que foi desenhando a nova Marji agora na Europa. No entanto, somente o fato de estar na Europa não fazia dela uma mulher transgressora. Ela precisou criar seu próprio espaço, lidando com a rejeição de muitos colegas por se iraniana, ter traços diferentes e vir de uma cultura totalmente desconhecida e rotulada pejorativamente pela mídia. Ser iraniana e assumir isso com orgulho, levou algum tempo, mas a tornou mais íntegra e contribuiu para sua autoafirmação. O conselho da avó sobre manter a integridade foi de muita valia. A Europa era um lugar, Marjane

desenvolveu nesse lugar um espaço para sua emancipação.

Depois de alguns anos na Áustria, ela volta ao Irã e se casa com um iraniano. Marjane faz bastante esforço para viver no país. No entanto, as limitações impostas pelo regime do patriarcado a incomodam de tal maneira que nem a família ou o amor que havia encontrado a fizeram querer ficar lá por muito tempo. Ela precisava de um espaço no qual ela pudesse ter liberdade para criar sem a pressão e as imposições políticas, religiosas ou sexistas.

Na sua última tentativa de ficar em Teerã e insistir no casamento, Marjane e Reza, rapaz que ela conhece na volta ao Irã, realizam um trabalho que poderia ter sido altamente relevante para a cidade e para o país, sob encomenda de um professor do departamento de comunicação visual: um parque temático baseado nos heróis da mitologia iraniana. Eles investiram fortemente no projeto por 7 meses. No entanto, a proposta não foi aprovada pela prefeitura porque não tinha símbolos religiosos suficientes. Essa é a gota d'água para a personagem, que já não suporta mais viver em um lugar onde os espaços são cada vez mais restritos e onde, como mulher, ela teria possibilidades limitadíssimas, tanto em termos profissionais como pessoais. Além disso, o casamento estava terminado e as perspectivas de uma mulher divorciada no Irã são as piores possíveis, como diz sua amiga.

Figura 4: Capítulo "O fim"

Considerações finais

A relação dos lugares percorridos, assim como dos espaços já existentes ou praticados por Marjane, com sua emancipação são muito evidentes no livro. A autora/personagem encontra condições de praticar apenas dois lugares: sua casa, espaço de discussão, crítica e aprendizado, e a Europa (do futuro), que será um espaço novo, após o fim do livro, onde ela poderá exercer sua profissão de maneira livre, um espaço de criação nas artes, sem censura religiosa ou política. A necessidade de um lugar praticável é essencial para a personagem exercer sua profissão. Embora, houvesse a possibilidade de trabalhar no Irã, ela não poderia criar nada que fugisse dos padrões e das expectativas das instituições de poder.

Marjane critica a resignação do povo iraniano, algo que ela,

como sujeito e mulher, não consegue admitir. A privação dos direitos aos quais teve acesso na Europa e que seus pais queriam garantir a ela não poderia fazer parte da vida de uma mulher emancipada como ela. É importante destacar que essa emancipação só ocorreu devido aos trânsitos que a família oportunizou, por serem laicos e terem um bom poder aquisitivo. Por isso, a mudança para o ocidente, em especial para a França se tornou imprescindível, e para ela, felizmente, possível.

Ainda, penso ser cabível questionar como Marjane poderia ter transformado a realidade iraniana, mesmo que de maneira limitada, se tivesse ficado no país. De maneira alguma, creio que ela deveria ter se sujeitado à cultura ou se resignado. Porém, é interessante pensar como ela poderia ter impactado a cultura local com ações positivas de contestação à resignação que ela tanto criticava. Uma possibilidade, é de que ela teria sido perseguida, provavelmente seria presa e não conheceríamos o trabalho dela. Ela poderia ter sido uma mártir. Mas isso não teria o impacto que a obra dela teve em tantos países, em tantas culturas diferentes.

Por fim, além da contribuição dos espaços para a emancipação da autora, é fundamental o espaço que a escrita e a arte têm nesse processo. É possível dizer que a conquista da emancipação de Marjane só se dá por completo quando ela é capaz de escrever e desenhar a respeito do Irã e, além disso, publicar seu trabalho de forma ampla, para que ele atinja o maior número de pessoas possível. *Persépolis* foi escrito originalmente em francês e, posteriormente, traduzido para várias outras línguas. O romance gráfico foi adaptado para o cinema e foi indicado ao Oscar de melhor filme de animação em 2008. Em outras palavras, é inegável o alcance que a obra de Marjane teve. E isso só foi possível graças à mudança para a França e ao espaço que ela encontrou lá.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3. Ed. Petrópolis:

Vozes, 1998.
FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: *Estética:* literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e Escritos III).
FRANCO, Jean. Invadindo o espaço público: transformando o espaço privado. *Marcar diferenças, cruzar fronteiras.* Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.
PERROT, Michelle. Público, privado e relações entre os sexos. In: *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
SATRAPI, Marjane. *Persépolis.* Tradução de Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SILVA, Eliane M. Fundamentalismo Evangélico e Questões de Gênero: Em Busca de Perguntas. In: SOUZA, Sandra Duarte (Org.). *Gênero e Religião no Brasil: Ensaios Feministas.* São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. cap. 1, p. 11-28
<http://www.bookslut.com/features/2004_10_003261.php>
Acessado em 04/03/2016

CORPO, EROTISMO E TRANSGRESSÃO: O CORPO FEMININO EM *EDUCAÇÃO SENTIMENTAL*, DE TERESA HORTA

Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento[1]
Rodrigo Santos de Oliveira[2]

Introdução

Na sociedade Ocidental, de cultura judaico-cristã, os mitos da criação perpetuam a mulher como o "Outro" do homem, o diferente negativo, o que justifica a sua submissão e subserviência. Lilith ou Eva, a mulher encerra em si a desobediência à Lei do Pai, a sua "natureza" é a transgressão, e impuro é o seu corpo, como tudo que dele provém – a exemplo dos mênstruos (Cf. BEAUVOIR, 2009, p. 259). A sexualidade feminina é, então, interdita, com a repressão do corpo e dos seus desejos.

O erotismo, nesse modelo cultural, é permitido apenas aos homens, sendo um tabu para as mulheres, passível ainda de pena capital, como ocorreu durante o período inquisitorial, quando milhares de mulheres foram condenadas à fogueira pela vida sexual (ou suposta vida) fora dos "padrões" católicos. Não tão longe das fogueiras da Inquisição, a interdição da sexualidade feminina continua sendo um elemento de controle, de poder social, que subjuga a mulher ao homem.

Como exemplo disto, os regimes autoritários que se desenvolveram na Europa e América Latina durante todo o século XX, e que encontram ecos no século XXI, utilizaram abertamente

[1] Pós-doutoranda em História da Literatura na Universidade Federal do Rio Grande (FURG/FAPERGS/CAPES), é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras (FURG), atuando na área de Literatura Feminina, e é Doutora e Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: michellevasc@hotmail.com

[2] Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutor e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). E-mail: oliv.rod@hotmail.com

do discurso judaico-cristão e de teorias biológicas da diferença para oprimir a mulher, o seu corpo e os seus desejos.

Desta forma, partindo da interdição da sexualidade feminina como um elemento de controle social (Cf. FOUCAULT, 2014, p. 8), o presente pretende analisar como Maria Teresa Horta, no seu livro [3], em *Educação Sentimental* (1975), utiliza a literatura como ferramenta de contestação e ato de rebeldia contra o sistema, libertando o corpo feminino da opressão, da interdição, numa inovadora proposta de educação sentimental para as mulheres, levando à descoberta de um novo sujeito (ativo), corpo e prazer femininos.

O Estado Novo Português: a repressão feminina e a insurgência das Três Marias

É conhecido por Estado Novo o regime político ditatorial instituído em Portugal a partir de 1926, através de golpe militar, e que se estende a 1974, com a Revolução dos Cravos. O Estado Novo português foi um regime autoritário[4], anticomunista, antidemocrático e antiliberal, que teve como principal governante o civil de cepa clerical, António de Oliveira Salazar.[5] Segundo João Medina, ao contrário de paradoxal, foi bastante lógica a escolha de

[3] Maria Teresa Mascarenhas Horta (1937), escritora e jornalista portuguesa, é conhecida pela sua vida dedicada ao feminino, e f oi também umas das opositoras ferrenhas do salazarismo em Portugal.

[4] Em suas origens o regime salazarista constituiu-se como "proto-fascista", apresentando algumas características semelhantes aos congêneres fascistas europeus. Não obstante, a neutralidade de Portugal em relação à Segunda Guerra Mundial e derrota dos regimes nazi-fascistas em 1945 geraram uma reconfiguração na estrutura do Estado Novo onde abandonou os princípios totalitários – e que o enquadraria como fascista ou proto-fascista – e assume um caráter plenamente autoritário. O conservadorismo político, social e cultural, baseados no catolicismo foram mantidos. Logicamente, esse passado proto-fascista não foi esquecido pelos opositores do regime no Pós-Guerra e o regime salazarista seguiu sendo chamado de fascista.

[5] Salazar entrou para o governo cerca de dois anos após o golpe de Maio de 1926, que iniciou o Estado Novo em Portugal. Em 1928 assumiu o cargo de Ministro das Finanças. Em 1932 ascendeu ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, mais alta posição da hierarquia estadonovista. Permaneceu no cargo até 1968, quando foi afastado por motivos de saúde. Faleceu em 1970 aos oitenta e um anos de idade.

Salazar, visto que no período anterior, chamado de Primeira República (1910-1926), a Igreja foi perseguida:

> (...) cabendo agora, muito naturalmente portanto, a um dos principais dirigentes católicos formados nesses anos de chumbo e humilhação, assenhorar-se do Estado, desterrar a democracia e governar com mão de ferro um país onde os militares, degolada a República, tinham procurado quem fosse capaz de segurar o timão do governo, e mantê-lo fixo numa direção certa e ordeira. (MEDINA, 2001, p. 388)

O Salazarismo foi desenvolvido em relação com os sistemas fascistas que se expandiam em algumas nações na Europa, mais especificamente na Alemanha e na Itália. Embora seja com Mussolini que Salazar vai desenvolver laços mais próximos de admiração, o ditador português entende que está desenvolvendo um regime diferente do fascismo, um sistema como "uma forma de autoritarismo 'moral', ao passo que entendia o fascismo como uma ditadura 'amoral'. (TORGAL, 2001, p.392). E compreender essa idéia de moral ou de moralidade por trás (e guia) de seu sistema político "original", é mister para se entender o discurso ideológico de que se serve a ditadura salazarista para subjugar o sujeito feminino. No primeiro Congresso da União Nacional, em 26 de maio de 1934, Salazar profere:

> Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais se tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português – aliás, quase só restritos à idéia coorporativa. (...) Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio de sua história e da sua geografia, (...) para reorganizar e fortalecer o país com os princípios de autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, patrimônio da humanidade e apanágio da civilização cristã." (SALAZAR apud TORGAL, 2001, 393)

No discurso de Salazar percebe-se marcadamente o seu apelo à ideologia cristã. O seu governo estabelecerá estreitas

relações com a Igreja Católica, o que o difere dos outros regimes fascistas supracitados, e por ele considerados "amorais", embora neles também houvesse uma ideologia misógina, de inferioridade feminina, pautada na biologia e na função da mulher: reprodutora, mãe, cuidadora dos filhos e do marido. A mulher do lar. Com o lema "Deus, Pátria e Família" e o slogan " A mulher para o lar", o discurso ideológico do Estado português vai se valer dos valores cristãos e do "determinismo biológico" feminino para relegar a mulher portuguesa ao ínfimo lugar de "senhora do lar". Mesmo em contra-corrente aos ideais de legalização do trabalho feminino que se expandia na Europa devido à necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. O discurso de Salazar sempre se dava em função da preservação do estatuto materno e doméstico das mulheres, desmotivando o trabalho feminino:

> (…) o trabalho da mulher fora de casa desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranque da casa, no preparo da alimentação, no vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente recompensado pelo salário recebido.[6]

Não longe disto, o trabalho feminino também era visto como masculinização feminina, e que poderia destituir o homem de sua posição viril, como também pensa Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira.[7] De acordo com Rosmarie Lamas, Plínio Salgado diz que a mulher deve ser letrada, artista e até cientista se tem vocação para tal, mas esquecer os seus desígnios e limitações como mulher, fruto da criação de Deus é completamente

[6] Disponível em: http://capazes.pt/cronicas/o-25-de-abril-o-estatuto-da-mulher/2/ Acesso em 19 de junho de 2016.

[7] A Ação Integralista Brasileira foi um movimento de extrema direita, de cunho fascista, que se desenvolveu na década de 1930 no Brasil. Plínio Salgado, líder dos "camisas-verdes", como também eram conhecidos os Integralistas, esteve exilado em Portugal durante a instauração do Estado Novo no Brasil (1937-1945). Plínio Salgado permaneceu em Portugal de 1938 a 1946.

contra as leis naturais, é uma "*evidente anormalidade biológica*". Culpa o feminismo, considera-o o desvio do destino da mulher, diz que numa sociedade onde a mulher se distingue e se masculiniza, "*o homem rebaixa-se, perdendo o teor viril*", torna-se "*efeminado*" (Lamas, 1995 *in* Salgado, 1947, pp. 94, 108,109).

O discurso religioso será no Estado Novo português uma das bases ideológicas para dominação e submissão feminina, para a perseguição empreendida às mulheres que fugiam dos padrões estabelecidos: mãe, esposa, do lar e temente a Deus. As atividades culturais e laborais realizadas pelas mulheres eram desestimuladas e até proibidas pelo Estado. Muitas mulheres artistas e suas produções foram execradas, a exemplo de Judith Teixeira e Florbela Espanca, ainda na década de 1920 e início de 1930. Transgredir ao modelo feminino imposto pelo regime era não apenas um crime contra a ordem, mas, sobretudo, uma heresia, visto que tal ordem era determinada pelos valores cristãos católicos, que condenaram a mulher, Eva, a ser esposa de um Adão e sofrer as dores da sua condição feminina: "Multiplicarei grandemente a dor da tua conceição; em dor darás à luz filhos e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará" [8]:

> Eva é o protótipo da mulher moldada pelo Deus judaico-cristão, que sendo Pai e Todo-Poderoso quis estabelecer um padrão eterno de conduta para a mulher. Propõe a lei dessa tradição que a mulher: seja mulher de algum ADÃO, porque foi criada de sua costela (pedaço do homem e não criação independente de Deus). Seja sua auxiliar e companheira: "Não que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda" (Gênesis 2, 18-19). E que sua posição social esteja atrelada à responsabilidade pela preservação do casamento e pela felicidade do lar (marido e filhos). (PAIVA, 1993, p. 56, grifo do autor)

Neste modelo ideológico, condena-se a liberdade feminina. A mulher só existe e é aceita socialmente, como ser inferior e subjugada ao homem. Os seus desejos são proibidos, o seu corpo e sexualidade são reprimidos. É vedado e passível de punição,

[8] Idem. Gênesis 3, 16.(RC).

qualquer tipo de transgressão feminina. As punições variam desde a exclusão social à prisão. E é neste ambiente de repressão às liberdades femininas e às quaisquer liberdades individuais, que Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa publicaram em 1972 *Novas Cartas Portuguesas*, um livro escrito a seis mãos, sob um pacto de autoria: as autoras, desestabilizando as noções de autoria, não assinaram os textos. O livro é a denúncia da repressão ditatorial, o poder do patriarcado católico e a condição da mulher (casamento, maternidade, sexualidade feminina); das injustiças da guerra colonial e as realidades dos portugueses enquanto colonialistas na África, emigrantes, refugiados ou exilados no mundo, e "retornados" em Portugal.

Novas Cartas Portuguesas, após três dias do seu lançamento, foi apreendido e destruído pela censura do governo ditatorial, na época exercido por Marcelo Caetano:

> (...) posteriormente considerado de 'conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública'; sabe-se dos interrogatórios da Polícia Judiciária, a que as três autoras foram sujeitas, separadamente, na tentativa de se descobrir qual delas havia escrito as partes consideradas de maior atentado à moral, e também da recusa das três (que até hoje se mantém) em revelar; sabe-se o julgamento, que se iniciou em 25 de outubro de 1973, e que, após sucessivos incidentes e adiamentos, só não teria lugar devido à Revolução de Abril. (AMARAL, 2010,p. XVIII)

O livro das "Três Marias", como as autoras ficaram conhecidas, gerou bastante reação na sociedade portuguesa por abordar temas censurados ou considerados tabus da sociedade portuguesa da época. Em relação à mulher, por questionar os estatutos do casamento, a instituição da família católica, o estatuto legal das mulheres naquela sociedade regida pelos preceitos ideológicos já mencionados anteriormente. Ou seja, *Novas Cartas* era uma afronta ao modelo salazarista de família e de mulher, um modelo que, baseado na instituição religiosa,

demarcava o que era permitido ou proibido socialmente a tais sujeitos.

> Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. (FOUCAULT, 2014, p. 11)

Foi nos bancos dos tribunais de Portugal, enquanto, justamente com as outras Marias, era julgada pelo atentado à moral cometido com *Novas Cartas*, que Maria Teresa Horta (1937) escritora e jornalista do Diário de Notícias, vai produzir parte do seu livro, *Educação Sentimental* (1975), considerado pela autora "um acto de pura insubordinação", e "um dos [s]eus livros mais subversivos" em entrevista.

É no ato de transgressão pela palavra, no desvelar dos desejos e sexo feminino, que Teresa Horta opera sua maior subversão, desordenando a lei da proibição da sexualidade feminina. Usando apenas a palavra como arma, Teresa impõe a sua resistência a todo o sistema ideológica pautado em séculos de repressão e supressão do sexo feminino, desafiando a "inquisição" da sociedade portuguesa.

Educação Sentimental: corpo, erotismo e transgressão femininos

> Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnais. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal

> imperfeito, sempre decepciona e mente. (*Malleus Maleficarum*, Parte I, Questão VI)

A Inquisição foi a época de maior repressão à sexualidade feminina e a época de maior caça às mulheres que transgredissem o modelo feminino de *Maria Mater*, sendo consideradas bruxas. Num texto que alimentava o ódio à mulher, com forte conteúdo misógino, baseado nos escritos bíblicos, para justificar toda a violência empreendida contra as mulheres, Sprenger e Kramer, sob proteção de Bula Papal que os nomeavam inquisidores, disseminam a sua ideologia e suas práticas em toda a Europa, e, com isso, alastravam o terror. As mulheres delatadas eram presas e expostas a torturas. A confissão (forçada) dos seus pecados era, talvez, a forma de livrar-se do terror da Inquisição: a fogueira.

Embora a Inquisição tenha se estendido até o século XIX, os resquícios de todo o aparato ideológico misógino criado para justificar a violência contra a mulher, a condenação de sua liberdade e de sua sexualidade, continuaram a ser usados para justificar o seu lugar de inferioridade em relação ao homem, como forma de controle social. Às mulheres foi negado o desejo, o saber sobre o seu corpo, sobre a sua sexualidade como mecanismo de controle e de poder. O simples "desabrochar" do desejo foi socialmente condenado. Mesmo dentro dos limites da discrição, o desejo e o sexo eram permitidos aos homens, e às mulheres apenas o dever da procriação.

O Estado Novo português vai utilizar desse mesmo mecanismo de poder para tentar manter o controle social. O imaginário em torno da mulher bruxa não havia se dissipado dos discursos misóginos, e a mulher era condenada ao silenciamento dos desejos e do corpo. Entretanto, a voz de Teresa Horta, irrompe neste muro da repressão sexual feminina para apresentar e "propor" uma "Educação sentimental" das mulheres, para mulheres e homens, rompendo tabus em relação ao erotismo, sexualidade e corpo femininos.

No livro, a primeira coisa que já chama a atenção é a referência ao livro *Educação Sentimental* de Gustave Flaubert (1869), considerado um dos romances mais influentes do século

XIX, elogiado por escritores contemporâneos como Émile Zola e Georges Sand. O livro narra a vida e as (des) venturas amorosas do jovem Frédéric Moreau que se apaixona por uma mulher mais velha e casada. Flaubert, certa vez, teria dito em carta que queria escrever a história moral dos homens de sua geração, a história de seus sentimentos. Ou seja, uma história dos sentimentos dos homens, e não das mulheres, como se pode inferir. Uma história das descobertas das paixões, das conquistas. E talvez este seja o ponto de partida para pensar a obra da Teresa Horta, que se inicia com a dedicatória[9] "A todas as mulheres, minhas irmãs", assinalando a voz lírica dos poemas (feminina) e a sororidade dos seus versos, contrariando a voz masculina dominante da "arte de amar", já assinalada por Flaubert, e subvertendo esse modelo de Educação Sentimental.

O livro de Teresa Horta é dividido em três partes, com 114 poesias no total[10], nas quais a poetisa subverte os modelos sociais femininos a partir da construção de um sujeito feminino ativo na conquista e ativo na sua sexualidade. Teresa cria um sujeito lírico feminino que se propõe a conhecer seu corpo, a desvendar e revelar aos outros os "segredos" da sexualidade e expor o seu gozo através de uma *ars erótica*:

> Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma.(...) A relação com o mestre detentor dos segredos é, portanto, fundamental; somente este pode transmiti-lo de modo esotérico e ao cabo de uma iniciação em que orienta, com

[9] No livro consta também – e como em todos os outros livros da poetisa - a dedicatória ao seu esposo, Luís Barros: "Para o Luís, como sempre, todos estes poemas".

[10] As partes, divididas em numerais romanos, sem títulos, contêm, ao todo, 113 poemas. Entretanto, há um poema inicial, homônimo, que antecede a Primeira Parte do livro.

> saber e severidade sem falhas, o caminhar do discípulo. (FOUCAULT, 2014, p. 64)

É no estabelecimento desta relação mestre detentora dos saberes com que o eu-lírico feminino da poesia de *Educação Sentimental* se dirige ao interlocutor, que pode ser tanto as mulheres - enquanto relação de cúmplices do segredo do desejo e gozo femininos - como mulheres e homens, para partícipes dessa iniciação: a descoberta do prazer. É com poema homônimo, introduzindo essa *ars erótica* que Teresa desenvolve pela qual subverte o discurso repressivo, que inicia o livro:

EDUCAÇÃO SENTIMENTAL

Põe devagar os dedos
devagar...

e sobe devagar
até ao cimo

o suco lento que sentes
escorregar
é o suor das grutas
o seu vinho

Contorna o poço
aí tens de parar
descer, talvez
tomar outro caminho...

Mas põe os dedos
e sobe devagar...

Não tenhas medo
daquilo que te ensino

O poema "Educação Sentimental" propõe o conhecimento táctil do corpo feminino, representado pela imagem dos dedos, do poço e da gruta, ou seja, propõe uma masturbação feminina. Numa posição de mestre, de ser do saber – e do poder - sobre o sexo,

o eu-lírico feminino, através de verbos no imperativo, constrói esse percurso de re-conhecimento do corpo feminino, para mulheres e homens: "põe; sobe; contorna". Coloca-se numa posição ativa, enquanto mestre deste saber e versa sobre ele, mostrando o seu domínio e segurança ao iniciante: "não tenhas medo daquilo que te ensino". Ao mesmo tempo em que constrói uma sexualidade fundada no gozo, subverte o discurso da proibição sexual, que tem como um de seus principais interditos a masturbação feminina: os teólogos da Idade Média distinguiam dez tipos de luxúria - considerada um dos pecados capitais, que desviavam o homem de sua salvação espiritual - dentre as quais, a masturbação era considerada contranatural. (Cf. Alexandrian, 1991, p. 33). Vale destacar, ainda, que a luxúria só passa fazer parte de um sistema religioso a partir da Idade Média.

Segundo Foucault (2014, p. 64), a nossa sociedade, pelo menos à primeira vista, não possui *ars erotica*. Percebemos em Alexandrian, na sua obra *História da Literatura Erótica*, a existência de manuais ainda na antiguidade, dos quais podemos mencionar um dos mais conhecidos: a *Arte de Amar*, de Ovídio. Entretanto, o que se observa é que tais discursos sempre se pautam nos elementos permitidos e proibidos na conquista e no sexo, e possuem a finalidade de agradar, conquistar e manter o parceiro.

Sendo assim, a proposta de Teresa Horta no livro *Educação Sentimental* vai subverter os discursos em torno da sexualidade que estabelecem finalidade, procedimentos e ordenações sobre o sexo, substituindo-os pelo conhecimento do corpo sexual, pela busca do prazer: o gozo como única finalidade. É como uma bruxa que desconhece as regras de controle social, que Teresa subverte. Explorando o sinestésico, penetrando na natureza do corpo em sua plenitude de sensações, Teresa vai apresentar aos seus iniciantes da *ars erótica* os corpos masculino e feminino, da cabeça aos pés, como fonte de prazer:

A VAGINA

É cálida flor
E trópica mansamente

De leite entreaberta às tuas
Mãos

Feltro das pétalas que por dentro
Tem o felpo das pálpebras
Da língua a lentidão

Guelra do corpo
Pulmão que não respira

Dobada em muco
Tecida em água

Flor carnívora voraz do próprio
suco
No ventre entorpecida
Nas pernas sequestrada

Na poesia de *Educação Sentimental* o corpo é simbolizado e representado pela natureza e pelas experiências sinestésicas. Sabores, odores, sensações tácteis são utilizadas para apresentar ao interlocutor esse corpo desconhecido, visto que o saber do corpo é proibido. O suco (vinho das grutas) do poema anterior junta-se aqui às sensações do calor, do feltro, e do felpo, e ainda do muco para formar a imagem do sexo feminino.

O poema, dentro desta espécie de *ars erótica* que Teresa Horta desenvolve, é um guia para conhecer de forma táctil e excitar o sexo feminino. Representada pela flor, com suas pétalas remetendo aos lábios, a vagina é parte ativa no gozo, um gozo de masturbação, "Flor carnívora voraz do próprio/ suco", pelo qual subverte o lugar (vagina) de mero receptáculo masculino, ou seja, subvertendo também os procedimentos e finalidades do sexo na sociedade regida pelo discurso ideológico católico, e que, como vimos condenava a masturbação feminina.

O gozo feminino, marcado pelo gozo do sexo – vagina – , liberta o corpo feminino do discurso repressivo sexual: "No ventre entorpecida/Nas pernas seqüestrada". A liberdade do prazer sexual é a liberdade feminina.

Pensando ainda nos elementos sinestésicos do poema, e que estarão presentes em vários outros do livro, remetemo-nos a Francesco Alberoni, em *O erotismo* (BROWNMILLER apud ALBERONI, 1986, p. 12), ao abordar sobre uma suposta diferença entre erotismo feminino ao masculino: "No conjunto, o erotismo masculino é mais visível, mais genital. O feminino mais táctil, muscular, auditivo, ligado aos cheiros, à pele ao contacto." Ou seja, de acordo com Alberoni, essa sinestesia em, certa parte deriva desta suposta característica erótica feminina.

Outra subversão operada no livro é que o prazer feminino não se encontra apenas na exploração do seu corpo, mas na busca do prazer do parceiro. Na tentativa de proporcionar o gozo no parceiro, esse sujeito feminino também se excita, deixando de lado os discursos morais da sexualidade. Numa posição ativa, a mulher explora o corpo masculino:

MODO DE AMAR – XI
((Teu) Baixo ventre)

Nunca adormece a boca no
teu peito

a minha boca no teu baixo
ventre
a beber devagar o que é
desfeito

MODO DE AMAR – XII
(Os testículos)

Tenho nas mãos
teus testículos
e a boca já tão perto

que deles te sinto
o vício
num gosto de vinho aberto

É na exploração do prazer no corpo do outro que a mulher em Educação *Sentimental* também realiza o se gozo. Os "modo de

amar" apresentam as diversas possibilidades de expandir esse prazer, dentro da *ars erótica* construída por Teresa Horta. Vão vários modos de amar que se apresentam após o conhecimento dos corpos, justamente para explorar os prazeres, desde a masturbação ao sexo oral e à penetração, quebrando os tabus socialmente construídos durante séculos de repressão por meio do discurso político religioso, amplamente utilizado como forma de controle social pelo Estado Novo no século XX.

Como sujeito ativo nas poesias de *Educação Sentimental*, seja como guia, seja como sujeito que explora o prazer no e do outro "Tenho nas mãos/teus testículos/e a boca já tão perto", o eu-lírico feminino subverte os papéis femininos e expõe com naturalidade não só os corpos, as sexualidades e o gozo, assim como as experiências sinestésicas advindas dessas relações corpóreas - tão duramente reprimidas pela sociedade – tão bem assinaladas nos poemas: "que deles te sinto/ o vício/num gosto de vinho aberto".

Num ato de insubordinação e subversão, Teresa Horta escreve os poemas que compõe o seu vasto guia de educação sentimental, uma educação que subverte os discursos de poder e controle sobre a sexualidade e, principalmente, sobre o sujeito feminino. E sua educação sentimental também pode ser entendida como a impossibilidade de deixar-se dominar, impossibilidade de se deixar ser "educada", ou seja, controlada pelo discurso político, social e cultural da sociedade conservadora portuguesa:

DOMÍNIO
Não deixo que as coisas
Me dominem
Nem que a vasta secura
Me adormeça
Nem que a vela
Me apague
nos sentidos
a febre a que a boca não se entrega
[...]

Em "Domínio" conseguimos perceber claramente que *Educação Sentimental* não é apenas um livro de conhecimento

erótico, no sentido em que explora o conhecimento e prazer, mas um livro de contestação política, que subverte todo um sistema de controle social pautado no discurso ideológico cristão. *Educação Sentimental é*, além de tudo, um livro de liberdade, que desafia os resquícios de um sistema totalitário numa sociedade extremamente conservadora através da palavra. A palavra desafia os tabus sexuais, talvez os maiores interditos desta sociedade, utilizados para estabelecer as relações de poder entre os gêneros e controlar e punir as mulheres, como é feito durante séculos, a exemplo da Inquisição.

Sem medo da "inquisição" que poderia sofrer, Teresa Horta utilizou a única arma que tinha, a palavra, para destituir o poder do discurso patriarcal, como mestre, guia feminino de uma inovadora proposta de *Educação Sentimental*.

Referências

ALBERONI, Francesco. *O erotismo*. Trad. Maria Carlota Álvares da Costa. Lisboa: Bertrand, 1988.

ALEXANDRIAN. *História da literatura erótica*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.

AMARAL, Ana Luísa. Breve Introdução. In: BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. Org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote: 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Vol. 1. Lisboa: Quetzal, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HORTA, Teresa. Educação Sentimental. *In: Poesia Reunida.* Lisboa: Dom Quixotte, 2009.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das feiticeiras*. Trad. Paulo Fróes; Rose Marie Muraro; Carlos Byington. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

MEDINA, João. A democracia frágil: A Primeira República Portuguesa (1910-1926). *In.* TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal.* Bauru, SP: EDUCS; São Paulo, SP: Unesp; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

PIRES, Valéria Fabrizi. *Lilith e Eva*: imagens arquetípicas da mulher na atualidade. São Paulo: Summus, 2008.
TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo: Salazarismo, Fascismo e Europa. *In.* TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal.* Bauru, SP: EDUCS; São Paulo, SP: Unesp; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

IDENTIDADE E DIFERENÇA: REPRESENTAÇÕES DA MATERNIDADE EM POEMAS LUSO-AFRICANOS

Millaine de Souza Carvalho[1]
Santiago Bretanha Freitas[2]

Introdução

O presente trabalho, com base nos conceitos de identidade e diferença propostos por Stuart Hall (2006), tem por objetivo atentar às representações de maternidade em diferentes poemas de origem luso-africana. Na tessitura das análises, damos vista à polissemia da maternidade a partir dos poemas "Adeus à hora da largada", de Agostinho Neto; "Xigubo", de José Craveirinha; "Regresso", de Amílcar Cabral; e "Ciclo do álcool", de Francisco José Tenreiro.

Neste estudo, atentamos às representações de maternidade em poemas de sujeitos políticos que, além de escritores, são figuras relevantes para o movimento de (pós)independência de seus respectivos países. Interessa dizer que a maioria dos poetas é nascida na década de 20 (vinte) e falecida na década de 70 (setenta); Tenreiro faleceu na década de 60 (sessenta) e Craveirinha nos anos dois mil, pois se vê que vivenciaram o período de luta pela independência de seus países.

Entendendo a correlação entre os conceitos de identidade e diferença, em que a identidade é conceituada enquanto elemento identificatório (FERNANDES, 2006), vemos a maternidade enquanto este elemento que interlaça os quatro poemas em análise

[1]Graduanda do curso de Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e respectivas literaturas, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus Jaguarão (millainedescarvalho@gmail.com).
[2]Graduando do curso de Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e respectivas literaturas, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus Jaguarão (santiagobretanha@gmail.com).

e entendemos, simultaneamente, que "[n]as diferenças estão a propulsão ao desenvolvimento das novas formas de interação entre sujeito e seu meio" (FERNANDES, 2006, p. 01). Assim sendo, explicitaremos como cada autor significa a Mãe (maternidade) em seu poema, de modo a pensarmos que os conceitos de identidade e diferença então em relação de interdependência. De acordo com Fernandes (2006, p. 05),

> [i]dentidade e diferença fazem parte do mesmo processo de constituição e expressão de cada indivíduo. Tanto uma como outra são produzidas nos processos sociais e na relação entre subjetividade e contextualidade. O processo de socialização, que por si mesmo é social, produz tanto a diferenciação quanto a identificação permanente dos sujeitos.

No presente trabalho, primeiramente, apresentaremos os pressupostos teóricos utilizados para elaboração deste escrito. Logo, analisaremos cada um dos quatro poemas. Concluiremos este estudo, explicitando os distanciamentos e as aproximações sobre o imaginário de Mãe (maternidade) e os diferentes aspectos que inter-relacionam estes autores, tais como o caráter nacionalista de seus poemas, a cor da pele, a negritude e o território.

Pressupostos teóricos

A partir dos conceitos de identidade e diferença propostos por Stuart Hall (2006), Idilia Fernandes (2006), comenta que não há considerar identidade como sinônimo de identificação. Afinal, segundo ela, pensar identidade como algo unívoco implica desconsiderar a presença das diferenças existentes em qualquer realidade social, pois, para autora, "[n]as diferenças, estão a propulsão ao desenvolvimento das novas formas de interação entre sujeito e seu meio" (p. 01). Não cabe, então, impor-se a ideia de uma possível identidade homogeneizante.

Assim sendo, pensar identidade enquanto essência é "[...] desconsiderar-se o movimento próprio das alteridades que transformam a realidade a partir da própria condição das

diferenças." (FERNANDES, 2006, p. 02). Desse modo, não se naturaliza a existência de diversidade, ao revés, ignora-se a presença de diferenças, critica-se o que fuja ao convencional.

Fernandes critica a ideia de identidade enquanto permanência, pois os sujeitos não são estanques, imutáveis; estão, ao contrário, em constante transformação. Entendendo-se o sujeito como algo dinâmico, nas palavras da autora, a partir do pensamento de Martinelli, a identidade está no campo da diversidade. Se pensada enquanto permanência, para "tornar-se pessoa", esse conceito de identidade exige que se siga o que é estabelecido pelos padrões de uma dada sociedade.

Partindo do princípio de que todas as pessoas são diferentes, cabe refletir acerca do conceito de identidade a partir das distinções existentes entre os indivíduos. Ao estabelecer a identidade como identificação, torna-se impossível lecionar, de modo neutro, o que irá compô-la. Ou seja, deixar-se-á de incluir inúmeros fatores, fazendo com que se passe a considerar como estranho o que não se encaixa no padrão normativo e o que é distinto passa a ser excluído.

Cabe ressaltar que a noção de identidade como unidade faz com que se estabeleçam, com mais afinco, diferenças entre condições sociais. Sendo essas, muitas vezes, criadas negativamente, como aponta Jovchelovitch (apud FERNANDES, 2006, p. 04):

> Tanto o sujeito negro como a mulher foram historicamente construídos por representações marcadas pela violência simbólica e por um conjunto de exclusões. Mas ambos (e certamente a mulher negra com mais esforço) lutaram, e lutam, para não serem reduzidos a essas representações. Produzir contra-representações, outras representações, que não reduzam a objetividade da condição negra e feminina às tentativas de lhe construir enquanto negatividade tem sido parte dos movimentos negros e do movimento de mulheres.

Pensando-se uma lógica binária para o estabelecimento de uma identidade (SILVA apud FERNANDES, 2006, p. 05), tem-se

como positivo aquilo que eu sou e negativo aquilo que o outro é. Ou seja, afirma-se aquilo que se é, negando-se aquilo que não se é. Assim, para Fernandes, os conceitos de identidade e diferença então em relação de interdependência, pois o "eu" constitui-se a partir do "outro". Dessa forma,

> [i]dentidade e diferença fazem parte do mesmo processo de constituição e expressão de cada indivíduo. Tanto uma como outra são produzidas nos processos sociais e na relação entre subjetividade e contextualidade. O processo de socialização, que por si mesmo é social, produz tanto a diferenciação quanto a identificação permanente dos sujeitos. (FERNANDES, 2006, p. 05)

Quando se entende a identidade enquanto construção social/cultural, percebe-se que a partir de questões sociais são estabelecidos impedimentos que não possibilitam entender-se as diferenças como intrínsecas ao campo social, humano. Desse modo, torna-se necessário considerar todas as diferentes expressões do ser humano, de modo a admirar a diversidade de suas características.

Homogeneizando identidades, instituindo categorizações entre os indivíduos, institui-se paradigmas de hierarquização, de modo que aqueles que se enquadram nos parâmetros pré-estabelecidos detém o poder. Desse modo, elege-se uma única identidade como parâmetro a ser seguido, excluindo as diferenças existentes.

De modo a homogeneizarem-se as diferentes identidades, constrói-se o conceito de identidade nacional. A identidade nacional não é, segundo Hall (2003), intrínseca ao ser humano, é formada e transformada mediante representações, afinal "as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações." (HALL, 2003, p. 49).

Portanto, "[e]ntender identidade enquanto um conceito político significa perceber as contradições históricas e atuais que estão permeando não apenas o conceito, mas as práticas sociais que se seguem a partir dele." (FERNANDES, 2006, p. 10). Desse modo,

não se deve refletir sobre identidade desvinculando-a das relações sociais nas quais se insere.

Análise dos poemas

O presente estudo será iniciado a partir do poema "Adeus à hora da largada", de Agostinho Neto. Esse poeta, angolano, é uma das mais importantes personalidades de Angola.

Nascido em 1922 e falecido em 1979, vivenciou e lutou durante o período pré e pós-independência de seu país natal.

O poema "Adeus à hora da largada" é o poema de abertura do livro "Sagrada Esperança", publicado em 1979, em período de guerra civil angolana. Nesse escrito, tem-se a imagem de um eu lírico partindo de seu país em busca de "uma fé que alimenta a vida", com esperança de regressar trazendo uma nova perspectiva de liberdade para o país, a independência de Angola.

É notável que o partir dos filhos, da Mãe Negra, denominado como largada, envolve um deslocamento espacial. Vê-se o sentimento de tristeza daquele que vai, bem como dos que permanecem na colônia. Afinal, é na hora da largada que se dá adeus. Por isso, percebe-se esse poema como uma espécie de carta àquela que lhe deu a vida, não necessariamente a vida no sentido tradicional do termo, mas sim, também, metaforicamente.

Atentando-se à primeira estrofe do poema, "Minha Mãe / (todas as mães negras / cujos filhos partiram) / tu me ensinaste a esperar / como esperaste nas horas difíceis", vê-se a metáfora da mãe como representativa da cor da pele, a palavra mãe é anexado o adjetivo negra. A partida, mesmo que a vida tenha matado neste sujeito uma esperança, pode representar o renascimento em um retorno futuro, uma não esperança que é, ao mesmo tempo, a esperança. Também, pois quando fala em esperança, na terceira estrofe, não utiliza, como anteriormente, a primeira pessoa do singular, mas sim a primeira pessoa do plural.

De modo que se tem, nesse primeiro momento do poema, um retorno ao passado, perceptível através dos verbos conjugados no pretérito. Logo, a partir da estrofe iniciada por hoje, tem-se um momento presente, marcado, também, pelo uso de conjugações

verbais no presente. Ao passo que, ao final, o eu lírico volta-se ao futuro, ao amanhã.

A partir do parágrafo iniciado por Hoje e pelo seguinte, as maiores estrofes do poema, nota-se como o sujeito poético define o presente desses sujeitos. Sujeitos que estão à margem da sociedade, que não tem direito a educação, condições mínimas de trabalho, de existência. A pesar da condição de vida a qual estão submetidos, eles não podem parar de acreditar, de ter esperança, de lutar, pois o Amanhã será melhor, nele serão entoados "hinos à liberdade". Ou seja, o sentimento do presente de "garotos sem escola [...] / com fome / com sede / com vergonha [...] / com medo", é o que faz com que vão em busca de luz. Luz essa que pode ser entendida como conhecimento, sabedoria, necessários para retornarem e darem luz a vida dos que ficam.

Vê-se, a partir de "Eu já não espero sou aquele por quem se espera", a missão desse sujeito que está partindo, equiparada a uma missão messiânica. Sujeito que vem salvar os que estão nessa situação de vulnerabilidade. Nesse momento, pode-se nota que o eu lírico guarda uma relação direta com o poeta. Afinal, Agostinho Neta, foi a Portugal estudar, morou na casa dos estudantes de angola (CEA) e, lá, estabeleceu contato com as pessoas que viviam na casa dos estudantes do império (CPU). Contato esse fundamental para a fundação do movimento "Vamos descobrir Angola", que deu origem a revista "Mensagem", fatores relevante ao processo de independência de Angola, no qual Agostinho Neto participou ativamente.

Ao perceber que se tem, na primeira estrofe, entre parênteses, uma especificação para qual mãe está-se falando, para "todas as mães negras", ou seja, tem-se o uso do adjetivo negra, ainda, "cujos filhos partiram". De modo que o imaginário de maternidade é representado a partir da negritude. Ademais, vê-se o uso da expressão generalizadora "todas". Afinal, pensa-se ser mãe negras, e não um país em específico.

Nesse poema, é interessante perceber que Agostinho Neto não caracteriza o espaço sua luta. Ele se dirige aos negros de quaisquer partes do mundo, vinculando-se ao movimento negritude, bem como ao pan-africanismo. Nota-se a relevância desse

chamamento a todos os negros, ao "nós", se levar-se em consideração que o poema ganha força, o ritmo da poesia se torna mais intenso, quando do eu passa-se a falar em nós. O "eu lírico" de seu poema dirige-se aos negros oprimidos pela violência e pela opressão racial instaurada a partir do colonialismo independentemente de onde estejam.

Assim, a partir de "os contratados a queimar vidas nos cafezais / os homens negros ignorantes / que devem respeitar o homem branco / e temer o rico", vê-se a oposição existente entre "os contratados" e "o rico". Essa oposição pode ser relacionada ao momento histórico do país, a oposição entre socialismo e capitalismo. Sendo necessário, desse modo, que se lute, que os negros se unam, que sejam unificados, pensando-se em questões que estabelecimento de uma identidade, em prol desse ideal.

Diferentemente de Agostinho Neto, que define Mãe (maternidade) a partir do elemento cor da pele, negra, José Craveirinha determina a Mãe como África, descrevendo o espaço de Moçambique enquanto uma das filhas. Assim, vê-se, também, ao contrário de Agostinho Neto, José Craveirinha especifica o espaço de seu poema.

No poema "Xigubo", publicado sob o livro "Xigubo", em 1965, o eu lírico descreve uma dança guerreira ancestral. Inclusive, utiliza-se de onomatopeias, como "Culucumba! Culucumba! [...] Dum-dum! / Tantã!". A partir do próprio nome do poema e do uso de expressões tipicamente moçambicanas, como "tantã, maiela, azagaia", pode-ser afirma que o espaço do poema é Moçambique. Cabe ressaltar, para entender-se a relevância dessa dança guerreira, o fato de que, em 1964, um ano anos da publicação desse escrito, teve início a Guerra de Independência de Moçambique. Frente a essa guerra, estava a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido ao qual era vinculado José Craveirinha.

O poema é estruturado em sete versos, com número de versos variados, entre quatro e sete. A partir do movimento citado anteriormente, "Vamos descobrir Angola", a literatura luso-africana passou a ter, com mais afinco, um caráter anti-colonialista. Assim, afasta-se do modelo europeu e propõe, como

faz Craveirinha, um resgate de uma identidade pré-colonial, que se dá, no poema "Xigubo", por exemplo pelo uso do resgate de vocábulos oriundos das civilizações nativas. Como afirma Bernardo, "Trata-se de um clamor inflamado justificável em um momento de afirmação da nacionalidade não só em Moçambique, como na África de língua oficial portuguesa." (2012, p. 02)

Assim, no poema analisado, percebe-se a defesa existente no que se refere à luta, dos moçambicanos, pela memória, por consequência, vinculando ao movimento negritude. Todavia, essa luta não é a mesma de Agostinho Neto. A luta, em Craveirinha, possui cunho mais de revolta. Ainda, cabe ressaltar, que a pesar de querer desvencilhar-se do modelo europeu para literatura, o autor escreve, mesmo que utilizando vocábulos, típicos, em língua portuguesa. Assim, além de ter-se presente a negritude, o autor singularidades nacionais, típicas de Moçambique.

Por isso, é possível perceber-se que, apensar de iniciar seu poema utilizando o pronome possesivo "Minha", esse eu lírico singular expressa uma voz coletiva, que deve resistir e lutar para se libertar do colonizador. Depreende-se, portanto, a importância da cultura e das produções artísticas. Como expõe Hall (2006, p. 21), "a cultura nacional atua como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação".

Assim como Agostinho Neto e José Craveirinha, de modos diferentes, representam Mãe, há outro poeta que também a concebe. Amílcar Cabral, natural de Guiné-Bissau, representa mãe enquanto todo o continente africano, detendo-se a falar, especificamente, de uma de suas filhas, Moçambique, Amilcar Cabral, ao contrário de Craveirinha realiza uma espécie de metonímia, representa a Mãe enquanto mãe da África, a "Mãe Velha" como símbolo resistência. "Regresso" é um poema com estrutura fixa, composto de quatro estrofes, de, preponderantemente, quatro versos, com rima cruzada, somente a segunda estrofe possui cinco versos.

Nesse poema, tem-se a imagem de um eu lírico chamando a Mãe Velha para ouvir o barulho da chuva, uma chuva que no espaço do poema, "há tanto tempo não batia assim". Ao trabalhar com o

tema chuva, nota-se que ele abarca uma temática local de Cabo-Verde. Sendo este, então, o espaço do poema, lugar onde "o bater da chuva" é incomum, cabe ressaltar que Amílcar Cabral é natural de Guiné-Bissau. Todavia, mudou-se, ainda quando criança, para Cabo-Verde. Por isso seus escritos relacionados a essa ilha.

Partindo do princípio de que em Cabo-Verde a chuva é algo escasso, a chuva, nesse poema é representada como esperança. Afinal, a falta da chuva causa a evasão de cabo-verdianos a outros países. Por pertencer ao primeiro movimento literário dessa ilha, o movimento caridoso, Amílcar Cabral possui, um discurso que prega pelo evasionismo. No poema para o qual se atentar, tal fato pode ser percebido ao notar-se a alegria ocasionada pelo regresso da chuva, algo que se sabe que não ocorrerá em Cabo Verde.

Diferentemente da linguagem utilizada por Craveirinha, Amilcar Cabral não se utiliza, como ele, de ditos regionais. Todavia, é possível notar o uso de "Mãe Velha" e "mantenha", expressões típicas do crioulo. Cabe ressaltar que, tratando da temática chuva, Amilcar Cabral possui um poema denominado, especificadamente, "Chuva", podendo-se, desse modo, perceber quão este tema é relevante ao se estudar esse autor luso-africano.

Na primeira estrofe, percebe-se uma espécie de personificação da chuva, adjetivada, na segunda estrofe, como amiga. A partir da quarta estrofe, em que o eu lírico diz que o verde é a cor da esperança, se percebe a importância da chuva para esse lugar. Afinal, "Dizem [...] Que a terra, agora, é mesmo Cabo Verde." Ou seja, sem chuva, o Cabo deixa de ser verde. Dito de outra forma, a chuva representa a esperança de vida nesse lugar. Através do último verso, se percebe que a chuva bate dentro do coração do eu lírico, como uma espécie de desejo. Por isso, por não ser algo real, não há como se viver, segundo a perspectiva de Amilcar Cabral, nesse lugar.

Portanto, nota-se que o poema de Amílcar Cabral está muito vinculado ao que o autor pregava, a liberdade. É possível dizer que os escritos desse autor possuem duas vertentes, quando não há determinação de espaço, sua liberdade está mais relacionada a questões políticas, a processos de independência, a liberdade da colônia em relação à metrópole. Todavia, na outra vertente, ele

especifica o espaço de seus poemas como a Ilha de Cabo Verde. Tal questão pode ser compreendida, pois Amilcar Cabral era vinculado ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Ou seja, faz da cultura, da poesia, sua arma de combate.

Do mesmo modo que Amilcar Cabral, outro poeta luso-africano, representa Mãe a partir de seu sentido materno. José Tenreiro, natural da República Democrática de São Tomé e Príncipe, considerado o primeiro poeta do movimento Negritude, representa a mãe desse modo. Todavia, ao passo que Cabral a define enquanto símbolo de resistência, Tenreiro a determina como símbolo de sabedoria.

O poema "Ciclo do Álcool" é dividido em três partes. A primeira é composta de quatro estrofes, as duas primeiras com quatros versos e as duas últimas com dois versos cada; a segunda parte possui somente uma estrofe de quatorze versos; a terceira parte é constituída de seis estrofes, com estruturas diversas, a primeira possui cinco versos, a segunda três, ao passo que a terceira um, a quarta quatro, a quinta dois e a sexta, e última, também, dois versos.

Na primeira parte do poema, o eu lírico narra o início do ciclo do álcool em São Tomé e Príncipe. Nota-se, na primeira estrofe, o uso do verbo chegar relacionado ao sujeito "Silva Costa". Afinal, esse ser, com sobrenome composto, sinônimo de poder, de colonizador, traz para a ilha de São Tomé e Príncipe, desabitada até a chegada do colonizador, uma garrafa de aguardente.

Cabe ressaltar o motivo pelo qual essa bebida foi levada à colônia, "Para o primeiro comércio", ou seja, com ideais capitalistas, tanto que, de acordo com a segunda estrofe, essa água não foi suficiente "[p]ara acalmar a sede da sua [de Silva Costa] garganta". Compreendo essa sede enquanto sentido metafórico, é possível entendê-la enquanto ambição, sede por dinheiro.

No segundo momento do poema, nota-se a presença de brancos na ilha, as relações de comércio por eles estabelecidas nesse lugar, como é possível perceber através dos versos "Os brancos estão fazendo negócio / A golpes de champagne!". Nessa parte do poema é interessantes atentar ao que a imagem da lua, nos palmares, propicia a Sam Márinha; para ela, essa imagem tem

carícias de sonhos, enquanto, para aqueles que estão nas cubatas, são "[b]atidas dum luar sem sonhos".

No que se refere ao último verso na estrofe analisada, em que há o uso da palavra "golpes", é interessante perceber o uso dessa expressão no contexto em que é posta. Afinal, taças de champagne não são golpeadas umas a outras. Todavia, levando-se em consideração a história de São Tomé e Príncipe, bem como sua geografia, entende-se que este golpear refere-se à exploração colonial sofrida pelos negros dessa ilha.

A representação de Mãe, nesse poema, está presente na terceira parte do escrito. Nela, a Mãe Negra aconselha seu filho a não consumir bebidas alcoólicas, especificadamente, a cachaça. Vê-se que José Tenreiro adjetiva a mãe por ele definida, representa a imagem da Mãe a partir da cor da pele, da imagem materna, aquela que gera vida. Ao pensar a Mãe através desses aspectos, a vê a partir de um ponto de vista individual, não como uma metáfora da coletividade.

Assim, é factível refletir ao consumo de álcool, pelos negros, como forma de fuga do sistema no qual estão inseridos. A partir dos dois últimos versos da segunda parte, em que há informação de que os brancos bebem champagne; e tendo por base a terceira parte, em que os negros bebem cachaça, é notável atentar-se a relação capitalismo versus socialismo existente em São Tomé e Príncipe. Também, pois, José Tenreiro participou ativamente na política de libertação de seu país, fazendo parte do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Todavia, em "Ciclo do álcool", não se pode entender liberdade enquanto colonial, independência, mas sim em relação à situação social dos negros em seu país.

Portanto, no poema "Ciclo do álcool", vê-se um movimento em defesa das minorias étnicas. Nele, Tenreiro critica o sistema de exploração colonial, o modo de vida da população de seu país; problematiza o conceito de negritude. Suas obras estão vinculadas as correntes literárias negritude, africanitude. Ademais, esse autor propicia um entrecruzamento de culturas, vozes.

Considerações finais

Portanto, apesar de se ter o imaginário de maternidade como um elemento de identificação dos quatros poemas, cada autor representa Mãe de um modo distinto. Nessas representações, há diferentes aspectos que entrecruzam estes autores. Agostinho Neto exalta a Negritude, representa Mãe a partir do elemento cor da pele, sem determinação de espaço específico, dirigindo-se aos negros existente em qualquer parte do mundo (pan-africanismo).

José, Craveirinha, em contrapartida, determina a Mãe como África, descreve o espaço de Moçambique enquanto uma de suas filhas. Ao passo que em Amílcar Cabral a Mãe Velha é representada como símbolo de resistência, não havendo referência a cor da pele, diferentemente de Agostinho Neto. Assim como Cabral, Francisco José Tenreiro representa a Mãe a partir de seu sentido materno, mas não a concebe enquanto resistência; a determina como símbolo de sabedoria.

Assim, vê-se que Tenreiro enaltece a negritude, diferente de Craveirinha, a africanitude. Cabe ressaltar que tanto em José Craveirinha, quanto em Amilcar Cabral, em que há especificação de espaço, pode-se refletir acerca do caráter nacionalista de seus poemas. Ademais, é necessário salientar que, quando os poemas de Amilcar Cabral possuem caráter universalizante, aproximam-se dos de Agostinho Neto. Quando há especificação de lugar, aproximam-se dos de Craveirinha. José Tenreiro, assim como Agostinho Neto, representa a imagem da mãe enquanto negra. Todavia, a Mãe delimitada por Tenreiro é a são-tomense.

Portanto, vê-se que o longo processo histórico de colonização desses países luso-africanos repercutiu na construção de uma identidade cultural rememorada a partir de um passado/presente e uma língua em comum e, pelas diferenças que apresentam. O imaginário de maternidade é, então, um elemento fundamental neste processo de (des)colonização, de construção de uma identidade nacional e estabelecimento de diferenças.

Referências

CRAVEIRINHA, José. **Xigubo**. Lisboa: Edições 70, 1980.
FERNANDES, Idilia. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre, ano 5, n. 6, dez. 2006.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979.
SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
TERREIRO, Francisco José. **Ilha de Nome Santo**. Coimbra: Colecção no Cancioneiro, 1942.

TRAJETÓRIA E OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: ROMPENDO AS BARREIRAS RACIAIS E SOCIAIS ATRAVÉS DA LITERATURA

Norberto Niclotti Catuci [1]
Vanda Maglione de Moraes[2]
Caroline Leal Bonilha[3]

Introdução

O presente trabalho traz a história da artista literária Carolina Maria de Jesus, que lutando contra o racismo, ajudou a abrir caminho para outros escritores de periferia. A escolha da artista se deu após conversas realizadas entre os autores deste trabalho, sobre como aproximar a literatura e a arte na contemporaneidade, onde a construção de um ideal de artista é, em sua maioria, em torno de um glamour fora da realidade, que muitas vezes acaba por enfraquecer o próprio ensino destas áreas.

Como futuros docentes da rede pública, vimos a importância de Carolina de Jesus tanto quanto a do canônico Machado de Assis, que também era negro, mas de um outro contexto histórico e com um público-alvo completamente distinto.

[1] Norberto Niclotti Catuci é graduando em Licenciatura em Letras (português/inglês) pela UFPel. Contato: betocatuci@gmail.com
[2] Vanda Maglione de Moraes é graduanda em licenciatura em Artes Visuais pela UFPEL. Contato: vandamaglione@gmail.com
[3] Professora do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (orientadora).

Imagem 1: Carolina Maria de Jesus

> "... o potencial consciente e sensível de cada um, se realizar sempre e unicamente dentro de formas culturais. Não há, para o ser humano, um desenvolvimento biológico que possa ocorrer independente do cultural. O comportamento de cada ser humano se molda pelos padrões culturais, do grupo em que ele, indivíduo, nasce e cresce. Ainda vinculado aos mesmos padrões coletivos, ele se desenvolverá enquanto individualidade, com seu modo pessoal de agir, seus sonhos, suas aspirações e suas eventuais realizações." (Criatividade e Processos de Criação OSTROWER, Fayga. Editora Vozes. RJ. 187p. 1977.)

Nascida no dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, MG, estudou dois anos no primeiro colégio espírita do Brasil, Colégio Espírita Allan Kardec. Em 1923, Carolina e sua família mudaram-se para Lajeado, MG. Devido a muitas feridas nas pernas, Carolina decidiu ir a pé até a cidade de Uberaba atrás de cura. Sem sucesso, retornou à cidade natal, e novamente partiu para Ribeirão Preto e Orlândia, em SP.

Ainda sem cura, no ano de 1932, retornou a Sacramento e no ano seguinte, foi presa junto com sua mãe, sendo consideradas feiticeiras, apenas porque Carolina sabia ler. Um ano antes da morte de sua mãe, em 1937, esta pediu que a filha nunca mais

voltasse à Sacramento. Seus primeiros registros fotográficos aconteceram no ano de 1940 ao lado do jornalista Willy Aureli, no jornal Folha da Manhã. Depois disso, Carolina mudou-se para a favela de Canindé, onde nasceram seus filhos e publicou poemas e registros sobre sua vida naquele local. E foi através do repórter Audálio Dantas, que trechos de seu diário começaram a ser publicados no jornal Folha da Noite.

Um Breve Histórico – "Guia do Acervo"

No ano de 1960, lançou seu primeiro livro "Quarto de Despejo: diário de uma favela", com direito a uma tiragem de 10 mil exemplares, noite de autógrafos, 600 exemplares vendidos no primeiro ano e várias reedições com mais de 100 mil exemplares. Foi homenageada pela Academia Paulista de Letras e pela Academia de Letras da Faculdade de Direito de SP.

Em 1961 acontece o lançamento de *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, que acaba não agradando aos críticos e a elite da época. Carolina faz algumas viagens à várias regiões do Brasil, e para o Uruguai, Chile e Argentina onde recebe a "Orden Caballero Del Tornillo", lança o disco Carolina Maria de Jesus, onde canta suas composições. O livro Provérbios teve edição da própria Carolina e foi lançado no ano de 1963, mas sem repercussão, já o romance Pedaços da Fome apresentado por Eduardo Oliveira foi recebido com indiferença pela imprensa. No ano de 1969 muda-se com os filhos para um sítio em Parelheiros periferia de SP. Escreve O Brasil para os Brasileiros no ano de 1972, mas acaba sendo diminuído pela imprensa e parte dele é editado como o Diário de Bitita.

A produção de um curta metragem alemão, sobre a sua vida acontece no ano de 1975 por Gerson Tavares e tem sua exibição proibida no Brasil e no ano seguinte a editora Ediouro faz o lançamento no Brasil de Quarto de Despejo, quando em 1977 a Scappelli Film Company propõem a realização de um filme a partir do livro, mas sem sucesso, no mesmo ano Carolina vem a falecer aos 63 anos vítima de crise de asma em sua residência em Parelheiros SP.

Obras Póstumas

- 1986: Diário de Bitita, em 1982 a emissora de TV Rede Globo de Televisão produz um documentário Caso Verdade: De catadora de papel mais famosa dos últimos tempos;
- 1991: um roteiro de Karen Brown para um documentário sobre Carolina "Passion Flower: The Story of Carolina Maria de Jesus", em Los Angeles;
- 1994: José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine escrevem o livro Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus;
- 1995: Meihy e Levine lançam The Life and Death of Carolina Maria de Jesus nos Estados Unidos, 1996 organizam o material deixado por Carolina e publicam "Meu Estranho Diário e Antologia Pessoal" ;
- 2004: Ano Nacional da Mulher, é lançado o Calendário "Mulheres que estão no mapa", em sua homenagem, exposta no mês de novembro, inauguração da Rua Carolina Maria de Jesus, no bairro de Sapopemba;
- 2005: Inauguração da Biblioteca Carolina Maria de Jesus no Museu Afro-Brasil no Parque Ibirapuera em São Paulo-SP;
- 2007: Lançamento da segunda edição de Diário de Bitita, edição de Carlos Alberto Cerchi e Alessandro Abdala, editora Bertolucci, Sacramento-MG;
- 2009: Joel Rufino dos Santos escreve o livro Carolina Maria de Jesus – Uma Escritora Improvável, editora Garamond;
- 2012: Lançamento do livro Carolina Maria de Jesus: o estranho diário de uma escritora vira lata, da autoria de Germana Henriques Pereira de Sousa, editora Horizonte;
- 2014 Novo livro sobre a autora escrito por Elzira Divina Perpétua, A vida escrita de Carolina Maria de Jesus, editora Nandyala.

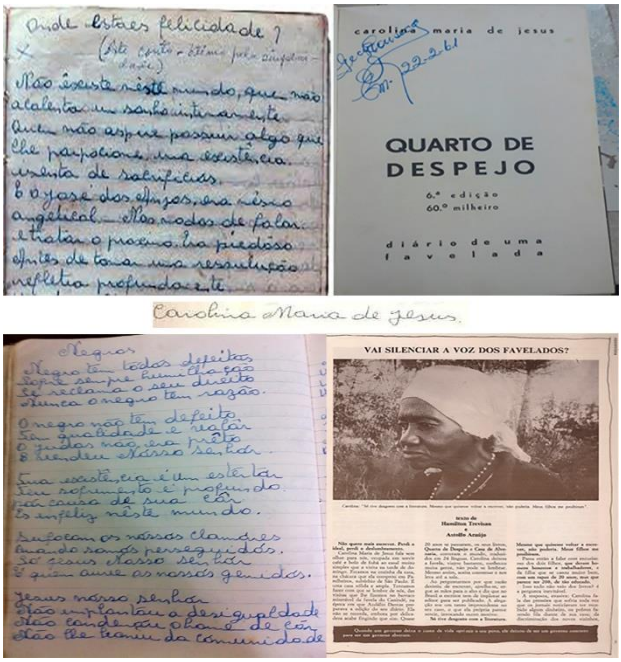


Imagem 2

Imagem 2: referencial visual, que aproxima os leitores da simplicidade da qual Carolina fazia sua produção literária e sua repercussão.

> "... os processos de criação interligam-se intimamente com nosso ser sensível. Mesmo no âmbito conceitual ou intelectual, a criação se articula principalmente através da sensibilidade. Inata ou até mesmo inerente à constituição do homem, a sensibilidade não é peculiar somente a artistas ou alguns poucos privilegiados. Em si, ela é patrimônio de todos os seres humanos. Ainda que em diferentes graus ou talvez em áreas sensíveis diferentes, todo ser humano que nasce, nasce com um potencial de sensibilidade. Queremos, antes de tudo, precisar a palavra sensibilidade, definindo-a no sentido em que aqui a usamos. Baseada numa disposição elementar, num permanente estado de excitabilidade sensorial, a sensibilidade é uma porta de entrada das

> sensações. (Criatividade e Processos de Criação OSTROWER, Fayga. Editora Vozes. RJ. 187p. 1977.)

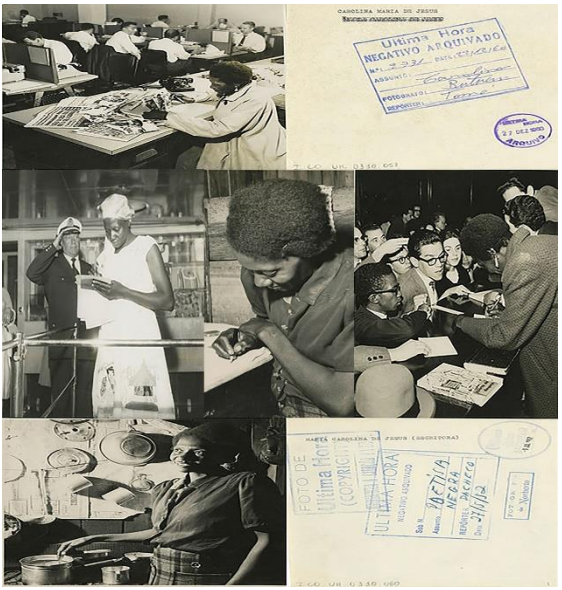


Imagem 3

Imagem 3: referencial imagético que deixa evidente que, apesar da fama, Carolina não deixou de lado seu jeito simples e que foi reconhecida perante homens e mulheres da época, que era bastante consolidada dentro de uma visão matriarcal e excludente.

Isso pode ser contrastado com o autor Machado de Assis, o qual apesar de gago, negro, e de indícios de que fora abolicionista, não tinha necessariamente como público as classes menos privilegiadas, muito possivelmente devido ao período histórico em que vivia.

> "Carolina foi, pode-se dizer, uma guerreira valente contra as tropas da herança racista, anti-interiorana, preconceituosa em relação às mulheres e, sobretudo uma

> pessoa afrontadora da marginalidade e da negligência política. Rebelava-se sozinha e por isso jamais chegou a ser revolucionária ou heroína permanente. " (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 19)

Produção Musical

É interessante mencionar a produção musical de Carolina, pois esta é de um simbolismo comovente e muito profundo, podendo acrescer à recepção dos alunos diante da arte, seja ela em forma de música ou literatura.

Essa ligação do trabalho de Carolina com as classes oprimidas pode ser recuperada por Audálio Dantas, que em seu texto para o disco de Carolina Maria de Jesus, intitulado *Quarto de Despejo, Cantando suas Composições,* escreve: "Mas a música nascida no 'Quarto de Despejo' é boa e autêntica, com gosto de povo. (...) Carolina é a favela que se tornou conhecida no mundo inteiro. "

Algumas obras musicais são:

Ra, ré, ri, ró, rua (Partitura)
A vedete da favela (Partitura)
A Maria veio (Partitura)
Quem assim me ver cantando (Partitura)
Macumba (Partitura)
As granfinas (Partitura)
Moamba (Partitura)
O malandro (Partitura)
Simplício (Partitura)
O pobre e o rico (Partitura)
Acende o fogo (Partitura)
Pinguço (Partitura)

Objetivos Gerais - Identificação e Representação

Considerando como altamente relevante a identificação cultural do aluno para com a obra a ser trabalhada, entendendo que somente poderá haver tal identificação dada sua respectiva

representação, e visando a melhor significação dos conteúdos, propomos incluir obras da autora Carolina Maria de Jesus no conteúdo trabalhado nas escolas. Visamos também desmistificar o velho perfil dos artistas frequentemente trabalhados (tendência que apontou recentemente no país) mas cientes de que não é necessário abandonar as atuais obras utilizadas.

Havendo a possibilidade de identificarem-se, os alunos poderiam ampliar sua compreensão do mundo onde vivem, no aspecto de construção da imagem através da criação de terceiros. Aqui, nos referimos às mídias e a todo meio de comunicação que nem sempre as crianças se dão por conta. Muitas vezes com tantos referenciais imagéticos de aceitação social, acabam bloqueando-se em suas potencialidades. Quando trazemos Carolina de Jesus, Isso se dá também através dos vídeos produzidos a partir de sua vida, os quais potencializariam a criatividade e aceitação através de sons de uma familiaridade absurda para suas vidas.

Eu tinha 9 anos quando Star Trek foi ao ar. Eu olhei para a tela e saí correndo pela casa, gritando: *"Vem aqui, mãe, gente, depressa, vem logo! Tem uma moça negra na televisão e ela não é empregada!"*. Naquele momento eu soube que podia ser o que eu quisesse.

Whoopi Goldberg

Imagem 4

Objetivos Específicos – Aplicação prática em sala de aula

No momento em que foi apresentado durante o I Simpósio de Gênero e Diversidade, na Universidade Federal de Pelotas, e ainda atualmente (primeiro semestre de 2016), este projeto situa-se em fase embrionária. A proposta a ser desenvolvida refere-se à elaboração de planos de aula de literatura para as séries finais do ensino fundamental ou para o ensino médio, que incluam obras de Carolina Maria de Jesus. Para tal, pretendemos utilizar uma abordagem teórico-prática que deverá constar, além da leitura das obras, de exibição de trechos de vídeos sobre a autora e produção pelos alunos de, por exemplo, pequenos diários, promovendo assim uma prática interdisciplinar com a língua portuguesa.

O potencial interdisciplinar deste projeto o qual almejamos desenvolver é bastante amplo, podendo abranger disciplinas tais quais as artes, a geografia, cinema, entre outras.

Os planos seriam aplicados experimentalmente durante nossos estágios (possivelmente no segundo semestre de 2016) e

posteriormente analisados, discutidos, aprofundados e aprimorados.

Pretende-se compartilhar em outras oportunidades, os resultados obtidos e suas reflexões, bem como propostas aprimoradas.

Referências

OSTROWER, F. **Criatividade e Processos de Criação.** Capítulo 1. Petrópolis: Vozes, 1993.

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. **Cinderela negra – a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

VALEK, ALINE. **Carolina Maria de Jesus, a catadora de letras.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/cultura/carolina-maria-de-jesus-a-catadora-de-letras>. Acesso em: 07 maio 2016.

Quarto de Despejo (Carolina de Jesus). 18´00´´. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HfTCq7-buoI>. Acesso em: 07 maio 2016.

Poética da Diáspora. 09´35´´. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T0ncwWD1C9g>. Acesso em: 07 maio 2016.

Imagem 4. Disponível em: <http://www.babidewet.com/wpcontent/uploads/2015/03/tumblr_n3muox148f1st60p9o1_1280.jpg>. Acesso em: 07 maio 2016.

BARCELLOS, SERGIO. **Vida por escrito – Portal biobibliográfico de Carolina Maria de Jesus**. Disponível em: <http://www.vidaporescrito.com/>. Acesso em: 07 maio 2016.

IDENTIDADE E DIFERENÇA: A QUESTÃO DO(S) FEMININOS(S) EM AS FILHAS DO VENTO, DE DINA SALÚSTIO

Santiago Bretanha Freitas[1]
Millaine de Souza Carvalho[2]

Introdução

As filhas do vento, segundo romance de autoria da cabo-verdiana Bernardina de Oliveira Salústio, Dina Salústio (2009), é constituído por várias vozes femininas. A diegese se estabelece pelas (inter-)relações entre as mulheres, que, mesmo amparadas por uma memória comum, perdida nas histórias dos antepassados, se caracterizam pela diferença e pela fragmentação das identidades. Desde Susana e Marta Rita, até Severa Ancra e Brava (personagens da obra), temos mulheres que se deslocam dos

[1] Santiago Bretanha Freitas, atualmente, é bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Letras, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus Jaguarão. Possui como área de pesquisa a Análise de Discurso de tradição pêcheuxtiana, atentando, especificamente, à constituição dos sentidos no ciberespaço, bem como à análise dos discursos do/sobre o gênero, o corpo e a sexualidade realizados nesta instância. Em relação à docência, desenvolve projetos educativos voltados ao letramento literário com base em uma abordagem intercultural crítica, desenvolvidos no âmbito do projeto de extensão Experiências de leitura/escrita: a formação de leitores/escritores, com que possui vínculo de voluntariado. Além disso, é colaborador do Laboratório de Literatura e Outras Linguagens (Lalli), da mesma instituição, atuando no projeto de extensão *Colóquios do Lalli* e no projeto de pesquisa *Representações do feminino na literatura*. Contato: santiagobretanha@gmail.com.

[2] Millaine de Souza Carvalho tem experiência na área de Letras, com ênfase em Licenciatura em Letras - Português e Espanhol. É bolsista, desde janeiro de 2013, do Programa de Educação Tutorial (PET) - Letras, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus Jaguarão, atuando nos projetos a ele vinculados. De agosto de 2012 a janeiro de 2013 foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Letras - Língua Materna. Tem experiência na área da Lingüística e da Análise de Discurso de filiação pêcheuxtiana. Contato: millainedescarvalho@gmail.com.

padrões sociais da mulher objetificada, e que, por/entre si, assumem protagonismo em diversas esferas sociais.

Isso posto, com base nos pressupostos de Stuart Hall (2002) e Boaventura de Souza Santos (2004), no que se refere aos conceitos de identidade pós-colonial, nos propusemos a refletir, em uma primeira instância, sobre a construção identitária da Terra de Mãe dos Ventos, espaço ficcional da narrativa, pautada pela ancestralidade matricêntrica e pela memória, para que, em um segundo momento, conjecturássemos sobre as identidades femininas em *As filhas do vento* tomando o Discurso de Si e o Discurso sobre o Outro de duas personagens principais da obra, Susana e Marta Rita, como fios condutores.

Tendo como referência as reflexões aqui traçadas, abordamos em leituras secundárias a questão do silenciamento do discurso masculino e a violência sexual, porém, atentamos, em primeiro plano, à obra de Salústio enquanto contranarrativa ao sujeito coeso, centrado e masculino, branco e heterossexual, positivista e positivado, que desloca à margem as minorias.

Há algumas décadas a questão (pós)colonial vem sendo desenvolvida, e, seus pressupostos são de suma relevância para diversas áreas do saber, desde o campo da Sociologia e da Antropologia, até o das Artes e Literatura. A disseminação destes estudos, arraigados aos Estudos Culturais, ressignificam o olhar sobre os artefatos e os sujeitos, suscitando novas compreensões sobre os discursos, que passam a ser observados baixo uma abordagem decolonial e contracultural.

Desta forma, pensando tais pressupostos sob o viés dos estudos comparatistas em Literatura, e tomando por referência os estudos de Stuart Hall (2002), Boaventura de Souza Santos (2004) e Rogério Haesbaert (2005), no que concerne, respectivamente aos conceitos de pós-colonialismo, identidade e multiterritorialidade, o objetivo deste trabalho é o de propor uma análise, sob o prisma do pós-colonialismo, da obra *As filhas do vento*, segundo romance de autoria da cabo-verdiana Bernardina de Oliveira Salústio, Dina Salústio, lançado em 2009.

A obra trata da saga de Susana Vales, famosa perfumista, que se vê obrigada a acertar as dívidas de sua avó (bisavó,

tataravó?), Brava, para com Mãe dos Ventos e a sua sociedade, '*As filhas do vento*'. Durante o percurso da narrativa surge Marta Rita, amiga de infância de quem Su se afastou após esta se exilar no exterior; Marta, jornalista, se reaproxima da amiga com fins de lhe entrevistar, dado o vulto de que Susana tomara no meio social, e, posteriormente, enxerga a possibilidade de ficar famosa pela publicação da biografia da perfumista; mal sabe Marta que o destino lhe encarregara de uma tarefa maior: a de ser escrevente das memórias de Mãe dos Ventos, sociedade ancestral que se encontra presa em um "eclipse do tempo e do vento", até que as faltas de Brava sejam reparadas.

Romance de várias vozes femininas, se constrói nas inter-relações entre as mulheres, explorando a amplitude de suas complexidades que, mesmo amparadas por um "substrato", perdido nas histórias dos antepassados, se caracterizam pela "pulverização" indentitária em que se encontram; em *As filhas do vento*, é evidente a construção do gênero feminino pautado pela complexidade e pela diferença, rompendo com o pressuposto de uma "identidade fixa e imutável". Desde Susana e Marta Rita, até Severa Ancra e Brava, todas personagens do romance, temos mulheres que se deslocam dos padrões sociais da mulher objetificada, e que, por si, se inserem nas diversas esferas sociais em posição de transcendência.

Partindo destas afirmações, e delimitando o objetivo da análise (acima colocado), pretendemos, nesse trabalho, analisar a construção da identidade feminina em *As filhas do vento;* para isso, tomaremos as caracterizações psicológicas e materiais das personagens Susana e Marta Rita, buscando evidenciar o que lhes é comum e o que lhes diferencia para, por fim, traçar algumas considerações acerca da significação de tais traços para a interpretação global da narrativa.

Para isso, seccionamos o artigo em dois capítulos, seguidos desta introdução e de considerações finais: Identidade, cultura e (pós)colonialismo: a questão do(s) feminino(s); e, Identidade e diferença: a questão do(s) feminilidade(s). Na primeira sessão, tratamos das questões identitárias e culturais envolvidas em uma leitura do território de Mãe dos Ventos, e do feminino simbólico

perpassada pela nossa leitura, ao passo que, na segunda sessão, tratamos da construção identitária de duas personagens principais da obra, atentando para a diferença que se estabelece entre as feminilidades. Cabe salientar que não é nosso intuito o de tratar conceitualmente os pressupostos teóricos que norteiam nossas análises, outrossim o de desdobrar as rugas da narrativa tendo-os como "lentes de ver além"; isso justifica a ausência de um capítulo, específico, de revisão bibliográfica.

Implicitamente, partimos da observação de que o texto literário, de alguma forma, é uma representação ideológica de todo um arquétipo social, desde que nele é possível depreender símbolos representativos de toda uma sociedade. Assim sendo, vemos a Literatura como representação individual e coletiva, transcendo a própria materialidade da cultura e reflete os sistemas simbólicos abstratos no entorno dos quais as sociedades se organizam.

Tomado essa abordagem, permeado pelo diálogo transdisciplinar entre Literatura e Sociologia, Literatura e Estudos Culturais, procuraremos evidenciar a obra literária no nível da "dimensão documental, como um discurso, uma forma de representação, de criação de sentido para a realidade". (ARENDT; PAVANI, 2006).

Identidade, cultura e (pós)colonialismo: a questão da(s) feminilidade(s)

Na apresentação histórica de *O martelo das feiticeiras* (2011), manual de caça à bruxa dos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, a filósofa feminista Rose Marie Muraro apresenta de forma rica o processo de constituição da sociedade patriarcal e, como consequência, a instauração da hegemonia do homem sobre a mulher, bem como a constituição das relações sociais, do primitivismo ao capitalismo moderno.

Em tratando a organização social primitiva, Muraro aborda as sociedades matriarcais, em que "as formas de associação entre homens e mulheres não incluía nem a transmissão do poder nem a da herança" (p. 6); essas culturas primitivas se alcunhavam no cooperativismo para que se construísse a possibilidade de

sobrevivência em condições hostis, e, para isso, não existia coerção ou centralização, mas rodízio de lideranças.

"É em regiões em que a coleta é escassa, ou onde vão se esgotando os recursos naturais vegetais e os pequenos animais que se inicia a caça sistêmica dos grandes animais" (MURARO, 2001); é nesse ponto que começa a se instaurar a supremacia masculina e a competitividade por território. Agora, as sociedades têm de competirem entre si por um alimento escasso, tornando-se comuns as guerras. Como cita Muraro, é no decorrer do neolítico que o homem começa a dominar a sua função biológica reprodutora, e, podendo controlá-la pode também controlar a sexualidade feminina, atenuando o processo de estratificação social e sexual que já raiava, decaindo em convenções sociais como o casamento, onde a mulher é "propriedade" do homem.

Assim que, após as reverberações de Muraro, podemos postular que as sociedades matricêntricas são subjugadas pelas patriarcais, modelo de organização social que aos poucos dominou as civilizações ocidentais, das grandes "matrizes europeias" às relutantes "civilizações primitivas do novo ('terceiro') mundo".

Tal processo de transição pode ser observado em *As filhas do vento* pela relação entre Mãe dos Ventos com os espaços inominados em que se passa a diegese; buscando uma forma de linearizar o "eclipse do tempo" em que se situa a obra, começamos pela apresentação de Mãe dos Ventos:

> Cada indivíduo chamava ao lugar o nome que mais lhe aprouvesse. Ele era cidade, povoado, província, os nomes mais impensáveis. Mas normalmente era terra. [...] Algumas vezes, raríssimas vezes, o lugar era país, mas quando o era, crescia na boca e no peito das gentes até tomar a dimensão de um sentimento incontrolável. Então, eles (seus habitantes) rebentavam de prazer ao se revelarem donos de um país cheio de cores, de línguas, de bandeiras, de hinos e pessoas, viessem de onde viessem, fossem como fossem. (SALÚSTIO, 2009, p. 45.)

Terra de ribeiras secas, que por si só é ribeira larga, seca e funda onde nasce um caudal forte de vento. Nessa terra, que

ninguém ao certo sabe onde fica, além do vento nasce "uma outra criatura bastante invulgar, uma árvore que só pode apanhar chuva de três em três anos" (SALÚSTIO, 2009, p. 47). Tal árvore incomum é o centro sagrado no qual se organiza a sociedade das filhas do vento, árvore que oferece o perfume divino no qual se balsamizam os filhos de Mãe dos Ventos e os estrangeiros que vem até ela para aconselharem-se.

Mãe dos Ventos, hora terra, ora deusa, é perpassada pelo misticismo e pelo fantástico, até que a moça Brava, em risco de ser a sucessora à Mad, líder das filhas dos ventos, se enamora por um mercador que vem ao seu lar buscar os segredos da fertilidade da árvore dos perfumes, e, este não cumprindo seus objetivos, zarpa das terras com Brava nos braços.

Nessa breve caracterização é possível depreender, entre outros tantos pontos, a questão do tratamento da própria terra (divinizada) pela sociedade primitiva que ali vivia e mantinha suas tradições, até a chegada do estrangeiro que "bagunça" a ordem do destino. Tomando por base as reverberações de Muraro, acima elencadas, poderíamos tomar a vinda do masculino estrangeiro para dentro da sociedade matricêntrica e a sua ganância comercial como uma metáfora do câmbio das tradições para o patriarcalismo. Embora tal leitura seja possível, nos parece demasiadamente vaga, e forçosa para com o contexto da obra.

Tomando os postulados de Boaventura de Souza Santos, é, ainda, possível depreender tal metáfora como um registro da relação colonizador/colonizado; para tal, tomamos Mãe dos Ventos como uma alegoria de Cabo Verde, país conhecido pelo seu clima árido, "de ribeiras secas", e de "fortes caudais de ventos", referência à incidência constante dos ventos elísios nas terras insulares.

Partindo da assertiva de Santos (2004, p. 9), de que "a perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis", entendemos o discurso literário de Salústio como uma contranarrativa da visão do colonizador patriarcal, que submeteu as tradições cabo-verdianas e submeteu duplamente a voz do feminino, que já era marginalizado tanto na sociedade

cosmopolita quanto na colônia. Para tal finalidade, é evidente na organização da tessitura narrativa as várias vozes femininas que se confundem, ou até mesmo se fundem, como quando, no romance, o grito do parto de mulheres de todas as partes fazia a fecundação da árvore sagrada dos perfumes.

Desta maneira, tendo *As filhas do vento* como referência, se faz necessário refletir: Como se dão as relações entre as diferentes identidades femininas no paradigma das nações colonizadas? Qual o papel social da mulher, e quais as relações de poder e violência que se expressam por meio das suas vozes e de seus silenciamentos?

Objetivando responder tais questões no tópico a seguir, nos propomos a analisar as relações sociais de duas personagens da obra de Salústio, norteando as diferenças que constrói as suas identidades e o substrato comum que sustenta estas construções.

Identidade e diferença: a questão do(s) feminino(s)

Marta Rita e Susana Vales eram amigas de infância, que acabaram se distanciando pelas brigas durante a adolescência, o que culminou na falta de contato entre as duas após Marta se "exilar" por motivos desconhecidos. As duas voltam a se reencontrar no lançamento do perfume *Winds*, criado pela, agora, empresária e perfumista Susana; Marta, recém chegada do exterior, foi ao evento com a pretensão de entrevistar a antiga conhecida, não contando que não conseguiria cumprir seu trabalho de pronto, e, além disso, seus afazeres seriam prorrogados visto Susana convidá-la para que morasse por algum tempo com ela no antigo sítio da família Vales.

Tomando uma pretensa linearidade, as personagens Marta Rita e Susana são descritas pelo narrador, respectivamente, como:

> [...] Na verdade, desde que se lembrava, precisava sempre de pretextos para fazer qualquer coisa, como se depois de tomar uma decisão tivesse necessidade de conferir expectativas que, entretanto, a levavam normalmente a desistir e a transferir prazos e actos. Era curioso, porque

> a vida sempre lhe tinha mostrado a necessidade de ser rápida e audaz (SALÚSTIO, 2009, p. 15).
>
> Susana Vales era diferente. Não pensava antes de se envolver com nada e, mesmo quando se magoava, mesmo nesses casos, dava impressão que tinha prazer em provocar dores para que os companheiros a escutassem. Não escondia que gostava de público e de palmas (SALÚSTIO, 2009, p. 15).

A partir desses dois excertos, nesse primeiro momento, depreendemos que Marta é acanhada, a um quase nível de frustração, enquanto Susana é expansiva e tem necessidade de ser notada. Seguindo a caracterização das personagens pelo narrador, ainda é possível depreender as suas relações com seus pertences (roupas, acessórios, etc.):

> [...] deu uma volta sobre si e ficou de frente com para a anfitriã que usava um vestido castanho com reflexos vermelhos, às vezes dourados, que se movia, falava, sorria e respirava como com ela, tal a intimidade conseguida pelo esquisito estilista que o concebera.
> Desde menina que Susana mostrava verdadeira paixão pelo cetim, e, na tentativa de aliciar as companheiras para o seu uso, costumava dizer que todas as mulheres deviam vestir-se de cetim ou seda. Um dia, a volta de uma mesa, num momento de cumplicidade total, ela disse baixo, em segredo, que a morbidez do tecido a fazia sensual e terna como se por cima da pele não tivesse senão a liberdade perfumada do vento em dia de tormenta (SALÚSTIO, 2009, p. 17).

Deste modo, notamos em Susana, uma simbiose com o que veste: o vestido é por si só livre e vivo, assim como quem o veste, em uma relação em que ambos se significam. Em contraponto, o narrador não trata na obra uma relação de Marta com os seus objetos, ao contrário, refere-a com um sentimento quase invejoso para com Su, desde o seu modo de vestir e de se portar diante estranhos, até seus atributos naturais, como cabelo e corpo.

Essa "apropriação" das exterioridades pelas personagens também é observada com relação ao espaço, em que, por exemplo, Susana é "cativada" pelo seu sítio, "que lhe agarrou a alma", enquanto para Marta, quando trata do seu antigo apartamento,

> Morar no mesmo sítio dava-lhe a sensação de não ter havido nenhum período que quisesse esquecer, reduzindo tudo a um simples acontecimento de férias o que, pensava, lhe facilitaria o regresso. Mas não estava fácil (SALÚSTIO, 2009, p. 28).

Até este ponto, seguindo a linha temporal proposta pelo narrador, estranha-se a relação entre as personagens, e, principalmente, o que motiva essas relações, o que, até este ponto, bem como até boa parte da diegese, é apagado. A posição "acanhada" e "reprimida" de Marta é questionada até mesmo por Susana, que procura "convencer a jornalista a repensar o seu olhar sobre os lugares e sobre as gentes" (SALÚSTIO, 2009, p. 32).

Pensando em responder à essas "estranhezas" na relação de amizade entre Susana e Marta Rita, e, principalmente à disparidade de personalidades entre estas, evidenciamos os excertos a seguir:

> Pela primeira vez Marta Rita mexia no assunto que guardava desde menina e contava a alguém o que de facto sentira. Era como se agora precisasse compartilhar as feridas. Estaria influenciada pela entrevista que a perfumista da Cosmos lhe dava? Mas teria que ser logo num bar cheio de desconhecidos, de fumo e de vozes?
> O cunhado tinha-a violado. Às palavras dele juntava-se uma série continuada de toques: as mãos que se apressavam a arranjar a sua roupa, se ela era mais descuidada; os beijinhos a propósito de nada; os olhares rasteiros; as palmadas quando ela era rebelde e que depois escorregavam viscosas pelas costas, pelas nádegas ainda mal desenhadas; os dedos cada vez mais para dentro do seu corpo e que se colocavam como ventosas na sua carne tenra... (SALÚSTIO, 2009, p. 94).

> (Marta) [...] prosseguiu a leitura do trecho que falava de Suse e de umas colegas do colégio que saíram para comprar gelados. Quando chegou a vez da filha dos Vales o vendedor meteu-lhe a mão no decote da blusa e arranhou-lhe um seio. A língua caía-lhe da boca e confundia-se com o gelado que estendia à estudante. Suse gritou, correu e esbarrou em várias pessoas até que alguém a susteve. Tinha doze anos. (SALÚSTIO, 2009, p. 105).

A partir do que foi narrado, depreende-se que uma das "identidades comuns" entre Marta a Susana é o abuso sexual na infância. Reiterando a nossa fala anterior, de que "*As filhas do vento* é um romance de várias vozes femininas", ainda mantemos a questão da voz da mulher no foco narrativo, porém, é inegável a constatação de que o discurso patriarcal, opressor e violento, se mantém por detrás das "várias narrativas" que compõe o romance. No caso das personagens as quais nos propomos dedicar essa análise, é nítido em sua caracterização psicológica as repercussões das violações que sofreram durante a tenra idade: Susana se vê perante a necessidade de ser notada, acolhida, enquanto Marta finge ser coxa, um reflexo de sua "doença interna", referência pela qual "toda a gente lhe achava normal".

Seguindo as observações acima elencadas, e, agora, tratando a obra literária em si enquanto discurso, vê-se, a partir do foco narrativo, que mesmo instaurado um apagamento das vozes masculinas e machistas, são essas a motriz que nutre as relações sociais entre as mulheres, mesmo no caso de Mãe dos Ventos.

Tomando a obra salustiana como uma contranarrativa à visão colonial, e seguindo as máximas de Hall (2002), vemos este discurso colocado em contrapartida ao sujeito linear iluminista e positivista, que, segundo o sociólogo, preconizava um sujeito coeso, centrado e masculino, branco e heterossexual, investido de positividade (o que favoreceu o conceito de identidade dentro de uma lógica naturalizada do sujeito). Desta forma, para o autor, esse modelo desloca para a margem as minorias, como a mulher, os gays, o negro, etc.; visão objetivista que leva em conta a essencialidade do sujeito cartesiano.

Condensando as últimas considerações acerca das personagens: ambas encontram maneiras diferentes de lidar com a violência sofrida durante a infância, perpassando o recolhimento e a expansividade; porém, o que lhes leva à transcendência dos traumas e ao acolhimento de suas fragilidades?

Como anteriormente dito, Susana tem por obrigação reparar as faltas de sua antepassada, Brava, que de uma maneira mística corresponde a avó e neta ligadas no presente em um mesmo corpo. Assim sendo, Susana passa por um processo iniciático de recuperar as suas raízes em Mãe dos Ventos por meio das representantes da "Sociedade das Filhas do Vento". Nesta iniciação, Suse tem que recuperar as memórias de sua vó, e de suas gentes, por meio de um diário encontrado na residência das filhas do vento; assim, após reconhecer o seu passado e a sua predestinação, a perfumista se vê ciente da tarefa que precisa cumprir: repassar as memórias da Terra Mãe dos Ventos à Marta, para que essa as escreva, e, por meio de suas contribuições, erijam novamente as histórias ancestrais para que, somente assim, o antigo povo reencontre o seu destino.

Tomando a questão da retomada das memórias como metáfora viva do "apagamento" da cultura cabo-verdiana pelo colonizador, temos o ato de rememorar e tornar verbo o passado, fazê-lo material por meio da escrita, constituindo-se em uma forma de encontrar alicerces para a instauração de uma cultura própria, essencialmente multicultural e plurifacetada. Desta forma, o processo de transcendência dos traumas por parte de Susana e de Marta se dão de maneira diferente: enquanto uma busca os já ditos que lhe constituem, assim como os esquecimentos, a outra se vê como mediadora entre as memórias e a materialidade, "contaminando-se" pela historicidade que também é sua, comum a todas.

A partir do momento em que a Memória de Mãe dos Ventos é trazida ao presente se compreende a paradoxalidade do "eclipse do tempo" em que o território se encontra: passado e presente se (re)significando reciprocamente, coexistindo; nesse ínterim se situam as personagens, desfragmentadas em vários espaços e várias temporalidades que, no momento em que compreendem a sua

situação, se tornam resilientes: vencem as violências do passado e se erguem em uma condição de afirmação e empoderamento.

Considerações finais (e outras considerações...)

Partindo do objetivo primeiro deste artigo, o de "propor uma análise, sob o prisma do pós-colonialismo, da obra *As filhas do vento*", e, em específico, o de "analisar a construção da identidade feminina na obra" e, para isso, "tomar as caracterizações psicológicas e materiais das personagens Susana e Marta Rita, na busca de evidenciar o que lhes é comum e o que lhes diferencia", traçamos uma breve sinopse da obra para que, partindo das marcas oferecidas pela narrativa, fizéssemos algumas considerações históricas acerca do matricentrismo e do patriarcado nas civilizações.

Ancorados nessa perspectiva histórica, consideramos a figura da mulher dentro das nações colonizadas, "subjugada duplamente", tanto pelo sistema colonial quanto pelo patriarcalismo. Partindo dessa visão, classificamos a obra de Salústio como uma contranarrativa à essa visão hegemônica estabelecida pelas relações de poder, obra na qual está perpassado o apagamento das vozes masculinas e se faz presente a polifonia de vozes femininas, justamente para que se preserve uma característica plural da mulher, multissemiotizada e polissêmica.

Embora hajamos explicitado o apagamento da voz masculina, salientamos a presença da violência machista como motriz dos traumas das personagens, movidas pelo abuso sofrido na infância-adolescência que perdura na sua fase adulta por meio de inseguranças e resistências, que por sua vez se refletem diretamente no tratamento das suas relações em sociedade, principalmente da figura masculina.

Desta maneira, tomando *As filhas do vento* enquanto representação discursiva, enxergamos a narrativa como denúncia da situação social da mulher no contexto das macro e micro-físicas do poder instauradas pelos modelos do capital e da globalização, subjugada pelo sistema e pelos diferentes modelos de "manutenção da ordem social". Porém, mesmo que seja tomada a violência

enquanto entrelinha de nossa leitura, salientamos o empoderamento e resiliência do feminino frente às adversidades que lhe oprimem; sustentada pelo processo de rememoração das ancestralidades em (inter)relação com as contribuições do contemponrâneo, a transcendência do feminino é o foco principal no qual nos detemos, onde tomamos a diversidade das identidades e dos seus diferentes processos de construção para uma efetiva representação do(s) feminino(s) e da(s) feminilidade(s).

Por fim, por meio de uma comparação livre, podemos tomar a personagem Marta Rita enquanto uma reflexão de Salústio acerca de seu próprio papel de autora: de recontar as histórias das mulheres cabo-verdianas, mulheres que são Um; de ser uma medianeira que tem por tarefa principal trazer em verbo as vozes da ancestralidade e do presente, vozes que se entrelaçam nos multiterritórios; de ver-se enquanto codificadora das memórias de uma nação e, antes disso, conscientizar-se na figura do Ser/Autor que é uma ferramenta da história, comprometido com as suas gentes.

Por fim, encerramos este breve trabalho com a voz de Dina Salústio (1997, apud GOMES, 2013, p. 53), em entrevista à pesquisadora brasileira Simone Caputo Gomes, quando fala sobre a sua produção ficcional e sobre a Mulher enquanto sujeitos sociais e sujeitos literários:

> Não fiz uma seleção desses textos, só o primeiro foi intencional, para querer mostrar o meu reconhecimento a estas mulheres cabo-verdianas que trabalham duro, que fazem o trabalho da pedra, que carregam água, que trabalham a terra, que têm a obrigação de cuidar dos filhos, de acender o lume. Quis prestar uma homenagem a estas mulheres. [...] As histórias acontecem, ao sabor do voo. Falo das mulheres intelectuais, daquelas que não são intelectuais, daquelas que não têm nenhum meio de vida escrito, falo da prostituta, falo de todas as mulheres que me dão alguma coisa, e que eu tenho alguma coisa delas. [...] Em Cabo verde, quando nasce uma menina, ela já é uma mulher.

Referências bibliográficas

ARENDT, J. C; PAVANI, C. F. Imaginário social e representação literária: apontamentos sobre a poesia de Augusto Meyer. In: CHAVES, F. L; BATTISTI, E. (orgs.). **Cultura Regional 2**: Língua, História, Literatura. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

FERNANDES, I. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 6, dez. 2006.

GOMES, S. C. O conto de Dina Salústio: um marco na literatura cabo-verdiana. **Idioma**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p. 52-70, 2º semestre, 2013. Disponível em: < http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/25/Idioma25_a05.pdf>; Acesso em: 20 jan. 2016.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, X, 2005, São Paulo –SP. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13147/5061/multiterritorialidade.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HALL, S. Identidade e diferença. In: _____. ***A* identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SALÚSTIO, B. de O. **As filhas do vento**. Praia - Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL), 2009.

SANTOS, B. de S. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**. Coimbra, Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

APROPRIAÇÃO DOS CONCEITOS DE GÊNERO E IDENTIDADE PELA MODA

Frantieska Huszar Schneid[1]
Taís Silveira Batista Barreto[2]

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a relação de gênero e identidade com a moda. Para tanto, uma linha do tempo é traçada com as principais mudanças culturais refletidas sobre os costumes e vestuário ao longo dos séculos, com o intuito de identificar os diversos grupos que subverteram, nos mais variados momentos, as regras e papéis estabelecidos pela sociedade para os gêneros. Em seguida, são abordados os conceitos de gênero e suas ligações sociais. Desta forma, é possível analisar a moda sem gênero através de um panorama geral, com base histórica e análise contemporânea do momento de transição e ruptura de padrões o qual estamos vivendo. A moda é apostada como um dispositivo social capaz de refletir o comportamento humano e apontar mudanças futuras devido a sua ligação com os conceitos de individualidade, subjetividade e estilos de vida.

A discussão e os estudos de gênero avançam rapidamente na sociedade atual. Entre os aspectos que mobilizam a discussão contemporânea está o vestuário. A relação de gênero com a moda está diretamente ligada a fatores socioculturais, uma vez que ambos fazem parte da identidade do indivíduo. O termo 'moda sem gênero' foi incorporado pela moda após uma série de análises e

[1] Docente dos cursos Design de Moda e Vestuário do Instituto Federal sul-rio-grandense. Doutoranda e Mestre no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, especialista em Docência na Educação Profissional pelo SENAC-RS e tecnóloga em Moda e Estilo pela UCS. E-mail: frantieskahs@gmail.com

[2] Jornalista de Moda. Especialista em Gestão de Moda pelo SENAC-RS, graduada em Comunicação Social – Hab. Jornalismo pela UCPel e graduanda em Design de Moda pela Unicesumar. E:mail: taisbbarreto@yahoo.com.br

diagnósticos de mudanças sociais. A difusão deste conceito acontece através da cobertura da mídia tradicional de desfiles e lançamentos, bem como pelo lançamento de produtos acessíveis com foco neste mercado.

A fim de estudar tais relações na atualidade, foi realizado um levantamento histórico que permita analisar momentos anteriores de rupturas e quebra de estereótipos, bem como diversas peças de vestuário que foram usadas por homens e mulheres através dos séculos, a fim de empregar diferentes sentidos em momentos determinados.

Para as análises foram utilizados relatos centrais de Pollini (2007), Braga (2007 e 2015), Cox (2013), bem como ideias de Castilho (2004). O presente artigo busca contribuir com a discussão trazendo um olhar mais aprofundado sobre a questão e relacionando o gênero com diversos outros fatores sociais. Assim, busca-se compreender a relação do que vestimos com a identidade.

Contextualização histórica

A intenção aqui é propor uma contextualização histórica acerca do tema em relação à moda. Em que momentos observamos homens com traços femininos? Quando as mulheres começaram a apropriarem-se de peças que até então eram apenas do guarda-roupa masculino?

Desde Creta, temos notícias que homens e mulheres usavam espartilhos. Esta peça tradicionalmente está associada às mulheres, devido ao fato de afinar a cintura e delinear as curvas do corpo, remetendo à feminilidade e sensualidade. Braga expõe a apropriação do espartilho pelos homens, dizendo que:

> Antes mesmo da cintura ligeiramente marcada no apogeu das culturas grega e romana, os habitantes da ilha de Creta, no Mediterrâneo, homens e mulheres, afunilavam (para não dizer estrangulavam) essa parte do corpo de tal maneira que ela se tornou uma das identidades visuais da indumentária desse povo, que teve o apogeu de sua cultura entre 1600-1450 a.C. (BRAGA, 2015, p. 98).

O uso do espartilho também aparece mais tarde, no século XVI, quando a rainha Elizabeth I não ditava apenas a moda para as mulheres, como também para os homens. A combinação do espartilho masculino com o gibão – "o que poderia corresponder na contemporaneidade ao paletó" (BRAGA, 2007, p. 44) – ficou conhecida como silhueta de "barriga de ganso", como nos explica o autor abaixo:

> Elizabeth I influenciou a moda masculina na corte inglesa com a mesma força que ditou o estilo usado por suas damas. A silhueta masculina volumosa popular no tempo de Henrique VIII foi substituída por uma forma mais feminina, na qual os homens também usavam espartilho e um curioso gibão acolchoado na altura da barriga, chamado "barriga de ganso" (*peascod*, em inglês), cuja forma salientava o ventre como se eles também estivessem 'grávidos' (COX, 2013, p. 52).

Era comum que os homens não assumissem que ajustavam a cintura através do espartilho, e muitas vezes arrumavam desculpas para tal uso. Porém as roupas mais apertadas denunciavam que o sujeito seguia tal padrão. "No século XVIII eles os chamavam de 'cinturões'. Alguns fingiam que os usavam por 'razões médicas', como dor nas costas. Mas não enganavam ninguém"(COX, 2013, p. 180).

Na Era Medieval algumas peças masculinas também traziam grandes traços de feminilidade, podemos citar o *cotte-hardie* e o *codpiece*. O primeiro era uma espécie de mini-túnica que muitas vezes nem cobria os genitais de quem vestia, escandalizando clérigos e legisladores. "A *cotte-hardie*" cada vez mais sumária e justa gerou reprimendas de religiosos, que a consideraram indecente" (COX 2013, p. 40). Inclusive uma lei obrigou aqueles vistos como inoportunos, a descerem alguns centímetros as bainhas de tal vestimenta. O segundo, era uma espécie de triângulo de tecido feito para enfatizar as genitálias dos homens, conforme explicita Cox: "Isso deixava uma área bastante 'vital' descoberta, então um triângulo de pano passou a ser usado na região para preencher a lacuna. Surgia o codpiece, ou tapa-sexo (COX, 2013,

p. 44).

Além de peças específicas, quando analisamos a história da moda aparecem figuras e estilos com gostos muito apurados e requintados, que destacaram-se pelas suas práticas vestimentares muito bem adornadas, enfatizando cada detalhe de seus trajes. Pode-se destacar um homem que representa isto, Luis XIV, também conhecido como Rei Sol (1643-1715), "Luís tinha um guarda-roupa que era puro babado e frivolidade" (COX, 2013, p. 132). A moda masculina do período Barroco, desenvolveu-se muito mais que a feminina.

Na Inglaterra no século XVIII, as famílias de posses, mandavam seus filhos estudarem na Itália, e ao retornarem os jovens voltavam com hábitos refinados, vistos por muitos como afeminados. Assim sendo, surge um estilo que ficou conhecido como *macaronis*: "Almofadinhas, metrossexuais, mauricinhos e companhia sempre estarão entre nós, mas nenhum pode competir com os *macaronis*. Com cabelo enorme, roupas espalhafatosas e saltos altos..." (COX, 2013, p. 134). Cox, descreve ainda que "As marcas de um verdadeiro *macaroni* eram os modos teatrais, voz esganiçada, calça curta branca, casaco ajustado, colete decorado com rendas ou botões extravagantes, monóculo e cabelo muito grande" (COX, 2013, p. 134).

Surge no século XIX, no período conhecido como Romantismo, outro estilo que ficou marcado pela gosto apurado dos seus adeptos, o dandismo: "era (e ainda é) caracterizado não por um estilo particular, mas pela dedicação à excelência indumentária" (MACKENZIE, 2010, p. 34). George Bryan Brummel foi percursor deste costume que ultrapassou a moda, e tornou-se uma maneira de ser, um modo de vida. Ele "transformou o vestir-se em arte. Dizia-se que levava até cinco horas para ficar pronto, e outros dândis iam até sua casa assistir à performance"(COX, 2013, p. 137). O estilo *dandy* "impôs e ditou regras. Era, na realidade, uma espécie de distinção e uma maneira diferente de ser, e, consequentemente, de se vestir" (BRAGA, 2007, p. 59).

Até aqui, foram apresentados indícios femininos na indumentária dos homens em diferentes períodos, agora pretende-se verificar em que momentos os trajes das mulheres apresentam

evidências de masculinidades. Para isso, faz-se necessário traçar uma linha do tempo, onde almeja-se analisar tais vestígios.

Sabe-se que ao contrário dos homens, que apropriavam-se de elementos ditos como femininos por pura vaidade, as mulheres usaram símbolos masculinos como forma de ocupar espaços até então reservados apenas aos homens. O primeiro sinal disso pode-se verificar no Egito antigo, através da faraó mulher Hatshepsut, Cox explica que:

> O estilo e o valor da peruca indicavam o status do dono da hierarquia social do Egito antigo. Ricos tinham muitas perucas, e os menos abastados se viravam com uma só. Mulheres de altíssimo escalões, como a faraó Hatshepsut, foram retratados usando não só a peruca, como também uma barba falsa – uma maneira especial de demonstrar que exerciam a mesma autoridade que os homens (COX, 2013, p. 203).

Em relação ao vestuário, o primeiro traje a fazer este papel foi batizado de *Bloomerismo* homenageando à feminista norte-americana Amelia Jenks Bloomer, e elaborado por Elizabeth Smith Miller. O modelo criado em 1851, foi confeccionado para dar conforto à mulher, no qual consistia em um "vestido aberto até os joelhos, usado sobre calças volumosas ao estilo oriental presas aos tornozelos" (MACKENZIE, 2010, p. 50). Além do conforto, o visual ia além, pois fazia parte da campanha das feministas da época pela igualdade de gênero. "As adeptas da reforma do vestuário ansiavam em liberar as mulheres dos exageros da silhueta vitoriana, eliminar a diferenciação social pelas roupas e redefinir desigualdades de gênero" (MACKENZIE, 2010, p. 50).

Nos primeiros anos do século XX, antes da Primeira Guerra Mundial, houve um período intitulado de *Belle Époque*. Em tal momento, surge o hábito das mulheres praticarem esportes – destaca-se a equitação e o ciclismo – e com isso torna-se essencial adaptações nos trajes para melhor desempenho de tais práticas. Braga corrobora isto, afirmando que esta atividade deu um "certo ar de masculinização à roupa feminina quando se apropriou do aspecto de duas peças das roupas masculinas, já que a mulher

sempre havia usado vestido" (BRAGA, 2007, p. 67). Ffoulkes vai além, relaciona o uso das duas peças à emancipação feminina e o início da luta pelo direito ao voto:

> Tradicionalmente, os trajes femininos para a prática de esportes como a montaria eram baseados nas roupas dos homens. O uso de calça comprida, no século XIX, foi a primeira apropriação de verdade do vestuário masculino e estava ligado à mudança geral do modo de se vestir e à conquista do voto feminino (FFOULKES, 2012, p. 32).

Neste mesmo período, início do século XX, surge um estilo intitulado de *Orientalismo*, devido à sua associação à cultura oriental. O costureiro parisiense Paul Poiret estava no centro de tais acontecimentos. As criações dele "aboliram as anáguas e, mais radicalmente, os espartilhos" (PALOMO-LOVINSKI, 2010, p. 12). "A partir de 1906, já havia liberado a mulher das amarras do espartilho lançando a cintura alta para os vestidos das mulheres" (BRAGA, 2015, p. 81).

Com a chegada da Primeira Guerra Mundial, em 1914 as mulheres "tiveram que assumir diversos trabalhos que antes eram exclusivamente desempenhados por homens, o que impulsionou de certa forma uma nova postura da mulher" (POLLINI, 2007, p. 53). Para desempenhar as atividades laborais as vestimentas das mulheres foram flexibilizadas e as calças liberadas. Porém o que era permitido usar no trabalho, não era bem-vindo em ocasiões sociais e determinava-se que em outros momentos as mulheres usassem saias. Braga fala do período de guerra e o que isso influenciou no papel da mulher na sociedade:

> Com os homens no campo de batalha, as mulheres tiveram que arregaçar as mangas e ir para o mercado de trabalho, libertando-se finalmente dos espartilhos e encurtando as saias até a altura das canelas. Começa aí todo um processo de emancipação feminina que pareceu não ter fim durante o restante da centúria (BRAGA, 2015, p. 80).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, surge um novo estilo denominado de *Modernismo* – "caracterizado por linhas

limpas, simples, silhueta andrógina e desprezo por adornos supérfluos" (MACKENZIE, 2010, p. 74). Este estilo ditou as regras de toda a década de 1920 e teve como figura principal a estilista Coco Chanel. "Ela soube identificar na mulher uma nova postura, sendo ela mesma exemplo desta mudança, pois soube conquistar uma independência incomum para os padrões da época" (POLLINI, 2007, p. 56).

Em 1922, o escritor Victor Margueritte lançou o romance *La Garçonne*, na qual tinha como personagem principal uma mulher que usava roupas tidas até então como masculinas. "Desde aquela época, o estilo tem voltado com cabelos curtinhos, gravatas, paletós e calças" (FFOULKES, 2012, p. 32). Mackenzie explica melhor o visual que ficou conhecido como *garçonne*:

> O novo e andrógino estilo, batizado de visual *garçonne*, dominou a moda até 1929. A barra das saias subiu consideravelmente até atingir seu limite em 1960, um pouco abaixo dos joelhos. A linha da cintura caiu para perto dos quadris. Os cabelos curtos e aparados viraram tendência, e os chapéus *cloche*, sem aba, em forma de sino e usados com a borda rebaixada, ganharam popularidade (MACKENZIE, 2010, p. 74).

Em 1939, com a chegada da Segunda Grande Guerra Mundial, a moda feminina sofreu inúmeras alterações. Novamente as mulheres adentrariam o mercado de trabalho enquanto os homens estavam nos campos de batalha, e isso exigiria mudanças nas práticas vestimentares. "As roupas femininas, de fato, masculinizaram-se e a grande moda foi o uso de duas peças, para qualquer momento, fosse do dia ou da noite" (BRAGA, 2007, p. 79). Braga complementa:

> A moda precisou se adaptar às circunstâncias problemáticas. Nada de grandes gastos em tecidos e complementos; tudo passa a ser austero e a moda feminina é totalmente influenciada pela estética masculina. Roupas mais esmirradas, poucos enfeites e tecidos de cores mais escuras [...] além de sapatos pesados, turbantes cobrindo

> cabelos e aproveitamento das sobras de tecido (BRAGA, 2015, p. 83 e 84).

Com o fim da Guerra em 1945, a moda sofreria novamente mudanças. Todo o período de recessão e escassez, estaria traduzido em feminilidade que até então estava esquecida. Em 1947, Christian Dior lança uma coleção de roupas e ao apresentar em um desfile de moda em Paris, foi intitulada pela Carmel Snow - jornalista de moda da Harper`s Bazzar norte-americana - de *New Look*. O traje trouxe muitas controvérsias, o que era belo para uns, acabou tornando-se símbolo de machismo para outros. A intenção do estilista era resgatar a essência feminina que estava deixada de lado, através de saias feitas com metros e metros de tecido, aliado à cinturas extremamente marcadas. Porém alguns grupos responsabilizaram Dior por impulsionar um regresso muito grande, ou seja, impor um visual com anáguas, luvas, cintas, para a mulher que tinha conquistado liberdade durante os anos 1920, 1930 e principalmente em 1940. "Por sua vez, as feministas condenavam com veemência o estilo ultraconstritivo, visto como um retrocesso na emancipação das mulheres" (MACKENZIE, 2010, p. 86) .

A década de 1960, novamente foi muito importante para a luta da igualdade de gênero através das vestimentas. A pílula anticoncepcional estava mudando a concepção de como as pessoas lidavam com temas como sexo e relacionamento afetivo, e por isso, a moda estava encarregada de comunicar aos jovens valores de liberdade sexual. Neste período, foi lançada a moda unissex, ou seja, "a mesma moda tanto para ele quanto para ela. Isso tudo vai passar a ideia de um modo coletivo, comunitário, um ideal jovem que resultou numa espécie de uniformização da moda para ambos os sexos" (BRAGA, 2007, p. 89).

A luta pela liberação feminina e a diversificação na maneira de vestir manifestou todo o clima de paz e amor da década de 1970. "A década anterior fez surgir a moda unissex, que passa a ser a grande moda nos anos 1970" (BRAGA, 2015, p. 86-87). No final desta década, surge a tribo urbana *punk* que ficou conhecida por utilizar os mesmos elementos tanto para homens, quanto para mulheres, não havendo distinção de gênero através das roupas. Ao se referir as diversas tribos urbanas que surgiram junto com os

punks, Braga pontifica:

> O que vale a pena ressaltar é que não havia mais tanta diferença entre as linguagens de moda tanto para homens quanto para as mulheres. Todas essas tribos eram compostas por ambos os sexos e as características visuais permitiam a todos com sutis peculiaridades do que era do masculino e do que pertencia ao feminino (BRAGA, 2007, p. 97).

Os anos 1980, ficaram marcados com uma forte característica: a irreversível inserção da mulher no mercado de trabalho. E para isso, o guarda-roupa apresentava silhuetas lineares e anguladas, de modo a não enfatizar a feminilidade. "No campo da moda, a mulher assume uma postura de masculinização em *tailleurs* com ombreiras" (BRAGA, 2015, p. 88). O mesmo autor acrescenta:

> Isso tudo também foi reflexo de um posicionamento feminino no mercado laboral, onde os direitos e as posições adquiridas faziam parte de todo um contexto social de trabalho. Daí, numa espécie de reflexos e imposição, uma das características da moda feminina ter sido o grande uso de ombreiras e, obviamente, o uso do tailleur. Verdadeira apropriação da identidade masculina. Eles, por sua vez, para não ficarem para trás, também adotaram os ombros acentuados, posicionando-se frente às mulheres e, cada vez mais, aquilo que fora a moda unissex caminhava para o aspecto de androginia, uma das identidades dos anos 1980 (BRAGA, 2007, p. 98).

Os últimos anos do século XX ficaram marcados pelo multiculturalismo na sua essência e afirmou de vez que não existe uma moda universal, um estilo único a ser seguido, e sim uma moda própria com um caráter multifacetado. "Parece que a ordem (ou desordem) do período estava presente em palavras como mix, hibridismo, releitura, multiculturalidade e outras correlatas. A falta de identidade passou a ser a própria identidade dos anos 1990" (BRAGA, 2015, p.88).

Encerra-se esta etapa do presente artigo com a seguinte citação que traduz o pensamento central de tal pesquisa: "Desconstruir para reconstruir uma nova dimensão, uma nova identidade, uma nova proposta" (BRAGA, 2015, p. 89).

Gênero X Moda

Através da contextualização histórica, é possível perceber os diversos momentos em que a indumentária sofreu uma ressignificação em busca de atender novos códigos e demandas sociais a cerca dos papéis do homem e da mulher. As relações sociais estão ligadas a discussão de gênero, pois, segundo Saffioti (1992) "a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros" (p. 210). Assim, gênero se refere aos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, independente do sexo biológico, sendo algo dinâmico e suscetível aos fatores socioculturais. Sua relação com a moda se dá à medida que o vestuário é parte indissociável da vida humana e tem relação direta com identidade. Assim como o gênero, a moda também é suscetível aos fatores socioculturais:

> O simbolismo sexual criado pelo traje é bastante complexo e ganha significações mediante o estabelecimento de relações interpessoais que se alternam em razão das modificações socioeconômicas e culturais. Encontramos, assim, no vestuário, uma estrutura relacionada diretamente com o corpo humano, e que se presentifica nas relações plásticas que o constituem, apontando para o contexto em que o sujeito está inserido. Os seus arranjos são, pois, estabelecidos e normatizados pela própria ordem social que, ao mesmo tempo, os regula e os expressa (CASTILHO, 2004, p. 111).

Para entender melhor como os indivíduos se encontram vinculados a partir do modo de se vestir, Castilho explica:

> Assim como as línguas naturais, que, num alto grau de abstração, obedecem a regras comuns do sistema

> linguístico, a moda também pode ser entendida e analisada dentro de um sistema semelhante. Nessa perspectiva, cada indivíduo se encontra vinculado a um modo de se vestir e a todos os nexos institucionais ou afetivos que fazem a ligação entre ele e o grupo ao qual pertence (CASTILHO, 2004, p. 109).

O século XXI trouxe uma série de questionamentos acerca das normas sociais, coloca em discussão as limitações encontradas na divisão simples da moda em masculino e feminino, uma vez que a mesma já não consegue mais representar as trinta e uma nomenclaturas de gênero reconhecidas atualmente. Entre as mais conhecidas estão gênero fluido, quando o indivíduo transita entre o masculino e o feminino, sem se identificar totalmente com nenhum; e o sem gênero, quando o individuo não se vê representado nem se identifica como homem ou mulher. O início dos anos 2000 foi essencial para uma evolução dos conceitos apresentados anteriormente, androginia e unissex. A liberdade de não pertencer a nada específico e rotulado, junto com o desejo de exercitar as vontades pessoais sem compromisso com imposições sociais, criou um novo grupo de pessoas que tem como única preocupação ser fiel às suas próprias ideias. Entre as muitas ações desde grupo, uma das mais discutidas é a roupa. A seguir analisaremos os motivos que fazem do vestuário uma das questões sociais mais relevantes deste momento.

Cenário Atual

A segunda década do século XXI apresenta um contexto de grande diversidade. Diversas lutas fazem parte do debate, entre elas a luta pela igualdade através do feminismo e a luta contra a discriminação sexual de gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. Entre tantos problemas econômicos, ambientais, sociais e políticos, chama atenção a importância dada pela sociedade a questões que afetam exclusivamente o indivíduo e sua vida privada. Tal fato poderia ser explicado através da colocação de Castilho, que explica os papéis do masculino e feminino como dois grandes grupos que marcam a diferenciação da sexualidade.

Este processo, segundo a autora, encontra-se culturalmente organizado e reflete os papéis sociais exercidos pela figura do homem e da mulher em determinado grupo. "A sexualidade é uma questão que interessa a todas as culturas: seja como um valor, um bem preservado, seja como tabu ou palco de inúmeras interdições." (Campelo apud Castilho 2004, p. 110).

Assim, fica clara a relação do vestuário com a postura social e os padrões de uma sociedade. A diversidade de gênero e suas múltiplas formas de expressão quebram as imposições sociais e buscam descontruir os papéis preestabelecidos para a mulher, permitindo ao ser humano desempenhar o papel que lhe for conveniente e estiver de acordo com seus próprios valores. O papel simbólico do vestuário é um dos primeiros a passar por essa desconstrução. Através da análise e pesquisa do contexto social, marcas de moda independentes iniciaram esta discussão a partir de suas coleções e abriram caminho para marcas de luxo entrarem no diálogo. A partir daí foram levantadas questões que chegaram ao grande público através de veículos de massa, como jornais e revistas.

Umas das primeiras ações impactantes a cerca da moda sem gênero aconteceu na semana de moda de Londres – Inverno 2013, quando o estilista Jonathan Anderson desfilou homens de vestidos, tops e shorts de lã com babados. Sua coleção chamou atenção de nomes influentes e foi a mais comentada da temporada. Depois disso, o debate acerca da divisão entre masculino e feminino explodiu no circuito da moda. Uma das primeiras ações que atingiram diretamente o público foi realizada no primeiro semestre de 2015, pela multimarcas londrina Selfridges. A loja dedicou uma seção inteira à moda chamada de *Agender* (termo em inglês para "sem gênero"), nela não havia distinção entre roupas masculinas ou femininas. Nas passarelas o movimento apareceu em desfiles de grandes marcas como Giorgio Armani, Givenchy, Gucci e Prada, onde foram apresentados homens e mulheres vestidos de forma bem semelhante, independentemente da designação de gênero do evento em questão. Atentas às mudanças, as *fast fashions* lançaram as primeiras coleções com a proposta sem gênero. A Zara, rede mais importante do segmento, lançou uma linha que se

autodenominava "*genderless*". O uso da palavra, emprestada do inglês, não agradou clientes da marca. As roupas eram apenas moletons, camisetas e calças jeans - peças há anos usadas por homens e mulheres. Neste caso não houve novidade para a moda sem gênero, foi apenas o uso inadequado de um termo para fins de marketing.

Entre os desafios de produção da moda sem gênero está a modelagem. Homens e mulheres têm corpos distintos, mesmo que as roupas sejam para ambos, é preciso pensar que as modelagens podem ser diferentes. As mulheres querem usar o que tem no guarda-roupa masculino, porém tem que cair bem no corpo, o mesmo vale para os homens. No entanto, isto não é regra, rapazes magros muitas vezes consideram melhor usar calça jeans feminina, porque o caimento é melhor. Mulheres, às vezes, preferem camisetas masculinas pois são compridas e vestem bem. O que fomenta a discussão da moda sem gênero atualmente é o uso de roupas femininas pelos homens, como saias e vestidos. Qual o motivo de homens de saia - ou roupas designadas como femininas causarem tanta ansiedade na cultura ocidental? A apropriação da indumentária tipicamente masculina por parte das mulheres deixou de ser tabu e é tido como algo natural. O próximo passo é naturalizar o inverso. Segundo a antropóloga Garcia, a universalização das coisas, sempre aconteceu pelo lado masculino da força:

> Universalizar a moda de verdade seria se todo mundo pudesse dividir não só os códigos masculinos de indumentária, mas também os femininos. Só teremos um guarda-roupa realmente sem gênero quando uma saia não for mais algo tipicamente dirigido exclusivamente às mulheres (GARCIA, 2014).

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que as ideias e noções em torno do gênero partem de construções sociais. Não existem leis da natureza que definem especificamente quais roupas devem ser usadas por cada sexo, esses códigos foram

estabelecidos pela sociedade e suas construções. Através do olhar histórico é possível perceber que algumas das figuras masculinas mais poderosas, como reis, nobres e cavaleiros, usavam roupas que nos dias atuais seriam consideradas do gênero como feminino.

A neutralização de gênero, por sua vez, é um movimento natural que tem seus anseios refletidos na moda, através do estilo pessoal. Marcas se apropriaram do discurso para criar novas coleções e aumentar as vendas, no entanto, os produtos apresentados até agora foram pouco representativos. Assim, devem continuar surgindo novas formas de expressar a diversidade. O que vestimos é uma declaração de quem somos, como queremos ser vistos e que mensagem desejamos passar. A dificuldade em traduzir questões complexas em coleções e conceitos de massa se deve ao fato da complexidade dos valores pessoais. Moda sem gênero não é sobre um homem usar saia, é sobre romper com padrões sociais. Desta forma, **neutralização de gênero** não é uma tendência de moda, mesmo que algumas marcas tentem se aproveitar disto para lucrar. É um **movimento natural** que reflete mudanças importantes que vêm acontecendo na sociedade.

A moda convencional não consegue mais representar o mundo em que vivemos, por isso, estão sendo criadas **novas formas e meios** para expressar tanta diversidade. Ao ser representada nas passarelas e ganhar o varejo, a moda sem gênero se aproxima das pessoas e faz crescer a noção de que todas as classificações sociais existentes – idade, gênero, nacionalidade – foram construídas e já não dão mais conta da realidade – e, assim, a moda passa a ser não apenas um retrato do nosso tempo, mas também um agente de inclusão e promoção da diversidade.

Referências

BRAGA, João. **História da moda**: uma narrativa. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2007.

_____**Tenho dito**: histórias e reflexões de moda. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem**. 2. ed. rev. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004

FFOULKES, Fiona. **Como compreender moda**: guia rápido para entender estilos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
GARCIA, Carla Cristina. **Afinal, o que é o genderless?** Revista Elle Online, abr. 2016. Disponível em: ‹http://mdemulher.abril.com.br/moda/elle/afinal-o-que-e-o-genderless›. Acesso em: 29 mai. 2016
MACKENZIE, Mairi. **Ismos**: para entender a moda. São Paulo: Globo, 2010.
PALOMO- LOVINSKI, Noel. **Os estilistas de moda mais influentes do mundo**: a história e a influência dos eternos ícones da moda. Barueri, SP: Girassol, 2010.
POLLINI, Denise. **Breve história da moda**. São Paulo: Claridade, 2007.
SAFFIOTI Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
Última moda: uma história ilustrada do belo e do bizarro / texto de Barbara Cox [et.al.]; concepção do livro por Ariana Klepac; tradução Laura Schichvarger. – São Paulo: Publifolha, 2013.

A BRUXA COMO PERSONAGEM FEMININA COMPLEXA: FRAU TOTENKINDER EM "FÁBULAS", DE BILL WILLINGHAM

Thaísa Antunes Gonçalves[1]
Emerson Ranieri Santos Kuhn[2]
Daiane Arend Flores de Oliveira[3]

Introdução

O presente estudo analisa a imagem da bruxa em uma narrativa contemporânea e traça um comparativo com as suas representações no imaginário popular, de forma a apresentar a transformação de uma personagem que, por muito tempo encarcerada em um discurso negativo e redutor, se liberta para narrar sua própria história e afirmar-se como personagem feminina complexa e independente.

Na série em quadrinhos *Fábulas*, de Bill Willingham, personagens de contos de fadas fugiram de sua terra natal e se refugiaram no mundo humano, assumindo disfarces para que não fossem reconhecidas. Entre as personagens principais, Frau Totenkinder atua como a representação de todas as bruxas anônimas dos contos de fadas tradicionais (como em *João e Maria*, *Rapunzel*, *O príncipe sapo*, entre outros) e possui papel de destaque na trama, uma vez que é a líder do 13ª andar do prédio sede das fábulas em Nova York, destinado a organização dos bruxos da cidade das fábulas.

Como recorte, selecionamos a história *O conto da bruxa*, parte da edição especial de *Fábulas*, denominada *As 1001 noites de*

[1] Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale, bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande. thaisa.gonc@gmail.com
[2] Mestrando em Processos e Manifestações Culturais e licenciado em História pela Universidade Feevale. mer.gattuso@hotmail.com
[3] Mestranda em Processos e Manifestações Culturais e licenciada em História pela Universidade Feevale. daia_arend@yahoo.com.br

Neve, lançada originalmente em 2004 e publicada no Brasil em 2013. Nessa história, a bruxa narra suas origens como membro de um povo indígena e sua atuação como xamã, sua expulsão ainda jovem devido a uma gravidez indesejada, até se tornar a bruxa de diversos contos consagrados.

A abordagem utilizada parte de estudos históricos sobre a representação da bruxa ao longo da história (DELUMEAU, 1989; KRAMER; SPRENGER; 1993; NOGUEIRA, 1995; ZORDAN, 2005) e, especificamente, como mito literário (BRUNEL, 1997; CALADO, 2005). Para realização da análise, nos apoiamos nos trabalhos de Will Eisner (2005; 2010) sobre as histórias em quadrinhos como linguagem autônoma, na qual imagens e palavras não devem ser consideradas de forma separada, mas em uma relação de simbiose.

Essa pesquisa justifica-se pela verificação de poucos estudos sobre releituras da personagem bruxa em narrativas ficcionais e uma lacuna referente ao trabalho de transformação dessa personagem por Willingham.

O imaginário popular e a constituição da bruxa como figura maléfica

A ideia de uma mulher portadora dos mistérios do mundo advém de antigas deusas da fertilidade e de seu papel social relacionado a proliferação da espécie, o que trazia um caráter sagrado para o feminino. Sendo assim, a mulher era cultuada e percebida como parte essencial das comunidades.

Com a complexificação das sociedades antigas, a relação entre os gêneros masculino e feminino toma um delineamento relativo ao âmbito do público e privado, no qual os homens possuem uma maior mobilidade social, enquanto que as mulheres ficam circunscritas a um segundo plano, em uma relação de desigualdade acentuada.

Durante a Idade Média esse panorama se intensificou de forma institucionalizada, uma vez que a Igreja exigia controle de todos as esferas sociais. Sendo o cerne de sua estratégia a dominação das mentes e corpos, o foco foi a construção de elementos imaginários baseados no medo do desconhecido. Como

as mulheres das sociedades agrárias e pobres detinham conhecimentos para as curas do corpo, bem como para seu prazer, elas precisaram ser subjugadas a um patamar inferior. Nogueira (1995) postula que os clérigos e magistrados católicos se consideravam guardiões do sagrado e, por isso, se reivindicavam como os únicos mediadores entre realidade, cura, milagres e o sobrenatural, dessa forma tomando para si a tarefa de recriar, manipular e formatar o imaginário em torno da figura da mulher, na tentativa de uniformizar as consciências e as atuações de todos.

Apesar da obra *Malleus Maleficarum* (1993), escrita no final do período medieval pelos monges dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger, ter tido grande notoriedade no tema da caça às bruxas, foi o texto de Hans Nider, de 1437, que primeiramente instituiu as características da feiticeira diabolizada (CALADO, 2005). Denominada *Formicarius,* a obra relatava acontecimentos ocorridos entre a Suíça e França, que apresentavam sempre uma mesma figura: predisposta ao mal, atuante na necromancia, possuidora da capacidade de voar e do sexo feminino. De acordo com Calado (2005), essa obra conseguiu unir diversas características que já circulavam na Europa da época, mas que existiam apenas isoladas até então.

A partir do *Formicarius*, surge o *Malleus* (1993) em 1486, que retoma esses atributos e os utiliza como itens de verificação das companheiras de Satã. Tal manual se torna a base teórica para o período que, entre os séculos XIV a XVII, foi o que mais ocasionou mortes de acusados de bruxarias, 85% composto por mulheres (CALADO, 2005), o que condiz com as enfáticas justificações de Kramer e Sprenger na obra: "[...] a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnais" (KRAMER; SPRENGER, 1993, p. 116).

Ao contrário do senso comum, não foi a Inquisição a maior responsável pelas mortes, mas as acusações processadas por tribunais civis, que ocorreram em sua maioria na região germânica (CALADO, 2005). Devido às diversas perdas de registros, não há números exatos sobre a quantidade de mortes por acusação de bruxaria, mas pesquisadores estimam um número aproximado de

100 mil mortes confirmadas (CALADO, 2005). Se forem incluídos os casos de suicídio, linchamento e torturas diversas, o número certamente se excede. Essa prática moldou o feminino para uma docilidade e uma ausência de atuação tanto na vida pública quanto na privada, por longo tempo.

Segundo Zordan (2005), a figura da bruxa foi cunhada dentro do cristianismo, traduzindo a figura da mulher em "[...] devoradoras e perversas que matavam recém-nascidos, comiam carne humana, participavam de orgias, transformavam-se em animais, tinham relações íntimas com demônios e entregavam sua alma para o diabo" (ZORDAN, 2005, p.67).

Mas por qual motivo simplesmente transformar as mulheres que auxiliavam os próximos com um conhecimento pragmático sobre ervas e unguentos em auxiliares do demônio? Há muitas teorias sobre isso, mas nos detemos em dois pontos que relatam o aumento da concentração dessas mulheres com conhecimentos curativos ameaçando a consolidação dos homens como médicos, especialmente em um momento em que surgem as universidades, e também na formação de ligas ou confrarias por elas, o que representava uma organização de coesão social, que poderia ameaçar os paradigmas sócio-religiosos. Esse segundo ponto foi comprovado, quando ocorreram revoltas camponesas contra o sistema feudal e essas confrarias apoiaram os pobres e servos. Conforme Franco Júnior (2001), a intensificação de lutas sociais foi desencadeada pela diminuição do comércio e do artesanato, pela retração demográfica, pelo banditismo e pela insegurança instalada, o que proporcionou revoltas sociais apoiadas pelas confrarias e guildas.

O livro que popularizou o comportamento, o prazer e o conhecimento feminino na sua transformação em atos demoníacos, também conhecido por *Martelo das Feiticeiras*, pode ser resumido em cinco pontos básicos para Kramer e Sprenger (1993), os quais ficam caracterizados como 1) Os demônios buscam corromper e apropriar-se do maior número possível de corpos para então conquistar as almas para o inferno; 2) Os seres humanos são tríades, nos quais o espírito é comandado por Deus, a vontade guiada por um anjo e o corpo mantido pelas estrelas. Visto que os

demônios seriam seres superiores a estrelas, acabariam dominando o corpo físico; 3) O domínio demoníaco caracteriza-se a partir da manipulação sexual, pois o demônio apropria-se do corpo e então corrompe a alma pelos atos sexuais. Considerando que foi pela sexualidade que o primeiro homem pecou, esse seria o ponto mais vulnerável dos seres humanos; 4) As mulheres possuem a sexualidade em sua essência, por isso são mais afeitas ao desejos demoníacos. Elas tendem a se transformar em agentes do demônio, chamadas de bruxas ou feiticeiras. Outro motivo que justificaria a natureza corrompedora das mulheres, seria o de que Eva haveria nascido de uma costela torta de Adão, por isso nenhuma mulher poderia ser reta; 5) O pecado envolvendo possessão demoníaca e atos sexuais corrompedores da alma era duplamente pior que a traição de Lúcifer perante o Criador e só seria possível a redenção da alma através da tortura e da purificação da morte.

Sob a ótica do *Malleus,* Delumeau (1989) aborda que algumas perspectivas medievais afirmavam que por natureza as mulheres possuíam uma fé fraca e isso já estaria claro na palavra *feminino*, na qual *Fe* e *minus* representariam um ser de pouca fé, por isso seriam mais tendenciosas ao mal, sendo que as beneficies de Deus só viriam para aquelas que se mantivessem castas e puras.

Após a grande divulgação desses princípios, o livro tornou-se um cânone dos perseguidores, transformando a figura feminina com conhecimentos da natureza, doadora de vida e símbolo da fertilidade, em grande pecadora, origem do mal, agente nociva aos homens e à natureza. Segundo Delumeau (1989), nesse período os homens eram aconselhados pela Igreja a punir as mulheres, pois seriam elas animais com apenas pequeno grau de razão, incapazes de viverem sozinhas. Para os clérigos, elas precisariam de um homem para governá-las, pois elas teriam a função primordial de procriação e, essencialmente, deveriam ser o deleite social do homem, o consolo doméstico e mantenedora da ordem e da ausência de prazeres no lar.

Por esse motivo, toda mulher que quebrasse essa barreira seria considerada uma bruxa a serviço do mal, já que a representação do ser feminino adequado excluía qualquer insubordinação ou tentativa de independência por parte da mulher.

> O que a figura da bruxa ensina é um certo modo de enxergar a mulher, principalmente quando esta expressa poder. Ao longo de muitas eras da civilização patriarcal, a lição predominante sobre as mulheres que fazem uso de poderes ou que se aliam a forças que, de um modo ou de outro, a máquina civilizatória não consegue domar é bem conhecida de todos. Toda expressão de poder por parte de mulheres desembocava em punição (ZORDAN, 2005, p.67).

Os aspectos positivos do feminino foram destruídos no período, diabolizando toda mulher que procedesse com base nos conhecimentos populares, devendo ser punida e expurgada da sociedade, pois fora determinado que seu espírito deveria ser subserviente.

A caça às bruxas cessou no século XVIII, porém a condição feminina já havia mudado drasticamente, dado que no imaginário popular a mulher havia se consolidado como bruxa portadora do mal em sua essência. No século XIX, o tema das bruxas é substituído pelo da histeria feminina, na qual a mulher diferente do padrão aceito pela sociedade é vista como louca e encarcerada em hospícios. A histeria era considerada fortemente relacionada aos fenômenos corporais femininos e à sexualidade (ZORDAN, 2005), assim como a bruxaria o foi em épocas anteriores.

Por representar uma mulher livre, especialmente no que condiz com a relação com seu corpo, a feiticeira se tornou símbolo da revolução feminista dos anos 1970 e com isso teve uma revalorização (BRUNEL, 1997). Calado (2005) cita a proliferação de objetos representativos da bruxa em lojas esotéricas, que muitas vezes a apresentam com características físicas remetendo à sensualidade e simpatia, mas que ainda assim se desenvolveram a partir do estereótipo da bruxa de maior circulação atualmente, o proveniente dos contos de fadas.

Se a ideia de mulher conhecedora de estratégias naturais de cura e dona de seu próprio corpo seria transfigurada negativamente na imagem da bruxa, se fazia necessário encontrar meios de perpetuar tal representação maléfica e diabólica. No período medieval, por ser a oralidade o principal meio de

transmissão de saberes, o mito foi um instrumento social extremamente eficaz para reconfigurar a mentalidade acerca da mulher.

> O mito é uma narrativa. É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmo, as situações de 'estar no mundo' ou as relações sociais (ROCHA, 2008, p.7).

O mito da mulher enquanto bruxa surgiu em razão funcionalista (uma vez que a funcionalidade específica era redefinir a mulher) e obteve pleno êxito, pois se propaga até os dias atuais.

De acordo com Marilena Chauí (2001), o mito é entendido não só no sentido etimológico do termo, mas também em sentido antropológico, como um tipo de narrativa utilizada para explicar, entender, ou justificar determinada realidade, solução imaginada para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Essa explicação pode ter a função de estabelecer uma verdade, se traduzindo em um instrumento de poder, conforme apontado por Foucault (ROCHA, 2008).

Para Zordan, (2005) a figura histórica da bruxa foi formada com o auxílio da poesia clássica, literatura e retórica e fontes documentais, estas que registram a bruxa tanto como figura mítica quanto como elemento vivido pelas sociedades. Brunel (1997) especifica ainda mais, creditando à literatura infantil o estabelecimento da popularidade do mito literário da bruxa nos dias de hoje.

No momento em que autores como Charles Perrault e, principalmente, os irmãos Wilhem e Jacob Grimm recolhem os contos orais e os adaptam para o texto escrito, algumas mudanças ocorrem no que concerne à bruxa. Para que um maior número de pessoas, de diversos locais e classes, apreciasse os contos, a bruxa é simplificada, dotada de características fixas, portanto, redutoras (BRUNEL, 1997). Ainda que a bruxa permaneça má, a

ligação com o demônio é retirada e determinados elementos adquirem tom cômico. De acordo com Calado (2005) essa modificação não deve ser vista como uma suavização da bruxa, mas sim como uma estratégia de moralização, já que este era um dos principais objetivos dos contos de fadas em sua gênese na forma textual escrita.

Realizando um comparativo da bruxa nos contos *Branca de Neve*, *Rapunzel* e *João e Maria*, Eliana Calado (2005) identifica que as características da personagem são essencialmente as mesmas e estão todas contidas na representação da "bruxa das fogueiras": idade avançada, solitária, perversa e traiçoeira.

> De repente a porta se abriu e uma mulher velha como Matusalém, apoiada numa muleta, saiu coxeando da casa. João e Maria ficaram tão apavorados que deixaram cair tudo o que tinham nas mãos. A velha sacudiu a cabeça e disse: "Olá, queridas crianças. Digam-me, como conseguiram chegar até aqui? Mas, entrem, entrem, poderão ficar comigo. Nada de mal vai lhes acontecer na minha casa. [...] A velha só estava fingindo ser bondosa. Na verdade, era uma bruxa malvada, que atacava criancinhas e tinha construído a casa de pão só para atraí-las. Assim que uma criança caía nas suas mãos, ela a matava, cozinhava e comia. Para ela, isso era um verdadeiro banquete. As bruxas têm olhos vermelhos e não conseguem enxergar muito longe, mas, como os animais, têm um olfato muito apurado e sempre sabem quando há um ser humano por perto. (TATAR, 2013, p.68-69).

A comparação da bruxa com um animal, associada a outros atributos como o interesse por crianças, como no trecho de *João e Maria* citado, não é originário da popularização dos contos de fadas, mas já estava presente nas considerações do *Malleus Maleficarum* e no *Formicarius*.

É interessante mencionar que não buscamos aqui a verificação de uma bruxa "real" por de trás do mito literário, já que no fenômeno da caça às bruxas somente a crença na bruxaria pode ser considerada real, não a bruxaria em si, essa uma atividade imaginária (CALADO, 2005; NOGUEIRA, 1995). Mas traçamos

esse paralelo para demonstrar a força que uma história única pode ter, repetida em diversos meios, trespassando séculos e ancorando em portos insólitos como a literatura infantil.

A história em quadrinhos *fábulas*

Com roteiro de Bill Willingham e traço de diversos artistas, a *graphic novel*[4] *Fables* foi publicada durante o período de 2002 a 2015 pela DC Comics, selo Vertigo e lançada no Brasil como *Fábulas* pela editora Devir (2004-2006), seguida das edições da Pixel Media (2008), ambas sem completar a série. A partir de 2012, a editora Panini retoma do início as publicações, estando atualmente no penúltimo encadernado da série.

Produtos derivados da série também foram lançados, destacando-se os quadrinhos *João das Fábulas* (Panini, 2011-2013) e *As mais belas* (Panini, 2014-), além de *spin-offs* e do jogo de videogame *The Wolf among us* (Telltale Games, 2013).

A história de *Fábulas* gira em torno de personagens de contos de fadas que precisaram fugir de suas terras originais devido a uma grande guerra instaurada por um agente anônimo denominado o *Adversário*. Os refugiados optam pela ilha de Manhattan, nos Estados Unidos, como novo local de ancoragem. Se estabelecem em um bairro determinado para que todos possam conviver de forma aproximada, compartilhando estratégias para que não sejam reconhecidos pelos *mundanos*, ou seja, pelos humanos.

A edição *As 1001 noites de Neve* (no original, *1001 Nights of Snowfall*) foi a primeira *spin-off*[5] lançada (2004 nos EUA, 2013 no Brasil) e é uma prequela[6] de Fábulas. A história faz referência

[4] Em tradução literal, *romance gráfico*, se trata de uma história em quadrinhos com objetivo de aproximar-se da literatura. Temas até então considerados apenas literários, passam a ser utilizados nos quadrinhos, o que eleva o padrão de artistas e a idade média do leitor (EISNER, 2005).

[5] Narrativa, ou qualquer outro tipo de produto cultural, derivado de uma obra principal.

[6] História de um momento anterior ao da obra original, ambientada no mesmo universo ficcional. Recurso geralmente utilizado para contar as origens de determinada história.

direta à narrativa *As mil e uma noites*, na qual o papel de Scheherazade é realizado por Branca de Neve, presa por um sultão. Para prolongar seus dias, evitando sua morte pelo rei Shahryar, Branca conta diversas histórias relativas ao período de fuga das fábulas das terras natais para as terras mundanas.

Em uma das histórias, Neve narra o dia em que, em meio a um massacre de fábulas realizado por um exército globin, foge com sua irmã Rosa Vermelha para as profundezas de um bosque. Essa curta história, denominada *Diáspora*[7] e ilustrada por Tara McPherson, figura como uma introdução à história a seguir, intitulada *O conto da bruxa*[8], com traço de Esao Andrews.

O enredo de *Diáspora* consiste no encontro de uma antiga cabana consumida por um incêndio, pelas irmãs Branca e Rosa. Além de resquícios das paredes da casa feitas de gengibre queimado, um antigo forno a lenha ainda existia no local, acolhendo os restos de um ser humano que parecia ainda ter vida. As irmãs o retiram do forno e percebem que com o passar do tempo um indivíduo passa a se reconstituir magicamente, tomando a forma de uma velha senhora. Ao reunir forças para falar, essa senhora as auxilia indicando frutos e cogumelos comestíveis para que possam se manter no bosque e contando que estão protegidas naquele local, uma vez que ali seria seu local de poder, inatingível por goblins e outros seres malignos. A seguir, a senhora propõe, como agradecimento pelo resgate, o relato de uma antiga história, momento em que inicia o enredo de *O conto da bruxa*.

O conto da bruxa: a transformação de uma personagem clássica

É possível perceber que *Diáspora*, introdução de *O conto da bruxa*, possui ilustrador diferente da segunda história, apesar de ambas estarem interligadas. A mudança de estilo não é apenas uma decisão para comportar uma variedade de ilustradores na edição,

[7] Título completo: *Diáspora: no qual duas irmãs se refugiam em um casebre em ruínas e encontram coisas espetaculares por lá.*

[8] Título completo: *O conto da bruxa: no qual uma bruxa conta a história da sua extensa vida e nós descobrimos que atos de amor e atos de vingança muitas vezes podem parecer iguais.*

mas é propositalmente realizada para que cada um se relacione aos diferentes tons de cada história.

Na linguagem quadrinística, elementos como a espessura do traço, cores, formas dos requadros e balões de fala, entre outros, são essenciais como estratégias que visam determinadas intenções na transmissão da mensagem (EISNER, 2005, 2010). Em *O conto da bruxa* há a narração pela própria protagonista, em tom autobiográfico que remete a um passado bastante longínquo, em uma era pré-histórica. A paleta de cores difere drasticamente da utilizada na história anterior, assim como as formas dos requadros. Na figura 1, compara-se a última página de *Diáspora* que antecede *O conto da bruxa*, com esta. Percebe-se que a primeira possui tons claros e frios, personagens bastante cartunizados e requadros de diferentes formatos, indicando dinamicidade. A preparação da fogueira por Branca é detalhada com recurso de simulação de *zoom*, que recorta apenas os lábios da moça no ato de assoprar as primeiras fagulhas para que o fogo se inicie. Além disso, recurso similar é utilizado para destacar o olho da bruxa, reforçando o mistério no momento em que ela inicia seu conto, que incluirá partes malignas, segundo a personagem.

Figura 1 – Última página de *Diáspora* e primeira página de *O conto da bruxa*
[Fonte: Adaptado de Willingham (2013)]

Na cena da direita na figura 1, a primeira página da história seguinte é apresentada, sendo possível constatar um formato geral bastante diferente da anterior. Os requadros não possuem borda definida e sua parte externa é colorida por forte tom cor de fogo, o que remete ao ato de contar histórias em volta da fogueira. As formas de quadrados e retângulos abrangem no geral planos abertos, médios e americanos, estratégia que figura até o fim da história, o que sugere tradicionalidade e condiz com o ato de rememorar e contar uma história muito antiga.

A bruxa inicia seu conto o ambientando em um período remoto e em cenário de natureza, indicando a convivência com um povo indígena. Temporalmente, seu relato começa aos 14 anos de idade, quando obtém sua consciência de gênero feminino ao ter sua primeira menstruação. A este fenômeno, associa o início de suas visões e pressentimentos, estabelecendo assim uma relação direta entre dois mistérios: o do corpo feminino e o ato mágico, premonitório. O aspecto positivo dessa relação parece ser confirmado no momento em que todo o seu grupo de convivência a aceita e lhe confere um papel de destaque, o que podemos verificar com a participação da jovem bruxa na tenda do xamã, ambiente liderado por um líder mágico do sexo masculino.

Nas expressões de seus pares, é possível ver indícios de admiração, mas também de medo, reações que podem ser relacionadas com as descrições da recepção do papel feminino em sociedades antigas, um misto de respeito e temor pelo desconhecido.

Assim como no decorrer histórico das representações da mulher na sociedade, é pela sexualidade que o ser feminino sucumbe. No quadrinho, é a relação proibida com o filho do chefe da tribo e a gravidez indesejada que tornam a moça uma proscrita no grupo. Ainda para reforçar o ocorrido, é o próprio amante, homem, que a entrega à população através da calúnia de que viu o ato ser praticado com espíritos malignos e que a criança em desenvolvimento seria monstruosa. A culpabilização histórica da mulher pelo homem se condensa nessa breve cena, apresentada pela traição do companheiro com fins de benefícios a si próprio,

sem qualquer preocupação com o destino daquela com quem há pouco havia compartilhado momentos de intimidade.

Sem qualquer apoio, a protagonista é expulsa da comunidade e vaga sozinha em busca de abrigo, temerosa por sua sobrevivência, agora dificultada pela gravidez. Considerando o pensamento mítico, a jovem mãe procura a solução de sua sobrevivência na oferenda do sangue de seu filho, uma vez que, anteriormente, era seu próprio sangue menstrual que lhe conferia os poderes premonitórios.

As cenas do momento anterior e posterior ao sacrifício são expostas lado a lado, como é possível acompanhar na figura 2, metade inferior da página. Ainda quem em ambos os quadros predomine os tons frios, como em todos os momentos nos quais a bruxa se submete a outros, seja ao seu primeiro amante (momento anterior a obtenção de seu empoderamento enquanto mulher) ou aos espíritos, percebe-se que na cena pós-sacrifício os tons quentes equilibram a cena. No restante da história, tons alaranjados predominarão nas cenas em que a bruxa utiliza os seus poderes.

A perspectiva também muda, apresentando agora o ponto de visão da jovem, em uma posição mais alta do que a dos lobos que antes a espreitavam.

Com o tempo, a jovem descobre que sacrificando duas crianças a cada ano, também manteria a juventude. Sendo assim, por muito tempo ela realiza esse ato periodicamente e se mantém jovem por mais tempo. Em nenhum momento há indícios de relações emotivas com a morte dos bebês por parte da jovem, o que pode significar, para além de uma visão simplificadora do tema do infanticídio, a desnaturalização da maternidade. A bruxa compreenderia o filho recém-nascido como parte do corpo feminino e tão sagrado quanto seu próprio sangue menstrual, sendo, portanto, a maior oferenda possível aos deuses.

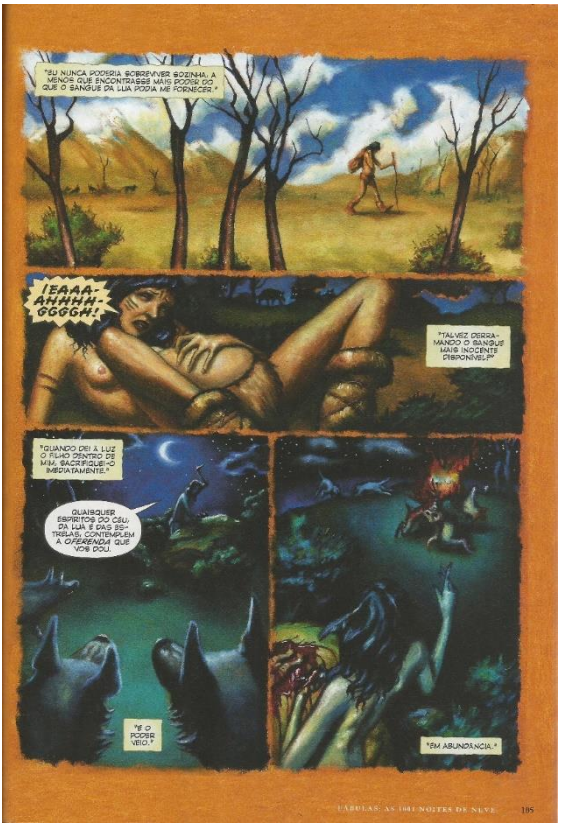


Figura 2 – Oferenda do primeiro filho
Fonte: Willingham (2013).

A seguir, a mudança do tempo na narrativa é apresentada através da modificação de cenário, que com a arquitetura dos prédios, entre outros elementos, indica a passagem por diferentes períodos históricos e locais. Vemos a bela bruxa em diversas situações que aos poucos são identificáveis com contos de fadas consagrados, como *Os três cabritos rudes*, *O flautista de Hamelin*, *A bela e a fera*, *O príncipe sapo*, entre outros.

Frau Totenkinder[9] amaldiçoa os que não lhe agradam, mas também auxilia aqueles que lhe são gentis. Com essas cenas, percebe-se que a negatividade da personagem clássica começa a ruir e a bruxa adquire aspectos duais, impensáveis nos contos de fadas.

Um grupo em específico, o dos cavaleiros jovens e bonitos, chama a atenção da protagonista e faz com que ela se dedique a travar uma batalha contra todos os homens que são privilegiados demais e gabam-se disso. O leitor percebe que a origem da maldição da Fera, quanto a do Príncipe Sapo, tiveram origem no encontro com a bruxa, que via propósitos positivos no encantamento.

[9] O nome Frau Totenkinder não é utilizado em *O conto da bruxa* pois, neste, por contar suas origens e adquirir tom mítico, a mantém anônima. Entretanto, utilizamos essa denominação por ser a utilizada ao longo de toda a série fábulas e por qual os leitores a reconhecem como personagem.

Figura 3 – *O envelhecimento facultativo*
Fonte: Willingham (2013)

A sexualidade feminina também é abordada, no momento em que Totenkinder admite ceder aos prazeres de belos jovens, assim como o fez com o filho do chefe da tribo há muito tempo atrás. A

bruxa estereotipada do imaginário popular tem sua libido apagada, enquanto que a releitura de Willingham traz esse aspecto à tona como constituinte da personagem. Além disso, esse item é tão ressaltado na jovem, que ela toma consciência disso e o percebe como incômodo para determinados interesses, julgando melhor deixar-se envelhecer para que seja possível continuar suas batalhas sem a distração sexual. Na figura 3, a personagem é representada em uma sequência tríplice, demonstrando o processo voluntário de envelhecimento e os traços do rosto de maior segurança de si mesma, conforme a idade avança.

Percebe-se que nas três imagens a bruxa está sobreposta a um fundo avermelhado, assim como é seu vestido nessa e na maioria das outras cenas da história. A escolha dos tons avermelhados complementa as bordas externas dos requadros, assim como o fogo emitido pela personagem em seus momentos de maior poder. Associado às decisões enérgicas, os tons quentes ressaltam a confiança em si mesma de Frau Totenkinder.

Posteriormente, a bruxa anciã se cansa do convívio com as pessoas e, em mais um ato de decisão por conta própria, se refugia no meio de um bosque. De tempos em tempos, a encanta para atrair crianças perdidas, já que ainda se mantém o contrato do sacrifício de sangue inocente uma vez ao ano. É desta forma que João e Maria são atraídos para a cabana de doces e, ao fim, jogam a bruxa ao forno, o mesmo no qual Rosa e Branca a encontram no início no prelúdio de *O conto da bruxa*.

Ao final da história, Frau Totenkinder conta a Rosa Vermelha que não se arrepende de nada do que realizou em vida, mais uma vez acentuando-se o poder de determinação da personagem. Além disso, a estratégia do autor de estruturar a história como contada pela própria protagonista, já é um indício do intento de dar voz própria a uma personagem que geralmente é considerada secundária e plana nas narrativas populares.

Considerações finais

Considerando que as narrativas ficcionais contribuem para a consolidação de um imaginário social e que este transforma-se de

acordo com o momento histórico, procuramos apresentar uma representação diferenciada da personagem bruxa, presente em uma história em quadrinhos contemporânea voltada para o público adulto.

Através do panorama histórico sobre a representação da bruxa, seja nos manuais do fim da idade média, quanto nos contos de fadas orais e, posteriormente, escritos, foi possível verificar uma linha geral de características básicas da personagem. Apesar de algumas simplificações no momento de redação dos contos por Perrault, Grimm, Andersen e outros, visando um maior público, os atributos essenciais da figura maligna permaneceram, ainda figurando em desenhos animados e outros produtos culturais para a infância.

É com uma releitura para adultos que percebemos uma mudança drástica na personagem, que não apaga seus aspectos negativos, mas os imbrica a aspectos positivos, constituindo um ser contraditório, portanto complexo. Verificamos que tal releitura rompe com as personagens bruxas reproduzidas até então[10], assim como também com a identidade de gênero feminino que procura encarcerar a mulher em estereótipos e a restringe a personalidades unicamente boas ou más.

Como sugestão de estudos possíveis, indicamos uma análise mais ampla da personagem, considerando todas as suas aparições na série *Fábulas*. Além disso, acredita-se interessante uma investigação sobre a bruxa de uma perspectiva que alie a representação do imaginário social com a concepção do arquétipo da grande mãe e suas múltiplas facetas, incluindo a da mulher má.

[10] Em *Wicked*, romance de 1995 escrito por Gregory Maguire, há uma releitura da Bruxa Má do Oeste (personagem de *O mago de Oz*, de Frank L. Baum), que também busca ampliar e complexificar a personalidade da bruxa. Entretanto, devido ao contato tardio com essa obra no momento de finalização deste trabalho, não foi possível abarcá-la neste trabalho. Ainda assim, consideramos frutíferos os estudos futuros que apresentem relações entre as personagens de Maguire e de Willingham.

Referências

BRUNEL, Pierre (Org.). **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CALADO, Eliana. ***O* encantamento da bruxa**: o mal nos contos de fadas. João Pessoa: Ideia, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 4.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CONTOS de fadas: edição comentada e ilustrada. Edição, introdução e notas: Maria Tatar. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas**. São Paulo: Devir, 2005.

_____. **Quadrinhos e arte sequencial**: a compreensão e a prática da forma de arte mais popular do mundo. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. ***A* Idade média**: nascimento do ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. ***O* martelo das feiticeiras**: Malleus Maleficarum. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

NOGUEIRA, Carlos Roberto. ***O* nascimento da bruxaria:** da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes. São Paulo: Imaginário, 1995.

ROCHA, Everardo Guimarães. ***O* que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WILLINGHAM, Bill et al. **As 1001 noites de Neve**. São Paulo: Panini, 2013.

ZORDAN, Paolla Basso Menna Barreto Gomes. Bruxas: figuras de poder. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: ‹https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020007/7827›. Acesso em: 7 maio 2016.

IDENTIDADES PERIFÉRICAS E RESISTÊNCIA: LUTAS DE GÊNERO ESCRITAS PELO *GRAFFITI* NO SÉCULO XXI

Lucas Silva Queiroz[1]

Ivana Maria Nicola Lopes[2]

Este artigo tem como objetivo investigar se há uma maior participação de mulheres, entre outras identidades de gênero, que utilizam o graffiti como uma forma de dar visibilidade a suas lutas, abarcando também uma análise sociopolítica da situação desses grupos sociais considerados como minorias, que lutam constantemente por direitos diversos e utilizam os muros como forma de resistência e espaço de reivindicação. A invisibilidade de identidades "periféricas" na história do graffiti, como em toda a história, não é diferente. Embora haja um número considerável de publicações, livros e demais estudos especificamente sobre essa prática, quase não existem reflexões que dão ênfase sobre gênero, idade, etnia. Ou seja: questões pertinentes ao tempo que nos tocou viver e que, recentemente, são analisadas. Pouco se sabe sobre a presença de mulheres grafiteiras/artistas no Brasil, quase não há também estudos voltados para a questão *queer*[3] no meio de

[1] Estudante de Graduação 6º. semestre do curso de Artes Visuais com ênfase em História, Teoria e Crítica da Arte – Bacharelado, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail: linkaa@terra.com.br.

[2] Professora doutora no Instituto de Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail: ivnicola@gmail.com.

[3] A palavra *queer* é traduzida por estranho, excêntrico, raro e extraordinário. Por muitos anos, o termo *queer* foi utilizado como insulto para se referir às pessoas que saiam dos padrões dos estereótipos normativos de gênero e de sexualidade da sociedade heterossexual e sua tradução literal deriva-se da palavra "estranho". Muitos indivíduos da comunidade LGBT não confortáveis com essa atribuição ofensiva, retomaram o uso da palavra como uma forma de resistência. *Queer*, a partir dos anos 80, passou a ser utilizado como: um termo "guarda chuva" para utilizado para a comunidade lésbica, gay, bissexual e trans. Uma declaração

intervenções urbanas. O que nos traz à tona, a importância de discutir sobre identidades além da masculina, o que pode resultar em um trabalho cuja importância se encontra na compreensão de novos percursos na crescente conquista de distintas e novas formas de ser que vão além da hegemonia falocrática no espaço urbano.

Falar de graffiti, na atualidade, significa dizer o que a maioria das pessoas já se convenceram do que ele aporta. "É o desenho bem acabado, com letras arredondadas, colorido"... Em geral, essa é a opinião das pessoas que o percebem pelos muros e paredes das cidades mundo afora, porém esta arte urbana não trata somente disso. É verdadeiro que, ele é extremamente democrático, pois diferentes culturas, pessoas e classes sociais deixam-se seduzir pelo graffiti, transferindo sua marca na "pele" da cidade. A necessidade de um suporte (muro, parede, mobiliário urbano) junta-se ao desejo de alguém e...algo acontece ali: um texto que pode ser um desenho ou um escrito. Ao longo da história sempre estiveram presentes. Tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. Eles resistem e insistem em fazer sua aparição. "O graffiti quer ser visto, quer deixar-se ver. Em última análise quer ser (ad)mirado" (LOPES, 1996, p. 31).

Outro aspecto que estimulou a pesquisa foi o interesse com relação a estética sociocultural, na qual o graffiti se insere. Ele fará sua mais brilhante aparição, isto é, tal como o conhecemos hoje, na década de 1970 do século passado e tem como antecedente, Maio de 68 francês. Fruto de uma revolução que alimentou-se da insatisfação de estudantes e operários que juntaram-se para dizer basta e armar suas barricadas em protesto à sociedade vigente na época. Nos anos setenta, surge no cenário novaiorquino a esfuziante mistura de cores, formas e letras que nascem nos trens e vagões do metrô, além de outras cidades em todos os continentes. Embora sua ocupação se iniciara por meio de

política simbolizando orientações afetivo-sexuais que "quebram" os padrões binários, identidades de gênero potencialmente fluidas (que não apresentam somente uma compreensão de gênero, mudam de um para outro, não sendo necessariamente somente homem e mulher). Uma identificação de um complexo conjunto de comportamentos sexuais e desejos. Por exemplo, uma pessoa atraída por múltiplos gêneros se identifica como *queer*.

muros entre outros espaços das metrópoles, conquistaram espaços privados como estabelecimentos comerciais e galerias de arte nos anos 80, quando houve a explosão dos graffiti que conhecemos na atualidade. Ao traçar uma pequena trajetória, percebemos que a maioria dos que se deixaram seduzir pela parede, foram jovens do sexo masculino. Portanto, uma vez mais enfatizamos a ideia de que devemos, através desta pesquisa, buscar um olhar mais reflexivo e inclusivo de outros gêneros, além do masculino, que trabalham com graffiti no cenário urbano.

O termo graffiti procede do italiano, mais precisamente, do verbo *graffiare* que significa rabiscar. Craig Castleman diz que:

> […] é empregado, em geral, para descrever muitos tipos de escritura mural. Dentre elas, se inclui as pinturas de certas cavernas pré históricas, os latrinárias (as inscrições encontradas nos banheiros da antiga Roma) e toda sorte de mensagens políticas, sexuais, humorísticas que foram rabiscadas, pintadas ou marcadas nas paredes ao largo da história. (CASTLEMAN, 1982, p. 11)

Interessante notar que as inscrições nas paredes e muros das cidades, povoados e banheiros públicos, como Castleman nos fala, continuam a existir quase que da mesma maneira como antigamente pois o que ali se faz presente são declarações/mensagens muito similares.

Denys Riout, conta-nos sobre a origem da palavra. Diz ele: "O termo origina-se do grego *graphein* (escrever, desenhar, pintar) e do latim *graffiare* (arranhar, rabiscar)" (RIOUT, 1986, p. 9). Ele ainda se aproxima do italiano *graffito* que, literalmente, significa arranhar. Esta última palavra designa uma forma de decoração parietal em homenagem ao Renascimento. Assim, *sgraffitar* seria o uso nobre do arranhar e seu contrário seria o *rabiscar, ou seja*, a escritura ou desenho traçado às pressas, sem cuidado e de forma grosseira. A pergunta que Riout nos coloca é: o belo e estético arranhão, com que se ornavam as fachadas, se degradou em vil graffiti?

A práxis de escrever nas paredes, como falamos antes, é muito antiga. Exemplo são os escritos na cidade italiana de Pompéia

que, soterrada pelo Vesúvio, em 79 a.C., foi possível estudar seu modo de vida através dos seus graffiti. Interessante notar que os graffiti pompeianos eram praticados por quase toda a população, sem distinção de classes e identidades: homens, mulheres, ricos, pobres, escravos e crianças. Toda a história da cidade é conhecida graças a esses trabalhos encontrados. De acordo com Kristina Milnor[1], mais de 11.000 imagens de graffiti foram encontradas em Pompéia, e mostra-nos muito sobre o tamanho da população da cidade e, principalmente o quão importante era para os cidadãos da referida cidade, a comunicação e a forma de expressar-se através dos escritos nas paredes.

O graffiti carrega consigo o anonimato e a transgressão. Ainda hoje, ele não perde estas características. No entanto, ele está repaginado. Desde que o homem fazia seus rituais, nas paredes das cavernas e grutas, mais tarde, as paredes dos banheiros públicos, muros e muralhas das cidades, são objetos de desejo para ali marcar um nome, um aviso, uma crítica, uma paixão.

Nova York, anos 70. Um movimento cultural juvenil proveniente das minorias (população negra e periférica) se manifesta utilizando o graffiti como segmento de extensão da identidade desses jovens, ou seja, estampando em diversos locais, assinaturas (tags) caracterizando o indivíduo que fazia, ao mesmo tempo em que conseguia também manter o anonimato, para aqueles que eram espectadores. Utilizavam-se dos muros, metrôs, entre outras paisagens do cenário urbano daquele período. Eis o nascimento de escritores ou *writers*. O exemplo mais significativo neste período é a inscrição *Taki 183*, em diversos muros nova-iorquinos, cujo garoto de 17 anos começou a escrever em inúmeros lugares a mensagem. Seu nome era Demetrius seu apelido, "Taki" e 183 era a rua onde vivia. Ele trabalhava entregando cartas e viajava constantemente de metrô de um lado a outro da cidade. Neste trajeto, ele "estampava" essa inscrição em todos os lados, dentro e fora dos vagões. Ao responder as perguntas feitas em uma entrevista para o *New York Times*, ele afirmou que

[1] Milnor, Kristina. *Graffiti and the Literary Landscape in Roman Pompeii*. Oxford: Oxford UP, 2014.

"Simplesmente era algo que tinha que fazer. Trabalhava, pagava seus impostos e não prejudicava ninguém"[1]. Por seus atos, muitos o consideraram como herói e, pouco depois centenas de jovens começaram a imitá-lo (alguns grafiteiros com destaque daquela época foram: *Frank 207*, *Chew 127*, *Julio 204* e *Barbara 62*). Nos finais dos anos setenta, o graffiti alcança suas cotas mais altas com a iconografia popular, diversos desenhos de personagens, retratos, auto-retratos e outras diversas incorporações de caligrafias. Tal amplitude deste meio de expressão levou a uma grande competição entre seus praticantes (as conhecidas guerras de estilo), desembocando em alianças entre grafiteiros, com objetivo de grupos permanecerem mais fortes e ganhar destaque e respeito entre os demais.

Porém a prática logo é associada à vandalismo. No começo dos anos 80, a *Metropolitan Transit Authority* - MTA de *New York*, começa a reforçar sua luta contra o graffiti, instalando câmaras nos vagões do metrô, recobrindo com pintura resistente, aumento da vigilância nos locais, etc. A partir daí começaram a surgir diversas campanhas "anti-graffiti" por meio de cartazes, propagando o conceito de negatividade dessas imagens. É importante lembrar que quase todas as cidades lutam, até hoje, contra os desenhos e escritos nas paredes. Existem leis municipais que não admitem a prática e a consideram inadequada.

Nas décadas de 80 e 90, o graffiti acaba por se espalhar pelas grandes cidades do mundo, principalmente do mundo ocidental. É a sua legitimação como arte urbana. Cabe dizer que nos anos 70, os graffiti de cunho político foram combatidos, veementemente, pelas ruas da América do Sul devido à política ditatorial. No entanto, aqueles escritos amorosos ou de outra tipologia não eram tão perseguidos posto que não iam de encontro ao que os dirigentes faziam. No Brasil, os graffiti tal como o conhecemos hoje, aparecem como uma forma de inscrição política e crítica ao governo militar e ditatorial dos anos 60 do século XX.

[1] **'Taki 183' Spawns Pen Pals**, New York Times (1923-Current file); Jul 21, 1971; ProQuest Historical Newspapers. The New York Times (1851 – 2007) pg. 37. Disponível em <http://graphics8.nytimes.com/packages/pdf/arts/taki183.pdf>. Acesso em 17 jun. 2016.

Além da luta ideológica travada, também nas paredes, alguns grafiteiros preocupavam-se mais com a questão estética. Ao não se contentar com o estilo norte-americano, foram em busca de um graffiti mais adequado ao momento nebuloso no qual estavam imersos. Expressaram-se por meio de fortes representações visuais urbanas, como uma forma de opinar sobre o sistema e a realidade vivida naquele período. Constituiu-se um movimento de contracultura, transgredindo espaços oficiais de exposição artística controlados por empresas capitalistas. Nos anos 90, em São Paulo, novos grupos surgiram, assim como em outros lugares do país. Ao usar a pichação como uma forma de identificação (na tentativa de conquistar territórios no meio urbano), que diferenciada suas inscrições de outros grupos da cidade. Com o graffiti cada vez mais se espalhando pelos centros urbanos, a repressão também foi se dando de forma crescente do Estado. Ás mulheres, a repressão se deu de forma muito maior, em consequência do patriarcado e exclusão do gênero feminino nos espaços públicos, já que o estereótipo de "bela, recatada e do lar" ainda é forte em nossa cultura ocidental.

Na entrada do século XXI, a prática passa a ser reconhecida pelo governo federal como elemento artístico feito mediante autorização de outrem, por meio do o parágrafo do art. 65 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:

> "(...) § 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional".[1]

[1] **LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm>. Acesso em 17 jun. 2016.

Há outras expressões artísticas que utilizam o espaço público mantendo o "caráter marginal" presente no graffiti, como *lambe-lambes*[1], *Sticker Art*[2], e sobre a prática que irei me adentrar, apresentando confusão em muitas pessoas, a "pichação". Mas qual a diferença? "Pichação" é um termo pejorativo, na maioria das vezes, normalmente colorido com tinta spray preto ou tinta látex, sua etimologia carrega significado de sujeira e poluição, deriva-se do inglês *pitch* (em português, significa breu), se desenvolvendo no século XX o verbo pichar.

Após o sancionamento desta lei, a técnica do graffiti tem se deslocado dos espaços públicos para o interior de casas e ambientes privados, deixando de ser considerada uma prática totalmente ilegal, conquistando o recente status de manifestação artística, estabelecendo no circuito oficial das artes, ganhando cada vez mais notoriedade em museus e galerias. Porém, não carrega mais o elemento de desobediência, somente ilustrações elaboradas possuem maior reconhecimento, evoluindo posteriormente para verdadeiras pinturas de murais. Há uma forte separação do que é considerado como "bonito" e "feio" após essa tentativa de "neutralizar" a potencialidade de transgressão carregada no graffiti, junto com a proibição de venda de *sprays* e aerossóis para menores de dezoito anos. Para uns, este acontecimento possui uma grande relevância até mesmo por um aumento de estudos acadêmicos sobre a prática no Brasil, para outros, perde-se completamente o significado de violação que o graffiti abarca no cenário urbano.

Muito pouco observamos no campo de estudo desse tema no Brasil, com produção vigente de gêneros considerados como oprimidos pelo sistema social patriarcal presente, como feminino e identidades abarcadas pelo termo "guarda-chuva" *queer* (este segundo não foram encontrados, no Brasil, autorias individuais que conquistaram visibilidade com este trabalho visual, somente

[1] *Lambe-lambe* é um cartaz com conteúdo crítico e/ou artístico colado em espaços públicos, como muros e postes, por exemplo.

[2] *Sticker Art*: é uma forma de transmitir uma mensagem, intervindo no espaço urbano, por meio de *stickers* (adesivos) colados em diversos tipos de suportes (exemplo, bancos de praças e placas de sinalização de trânsito).

escrituras anônimas). É extremamente importante falar sobre o patriarcado e as consequências geradas sobre esses gêneros "periféricos". Para a filósofa Judith Butler, de fato existe uma forte noção binária imposta na sociedade, que se caracteriza somente em dois tipos de identidade, masculino e feminino. Este último, tratado de forma totalmente descontextualizado e politicamente separado dos eixos de relação e poder:

> "[...] A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a "especificidade" do feminino é mais uma vez descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e ouros eixos de relações de poder, os quais tanto constitui, a "identidade" como tornam equívoca a noção singular de identidade" (BUTLER, 1990, p.21).

Logo, esses domínios de exclusão servem não somente sobre gênero feminino, mas para outras identidades, gerando inúmeros comportamentos reguladores como por exemplo, dar uma grande visibilidade somente a elementos artísticos produzidos por homens héteros e cisgêneros.

O constante crescimento do capitalismo e da urbanização teve grandes consequências como a separação do ambiente doméstico e o urbano, radicalizando e dando um novo sentido à distinção do público e do privado. Às mulheres de classes economicamente mais baixas, foram impostos deslocamentos físicos da casa para o laboral. Apesar de passarem a exercer as mais diversas atividades fora do ambiente doméstico, ainda foram consideradas como menos importantes, mesmo atividades exercidas idênticas as tarefas de homens, os salários eram os mais baixos, e ainda hoje, existem atividades rotuladas de "masculinas" e "femininas", quando exercidas por outras manifestações de gênero, causam estranhamento por grande parte da sociedade.

Identidades *queer* sofrem com uma grande pressão social por não se adequar aos padrões de gênero e sexualidade estabelecidos pela sociedade. Percebemos essa discriminação nos índices baixos de contratação em empregos diversos. A população

LGBT, em grande parte, expulsos (ou fuga) da casa de familiares, vítimas de agressão física, verbal e sofrem com falta de apoio de entidades públicas governamentais nas áreas de saúde, jurídica, educacional entre outras. Essa série de fatores contribui cada vez mais para um alto índice de invisibilidade desses grupos em nossa sociedade, não somente a brasileira, mas o fato se repete em diversos territórios do planeta.

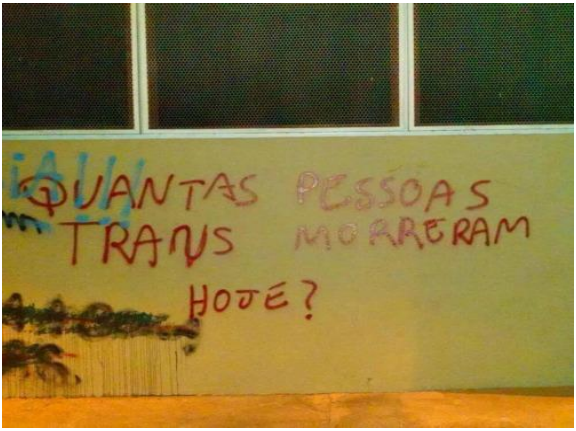


Figura 1 – Graffiti "Quantas pessoas trans morreram hoje?"
Fonte:
<http://queergraffiti.tumblr.com/post/130826284856/barebackobama-rio-de-janeiro-brazil-quantas>. Acesso em jun. 2016.

Para detalhar uma realidade maior vivenciada por tais "periferias", importante trazer à tona recentes dados coletados sobre a violência gerada a esta parcela da sociedade brasileira:

> Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, Dessas 4.762 mortes em 2013, 13 representam homicídios femininos diários.
>
> Esses dados possuem relação com racismo, houve um aumento de homicídio de mulheres e meninas negras de 2,9% em 2003 para 66,7% em 2013. Nessa década, houve um aumento de 190,9% de vítimas negras, índice resultante da relação entre as taxas de mortalidade brancas e negras.

> Muitos estados as taxas de violência aumentaram, como Roraima, as taxas quadruplicaram (343,9%), a Paraíba, o número de vítimas entre 2003 e 2013 triplicaram (229,2%).
>
> Outros dados não mais surpreendentes revela a condição da população trans e travesti, pois muitos indivíduos desta parcela da sociedade sequer possuem direitos humanos básicos. Esta situação se leva em conta principalmente da forma como nossa sociedade trata esses grupos sociais, vejamos dados:
>
> 51% (689) dos homicídios de pessoas trans na América Central e do Sul ocorreram no em nosso país. De acordo coma pesquisa de 2013 do IBGE, a expectativa de vida desse grupo social não passa de 35 anos de idade, menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população em geral brasileira.
>
> Só nos primeiros 31 dias de 2016, segundo o grupo Quem a homofobia matou hoje?, pelo menos 30 pessoas da comunidade LGBT foram assassinadas, sendo nove delas trans".[1]
>
> De acordo com Cris Stefanny, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), 90% das travestis são obrigadas a sobreviver com a prostituição, pois não há mercado de trabalho que as aceitem por conta do preconceito.[2]

Percebemos então, por meio dos dados apresentados acima, que o Brasil não consegue ainda amparar o mínimo de direitos a esses grupos sociais, que dirá promover maior visibilidade dos

---

[1] WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: All Type Assessoria, 2015. 83 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

[2] ***A* invisibilidade das pessoas transgêneros no Brasil**. Disponível em <http://www.geledes.org.br/a-invisibilidade-das-pessoas-transgeneros-no-brasil/>. 17 de jun. 2016.

mesmos não só no graffiti, mas em outras práticas artísticas também?

A importância do graffiti como parte de lutas de "periferias" se diz muito pela sua forma idealizadora. Essa importância existe na figura *queer*, esses grupos se colocam à frente das ideias/prol de causas de busca por equidade de direitos na sociedade. Pessoas que se sentem contempladas e se identificam com tais ideais, buscam obter informações para enfrentar problemáticas do cotidiano, como o patriarcado.

Graffiti também pode ser uma importante ferramenta em estudos sobre semelhanças e diferenças de gênero. Um bom exemplo de estudos, são as inscrições feitas em banheiros públicos, vemos uma grande diferença na forma de linguagem verbal por homens, mulheres entre outras identidades e orientações afetivo-sexual, apontando a importância dos graffiti para a compreensão de diferenças e atitudes sexuais. Populações LGBT encontraram também a esfera reservada de um banheiro, como um canal de anonimato seguro, e ideias podem surgir sem censura externa. Isso mostra que os escritos de banheiros públicos abordam uma luta por visibilidade de minorias *queer* e podem revelar também fantasias trazidas para um local que permite a leitura dessas inscrições por um grande número de pessoas, sem correrem riscos demasiados de repressões como xingamentos, agressões físicas e até mesmo, morte.

São muitas pessoas praticantes de graffiti no cenário urbano do Brasil, que sofrem discriminação, racismo ou violência sexual, podendo vir na forma de assédios verbais e de atitudes invasivas. Como todas as práticas imagéticas e artísticas, a presença de mulheres e outros gêneros possuem grande dificuldade apenas pelo fato de não se centralizar no enquadramento binário social. Percebemos, também, o grande potencial político que o graffiti traz, desde temáticas complexas até mesmo as mais simples escrituras, podem gerar grande reflexão em um muro, entre outros suportes presentes nas cidades.

Panmela Castro (conhecida também como Anarkia Boladona) é uma grafiteira bastante conhecida internacionalmente (recebeu

prêmios em 2012 como o *DVF Awards*, premiação anual dado a mulheres que lutam para diminuir a violência e a injustiça de gênero, criado pela estilista Diane Von Fürstenberg), e utilizou-se dessa prática para conscientizar outras pessoas sobre sexualidade, condição feminina, direito das mulheres e violência doméstica. Ela própria sofreu violência doméstica, quando sequer a lei Maria da Penha existia no Brasil (lei sancionada em 7 de agosto de 2006, que busca a eliminação de todas as formas de discriminação, coibindo e prevenindo a violência doméstica e familiar contra mulheres, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, cultura, nível educacional, idade e religião[1]). Fez do graffiti uma ferramenta para que outras mulheres também pudessem ter acesso a conscientização de seus direitos. Em 2011, fundou a "Rede Nami"[2], uma ONG que utiliza da arte urbana, focando na prevenção da violência doméstica. Só em 2014, mais de cinco mil mulheres participaram das oficinas de graffiti da rede.

Mag Magrela é uma artista paulistana, que além do graffiti, também produz trabalhos como pintura em tela, esculturas em argila, bordados, azulejos e escreve poesias. Se inspira na euforia urbana da capital de São Paulo, o cotidiano, o profano, a resistência e o feminino. Ela cria um contraste de cores que enaltece com a arquitetura cinza da cidade e também tenta expressar tudo o que incomoda em relação à sociedade. Em uma entrevista para a Revista *Cult*, ao perguntarem se há diferenças na apreensão de homens e mulheres, Mag conta: "Quando eu expresso o que sinto como mulher, a dor faz com que as mulheres se identifiquem com aquilo. [...] Elas acham maravilhoso; já os homens acham forte demais. Até se incomodam um pouco".[3]

---

[1] Lei Maria da Penha: Lei 11340/06. 2007. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em: 29 jun. 2016.

[2] MITE, Juliana. **Com o grafitti, elas se tornaram mais fortes**. Disponível em <http://azmina.com.br/2016/04/com-o-grafitti-elas-se-tornaram-mais-fortes/>. Acesso em 19 jun. 2016.

[3] SOUTELLO, Gabriela ; HOMSI, Patrícia . **Pintando pra quebrar.** 2014. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/03/pintando-pra-quebrar/>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Tainá Lima (mais conhecida como Crioula), é uma grafiteira mineira que explora cores e elementos abrasileirados em suas obras. Além disso, utiliza a arte urbana como forma de luta política para fortalecer mulheres negras. Os escritos e as expressões encontradas nas ruas chamaram sua atenção desde criança. Em 2008 ela ingressou para uma escola de arte, e, um pouco mais tarde, começou a fazer suas próprias obras. Afirma que o graffiti chega onde a arte convencional não se atreve a passar, em locais onde moram uma grande parcela da população de classe baixa, onde o Estado somente age para reprimir.

Ela conta que foi criada na periferia, e já sofreu muito preconceito por ter cabelo afro. Tal vivência reflete completamente em suas produções, acredita que o graffiti, por ainda se encontrar em um campo social de marginalidade, se constitui em uma poderosa arma para impor representatividade. "A figura da mulher negra é forte no meu trabalho porque é fruto do que eu vivo".[1]

Evelyn Queiroz (paulistana muito conhecida pela sua personagem, *Negahamburguer*), denuncia situações de opressão e preconceito sofrido por mulheres. Em uma entrevista para a Secretaria Nacional da Juventude, ela conta:

> Uso o graffiti como uma ferramenta de combate a violência contra a mulher, padrões impostos e direitos que queremos sobre nossos próprios corpos. O graffiti está nas ruas e a minha intenção é dialogar com mulheres que pela correria ou pela falta de oportunidade não tem acesso a informações.[2]

Como podemos perceber, o graffiti continua a resistir e insistir... E, agora, ele também mostra uma maior interface com os

[1] EIROA, Camila . **Conheça a grafiteira Crioula.** 2015. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/conheca-a-grafiteira-criola>. Acesso em: 29 jun. 2016.

[2] **No dia do Grafite, Negahamburger vê arte urbana como luta contra opressão de gênero**. 2015. Disponível em: <http://juventude.gov.br/juventude/noticias/no-dia-do-grafite-negahamburger-ve-arte-urbana-como-luta-contra-opressao-de-genero>. Acesso em: 30 jun. 2016.

movimentos sociais e vários grupos que possuem o desejo de libertarem-se dos pré conceitos existentes, em uma sociedade misógina, patriarcal e, ainda, com a idealização/tiranização de uma eterna juventude. Pessoas mais velhas, em Portugal, empunham suas armas para reivindicar seu espaço na urbe. Com *sprays* e latas de tinta...; mulheres afegãs recobrem os muros de cidades destruídas em seu país; no Brasil, várias mulheres tratam de questões pertinentes como o combate ao racismo, aceitação do corpo, ao ser diferente.

Figura 2 – Graffiti produzido pela afegã Malina Suliman, 2013.
Fonte: <https://www.facebook.com/Maloaa3/>. Acesso em jun. 2016.

Figura 3 – Idosos praticando graffiti em Lisboa, 2015.
Fonte: <http://www.zupi.com.br/idosos-se-reunem-em-lisboa-para-fazer-graffiti/>. Acesso em jun. 2016.

A sociedade marcada por diversas relações discriminatórias e excludentes, cujo espaços para voz e expressões do pensamento de grupos periféricos, quase não existe, favorecendo as escritas à serem transpassados nos muros (entre outras plataformas urbanas), revelando vários elementos de resistência que pelo graffiti, praticantes buscam inclusão do seu discurso e identidade no meio sociocultural.

Em vista disso, acreditamos que o graffiti se reinventa com o passo do tempo. Aprendamos com ele, pois.

Bibliografia

AKA, Eric; CIA, Deal ; TFP, Spar One . **HISTORY OF GRAFFITI Pt 1.** 1998. Disponível em: <http://www.daveyd.com/historyofgraf.html>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ALMEIDA, Susana Távora de ; OLIVEIRA, Rosa Maria ; COSTA, Nilza . **O Graffiti:** Uma Perspectivade Comunicação na Educação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/almeida-oliveira-

costa-graffiti-perspectiva-comunicacao-educacao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BENTO, Berenice . **Queer o quê?:** Ativismo e estudos transviados. 2014. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/10/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados/>. Acesso em: 29 jun. 2016.

BUTLER, Judith . **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALÓ, Flávia Camerlingo . **QUESTÕES ETIMOLÓGICAS SOBRE OS TERMOS:** GRAFITE E PICHAÇÃO. In: III FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 2005, Curitiba. **Anais.** Curitiba - Pr: Escola de Música e Belas Artes do Paraná., 2006. p. 247 - 256. Disponível em: <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/flavia_calo.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

CASTLEMAN, Craig. **Los Graffiti.** Madrid: Hermann Blume, 1987.

CAZARRÉ, Marieta. **Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho.** 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/11/preconceito-afasta-transexuais-do-ambiente-escolar-e-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 18 maio 2016.

CESAR "CHAVEZ". Gender Equity Resource Cent. **What does queer mean?** Disponível em: <https://www.ocf.berkeley.edu/~geneq/docs/infoSheets/Queer.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

CORTÊZ, Natacha. **Anarkia Boladona.** 2012. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/tpm/anarkia-boladona>. Acesso em: 18 maio 2016.

FURTADO, Janaina Rocha ; ZANELLA, Andréa Vieira . **Graffiti e cidade:** sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n4/10.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

GRAFFITI. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3180/graffiti>. Acesso em: 29 jun. 2016.

Grafite Arte: Um preconceito superado. 2013. Disponível em: <https://grooveurbana.wordpress.com/2013/11/26/grafite-arte-um-preconceito-superado/>. Acesso em: 18 maio 2016.

HONORATO, Geraldo . **GRAFITE:** DA MARGINALIDADE ÀS GALERIAS DE ARTE. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1390-8.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

LOPES, Ivana. **Los Graffiti**: un saber alternativo. Tese (Doutorado), Departament D'història de L'art, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1996.

LUZ, William . **Grafite Arte:** um preconceito superado?. 2013. Disponível em: <http://jpress.jornalismojunior.com.br/2013/08/grafite-arte-preconceito-superado/>. Acesso em: 18 maio 2016.

MATUOKA, Ingrid . **Caminhada trans:** de que lado você está. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-e-homens-trans-na-luta-por-seus-direitos>. Acesso em: 18 maio 2016.

PILNY, Susanna . **Why ancient Roman graffiti is so important to archaeologists.** 2016. Disponível em: <http://www.redorbit.com/news/science/1113411831/why-ancient-roman-graffiti-is-so-important-to-archaeologists-010516/>. Acesso em: 29 jun. 2016.

PINHEIRO, Rafael . ***O* grafite como expressão de arte e pensamento coletivo.** 2015. Disponível em: <http://lounge.obviousmag.org/hora_critica/2015/03/o-grafite-como-expressao-de-arte-e-pensamento-coletivo.html>. Acesso em: 29 jun. 2016.

Queer Graffiti. Disponível em: <http://queergraffiti.tumblr.com/>. Acesso em: 18 maio 2016.

RIOUT, Denys. **Le Livre du graffiti.** Paris: Alternatives, 1986.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: All Type Assessoria, 2015. 83 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

GT 5 - GÊNERO E SEXUALIDADES

A REPRESENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO FEMININA NA LITERATURA, A PARTIR DA ANÁLISE DE "O ÚLTIMO VÔO DO FLAMINGO", DE MIA COUTO E "OS AMBULANTES DE DEUS", DE HERMILO BORBA FILHO

Ana Carolina Schmidt Ferrão[1]

Introdução

A constituição do estereótipo feminino na sociedade é evidente em muitos aspectos, tratando-se de prostituição alguns elementos obtém uma proporção ainda maior, como a própria erotização. Considerando que a profissão dessa mulher consiste, por si só, em saciar o desejo (geralmente) masculino. Portanto, a presente pesquisa busca analisar, através de duas personagens prostitutas, **Ana Deusqueira e Dulce-Mil-Homens, a sua representação na literatura. Ambos os textos expõem a ambivalência das respectivas figuras, como símbolos de disponibilidade sexual, aptas a servir o homem, e seres humanos, portadoras de subjetividade. Mia Couto e Hermilo Borba Filho rompem determinados estereótipos e reforçam outros ao decorrer da narrativa. Não obstante, as duas mulheres incorporam outras funções à trama, assim como suas histórias individuais.**

Neste artigo, procuramos tecer algumas considerações sobre a representação da prostituição feminina no âmbito da literatura, partindo dos estereótipos amplos que aplicam-se primeira e fundamentalmente à figura da mulher. A obra literária,

[1] Graduanda em Letras pela FAPA - Faculdade Porto-Alegrense e Mestranda em Letras, na área de Teoria da Literatura pela PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: anaferrao372@gmail.com

por sua vez, irá apropriar-se de alguns aspectos da realidade e ficcionalizar outros, como de costume, há questões sociais que serão reproduzidas, embora não se deva confundir a prostituta da vida com a da literatura, que pode ser estruturada a partir da primeira, porém aglomerará características que a outra não possui.

Para tanto, analisaremos o que assemelha-se ao mundo real, como também, no próprio universo da escrita, pois dentre tantas representações em romances, contos e poemas, os autores escolhidos construirão a sua própria figura da prostituição feminina. Essa que buscaremos evidenciar as particularidades e identificar em que perspectiva rompe e reforça modelos socioculturais e literários. Portanto traçaremos uma trajetória que procura em diversas fontes o que, de fato, constitui essas personagens de Mia Couto e Hermilo Borba Filho.

Uma mulher, dois estereótipos

Existe uma imagem sobre a mulher construída na sociedade, que a vê como uma figura pronta a servir, um objeto que desejo que, ao mesmo tempo, oferece-se. Esse fator está pautado, além das questões de submissão, também na erotização constante que sofre o gênero feminino. Esses aspectos não podem ser ignorados em uma pesquisa sobre a representação da prostituição feminina, ainda que não sejam o foco, pois o estereótipo que se aplica à mulher recai na figura da prostituta, com uma forte potencialização, sendo ela símbolo máximo da disponibilidade sexual e servidão que buscam atribuir à mulher em si.

Quando Freud (1933, p.162) afirma que "Atribuímos à feminilidade maior quantidade de narcisismo, que também afeta a escolha objetal da mulher, de modo que, para ela, ser amada é uma necessidade mais forte que amar", a imagem da mulher ganha essa forma de receptáculo dos desejos, vontades e sentimentos alheios, da qual nada parte, mas que tudo recebe. Nesse sentido, a figura da prostituta encaixa-se perfeitamente, pois a sua atividade sexual depende do desejo de outro, da necessidade de outro, sua função é ser almejada, porém não almejar. Uma casa aberta, sempre a espera do outro, como salienta uma das prostitutas em

análise, Ana Deusqueira, em conversa com outra personagem, "Também eu gostava de ter um lugarzinho meu, onde pudesse chegar e me aconchegar./ Não tem, Ana?/ Não tenho? Não temos, todas nós, as mulheres./ Como não?/ Vocês, homens, vêm para casa. Nós somos a casa." (COUTO, 2005, p.79).

Também Dulce-Mil-Homens, de Hermilo Borba Filho, passa por essa vivência de pretensão de constante disponibilidade, pela já citada menção ao reforço dos estereótipos da imagem da mulher na prostituição, quando realizando a travessia na jangada, ela é abordada pelos homens presentes em busca de seus serviços, sem um pedido de permissão ou combinações prévias, ela e os demais já seguem o sistema estabelecido, cada um tem sua vez, algumas situações a própria sinaliza ou o homem simplesmente a procura, como ato automático. Por que deveria haver uma concessão já que ela é prostituta? É a pergunta que flutua nas linhas de Os Ambulantes de Deus. Essa postura não parte apenas dos homens mas de Dulce também.

> Mal se deitou, para experimentar a rede, Dulce-Mil-Homens encostou-se num dos punhos e disse: vou contar a minha história. Ninguém disse nada. Ela falou num fôlego só: nasci, cresci comendo e brincando, deixei de brincar, fui e peguei um homem, ele me descabaçou, gostei, estou nisto porque gosto, mas gosto de mesmo, fique-se aí, Recombelo, é a vez de Cachimbinho-de-Coco. O folheteiro despiu-se declamando: eu bem que dizia ontem/ um dia macaco é homem./ Dulce-Mil-Homens já o esperava, pronta, e ele foi nela. (FILHO, 1976, p.22)

Além de constatar as afirmações anteriores, o trecho tem outro problema, posteriormente conheceremos o passado de Dulce, que diverge do que foi contado, principalmente no que se refere ao sexual, considerando que a mulher possui um histórico de abusos no colégio de freiras que frequentava ainda criança. Não cabe a nós introduzir uma análise psicológica da personagem, no entanto, é importante demarcar essa divergência entre o primeiro relato e a vivência real que aparecerá na narrativa, pois poderíamos

questionar o "gosto" pela profissão, essas dúvidas são trazidas ao leitor pela própria fala da prostituta:

> [...] e foi só empurrar o portão, subir a escada de pedras e encontrar-se no alpendre da casa principal do colégio onde passara de três para quatro anos, na primeira infância, diga-se, quando ainda não fornicava com homens mas sim com mulheres, e onde comera o pão que o diabo amassou, lavando merda de freira, boi de freira, pus de freira, sem direito a nada que não fosse o que não era; [...] de vez em quando erguia-se uma freira novinha, ia até lá, dava uma chupada no bico do peito que crescia como pito de mamadeira, ela se lembrou que também já participara daquela cerimônia que antecipava as outras por virem. (FILHO, 1976, p.76)

Mas o fato é que ambas as obras estudadas transparecem a disponibilidade sexual como natural para a profissão, é o que se espera da figura da prostituta, inerente a seu ser, isso fica claro em diversas passagens, como essa:

> Beberam até, Dulce-Mil-Homens gengibirra e os homens uma mistura de cachaça com mel de abelha, adocicada, própria para bolir com as berimbelas de baixo, canto que passaram também a cantar e a dançar, mas sempre com as berimbelas assanhadas, té que Dulce-Mil-Homens vendo o estado em que estavam, deitou-se, dadivosa, abriu as pernas, e só quem não foi nela mesmo foi Cipoal que não saía do seu posto, bebendo e fumando, mas no seu posto, sem arredar pé. (FILHO, 1976, p.54)

É válido salientar que dentro do romance Cipoal é um ser mítico, uma representação de Caronte, portanto alia-se a isso sua ausência no coito e nos demais acontecimentos que envolvem os outros passageiros da jangada, e não propriamente a algum sentimento de respeito ou moral, como poderíamos desavisadamente imaginar. O retrato da relação sexual é bem específico quando trata-se de prostituição, é obrigatório, consentido ininterruptamente, sem licença, uma submissão sem pausas e exigências, pois se é antiético que o médico recuse um

paciente, igualmente a prostituta não pode renegar um cliente. Dessa forma, Dulce-Mil-Homens se vê encarregada de prosseguir com o coito ainda que não estivesse agradável e posteriormente prosseguisse com dor, pois esse é o fardo intrínseco de sua profissão:

> Dulce-Mil-Homens deitou-se na cama, ao vento, chamou Amigo-Urso: ei, vem, é tua vez. Amigo-Urso, de urso, foi lá, preparou-se, foi entrar não entrou, a mulher deu um grito, *ai que assim é demais*, não havia nada de mais, era apenas a de um urso, com a agravante de Dulce-Mil-Homens haver refeito a virgindade, ora já se viu, mas tanto mourejaram, tanto pelejaram, tanto loitaram que, de súbito, os tampos voaram, o sangue correu, *a alegria foi geral*, todos batiam palmas, de lá Amigo-Urso levantou-se muito satisfeito, dançando no meio da jangada que corria leve como uma pena [...] Dulce-Mil-Homens queixava-se de dores no baixo ventre mas para aquilo não havia remédio era só deixar sarar. (FILHO, 1976, p.44, grifo nosso)

Tal encargo pertence igualmente a Ana Deusqueira, que, como sua colega de profissão, embora essa declaradamente insatisfeita, teve que suportar as condições de um coito repugnante, como fica claro nas palavras dela:

> Pois, esse soldado me visitou sem nenhumas maneiras. O homem nem perdeu tempo com beijo. Você sabe como é a minha gente. Me subiu assim, sem preparo, mais salivoso que cachorro. E ali se serviu, todo por cima de mim, completamente nu, excepto a boina na cabeça. Transpirado, aguando-se pela pele, ia gemendo, arfalhudo. Suspiros e gemidos iam crescendo, cada mais frequentes, eu já aliviada por ver a coisa terminar. (COUTO, 2005, p.181)

O desejo da mulher, de um modo geral, é secundário, isso quando não é reprimido, como ilustra Chauí (1991, p. 99), "a repressão da sexualidade se realiza através do controle minucioso do ato sexual e particularmente do corpo feminino", logo, tratando-se da profissional do sexo isso é intensificado, mais nula é a sua vontade, o que é explicado por Ribeiro (1980, p.41), ao dizer

que a prostituta "É o retrato de uma mulher despersonalizada, porque há muito se tornou mercadoria, um bem de consumo", ou seja, objetos não possuem aspirações, seu propósito é satisfazer.

Segundo Calligaris (2005) há um sistema de divisão binário entre as mulheres, a prostituta e a do lar, amplamente alimentado pela sociedade para reforçar estereótipos. Essa dualidade transparece claramente nas falas de nossas personagens ou em suas vivências, Dulce-Mil-Homens, em uma espécie de humildade que nada mais é do que o resultado de uma conformação com a realidade em que vive, expõe essa diferença entre ela e outro tipo de mulher, quando diz à Recombelo que "Guarde a goma para sua mulher" (FILHO, 1976, p.9). Da mesma forma, Ana Deusqueira, ainda que menos conformada e mais ousada, opõe-se ao outro modelo, "Soltou a gargalhada, em afronta. Depois, ela se aproximou da esposa do administrador e a contemplou em desafio. Media-lhe as alturas, descomparando-a. Quem, afinal, era a mais-que-primeira dama? Queixo altivo, em meio riso." (COUTO, 2005, p.28). Ou seja, além de não ocupar um espaço de dignidade igual ao do homem, também é inferior às demais mulheres. A prostituta é o arcabouço dos estereótipos.

Já discorremos sobre a prostituta como o estereótipo elevado da mulher como "alimento" do homem, nesse sentido destaca-se um aspecto em especial: o corpo. O gênero feminino é objetificado justamente por essa exaltação do corpo e anulação do emocional e mental. Assim sendo, a parte física sofre diversas expectativas no imaginário masculino que vêm ao encontro da nossa análise:

> Talvez o corpo que reveste as fantasias masculinas sobre a feminilidade não seja um corpo de mulher, mas sim um corpo que podemos pensar como um hipotético corpo puramente feminino. Essas fantasias imaginam um corpo que se oferece incondicionalmente. Como se na fantasia masculina o próprio corpo de uma mulher fosse a liberdade em se oferecer ininterruptamente. Se assim fosse, a mulher seria sempre feminina, um eterno vazio, sem significação própria, pronta a se oferecer ao gozo e às fantasias dos outros. (CALLIGARIS, 2005, p.37)

Afinal, se o objetivo da mulher é servir, e da prostituta ainda mais, sob qualquer hipótese, o corpo é o instrumento com o qual ela irá cumprir sua função, então ele, por sua vez, também deve estar em constante disponibilidade sexual, o corpo que automaticamente se oferece, sem que nenhum sinal seja dado, apenas a sua existência no mundo é uma confirmação de oferecimento. Pertinentemente Boro (1997, p.20) associa a definição de Foucault sobre "corpos dóceis" à representação do corpo da mulher, "corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de "corpos dóceis"= aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao aperfeiçoamento".

Nossas personagens enquadram-se nesse cenário, pois além de possuir o corpo naturalmente erotizado por ser mulher, como afirma Calligaris (2005, p. 73) "O fato de exibir-se, oferecer-se como objeto de desejo, é por si só suficiente para indicar a posição feminina de quem assim se exibe", logo, como prostituta esse corpo é também uma mercadoria. A fala de Estêvão Jonas, uma das personagens da obra, sobre Ana Deusqueira evidencia esse caráter sobre as prostitutas:

> Suspeito, sim, de Ana Deusqueira cuja existência tem feito muitas despesas no coração das massas populares. Essa mulher, aliás, merece um parágrafo. Ela é uma má-vidista, mulher de pronto-pagamento, cujo corpo já foi patrocinado pelo público masculino em geral. Mesmo sobre a minha vida essa cuja Ana já espalhou confusão, criando tristes dicências sobre a minha digna conduta. (COUTO, 2005, p.167)

Em um episódio em que Dulce-Mil-Homens é agarrada quando apenas está caminhando pela pensão em que vivia sem o intuito de qualquer relação sexual, mostra como o acesso ao corpo da prostituta é permanente, o corpo oferecido, o corpo vendido:

> Nem deu atenção a quem a chamava, vozes de homens e mulheres, não estava de serviço, mas um a agarrou, mais que

> depressa, quando ela ia chegando à porta de saída, levantou-lhe a saia e plantou-lhe o nabo, Dulce-Mil-Homens não fez outra coisa que levantar os olhos para o céu, no caso o telhado, pedindo paciência, o homem também foi vuco-vuco e já estava se abotoando. (FILHO, 1976, p.75)

De acordo com Ferro (1997) o corpo da mulher é a encarnação do desejo, obviamente é paradoxo o seu lugar no imaginário masculino, afinal ele ocupa uma posição de objeto, para ser tomado, mas também é revestido de uma aura mítica profundamente sexual, "no desejo da carne o homem é voltado para o corpo da mulher, que poderia saciar-lhe a fome, na conotação do apetite sexual" (FERRO, 1997, p.53). A autora ainda aborda questões sobre o corpo feminino ser praticamente um requisito para a prostituição, dentro dos parâmetros sociais, já que é nele que todos os estereótipos residem.

> Para haver prostituição tem de haver o corpo corruptível, quase sempre o da mulher, dentro dos parâmetros da sociedade machista, pois nenhuma condição biológica poderia argumentar que o homem não é passível de prostituição. O que se define, na maioria das vezes, é que a mulher é que constitui o corpo corruptível, negociável a preços e condições variadas, o que não constitui exclusividade de espécie pelo pagamento. Acontece que se negociam empregos, projeção social, oportunidades de relacionamentos diferentes, aprovação em concursos, viagens, visita a lugares pitorescos e mais comprovadamente a compensação financeira. Toda essa situação se encerra no abandono de si mesma. Desde que se torne objeto com preço, pertence-se naturalmente a quem o adquirir pela compra. Passando a mercadoria de compra e venda, há a renúncia ao próprio destino, à penetração no alheio, locomovendo-se para um campo que não o seu, tendo dispersada toda uma personalidade, um conjunto de predicados que constituem a integridade do ser. (FERRO, 1997, p.18)

Certamente a prostituição masculina existe também, ainda que seja válido ressaltar que são casos em que o homem é

feminizado. Esse fenômeno ocorrerá mais comumente entre homossexuais, transexuais e travestis, ou seja, a prostituição é dissociada da figura masculina falocentrista, como relatou Calligaris, o corpo que se oferece é associado ao feminino. Ana Deusqueira, por sua vez, dialogando quase que diretamente com nossas afirmações anteriores, realiza uma reflexão sobre a sua condição:

> Para dizer uma coisa, o seguinte: o senhor, num próximo tempo, vai deixar de ser ministro. Transitará para ex-ministro. Mas eu não transitarei nunca. Uma puta nunca é "ex". Há ex-enfermeira, há ex-ministro...só não existe ex-prostituta. A putice é condenação eterna, uma mancha que não se lava nunca mais. (COUTO, 2005, p.82)

A descrição que Cipoal faz de Dulce-Mil-Homens contextualiza essa figura paradoxal que é a prostituta, marginalizada, mas necessária, "suja", mas sensual, impura, mal salvadora, como afirma Calligaris (2005, p.43) que "a puta pode ser sagrada", não obstante sua profissão é rodeada de preconceitos, mas jamais extinguida. A prostitua é essa mulher envolta em um manto de beleza, ousadia e sedução, ainda que também, ou mais, denegrida, indigna e destruída, a rainha que nunca teve ou terá direito a um trono.

> E a gargalhada, esta junto, despertando-o só fez abrir e erguer os olhos, sem mudar de postura, estava junto, ela, já a conhecia de outras vezes, perfumosa e sedosa, era: Dulce-Mil-Homens, bem trinta de aparência ainda não passara dos vinte, coisa de aguentar homens e noites indormidas, isto envelhece, foi no que pensou Cipoal, enquanto a mulher se sentava junto, aparecendo os joelhos luzidios. (FILHO, 1976, p.5)

Obviamente, não se pode desconsiderar as questões sociais da quais, muitas vezes, decorre a prostituição. No caso de nossos objetos de análise, ambas vivem em situação de pobreza, ainda que os autores não desenhem essa ligação explicitamente, nenhuma delas diz que se prostitui para sobreviver, no entanto, estão,

habilmente localizadas em lugares geográficos onde impera a miséria, cercadas por desigualdade e exploração. Ana Deusqueira mora em Tizingara, vila africana, situada temporalmente no pós-guerra. Dulce-Mil-Homens vive no Nordeste, onde a seca espreita, no período da ditadura militar.

De acordo com Ferro (1997, p.17), "há também quem considere a prostituição uma opção de sobrevivência, pelas limitações que a mulher encontra no mercado de trabalho. É a negociação da força de trabalho no sistema capitalista, na luta para manter a vida". Ribeiro, por sua vez, é mais categórica e esclarece que não há diferença entre as mulheres que não se prostituem, pois as que o fazem possuem razões que implicadas as demais poderiam causar mesmo efeito, '"mulher mercadoria poderia ser qualquer uma de nós que não tivesse a chance de uma escolha, quer por valores culturais retrógrados e patriarcais, quer por fatores psicológicos ou por um sistema econômico opressor."'.

A literatura, por sua vez, apropriar-se-há desses fatores e os transmutará para criar narrativas únicas:

> "[...] a Literatura também se ocupa desse tema [da prostituição feminina], projetando as causas e efeitos desse fenômeno social. Por meio de romances, contos, poemas, a Literatura trás à tona a imagem da prostituta, dando-lhe voz e lhe humanizando perante a sociedade. Em seu poema Balada da prostituta, o escritor alemão Bertold Bretch coloca em foco o sentimento de uma prostituta que assume uma postura amarga, porém conformista de sua situação[...] . Na prosa, Alexandre Dumas Filho traça o perfil de uma cortesã do século XIX no famoso romance A dama das camélias. [...] A temática da prostituição também recebeu enfoques na Literatura Brasileira. José de Alencar foi um dos primeiros autores a discutir o tema; ao estrear a peça Asas de um anjo (1858), [...] quatro anos após a proibição de sua peça, Alencar retoma o tema das cortesãs no romance Lucíola. [...] Mais tarde, 92 delineando os rumos da prosa naturalista, Aluízio Azevedo traça o perfil da personagem Pombinha no romance O cortiço (1890)" (FIGUEIREDO, 2005, p.1).

É isso que torna a prostituição um assunto tão aclamado entre os escritores e habilmente utilizada por nossos objetos de pesquisa.

Conclusão

A literatura alimenta-se de vida, evidentemente um fenômeno tão rico em situações de amor, ódio, humilhação e êxtase como a prostituição feminina atrairia olhares de escritores que apropriam-se dessas vidas problemáticas para criar narrativas repletas de vivências. É uma fonte inesgotável de recursos.

Não obstante, para construir essas personagens é preciso inserir informações, e é escolha de cada autor colaborar com os estereótipos ou rompê-los. Ana Deusqueira e Dulce-Mil-Homens são mulheres, isso por si só já é uma luta na sociedade, são também prostitutas e isso constitui outra barreira. Portanto, nossos autores revelam verdades horripilantes sobre a objetificação dessas personagens, como também expõem sua subjetividade, suas nuances, elaborando assim narrativas ímpares.

Referências

CALLIGARIS, Eliana dos Reis. *Prostituição*: O eterno feminino. São Paulo: Escuta, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual*: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COUTO, Mia. *O último voo do flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERRO, Eula Pereira. Prostituição e romance. Goiânia: Editora UCG, 1997.

FILHO, Hermilo Borba. *Os Ambulantes de Deus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FREUD, Sigmund (1933[1932]). Feminilidade – Novas Conferências Introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

RIBEIRO, Ursula N. *Mulher mercadoria*. São Paulo: Paulinas, 1980.

HOMEM OU MULHER? As identificações de masculinidades em *O homem-mulher* de Sérgio Sant'Anna

Ana Cláudia Sampaio Martins[1]

Introdução

Os conceitos fixos de identidade já não compreendem a amplitude de identificações que o sujeito contemporâneo pode representar; entretanto há estereótipos que tentam moldar e definir a sua expressão. À luz da proposta de Stuart Hall (2011), pondera-se ser mais adequado trabalhar com o conceito de identificação, uma vez que a sociedade atual é caracterizada pela diferença, tornando-se inviável pensar em uma unidade identitária que abarque todos os tipos sociais existentes.

Assim, o que se pretende neste trabalho é analisar as diferentes configurações de gênero que o escritor Sérgio Sant'Anna desenvolve em alguns contos publicados seu livro O homem-mulher (2014), pensando a masculinidade a partir da perspectiva de Robert W. Connell (1995), pois, de acordo com o teórico, se entende que a arbitrariedade da norma estipula um modelo hegemônico que conduz identificações distintas do padrão à marginalidade e, nesse sentido, as narrativas analisadas dialogam com tais conceitos e exploram as múltiplas identificações do masculino contemporâneo.

O campo de estudos sobre as masculinidades iniciou a partir das teorias de gênero. É muito importante ressaltar a importância dos movimentos feminista e *queer* para o debate e para a fomentação dos estudos sobre o tema. Desde os anos 60, os estudos feministas produzem investigações e ensaios a propósito das situações das mulheres, os chamados *Woman's studies*, nos Estados Unidos da América. Já nos anos 70 começam a aparecer

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Escrita Criativa.

os *Men's studies*, tentando deixar de lado a ideia de uma identidade masculina única e partindo para as observações acerca da masculinidade.

Os debates sobre a figura do "homem" como tendo uma única identificação surgem em contraponto à figura da "mulher", havendo, assim, uma tendência regulamentadora de caracterizar o que é masculino somente em oposição ao que é feminino, bem como o contrário, como salienta Judith Butler ao criticar um conceito exclusivo de "mulher".

> Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da pessoa transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais de identidade discursivamente constituídas. (BUTLER, 2013, p.20)

Ainda segundo Butler, no sentido múltiplo do conceito, cabe o argumento de que outras variáveis significativas estão relacionadas à esfera do gênero, tais como raça e classe social. Segundo Robert W. Connell, todas as sociedades contam com registros culturais de gênero, mas nem todas possuem o conceito de masculinidade (1995, p.67). Para Connell, as definições generalizadas recorrem a uma visão que restringe o núcleo do masculino e não contempla todas as faces do sujeito, e ainda, o gênero existe precisamente na medida em que a biologia não determina o social.

A questão do corpo entra no debate quando o teórico avança juntamente com algumas feministas americanas na medida que os corpos não são apresentados como objetos das práticas simbólicas e de poder, sendo que alguns corpos subvertem os arranjos para os quais foram socialmente inclinados. Como exemplo, estaria presente o desejo homossexual em relação à hegemonia heterossexual. Connell critica a concepção da sociobiologia que vê a masculinidade como a ampliação cultural das características

físicas e do temperamento do homem. Assim como as feministas, ele entende a masculinidade e a feminilidade como sendo conceitos relacionais, não podendo serem entendidos autonomamente.

O pensamento de Connell surge para se contrapor à teoria dos papeis sociais, emergente nas ciências sociais durante a década de 30 que identificava masculino e feminino como sendo dois desempenhos distintos e partes do processo de socialização. Procurando então ir contra a ideia reducionista dos gêneros masculino e feminino como sendo duas categorias homogêneas, harmônicas, complementares e rigorosamente opostas, será observado como as masculinidades estão situadas na narrativa de Sergio Sant'Anna. Os contos analisados são *O homem-mulher* e *O homem-mulher II*, ambos pertencentes ao livro de contos homônimo.

O primeiro conto analisado é também o primeiro do livro de Sant'Anna, o conto é narrado em terceira pessoa, com o focalizador em Adamastor Magalhães, que também é tratado pelo nome de Fred Wilson. Na maior parte da narrativa o narrador se refere a ele pelo nome verdadeiro, e só é tratado pelo nome artístico em diálogos.

O leitor é informado da sua profissão, ator de teatro, no mesmo momento em que descobre que Adamastor desde pequeno gosta de usar roupas tradicionalmente femininas, como os vestidos das irmãs. Sabemos então que um momento importante e revelador desse desejo pelas vestes "femininas" foi quando ao atuar como Claire na peça *As criadas*, de Jean Genet, se vestiu como "mulher". Posteriormente numa segunda-feira de carnaval, com o figurino da peça foi para um carnaval de rua vestido como Claire. A narrativa deixa evidente o sentimento de liberdade que o momento proporciona, evidenciando a naturalidade como é percebido e recebido o homem que sai dessa forma, nesses dias festivos.

A escolha do escritor em colocar o ponto inicial da transformação da personagem em um local onde seria socialmente aceito, e também onde as regras sociais são favoráveis a esses tipos de manifestações, é propicia para o debate sobre a performatividade dos corpos. Uma vez que o corpo, segundo Butler, é performático e sendo através dele que os sujeitos constroem

suas identidades, nada mais oportuno que um corpo de um ator. A personagem é desde o início anunciada como ator, somos todos atores, que incorporamos diferentes performances em diferentes ambientes e situações sociais. Adamastor é profissionalmente um corpo que se representa, que se transforma em outro em cena.

Assomado à percepção de que todos assumimos diferentes performances em diferentes contextos, está a questão da sexualidade implícita na particularidade de Adamastor. Na terça-feira gorda, encontrou uma menina mais nova e manteve relações sexuais com ela no cemitério da cidade. O narrador adverte sobre a importância desse momento no seguinte trecho:

> Mas uma experiência verdadeiramente significativa se deu numa segunda-feira de Carnaval em que Adamastor, de vestido, agora da irmã, pois suara no figurino, e uma garota fantasiada de odalisca, se enrabicharam, entrando num bloco de mãos dadas, relando aqui e ali e trocando beijos furtivos, procurando não ser vistos pelos pais da garota, de dezesseis anos (ele tinha vinte e cinco), que eram turistas de Goiânia, gente severa, tanto é que às dez horas levaram a mocinha para casa. (SANT'ANNA, 2014, p. 8)

O primeiro conto mostra principalmente os momentos de descoberta de Adamastor, deixando claro que a sua manifestação sexual acontece com mulheres, pois há no conto a menção ao seu envolvimento com prostitutas e a sua excitação diante da menina, sem detalhes posteriores. O primeiro conto se foca nesse momento de descobertas ao passo que o último conto, como se verá, se ocupa dos desdobramentos dessa ocorrência.

O conto que encerra o livro é *O homem-mulher II* e apresenta inicialmente os mesmos fatos narrados no primeiro conto, com algumas mudanças. A principal delas é a denominação homem-mulher que no primeiro conto era referido com a conjunção aditiva *e*, para caracterizar a sua identidade: " [...] homem e mulher num corpo só, que sente prazer." (SANT'ANNA, 2014, p.7). Adamastor agora é tratado pelo narrador pelo seu apelido Zezé ou pelo nome artístico Fred. Ao longo da narrativa, o leitor é apresentado e questionado sobre outros tipos de masculinidade,

como por exemplo a personagem de Carlos Alberto, um homem que serve de faz-tudo na montagem da peça criada, dirigida e interpretada por Zezé, que seria um representante da masculinidade tradicional e hegemônica. A peça ainda conta com a presença do cubano Henrique Esteves um homossexual assumido que na peça desempenha o papel de um gay espalhafatoso chamado Moncada.

A única mulher presente na peça é a namorada de Zezé, Veronica Andrade, ela se atrai pelo caráter hibrido do namoradinho, de estar com um homem e uma mulher ao mesmo tempo. No fim da narrativa parece estar envolvida com uma mulher que veste "terninhos". A questão em torno do relacionamento do narrador com Veronica é relevante na medida que isso reforça a sua heterossexualidade, muitas vezes seguida da avaliação das suas vestimentas e a forma como ele mostra o corpo masculino, deixando sempre claro que não é travesti. Como na passagem seguinte:

> Agora ele ia assim como um homem-mulher até no super-mercado e passeava na rua e ficava visível que era uma criatura da Lapa, mas, principalmente usando seus vestidos, era muito diferente dos grupos de travestis profissionais que vendiam seu corpo, e o olhar pessoas indicava que ele era um ser de outra espécie, que não um veado ou travesti. (SANT'ANNA, 2014, p.147)

Fica muito clara a intenção de desvincular a percepção de que Fred é homossexual, uma vez que na narrativa, o escritor contrapõe a figura da personagem principal com os estereótipos previamente concebidos, como o do homem cisgênero heterossexual e o homem cisgênero homossexual. A ideia é a de construir uma identificação única para a personagem, de ir além das barreiras, inclusive das nominações linguísticas, tais como homem e mulher. Como forma de incorporar um no outro, a utilização do hífen surge para demostrar graficamente essa união que ultrapassa os níveis corpóreos, ainda que mantenha o artigo masculino quando se referenciar a Fred.

Bem como no primeiro conto, a liberdade encontrada no carnaval aparece em *O homem-mulher II,* no bairro que Fred escolhe para morar, o bairro da Lapa, onde é comentado na narrativa como sendo um local no qual a diversidade é aceita, devido à presença de atores e pessoas ligadas às artes, o que presumidamente se entende como sendo liberais. "E, tanto na rua como no botequim, notou que, se as pessoas reparavam um pouco nele, não era como diante de um escândalo, e quem lhe dera o conselho tinha razão, a Lapa era um lugar tolerante" (SANT'ANNA, 2014, p. 146-147). Essa referida tolerância permite que ele explore a sua configuração de gênero com plenitude. Cercado de pessoas que entendem a sua identidade, ou pelo menos não a questionam, ele decide formar um grupo de teatro chamado *Os desesperados* que era constituído por Fred, ator-diretor-autor, sua pseudo-namorada Veronica, que também assume outro nome, Paulínia, Carlos Alberto, Moncada e o gato Mefistófeles. A peça em si consiste na representação mais ou menos exagerada de quem eles realmente são.

A sexualidade de Fred é sempre um fator a ser remarcado na narrativa, uma vez que até a atração sexual que Paulínia sente por ele é decorrente do fato dele ser o homem-mulher, como pode-se perceber nesta passagem:

> Começaram uma relação que tinha tudo a ver com trabalho, mas não apenas isso. Pois, já na terceira noite, dormindo na mesma cama, acabaram trepando. E o fato de Zezé vestir-se de mulher é que dava tesão em Verônica, que em matéria de sexo era ambivalente. E aí, sim, ela sentiu-se dentro de uma transgressão absoluta diante do pai, o que a levou às raias da loucura: trepar com uma mulher que tinha um pau. (SANT'ANNA, 2014, p. 148-149)

Quanto à percepção de Fred sobre a sua condição sexual, está sempre muito claro que ele entende como uma performance que não define a sua sexualidade pela atração em vestir roupas femininas. A personagem quer incorporar aquilo que ele realmente gostaria de ser e parecer, um homem-mulher, sem que isso interfira a sua masculinidade: "Quanto a Zezé, sabia bem que se

travestir não era veadagem, mas incorporar a mulher em sua masculinidade. Homem-mulher, a maneira como se definia, o ajudava a dar solidez à personagem que trazia dentro de si. " (SANT'ANNA, 2014, p.149) A personagem que trazia dentro de si não questionava a sua sexualidade, imprimia no corpo aquilo que queria ser e parecer.

A narrativa traz uma crítica feita por um jornalista sobre a peça, que tem o mesmo nome do grupo, criticando o fato dela reforçar os estereótipos de gênero e sexualidade. O fato da peça trazer esses tipos estereotipados, faz com que a personagem de Fred se destaque uma vez mais, visto que se contrapõe à padronização de gênero e de sexualidade. Ele não é mulher, como Paulínia, não é um homem heterossexual, como Carlos Alberto e tampouco é um homem homossexual como Mancada, ele é o homem-mulher.

> *São eles o cubano Moncada, que faz de sua condição de gay o papel de gay, além do exilado politico que realmente é, fomos informados. Até aí, nada de mais, não fosse ele estereotipadamente gay, nos trejeitos, na voz, na sexualidade, com cantar, com requebros, pérolas do cancioneiro caribenho.* (SANT'ANNA, 2014, p.159)

Outra crítica é que se dá após a morte de Fred, onde tenta-se entender quem foi o homem-mulher:

> *Longe de se transformar num travesti, que quer se metamorfosear em mulher, Zezé, sempre com a intenção de escrever, dirigir e atuar, foi aproveitando cada vez mais o corpo-figurino que queria oferecer ao mundo, que era esse ser ambivalente, com uma premeditada deselegância de personagem único, o homem-mulher.* (SANT'ANNA, 2014, p. 178)

E ainda a percepção de que vestir-se como mulher não o tornaria homossexual pode ser averiguada na seguinte passagem (há até a brincadeira de que ele poderia ser lésbico).

> Destacou-se bastante que Zezé se reconhecia não como travesti ou transexual, mas como homem-mulher, e, chamados a dar depoimentos à imprensa, psicólogos e sociólogos afirmaram, em sua maioria, que um homem que gosta de vestir-se de mulher não é propriamente um homossexual, mas alguém que se identifica, no vestuário, com o sexo oposto, que tira prazer disso. Poderia até se chamar de narcisismo esse fenômeno, com a retirada de um prazer intenso do próprio corpo, sem necessidade de um parceiro. No caso do sexo, quase se tinha necessidade desse parceiro, ele era procurado no sexo oposto, como no caso de Zezé, que era amante da atriz Verônica Andrade. Sem forçação de barra, podia-se chamar o homem-mulher de lésbico, e sua parceira também gostava do híbrido, como se mantivesse relações com um homem e uma mulher ao mesmo tempo. Mas a grande verdade era que a psicologia não tinha opiniões formadas a respeito. (SANT'ANNA, 2014, p. 173)

A noção de sujeito pós-moderno pode ser percebida através da construção dessas personagens híbridas, pois elas se caracterizam pela identidade fragmentada construída a partir da sua subjetividade, não correspondendo, então, ao conceito de identidade fixa indicado pela sociedade heteronormativa. Hall (2011) propõe uma ressignificação do conceito de identidade na pós-modernidade, entendendo-a como "celebração móvel", onde fatores interiores e exteriores ao sujeito contribuem para a sua formação identitária.

Identifica-se que as narrativas se opõem à identificação de sexualidades que o padrão heteronormativo pressupõe e, portanto, se alinham à perspectiva *queer*, ao assumir a sua condição de desviante da norma e legitimá-la, através de um discurso que sustenta a sua identificação subjetiva no espaço diegético. A teoria *queer* reflete sobre formas de representação do desejo sexual que não se enquadram na heteronormatividade compulsória, não buscando, todavia, uma padronização do sujeito desviante, mas identificando a multiplicidade de interpretações identitárias na sociedade pós-moderna. O *queer* é contrário a todas as formas de normatização do indivíduo, pois considera a rigidez dos conceitos

uma forma redutora e autoritária que põe à margem a diversidade sexual. Nas palavras Louro (2013):

> Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Quer é, também, o sujeito da sexualidade desviante –homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser "integrado" e muito menos "tolerado". Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do "entre lugares", do indecídivel. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2013, p.7-8)

Nesse contexto, as narrativas analisadas aludem à forma de pensar a sexualidade que o *queer* propõe, visto que subvertem o binarismo imposto socialmente que postula a relação homem-mulher como a única manifestação sexual legítima. De acordo com David W. Foster, "a perspectiva queer caracteriza-se por reconhecer outras formas de prazer legítimas que não se restringem ao padrão imposto pelo patriarcado, tal qual se assenta no heterossexismo compulsório" (apud PORTO, 2013, p. 153). O teórico promove um estudo sobre identidades subjetivas, o qual conversa com a construção das personagens nas narrativas de Sant'anna. Ele entende a construção de identidade da seguinte forma:

> Si una primera etapa de las investigaciones referentes a las identidades subjetivas se destinaba a conformar inventarios minoritarios – por implicación, cerrados y paralelos y por ende marginales a los grupos dominantes – uno entiende ahora que el impulso principal debería descansar, primero, en el repudio de la marginalidad y, segundo, en el imperativo de inquirir en la coherencia precaria del concepto de grupo dominante, con el propósito de dejar al descubierto lo que hay de arbitrariedad, incoherencia, imposición ideológica y mixtificación en la postulación del privilegio que detenta un grupo dominante. En una palabra, […] ante el grado cero del heterosexismo, esgrimir los estudios queer como gesto de desconstrucción15 (FOSTER, s/d, p. 2).

Assim, em consonância com essa perspectiva, Butler questiona as convenções que legitimam a heteronormatividade e se apoiam em um discurso regulador que naturaliza o regime de poder opressor, validando a superioridade do masculino/heterossexual perante às demais identidades e impondo essa normatização como uma "verdade" a ser seguida. Essa "verdade", relacionada ao sexo e ao gênero, é produzida culturalmente e norteada por práticas discursivas reguladoras, as quais oprimem as identidades desviantes e, sendo assim, de acordo com o sistema dominante, a construção identitária se restringe a esses conceitos, deixando de relacionar-se com outros, tais como o desejo, que podem agregar na identificação subjetiva do indivíduo. Desse modo, Butler aponta para a incoerência que a heteronormatização implica na construção de identidade:

> A "unidade" do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de "heterossexualidade", "homossexualidade" e "bissexualidade", bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida – como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade? (BUTLER, 2013, p. 57).

Diante da cultura heterormativa, os sujeitos desviantes estão destinados a reprimir os seus desejos sexuais afim de se enquadrarem nos padrões estabelecidos e, assim, submetem-se à privação discursiva de seus sentimentos, propiciando a dificuldade de esclarecimento sobre si e consequente exteriorização. Butler aponta que os conceitos de sexo/gênero/sexualidade operam de

acordo com os preceitos da heterossexualidade compulsória, a qual molda as manifestações interpessoais, inclusive do desejo sexual. Wittig confirma essa reflexão ao opinar que "se o desejo pudesse libertar a si mesmo, nada teria a ver com a marcação preliminar pelos sexos" (apud BUTLER, 2013, p. 49). Desse modo, o desejo deve ser entendido como subjetivo, visto que os conceitos que o cercam são construções sociais, ligadas a um discurso arbitrário e, portanto, não justificam a padronização do sentimento e, tampouco, a coerção de quem o subverte.

No que tange às questões de masculinidades, à luz do pensamento de Connell, o homem-mulher de Sant'Anna não se adequa ao conceito de masculinidade hegemônico. Há, no texto literário, uma performatização múltipla do conceito, mas ao mesmo tempo, uma inadequação a ele. A performance de Adamastor se põe no entre-lugar no binarismo de gênero. Não há uma definição precisa que o represente e o que se sabe é a sua opção em se vestir com roupas tradicionalmente femininas e a sua inclinação heterossexual, fazendo-o, então, destoar, também, dos conceitos de masculinidades cúmplices e subordinadas, uma vez que estas não questionam a hegemonia e são marginalizadas, respectivamente. Assim, a sua identificação é subjetiva e vai ao encontro da proposta de Foster, ao discutir a instituição de identidades fixas, entendendo "la identidad como un proceso constante de construcción y, por seguiente, la identidade como constructo variable y contingente" (FOSTER, s/d, p. 1). O que se vê nos contos analisados é a representação do gênero performático e múltiplo, identificando-se mais com ações sociais e não com identidades totalitárias e permitindo, portanto, a desconstrução da ilusória evidência do sexo biológico como demarcador dos limites identitários.

A subversão da identidade de gênero aparece nos momentos em que Adamastror-Fred-Zezé-homem-mulher se torna somente homem-mulher. Há a criação de um suposto novo sexo. Um terceiro sexo ou ainda uma união entre macho e fêmea coabitando um mesmo corpo. O ponto crucial para a eternização do homem-mulher é quando após a crítica jornalística que descredencia o valor da peça, ele decide levar a peça ao extremo, sem avisar nenhum dos

colegas. A arma que fazia parte da indumentária da peça é carregada com balas de verdade e o que antes era um provável suicídio que aconteceria ou não quando as cortinas se fechassem, deixando ao espectador a tarefa de dar o fechamento que bem quisesse, se torna um suicídio explícito.

> Às vésperas do fim da temporada, depois de refletir friamente, Zezé viu que era chegada a hora. Sem que isso implicasse numa depressão; ao contrário, ele se via transformando a peça num sucesso definitivo, apesar de todos os questionamentos possíveis. O fato de um pouco antes de fecharem-se as cortinas, ter levantado sua saia com a ponta da arma para mostrar a calcinha com um membro viril sob ela manifestava, por sua vez, a assunção inquestionável e definitiva do homem-mulher. (SANT'ANNA, 2014, p. 183)

Adamastor é imaculado para sempre no corpo do homem-mulher, por ter morrido em cena, no mundo ficcional onde a existência de diferentes seres não é apenas aceita como esperada – o corpo se transforma numa espécie de sereia, o corpo morto do homem-mulher, assemelha-se a uma espécie mitológica. Ao morrer como homem-mulher ele transcende ao que sempre lutou para ser, esse indivíduo único. A peça marcada pelo fracasso então torna-se famosa, sendo encenada em outros países e tendo mais três outras mortes ocorridas durante a performance, que relembra uma frase anotada no quadro por Zezé: "Um ator deve ir até o fim". Até o fim ele vai com seu homem-mulher.

Referências

BUTLER, J. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CONNEL, Robert. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 21, nº 1. Florianópolis, 2013.

_____. *Masculinities: knowledge, power and social change*. Berkeley: University of California Press, 1995.

FOSTER, D. W. *Hacia uma agenda para los Estudios Queer en el siglo XXI*.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

PORTO, L; PORTO, A. P. Representação literária da homossexualidade: da ambiguidade à revelação. In: FOSTER, D. W. (Org.). *Excluídos e marginalizados na literatura*: uma estética dos oprimidos. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.

SANT'ANNA, S. O homem-mulher. In: SANT'ANNA, S. *O homem-mulher:* contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. O homem-mulher II. In: SANT'ANNA, S. *O homem-mulher:* contos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

A EXPRESSÃO DO EX-CÊNTRICO: O DIÁLOGO ENTRE LITERATURA E SOCIEDADE NA REPRESENTAÇÃO DA HOMOAFETIVIDADE EM "TERÇA-FEIRA GORDA" E "AQUELES DOIS", DE CAIO FERNANDO ABREU

Ana Luiza Nunes Almeida[1]

Introdução

Este trabalho pretende discutir as diferenças na representação das relações homoafetivas a partir dos contos "Terça-feira gorda" e "Aqueles dois", de Caio Fernando Abreu, à luz da Sociologia Literária, a fim de refletir sobre os fatores sócio-histórico-culturais que interferem nas performances representadas. Em consonância com os argumentos discutidos, a relação entre literatura e sociedade se faz pertinente para sustentar a análise da homoafetividade no âmbito literário e o estudo de Antonio Candido (2010) é fundamental para articular a pesquisa.

Os textos literários, em sua maioria, trazem consigo elementos sociais em seus enredos – explicitamente ou não. As conexões entre literatura e sociedade se estendem desde a crítica direta ao meio social até aos valores que estão intrínsecos aos escritores e que são transpostos às narrativas, ou, então, ao público, na recepção das obras. Nesse sentido, entender o contexto social em que estão inseridas é parte fundamental do estudo baseado na Sociologia Literária, uma vez que engloba, na análise, as relações que ficção e realidade estabelecem.

A discriminação imposta à homossexualidade provocou, durante muitos anos, o silenciamento do tema na literatura, visto que são poucas as produções que abordam os relacionamentos homoafetivos dentro do universo literário. Dando ênfase a esta questão, os contos "Terça-feira gorda" e "Aqueles dois", aqui

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Letras (UFRGS), atuando na linha de pesquisa de Teoria, Crítica e Comparatismo.

analisados, apresentam uma relação significativa com o contexto social no qual estão inseridos. Alguns fatores externos aos textos foram inseridos nas suas composições porque auxiliam na sustentação de suas tramas, representando um período histórico através da articulação entre literatura e sociedade. A criação artística, entretanto, não é uma imagem fidedigna da realidade, mas pode ser interpretada como uma representação da perspectiva de seu criador e, nesse sentido, torna-se imprescindível analisar a tríade autor-obra-leitor para obter uma apreciação mais coesa dos textos abordados.

De acordo com a concepção de Antonio Candido, em *Literatura e sociedade* (2010), autor, obra e público interagem mutuamente e, portanto, o escritor, quando constrói a sua narrativa, desempenha um papel social, visto que invoca o fator social "para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós" (CANDIDO, 2010, p. 24). Percebe-se, então, que a obra não está concluída no final da sua escritura, mas, sim, após o efeito resultante da recepção dela pelo público leitor, ou seja, autor-obra-público exercem uma influência recíproca, a qual é importante para que tenhamos um entendimento mais amplo da obra literária. Candido comenta que:

> [n]a medida em que a arte é – como foi apresentada aqui – um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador (CANDIDO, 2010, pp. 47-48).

Fazer essa relação é necessário porque corrobora com a percepção de que o escritor é agente social, trazendo consigo elementos da realidade da qual faz parte, além da ideologia que já o sustenta no ato da escrita. Candido comenta essa questão da seguinte forma:

> [...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o *indivíduo* capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um *papel social*, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre as veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público (CANDIDO, 2010, pp. 83-84, grifos do autor).

É no meio social que a literatura busca o seu objeto de representação, mas a sua relação com a sociedade não se configura em uma cópia do real e, tampouco, na proposição de solucionar os problemas sociais abordados no texto literário. Os elementos sociais penetram na criação literária para representar a perspectiva de seu criador e auxiliar a interpretação de seu receptor. Assim, o processo analítico da obra literária é composto pelos momentos da escrita e da recepção, quando as ideologias e os contextos sócio-histórico-culturais são externados para a produção e leitura dos textos pretendidos. Sob esse argumento, estudar os textos literários com a temática homoafetiva requer o entendimento de como esse assunto é tratado socialmente, a fim de compreender os fatores que permitiram aos escritores abordarem o tema e construírem os seus discursos e as personagens, além de entender a influência de aspectos sociais na análise das obras literárias e os seus diferentes tratamentos. Dessa forma, a análise à luz da Sociologia Literária se apresenta como um elemento para dialogar com os estudos de gênero e *queer*, procurando estabelecer uma discussão sobre a recepção das obras e o preconceito existente na sociedade, mas sem esquecer as peculiaridades da manifestação artística presente nas obras.

O discurso homoafetivo, de modo geral, é subentendido, sendo construído nas entrelinhas. Procurando relacionar o texto literário com o meio social no qual está inserido, é possível perceber que as narrativas são introspectivas e os relacionamentos pouco expostos, o que vai ao encontro da ideia de que o tema ainda apresenta pouca receptividade na sociedade. Em

uma análise crítica, a qual abarque a influência mútua entre essas duas áreas, é importante entender as relações do artista com o ambiente que habita, bem como apreender como ocorrem as influências sociais no processo de produção literária, pois o autor elabora a sua obra seguindo os padrões de sua época, e o produto dessa interação age sobre o meio. Respondendo à indagação sobre como literatura e sociedade interagem, Candido diz:

> [h]á neste sentido duas respostas tradicionais, ainda fecundas conforme o caso, que devem todavia ser afastadas numa investigação como esta. A primeira consiste em estudar em que medida a arte é expressão da sociedade; a segunda, em que medida é *social*, isto é, interessada nos problemas sociais. [...] A segunda tendência é a de analisar o conteúdo social das obras, geralmente com base em motivos de ordem moral ou política, redundando praticamente em afirmar ou deixar implícito que a arte deve ter um conteúdo deste tipo, e que esta é a medida do seu valor (CANDIDO, 2010, pp. 29-30, grifo do autor).

A partir dessa perspectiva, a relação que o artista desenvolve com a sociedade é relevante para proporcionar uma reflexão coerente acerca da obra literária, produzindo, dessa forma, uma interação entre a tríade autor-obra-público, a qual resulta em um produto adequado de interpretação. Assim, vale compreender como ocorrem as representações sociais no processo de produção literária, pois "percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas" (CANDIDO, 2010, p. 34). Nesse sentido, a literatura homoerótica ainda se apresenta revestida de preconceitos, e a análise contos citados nesse estudo corrobora com essa conclusão, pois evidencia a relação homoafetiva como algo impossível, indo de encontro aos valores sociais apresentados nas narrativas – pautados na heteronormatividade –, os quais são representações da sociedade da época, centrada no heteropatriarcado. A teoria aplicada para analisá-las ratifica essa percepção, mesmo que sempre seja necessário evidenciar que aquilo que está escrito não deve ser considerado e, tampouco,

corresponde à uma verdade absoluta, mas, também, o leitor não é um simples receptor da obra, visto que esse tem uma opinião e é fundamental no produto final da produção literária.

> A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (CANDIDO, 2010, p. 84).

Nota-se que a aversão imposta ao discurso da homoafetividade advém, parcialmente, da construção identitária que impõe a heterossexualidade compulsória como padrão a ser seguido socialmente, difamando, então, outras manifestações sexuais que não essa. Os textos analisados não se enquadram na norma constituída e tampouco se vinculam a outros padrões marginalizados, pois, em cada um deles, há uma representação distinta de identidade, proporcionando a reflexão acerca da fragilidade em que a rotulação fixa se encontra atualmente. A diluição das identidades fixas é o marco inicial para analisar os discursos literários, pois todos apresentam relacionamentos que não se enquadram no modelo preestabelecido socialmente – seja pela construção das personagens ou seja pela construção da relação em si –, baseando-se no conceito de diversidade, que respeita as diferenças individuais.

> Neste mundo instituído por representações, a identidade fixa é uma ficção e a incerteza e o paradoxo são as conquistas maiores de nosso tempo para desmascarar as verdades de todos os tempos. [...] A volatização da essência é a libertação da norma, da disciplina, da exclusão. É a disseminação da identidade que pode mudar a ordem do mundo, a ordem do Pai, a ordem do falo (NAVARRO-SWAIN apud FACCO, 2004: 124).

Em "Terça-feira gorda", é possível perceber uma ressignificação de conceitos intrínsecos na sociedade, a partir de definições estereotipadas, tais como de sexualidade. Caio Fernando Abreu propõe uma nova forma de pensá-los, através de um contexto repressivo, o qual realça os movimentos discriminatórios e inibe a livre expressão das minorias. No conto, é narrado o encontro amoroso entre duas personagens do sexo masculino, a partir da perspectiva de uma delas, em primeira pessoa. Toda a narrativa se desenvolve em uma noite de carnaval – a terça-feira gorda. O relacionamento exposto no conto exemplifica a postura combativa do autor em relação à arbitrariedade do conceito de gênero na constituição identitária e a reflexão acerca da desconstrução da noção impositiva que garante e à heteronormatividade uma unicidade soberana. A caracterização das duas personagens a partir de referências que aludem ao conceito de masculinidade hegemônica[2] – já que nenhum "parecia bicha nem nada" (ABREU, 2005, p. 57) – dissolve o binarismo de gênero que orienta os relacionamentos afetivos: são homens, com características semelhantes, sendo que nenhum assume a posição feminina na relação. A performance que ambos desenvolvem ao longo da narrativa permite que o leitor perceba a consciência que têm em relação às suas sexualidades, devido à clareza e desenvoltura com que o encontro afetivo é contado e, assim como não é bem aceito no contexto da narrativa, sofre restrições na sua recepção por causa da sua linguagem desinibida. O preconceito se torna evidente na narrativa quando alguém fala, em falsete, "olha as loucas" (ABREU, 2005, p. 57), e, em seguida, outros chamam os protagonistas de "veados". A inquietude que a expressão da homoafetividade provoca revela a deficiência social de naturalizar as relações entre pessoas do mesmo sexo, e "a incapacidade de aceitar uma ruptura com códigos repressivos e

[2] O conceito de masculinidade hegemônica adotado nessa pesquisa é de Robert Connel (2013), que descreve como um padrão de práticas que possibilitam a dominação masculina, legitimando a heterossexualidade compulsória. Ela "incorpora a forma mais honrada de ser um homem, exigindo que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens" (CONNEL, 2013, p. 245).

conservadores, fazendo com que numa festa onde o 'desregramento' é a tônica maior, como no carnaval, a postura de liberdade e ousadia, própria da cultura carnavalesca, seja abolida" (PORTO, 2005, pp. 85-86). O próprio narrador, mesmo que inconscientemente, atua de forma preconceituosa, pois o sujeito está constituído por diferentes discursos que trazem consigo variantes da cultura hegemônica – quando afirma que o outro "não parecia bicha nem nada", sua bagagem heterocultural lhe permitiu utilizar tal expressão depreciativa.

No decorrer da narrativa, após a exibição compartilhada da relação homoafetiva, os protagonistas são sentenciados ao julgamento social, já que desestabilizaram as normas determinadas. No desfecho, o narrador-protagonista faz uma síntese do encontro narrado ao longo do conto, rememorando o primeiro contato, a relação intensa entre os protagonistas e a morte de seu parceiro, decorrente do ato homofóbico. Com uma linguagem distinta da utilizada ao longo da narrativa, o narrador conclui a sua história usando metáforas a fim de empregar densidade à descrição da morte – compara-a à "queda lenta de um figo muito maduro" (ABREU, 2005, p. 59) – e isso faz entender o abalo que tal episódio o causou; entretanto, também é possível notar que a mesma passagem é tratada de forma banal pelo meio social no qual ele está inserido, uma vez que ninguém interveio na ação dos agressores. O ato violento foi insignificante para aqueles que assistiam e, inclusive, para os assassinos, pois esses escaparam incólumes, em virtude da ação ser contra homossexuais e desenvolver-se no carnaval.

Esse conto expõe as contradições sociais inerentes à contemporaneidade, através das discrepâncias de valores e imposição de comportamentos instituídos pela cultura hegemônica. A partir dos contrastes criados pelo autor em sua narrativa, é possível refletir sobre a temática homoafetiva – objeto dessa pesquisa – e suas distintas interpretações na trama. Há, nessa narrativa, a perspectiva dos protagonistas, os quais representam uma minoria dentro do contexto homossexual, que não têm vergonha de expor as suas sexualidades e, também, aqueles que

condenam a homossexualidade, representando a sociedade opressiva – heteropatriarcal e ditatorial.

"Aqueles dois", da mesma forma que o conto anterior, problematiza a ação e o olhar da sociedade diante de performances que não seguem os valores estabelecidos pelo patriarcado, no que se refere à identidade sexual. Tal questão fica evidente através da voz narrativa, a qual deixa subentendido o relacionamento entre as personagens principais e evidencia a dificuldade de expressão da homoafetividade em público. Desde a constatação de que "num deserto de almas também desertas, uma alma especial reconhece de imediato a outra" (ABREU, 2005, p. 132), o narrador fomenta a percepção de que as personagens têm uma ligação afetuosa, mas a ocultam "apesar de, sem efusões, terem se reconhecido no primeiro segundo do primeiro minuto" (ABREU, 2005, p. 132). Com comportamento discreto, os protagonistas limitaram-se a uma conduta cordial quando se conheceram "porque eram novos na firma e a gente, afinal, nunca se sabe onde está pisando" (ABREU, 2005, p. 133).

As insinuações narrativas acerca do relacionamento homoafetivo entre os protagonistas do conto continuam e o narrador introduz o olhar de outras personagens – colegas de repartição – para apoiar a sua tese. Em uma situação, os dois dormiram na quitinete de Raul e chegaram juntos no trabalho, causando desconforto e suspeição nos outros empregados. A perspectiva de personagens periféricas passa a ser incluída na narrativa para dar verossimilhança ao enfoque do narrador e para salientar a postura adotada pelo autor no conto, o qual apresenta uma crítica ao discurso homofóbico. Em "Aqueles dois", Caio Fernando Abreu reflete "sobre valores morais socialmente legitimados num espaço em que o 'diferente' passa a não ter aceitação, tornando-se indivíduo à margem dos processos sociais" (PORTO, 2005, p. 47), e, a partir de insinuações e sugestões, introduz o "olhar" dos outros sobre a homoafetividade, desenvolvendo, assim, uma crítica ao sistema patriarcal e heteronormativo.

O comportamento circunspecto de Raul e Saul, segundo a voz narrativa, leva à conclusão de que "Aqueles dois" é um conto

sobre homofobia, visto que o relacionamento homoafetivo sugerido na narrativa não pode ser externado devido à repressão que o meio social em questão impõe, no qual "os sujeitos homoeróticos criam espaços flexíveis e estranhos ao ambiente heterocentrado e tornam-se marginalizados, o que implica a dificuldade de construção de identidades fixas" (PORTO, 2005, p. 29). Nesse conto, a marginalização imposta aos homossexuais se conclui quando os protagonistas são chamados à sala do chefe para discutir a "relação anormal e ostensiva" (ABREU, 2005, p. 140) a que estavam sendo condenados – em cartas anônimas, os colegas de trabalho demonstraram um discurso pejorativo em relação à homoafetividade. Nessa circunstância, Raul e Saul foram demitidos, sob o argumento de que "tenho-que-zelar-pela-moral-dos-meusfuncionários" (ABREU, 2005, p. 140), deixando a repartição em seguida. Nos últimos parágrafos, quando Raul e Saul saíram do prédio onde trabalhavam, o narrador apresenta a sua visão crítica acerca da sociedade que representa no conto, expondo que os indivíduos com "comportamento doentio" e "psicologia deformada" (ABREU, 2005, p. 140) são aqueles que discriminam e não os discriminados. Sob um tom melancólico, sentencia àqueles que permaneceram naquele deserto de almas – "parecido com uma clínica psiquiátrica ou uma penitenciária" (ABREU, 2005, p. 140) – a serem infelizes para sempre, levando consigo o preconceito que os caracteriza. Diante da dificuldade de julgar a legitimidade do relacionamento homoafetivo de Raul e Saul, é possível analisar que em "Aqueles dois" o foco não está na suposta relação e sim na sociedade – os valores e a conduta que norteiam o comportamento da maioria social são postos em destaque para evidenciar a manipulação a que a cultura hegemônica submete os indivíduos que nela transitam. A construção dos protagonistas questiona as noções fixas de identidade, além da constatação de que o heteropatriarcado não suporta as constituições identitárias subjetivas; e, por isso, essas personagens se apresentam de maneira fragmentada, indicando as suas dificuldades de identificação com os padrões estipulados. A performance conferida às personagens centrais condiz com o ambiente em que estão inseridas e se impregna nelas de modo a

não possibilitar as suas identificações individuais, uma vez que "não tinham preparo algum para dar nome às emoções, nem mesmo para tentar entendê- las" (ABREU, 2005, p. 132). O discurso vinculado à supremacia heterocultural direciona a perspectiva criada em "Aqueles dois", uma vez que o narrador usa artifícios que presumem a homoafetividade entre Raul e Saul, refletindo, dessa forma, o meio social no qual a narrativa se desenvolve, caracterizado pela imposição de valores heteropatriarcais e legitimação de atos preconceituosos, alicerçados pelo conceito de verdade que a sociedade ditatorial impôs.

As construções narrativas nos contos analisados não se alinham ao padrão heteronormativo e, tampouco, sugerem uma unidade homossexual. Todavia refletem a multiplicidade performática, de acordo com o meio social que integram. Então, a fim de investigar a influência do meio social nas narrativas em questão, refletir-se-á a respeito da tríade autor-obra-público e as suas intersecções na literatura homoerótica.

A representação artística e a recepção social

De acordo com a perspectiva sugerida por Antonio Candido, o escritor traz consigo elementos sociais que são traspostos para as suas produções literárias. Em virtude disso, o seu discurso é elaborado de acordo com muitos fatores que estão alheios à literatura, mas que se articulam com ela, visto que os padrões instituídos socialmente estão próprios do compositor, interferindo no processo criacional. Assim, entender os contextos sociais interno e externo da obra literária é parte fundamental do desenvolvimento interpretativo ao qual ela é submetida. Os fatores externos, nesse sentido, não devem ser analisados isoladamente, posto que se destituem de significação se assim forem compreendidos. Devem, portanto, ser interpretados como elementos que desempenham certo papel na estrutura literária, tornando-se internos à obra.

> No texto narrativo, a enunciação de valores, juízos e percepções acerca do mundo social (seja ele interno ou externo à narrativa) está atrelado à questão da

> configuração do narrador. Logo, é a partir da voz narrativa que se pode instaurar uma análise do locus de enunciação em questão (ALÓS, 2010, p. 843).

A posição social do autor é a primeira questão a ser averiguada quando se analisa o texto literário à luz da Sociologia Literária porque é a partir da percepção do seu meio social que se pode entender os princípios e as opiniões que se almeja transmitir. Sob essa perspectiva, Candido postula que "a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio" (CANDIDO, 2010, p. 31); e, dessa forma, entenderemos as diferenças nas representações artísticas de Caio Fernando Abreu em seus contos.

Os discursos analisados utilizam as experiências sociais como recurso artístico a fim de refletir sobre uma temática social, a qual corresponde às relações homoafetivas representadas. De acordo com Luana Porto, "as relações entre obra e sociedade, tal como são construídas nas narrativas, assinalam uma perspectiva crítica acerca de problemas sociais a que fazem referência" (PORTO, 2005, p. 146), e, por conseguinte, refletem sobre a homoafetividade e a sua interpretação no âmbito social. Nos dois contos de Caio Fernando Abreu analisados nesse estudo, há a preocupação de representar uma ideologia que é cultivada naquele momento ditatorial. Embora contenham um teor melancólico elevado, as narrativas tendem a discutir problemas de cunho social – no caso, a homoafetividade e consequente homofobia – a partir da reflexão da existência humana, interligando os valores individuais de quem narra com aqueles que são condicionados socialmente, evidenciando uma "distância existente entre o mundo projetado/sonhado e o mundo vivido" (PORTO, 2005, p. 140). Na pesquisa de Luana Porto, há a seguinte análise sobre o escritor gaúcho:

> Caio F. é um escritor que se preocupa em discutir literariamente problemas da experiência humana e conflitos sociais, propondo uma perspectiva singular para a formação e humanização do homem. Seus textos são

> elaborações literárias que combinam elementos de ordem social com elementos de ordem estética, num trabalho artístico que rompe com as convenções tradicionais de linguagem e composição e que aponta para a necessidade de se defender valores humanistas, tal como propõe [Antonio] Candido (PORTO, 2005, p. 151).

No conto "Terça-feira gorda", a homofobia é explícita, visto que a relação homoafetiva é condicionada à morte pela sociedade que a segrega. A narrativa foca na não aceitação pública do homoerotismo, sendo que, quando o sujeito homossexualmente inclinado não acata à norma, a violência instituída como punição é justificada. De forma mais ponderada, pois o espaço delimita outra forma de atuação, o preconceito denunciado em "Aqueles dois" também se vincula à invisibilidade imposta ao relacionamento homoafetivo, sendo que o autor já dá indícios dessa acusação abaixo do título do conto, quando o classifica como "história de aparente mediocridade e repressão" (ABREU, 2005, p. 132), aludindo ao meio social opressivo que, de forma dissimulada, segrega os homossexuais.

Caio Fernando Abreu emprega em seus contos um tom denunciante, que pode ser entendido como representativo da sociedade da época. Sua posição social e a forma como expressa a sua preocupação com a temática abordada são fatores que contribuem para a elaboração dos textos literários e, também, a sua compreensão posterior no momento da recepção. A sua obra, portanto, permite a reflexão acerca da contraditoriedade que o preconceito relacionado à condição sexual individual – sofrido, vale lembrar, pelo próprio escritor – evidencia tanto no meio social quanto na literatura.

Na situação repressiva na qual Caio Fernando Abreu se encontrava, houve a possibilidade de uma expressão persuasiva, de certa forma – em 1982, o Brasil estava sob regime ditatorial e os discursos foram moldados sob a influência de um sistema repressor e arbitrário. Portanto, seguindo a análise pautada nos preceitos de Antonio Candido e sob o olhar social discriminatório, é possível apontar os contos de Caio Fernando Abreu como pertencentes à "arte de segregação", uma vez que se preocupam

"em renovar o sistema simbólico, criar novos recursos e, para isto, dirige-se a um número ao menos inicialmente reduzido de receptores, que se destacam, enquanto tais, da sociedade (CANDIDO, 2010, p. 33)"; e tal análise é evidente a partir da interpretação de que as narrativas em questão denunciam os valores instituídos socialmente.

Nota-se uma preocupação com a denúncia contra a homofobia, pois seus contos delatam a receptividade negativa que a homoafetividade masculina sofre pelo meio social, representando uma realidade que se mostra atual. O período representado nas narrativas desumaniza os indivíduos e os destitui de subjetividade, e essas características foram transpostas pelo autor nos textos analisados. A segregação e a censura se unem para marginalizar os sujeitos desviantes e as consequências se revelam em desfechos impiedosos para aqueles que transgridem as normas sociais.

As personagens dos contos analisados foram construídas sob um contexto autoritário. No período ditatorial, os discursos eram subentendidos e a expressão da homossexualidade considerada como um desvio da norma – como ainda é, aliás, atualmente –, e o escritor buscou, através de suas personagens, exemplificar tal repressão. Caio Fernando Abreu escreveu seus contos no final do regime militar, conseguindo traduzir em palavras a segregação imposta aos relacionamentos homoafetivos, apontando o resultado da opressão a partir de conflitos entre as personagens e as regras impostas por uma sociedade que não aceitava nada desviante da moral convencional.

A denúncia dos efeitos da repressão, contextualizada em uma sociedade discriminatória e preconceituosa, é evidente na construção dos casais homoafetivos. No primeiro conto, as personagens homoafetivas – inominadas – adotam características de uma sociedade que superou a opressão e se permitem expressar sua afetividade na terça-feira de carnaval. Entretanto, a intolerância radical deixou marcas na sociedade, as quais podem ser percebidas através dos agressores que seguem uma posição ideológica favorável às ideias autoritárias, rejeitando manifestações distintas da norma instituída. O preconceito

representado no conto traduz a dissimulação de parte da sociedade em mascarar a relegação imposta aos homossexuais. O contraponto entre a livre expressão do amor e a sua repressão demonstram o período de transitoriedade que o país presenciava, mas ressalta, também, que a hierarquia que a heterossexualidade compulsória conquistou se manteve, visto que o relacionamento homoafetivo entre homens é permitido, desde que mantido afastado do espaço público. Nesse conto, o choque principal entre os valores vigentes socialmente e aqueles que são considerados desviantes está vinculado à encenação do ato sexual e à condição de passividade da figura masculina na relação, pois subverte o sistema patriarcal.

A construção identitária das personagens se dá a partir da representação do desejo entre dois indivíduos homossexualmente inclinados que se sentem atraídos desde o momento em que se encontram. Na narrativa, o narrador-personagem relata o envolvimento com o outro, a partir da identificação sexual que ambos vivenciam, despindo-se de preconceito. Em contrapartida, o olhar homofóbico não respeita a subjetividade, julgando e condenando a manifestação homoerótica; evidenciando, então, que, mesmo em uma festa de carnaval, onde, supostamente, as manifestações são livres, a sociedade age hipocritamente, segregando a liberdade sexual de sujeitos que não se adéquam aos padrões heteroculturais.

"Aqueles dois" não exterioriza para a sociedade da narrativa o relacionamento entre as personagens Raul e Saul. Entretanto, há indícios que permitem a interpretação das demais personagens de que os protagonistas desenvolvem uma relação afetiva, o que ocasiona o afastamento de ambos do meio social. Como o relacionamento é construído de forma implícita, não há comprovação da consumação sexual, e o distanciamento torna-se a punição adequada à subversão. A forma como as personagens são construídas permite o entendimento do conto como "ora a quase-crônica da vida urbana, ora o quase-drama do cotidiano burguês" (BOSI apud NÓBREGA JR., 2007, p. 2), porque também representa a hipocrisia social relacionada à temática homoerótica. Elaborados de forma intimista e reservada, os protagonistas

desenvolvem um relacionamento escondido do ambiente social, e, quando surgem especulações sobre a sua condição sexual, são demitidos do emprego por apresentarem um "comportamento doentio" (ABREU, 2005, p. 140). A relação com a realidade social, portanto, se confirma quando o narrador compara a hostilidade na recepção da homoafetividade com uma "clínica psiquiátrica ou uma penitenciária" (ABREU, 2005, p. 140), aludindo à sociedade opressora e doente que coíbe o homossexual do convívio social. Assim, destinados à segregação, Raul e Saul se retiram daquele "deserto de almas" e os que ali permanecem "tinham a nítida impressão de que seriam infelizes para sempre" (ABREU, 2005, p. 140), já que se conformaram com o sistema impositivo.

Nos contos de Caio Fernando Abreu, as personagens não possuem uma identidade fixa que as associe a um padrão homoafetivo, ou seja, as suas construções identitárias derivam da sua identificação sexual, gendérica e, também, a partir do meio social em que vivem. O texto literário, nesse sentido, se associa a questões extratextuais – como as citadas acima –, ajudando a construir o posicionamento ideológico de quem o produz.

> Contestar a força que a literatura pode desenvolver em determinadas circunstâncias, em períodos de arbítrio e exceção por que passam as sociedades em certos períodos de sua evolução. A literatura pode ser [...] o único tipo de discurso a desempenhar um papel desestruturador da sociedade (BERND apud FACCO, 2004, pp. 88-89).

A literatura homoerótica é interpretada sob um viés negativo devastador, uma vez que subverte a cultura heterormativa. Assim, os textos que apresentam relacionamentos homoafetivos são condicionados à literatura marginal e pouco apreciados pelo grande público. Portanto, retomando a discussão a partir da articulação entre literatura e sociedade, é possível entender que o texto literário é incutido de vários fatores extratextuais, inclusive no momento da recepção, uma vez que a sociedade dispõe de diferentes públicos que se conectam com a representação artística por vários fatores, os quais variam do interesse estético ao modismo temático; todavia, é fato que a

maioria receptora está em "conformidade automática aos padrões" instituídos e são poucos aqueles que manifestam "um juízo livre de injunções diretas do meio em que vivemos" (CANDIDO, 2010, p. 46). Assim sendo, o elemento social também é verificado na recepção literária.

> A arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (CANDIDO, 2010, p. 30).

É possível aliar a perspectiva de Antonio Candido à hipótese levantada anteriormente em relação à dificuldade de expressão da homoafetividade nos contos estudados, visto que o meio social – e, consequentemente, o público – cerceia a expressão da temática de diferentes formas tanto na literatura quanto na sociedade. O espaço que lhe é concedido se configura pela hostilidade e imposição de barreiras, as quais variam de acordo com o gênero de quem narra e de quem é representado. As relações entre gays sofrem com a depreciação que lhes é conferida e, no caso dos dois contos analisados, percebe-se a padronização de suas identidades a partir do olhar preconceituoso do outro, que os destituem de subjetividade, a fim de menosprezar as suas sexualidades. Os maldizeres referentes às condições sexuais e as comparações relacionadas à estereotipação do homossexual são visíveis nos textos de Caio Fernando Abreu, que introduz esses elementos externos nas suas narrativas com o intuito de evidenciar e criticar a homofobia.

Percebe-se, portanto, que a relação entre autor-obra-público associada à temática homoafetiva se depara, primordialmente, com problemas de cunho social nas suas expressões literárias e sociais. Há, ainda, demasiada ignorância sobre o assunto, ignorância que não pode ser entendida como desconhecimento, mas, sim, como preconceito, que tem a sua

origem no meio externo às obras, porém adentra nas suas composições internas, influenciando desde o processo de escrita até a recepção. Assim, se não há espaço para a homoafetividade na vida social, as alternativas são a segregação e a morte no texto literário, uma vez que as histórias de amores transgressores subvertem os papéis tradicionais de gênero e, por conseguinte, herdam o componente trágico que assola os indivíduos homossexualmente inclinados, assinalando a impossibilidade de tal subversão, visto que o amor exige a sua expressão plena.

As noções de representação artística e de recepção social, baseadas na perspectiva sociológica de Antonio Candido, apesar de serem relevantes e importantes, são insuficientes para analisar a homoafetividade em sua dinâmica mais ampla, uma vez que a sua posição se pauta em constructos socialmente criados, os quais se atêm em caracterizações heteronormativas. Dessa forma, são necessárias novas referências e reflexões que vão tanto ao encontro como de encontro às visões da crítica literária consagradas, mesmo no ambiente da Sociologia da Literatura. Logo, pensar a partir da visão desconstrucionista gera uma perspectiva mais produtiva para debater sobre a igualdade de gênero e a sua representação, porque pressupõe que o significado de um conceito é indeterminando e inteiramente relacional e contextual, destituindo-o da totalização absolutista e questionando a arbitrariedade da valorização do conceito de verdade, já que está atrelado à linguagem, e essa, na riqueza de seus diferentes significados, nas ambiguidades que tais diferenças necessariamente trazem e nos jogos de associação que eles ensejam, realiza operações tão múltiplas que jamais se poderá pensar, por exemplo, em um significado fixo ou em uma interpretação única para um conceito qualquer.

Considerações finais

No desenvolvimento desse estudo, buscou-se desmistificar a representação da homoafetividade em "Terça-feira gorda" e "Aqueles dois", de Caio Fernando Abreu, a partir de argumentos que refletissem sobre a articulação entre literatura e sociedade,

constatando que o meio social interfere no processo criativo e receptivo das obras analisadas. O heteropatriarcado disseminou padrões de conduta que se enraizaram na cultura hegemônica, dificultando as manifestações que não condizem com o modelo estabelecido. Nesse sentido, a Sociologia Literária não dá conta da análise do homoerotismo porque se atém às conceituações impostas socialmente, as quais se resumem em definições binárias e segregadoras.

A incompletude e as incongruências encontradas nesse estudo apontaram para a reflexão de que são necessárias novas formas de pensar a temática homoafetiva na literatura e na sociedade. Sendo assim, propôs-se a desestruturação das definições socialmente instituídas como forma de abarcar igualmente todas as manifestações afetivas sem discriminação. Portanto, o argumento desconstrutivista de Derrida foi fundamental para concluir a análise, pois vai ao encontro da perspectiva adotada ao longo da pesquisa, visto que o autor afirma que:

> [s]e então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo – a saber, a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um *jogo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito (DERRIDA, 1995, p. 244, grifo do autor).

Finaliza-se a análise apontando que a possibilidade plena de representação das múltiplas formas de expressões afetivas só será garantida quando a desnaturalização dos conceitos binários for problematizada e os padrões de identidades fixas forem preteridos em favor da subjetividade. Assim, serão possíveis diferentes significações para os discursos proferidos, as quais não devem basear-se no conceito de verdade, mas, sim, na concepção interpretativa de que o significado é sempre móvel, variado e ilimitado, dependendo das identificações de quem o expressa e/ou o recebe.

Referências

ABREU, C. F. Aqueles dois. In: _____. *Morangos Mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

_____. Terça-feira gorda. In: _____. *Morangos Mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

ALÓS, A. P. Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética queer. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, dezembro de 2010.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CONNEL, R. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 21, nº 1. Florianópolis, 2013.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FACCO, L. *As heroínas saem do armário*: literatura lésbica contemporânea. São Paulo: GLS, 2004.

NÓBREGA JR, C. M. Aspectos do "duplo" em "Aqueles dois", de Caio Fernando Abreu. In: *Anais*, Encontro Regional da ABRALIC. Literaturas, Artes, Saberes. São Paulo, 2007.

PORTO, L. *Morangos mofados, de Caio Fernando Abreu*: fragmentação, melancolia e crítica social. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MASCULINIDADES EM QUESTÃO: ESTEREÓTIPOS SOBRE A PATERNIDADE (E A MATERNIDADE) EM *ONDE ESTÃO OS OVOS?*, DE FABRÍCIO CARPINEJAR

Bruna Farias Machado[1]

Introdução

A produção de obras que possibilitam um maior aprofundamento e teorização sobre a temática masculinidades teve um ápice a partir nos anos 90, tendo seus pressupostos teóricos constantemente (re)definidos, uma vez que há a possibilidade de serem encontrados diversos tipos de análises com abordagens teórico-metodológicas que, por vezes, convergem entre si. De maneira similar, os estudos de crônicas, ainda que esteja ascendendo no currículo escolar, não tem a mesma notoriedade no âmbito acadêmico, sendo, por vezes, negligenciado nos currículos acadêmicos.

Assim, em vista do número crescente, mas ainda limitado de produções acadêmicas sob esses prismas, o presente trabalho tem como *corpus* uma crônica contemporânea que possibilita uma análise sob o viés da masculinidade em suas diversas nuances, numa tentativa de enriquecer o *corpus* teórico acerca desse tema tão diversificado. A crônica contemporânea, *Onde estão os ovos?* (2016), de Fabrício Carpinejar, reforça a ideia estereotipada de que homens não têm quaisquer instintos paternais e que estes são sempre presentes nas mulheres, até mesmo numa ida ao supermercado. Em vista disso, para fundamentar a análise, serão utilizados aportes teóricos que elucidam, na medida do possível, a representação estereotipada acerca da maternidade e da

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Licenciatura em Letras em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunafmach@gmail.com

paternidade. Posteriormente, far-se-á necessário analisar a representação da chamada "crise masculina" bem como a masculinidade hegemônica subjetivamente reforçada na crônica, numa tentativa de desconstruir esses conceitos estereotipados ainda presentes na atualidade.

Até meados do século XX, a masculinidade tradicional naturalizada pela sociedade baseou-se em modelos de virilidade que, fundamentalmente, tinham como pressupostos a força física, a potência sexual e o (auto)controle, imiscuindo-se em episódios de violência simbólica e não simbólica que garantiam o domínio masculino na sociedade, como lembra Lehnen (2015). Na segunda metade do século XX, com o movimento feminista, há, finalmente, o questionamento da dominação masculina. A partir do feminismo, houve uma verdadeira desestabilização do modelo masculino até então constituído, uma vez que o movimento revelou que a dominação masculina afeta a sociedade de uma maneira bem mais abrangente do que inicialmente se supunha, atingindo até mesmo a linguagem utilizada na sociedade.

Em 1983, o cantor Pepeu Gomes compôs uma música que atingiu enorme sucesso. A canção "Masculino e Feminino" defendia a liberdade dos homens de agirem sem a preocupação de se encaixarem em estereótipos preestabelecidos, uma vez que ser um homem feminino não fere (ou não deveria ferir) o seu lado masculino[2]. Academicamente, tendo em vista esses questionamentos que visam mudar parâmetros sócio históricos e culturais arraigados na sociedade, a teorização aprofundou-se, tendo em seu campo teórico diversas construções de masculinidades que são constantemente (re)definidas. Desse modo, não é possível definir de maneira categórica o estudo que aborda masculinidades, pois este não forma um bloco monolítico. Assim, há a possibilidade de serem encontrados diversos tipos de análises com abordagens teórico-metodológicas que, por vezes, convergem entre si, uma vez que

[2] Trecho da música adaptado.

> Investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. (MEDRADO; LYRA, 2008, p.825)

Assim, haja vista o número crescente, mas ainda limitado de produções acadêmicas sob essa temática, o presente artigo tem como *corpus* uma crônica contemporânea que possibilita problematizar as ambiguidades dos conceitos da temática em questão, numa tentativa, ainda que simplória, de fomentar o debate futuro a partir das divergências teóricas advindas dos pressupostos teóricos, uma vez que estes ainda estão sendo estabelecidos.

A ruptura dos padrões comportamentais: a crise masculina e a masculinidade hegemônica

Haja vista a ascendência da discussão acerca das mudanças nos papéis masculinos e femininos na sociedade contemporânea, alguns teóricos afirmam que estamos vivendo uma "crise masculina". Esta, que pode ser entendida como uma herança dos movimentos feministas, uma vez que possibilitaram novos olhares e questionamentos sobre questões de gênero, pode ser entendida como

> [...] uma tentativa, uma possibilidade para os homens diferenciarem-se do padrão de masculinidade socialmente estabelecido para eles. Essa crise representa a quebra do cinismo a respeito da existência de um homem de verdade em torno do qual todo menino é socializado. (NOLASCO, 1997, p. 16-17).

Essa ruptura de padrões comportamentais impostos (in)diretamente pela sociedade, contudo, apresenta avanços lentos. Ainda hoje, é possível notar que polaridades como "o macho e a bicha, o bem-sucedido e o fracassado, o ativo e o passivo, entre outros, [são] polaridades que servem para

demarcar o que é 'norma' e o que é 'desvio" em termos de masculinidade. " (RAMOS, 2000, p. 46). Dessa forma, é visível que o sentimento de identidade masculina está intimamente ligado ao de identidade sexual, como lembra Nolasco (1998). A (re)afirmação da identidade masculina é feita através de relacionamentos sexuais recorrentes, bem como da negação da homossexualidade, fato comprovado em pesquisas[3], uma vez que, sob esse prisma:

> Ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser feminino na aparência física e nos gestos; não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres. (BADINTER, 1995, p. 117)

A "crise" masculina pode ser entendida, então, como a ruptura de padrões comportamentais preestabelecidos como pertencentes ao "modelo masculino". O fato de questionarmos esses valores demonstra que ainda hoje vivemos um processo de mudança, ainda que

> Seria ingênuo pensar que as mentalidades mudaram radicalmente, pois isso leva tempo e, como se pode atestar, apesar das profundas transformações ocorridas nas últimas décadas no que diz respeito à relação entre os sexos, os simbolismos ou representações de gênero (em especial do masculino) ainda não sofreram grandes mudanças. (RAMOS, 2000, p.56)

É mister, todavia, atentar para o fato de que muito embora a crise de identidade masculina seja uma realidade, ela não está associada ao surgimento de um modelo específico de "novo homem", pois, como lembra Trevisan (1997):

[3] Como exemplos de pesquisas realizadas, a "Seção Nova pergunta, eles respondem" da Revista Nova de setembro de 1999 e matérias da Folha de S. Paulo, mais especificamente do caderno *Mais!*, de 18 de janeiro de 1998. Apesar das pesquisas em questão não serem atuais, os resultados ainda refletem a realidade social em que vivemos. Essa afirmação é comprovada, entre muitas outras razões, pelo número alarmante de casos de homofobia ao redor do mundo.

> A revelação homossexual cumpre uma importante tarefa no cenário da crise: acirra as contradições no sentido de tirar a máscara do masculino imposto, apontando para um masculino temperado por nuances nas quais cabem o frágil e o sensível, aí incluída aquela tão execrada passividade que também compõe o macho – simplesmente porque faz parte do humano e não apenas do gênero feminino. O que pode parecer um paradoxo, do ponto de vista patriarcal, é uma aquisição importante, sem a qual não se chegará ao coração do masculino –justamente porque ele é feito de paradoxos, ao contrário do que deixa transparecer o protótipo do macho consagrado. A visibilidade homossexual pretende ser apenas uma faceta no resgate de uma parte reprimida do masculino, nem por isso menos verdadeira. (p.87)

Assim, é correto afirmar que limitar as mudanças que estão ocorrendo a um modelo específico seria unificar seres que anseiam por multiplicidade. Dada a flexibilização da vida social contemporânea, as identidades sociais se tornaram mais flexíveis e plurais, não cabendo nenhuma classificação que limite o que, aos poucos, está se expandindo, visto que é perceptível, ao longo dos anos, a presença de uma masculinidade dita hegemônica que, por sua vez, tem sua hegemonia ditada pela comunidade em que o indivíduo está inserido, uma vez que "a hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Por conseguinte, esse é um modelo cultural dito "ideal" que influencia homens e mulheres, à medida em que "a masculinidade não é simplesmente 'o que os homens fazem', é mais um tipo ideal que inscreve o que se espera que os homens típicos pensem e façam. " (PAECHTER, 2009, p.23). Em sua formulação, a masculinidade hegemônica se diferenciou de outros modelos, em especial das masculinidades subordinadas, como podemos ver no trecho que segue:

> A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades

> subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245)

Contemporaneamente, o conceito é alvo de críticas de diversos teóricos justamente por não ter um caráter fixo e apresentar um posicionamento passível de contestação, fazendo com que algumas tentativas de conceituação sejam falhas justamente por tentar analisar estudos que possuem padrões múltiplos por uma matriz unívoca:

> Padrões múltiplos de masculinidade têm sido identificados em muitos estudos, em uma variedade de países e em diferentes contextos institucionais e culturais. Também é resultado de pesquisa bastante difundido o fato de que certas masculinidades são socialmente mais centrais ou mais associadas com autoridade e poder social do que outras. O conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas, e esse é um processo que agora tem sido documentado em muitos contextos, em nível internacional (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 262)

Assim, categorizar o homem hegemônico é uma tarefa, no mínimo, confusa, pois delimitar quais padrões são, de fato, dominantes é muito transitório, podendo elencar modelos como Chris Hemsworth (ator famoso por interpretar Thor, personagem de HQ, nos cinemas), representando o modelo ideal como sendo o do homem musculoso, bem vestido e educado, e Marilyn Manson (nome artístico de Brian Hugh Warner), músico americano que adota um visual fora dos padrões sociais e apresenta uma personalidade caracterizada por muitos como escandalosa. Desse modo, indo ao encontro das críticas que apontam para ambiguidades do conceito, saliento que a masculinidade hegemônica

não deve ser necessariamente vinculada a características negativas, tendo em vista a multiplicidade de culturas que podem influenciar o indivíduo, fazendo com que características hegemônicas em determinado local possam ser positivas. Dada as suas numerosas configurações, devemos lembrar que a violência e as demais práticas nocivas não são características definidoras.

A questão da paternidade (e maternidade) na crônica de Carpinejar

Até o século XIX, os pais ocupavam uma posição autoritária no âmbito familiar, amparadas pelos princípios das autoridades religiosas e civis. O afeto era visto como algo feminino, cabendo ao pai ser a figura repressora. Ao longo desse mesmo século, a história dos pais sofreu mudanças sociais, econômicas e afetivas. Graças às pesquisas de historiadores, hoje sabe-se que D. Pedro I, por exemplo, escrevia afetuosas cartas aos seus filhos, demonstrando sentimentos que anos antes eram tidos como exclusivamente femininos. Com o passar dos anos, os homens foram adquirindo maior liberdade para expressarem-se emocionalmente, ainda que o processo seja lento, dado o machismo intrínseco em nossa sociedade que condena demonstrações de afetos masculinas, estas últimas vistas como traços femininos e, portanto, que diminuem o caráter "macho" dos homens, denotando, como visto anteriormente, em uma "crise masculina".

Atualmente, influenciada pela independência cada vez maior da mulher, a relação paternal tem se modificado positivamente. A prevalência do afeto encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo incentivado que os pais sejam afetuosos com seus filhos. Assim,

> Um direito que era negado ao homem, o de ser afetuoso e acompanhar o crescimento dos filhos (mesmo direito que era negado aos seus filhos, obrigados a verem no pai uma figura violenta ou ausente), agora não só é permitido como estimulado. (GOLDENBERG, 2000, p. 18)

De "patriarcal", a família tornou-se conjugal. Os pais não mais têm direitos sob os filhos, mas sim deveres. Cada vez mais as famílias reorganizam-se, buscando igualar as funções anteriormente exclusivamente paternais, uma vez que tais são extremamente heterogêneas, pois, como afirma Mary Del Priore (2013):

> E ainda nos perguntamos: O que é um pai? Questão ainda em aberto, que vem sendo respondida pela sociedade pela evolução do direito. Para se desenvolver, a paternidade necessita de toda uma elaboração psíquica. Ora, existe em vários momentos históricos e em diferentes sociedades uma pluralidade de pais e também de genitores. Em nenhuma delas, o papel do pai é natural. Cada sistema social marca por um nome e um rito o espaço dos seus. Esse lugar significa a culturalidade da função paterna. Culturalidade que se vai construindo ao longo do tempo, feita de rupturas e permanências, de valores novos e outros tradicionais. (p.184)

Anacronicamente, a crônica *Onde estão os ovos?* (2016), do escritor Fabricio Carpinejar, reforça a ideia estereotipada de que homens não têm quaisquer instintos paternais e que esses instintos são sempre presentes nas mulheres, até mesmo numa ida ao supermercado. A crônica em questão questiona o fato dos homens não se importarem em empacotar a caixa de ovos de maneira a não causar nenhum dano. Ainda, segundo ela, um "alarme biológico" é ativado nas mulheres, fazendo com que elas se aflijam e cuidem das caixas de ovos como se fossem filhos, como vemos no trecho que segue:

> - Onde estão os ovos? É a pergunta constante delas no momento do caixa.
> O que denuncia a predisposição maternal feminina. A maternidade, ainda que não se revele em filhos, está no sangue. Está consolidada na visão de mundo. Está espalhada nos seus costumes. Está dentro da generosidade do seu olhar. Está no formato de cesto de seus braços. (CARPINEJAR, 2016, *online*)

Vários questionamentos podem ser feitos a partir desse pequeno trecho, a começar pela afirmação de que toda a mulher tem uma predisposição maternal. Se formos pensar, ainda que sem aprofundamento, no número de casos de mulheres que abandonam os seus filhos em lixões, assassinam o bebê logo após o seu nascimento, dão a criança para adoção ou simplesmente optam por não terem filhos, só para citar alguns exemplos, a afirmação contida no texto seria, no mínimo (bastante) equivocada. De maneira similar, reforçar a ideia de que homens não são tão afetuosos quanto as mulheres é reforçar ideias retrógradas que já foram bastante questionadas e estão sendo combatidas.

Ao fazer uma analogia utilizando ovos para simbolizar filhos, a crônica reforça o modelo hegemônico patriarcal do homem heterossexual que é incapaz de transmitir cuidado e afeto. A "crise masculina", ou seja, a ruptura dos padrões comportamentais de um certo modelo dito como padrão é negligenciada, pois há um reforço do discurso tradicional (patriarcal) que afirma, indiretamente, que há uma predisposição corpórea para que homens e mulheres reajam ou não a situações que exijam cuidado e carinho e, ainda, que mulheres naturalmente são afetuosas porque todas têm instintos maternos.

Sendo assim, dever-se-á fazer uma ruptura entre sexo e gênero, levando em consideração, contudo, que não se deve colocá-los em uma relação dualista, pois nessa maneira, a sua estreita dependência torna-se invisível. Nessa perspectiva, deve-se lembrar que o físico, o corpo, "não é apenas dado, mas precisa ser compreendido e interpretado por intermédio de processos sociais" (PAECHTER, 2009, p.21). Dessa forma, algumas concepções do que é ser homem e do que é ser mulher em cada sociedade são mais dominantes do que outras e, por conseguinte, é necessário reafirmar a necessidade de desnaturalizar as prescrições e práticas sociais atribuídas, incorporadas e naturalizadas a homens e mulheres, consideradas marcações masculinas e femininas.

Tendo em vista as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, como, por exemplo, a redução do tamanho das famílias, as modificações das formas de casamento, a ascensão da mulher no mercado de trabalho, há novas realidades presentes em nossa

sociedade, como o pai divorciado, homossexual, migrante, adotivo, ausente, viúvo, assim como há, felizmente, um maior protagonismo no que diz respeito às mulheres e o mercado de trabalho. A identidade de cada modelo (por falta de palavra melhor) de pai, por exemplo, será uma conquista a ser feita todos os dias. Desse modo, sob esse prisma, reafirmar (e com isso reforçar) concepções que são preconceituosas, pois rotulam o homem e a mulher de maneira categórica, é errôneo, muito embora a genialidade da crônica em questão seja justamente essa: oportunizar uma reflexão acerca dos valores antigos e dos atuais, elucidando os seus leitores do quão absurdo são os rótulos comportamentais impostos (ainda) pela sociedade atual. Caracterizar a ordem social de acordo com o que se considera, num dado contexto social, a masculinidade e a feminilidade como partes dos atributos sexuais, naturais e que condicionam as capacidades das pessoas para realizar qualquer atividade ou ocupar qualquer posição social foi durante séculos naturalizada, subjugando, por um lado, a mulher a maternidade e ao amor à criança pequena e, por outro, sujeitando o homem a assumir o papel repressor e agressivo.

À guisa de conclusão: a importância dos estudos de masculinidades

O presente artigo buscou refletir sobre os estudos de masculinidades em suas mais variadas nuances, evidenciando a multiplicidade de conceitos sob uma das várias óticas possíveis. Procurei, ao longo das análises, não negligenciar as personagens femininas, posto que

> [...] considerar a masculinidade e os homens objetos *específicos* dos estudos da masculinidade acarreta consequências teóricas e políticas sérias. [...] Teoricamente, ao trabalhar a partir de uma divisão ingênua entre masculinidade e feminilidade, não incorpora as severas críticas das políticas de identidade, a complexificação do estudo de objetividade e a centralidade das reflexões sobre as relações de poder que configuram

> os objetos que se relacionam diretamente a sexo, a gênero ou a ambos. (MEDRADO, 2008, p. 825).

De maneira similar, as bases teóricas dos estudos de masculinidades ainda estão em transição. Muito ainda é debatido e muitas conceituações estão sendo reformuladas, refutadas, incorporadas. Paralelamente, a crônica contemporânea de Fabricio Carpinejar permite aos leitores repensar o papel do homem e da mulher na atualidade, visto que os estereótipos presentes ao longo da leitura não são refutados pelos leitores do blog e das redes sociais do escritor, por exemplo. Em uma pesquisa, ainda que informal a esses meios de comunicação virtuais, não li nenhum comentário de leitores que divergissem da cena descrita na crônica analisada. Para a minha surpresa, houve um reconhecimento de tais atitudes, expressas em comentários que ora elogiavam a perspicácia de Carpinejar em escrever sobre algo tão atual e verdadeiro ora exemplificavam o conteúdo da crônica com acontecimentos de cunho pessoal.

Em vista disso, acho pertinente ressaltar que é possível, sim, identificar-se com tais acontecimentos. Contudo, é, para dizer o mínimo, perigoso transformar tais ações em representações gerais de ações ditas masculinas e femininas, visto que generalizar e solidificar as ações, separando-as em grupos distintos, exclui qualquer possibilidade de dar voz a representações que fujam da homogeneidade, daquilo que é tido como tradicional. Sob esse viés, é mister analisar, rejeitar e combater, quando necessário, discursos e posicionamentos totalitários. Assim, como lembra Costa (2002):

> Parece-me que as histórias têm sido contadas sob *uma* perspectiva masculina, por *uma parte* dos homens. Assim, os estudos sobre masculinidades poderiam ser vistos também como uma forma de mostrar outras perspectivas masculinas e de dar voz aos outros homens que, devido à sua raça, classe, orientação sexual, nunca puderam contar suas histórias. (p. 220).

Os estudos de masculinidades, por fim, são importantes porque possibilitam que indivíduos anteriormente negligenciados e silenciados tenham voz, sendo, portanto, uma possibilidade real de desconstrução do machismo institucionalizado que se expressa cotidianamente em nossa sociedade, mascarados, por vezes, como tentativa de humor. Cabe ressaltar que reforçar modelos patriarcais faz com que vários outros sejam silenciados e até mesmo desacreditados por não fazerem parte do modelo hegemônico imposto. Propiciar uma "crise" masculina é necessária, pois ela faz com que conceitos engendrados, que englobam apenas uma parcela da população sejam repensados e redefinidos, uma vez que

> [...] é preciso romper com modelos explicativos que, via de regra, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas são assim, mas que não apontam como ou por que as coisas assim são, mas que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas... que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva. Apostamos na necessidade de abrimos espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas. (MEDRADO; LYRA, 2008, p.833)

Referências

BADINTER, Elisabeth. **XY:** Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. ***A* dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e submissão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARPINEJAR, Fabrício. **Onde estão os ovos?.** Disponível em: <http://carpinejar.blogspot.com.br> Acesso em: 15 jan 2016.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos feministas**. vol. 21., 2013, p.241-282.

COSTA, R. G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B. D. et al. (Ed.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

COURTINE, J. J. Impossível Virilidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.J; VIGARELLO, G. **História da virilidade.** Petrópolis: Editora Vozes, p.8-12.

GOLDENBERG, Mirian. O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia. In: GOLDENBERG, Mirian. (Org.). **Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HALBERSTAM, Judith. **Female Masculinities.** Durham: Duke University Press, 1998.

LEHNEN, Jeremy. Machos em crise? A masculinidade nos romances de Daniel Galera. In: BARBERENA, R; DALCASTAGNÈ, R. (Orgs.). **Do trauma à trama:** o espaço urbano na literatura contemporânea. Porto Alegre: Luminara Editorial, 2015, p. 273-300.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. In: **Estudos feministas.** vol. 16., no. 3., 2008.

PAECHTER, Carrie. **Meninos e meninas:** aprendendo sobre masculinidades e feminilidades. Tradução: Rita Terezinha Schmidt. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (Orgs.). **História dos homens no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.
RAMOS, M. S. Um olhar sobre o masculino: reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade. In: GOLDENBERG, Mirian. (Org.). **Os novos desejos:** das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.43-59.

SIMON, L. C. **Duas ou três páginas despretensiosas**: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas. Londrina: EDUEL, 2011.

TREVISAN, J. S. O espetáculo do desejo: homossexualidade e crise do masculino. In: CALDAS, Dario (Org.). **Homens**. São Paulo: Senac, 1997.

DE LEVITÍCOS À LEVY: DISCURSOS LGBTFÓBICOS CONSTRUINDO PRÁTICAS E VICE VERSA

Hudson Louback Coutinho da Silva [1]
Janaina de Fátima Zdebskyi [2]
Luiz Felipe Florentino [3]

Introdução

Para iniciar esse debate, partimos dos questionamentos de Michael Foucault (2013) que interroga "o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falar e de seus discursos proliferarem indefinidamente?" (p.8). Ao desenvolver esse debate, Foucault nos apresenta a ideia de que os discursos são produzidos e essa produção é "controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos" (p. 9).

Podemos considerar que entre esses mecanismos de controle do discurso temos procedimentos de exclusão e de interdição, os quais em dialogo com Michel de Certeau (1982) podemos considerar que são como o "lugar social", ou seja, aquele que permite e que proíbe, aquele que permite apenas um tipo de produção – de discurso – e lhe proíbe outros, representando assim o "papel de uma censura com relação aos postulados presentes na analise" (p. 69), sendo assim, a história para Certeau (1982), assim como o discurso para Foucault (2013) permanecem configurados pelo sistema no qual se elaboram.

Foucault (2013) também considera que os discursos não são elementos transparentes ou neutros, mas sim elementos onde se

[1] Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – hud.louback@hotmail.com.
[2] Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí; Graduanda e Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – janazdebskyi@gmail.com
[3] Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – l.f.florentino@outlook.com

exercem alguns dos mais temíveis poderes, constituindo-se assim como um elemento ligado com o desejo e com o poder. "O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2013, p. 10). Nesse sentido, compreende-se que os discursos são uma prática e, além de serem produzidos, produzem também outras práticas e mecanismos de relações de poder. Sobre esse aspecto, Michel de Certeau (1994), também deu suas contribuições a respeito dos poderes do discurso ao constatar que as palavras digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser verdadeiras sentenças de morte.

Ainda estabelecendo um dialogo entre Michael Foucault e Michel de Certeau, aquilo que Certeau (1982) trata como o "lugar social" que é o que permite e o que proíbe, está também relacionado com os mecanismos de legitimação do discurso para Foucault (2013), são diversos esses mecanismos e aparelhos que tão efeito de verdade aos discursos proferidos, entre eles podemos considerar que estão a mídia, o sistema educacional, a ciência, a igreja, a literatura e até mesmo a política. Nesse sentido, também existem mecanismos de desqualificação do discurso, entre eles está o estigma da loucura, por exemplo.

Além dos mecanismos de legitimação dos discursos é preciso considerar a questão da apropriação social dos discursos e dos saberes e poderes que eles trazem consigo. Esses mecanismos são instrumentos capazes de dar aos indivíduos acesso a esses discursos e apropriar-se deles e das relações de poder que estão neles implicadas (FOUCAULT, 2013), podemos considerar que a mídia é um desses mecanismos que propaga discursos que são proferidos, permitindo que uma grande massa se aproprie deles.

Considerando esses fatores, esse artigo se trata de uma análise comparativa entre os escritos bíblicos do livro de Levíticos e os discursos proferidos pelo candidato à presidência da República Levy Fidelix em debate eleitoral em setembro de 2014, no sentido de perceber a permanência dos conteúdos desses discursos que em dois diferentes períodos e contextos se constitui como um objeto de análise possível para compreender como as práticas e pensamentos lgbtfobicos vêm se perpetuando.

Uma análise dos discursos:

Os debates da campanha presidencial da República Federativa do Brasil em 2014 foram marcados por momentos de tensão e discussões polêmicas, mas também pelo discurso lgbtfóbico do candidato à presidência da república Levy Fidelix. Esse discurso foi ao ar no dia 28 de setembro através do debate exibido pela TV Record. Ao ser indagado pela também candidata a presidência, Luciana Genro do PSOL com a seguinte pergunta:

> Levy, não vou fazer conversa de comadre contigo, vamos debater uma coisa que talvez nós tenhamos uma diferença. Os homossexuais, travestis, lésbicas, sofrem uma violência constante. O Brasil é campeão de mortes da comunidade LGBT. Porque que as pessoas que defendem tanto a família se recusam a reconhecer como família um casal do mesmo sexo?

Levy Fidelix responde de maneira até então inesperada, fazendo com que a própria plateia irrompesse em risos nos intervalos de sua fala:

> Jogou pesado aí agora. Nessa aí você jamais deveria entrar. Economia tudo bem... Olha minha filha, tenho sessenta e dois anos, pelo que eu vi na vida . E digo mais! Digo mais! Desculpe, mais aparelho excretor não reproduz! É feio dizer isso, mas não podemos, jamais gente... Eu que sou um pai de família, um avô! Deixar que tenhamos, esses que ai estão, achacando a gente no dia a dia, querendo escorar essa minoria, a maioria do povo brasileiro! Como é que pode um pai de família, um avô ficar aqui escorado por que tem medo de perder voto? Prefiro não ter esses votos, mas ser um pai, um avô que tem vergonha na cara, que instrua seu filho, que instrua seu neto e vamos acabar com essa historinha! Eu vi agora o padre... O Santo Padre, o Papa, expurgar! Fez muito bem... do Vaticano um pedófilo! Está certo! Nos tratamos a vida toda com a religiosidade... pra que nossos filhos possam encontrar realmente um bom caminho familiar. Então Luciana, eu lamento muito! Que

> façam um bom proveito os que querem fazer e continuar como estão, mas eu, presidente da República, não vou estimular. Se está na lei que fique como está, mas estimular jamais! A união homo afetiva.

E na replica continua:

> "Luciana, você já imaginou que o Brasil tem 200 milhões de habitantes. Se começarmos a estimular isso aí daqui a pouquinho vai reduzir pra 100. Vai pra Paulista e anda lá e vê, é feio o negócio, né. Então, gente, vamos ter coragem, nós somos maioria, vamos enfrentar essa minoria. vamos enfrentar, não ter medo de dizer que sou pai, mamãe, vovô. E o mais importante é que esses, que têm esses problemas, realmente sejam atendidos no plano psicológico e afetivo mas bem longe da gente, bem longe mesmo por aqui não dá".

Ao analisarmos as palavras do candidato vemos um discurso de ódio explícito, o qual é baseado na religiosidade para proferir suas ideias. Vemos isso quando o candidato ressalta a incapacidade reprodutiva de um casal homossexual, mostrando que em sua perspectiva baseada na religiosidade vê o casamento como tendo um único objetivo: a reprodução. Mostra ainda grande dificuldade em ver o casamento fora dos padrões estipulados pela Igreja. Como o candidato disse: "dois iguais não fazem filho". Em nenhum momento Levy cita o fato de o Brasil ser "campeão" em mortes LGBTs. O candidato em questão afirma que a maioria tem que lutar contra a minoria e que como presidente não estimularia, ou seja, não se preocuparia com as necessidades e direitos que o grupo LGBTs enfrenta. Sem contar com a visão distorcida que associa homossexuais a pedófilos, disseminando um discurso errôneo e de ódio, mostrando total desrespeito, quando em sua resposta para Luciana Genro ele diz que "Eu vi agora o padre... O Santo Padre, o Papa, expurgar! Fez muito bem... do Vaticano um pedófilo! Está certo! Nos tratamos a vida toda com a religiosidade... pra que nossos filhos possam encontrar realmente um bom caminho familiar."

Com relação à ser "campeão" em mortes LGBTs, é importante observamos os dados presentes no relatório anual sobre os assassinatos de homossexuais, do Grupo Gay da Bahia (GGB) referente ao ano de 2015, onde consta que 318 LGBT foram assassinados no Brasil neste período, sendo 52% gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais. Se levarmos em consideração o número de mortes do ano anterior, podemos observar uma queda de oito mortes, porém como destaca o antropólogo Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia e fundador do GGB "Nada garante que o decréscimo de 8 mortes entre 2014-2015 represente uma tendência previsível para os próximos anos, a menos que políticas públicas e leis condenatórias sejam aprovadas e efetivadas em nosso país". E infelizmente o que observamos, é um aumento do discurso contra tais politicas, que busquem diminuir o numero de violência e morte entre o grupo LGBT.

Considerando esses fatores, é alarmante que mesmo proferindo um discurso como este, que chocou grande parte da população brasileira que tem acesso aos meios de comunicação, o candidato em questão recebeu no dia 05 de outubro 446.878 votos, o equivalente a 0.43% do número total de votos[4] conquistando o 7º lugar no primeiro turno. Dessa forma buscamos elucidar as permanências do caráter religioso em discursos políticos e os motivos que levam estes discursos assumirem descaradamente a homofobia como bandeira, sendo que a religiosidade citada pelo próprio candidato, provinda da Antiguidade, não se limita a isso.

No Antigo Testamento da Bíblia Sagrada, que junto ao Novo Testamento formam as bases escritas do cristianismo, estão presentes discursos semelhantes ao do presidenciável. Os que mais se destacam são os livros cuja autoria é atribuída a Moisés e que professam o que conhecemos hoje por homofobia abertamente, como é o caso destes dois exemplos que destacamos do Livro de Levítico: "E não te deves deitar com um macho assim como te deitas com uma mulher. É algo detestável" (Levítico: Capitulo 18. Versículo: 22.) Ou ainda, "E quando um homem se deita com um

[4] Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

macho assim como alguém se deita com uma mulher, ambos realmente fazem algo detestável. Sem falta devem ser mortos. Seu próprio sangue esta sobre eles". (Levítico: Capitulo 20. Versículo: 13).

Diante disso questões relacionadas aos motivos da permanência destes discursos mesmo após mais de milhares de anos surgem. Para entendermos melhor esta questão, temos que ter em mente a ideia de "herança cultural", a construção e a prática de processos que resgatam características específicas, fazendo-as permanecerem e se perpetuarem, cruzando até mesmo a fronteira entre diferentes sociedades. O historiador espanhol Josep Fontana reconhece na utilização da história em diferentes períodos um papel didático:

> "Desde os começos, nas manifestações mais primárias e elementares, a História tem tido sempre uma função social – geralmente a de legitimar a ordem estabelecida -, ainda que tenha tendido a mascará-la, apresentando-se com a aparência de uma narração objetiva de acontecimentos concretos" (FONTANA, 1998, p. 17).

E exemplifica,

> "Também as representações figuradas nos monumentos públicos guardam objetivos semelhantes. Os relevos do Egito faraônico ou as pinturas maias não só estavam destinados a perpetuar a memória dos soberanos, como também tinham uma função didática: a de recordar os fundamentos religiosos e profanos do sistema social vigente, tal como deviam explicá-los verbalmente os sacerdotes. As cenas de triunfos militares em que nunca falta a representação dos mortos e dos vencidos, serviam de advertência de que qualquer intento de subverter a ordem estabelecida seria reprimida duramente, tanto se procedesse de inimigos de fora como se dissidentes de dentro" (FONTANA, 1998, p. 17).

É partindo destes resgastes de elementos específicos do passado para legitimar o presente que analisaremos a permanência de elementos provindos da Antiguidade do discurso do candidato

em questão e na própria consolidação do cristianismo. Podemos observar este processo já na formação do cristianismo, onde foi necessário lançar bases nos ensinamentos judaicos citados à cima, também convém lembrar que séculos mais tarde o imperador Constantino que governou o Império Romano de 306 a 337 e que decretou o cristianismo como religião oficial de todo o império não o fez por acaso, mas sim por necessidade de estabilidade política. Mais tarde com a fragmentação do Império Romano a Igreja Católica ganhou ainda mais forças e pôde constituir um espaço de amplo poder e garantiu assim grande influência e participação política nas sociedades que surgiram no território europeu após esta fragmentação. O historiador Josep Fontana quando aborda o papel político histórico que a Igreja exerceu no Ocidente destaca uma célebre frase de Hobbes, "o papado não é outra coisa que o fantasma do defunto Império romano, que se senta coroado sobre sua tumba" (FONTANA apud HOBBES, 2005, p. 28), nos fazendo refletir sobre o resgate de elementos da Antiguidade para legitimar diferentes contextos.

A influência da Igreja permaneceu forte por mais de mil anos na Europa, principalmente em países como Portugal e Espanha. É neste ponto em que o Brasil surge como objeto de análise. Sendo colônia de Portugal, foi um dos principais atingidos pelos movimentos da contra reforma, assim o catolicismo instalado permaneceu forte na colônia com tanta intensidade que mesmo após sua independência em 1822 permaneceu como religião oficial, pois já estava arraigado firmemente na cultura da nação na época, e atualmente ainda estão presentes elementos que nos fazem lembrar do status que gozava neste período e os que ainda goza.

O cristianismo ainda está fortemente presente no Brasil de hoje, isso pode ser confirmado com a breve apreciação de elementos políticos e sociais, como por exemplo, a inscrição "Deus seja louvado" nas cédulas do Real a moeda corrente, nos crucifixos presentes em tribunais e departamentos públicos e até mesmo no nome da moeda que foi utilizada em vários momentos no Brasil do sec. XX, o cruzado, nome de moeda criada em Portugal ainda no

sec. XIV que fazia referência explicita as cruzadas[5] assim sua utilização no Brasil pode ser vista como uma espécie de resgate de uma suposta cultura descendente de Portugal e do Catolicismo.

É perceptível que diferentes sociedades e formas de governo buscaram em sociedades anteriores, elementos políticos e culturais para manterem-se firmes, utilizando-os como ferramenta política, como no caso do Império Romano cuja criação de uma religião oficial coincidiu com a tentativa de estabilizar o império, ou no caso de Portugal que enquanto um país europeu buscou através da Igreja Católica reafirmar sua posição de herdeira da civilização do Império Romano e garantir o apoio religioso nos seus planos de expansão comercial e o do Brasil, nação na qual o catolicismo foi incutido ao longo dos séculos, e que hoje é uma "República Federativa" derivada dos modelos de república Greco-romana. Mas o ponto mais importante é análise de quais elementos específicos são resgatados. O porquê este político decidiu se basear em trechos lgbtfóbicos da Bíblia Sagrada e não nela como um todo. No Antigo Testamento, por exemplo, também há passagens como a seguinte:

> Caso um homem tenha um filho obstinado e rebelde, que não escuta a voz de seu pai nem a voz de sua mãe, e eles o tenham corrigido, porém, ele não os queira escutar, então seu pai e sua mãe têm de pegar nele e trazê-lo para fora aos anciãos da cidade dele e ao portão do seu lugar, e têm de dize aos anciãos da sua cidade: 'Este filho nosso é obstinado e rebelde; não escuta a nossa voz, sendo glutão e beberrão. Então todas da cidade têm de atirar ele pedras e ele tem de morrer. Assim tens de eliminar o mal do teu meio, e todo o Israel ouvirá e deveras ficará com medo (Deuteronômio: Capitulo: 21. Versículos: 18-21).

O texto acima incita a violência e a punição com morte aos filhos desobedientes, mal educados, mas vemos que em momento algum o candidato, mesmo afirmando ser um defensor da família conservadora utilizou o que está presente no texto acima em sua campanha, mesmo também fazendo parte do Antigo Testamento e

[5] Charles R. Boxer. *O império marítimo português 1415-1825*, p. 40.

da religiosidade citada por ele. Dessa forma somos levados a pensar nos motivos que levaram o candidato a resgatar do Mundo Antigo um discurso lgbtfóbico e não um discurso educador de cunho ultraconservador. Certamente foi por motivos de campanha, uma estratégia política para atrair um tipo específico de eleitor, fator que fica evidente nos dados; basta comparar seu desempenho em 2010 no qual atingiu apenas 57.960 votos (0,06 %) com o de 2014 com 446.878 votos (0.43%).[6]

Nesse sentido, vemos que o discurso de Levy se baseia em um posicionamento cristão fundamentalista, tendo em conta que os fundamentalistas consideram que o papel das mulheres cristãs seria o de reconduzir seus maridos ao centro dos acontecimentos e salvar os filhos, a família e a sociedade; para isso, a família e o fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero ganham estatuto de espiritualidade, fé e militância. Para isso, nesses papeis tradicionais de gênero, coube "aos homens o mandado divino de exercer autoridade sobre mulheres e crianças. Deus comanda os homens da mesma maneira que o poder masculino comanda as mulheres e as crianças" (SILVA, 2006, p. 19), para exemplificar, ela cita a afirmação de Schaeffer (2000):

> É maravilhoso ter um pai que é uma rocha, uma fortaleza, uma defesa contra ataques, um conselheiro, um abrigo contra os inimigos. É maravilhoso ter uma mãe que pode se concentrar no ensino, sendo sensível às necessidades d criança, compassiva, aconchegante e carinhosa, capaz de criar um ambiente especial no lar, enquanto serve as refeições, cuida das roupas e faz algumas das outras coisas relacionadas em Provérbios 31. (...) É importante ensinar aos meninos que um dia você vai ser pai que vai amar e cuidar dos seus próprios filhinhos. Precisamos ensinar às meninas que é maravilhoso ser mãe (...). Enquanto o papai fica fazendo outras coisas para preparar um lar para o bebê ficar feliz e depois poder aprender, a mamãe fica livre para ter o bebê crescendo dentro dela (SCHAEFFER, 2000, p. 52 *apud* SILVA, 2006, p. 19).

[6] Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Considerando a argumentação exposta, fica explicito que os princípios fundamentalistas empreendem em combater práticas de expressão de sexualidade fora dos padrões heteronormativos, considerando que seriam desvios aos papeis tradicionais de gênero e por isso se configuram como afrontas ao projeto fundamentalista de sociedade.

Como a candidata Luciana Genro do PSOL citou "O Brasil é campeão de mortes da comunidade LGBT", ou seja, possui um grande número de lgbtfóbicos que provavelmente se identificaram com o seu discurso, como mostram os dados. Vemos que houve um aumento de 0.37% no número de votos, ou seja, 388.918 eleitores novos, que provavelmente foram atraídos pela postura que o candidato assumiu nesta campanha em particular, diferentemente da campanha de 2010.

Contudo em momento algum do seu discurso o presidenciável aborda a educação, nem os métodos educacionais brutais do Antigo Testamento nem uma educação atual e inovadora. Talvez seja pelo fato de que uma educação de qualidade é transformadora, e que pessoas mais instruídas teriam maior capacidade de compreensão do local social que se encontram, ou tenham acesso a um arsenal de ideias e reflexões que as torne menos preconceituosas, ou que geralmente o acesso à informação possibilita uma visão mais abrangente das diferenças e uma melhor aceitação delas, mas também uma maior capacidade de reflexão na hora de escolher um candidato.

Considerações finais

É importante refletir sobre os motivos que permitem discursos, como os de Levy, serem proferidos atualmente, refletir sobre os processos que ocorreram ao longo da História que permitem que pensamentos preconceituosos como este ainda estejam presentes e sejam resgatados da Antiguidade para fazerem parte do nosso cotidiano. Também é importante analisar o que é resgatado do passado, os motivos pelos quais algumas ideias perduram e outras são descartadas, pelo simples fato de serem

convenientes ou não para as classes dominantes, e para projetos de governos e candidatos ao governo nos diferentes períodos da História, tanto na Antiguidade como atualmente.

Por fim, temos que considerar que por vezes um discurso de ódio como o do candidato em questão pode ser mascarado como liberdade de expressão, sejam eles propagados e fundamentados por meio da mídia, política ou religião. Devemos ter em mente os discursos são em si práticas e também mobilizam práticas, além de mover pessoas a se posicionarem contra ou a favor de ideologias. Assim, nos casos de discursos lgbtfóbicos, e preconceituosos vemos essa prática como um mobilizador do aumento do preconceito e da intolerância, causando danos reais a toda essa população marginalizada, inclusive violências e mortes.

Salientamos que quem prolifera tais discursos é responsável pelos danos que eles causam nas vidas de várias pessoas que sofrem com o preconceito e a segregação cotidiana por serem LGBTs, por isso, antes de tomar a palavra é preciso refletir sobre o poder que os discursos têm, suas reverberações e consequências sociais e antes de sermos afetados pelos discursos que ouvimos precisamos analisar em que eles se embasam e em quais projetos de sociedade se fundamentam.

Referências

BÍBLIA, Português. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 2003.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, M. "A operação historiográfica" (1974). In CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 56-109.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

DEBATE DOS CANDIDATOS Á PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **O Voto na Record 2014 Debate**. São Paulo: Rede Record, 28 de setembro de 2014. Programa de TV.

FONTANA, Josep. A Europa diante do espelho. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório anual sobre os assassinatos de homossexuais referente ao ano de 2015.** 2015.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970: São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SILVA. Eliane Moura da. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, Sandra Duarte (org.). **Gênero e Religião no Brasil: Ensaios Feministas.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. pp.10-43.

GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADES: CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Jésica Hencke[1]
Lauren Carla Escotto Moreira[2]

Introdução

O processo de naturalização e aceitação social de determinados termos, ocasiona um atravessamento conceitual inebriado pela não compreensão de seus sentidos, em especial, numa sociedade alicerçada no capitalismo que visa à transformação dos seres humanos em consumidores em potencial, assim, pode-se dizer que há certa nebulosidade entre os termos gênero, corpo e sexualidades. Questiona-se, neste ensaio: Quais concepções de corpo, gênero e sexualidades se tornaram naturalizadas? O que implica essa naturalização? Que discriminações, exclusões tais concepções constroem?

Neste movimento de escrita, diferenciam-se os termos corpo, gênero e sexualidades para que se possa propor uma ação inversa e pensar o processo de naturalização e suas implicações na formação da identidade cultural que ocorre mediante aquilo que nego, que descaracterizo e não concebo como quem sou ou o que quero ser. Visto que, na atualidade, há uma hibridização das relações, perpassada por ações sexistas, propagandas que delegam funções segundo o gênero, pichações em paredes que buscam promover um ponto de vista, mas determinam maneiras de formar guetos, tais como: "ser heterossexual é tão gay" (fala pintada na

[1] Mestre em Educação e Tecnologia – IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias Sul-rio-grandense, Campus Pelotas; Licenciada em Artes Visuais; professora da rede pública estadual. jesicahencke@gmail.com.
[2] Mestre em Educação e Tecnologia – IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias Sul-rio-grandense, Campus Pelotas; Licenciada em Letras Literatura Português/Inglês; professora da rede pública estadual. lalauzinhaster@hotmail.com.

parede de uma universidade pública), "sou free, sou tri, sou gay" (expressões em espaços acadêmicos, na busca de conquistar um lugar e ter liberdade de expressão). Cabe destacar que o corpo e as sexualidades estão diretamente implicados na economia. Eles vendem formas de se comportar e formas de ser e de viver a sexualidade e o corpo. Para dar conta deste processo investigativo e questionador, utilizaram-se os estudos de LOURO (1999), GREINER (2005) e PRECIOSA (2005).

As mudanças governamentais ocorridas nos últimos anos, provenientes de governos de esquerda na América Latina, visam, em sua maioria, valorizar a diversidade como mola propulsora para as transformações sociais, colocando em evidência as minorias, cuja intenção é romper com o rastro colonial marcado pelo sexismo. O termo sexismo refere-se a um tratamento indiscriminado que valoriza o ser humano em decorrência do sexo a que pertence, trata-se de uma forma de subalternização, marginalização e até mesmo exclusão de pessoas ou grupos com base em seu sexo, provém de um pensamento fundamentado na biologia e reflete formas de poder que perpassam determinados ambientes sociais, transformando-se num processo definidor de identidades.

A produção de identidades está atrelada ao processo de construção de representações sociais de grupos e indivíduos, num fluxo implicado com questões políticas e de poder, na medida em que, destacam posições de hierarquia e valorização diferenciadas no âmbito social. Dentro deste contexto o termo representação, tem o sentido de estar no lugar de, substituir, ao influenciar e transformar a vida das pessoas, ajudando-as a viver melhor ou não, pode criar ambientes de desigualdade e sofrimento. Representar remete a possibilidade de formar padrões, guetos, enquadramentos social. A teoria da representação social nos instiga a definir, nomear, interpretar conjuntamente aspectos diferenciados da realidade diária, seu objetivo é simbolizar uma relação e interpretá-la dando-lhe significados, construindo uma identidade ou formas de ser "sujeito".

A representação social implica, genericamente, num binarismo entre sujeito e objeto, corpo e alma,

heteronormatividade[1] e homoafetividade[2], instigando a produção de hierarquias não problematizadas, aposta-se numa compreensão do corpo não binário formado por um gênero que experimenta e vivencia sexualidades, indo além de sua estrutura biológica. Dentro deste viés, entre a formação de identidades e a representação social, intenta-se perceber a sutileza que atravessa o movimento de naturalização de termos como gênero, sexualidades e corpo, ao questionar: Que concepções de corpo, gênero e sexualidade se tornaram naturalizadas? O que implica essa naturalização? Que discriminações e exclusões tais concepções constroem?

O corpo não é natural e sim, uma construção social. Neste contínuo processo de formação de um "eu" não "eu" e sim "potência" que compreende a transformação, a sensibilidade, os fluxos e devires, cujo ato primo é assumir posturas diferentes a cada contexto, Hall (2006) ajuda a pensar sobre o vínculo do sujeito à estrutura social, que advém pela ótica da identidade, tornando-o identificável, padronizado e previsível, formando massa, demarcando padrões, constituindo sexualidades para garantir a norma aceitável, ou seja, formas de pensamento e mobilidades binárias, como masculino-feminino, homossexualidade-heterossexualidade.

Para Sostisso (2013), há um encadeamento de influências que demarcam o que entendemos como nossa vida íntima, os afetos, a busca intensa pela felicidade, a autoconfiança, a sensibilidade, como se fosse previsível e definida por especialistas (médicos, psicólogos, psiquiatras, pedagogos, assistente psicossocial),

[1] **Heteronormatividade** (do grego *hetero*, "diferente", e *norma*, "esquadro" em latim) é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isto inclui a ideia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo têm certos papéis naturais na vida (https://pt.wikipedia.org/wiki/Heteronormatividade).

[2] **Homoafetividade** é a relação afetiva entre pessoas do mesmo sexo, que desejam o reconhecimento de seus direitos pela formação da parceria através de lei, ter o direito de casar e poder realizar todos os atos e direitos de uma sociedade natural, como as existentes de marido e mulher, conforme os bons costumes (www.significados.com.br/homoafetividade).

repleto de estratégias que fomentam o funcionamento da sociedade eurocêntrica e heterossexual.

Louro (1997) ressalta que vivemos num mundo de possibilidades dinâmicas:

> Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais [...]. O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 26, 27).

Não existe uma estrutura *a priori* que delimita a identidade de cada pessoa, refere-se a um processo em contínua transformação, independente do sexo biológico com o qual se nasce. Nossa sexualidade se constrói por meio das relações que estabelecemos com o corpo, o espaço físico social, a cultura, aprendizagens, conquistas e temores.

Nesta escrita, a intenção é articular conceito de gênero, sexualidades e corpo. O corpo é visto como uma superfície de inscrição marcada por crenças, desejos, conhecimentos, angústias, dúvidas, intensidades e aprendizagens, espaço de disputas sociais. As formas de conceber o corpo e a(s) sexualidade(s) mudam conforme a época em que vivemos. Ou seja, os conhecimentos produzidos sobre ele são provisórios e contingentes, a produção de corpos e identidades resulta, na maioria das vezes, de pedagogias que envolvem estratégias sutis, refinadas e naturalizadas, exaustivamente repetidas e atualizadas.

Sexualidade(s) pode ser demarcada como a forma de apresentar-se, de aceitar e demonstrar seu desejo por outra pessoa. Conceito que frequentemente se confunde com gênero. Enquanto que gênero aponta para as formas pelas quais sociedades e culturas produzem homens e mulheres e organizam/dividem o

mundo em torno de noções de masculinidade e feminilidade, a(s) sexualidade(s) tem a ver com as formas pelas quais os diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivem seus desejos e prazeres corporais, em sentido amplo. A(s) sexualidade(s) envolve processos culturais plurais, tais como rituais, linguagens, fantasias, desejos, corpos, prazeres, comportamentos e práticas (WEEKS, 1999; LOURO, 1999). A(s) sexualidade(s) está relacionada a uma variedade de experiências sociais, como a amizade, os romances, o prazer, o amor, o poder e as diferenças sexuais.

Corpo: possíveis leituras

Louro (2003) em seus apontamentos sobre o corpo baliza o pensar dicotômico que o envolve na tradição ocidental, demarcando-o como a parte menos importante entre as relações que estabelece: "corpo-alma, corpo-espírito, corpo-mente, corpo-razão". Dentro desta ótica, o corpo aparece como substrato orgânico, animal, instintivo que se opõe a capacidade de pensar, de raciocinar e estabelecer relações entre humanos, como se fossem polos separados e independentes. Contudo, a mesma autora demarca que os significados dos corpos deslizam, escapam, são múltiplos e mutantes, impossíveis de serem apreendidos dentro das artimanhas culturais. Incansavelmente, tenta-se apreendê-lo, categorizá-lo em gêneros, estigmatizá-lo conforme sua sexualidade ou formatá-lo como masculino/feminino, cuja tentativa primordial é ler, perscrutar um valor, inseri-lo numa cultura e enquadrá-lo em padrões.

Somos sujeitos de múltiplas identidades, nosso corpo é uma construção cultural, aquilo que somos e podemos vir a ser, o corpo se altera, transforma-se, transmuta-se com o tempo, pode vir a adoecer, tornar-se jovem, renovar-se em decorrência das transformações e influências sociais. "Os corpos não são, pois, tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades são uma decorrência direta das 'evidências' dos corpos" (LOURO, 2000, p. 08). O corpo é socialmente construído e influenciado, transforma-se, o gênero e a sexualidade produzem os corpos, influenciam e ditam normas, formas de agir e interagir socialmente.

Inebriado por este pensamento, Rosana Preciosa (2007) propõe uma desconstrução da ideia de um ser sujeito, único, autônomo e corporal. Sim, possuímos um corpo trivial que não é divisível em matéria e alma, muito menos uma organização de órgãos que propiciam sua funcionalidade, não se restringe ao discurso, ao que dele é dito, nem tampouco é apenas corporeidade. Não é estanque, não se cristaliza.

> [...] É engraçado pensar nesse eu endurecido, reativo, que esculpimos em nós mesmos. Basta pensar, por exemplo, no justo oposto disso, em nosso próprio corpo. Ele se modifica o tempo todo, do nascimento à morte. Células e células se substituindo incansavelmente. Somos sujeitos que não cessam de se autoproduzir. Nosso nome é irremediavelmente *mutação* (PRECIOSA, 2005, p. 33).

Ao ser "mutação", pensamos, atuamos, somos vivos, não nos encaixamos em modelos prescritos não somos bulas de remédios e menos ainda fluímos em pílulas homeopáticas. "Somos processos, produto dos encontros, das conexões que realizamos em nossa existência, nosso corpo é poroso e permeável, por isso mudamos" (PRECIOSA, 2005, p. 34).

O corpo humano mostra-se como um espaço de disputas, questionamentos, leituras, um mapa de inúmeras configurações, sejam elas sociais, culturais, sexuais, de práticas médicas, mágicas, científicas e cognitivas, cuja pele, espaço de superfície, transforma-se num entrelaçamento de sensações. "Cada sociedade tem seus hábitos próprios" (MAUSS, 1974, p. 403) adquiridos através dos ensinamentos transmitidos de forma geracional, alicerçado numa tradição que transmite técnicas corporais. "O corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem" (MAUSS, 1974, p. 407).

Neste ínterim de transformações, questiona-se, continuamente, o que pode o corpo? O que o corpo não aguenta mais? O corpo transforma-se num plano de inscrição de desejos, questionamentos, anseios, sexualidades, identidades de gênero, docilidades, disciplinamentos.

Pode-se destacar que, a sexualidade na cultura ocidental, refere-se ao modo como os indivíduos organizam e valorizam as questões referentes à satisfação de seus desejos e prazer sexual. Por sua vez, a identidade de gênero, compete ao processo de identificação do indivíduo com os atributos culturalmente considerados como masculino e feminino. Tais atributos são construídos imersos num contexto histórico-social-geográfico, incluindo gestos, modos de vestir, atitudes, hábitos corporais, posturas no andar, sentar, movimentar-se, no uso da voz e sua tonalidade, nos objetos de uso cotidiano e adornos.

> Ainda que gênero e sexualidade se constituam em dimensões extremamente articuladas, parece necessário distingui-las aqui. Estudiosas e estudiosos feministas têm empregado o conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; assim sendo, as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade. Por outro lado, o conceito de sexualidade é utilizado, nesse contexto, para se referir às formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais; nesse sentido, as identidades sexuais estariam relacionadas aos diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais. (LOURO, 2000, p. 63-64)

Dentro deste jogo entre desejo e prazer, o processo de separação, isolamento e vigilância impede o uso do corpo próprio de forma espontânea, Foucault (1987) destaca a importância da economia dos movimentos corporais, ao perquirir formas de disciplinamento, quase imperceptíveis, através de um processo de coerção ininterrupta que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos, o isolamento e a solidão. Perceber e ver os seres humanos como sujeitos sexuais possibilita desenvolver um processo de produção e controle de subjetividades, demarcado pela dicotomia homem/mulher. Dentro da perspectiva de Foucault (1987) o poder produz saberes, formas de dominação e gerenciamento dos corpos ao compreender a forma de

funcionamento de um corpo possibilita criar estratégias para a sua dominação.

Ler um corpo é reconstruí-lo, imerso nas múltiplas configurações sociais, cuja leitura modifica-se conforme o ponto de partida que se escolhe para olhar. Há transformações sociais que compreendem e interpretam o corpo de formas múltiplas, amparado no *habitus* de cada estrutura sociocultural. O corpo carrega anseios, inquietações e desejos internos, estende-se para além de seus limites físicos. Dentro dos limites físicos Bastide (1983) delimita a necessidade cultural em condicionar os reflexos e os ritmos de trabalho e repouso como se fôssemos máquinas, relógios despertadores, cuja construção social se dá atravessado por ritmos de pausas e atividades. Dentro desta lógica, visa manipular a existência corpórea como uma máquina de calcular, formada por reflexos condicionados, demarcando o horário de comer, dormir, acordar. "O sentimento de cansaço não é somente 'vivido' pelo corpo, ele é igualmente 'pensado' através de uma concepção antropológica ou cósmica de força vital" (BASTIDE, 1983).

Corroborando com este pensamento Foucault (1987), destaca que o tempo penetra no corpo, e com ele todos os controles minuciosos de poder. Um corpo disciplinado é a base para o gesto adequado, a economia do tempo, a execução da tarefa e a reprodução dos objetivos propostos. O corpo apresenta-se como uma massa a ser manipulada, questionada, transformada, uma superfície de inscrição moldada em cada plano cultural, uma máquina formatada para viver experiências, experimentações, transformações num processo ininterrupto, inquieto e instigante.

Imerso neste movimento de naturalização das necessidades corpóreas, o disciplinamento age, não apenas para singularizar, repartir e fragmentar corpos, mas sim, para compor forças em busca da eficiência que demarca o local que ocupa, como a engrenagem de uma grande máquina, que tenta entrar em sintonia no mesmo movimento de outros corpos. Foucault (1987) destaca que a disciplina produz individualidades, dotada de quatro características: celular; orgânica; genética; combinatória. Tais características, são desenvolvidas por táticas que constroem

contextos de convivência demarcado e delimitado pelo tempo e espaço, prescreve manobras e formas de agir em cada lugar, impõe exercícios que qualificam o tempo e economizam o uso dos movimentos, sendo estes precisamente calculados.

As extensões corporais superam sua carnalidade, elas adquirem consistência e consciência dentro da sociedade a qual pertence, indo além de seus limites físicos.

Assim, não existe socialmente algo que podemos denominar *corpo natural*¸ sendo este uma referência ao organismo, tal como figurado abstratamente no discurso da biologia, da anatomia e da fisiologia. Falar em corpo já implica em referir-se a uma subjetividade: sujeito psíquico, sujeito político, sujeito social, sujeito lingüístico (sic.), etc... (BIRMAN, 1994, p. 114).

Dentro desta perspectiva pode-se pensar o corpo como um constructo de relações que precedem o indivíduo: posturas religiosas, desenvolvimento orgânico, manifestações rituais, tabus, que demarcam o sagrado e o profano, puro e impuro, divino e demoníaco, assim como a estrutura do corpo que pode ser dividido entre direito e esquerdo, homem e mulher. "O universo inteiro está dividido em duas esferas contrastantes: coisas, seres e poderes atraem ou se repelem mutuamente, incluem ou se excluem mutuamente, dependendo do fato de gravitarem em direção a um ou outro dos pólos (sic.)" (HERTZ, 1980, p. 106). As polaridades se definem por características entre a força, o bem e a vida e, por outro lado, seu contrário, a fraqueza, o mal e a morte. Tal perspectiva, quando transposta ao corpo humano, faz emergir a assimetria existente entre os lados, a oposição que determina um equilíbrio entre as polaridades, a composição entre o feminino (profano) e o masculino (sagrado).

O corpo se constitui por camadas, sendo continuamente habitante e habitado pelos espaços que percorre, "[..] o corpo físico é a dimensão intermediária na qual o limite entre o interno e o externo, entre o ato puro de consciência e a operação estrutural do corpo se sintonizam" (TAKARASHI, 2003, p.148).

Inspirado por conceitos de identidade cultural, diferença e representação social, o corpo abarca múltiplos sentidos, sendo estes cambiantes, conforme o local que ocupam. Através da

linguagem, mostra-se possível a produção de identidades corporais instáveis e contingentes, têm-se a expectativa de que o corpo carregue marcas, as quais indicam sua ambiguidade e/ou seus estigmas. O corpo não é um continente seguro, de onde possam derivar definições acabadas sobre pertencimento social, há incompatibilidades e transformações que destoam da norma, da cultura e das exigências de cada âmbito cultural.

Pélbart (2003) demonstra que um corpo é continuamente encontro com outros corpos, água, brisa, luz, oxigênio, alimentos, sons, palavras, gestos, imposições culturais, normas e aprendizagens. Processos de aceitação e disciplinamento. Um corpo sofre com a dor, a doença, os estigmas, o medo, o pânico, as regras, sendo afetado pelas forças do mundo.

Extremidade porosa, permeável, adaptável e pulsante, o corpo, não aguenta mais o adestramento e a disciplina, a modelagem e a docilização que ocorre por meio de técnicas disciplinares, da maximização da produção com o mínimo de tempo gasto, atravessado por técnicas e tecnologias que otimizam suas forças e endurecem sua capacidade de sentir e viver sensações. Sensações, neste ínterim, compreendida como a capacidade de se permitir viver experiências que valorizam a vida, que transformam a maneira de perceber o mundo e seus acontecimentos.

> Com isto, ele também não suporta mais o sistema de martírio e narcose que primeiro o cristianismo e a medicina em seguida, elaboraram para lidar com a dor, um na seqüência (sic.) e no rastro do outro: culpabilização e patologização do sofrimento, insensibilização e negação do corpo (PELBART, 2003, p. 72).

O corpo vive imerso em paradoxos: isolamento, solidão, pânico, medo de um lado, alastramento, pertencimento e participação social por outro. Não conhecemos nosso corpo em sua integralidade, não vemos nossas costas, cabeça, rosto, o percebemos pela narrativa de outras pessoas ou por dispositivos que permitem sua captura e apresentação. Vivemos imersos num contínuo processo de transformação sociocultural e corporal

intangível a nosso olhar, somos incapazes de enxergar o próprio corpo, mas, mesmo assim, nos enquadramos e seguimos os ensinamos culturais que nos são repassados durante o processo de aprendizagem para tornarmo-nos humanos.

O entremeio: gênero, corpo e sexualidade(s)

O conceito de gênero como categoria, segundo Louro (2000), abrange ideias de feminino e masculino, geração, raça, cor, etnia, classe social, não se restringe ao binômio menino/homem e menina/mulher, não é biológico, mas, sim, sociocultural, dinâmico e modular (não é cíclico, está em contínua transformação). As referências aos gêneros não são meras características biológicas do corpo, mas sim construção social, histórica, datada e localizada, configura-se em uma categoria conceitual, já que ninguém nasce homem/mulher, menino/menina e sim se constituem a partir de efeitos discursivos.

O ser humano sociocultural se constitui a partir das relações que estabelece junto ao outro, aquele cuja presença possibilita a construção de sua identidade, a percepção de que é apto a agir e interagir num determinado espaço-tempo-geográfico e social, a partir do uso do seu corpo enquadrado num determinado gênero, exercendo sua sexualidade a partir de escolhas conscientes. Vale destacar que, a sociedade, envolve-se em ideologias que instigam a criação de corpos pré-fabricados pela indústria cultural, formado por modelos, mídias e padrões. Inebriado por está nuvem de posturas e identidades sociais, surge questionamentos, dúvidas, dificuldades no processo de identificação.

"Você é como? Eu sou..." Pretenso questionamento apresentado por Preciosa (2005) numa instigante narrativa acerca das imposições sociais no processo de formação do ser homem/menino e do ser mulher/menina, a mesma constrói um diálogo acerca dos "depósitos" e projeções futuras com base no jogo de identidades traçado por detrás da afirmação: "aposto o que vai ser quando crescer".

Neste jogo de falas, constrói-se personalidades, demarca-se posturas e espaços sociais. Com apoio da narrativa de Preciosa (2005), visualiza-se que nós, seres humanos, sofremos um processo de "embrulhamento" em adjetivos tecidos nas tramas de relações familiares, escolares e culturais, onde ocorrem deslocamentos e mudanças identitárias.

> [...] Com toda essa narrativa, vem junto um amontoado de valores, formas de pensar, sentir e agir que nos acompanham. Uma espécie de mochila já previamente abarrotada que depositam em nossas costas, sem ao menos nos perguntar se é isso mesmo que planejávamos carregar em nossa incursão pelo mundo exterior (PRECIOSA, 2005, p. 31).

Esta "mochila" está carregada de concepções de sexualidades enaltecendo a ótica da norma a ser assumida e reproduzida, cujo padrão é reiterado constantemente por instituições sociais – como a medicina, a psicologia, a pedagogia, a família, a igreja – e práticas culturais – televisão, propagandas, cinema, desenhos, arte, entre outros. De tal modo, somos constantemente interpelados por diferentes estruturas pedagógicas, que nos ensinam valores e saberes que visam nossa constituição enquanto sujeitos de gênero e sexualidades.

Hall (2006) ajuda a pensar esta problemática ao romper com um modelo prescrito de identidade, tencionando e problematizando o ideal do sujeito moderno racional, assim, nos permitindo ponderar para além das verdades únicas, ao propor outras formas de experienciar e viver as sexualidades e o gênero.

Louro (2000) destaca que as práticas de linguagem presente nas sociedades constituem sujeitos femininos e masculinos, produzem "marcas" nos corpos disciplinados, onde há um envolvimento de diversas instituições, através de pedagogias que reitera identidades e práticas hegemônicas, enquanto recusa outras identidades, produzem sujeitos de forma plural e permanente.

Os sujeitos são participantes ativos na construção de suas identidades, envolve o "autodisciplinamento e o autogoverno", há um investimento do próprio sujeito em afirmar uma identidade, um modelo social aceitável que determina sua sexualidade e seu gênero. A autora supracitada também fala dos corpos que escapam, que desviam destes valores e saberes transmitidos pelas pedagogias culturais.

> Os significados dos corpos deslizam e escapam, eles são múltiplos e mutantes. Até mesmo o gênero e a sexualidade – aparentemente deduzidos de uma "base" natural - são atributos que se inscrevem e se expressam nos corpos através das artimanhas e dos artifícios da cultura. Gênero e sexualidade não são definições seguras e estáveis, mas históricas e cambiantes (LOURO, 2003, s.p.).

O corpo, como um projeto, torna-se um empreendimento que está sujeito a mudanças, sendo construído por influências externas, desejos, inquietações e transgressões. "A sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política [...] é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos", logo, a sexualidade está envolta numa névoa de sensualidade, rituais, linguagens, representações, símbolos e convenções (LOURO, 2000, p. 5).

O pensamento de Derrida (apud. GREINER, 2006, p. 24) torna-se, nesse momento, importante, uma vez que nos potencializa a pensar em outra leitura do corpo: "anarquista, não orgânico, acéfalo e vital", cuja aprendizagem se efetua pelas fendas, as rupturas e rachaduras, os entremeios e as possibilidades, destoando do corpo moderno e sua premissa universalizante.

Na esteira de Sostisso (2013), o ser humano não é um sujeito uno, possuidor de uma identidade estável ou uma entidade histórico-universal, mas é "um artefato cultural e histórico, alvo de uma multiplicidade de tipos de trabalhos, de vetores de forças, de investimentos" (p. 79), sendo plural, diverso e construído em meio às relações "reais" e "virtuais".

Algumas ponderações

Dentro deste emaranhado conceitual cabe destacar que o termo sexo serve para descrever as diferenças anatômicas básicas (internas e externas) do corpo, que diferenciam homem/mulher. Para distinguir homens e mulheres num contexto histórico emprega-se o termo gênero, sendo que identidade de gênero remete aos atributos de identificação cultural entre o masculino e o feminino num espaço-tempo sócio-geográfico e histórico, que se revelam pelos gestos, vestimentas, atitudes, hábitos corporais (sentar, andar, movimentar-se), tom de voz, sintonizando-os num mundo masculino e/ou feminino, independente de sua identidade sexual. Por sua vez, sexualidade(s) é concebida como uma possível descrição de crenças, comportamentos, identidades socialmente construídas, relações estabelecidas em decorrência dos prazeres do corpo (satisfação do desejo e prazer sexual) (LOURO, 2000).

A tensão que se apresenta reside na problemática da diversidade e a ideia de deslocamento, aquilo que não está explicito, mas ocorre no entremeio e vai construindo-se através das relações, sendo a diversidade uma válvula de acontecimentos onde é possível reconhecer e respeitar o outro em sua equidade.

A naturalização das concepções pautada na ideia de "essência" ou "natureza" como formas de justificar os comportamentos ligados à feminilidade e a masculinidade são sutis, quase imperceptíveis, encontram respaldo em diversos espaços como na família, na escola, nos discursos religiosos, nos discursos midiáticos, produzindo perversas desigualdades.

Todavia, tais discursos estão sendo questionados visto que, ao longo da vida, os seres humanos constroem-se e reconstroem-se como homens e mulheres, modificam seus corpos, fazem escolhas, transitam pela sexualidade como num campo aberto e múltiplo. Este emaranhado de transformações coloca em dúvida a ideia de que a genitália define a sexualidade, pode-se nascer mulher e reinventar o próprio corpo, reescrever a própria história, alterar a personalidade, mudar nome e modelos, romper com a norma, produzindo outras maneiras de ser homem/mulher.

Referências

BASTIDE, Roger. **Técnicas de repouso e de relaxamento**. In: QUEIROZ, M.I. Roger Bastide. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

BIRMAN, Joel. Sexualidade: entre o mal e as maledicências. In: LOYOLA, Maria André; GIAMI, Alair (orgs.). **AIDS e sexualidade:** o ponto de vista das ciências humanas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 1994. p. 109-116.

GREINER, Christine. **O corpo. Pistas para Estudos Indisciplinares.** São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HERTZ, Robert. **A preeminência da mão direita:** um estudo sobre a polaridade religiosa. Religião e Sociedade, n. 6, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos que Escapam.** Labrys Estudos Feministas. Número 04, ago/dez, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 8ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2012.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: ___. **Sociologia e Antropologia**. Vol. II. São Paulo: Epu/Edusp, 1974.

PELBART, Peter Pál. O corpo do Informe. In: GREINER, Christine; AMORIM, Claudia (orgs.). **Leituras do Corpo**. São Paulo: Annablume, 2003. p.67-76.

PRECIOSA, Rosana. **Produção Estética:** notas sobre roupas, sujeitos e modos de vida. 2 ed. rev. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.

SOSTISSO, Débora Francez. Como criar meninos e meninas? O governo das condutas maternas e paternas para a constituição da infância. In: GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada; FELIPE, Jane (org.). **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. ULBRA, 2013. p. 63-88.

TAKARASHI, Jo. Dimensões do Corpo Contemporâneo: vetores relacionais entre o corpo e a paisagem. In: GREINER, Christine; AMORIM, Claudia (orgs.). **Leituras do Corpo**. São Paulo: Annablume, 2003. p.147-164.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). ***O Corpo Educado***: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 35-82.

POSICIONAMENTOS INTERACIONAIS MOBILIZADOS NA PERFORMANCE DE GÊNERO/SEXUALIDADES E SOROPOSITIVIDADE DE UM SUJEITO FOCAL[1]

José Sena Filho[2]

Introdução

Orientado por uma perspectiva de Linguística Aplicada Indisciplinar/ideológica (MOITA LOPES, 1996; 2006; 2013), este estudo quer trazer a reflexividade aspectos micro implicados na vivência de Ana, uma mulher, bissexual e soropositiva residente no interior da Amazônia Oriental. Interessa ler como Ana constrói a si por meio dos posicionamentos interacionais (WORTHAM, 2001; MOITA LOPES, 2002) que assume em suas performances discursivas, atentando para as pistas linguísticas (SILVERSTEIN, 1985) as quais mobilizam ordens indexicais (MELO; MOITA LOPES, 2014; SILVERSTEIN, 1985) que orientam entendimentos sobre a produção de subjetividades nesta segunda década do século XXI. Este processo evidencia a contribuição epistemológica da linguagem como socioconstrução da realidade e vai ao encontro da compreensão do corpo e das subjetividades como resultado de práticas sociais em que está engajada a linguagem (BUTLER, 1990).

Início de uma pesquisa

[1] Estudo apresentado no Grupo de Trabalho *Gênero e Sexualidades* do I Simpósio de Gênero e Diversidade: debatendo identidades. Organizado pelo Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel.

[2] Doutorando em Linguística Aplicada pela UFRJ, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Paulo da Moita Lopes. Faz parte do NUDES - Núcleo de Estudos em Discursos e Sociedade. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. yonavegantes@gmail.com

Na década de 1990, a Rede Globo de televisão tinha como programação semanal o conhecido e aclamado *Você decide*[3], programa interativo em que os telespectadores poderiam, por meio de uma ligação, escolher um, entre dois finais das histórias narradas. Foi por meio desse programa que tive o primeiro contato com uma realidade HIV positivo. A história, cheia de caricaturas, provavelmente respondendo a discursos sobre o HIV/Aids na época, conta a trama de uma mulher que, após se descobrir contaminada, resolve transar sem camisinha com vários homens com o intento de infectá-los. O final decidido pela população foi que a personagem morresse, sofrendo e sem tratamento.

Eu era uma criança na época, e as imagens do Sarcoma de kaposi[4], por exemplo, foram bem chocantes. Mas a construção de uma realidade soropositiva foi tecida no meu percurso de vida, com mais força e de modo definitivo, quando passou a fazer parte da minha convivência cotidiana nos primeiros anos do século XXI.

Aquele acontecimento seria o primeiro evento que me colocaria numa relação corpóreo-afetiva dentro de tal universo. Isso foi há 10 anos. No decorrer deste caminho vários amigos foram aparecendo com diagnóstico positivo, fato que transformava as convivências e produzia outras formas de lidar com tal realidade. Mas isto ainda não tinha sido tudo, foi no seio de um relacionamento amoroso que eu viveria uma nova experiência nesse percurso, quando meu parceiro, na época, foi diagnosticado como soropositivo.

O corpo, as noções de quem se é e de quem é o outro, as filigranas que tecem as práticas sociais e a via de acesso à produção de acolhimento ou sofrimento humano, foi tornada possível na vivência dessa nova realidade.

A partir dessa experiência de vida, que marca minha subjetividade, um dispositivo profundamente reflexivo foi acionado no intento de trazer a estudo práticas de subjetivação envolvidas na construção de sujeitos soropositivos. Nesse sentido,

---

[3] Programa da televisão brasileira exibido pela Rede Globo entre 1992 e 2000. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Voc%C3%AA_Decide Acesso em: 01/08/2015.

[4] Câncer do tecido conjuntivo, geralmente associado ao vírus da Aids.

o presente texto compõe o momento inicial de uma pesquisa mais ampla, que tem como foco discutir experiências micropolíticas de sujeitos LGBT's no interior da Amazônia Oriental, em que processos de sujeição e resistência disputam espaço e socioconstroem estas realidades. Assim, imerso em um caleidoscópio de vivências com mundos e diversificadas intersubjetividades vi emergir uma demanda político/social e, portanto, linguística, implicadas nessas vivências.

Político/social, pois além das vivências narradas e dos discursos que circulam no cotidiano, são diversas as pesquisas nas áreas de saúde e humanidades (BRIGNOL, 2013; GIACOMOZZI, 2008; HIGGINS & NORTON, 2010; SALDANHA, 2003; dentre outros) que evidenciam o quanto tem sido construído condições de sofrimento para tais sujeitos, o que nos convoca a um posicionamento diante de tal realidade. Linguística, pois conforme pesquisas contemporâneas têm evidenciado (Conf. HYDÉN et al. 2014; MOITA LOPES, 2002; 2006a; MELO; MOITA LOPES, 2014; WORTHAM, 2001;) a linguagem, em uma perspectiva socioconstrucionista ou performativa, é compreendida como construção social da realidade, inclusive em relação as condições de produção de felicidade e sofrimento humano.

Para compreendermos demandas importantes em que estão implicadas linguagem e sociedade, neste estudo problematizo uma narrativa soropositiva, em que Ana[5] narra aspectos de sua experiência de (con)viver com HIV. Soropositiva há 10 anos, Ana tece, em diferentes posicionamentos interacionais (MOITA LOPES, 2006b; 2009), uma ideia de si e dos outros, e reconstrói potencias de ser ao narrar um pouco de sua trajetória.

Das narrativas que surgiram em 1981, quando a Aids era o inimigo desconhecido, até suas reverberações nos anos seguintes na TV, no Jornal, nos filmes, foi sendo produzido e repetido discursivamente um mundo de valores sociais. Não foi a toa que ganhou de início o estigma de "câncer gay", algo que até os dias de hoje para muitos é difícil de dissociar, embora os novos casos de HIV avancem sobre mulheres heterossexuais casadas (MOREIRA

[5] Nome fictício adotado para preservar a identidade social do sujeito da pesquisa.

& LIMA, 2008), por exemplo. Conforme dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids - UNAIDS[6] são em torno de 37 milhões de pessoas atualmente com o vírus, sendo que apenas metade desse numero sabe que está infectada. O Boletim epidemiológico de 2014 HIV/Aids, ao trazer os dados sobre homens e mulheres infectados por relações sexuais, evidencia o maior crescimento de casos entre jovens gays com idades de 15 a 24 anos[7]. Apesar do destaque a tal grupo, em todas as categorias de gênero e sexualidade as taxas de infecção pelo HIV ainda são altíssimas no Brasil, indo na direção contrário à média mundial.

Problematizar uma realidade soropositiva não se trata mais de atestar prováveis condições de sofrimento humano, mas precisa se configurar como uma ação política de produção de conhecimento que coloca na agenda de estudos outras possibilidades de agir no mundo e socioconstruir as realidades, em que a pesquisa é um dispositivo mobilizador dessas novas maneiras de compreender/agir (n)as práticas sociais. Orientado por uma perspectiva de Linguística Aplicada Indisciplinar/ideológica (MOITA LOPES, 2006a; 2013), este estudo preliminar quer trazer a reflexividade aspectos micro implicados na vivência soropositiva de Ana, com o propósito de problematizar esta realidade no seio de uma sociedade marcadamente preconceituosa que impulsiona muitos sujeitos soropositivos a viver sob mentiras e medos (CARVALHO, 2008).

Interessa, por tanto, ler como Ana constrói a si por meio dos posicionamentos interacionais (WORTHAM, 2001; MOITA LOPES, 2002) que assume em suas performances discursivas, atentando para as pistas linguísticas (SILVERSTEIN, 1985) as quais mobilizam ordens indexicais (MELO; MOITA LOPES, 2014; SILVERSTEIN, 1985) que orientam entendimentos sobre a produção de subjetividades nesta segunda década do século XXI. Este processo evidencia a contribuição epistemológica da

[6] Site oficial da Unaids: Disponível em: http://www.unaids.org.br/. Acessos em 10, 19, 22 de agosto de 2015.

[7] Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55559/_p_boletim_2013_internet_pdf_p__51315.pdf Acesso em: 08 e 22/10/2015.

linguagem como socioconstrução da realidade e vai ao encontro da compreensão do corpo e das subjetividades como resultado de práticas sociais em que está engajada a linguagem (BUTLER, 1990).

Linguagem como Performance

Demorou bastante tempo até o estabelecimento da compreensão de que a linguagem é fundamental na construção de nossas realidades vividas e que é com ela, também, que viabilizamos produção de felicidade e sofrimento humano. Nesse sentido, é a noção de ato performativo, empregada pelo filósofo inglês John Austin (1962), que será compreendida como uma das teorizações que nutrem o que contemporaneamente chamamos de perspectiva performativa da linguagem (BUTLER, 1990; BAUMAN, 2014).

O que Austin traz a debate é que para além de enunciados conhecidos como constatativos ou declarativos, os quais validam valores de verdadeiro ou falso, como é comum na filosofia clássica (OTTONI, 2002), existem os enunciados performativos, que são enunciados que realizam ações.

Aspecto importante nessa leitura é a centralidade da 'ação' impregnada no performativo que coloca, em boa medida, a forma linguística em outra condição no processo interlocutivo, deixando à prática, ou aos usos, o lugar de motor da locução. Aqui, a categoria do sujeito emerge na reflexão, tendo em vista que para agirmos, alguém precisa praticar a ação, seja enunciando-a ou executando-a. É neste ponto que deixamos de dizer algo sobre o mundo, para fazer algo no mundo. Ottoni reforça tal compreensão, evidenciando que

> Esta visão produz [...] uma virada brutal na questão da referência; ou seja, verdade e falsidade são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário para Austin. A partir deste momento podemos falar de uma visão performativa, na qual o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, não é possível analisar este objeto fala desvinculado do sujeito. (OTTONI, 2002, p. 130)

Certamente a proposição teórica de Austin gera um impacto sobre concepções clássicas de linguagem centradas no enunciado verbal, e que vão ao encontro às teorizações de autores importantes do século XX. Noções de texto, contexto, sujeito, certamente não configuram a grande inovação da teoria dos atos de fala, o que é fundamental destacar é a contribuição de Austin ao configurar no conceito de performativo um modo de 'enquadramento' da prática social da linguagem, com ganhos conceituais e metodológicos. Por outro lado, é na exclusão de uma 'teoria do estiolamento', ou seja, na exclusão de suas preocupações com os atos de fala em situações 'não-verídicas' ou 'fictícias', que Austin recebeu críticas importantes e que deslocaram e adensaram a noção de performativo.

Um dos principais críticos desse aspecto será o filósofo francês Jacques Derrida (1972), sobretudo em relação à questão dos estiolamentos. Representante da vertente de pensamento denominada desconstrutivismo, localizada na tradição pós-estruturalista, Derrida foi um crítico das concepções metafísicas, e elaborou sua teoria tendo como principal contraponto de sua proposição o estruturalismo. Este aspecto é relevante, pois é sobre o modo de tratamento da estrutura e do sujeito presentes nas teorizações de Austin, que Derrida estabelecerá o foco de sua crítica:

> a longa lista dos fracassos (infelicities) de tipo variável que podem afetar o acontecimento do performativo regressa sempre a um elemento do que Austin chama o contexto total. Um desses elementos essenciais - e não um entre outros - permanece classicamente a consciência, a presença consciente da intenção do sujeito falante perante a totalidade do seu ato locutório. [...] Esta presença consciente dos locutores ou receptores participando na efetuação de um performativo, a sua presença consciente e intencional na totalidade da operação implica teleologicamente que nenhum resto escape à totalização presente (DERRIDA, 1972, p.364).

Tanto a estagnação de uma noção de contexto, quanto de um sujeito plenamente dono de si, mobilizam as reflexões de

Derrida justamente para o que foge a esta 'estrutura posta' por Austin. Diferente deste, Derrida está preocupado com a ocorrência da linguagem e sua pregnância com base na *repetição* e na *diferença* (1972), e não com a condição de felicidade ou infelicidade de um dado performativo.

Suas teorizações sobre a repetição e a diferença serão fundamentadas sobremaneira no diálogo que estabelece com Nietzsche, e dele enunciará a crítica sobre uma perspectiva metafísica da linguagem, perspectiva que reconhecerá nas proposições de Austin, quando este determina no centro de uma estrutura de totalidade a condição do performativo, negando a 'diferença' constitutiva desta totalidade. Derrida reforça este posicionamento ao afirmar que: "A diferença não é aqui deficiência provisória da epistéme enquanto discurso, ela é a sua própria fonte, a condição positiva da sua atividade e da sua produtividade. Ela é tanto o limite do poder científico como o poder do limite científico" (1972, p.210).

É desse modo que o autor francês insistirá no pressuposto de que os performativos devem ser tomados em outra perspectiva centrada, agora, na repetição e na diferença de ocorrência de um enunciado que, ao recuperar outros enunciados em diferentes ocorrências de uso, dá substância a noção de performativo. Dito de outro modo, o performativo é a realização do enunciado como possibilidade de atualização e mesmidade, visto que

> É necessário que seja repetível - iterável - na ausência absoluta do destinatário ou do conjunto empiricamente determinável dos destinatários. Esta iterabilidade - (*iter*, de novo, viria de *itara*, outro em sânscrito, e tudo o que se segue pode ser lido como exploração desta lógica que liga a repetição à alteridade) estrutura a própria marca de escrita, qualquer que seja aliás o tipo de escrita (DERRIDA, 1972, p.356)

Certamente, é amplo o debate estabelecido por Derrida, o que foge dos objetivos do presente texto. O que quero demarcar é precisamente o ganho teórico das noções de *citação* e

iterabilidade em relação à noção de performativo, o que estará evidente nas teorizações da filósofa estadunidense Judith Bulter.

Ao retomar os debates de Austin e Derrida, Butler reforça dois aspectos cruciais para os estudos da performance: o caráter de ação da linguagem e a ideia de substancia construída pela repetição e pela diferença. Sofrendo também influência expressiva de Michel Foucault, Butler cunhará um conceito caro as teorizações contemporâneas dentro dos estudos *Queer*, ao entender o gênero como "a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser" (1990, p.59).

Para a autora, o gênero e a sexualidade são performativos na medida em que são fruto de práticas sociais submetidas a estruturas sociais que regulam comportamentos e modos de subjetivação, ao longo de complexos processos histórico e culturais. Além disso, ao afirmar que é na linguagem que o sujeito é forjado, Butler quer dizer que quando a linguagem age no mundo, sobre os corpos, ela não apenas os descreve, mas também os constitui.

Esta compreensão é determinante para a noção de linguagem como performance aqui defendida, e é em diálogo com essas orientações teóricas, brevemente contextualizadas, que as performances discursivas de Ana nos ajudam a mobilizar diferentes reflexividades sobre questões de gênero/sexualidades e soropositividade na sociedade contemporânea.

Um construto teórico-metodológico

Esta pesquisa é de natureza interpretativista (MOITA LOPES, 1996; 2006) e parte de uma perspectiva etnográfica com base em Moita Lopes (2002) e Melo e Moita Lopes (2014; 2015), com o intuito de considerar as condições discursivas mais amplas em que Ana constrói a si, para então proceder à leitura/análise de suas performances discursivas.

Primeiramente entrei em contato com Ana em julho de 2015, quando indiquei a possibilidade de entrevista-la no intento de problematizar aspectos de sua trajetória enquanto sujeito soropositivo. Esta iniciativa partiu do meu conhecimento sobre a condição de Ana e do fato de em 2015 ela ter completando 10 anos como sujeito soropositivo. Durante as duas primeiras semanas de agosto dialogamos por telefone, em duas ligações distintas, tendo em vista morarmos em estados diferentes. As ligações tiveram uma média de duração de 1h e 1h30, e constituíram minhas anotações iniciais de pesquisa.

Partindo desses diálogos iniciais, conduzi uma entrevista, em que enviei um conjunto de perguntas pontuais a Ana, no dia 15 de agosto de 2015, que foram respondidas e devolvidas em uma única narrativa no dia 17 de agosto de 2015[8]. Assim, identifico esta entrevista como uma prática discursiva dialógica em perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, [1979]1997), entendendo-a como um gênero discursivo em que dois ou mais sujeitos (inter)agem na construção de sentidos, orientados pelas perguntas da entrevista. Apesar de não ocorrer uma dimensão de interação face a face, considero que o diálogo se realiza com base na participação direta dos dois sujeitos envolvidos, e transversal tendo em vista outros sujeitos que emergem na narrativa de Ana, com quem ela também co-constrói noções de si.

Para dar conta de interpretar os sentidos construídos por Ana em suas performances discursivas, adotarei o conceito de posicionamento interacional conforme utilizados por Wortham (2001) e Moita Lopes (2002; 2006b; 2009). Ao entender que os sujeitos se constituem nas práticas sociais, a partir de diferentes lugares sociais que ocupam nas interações das quais participam, posicionamento interacional pode ser compreendido como lugares contextuais de produção de subjetividades e sentidos. Ocupar um lugar na interação é precisamente ser sujeito do discurso em enunciação, o que significar dizer que tal sujeito "age como alguém nessa posição" (MOITA LOPES, 2006b, p.296), assume um lugar

[8] É importante reforçar que Ana autorizou, por meio de documento escrito, o uso de sua narrativa para esta pesquisa.

social que se encontra relativamente estabilizado em diferentes esferas da comunicação humana, de uma cultura e de uma historia em uma época.

Para ler as performances discursivas de Ana, aciono ainda o conceito de ordem indexical, o qual "constrói categorias no mundo social que podem se cristalizar no decorrer do tempo e da história, criando, assim, modos essencializados e específicos para certos sujeitos e grupos sociais" (MELO; MOITA LOPES, 2014, p.661). Discursos cristalizados na história e na cultura (BUTLER, 1990) em nível macro, estão intimamente conectados a dinâmicas interacionais em nível micro, em que valores sociais são mobilizados e participam de complexos processos de produção de sentidos.

Além disso, Ordens indexicais são apontadas e socioconstruídas pelas pistas linguísticas, "marcas linguísticas que sinalizam as ações semióticas dos participantes na interação" (MELO; MOITA LOPES, 2014 p.661). Com ordens indexicais ligadas a discursos de gênero, sexualidades, soropositividades, etc. é possível identificar padrões instituídos na cultura/história sobre o regime de vida de determinados sujeitos, suas ideologias, atentando para a relação com diferentes esferas discursivas, orientadas pelas instituições sociais, como a família, a medicina, a mídia, a escola, dentre outros.

Ana em performances discursivas

Motivado por experiências no meu mundo social e pelas teorizações contemporâneas sobre ser sujeitos na vida social, na condição de opressores ou de oprimidos, vi na experiência de vida de Ana, uma realidade que ainda muito pede para ser (re)(des)construída, com base em práticas sociais mais humanas, mais acolhedoras e amorosas.

Esta pesquisa preliminar se tornou possível devido à relação familiar muito próxima que temos, eu e Ana. Nas ligações iniciais, conversamos sobre a sua saúde, os estudos, a vida familiar. Muito preocupada com os estudos, Ana se mostrou um pouco ansiosa pela formatura, pois assim que se formar poderá viver em um único lugar com sua família, pois moram, atualmente, em cidades

diferentes, devido a seus estudos. Ana também relatou temer que as pessoas na pequena cidade descubram sobre sua condição de saúde, pois isto poderia arruinar sua vivência cotidiana. Ela julga que no interior, por ser uma cidade pequena, seria muito visada e por isso, talvez, seria discriminada. Ana ocupa um lugar de prestigio em tal localidade devido a sua família e de seu marido serem bastante conhecidas, o que seria um fator de exposição maior do que de outras pessoas. Além desses aspectos mais gerais, Ana antecipou que seria bom para ela falar sobre sua condição, pois precisava rever algumas coisas na sua trajetória desde que foi diagnosticada.

Foi na contextualização desses diálogos iniciais que Ana respondeu às seguintes perguntas: 1) "Ana, para iniciarmos nossa conversa, gostaria que você se apresentasse. Me conte um pouco de sua vida, quem é você?" 2) "Quando você foi diagnosticada? Como era sua vida naquela conjuntura? Me conte um pouco sobre este acontecimento em sua vida." 3) "Como era sua vida amorosa antes e depois do diagnóstico?".

> EXCERTO 1: **Ana identifica-se como mulher, bissexual, mãe e soropositiva**
> 5 Me considero bissexual, não tenho qualquer drama com esta identificação,
> 6 posto que na adolescência percebi meu interesse tanto por moças quanto por rapazes,
> 7 apesar de meus namoros terem sido majoritariamente com homens
> 8 Sou casada a 7 anos com um homem, juntos temos uma filha,
> 9 meu casamento apesar de parecer ter formato convencional, não é bem assim,
> 10 procuramos juntos fazer a relação ser forte [...]

Nas primeiras linhas do excerto 1, Ana se apresenta como uma mulher de 35 anos de idade, moradora de uma cidade da Amazônia Oriental. Responsável por duas filhas, atualmente é estudante universitária. Após essa rápida apresentação, Ana logo identifica-se como bissexual e avalia reflexivamente essa orientação, conforme sua performance discursiva nas linhas 5, "não

tenho qualquer drama com esta identificação", e 6, "posto que na adolescência percebi meu interesse tanto por moças quanto por rapazes". Tal reflexividade é reforçada pela pista linguística "drama" (linha 5) que aponta para o modo como muitas pessoas no senso comum avaliam suas identificações sexuais quando estas não estão no padrão estabelecido, como uma coisa ruim, "dramática".

Apesar de não considerar dramática sua orientação sexual, Ana enfatiza a predominância de relações heteronormativas indicadas pelas pistas linguísticas "majoritariamente com homens" (linha 7) e "com um homem" (linha 8), reforçado também pelo seu lugar social de mãe, o que aciona uma ordem indexical de sexualidade heteronormativa. Este aspecto é relevante, pois coloca em evidência o entendimento de Ana sobre sua realidade social e sobre como joga com o entendimento de si dentro dessa estrutura em disputa entre o padrão heteronormativo e a homoafetividade.

Nesse sentido, o primeiro posicionamento interacional de Ana é o de uma mulher bissexual, mãe, e num casamento heterossexual fora dos padrões convencionais hegemônicos da sociedade atual, tanto pela performance discursiva evidenciada acima, quanto pelos discursos emergentes em outros momentos da pesquisa, que recuperam as informações de: ela compor um casal sorodiscordante e de as filhas serem fruto de relações conjugais distintas, conforme aponta o traço performativo "juntos temos uma filha" (linha 8) e a pista linguística "fruto de um namoro anterior" que emergirá na linha 34. Ao demarcar a sexualidade, a maternidade e o casamento (família), indica a importância desses aspectos para socioconstruir a si e os pilares intersubjetivos que sustentam quem ela é, antes de narrar sobre seu passado.

A partir do segundo excerto, Ana tematiza a situação do seu diagnóstico soropositivo, iniciando a resposta à segunda pergunta da pesquisa "Quando você foi diagnosticada? (...) Me conte um pouco sobre este acontecimento em sua vida".

> EXCERTO 2: **Ana identifica-se como culpada**
> 18 Fui diagnosticada com HIV aos 25 anos, [...] três dias depois de meu aniversário,
> 19 o exame foi pedido por um amigo que é médico,

20 embora minha irmã mais nova já tivesse desconfiado e pedido exame no hospital onde trabalha,
21 por eu ter passado mais de 15 dias com diarreia, alguns dias depois,
22 o médico mesmo me chamou no seu consultório e me deu o resultado
23 Ele começou a falar sobre o vírus e sobre a evolução da medicina,
24 eu pronunciei as seguintes palavras em tom eufórico:
25 - Eu acho que vivi bastante, exagerei um pouco, acho,
26 bebia muito e não cuidei de minha saúde, fui muito péssima filha,
27 eu acho até que mereço porque fiz minha família sofrer tanto...
28 eu tenho quanto tempo?...
29 Ele tentou me acalmar e eu tentava falar,
30 até que eu resolvi escutá-lo
31 ele me explicou que eu teria que tomar remédio
32 e poderia viver uma vida inteira até a velhice se me cuidasse, eu teria que fazer novos exames

Nesta segunda contextualização, estão envolvidas a irmã, que trabalha no hospital, e o médico, que não é somente médico, é um amigo. Estes posicionamentos interacionais tomados por Ana são importantes, pois ela constrói estes lugares sociais, provavelmente, posicionada também em relação ao entrevistador, compondo o cenário do dia do diagnóstico. Emerge, aqui, uma performance de culpabilização sinalizada nas linhas 26 e 27 pelos traços performativos "*bebia muito*" "*não cuidei de minha saúde*", "*fui muito péssima filha*", "*eu acho até que mereço*", "*fiz minha família sofrer tanto*". Essa performance reflexiva de Ana aponta para a ordem indexical do HIV como punição, o que indica um perfil de pessoas que tem o mérito de ser infectados pelo vírus, quase como uma forma de castigo, justamente como ela se avalia, conforme apontam os índices linguísticos "péssima" (linha 26) e "mereço" (linha 27). Este aspecto também remete a vozes do senso comum, em que HIV/Aids, é ainda visto como punição (CARVALHO, 2008).

Além desses aspectos, a performance de soropositividade de Ana no contexto do diagnóstico remete a ideia de HIV como signo de morte, recorrente no senso comum ainda nos dias de hoje, conforme recupera o traço performativo "eu tenho quanto tempo?", o que é contornado pelo discurso médico, o qual constrói uma outra reflexividade que ela marca nas pistas linguísticas "tomar remédio" (linha 31), "viver uma vida inteira" (linha 32). Essas noções são importantes, pois ajudam a construir a subjetividade de Ana no contexto do diagnóstico e como ela entende isso no contexto atual da interação, encruzilhando diferentes entendimentos 10 anos após o diagnóstico positivo.

> EXCERTO 3: **Ana identifica-se como um lixo**
> 33 Saí, e fui chorando pela rua, pensei em me atirar na frente de um carro, mas lembrei de minha filha, 34 fruto de um namoro anterior, ela tinha apenas 8 anos a época e precisava de mim.
> 35 Cheguei em casa, contei ao meu namorado que me aguardava para almoçar,
> [...]
> 38 Ele começou a chorar e falar só da dor dele, que se ele estivesse também ia se matar,
> 39 que se tivesse sido eu a culpada ia me matar.
> 40 no outro dia conseguiu a guia com o mesmo médico, alguns dias depois saiu o resultado dele
> 41 e deu negativo, ele fez uma festa bem na minha frente, ele realmente era uma pessoa desprezível,
> 42 ainda ficamos juntos umas semanas, depois, ainda bem, não resisti às suas loucuras,
> 43 ora me amava, ora eu era um nojo, ainda tivemos relação sexual,
> 44 e ele sempre se lavava umas duas horas, nem preciso dizer que eu me via como um lixo,
> 45 então aceitava tudo, calada no meio do lixão que era minha autoimagem diante dos acontecimentos.

Recuperando entendimentos instituídos na cultura e na história sobre ser HIV positivo, Ana ia tecendo quem ela era justamente em relação às alteridades com que convivia. Ela emerge das relações sociais que vivenciava, conforme constrói em sua

narrativa. Posicionada em relação ao namorado, Ana reforça o entendimento de ser merecedora de estar infectada. A performance de culpabilização é novamente acionada, agora com os traços performativos "eu me via como um lixo" (linha 45), e "calada no meio do lixão que era minha autoimagem" (linha 46), os quais apontam para a ordem indexal HIV como punição. Neste excerto Ana coloca em evidencia o sofrimento de conviver com um parceiro amoroso que não a acolheu, e que compartilhava de muitos preconceitos que circulavam no senso comum sobre ser HIV positivo, reforçado pelo modo como a tratou após o diagnóstico. Este aspecto aparece na linha 44 "ora me amava, ora eu era um nojo", evidenciando o preconceito do namorado, também reforçado na linha 45 "ele sempre se lavava umas duas horas". Os discursos aqui presentes colocam em evidência os efeitos corpóreo-afetivos da falta de informação sobre a realidade HIV na terceira década de existência do vírus, mas ainda muito comuns atualmente.

EXCERTO 4: **Ana é identificada pela família**

47 Com a minha família foi triste e dramático mas foi o que me salvou,
48 minha irmãzinha me acalentava com seus conhecimentos, meus outros irmãos também,
49 apesar de uma irmã no momento de desespero ter dito que se fosse com ela, ela se matava,
50 eu ri, era o que podia fazer, eu me via sem direitos até de me ofender,
51 meu irmão me abraçou quando soube, meus irmãos mais novos,
52 se encarregaram de fazer com que eu visse uma luz no fim do túnel.
53 Meus pais choraram mas demonstraram que me amavam muito
54 e isso me salvou dos pensamentos suicidas que me circundavam.
55 Quando procurei outras histórias descobri que a maioria era entregue a própria sorte,
56 sem apoio financeiro e nem emocional.
57 Em meio a isso tive só um problema com minha irmã mais velha,
58 que revelou isso a algumas pessoas fora da família...

> 59 até hoje não confio nela, por outros motivos também,
> 60 mas me chamou a atenção para o quanto manter esse diagnóstico em sigilo é importante
> 61 para eu andar de cabeça erguida,
> 62 porque acho que nossa sociedade conservadora não está pronta para acolher os soropositivos,
> 63 em geral é porque se liga a comportamentos promíscuos, chagas da ignorância.
> 64 Foi só um começo de uma jornada de 10 anos que me trouxe aqui,
> 65 de volta ao mundo que tenho direitos. [...]

Neste excerto, a narrativa indica a primeira mudança para a emergência de um sujeito diferente diante da descoberta traumática de ser soropositivo. A performance discursiva de Ana, por meio dos traços performativos "mas foi o que me salvou" (linha 47), "mas demonstraram que me amavam muito" (linha 53), e da pista linguística "acalentava" (linha 48) apontam para a importância da família no processo de resistência diante das circunstancias de seu diagnóstico. Além disso, a pista linguística "outras histórias" e o traço performativo "entregue a própria sorte", na linha 55, e as pistas "sem apoio financeiro", "nem emocional" na linha 56, reforçam a alta reflexividade de Ana sobre a possibilidade de resistir e não sucumbir àquela nova realidade, em contraste a muitos sujeitos que não tinham/tem acolhimento nem apoio.

Apesar de todo o acolhimento da família, Ana narra o problema com a irmã mais velha, que revelou sua condição para "algumas pessoas fora da família" (linha 57). Este evento mobilizou a performance reflexiva de Ana sobre a necessidade de se manter no anonimato sobre sua saúde, e que apesar deste fato ser negativo, serviu como um alerta, conforme aponta a pista linguística "mas", na linha 60, e o traço performativo "andar de cabeça erguida", linha 61.

Nas linhas 62 e 63 Ana, por meio das pistas linguísticas "nossa sociedade conservadora" e "comportamento promíscuo", aponta reflexivamente para a ordem indexical subjetividade abjeta soropositiva, evidenciando o medo e a necessidade de se esconder para não sofrer preconceito. Além disso, Ana avalia

negativamente a promiscuidade, o que a leva a alinhar-se a ordem moral da sociedade conservadora a qual abjeta sujeitos promíscuos, condenando práticas sexuais não normativas, o que é reforçado pelo índice linguístico "chagas da ignorância" na linha 63.

Com isso, Ana decreta o responsável pela dificuldade em "assumir-se soropositivo", "nossa sociedade conservadora", e reafirma uma de suas estratégias de resistência, marcada no índice linguístico "sigilo", na linha 60. Aqui Ana desenvolve um alto nível de reflexividade sobre sua condição e sobre a sociedade na qual se insere, demarcando sua compreensão sobre ser soropositivo nos dias de hoje. Este excerto marca, ainda, a virada na construção de Ana ao se narrar como sujeito soropositivo, indicado pelos traços performativos, em oposição, "eu me via sem direitos até de me ofender", na linha 50, e "de volta ao mundo que tenho direitos", na linha 65.

Após este excerto, Ana inicia a resposta à terceira pergunta de pesquisa "Como era sua vida amorosa antes e depois do diagnóstico?". Ao fazer uma profunda reflexão sobre a dificuldade que enfrentou até conseguir se envolver em um novo relacionamento, reforçou o constante medo de ser descoberta por outras pessoas fora de seu circulo de amigos, o que ela indica na linha 80 "isso ainda é algo que não consigo digerir como um acontecimento superável".

> EXCERTO 5: **Ana identifica-se como normal**
> 89 Voltei a acreditar que sou 'normal', que sou bonita e inteligente,
> 90 que tenho meus orgulhos, que posso fazer escolhas,
> 91 que não sou uma condenada mas sim alguém que pode contribuir
> 92 para que as pessoas possam ser melhores,
> [...]
> 100 Hoje tenho uma relação saudável e minha vida sexual é completa,
> 101 dada as reservas necessárias, tomo uma cerveja, de vez em quando,
> 102 estudo, cuido da educação de minhas filhas, a mais velha já sabe

103 e encara com muita maturidade, me ajuda e tenta me auxiliar com minha saúde,
104 quase não adoeço e sigo os dias pé ante pé.

Com esta performance discursiva, Ana agrega ao relacionamento amoroso, um dos aspecto mais relevantes para a reconstituição de sua vida, não apenas como uma vida de direitos (excerto 4), mas como uma vida plena conforme aponta os índices linguísticos "normal", "bonita", "inteligente", na linha 89. Também reforça a aquisição dessa vida plena, aspectos já narrados na trajetória de Ana, como ser responsável pelas filhas, ser estudante, o que é apontado pelos verbos no presente do indicativo "tomo" (linha 101) "estudo", "cuido", (linha 102) e "sigo" (linha 104). Ana finaliza sua narrativa com uma performance de superação, colocando em evidencia um processo longo e de diferentes disputas na construção de si nas suas performances de gênero, sexualidade, maternidade e soropositividade, nestas duas primeiras décadas do século XXI.

Primeiras Considerações

As performances discursivas presentes na narrativa de Ana trazem a debate em nível micro como a sociedade, de um modo geral, não está minimamente preparada para lidar com esta realidade, assim como, evidencia a força de discursos que constituem o senso comum sobre o HIV nestas primeiras duas décadas do século XXI, as quais marcam os corpos e as subjetividades. Conforme reforçou Ana, em várias passagens, silenciar é uma necessidade, pois o preconceito é constante, o que nos leva imediatamente a reflexão de que a ignorância é muito grande, e só no enfrentamento será possível traçar novos modos de lidar com esta realidade. Nesse contexto, é importante demarcar uma série de estudos que tem destacado o ativismo de sujeitos e ONG's no combate a propagação do vírus e do preconceito sobre os soropositivos.

Além disso, o construto do posicionamento interacional nos ajuda a perceber como Ana constitui a si de diferentes maneiras, e como diferentes alteridades, ora amorosas, ora perversas, são

constitutivas de quem ela foi se tornando, para então atingir um estágio de superação e resistência diante de sua nova condição clínica e social.

Com isso, o estudo evidencia a contribuição epistemológica da linguagem como socioconstrução da realidade e vai ao encontro da compreensão do corpo e das subjetividades como resultado de práticas sociais em que está engajada a linguagem (BUTLER, 1990). Isto é relevante num mundo social produzido sob o regime de instituições sociais e seus discursos que orientam e produzem modos de subjetivação que oscilam entre normatizações e abjeções.

Nesse sentido esta pesquisa inicial nos conduz a novas perguntas diante das realidades vividas e das subjetividades em construção, como por exemplo: homens, mulheres, LGBT's, heteros vivem da mesma maneira os preconceitos decorrentes do HIV? Como a mídia, a escola, etc. em escala macro tem ajudado para a construção dos entendimentos sobre a realidade HIV nesta quarta década de existência do vírus? Por fim, como temos lidado com a compreensão das sexualidades e como tais entendimentos interferem diretamente na construção de contextos de vulnerabilidade ao vírus e ao preconceito?

Referências

AUSTIN, Jhon. *Quando dizer é fazer*. Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962]1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Hucitec, [1979]1997.

BAUMAN, Richard. Fundamentos da Performance. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 29, Número 3, Setembro/Dezembro 2014.

BRIGNOL, Sandra. *Estudo Epidemiológico da infecção por HIV entre homens que fazem sexo com homens no Município de*

Salvador/Ba. 2013. 184 f. Tese (Doutorado Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble:* feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CARVALHO, Gisele. *Pessoas vivendo com HIV/AIDS:* vivências do tratamento antirretroviral. 2008. 98f Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia.* Campinas – SP: Papirus, [1972]1991.

GIACOMOZZI, Andréia. *Variáveis culturais e psicossociais associadas à vulnerabilidade étnica ao HIV/Aids:* estudo comparativo entre Brasil e França. 2008. 252p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HIGGINS, C. & NORTON, B. *Language and HIV/Aids.* Multilingual Matters: UK/USA/Canada, 2010.

HYDÉN, Lars-Christer et al. The uses of narrative research. In: Hydén, Lars-Christer et al. *What is narrative research?* Londres: Bloomsbury Academic, 2014, p.73-93.

LIMA, Maria L. & MOREIRA, Ana. AIDS e feminização: os contornos da sexualidade. *Revista Mal-estaR e subjetividade* – FoRtaleza – vol. viii – Nº 1 – p. 103-118 – MaR/2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. MELO, G. & MOITA LOPES, L. P. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p.653 - 673, set./dez. 2014.

MOITA LOPES, L. P. *Oficina de Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

_____. *Identidades Fragmentadas*: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

_____. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. Parábola Editorial: São Paulo, 2006a.

_____. On being white, heterosexual and male in a brazilian school: multiple positionings in oral narratives. In: FINNA; et al. (Org.). *Discourse and Identity*. CAMBRIDGE: UNIVERSITY PRESS, 2006b, p. 288-313.

_____. A performance narrativa do jogador Ronaldo como fenômeno sexual em um jornal carioca: multimodalidade, posicionamento e iconicidade. *Revista da ANPOLL*, v.27, p.129-157, 2009.

_____. *Português no Século XXI*: Cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo:Parábola, 2013.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Revista D.E.L.T.A.,* 18:1, 2002 (117-143).

SALDANHA, A. *Vulnerabilidade e construção de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas por relacionamento estável*. 2003, 260p. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

SILVERSTEIN, *Language and the culture of gender:* At the intersection of structure, usage and ideology. In Elizabeth Mertz and Richard Parmentier (eds.) Semiotic Mediation: Sociocultural and Psychological Perspectives. New York: Academic Press, 1985. p. 219 –259.

WORTHAM, S. *Narrative in action*: a strategy for research and analysis. New York: Teachers' College Press, 2001.

O QUE DIZEM GRADUANDOS/AS DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS ESPAÇOS ESCOLARES?

Nathalie Schneider[1]
Luciana Luzzardi[2]
Luiz Felipe Zago[3]

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no campo da Educação, na qual se problematizam formas de como as/os graduandas/os do curso de Pedagogia de uma Universidade privada de Porto Alegre (RS) posicionam-se em relação a situações envolvendo gênero e sexualidade nos cotidianos dos espaços escolares nos quais estão inseridos.

O local da pesquisa é o Centro Leonardo da Vinci, conhecido como Uniasselvi, o qual possui sua matriz na cidade de Indaial, no Estado de Santa Catarina e atualmente é referência no mercado de Educação a Distância, no Brasil, possuindo 48 polos de apoio presencial distribuídos em 13 estados. A instituição tem como objetivo trabalhar exclusivamente com a educação superior, oferecendo, hoje, 32 cursos de graduação a distância, entre eles a licenciatura em Pedagogia, na qual uma das autoras atua. No Estado do Rio Grande do Sul, o polo presencial encontra-se no centro da cidade de Porto Alegre e conta, atualmente, com uma média de mais de 16 mil alunas/os matriculadas/os. Na metodologia

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: coraluna08@yahoo.com.br
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. Esta pesquisa conta com auxílio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de bolsa-taxa. E-mail: luciana.luzza@gmail.com
[3] Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: professorluizfelipezago@gmail.com

de educação a distância, adotada por esta Universidade, a/o aluna/o participa de um encontro semanal. Este encontro é ministrado pela/o professora/or tutora/or externa/o, o qual tem por objetivo realizar a socialização com as/os alunas/os e a troca de conhecimentos a cada disciplina, bem como aplicar as avaliações que são exclusivamente presenciais. O curso de Pedagogia tem duração de 4 anos e a/o professora/or tutora/or externa/o é a/o mesma/o ao longo de todo este período, auxiliando as/os alunas/os em todas as disciplinas previstas na grade curricular. O curso de Pedagogia conta com uma média de 40 disciplinas, incluindo os estágios obrigatórios e o trabalho de conclusão de curso.

Situações vivenciadas neste trabalho na Universidade com graduandas/os do curso de Pedagogia, concomitantemente com a notícia divulgada no mês de junho do ano de 2015, referente à retirada da temática de gênero e diversidade sexual do PNE (Plano Nacional de Educação), nos trouxe a inquietação de como este tema estava sendo abordado pelas/os graduandas/os do curso de Pedagogia em seus espaços escolares de atuação. Optamos por realizar a pesquisa através de entrevistas semi-estruturadas, acreditando que é pesquisando estes sujeitos, atuantes como professores/as nos Anos Iniciais e na Educação Infantil, abrem-se possibilidades de problematizar posições, ideias e práticas das/os futuras/os docentes que têm implicações para milhares de jovens e crianças.

Gênero e sexualidade: a produção da diferença nos espaços escolares

Como arena de discussões, formação e socialização, a escola é um espaço no qual é possível presenciar em seu cotidiano as constantes mudanças no que tange à experiência da infância. Muitas vezes, essa experiência da infância envolve situações relacionadas a gênero e sexualidade (FELIPE, GUIZZO e BECK, 2014). Abordar gênero e sexualidade, especialmente na infância, ainda é uma tarefa difícil e que envolve significações culturais, valores morais e crenças (ora éticas, ora religiosas) que determinarão a forma com que esta abordagem será feita. A escola

pode ser um espaço de múltiplas vivências, da valorização das diferenças e do respeito entre as/os que ali estão, um lugar no qual se constroem identidades e produzem subjetividades.

Guacira Lopes Louro (2004) nos ajuda a entender as definições de gênero e sexualidade através de uma contextualização histórica, na qual vai mostrar como essa divisão masculino/feminino foi surgindo. Louro (2004) argumenta que o corpo passará a ser visto como origem dos comportamentos e lugares que deve ocupar.

> Portanto, antes de pretender, simplesmente, "ler" os gêneros e as sexualidades como base nos "dados" dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e sexualidade fazendo-se e transformando-se historicamente. Não se pretende, com isso, negar a materialidade dos corpos, mas o que se enfatiza são os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabam por se converter em definidores de sujeitos (LOURO, 2004, p. 80).

Por meio de uma transformação de paradigma, a autora ressalta que a sexualidade ganhará centralidade na compreensão e na organização da sociedade moderna, na qual os estados passarão a se preocupar com o controle da população, garantindo a produtividade de seu povo, regulando e disciplinando a família, a reprodução e as práticas sexuais. A autora ressalta que foi a partir de um olhar marcado pela masculinidade, que se buscou em explicar, classificar e disciplinar a sexualidade através de discursos voltados para ciência, ressaltando as marcas que os corpos carregam através desses discursos.

O conceito de sexualidade, assim como o de gênero, também deve ser pensado como algo para além do essencialismo e do biológico, ou como algo inato. Contudo, na maior parte de nossas vidas somos ensinados que o fator biológico determina quase tudo, que o sexo determina o gênero e, consequentemente, a sexualidade, como sublinha Louro (2004). As escolas reiteram esta concepção, ocultando as diferenças e impondo padrões e, desfazer essa naturalidade – que o fator biológico é determinante – dificilmente

é praticado (FELIPE, GUIZZO e BECK, 2014). O que frequentemente vemos nas escolas e nos contextos familiares é a produção de gênero a partir da "descoberta" do sexo da criança. Porém, Louro (2004, p.81) questiona esse essencialismo, essa naturalidade incontestável destacando que "a sequência não é natural nem segura, muito menos indiscutível, (...) pode ser negada" e para "suportá-la ou assegurar seu funcionamento são necessários investimentos continuados e repetidos".

Tais investimentos se dão através de normas regulatórias, como acima exemplificadas que, conforme Louro (2004), aqueles que não se enquadram às regulações, e que atravessam os limites dessa regulação, são marcados como corpos ilegítimos, imorais e, de certa forma, patológicos. Assim, é possível compreender porque muitos procuram a cura da homossexualidade ou uma explicação essencialista para a existência de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A autora argumenta que as marcas que os corpos recebem se alteram constantemente, são cambiantes e provisórias, dependem de um determinado tempo e cultura. Louro (2004) destaca que os esforços para instituir a norma ou transgredi-la supõem constantes intervenções, deslocamentos e chama a atenção para a importância de analisarmos como ocorrem esses processos e quais seus efeitos.

> Uma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produz referências que fazem sentido no interior da cultura e que definem (pelo menos momentaneamente) quem é o sujeito. (...) poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos, que tenha deveres ou privilégios; que seja , em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado (LOURO, 2004, p. 83-84).

A autora sublinha que a forma como nos apresentamos depende sempre de uma determinada cultura na qual estamos inseridos e que "os corpos considerados 'normais' e 'comuns' são,

também, produzidos através de uma série de artefatos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade arbitrariamente estabeleceu como adequados e legítimos" (LOURO, 2004, p.87). Para a autora aqueles que transgridem esses parâmetros de "normalidade" acabam sendo marcados como sujeitos desviantes e diferentes, são punidos, sofrem penalidades, tornam-se alvo de correção, muitas vezes sendo desprezados, rotulados e isolados ou são alvo de uma série de estratégias para tentar curá-lo, reeducá-lo. A autora ressalta que:

> A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades. A forma "normal" de viver os gêneros aponta para a continuação da forma "normal" de família, a qual, por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual e, consequentemente, sobre a heterossexualidade (LOURO, 2004, p.88).

Desta forma, é possível dizer, com Louro (2004), que a definição de homem e mulher, ou do gênero masculino/feminino, é algo que adquiri sentido na cultura, bem como a atribuição de deveres e privilégios para que esta construção continue. As normas que regulam o gênero e a sexualidade dos sujeitos são constantemente reinteradas, que como qualquer outra norma, são invenções sociais, tramadas através de redes de poder. Isso nos faz refletir sobre a forma que regulamos os corpos infantis e sobre as consequências de práticas a partir das quais se impõe formas de agir.

Nas relações de poder que se estabelecem culturalmente em nossa sociedade, como ressalta Silva (2008), é possível perceber que, se instituem diferenças e desigualdades em diversos aspectos, como classe, raça, etnia, sexualidade, gênero, entre outros. Pretendemos, aqui, nos deter preferencialmente, nas diferenças que envolvem gênero e sexualidade, buscando observar como elas se fixam e de que forma podem ser trabalhadas ou pensadas no âmbito escolar.

Louro (2011) inicia seu texto intitulado "Diferenças e desigualdades: Afinal, quem é diferente?", ressaltando a ideia que

se tem do domínio biológico como fator essencial para a definição das diferenças no que tange às relações de gênero e de sexualidade. Observa que, ao "dizer que as mulheres são diferentes dos homens se constitui, a princípio, numa afirmação irrefutável" (p.47). A autora questiona se haveria a possibilidade de separar biologia e cultura, uma vez que, ao pensar nesta diferença entre homem e mulher, usualmente reiteramos uma norma, na qual parece haver uma aceitação positiva na forma em como ela se constitui (LOURO 2011).

No viés dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas, Louro (2011) cita Joan Scott (1988) ao observar que o feminismo passa a reconhecer esta diferença de forma positiva e a valorizá-la, e que críticos do movimento passam a questionar o que, de fato, as mulheres desejam: igualdade ou diferença? Como se ambas as alternativas fossem inconciliáveis:

> Scott observa que esse desafio representa uma armadilha, é uma "falsa dicotomia", já que igualdade é um conceito político que supõe a diferença (...) a atribuição da diferença está sempre implicada em relação de poder, a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência" (LOURO, 2011, p.50-51).

Ao pensarmos nas relações de poder que envolvem as diferenças entre homem e mulher, também nos deparamos com uma concepção de gênero que impede que se perceba a pluralidade que existe nas formas de ser homem ou ser mulher: "Assim, aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como o *outro é,* usualmente, experimentam práticas de discriminação e subordinação" (LOURO, 2011, p.52). Esta forma masculina ou feminina de ser é relatada como um "projeto" quando Louro (2011) cita as ideias de Robert Connell (1998): "um "projeto" – tanto coletivo quanto individual – no sentido de que este é um processo que está continuamente se transformando, afetando e sendo afetado por inúmeras instituições e práticas" (p.53).

Trazendo estas questões para os espaços escolares, é possível perceber que o projeto do qual Connell se refere é,

cotidianamente, praticado quando instituições de ensino e educadoras/es reiteram certa norma que constitui nossa cultura. Esta norma também é reiterada quando são ensinadas formas de ser homem e de ser mulher, observando o "gênero como um molde social, cuja marca é estampada na criança" (LOURO, 2011, p. 52). Para tanto, é preciso nos perguntar: o que é ser normal e o que é ser diferente?

Dentro de uma sociedade hegemonicamente branca, masculina, heterossexual e cristã, todos que não pertencem a essa ordem são classificados como diferentes: "a atribuição da diferença é sempre histórica e contingente – ela é dependente de uma situação e de um momento particulares" (LOURO, 2001, p.54). Para a autora, esta é uma constatação que não teria problemas, não fosse o fato desta hegemonia se sobrepor ao que é diferente:

> De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem "camadas" que se sobrepõe umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo "somando-as" ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam (LOURO, 2001, p.54).

Silva (2008) destaca a importância das relações de poder, sugerindo que o ato de trabalhar com as diferentes identidades esteja relacionado com a problematização da diversidade cultural. Ele acredita que "pedagogicamente as crianças e os jovens, nas escolas, seriam estimulados a entrar em contato, sob as mais variadas formas, com as mais diversas expressões culturais dos diferentes grupos culturais" (p. 98).

Reforçar a tolerância e o respeito são formas válidas de se trabalhar com as diferenças, que muitas vezes, se configuram nos espaços escolares. Porém, Silva (2008) salienta que o grande problema é que essas posturas deixam:

> de questionar as relações de poder e os processos de diferenciação que, antes de tudo, produzem a identidade e a diferença. Em geral, o resultado é a produção de novas dicotomias, como a do dominante, tolerante e do dominado tolerado ou a da identidade hegemônica mas benevolente e da identidade subalterna mas "respeitada" (SILVA, 2008, p. 98).

Em meio a algumas das abordagens que Silva (2008) percorre o autor aposta em uma estratégia pedagógica e curricular que levasse em conta, uma contribuição significativa de uma teoria cultural de inspiração pós-estruturalista.

> Nessa abordagem, a pedagogia e o currículo tratariam a identidade e a diferença como questões de política. Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção. A pergunta crucial a guiar um planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e sua fixação? (SILVA, 2008, p.99).

Trabalhar as diferenças em meio às instituições escolares é analisar, juntamente com as/os alunos, "como e porque surgem os preconceitos e as discriminações, a falta de oportunidades para uns e os privilégio para outros" (FELIPE, GUIZZO e BECK, 2014, p. 24). Para auxiliar estas/es educadoras/es neste processo, a formação de professoras/es possui um papel primordial, explorando as concepções de gênero e sexualidade para se pensar outras formas de enxergar a sociedade.

Para desenvolver com mais profundidade as problemáticas envolvendo as relações de gênero, sexualidade e diferença dentro dos espaços escolares, foram realizadas análises a partir das falas de graduandas/os do curso de Pedagogia da Uniasselvi a partir da metodologia de análise do discurso e análise cultural.

Para realização das entrevistas semi-estruturas, optamos em escolher alunas/os do curso de Pedagogia que a autora não conhecesse nem que com ela tivessem tido qualquer contato. Essa decisão foi tomada por acreditar que, uma vez tendo aula com ela,

as/os alunas/os poderiam mencionar algumas de suas posições, enquanto educadora. Optamos também, em escolher alunas/os que estivessem inseridas/os dentro de escolas e que já estivessem cursando a Pedagogia a partir do quarto semestre, pois já estariam mais próximas/os de concluí-lo.

O primeiro passo foi pedir autorização para a instituição para poder entrar na sala de alguns colegas professoras/es. Esta autorização foi concedida pelo atual coordenador do Polo Uniasselvi Porto Alegre. Dadas as devidas autorizações, foram escolhidas em quatro salas de aula de diferentes professoras/es. Ao entrar nas salas foi apresentada e contextualizada a proposta de pesquisa, logo fazendo o convite a quem interessasse participar. Para surpresa, em turmas compostas por uma média de 40 alunas/os, após um longo silêncio, apenas uma/m aluna/o em cada turma se prontificou em aceitar o convite. Não era esperado tal episódio, demonstrando talvez, o quanto as pessoas temiam em falar sobre gênero e sexualidade nas escolas, ou simplesmente não estavam interessadas/os em falar sobre o tema. Mesmo com a pouca adesão voluntária, 4 graduandas/os do curso de Pedagogia da Universidade aceitaram participar da pesquisa, realizando entrevistas-piloto com caráter de exploração de campo.

As entrevistas se deram em diferentes dias e turnos da semana, sendo fora dos períodos de aula. Foram feitas dentro da própria Universidade em uma sala na qual apenas entrevistada/o e entrevistadora estavam presentes. Foi escolhida a reportagem outrora citada, que discute a retirada de referências de gênero e sexualidade dos planos estaduais de educação, como um disparador para dar início ao processo. Durante as gravações foi solicitado a autorização verbal das/os estudantes para a utilização de suas falas nas análises. As gravações duraram cerca de 40 minutos cada, com base no em um determinado roteiro de perguntas.

Empregando elementos metodológicos da análise cultural, com inspiração na análise de discurso foucaultiana, e sendo esta uma pesquisa situada no campo dos Estudos Culturais de vertente pós-estruturalista, esperamos problematizar esta temática através de alguns conceitos como cultura, poder e linguagem. O uso destes conceitos terá o objetivo de pensar as falas dos/as

graduandos/as participantes desta pesquisa, a fim de encontrar múltiplas possibilidades interpretativas e dar densidade às análises, sem nenhuma pretensão de solucionar problemas ou desvendar verdades absolutas (COSTA, 2002)

Foi proposto incitar o desejo de pensar e questionar o conhecimento sobre o objeto do qual pesquisamos, desacomodando ideias prontas, gerando tudo que o amor pela pesquisa pode suscitar: "(...) de tremedeira até suor, nas mãos. O equivalente disso na área da pesquisa é muito simples: o susto, o pavor diante da novidade, (...) um pavor que desperte a vontade de inovar" (RIBEIRO, 1999, p. 190), ao invés de me conduzir a "procurar terra firme, terreno conhecido" (RIBEIRO, 1999, p. 190).

Para fugir deste terreno conhecido, Ana Maria Faccioli de Camargo (2012), cita Foucault (1996), que nos ajuda a romper ideias engessadas e cristalizadas em uma análise discursiva. Foucault (1996) sugere que devemos desconstruir certos dispositivos dados como naturais e passar a pensá-los como construções históricas, contextuais e relativas. Neste viés, analisar falas de entrevistadas/os do curso de Pedagogia referente à temática de gênero e sexualidade nos espaços escolares é pensar o contexto, a cultura na qual elas/eles estão inseridos.

Somente na segunda metade do século XX, sob um olhar dos Estudos Culturais, o conceito de cultura foi sofrendo questionamentos e redefinições. Para Alfredo Veiga-Neto (2003, p. 6) cultura "é tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos". Com este viés, é possível pensar como serão representadas as situações relacionadas a gênero e sexualidade contextualizadas pelas/os entrevistados. Compreender as relações sociais que estão inseridas e como percebem diferentes situações do cotidiano escolar.

Assim, "trabalhar questões culturais é falar do jogo das diferenças, das lutas sociais em meio às relações de poder" (CAMARGO, 2012, p. 103). Para a autora:

> A cultura na perspectiva pós-estruturalista é entendida como um conjunto de representações que se manifestam em discursos, imagens, artefatos, códigos de conduta e narrativas, produzidas socialmente em relações permeadas pelo exercício do poder. Nas palavras de Hall (1999, p.33), "a cultura é uma das condições constitutivas de existência de toda prática social e toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo" (CAMARGO, 2012, p. 103).

Stuart Hall (2006) no fala de cultura como um compartilhamento de significados, um conjunto de práticas. O autor também explicita a linguagem como algo que daria sentido a estes significados e a interpretação de mundo. Fazer esta relação com linguagem fica evidente quando percebo que é através dela que formo conceitos, penso nas palavras que utilizo para escrever, ou nas perguntas que formulei à minhas/meus entrevistadas/os e, consequentemente, em tudo que delas/es ouvi. Para Meyer (2002, p.59) "podemos dizer que a linguagem é um privilegiado pelo qual nós atribuímos sentido ao mundo e a nós mesmos e que a linguagem é, pois, um elemento central da organização social e da cultura".

Desta forma, o conceito de linguagem se faz importante para uma análise cultural, pois ela "não é apenas comunicação, ela é também prática discursiva que produz sujeitos e objetos (...), que interpreta, transforma a realidade, (...) dá sentido ao mundo, (...) uma construção do sujeito a partir dos discursos que ouve, fala, pratica, discute" (CAMARGO, 2012, p. 103).

Nesta relação entre linguagem e discurso, Camargo (2012, p.104) propõe que "os discursos estão inexoravelmente implicados no que as coisas são, e a linguagem não apenas descreve ou comenta as coisas; também as institui". Neste campo de disputa entre cultura, linguagem e discurso, as relações de poder são predominantes para dar sentido às coisas, aos indivíduos e ao mundo. Em uma análise cultural é preciso compreender que relações de poder são essas que norteiam as falas das/os entrevistada/os quando questionadas/os sobre gênero e sexualidade nos espaços escolares, e que cultura eles estão

inseridas/os, quais os significados que dão as suas vivências enquanto futuras/os professoras/es.

Pensar em poder em uma análise cultural remete à ideia de obtê-lo como um instrumento metodológico para produzir conhecimento sobre meu objeto de pesquisa. Foucault, como um analista dos sistemas de poder, nos sugere que o poder não é algo que se possa guardar ou deixar escapar, ele se exerce em meio a relações desiguais e imóveis (FOUCAULT, 2014). Sendo assim, para o filósofo, todas as pessoas estão envolvidas nas relações de poder, não podendo ser independentes delas.

> O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Portanto, é possível perceber que o poder está diretamente imbricado nas relações de cultura, linguagem e discurso, possibilitando-me articular saber, conhecimentos e novos questionamentos relacionados ao objeto que me proponho pesquisar.

Patrolando as diferenças: todos somos iguais!

Foi utilizado como disparador para dar início às entrevistas a reportagem já mencionada, cujo texto cita a retirada das referências de gênero e diversidade sexual dos planos de ensino estaduais. Ao questionar se tinham conhecimento da mesma, todas/os as/os entrevistada/os apontaram que não. A reportagem provocou nas/os entrevistados, através de suas falas, um aspecto relevante a ser problematizado dentro das escolas: a forma como determinadas/os sujeitos por elas/eles mencionados, bem como

as/os próprias/os entrevistadas/os, se posicionavam a respeito de como era feita a abordagem das questões relacionadas às diferenças nos espaços escolares. A entrevistada 1, ao descrever seu local de trabalho relata:

> *E eu trabalho numa escola de educação infantil, que eu vejo assim, muitas, como vou explicar... O jeito de tratar as crianças, assim sabe, eu vejo muito "não quero ver", "não quero saber", sabe? "Não, 'todo mundo é perfeito, todo mundo é lindo maravilhoso, de olho azul, loirinho" então, assim, a escola parece uma escola de fachada. "Todo mundo é lindo, tudo é maravilhosos, todas as famílias são felizes". Então, as vezes, a gente tenta levar um problema... "ai fulano" e a diretora se ofende... "não, fulano não tem problema nenhum" (Entrevistada 1).*

Ao serem questionadas/os sobre suas opiniões referente a essa retirada das referências de gênero e diversidade sexual dos planos estaduais, outros relatos sobre o trabalho das diferenças nos espaços escolares também foram sendo forjados. A entrevistada 1 relata uma reportagem vista em um determinado programa televisivo, o qual abordava as relações de gênero e sexualidade, como mostra excerto abaixo:

> *E até esse fim de semana apareceu uma reportagem no Fantástico, mostrando que Porto Alegre é um das poucas cidades que tem um hospital preparado pra trabalhar com as crianças que, desde cedo se mostram, que se entendem num corpo errado. (...) E eu acho que cada um tem que fazer o que quer para ser feliz. Não é normal, mas o que é normal? Eu acho que normal é ser feliz, que seria o que todo mundo deveria, ser feliz, seja como for. E eu acho muito legal, eu acho que tu cria um hospital para ajudar e de repente a escola não vai fazer nada (Entrevistada 1).*

Após este relato, questionei à entrevistada sobre o que havia achado da reportagem:

> *Da criança se achar no corpo diferente? Ah, eu não sei, eu sou espírita, então assim, eu acho que pode ter a ver*

> *também com isso, com a carga que o espírito traz de outra vida, daí isso já é uma opinião minha, particular. Mas eu não sei, não consigo entender, o porquê. Eu acho assim, o que a gente não entende a gente aceita (Entrevistada 1).*
> *Eu acho que não existe diferença entre ninguém, nem quanto a gênero, nem quanto à cor, nem enquanto religião, nem enquanto a nada (Entrevistada 1).*
> *Quem sou eu pra julgar, (...) nós não somos ninguém para julgar (Entrevista 1).*

A entrevistada 2, possui posicionamento semelhante, evidenciando o aspecto racial como algo significativo em seu posicionamento:

> *Porque como eu sou negra, eu já fui muito discriminada, então eu acho errado isso, acho que as pessoas são todas iguais, não importa cor, religião, opção sexual, são pessoas (Entrevistada 2).*

Para Silva (2008) as questões do multiculturalismo estão cada vez mais centrais em meio a uma educação crítica, ainda que por muito tempo vistas como marginais, por serem tratadas como temas transversais dentro da escola. Para o autor, o que causa estranheza é a ausência de uma "teoria da identidade e da diferença" (SILVA, 2008, p.73) na maioria dos discursos multiculturais. Dados esses excertos, nos parece relevante problematizar que professor é este que neutraliza constantemente as diferenças, que parece não estar constituído nem pela cultura, nem pela linguagem e nem pelo poder.

Outro aspecto relevante é o fato de 4 estudantes do curso de pedagogia que estão atuando em escolas e que se pretendem professoras e professores neutras e neutros, talvez acreditem ser esta a postura que se deva ter. Nesta perspectiva, este posicionamento tem que implicações em meio aos discursos do multiculturalismo? Dizer que todos são iguais e patrolar as diferenças, acaba provocando certo fechamento no que tange às possíveis problematizações das diferenças, colocado-as todos no mesmo lugar.

Silva (2008) aponta que o trabalho em torno do multiculturalismo apoia-se, em sua maioria, em um discurso de tolerância e respeito com o que é diferente, deixando de lado as relações de poder e como centro, uma crítica política da identidade e da diferença.

Talvez, posicionamentos como esses da naturalização e cristalização das diferenças, imbricadas de certa essencialização quando o assunto é gênero e sexualidade nos espaços escolares, impulsionem projetos de lei como o já referido anteriormente, que proíbem as/os professoras/es a trabalharem a temática em sala de aula, colocando a/o professora/or que aceita tudo, em uma posição confortável, afinal elas/eles não podem falar sobre o assunto.

Quando as/os entrevistas/os são questionados sobre como a temática é abordada em seu curso de formação e como ela é feita, novamente se reitera a ideia da neutralidade ao trabalhar as diferenças. O excerto abaixo diz respeito ao relato de uma entrevistada sobre uma de suas professoras na graduação que abordou as temáticas de gênero, sexualidade e diferença durante o curso de Pedagogia:

> *Sim, e apesar de ela ser evangélica, ela conseguiu nos passar isso, que nós não somos ninguém pra julgar. E ela sempre disse isso: professores têm que se limpar de preconceitos (...) Eu não sou nada! Eu não estou alí pra ser, eu estou ali pra ajudar, então eu não posso levar os meus preconceitos, as minhas ideias (Entrevistada 1).*

Ao afirmar que *professores não são nada, ninguém para julgar, que o que a gente não entende a gente aceita,* as entrevistadas relatam, novamente, uma/um profissional da educação que trabalha as questões das diferenças sem questioná-las. Para Silva (2008) as diferenças bem como as identidades não são elementos da natureza, elas são criadas culturalmente pela linguagem, discurso e poder, portanto, não devem apenas ser respeitadas e toleradas, é preciso problematizar de que forma elas são produzidas. Para Louro (2010, p. 144) a "diferença é, sempre, atribuída e nomeada no interior de uma determinada cultura",

podendo assim, pensar que desta forma "determinadas características podem ser valorizadas como distintivas e decisivas para dividir e classificar os sujeitos numa determinada sociedade e não terem o mesmo significado em outra sociedade" (op.cit.).

Considerações finais

Foi a partir da notícia dada em 2015, que cita a retirada das referencias relacionadas à diversidade de gênero nos Planos Nacionais de Educação que surgiu a inquietação ao que tange em como as relações de gênero e sexualidade estavam acontecendo dentro dos espaços escolares. A partir dos olhares de graduandos/as do curso de Pedagogia da Uniasselvi, futuras/os professoras/es, esta inquietação motivou a escrita deste trabalho bem como a vontade de compreender um momento único no campo da Educação.

Através das análises sob um viés cultural, foi possível verificar em meio as falas das/dos alunas/os da Universidade como essas relações estavam acontecendo dentro das escolas e se estavam acontecendo. Foi possível perceber também como o fator biológico ainda age como determinante quando falamos em gênero e sexualidade para constituir diferenças, lugares e posições de sujeitos.

O discurso da tolerância sobre o multiculturalismo e o trabalho com as diferenças dentro das escolas relacionadas a gênero e sexualidade são pouco aprofundadas. Os professores ainda possuem certa resistência em se posicionarem referente ao assunto, pacificando as diferenças e pouco as problematizado. Falar sobre esta temática ainda envolve uma série de crenças e ideologias imbricadas diretamente nas relações de poder e que nos parece trazer desconfortos em meio aos espaços escolares. A justificativa de que "todos somos iguais e não somos ninguém para julgar" acaba "abafando" as diferenças, o que não elimina os enfretamentos de exclusão e abjeção sofridos pelos que são entendidos socialmente e culturalmente como diferentes.

Talvez começar a pensar em formas diferentes de se trabalhar estas relações a partir do curso de formação de

professores/as seja um caminho. Entender como estas relações são constituídas pela cultura e pelo poder e poder explorá-las com alunas/os de todas as esferas possa ser um começo para que este cenário no qual sexo, gênero e sexualidade são naturalizados, se desconstrua, possibilitando, de fato, uma igualdade entre os sujeitos.

Referências

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. Cultura e diferenças no cotidiano da escola e do currículo. In: RIBEIRO, Claudia Maria (org.). **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil**. Lavras: UFLA, 2012. P. 100-120

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. Vol. 20, jul./dez.1995.

COSTA, Marisa Vorraber. Introdução. In. COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos: n** FELIPE, Jane, GUIZZO, Bianca Salazar, BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis. **In: Infâncias, genro e sexualidades:** nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ed. ULBRA, 2014. P. 17-27

FELIPE, Jane, GUIZZO, Bianca Salazar, BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis. **In: Infâncias, genro e sexualidades:** nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ed. ULBRA, 2014. P. 17-27

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo. Paz & Terra, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós- estruturalista. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas? In: **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e**

prazer/organizador Fernando Pocahy. Porto Alegre: NUANCES, 2010. P. 143-165

_____. Guacira Lopes. Conhecer, Pesquisar e Escrever. **Educação, Sociedade & Cultura**, nº 25, 2007. P.235-245

_____. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINS, Luisa. **Sexualidade nas escolas**. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 26 jun. 2015. Educação. Disponível em: http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/06/pelo-menos-oito-estados-retiram-referencias-a-genero-dos-planos-de-educacao-4791753.html . Acesso em 09/09/2015

MEYER, Dagmar Estermann. Das (im)possibilidades de se ver como um anjo... In: **Experiências étnico-Culturais pra formação dos professores**. Belo Horizonte. Autêntica. 2002. P. 50-71

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. **Tempo Social**. Rev. Soc. USP, São Paulo, vol. 11, n. 1, maio 1999. P.189-195.

SCOTT, J. W. **Desconstructingequality-versus-difference**: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. Feminist Studies. 14 (1). Pimavera. 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. **In: Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação,** 2003, n.23. P. 5-15.

POSICIONAMENTO E IMAGEM: O BOTICÁRIO E O AMOR SEM PRECONCEITOS[1]

Mariana Gaudenzi[2]
Margareth Michel[3]

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar como o vídeo publicitário intitulado "Casais", lançado para a campanha de Dia dos Namorados do ano de 2015, do Grupo Boticário, ajuda no processo de construção de uma nova imagem da organização perante o público e cria para a marca um posicionamento defensor da igualdade entre casais homossexuais e heterossexuais na sociedade, temática que vem adquirindo espaço para debate em qualquer âmbito do convívio social, inclusive na política. Tal análise terá como referencial teórico os estudos de posicionamento liderados por Al Ries e Jack Trout (1997), os conceitos de construção de mitologias, percepções e simbolismos de Sal Randazzo (1993), entre outros.

O Dia dos Namorados é uma das datas comemorativas mais lucrativas para o comércio, especialmente para o setor de perfumaria e cosméticos, principais opções para os casais apaixonados que querem presentear um ao outro. Todos os anos, marcas lançam campanhas e promoções relacionadas com a data, porém, em 2015, O Boticário inovou por apresentar um comercial sem nenhum tipo de discriminação ou estereótipo, no qual casais

[1] Trabalho apresentado no 1º Simpósio de Gênero e Diversidade da UFPel no dia 18 de maio de 2016

[2] Estudante do 5º semestre do curso de Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: marianavargg@gmail.com

[3] Mestre em Desenvolvimento Social e Mestre em Linguística Aplicada UCPel, docente do Centro de Educação e Comunicação da UCPel/RS, orientadora do trabalho. E-mail: margareth.michel@gmail.com

homossexuais e heterossexuais dividem momentos de carinho e amor, com a trilha sonora composta por "Toda forma de amor" de Lulu Santos. O vídeo de trinta segundos dividiu as opiniões do público não somente na página do Facebook da marca, onde foram recebidos inúmeros elogios e críticas, mas também acabou resultando em um processo no Conar e ameaças de boicote. O grupo se posicionou em relação às reclamações online da seguinte forma:

> O Boticário acredita na beleza das relações, presente em toda sua comunicação. A proposta da campanha 'Casais', que estreou em TV aberta no dia 24 de maio, é abordar, com respeito e sensibilidade, a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor – independentemente de idade, raça, gênero ou orientação sexual – representadas pelo prazer em presentear a pessoa amada no Dia dos Namorados. O Boticário reitera, ainda, que valoriza a tolerância e respeita a diversidade de escolhas e pontos de vista. [4]

O objetivo deste estudo é contextualizar a luta pela igualdade de direitos do público LGBT e a forma como este segmento vem ganhando atenção das grandes empresas e de economistas. Além disso, será analisada a força do posicionamento na criação da imagem da empresa na percepção do público e como o grupo O Boticário faz isso em sua comunicação baseada na premissa "beleza é o que a gente faz". Serão utilizados como referenciais teóricos os estudos sobre a importância do posicionamento de Al Ries e Jack Trout (1997) e o conceito de imagem e percepção de Sal Randazzo (1997), além de artigos e pesquisas realizadas sobre o assunto por acadêmicos e pela organização LGBT Capital.

História do Movimento LGBT

A luta pela igualdade de direitos e pela liberdade de expressão em qualquer âmbito do convívio social do Movimento

[4] A declaração publicada pelo grupo O Boticário encontra-se disponível em: http://www.reclameaqui.com.br/13378251/o-boticario/propaganda-do-dia-dos-namorados/ . Acesso em 14/04/16

LGBT não é recente. O dia 28 de junho de 1969 é considerado o marco inicial da história do movimento. Nesse dia, a população LGBT, que estava cansada do preconceito, das agressões e represálias sofridas por parte da polícia de Nova Iorque, decidiu dar um basta àquela realidade. Naquela noite, após uma invasão policial no bar *Stonewall Inn*, deu-se início a um movimento de resistência que durou três dias, marcando o acontecimento como a Revolta de *Stonewall*. Assim surgiu o *Gay Pride*, que tem como objetivo chamar a atenção da população mundial e dos governantes para a luta por direitos iguais e por respeito.

O primeiro ato político no Brasil acontece em 1977, quando o advogado João Antônio Mascarenhas convida o então editor da *Gay Sunshine* (California, EUA) para conferenciar no Brasil. Tal ato é considerado o primeiro em prol da fundação do Movimento Homossexual Brasileiro, nome que posteriormente seria trocado para padronizar o uso das siglas LGBT.

Entre 1978 a 1981, em plena ditadura militar, o jornal Lampião da Esquina, fundado por Mascarenhas e colegas, circula e torna-se o primeiro registro histórico da luta contra o preconceito e por direitos civis por parte do grupo LGBT.

Em 1988, Mascarenhas é convidado para falar à Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de incluir no texto constitucional a proibição de discriminação por orientação sexual. No dia 28 de janeiro de 1988, o termo é rejeitado com oposição de 429 representantes da Assembleia Constituinte, que era composta por 559 políticos.

A luta de Mascarenhas e colegas foi um incentivo para o fortalecimento de grupos que defendem os direitos humanos LGBT, como o extinto grupo Somos (1978) de São Paulo, o grupo carioca Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia (1980), atualmente o mais antigo em atividade na América Latina.

Em 26 de junho de 2015, a Suprema Corte dos EUA legaliza o casamento homoafetivo sob o argumento de que a proibição do casamento entre duas pessoas do mesmo sexo era uma afronta à Quinta Emenda, que estabelece que todas as pessoas são igualmente livres. Com essa atitude histórica, os Estados Unidos se tornaram o vigésimo segundo país no mundo a legalizar o casamento

homoafetivo.

No Brasil, entretanto, não existe uma lei que garante o casamento entre pessoas do mesmo sexo, apenas uma resolução do Conselho Nacional de Justiça que obriga os cartórios do Brasil a celebrar o casamento civil e transformar a união estável em casamento. A ausência de uma legislação mostra-se uma desvantagem para os casais homoafetivos, visto que a união estável não garante a adoção nem torna um parceiro herdeiro direto do outro, direitos garantidos pelo casamento.

O Boticário

O Boticário surgiu em 1977 como uma farmácia de manipulação, tendo sua primeira loja exclusiva no Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais – PR, o que ajudou a marca a ganhar popularidade rapidamente.

Em 1980, foi aberta a primeira franquia da loja em Brasília – DF e, apesar de o conceito de *franchising* ser desconhecido na época pelo mercado brasileiro, a cada ano mais lojas surgiam ao redor do país, o que exigiu uma reestruturação produtiva e abertura de uma fábrica em São José dos Pinhais – PR em 1982.

Ao longo das décadas, a marca foi incrementando seu portfólio de produtos em diversos setores de perfumaria e maquiagem, sempre reinventando-se de acordo com as exigências do público consumidor. Em 2010 foi formado o Grupo Boticário que, graças à experiência adquirida pela marca em três décadas no mercado, conseguiu reconhecimento nacional e internacional.

Hoje em dia, a marca está presente em mais sete países: Portugal, Angola, Venezuela, Japão, Paraguai, Estados Unidos e Moçambique. No Brasil tem pelo menos 900 franqueados, conta com cerca de 3.750 lojas em 1.752 cidades brasileiras e gera em torno de 22 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, é considerada a maior rede de franquias no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF)[5]. O Boticário; Eudora; Quem disse,

[5] Dado disponível em <http://www.abf.com.br/o-boticario-lidera-ranking-de-franquias-no-brasil/> acesso em 14/04/2016

Berenice? E *The Beauty Box* são as quatro grandes unidades de negócio comandadas pelo grupo que possui um catálogo com mais de 1.100 produtos e é líder nacional na categoria de perfumaria e vice-líder em maquiagem em um país que só perde para China e Estados Unidos no *ranking* mundial de consumo deste setor.

Posicionamento e construção de imagem da marca O Boticário

Em uma sociedade que diariamente é bombardeada com informações simultâneas, torna-se cada vez mais importante para as marcas produzir campanhas, anúncios, produtos que consigam prender a atenção de seu público em meio a esse mar de estímulos, onde muita coisa passa despercebida pelos olhos do receptor.

De acordo com Ries e Trout (2002, p. 5)

> Naquela selva de comunicação, sua única esperança consiste em ser seletivo, concentrar suas verbas em objetivos bem delimitados. Segmentar, enfim, numa palavra, posicionamento.

Em seu livro Posicionamento a batalha pela sua mente (2002), Ries e Trout definem que o caminho mais fácil para conquistar a mente do consumidor é ser o primeiro em sua área. Os autores utilizam como exemplo o fato de estar gravado na memória de grande parte da população o nome de Neil Armstrong, o primeiro homem a caminhar na lua. Tal efeito, segundo os autores, pode ser repetido por produtos pioneiros, que cheguem ao mercado com uma proposta de novas possibilidades para o público consumidor.

Mas, e quando uma marca não é pioneira em seu segmento? É aí que entra a importância do posicionamento. "Para ter sucesso nesta sociedade supercomunicativa, uma empresa tem de criar uma posição na mente do seu cliente potencial, posição que leve na consideração devida não apenas os pontos fortes e fracos da empresa, mas também todos concorrentes." (RIES, 2002, p. 18).

Já não basta inventar algo, as marcas precisam conquistar a mente do consumidor através de sua estratégia de posicionamento. Para que uma marca encontre espaço na memória de seu público saturado de informações de concorrentes com apelos semelhantes,

a mesma precisa se destacar e, para isso, precisa conhecer seu público.

Sal Randazzo defende em seu livro A criação de mitos na publicidade (1997) que a publicidade deve ter objetivos de comunicação ao invés de mercadológicos. Para o autor, "assegurar uma fatia do mercado" é trabalho do profissional de marketing, enquanto o publicitário deve traçar objetivos de comunicação para primeiro convencer o cliente a consumir o produto anunciado e, feito isso, aprender a conhecer e entender as mensagens que o seu consumidor transmite de forma consciente e inconsciente através de seus hábitos de consumo.

> O posicionamento da marca e a mensagem andam de braços dados. Aquilo que o anúncio comunica, com efeito, acaba determinando o posicionamento da marca na mente do consumidor. Ao mesmo tempo, a publicidade desempenha um papel fundamental na criação da mitologia geral da marca. (RANDAZZO, 1997, p. 250)

Para Randazzo, a partir dessa compreensão o profissional de publicidade precisa escolher uma ideia básica revelada pelo consumidor, que servirá de base para o posicionamento da marca, ou seja, como ela quer ser representada na mente de seu público-alvo e como esta imagem será transmitida através do conjunto de anúncios publicitários que auxiliarão nessa construção.

O autor defende que cada peça publicitária tem como objetivo colaborar com a criação da mitologia de uma determinada marca, criando para seus produtos uma personalidade que irá influenciar na identidade global da empresa perante o consumidor, podendo criar uma relação amigável ou uma crise de imagem, como acontecido com a companhia aérea TAM no ano de 2015, devido ao incidente ocorrido com uma menina de 7 anos[6]. O acontecimento fez com que a empresa tivesse que aumentar seu investimento em

[6] A menina embarcaria sozinha para João Pessoa e seria assistida por um funcionário da empresa. A menina ficou desacompanhada dentro da sala de embarque e perdeu o voo. A notícia na íntegra está disponível em < http://oglobo.globo.com/brasil/tam-esquece-menina-de-7-anos-em-area-de-embarque-no-aeroporto-de-cumbica-16856374> acesso em 14/04/2016

comunicação, para tentar reverter a imagem negativa à qual estava associada.

Segundo o material institucional do Grupo Boticário, o posicionamento da marca resume-se em seu *slogan* "Beleza é o que a gente faz" e cada palavra desta frase tem uma explicação que condiz com a imagem que a empresa quer passar através de sua comunicação:

Beleza: Por meio do desenvolvimento e fabricação de produtos, de atitudes positivas e sustentabilidade, levamos beleza e autoestima e inspiramos pessoas, empresas e sociedade para a construção de um mundo mais belo.

É: Representa o presente, o agora. Reforça as atitudes empreendedoras que levam a pensar, hoje, em soluções para o amanhã.

Gente: Mostra nosso lado humano. É o reconhecimento pela dedicação da rede colaborativa que constrói esta história de sucesso e conduz toda a nossa estrutura empresarial.

Faz: Simboliza o espírito empreendedor do Grupo e de quem faz parte dele, com o desejo incessante de crescer, dar oportunidades de crescimento e fazer sempre mais.[7]

Portanto, ao lançar o comercial intitulado Casais para a sua campanha de Dia dos Namorados, a empresa manteve-se condizente com um de seus principais valores culturais apontados: "valorizamos as pessoas e as relações".

Pink Money – O mercado homossexual

Após décadas de preconceito e repressão, o público homossexual, antes rejeitado, menosprezado e até mesmo ignorado pelas grandes empresas, hoje é tratado como um segmento promissor que consome pelo menos 30% a mais do que o público heterossexual (Fonte: IstoÉDinheiro, junho de 2010). É o chamado *pink money*, resultado de um ciclo de vida diferente, devido à maioria dos casais homossexuais não ter as mesmas preocupações

[7] Texto disponível em < http://www.grupoboticario.com.br/pt-br/institucional/Paginas/nossa-marca.aspx>

financeiras do que os casais heterossexuais da mesma faixa etária, tais como educação e saúde dos filhos.

Tal fenômeno faz com que o seu dinheiro seja investido em setores diferentes, como moda, lazer, turismo e informação, o que atrai e fortalece o crescimento de empresas que já perceberam tais rotinas de consumo e baseiam sua estratégia no segmento homossexual, como bares, restaurantes, agências de turismo e etc.

Segundo dados de junho de 2015 do LGBT Capital, a população mundial homossexual chega a 450 milhões, e seu potencial de consumo é de 3,7 trilhões de dólares. No Brasil, pelo menos 13 milhões são homossexuais e seu potencial de consumo é de 120 bilhões de dólares.

Ao entender e perceber a influência e poder aquisitivo deste público, as marcas aos poucos abandonam o preconceito e medo de ter sua imagem vinculada a um grupo que na década de 80 foi considerado disseminador da AIDS, para realizar campanhas em que respeitam e se mostram favoráveis à igualdade entre todos. Estas empresas são chamadas de *Gay Friendly* por pesquisadores.

Segundo dados levantados pela pesquisa sobre Sociedade e Tolerância do Market Analysis, 12,6% dos entrevistados apontaram a C&A como marca *gay friendly* destaque, por ter coleções de roupa que não estereotipam grupos por sua orientação sexual. Logo em seguida aparecem a Oi (5,3%) e Riachuello (3,6%). A lista também conta com estabelecimentos que se encaixam no segmento que recebe a atenção do *pink money* como salões de beleza (4,7%), marcas de moda em geral (3,2%) e a indústria de cosméticos (2,9%).

Ainda mais importante do que o lucro que as marcas podem obter com essa fatia de consumidores, o *pink market* contribui para combater o preconceito e trazer uma nova imagem para o público homossexual que, na década de 80, era tratado como inimigo da sociedade: consumidores com grande poder aquisitivo, alta escolaridade e gostos específicos que geram oportunidades para novos empreendimentos especializados em atender este nicho recentemente explorado.

Dia dos Namorados no Brasil e no Mundo

Diferentemente do *Valentine's Day*, comemorado internacionalmente no dia 14 de fevereiro, o Dia dos Namorados no Brasil é comemorado no dia 12 de junho. Apesar de ambas terem caráter comercial devido à troca de presentes de qualquer tipo entre casais apaixonados e pretendentes, a origem de cada uma é diferente.

O Valentine's Day é uma homenagem ao aniversário de morte de São Valentim, que acredita-se ter vivido por volta do século III. Nessa época, os casamentos eram proibidos pelo imperador romano Cláudio II, pois o mesmo acreditava que soldados sem laços afetivos seriam mais obedientes e comprometidos com as missões nas guerras. Mas Valentim, opondo-se a essa decisão por acreditar no amor, continuou realizando matrimônios de forma clandestina.

Ao ser descoberto, o santo foi levado à prisão sob sentença de morte por decapitação. Porém, no período que esteve preso, acredita-se que Valentim tenha se apaixonado pela filha do carcereiro e que tenha mantido um relacionamento secreto com a moça. Antes de ser morto, o santo teria deixado um bilhete para a jovem, assinando "do seu Valentim", o que seria o primeiro cartão de Dia dos Namorados.

No Brasil, porém, a data teve origem comercial. Em 1948, a rede de lojas Clipper percebeu que a falta de datas comemorativas em junho causava uma queda nas vendas. Com o objetivo de reverter a situação, contratou-se a agência Standard Propaganda e partiu do publicitário João Dória o *slogan* "Não só de beijos vive o amor". A data 12 de junho foi escolhida por ser véspera do Dia de Santo Antônio, o santo casamenteiro. A ideia acabou dando certo, alavancando as vendas do mês de junho e servindo de inspiração para diversas marcas lançarem campanhas para os casais apaixonados.

A campanha "Casais"

No dia 25 de maio foi ao ar, no intervalo do programa

Fantástico na Rede Globo de Televisão, o comercial da campanha de Dia dos Namorados da marca O Boticário, intitulada "Casais". O conceito "Neste Dia dos Namorados, entregue-se às tentações de Egeo." relaciona-se com o lançamento da linha multigênero Egeo e as ações de marketing foram realizadas em várias plataformas, sendo que o comercial, por seu caráter inovador, a peça com maior destaque.

No vídeo publicitário[8] assinado pela AlmapBBDO e dirigido por Heitor Dhalia da produtora Paranoid, o clima romântico está presente do início ao fim. Com a trilha sonora de "Toda forma de amor" de Lulu Santos, homens e mulheres aparecem em sequência, fazendo os preparativos para o que se entende ser um encontro romântico. Na metade do vídeo percebe-se que se tratam de quatro casais, sendo que dois são formados por um homem e uma mulher, um por dois homens e o outro por duas mulheres, celebrando a diversidade do amor.

Também publicada na página do Facebook da marca[9], a peça gerou inúmeros elogios e críticas de caráter homofóbico com ameaças de boicote à Boticário.

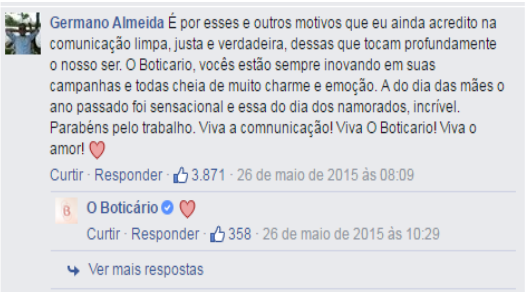


Figura 1: Comentário postado na página do Facebook do Boticário. Disponível em <https://www.facebook.com/oboticario/videos/853871294684502/> acesso em 14/04/2016

[8] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p4b8BMnolDI> acesso em 14/04/2016

[9] Disponível em <https://www.facebook.com/oboticario/videos/853871294684502/> acesso em 14/04/2016

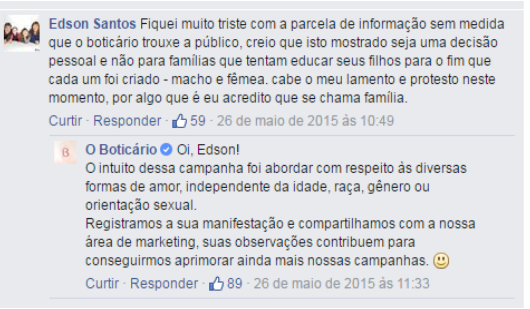


Figura 2: Comentário postado na página do Facebook do Boticário. Disponível em <https://www.facebook.com/oboticario/videos/853871294684502/> acesso em 14/04/2016

Em todas as respostas, tanto para comentários negativos quanto positivos, a empresa se manteve fiel ao seu posicionamento defensor da diversidade, tratando com respeito também as opiniões divergentes em relação à peça em questão.

No Youtube, o vídeo tem 3,6 milhões de visualizações e, em contraponto com os comentários parabenizando a empresa por seu posicionamento em relação ao respeito à todas as formas de amor, há mais de 193 mil "não gostei".

O Conar (Conselho Nacional de Autoregulamentação Publicitária) recebeu centenas de reclamações de consumidores que consideraram a peça "um desrespeito à sociedade e à família", quanto a isso, O Boticário se pronunciou, afirmando que a proposta da campanha é "abordar, com respeito e sensibilidade, a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor - independentemente de idade, raça, gênero ou orientação sexual - representadas pelo prazer em presentear a pessoa amada no Dia dos Namorados"[10]. Por fim, o órgão decidiu por unanimidade rejeitar o pedido de retirada do

[10] Disponível em <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/07/conar-absolve-boticario-por-propaganda-com-casais-gays.html> acesso em 14/04/2016

comercial do ar.

Considerações Finais

Este trabalho analisou os conceitos de posicionamento de Ries e Trout (1997) e construção de imagem e mitologia de Randazzo (1993), *pink Market* e buscou contextualizar o leitor sobre a história da luta do Movimento LGBT com o objetivo de ressaltar a importância do fato de uma empresa de porte internacional lançar, para sua campanha de Dia dos Namorados, um conceito que respeite a diversidade de orientações sexuais em uma sociedade tão plural quanto a brasileira.

Por meio do referencial teórico pode-se entender que toda peça publicitária auxilia na construção de uma imagem da marca no subconsciente do público consumidor, que pode estar de acordo com o que a mesma quer comunicar ou, em situações de crise de imagem, como citado neste estudo, pode acabar criando uma associação negativa, que poderá afetar a empresa economicamente e deixando uma memória depreciativa da mesma para o seu consumidor em potencial, que poderá optar pelas concorrentes que tiverem uma imagem e uma comunicação melhor.

O *Pink Money* é um segmento com forte potencial econômico e que está sendo timidamente explorado por marcas que não tem esta parcela da população como público específico. A quantidade expressiva de reações negativas ao comercial do Boticário, aliadas às ameaças de boicote, são fatores que justificam esse medo por parte das empresas de médio e pequeno porte de assumirem tal posicionamento *gay friendly* em um país que ainda está dividido em várias questões de preconceito de segregação, seja ela de qualquer tipo.

Pode-se concluir, por fim, que a atitude do Grupo Boticário em abordar a temática com simplicidade e sem fortalecer estereótipos foi inovadora, corajosa, respeitosa e condizente com a comunicação institucional que a marca vem construindo ao longo das décadas em que atua no mercado brasileiro, além de fortalecer o discurso de igualdade e respeito entre todos, temática que vem ganhando força ano após ano no cenário mundial em micro e macro escala.

Referências

RANDAZZO, Sal. **A criação de mitos na publicidade**. Rio de Janeiro, Rocco Ltda., 1993

RIES, Al; TROUT, Jack. **Posicionamento a batalha por sua mente**. Rio de Janeiro, Pioneira, 1997.

CRUZ, Lúcia S. **Casais – alinhamento entre discurso e prática**. Disponível em http://www2.espm.br/sites/default/files/case_oboticario.pdf acesso em 30/03/2016.

BAGGIO, Adriana T. **A temática homossexual na publicidade de massa para o público gay e não-gay: o conflito entre representação e estereótipo**. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Universidade Positivo (Curitiba – PR). Disponível em <http://www.grupouninter.com.br/web/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/view/507/295> acesso em 06/04/2016.

MORESCHI, G.; MARTINS, R. ; CRAVEIRO, C. **Pink Market: o marketing em crescimento.** In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Cuiabá – MT, 8 a 10 de junho de 2011. Disponível em <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0241-1.pdf> acesso em 12/04/2016

IG SÃO PAULO, **Stonewall Inn: o bar que mudou a história do movimento gay.** Disponível em < http://igay.ig.com.br/2014-06-28/stonewall--o-bar-que-mudou-a-historia-do-movimento-lgbt.html> acesso em 08/04/2016

GGB, **História da Homossexualidade no Brasil: Cronologia dos principais destaques**. Disponível em < http://www.ggb.org.br/cronologia_movimento_homossexual.html> acesso em 11/04/2016

CEPAC,; **História do movimento LGBT.** Disponível em <http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/?page_id=185> acesso em 06/04/2016

UOL NOTÍCIAS, **Cartórios são obrigados a celebrar casamentos gays a partir de hoje.** Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/16/cartorios-sao-obrigados-a-celebrar-

casamento-gay-a-partir-de-hoje.htm > acesso em 11/04/2016
CARTA CAPITAL, **Suprema Corte dos EUA reconhece legalidade do casamento gay**. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-reconhece-legalidade-do-casamento-gay-2484.html > acesso em 11/04/2016
UOL NOTÍCIAS, **Entenda as diferenças entre o casamento gay dos EUA e o do Brasil**. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/26/entenda-as-diferencas-entre-o-casamento-gay-dos-eua-e-do-brasil.htm > acesso em 11/04/2016
CARTA CAPITAL, **Nos EUA foi liberado. E no Brasil, gays podem ou não se casar?** Disponível em < http://www.cartacapital.com.br/sociedade/nos-eua-foi-liberado-e-no-brasil-gays-podem-ou-nao-se-casar-4738.html > acesso em 11/04/2016
MEIO E MENSAGEM. **Faturando o "pink money"**. Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/ponto_de_vista/2014/07/17/faturando-o-pink-money.html > acesso em 12/04/2016
ISTOÉDINHEIRO, **O poder do pink money**. Disponível em < http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262 > acesso em 12/04/2016
CIDADE MARKETING. **O Boticário lança campanha para o Dia dos Namorados com casais gays**. Disponível em < http://www.cidademarketing.com.br/2009/n/20646/o-boticrio-lana-campanha-para-o-dia-dos-namorados-com-casais-gays.html > acesso em 14/04/2016
BRAINSTORM9, **Os bastidores do filme de O Boticário que está comovendo as timelines**. Disponível em<http://www.b9.com.br/58093/advertising/os-bastidores-do-filme-de-o-boticario-que-esta-comovendo-as-timelines/> acesso em 13/04/2016
GRUPO O BOTICÁRIO, **Nossa marca**. Disponível em < http://www.grupoboticario.com.br/pt-br/institucional/Paginas/nossa-marca.aspx> acesso em 28/03/2016

GRUPO O BOTICÁRIO, **Nossa história.** Disponível em http://www.grupoboticario.com.br/pt-br/institucional/Paginas/nossa-historia.aspx Acesso em 28/03/2016

G1, **Conar "absolve" Boticário por propaganda com casais gays.** Disponível em <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/07/conar-absolve-boticario-por-propaganda-com-casais-gays.html > acesso em 14/04/2016

GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA REFLEXÃO TEÓRICA/CONCEITUAL A PARTIR DA OFICINA ITINERANTE DO PIBIDGEO

Pedro Henrique de Souza Rafael[1]
Andressa Amaral dos Santos[2]
Liz Cristiane Dias[3]

Introdução

A Geografia, enquanto ciência tem entre seus conceitos basilares o espaço geográfico. "O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros" (SANTOS, 1978), nessa perspectiva percebe-se o caráter excludente do espaço.

Desse modo, trabalhar questões de gênero e sexualidade, que por diversas vezes são características para exclusão, é uma tarefa também dessa ciência. Sabe-se que de modo geral é complicado abordar essas questões dentro da escola, por conta da construção histórica e cultural do preconceito.

Sendo assim, busca-se por meio do projeto oficinas itinerantes do Pibid Geografia abordar e problematizar as questões de gênero e sexualidade, com o intuito de desmistificar e contribuir para a discussão. A oficina itinerante de gênero e sexualidade tem como objetivo trazer para alunos, alunas, professores e professoras as discussões de temas de emergência

[1] Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel e bolsista do PIBID Geografia UFPel. E-mail: phenriquerafael@gmail.com;
[2] Licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel e bolsista do PIBID Geografia UFPel. E-mail: dessapel95@gmail.com;
[3] Doutora em Ensino de Geografia (UNESP 2008), Mestre em Ensino de Geografia (UNESP 2003) e graduada em Geografia (UNESP 2000). Atualmente é professora adjunta III do Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. É Gestora Educacional do PIBID/UFPel. E-mail: liz.dias@yahoo.com.br

social no âmbito de gênero e sexualidade e discutir conceitos e temas que por diversas vezes são permeados por discussões superficiais.

Para este artigo tem-se como objetivo trazer a discussão teórica e conceitual gerada por essa oficina, que por sua vez contribuiu para a reflexão sobre as questões de gênero e sexualidade nos dias atuais. Foram realizados estudos mais aprofundados nessa temática, buscando autores e referenciais que pudessem ajudar a sanar dúvidas e problematizar informações muitas vezes obtidas pelo senso comum.

O artigo busca se pautar em autores e autoras como Rogério Junqueira, Chimamanda Ngozi, Guacira Louro, entre outros e trazer uma discussão diversificada do tema, proporcionando assim diferentes perspectivas da discussão.

Inicia-se as discussões a partir do conceito de Machismo, com uma breve discussão para contextualizar e entender o padrão machista colocado na sociedade, posteriormente traz-se o feminismo e seu conceitos, buscando-se discutir essas temáticas.

No texto também se aborda a homofobia, discussão que se faz necessária em ambientes escolares onde, muitas vezes, ser homossexual (gay ou lésbica) é motivo de bullying e discriminação. Além da homofobia, temos a transfobia que que necessita de debate urgente, porque diariamente pessoas trans estão morrendo no Brasil, e isso é pouco colocado em pauta.

Posteriormente, faz-se uma discussão com base em Cláudio Picazio sobre os Pilares da Sexualidade,. Em que o autor vai ponderar que a sexualidade é composta de 4 pontos: Identidade de Gênero, Orientação Sexual, Expressão de Gênero e Sexo Biológico.

A urgência dessa demanda fica clara quando trazemos esse assunto para discussões e observa-se uma relutância por abordar essas questões, e uma certa necessidade de distanciamento do assunto por grande parte das pessoas.

Quando falamos nesses temas por si só parecem simples e esquecíveis, porém quando pensamos em vidas e constatamos que diariamente pessoas morrem porque diversas vezes essas discussões não ocorrerem dentro de casa ou dentro das salas de

aula, fica clara a necessidade de pensar as questões de gênero e sexualidade.

Justificativa e objetivos

A justificativa do presente artigo, baseia-se em uma citação de Guacira Louro (2011), segundo a autora:

> "Estar atenta ao intolerável' – critério significativo para alguém reconhecer o que vale a pena colocar em primeiro plano em sua vida, em suas reflexões e ações. Essa ideia, que não é minha, tomei emprestada de uma estudiosa espanhola chamada Maite Larrauri. "

Onde vemos claramente a necessidade de se entender as questões de gênero e sexualidade e perceber o que é intolerável, assim como dito por Louro (2011) é preciso perceber os conceitos para saber o momento de intervir onde vemos o limite da tolerância sendo ultrapassado.

Nessa mesma perspectiva, mas com ênfase na escola Booth & Ainscow (2002) sinaliza que:

> "Esta dimensão cria uma comunidade segura, receptiva, colaboradora, estimulante, na qual todos são valorizados como a fundação para os mais altos sucessos de todos. Ela desenvolve valores inclusivos compartilhados que são passados a todo novo membro do Pessoal, estudantes, gestores e pais e responsáveis."

Sabendo desses fatores, devemos perceber a necessidade de o corpo escolar participar e trazer esses diálogos para diminuirmos os casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. A partir do momento que os alunos, alunas, gestores, gestoras, pais, mães e responsáveis entendem a dimensão dessa problematização (Gênero e Sexualidade) as discussões ficam mais fácies e claras.

Devemos sempre ressaltar que como esse artigo foi produzido por um futuro professor e uma futura professora,

certamente levamos em conta os PCNs e principalmente os temas transversais de Pluralidade cultural e Orientação Sexual e eles conduzem que: "a sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela 'invade' a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles." (BRASIL, 1997).

Como expostos é de extrema importância que essas temáticas e discussões sejam realizadas, nas escolas e dentro da sala de aula se faz clara, pois é sabido que os alunos estão diariamente expostos a essas questões, e o espaço escolar precisa refletir o que está lá fora, o professor e a professora precisam trazer a realidade do aluno para dentro do espaço escolar, principalmente para a sala de aula.

Sendo assim, o objetivo desse artigo é Elucidar, a partir de uma reflexão teórica, a necessidade da abordagem do tema de gênero e sexualidade na educação e no cotidiano escolar, assim problematizando essas questões no dia-a-dia da escola. Bem como, discutir teoricamente as temáticas envolvidas na oficina de gênero e sexualidade do PIBIDGeo, que muitas vezes surgem tendo como escopo o senso comum.

Metodologia

A metodologia deste artigo tem como base a revisão bibliográfica da discussão aqui enfatizada, verificando textos que problematizam essa temática e que questionam as diferentes perspectivas de gênero e sexualidade.

Fundamentando-se em autores brasileiros como Guacira Louro, Rogério Junqueira e Milton Santos. E com base em autores internacionais, Booth e Ainscow e Chimamanda Ngozi, visando-se trazer diferentes ângulos destas problemáticas.

Com um aporte teórico variado e com um tema com muitas influências de senso comum, busca-se fazer uma reflexão diante dessas discussões, enfatizando assim os conceitos e as discussões que o permeiam.

Referencial teórico

Desde os primórdios da sociedade hominídea podemos constatar que haviam dois sexos: o masculino e o feminino. Mesmo assim, não existia uma obrigatoriedade de relações amorosas ou sexuais entre esses dois sexos. Podemos dizer que, o que fez com que o ser humano realizasse intercurso com o sexo oposto, foi a dimensão cultural e a questão da reprodução.

Machismo

O machismo nasce da sociedade patriarcal que valorizava o homem demonstrando sua falsa superioridade e fazendo com que o papel da mulher na sociedade fosse cada vez mais desvalorizado e as mesmas cada vez mais oprimidas.

Contudo, foi somente a partir das sociedades consideradas basilares da civilização ocidental como as da Grécia e Roma que o papel da mulher na sociedade já havia sido fortemente reduzido frente ao do homem, de forma que o indivíduo do sexo feminino tivera sua esfera de atuação limitada ao campo doméstico e familiar, jamais alcançando pleno exercício de direitos sociais e políticos permitidos ao sexo masculino, que assumiam as responsabilidades ligadas ao trabalho e chefia.

Na Roma Antiga a mulher vivia sob tutela perpétua, jamais gozando de autonomia patrimonial ou política, ficando sob o gerenciamento do *pater famílias* (termo que significa o mais elevado estatuto familiar na época: o marido ou um tutor; homens que, em seu papel familiar, tinham poder absoluto sob sua mulher, como um chefe).

Existem relatos históricos que contam que na Grécia antiga, a dita superioridade masculina era tanta que os homens só tinham relações amorosas com outros homens, pois as mulheres eram inferiores e impuras, e só serviriam para a reprodução. Pensamento esse que se assemelha a ideia de objeto que serve apenas para um propósito e não de que a mulher era um ser humano.

Vejamos então o conceito de machismo segundo Caplan (1990, p. 171),

> "Machismo ou chauvinismo masculino[4] é o conceito que se baseia na supervalorização das características físicas e culturais associadas com o sexo masculino, em detrimento daquelas associadas ao sexo feminino, pela crença de que homens são superiores às mulheres. Em um termo mais amplo, o machismo, por ser um conceito filosófico e social que crê na inferioridade da mulher, é a ideia de que o homem, em uma relação, é o líder superior, na qual protege e é a autoridade em uma família. "

Para Drumont (1980, p. 81) "em Termos da colocação adotada, o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher".

Na sociedade atual podemos observar diariamente nas casas, na rua, nas escolas etc., situações que demonstram esse machismo em diversos momentos cotidianos e que passam muitas vezes desapercebidos aos olhos da sociedade por estarem acostumados com esse comportamento e pensamento patriarcal.

Um exemplo disso dentro das escolas que não possuem uniforme, é a questão da vestimenta feminina. O que podem ou não podem usar para ir à escola. Certamente que o calor não justificaria ir pelado ou de biquíni ou sunga para a aula. Mas o que entra em debate aqui é: por que a roupa dos meninos não é sinônimo de erotização?

Muitos meninos vão à escola com bermudas, calças e camisetas bem apertas, mostrando o contorno de sua silhueta. Porém o que não se vê é alguém reclamando disso ou meninas estuprando esses rapazes com a desculpa que eles "provocaram isso usando esse tipo de roupa". Mas o que se vê são inúmeros tipos de assédio com meninas que vão com shorts ou saias para a aula.

---

[4] A palavra "chauvinista" foi originalmente usada para descrever alguém fanaticamente leal ao seu país, mas a partir do movimento de libertação da mulher, nos anos 60, passou a ser usada para descrever os homens que mantém a crença na inferioridade da mulher, especialmente nos países de língua inglesa. A expressão, "chauvinista masculino", é proveniente do nome de Nicolas Chauvin, soldado francês que foi considerado o melhor exemplo de como um homem deve ser, era corajoso, honrado e perseverante. No espaço lusófono, o termo chauvinista é utilizado, mas "machista" é muito mais comum.

Esses assédios vão desde xingamentos e tortura psicológica até a estupros. Tudo por conta desse pensamento de que o homem possui o corpo da mulher e em razão disso pode fazer com ele o que bem entender e quando quiser.

Por conta dessa violência e de muitas outras que o sexo feminino vem enfrentando há milhares de anos é que surge o movimento feminista.

Feminismo

Antes de qualquer coisa, vejamos uma simples definição do que é o feminismo, segundo Marques (2015), "feminismo é um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres e que existe desde o século XIX. "

Podemos precisar que o feminismo tem origem no ano de 1848, na convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque. Este movimento adquire cunho reivindicatório por ocasião das grandes revoluções. Participaram ativamente da Revolução Francesa e um exemplo de conquistas adquiridas nessa reivindicação é o direito ao divórcio, porém ainda com muitos preconceitos e discriminações acerca de mulheres que se divorciavam.

Em 1960, com a publicação do livro, O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, houve uma influência no movimento feminista, de forma que ilustra que a hierarquização dos sexos é uma construção social e não uma questão biológica, que a condição da mulher na sociedade é uma construção da sociedade patriarcal. Assim, a luta do movimento feminista vai além da busca pela igualdade de direitos e incorpora a discussão acerca das raízes culturais da desigualdade entre os sexos.

Por conta da oposição à essas normas hegemônicas de atuação dos homens na sociedade, e pela ignorância acerca dos objetivos do movimento, este recebe diversas críticas. Muitas pessoas acreditam que as feministas pregam o ódio contra o sexo masculino ou tentam vê-los como inferiores.

É importante ressaltar aqui a diferença entre o feminismo e o femismo. O feminismo busca igualdade de direitos entre homem

e mulher na sociedade. "Feminista, é a pessoa que acredita na igualdade social política e econômica entre os sexos. " (CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE, 2013)[5]

Já o femismo acredita que,

> "[...] a libertação da mulher só virá quando a mulher inverter a lógica do patriarcado, construindo uma espécie de sociedade matriarcal, aonde as mulheres detenham o poder, para com isso pagar a dívida histórica que a sociedade patriarcal deixou, criando condições para as mulheres manifestarem sua identidade. " (ROSSI, 2011, p. 3)

Os grupos feministas podem ser vistos, ainda, como destruidores dos papéis tradicionais assumidos por homens e mulheres ou como destruidores da família.

As feministas afirmam que sua luta não tem por objetivo destruir tradições ou a família, mas alterar a concepção de que o lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos. O compromisso dos movimentos feministas é pôr fim à dominação masculina e à estrutura patriarcal. Com isso, acreditam que garantirão a igualdade de direitos.

É imprescindível ressaltar também que o movimento feminista como um todo, não prega que a mulher não pode estar em casa cuidando dos filhos, mas sim que exista o direito à escolha do que realmente a mulher deseja fazer sem que haja uma repressão social ou familiar.

São graças as conquistas do movimento feminista que hoje se tem leis, como a Maria da Penha que criminalizam a violência contra mulher. Mas ainda existe um longo caminho a percorrer para se ter igualdade de gêneros e, por isso é muito importante que este assunto esteja sendo debatidos em toda a sociedade, inclusive na escola.

[5] Fala da escritora Chimamanda Ngozi Adichie, no discurso "We Should all be Feminist", no ano de 2013.

Homofobia

Quando se fala em Homofobia, a primeira relação que fazemos em nossa cabeça é a de agressões físicas e verbais, porém ela ultrapassa esses fatores como diz Rogério Junqueira (2009, p.9):

> "A Homofobia transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e Lésbicas), bissexuais, Transgêneros (especialmente travestis e transexuais). Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitário, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero."

Como descrito na citação, a Homofobia também está ligada com o fato de tentar colocar os e as homossexuais em um padrão que não é o deles e delas, colocá-los em caixas que destoam de tudo aquilo que foi construído política e culturalmente pelos mesmos.

Porém, quando trazemos para discussão a homofobia, temos que lembrar do papel e carga social que ser gay carrega e, como isso é importante para quebrar o padrão heteronormativo patriarcal que vem imperando na sociedade. A partir do momento que mulheres não tem que necessariamente se relacionarem com homens e homens podem se relacionar com outros homens, essa orientação sexual vem para quebrar essa produção machista da sociedade.

Transfobia

Transfobia, conhecida como aversão, como atitudes ou sentimentos negativos as pessoas trans, sejam elas Transexuais, Travestis ou Transgenêros.

A transfobia aparece na sociedade de várias formas muitas vezes imperceptíveis pela maioria das pessoas, como arrumar emprego, ou até mesmo conseguir ficar na escola sem sofrer uma serie de discriminações.

Esse preconceito permeia nossa sociedade diariamente, onde mulheres trans que se identificam enquanto mulheres são tratadas por pronomes masculinos. Trans são mortas diariamente apenas por serem trans. Na escola, elas e eles acabam desistindo pois não conseguem aguentar a carga de preconceitos que são submetidos diariamente. Com isso a única escapatória para muitas e muitos é a prostituição, que não deve ser entendida como uma opção, mas sim como a única maneira de sobrevivência.

Pilares da Sexualidade

Quando falamos em Sexualidade temos que pensar em vários fatores que influenciam na mesma, como a pessoa se identifica enquanto pessoa, como ela se orienta sexualmente falando, como ela expressa seu papel para a sociedade e os fatores biológicos. E quando falamos nesses quatro fatores, temos quatro nomes para eles: Identidade de Gênero, Orientação Sexual, Expressão de Gênero e Sexo biológico.

Todos esses vetores levam consigo também os papeis sociais e cargas sociais envolvidos, e as consequências diárias dessas funções políticas, sabendo que isso acarreta vários "problemas" e retaliações, como o papel de um ou uma homossexual na sociedade, ou de uma mulher trans., de uma travesti. E mesmo com tanto impedimentos eles e elas continuam a luta diariamente, tanto por sobrevivência como por visibilidade, e sinteticamente eles e elas não estão pedindo muito, apenas aquilo que é diariamente negado pela sociedade.

Identidade de Gênero

O termo identidade de gênero, se refere ao gênero que a pessoa se identifica independentemente do sexo biológico, de orientação sexual ou expressão de gênero. Ou seja, alguém pode

ter nascido com órgão genital feminino, mas se identificar com brincadeiras, roupas dentre outras formas de manifestação pessoal ditas masculinas.

Portanto, essa pessoa pode mesmo sendo mulher de nascimento, se identificar como homem. Mas isso não necessariamente significa que ela irá se vestir como tal ou se interessará por mulheres para ter relações amorosas ou sexuais.

A identidade de gênero é então, em suma, como nós nos sentimos, com o que nos identificamos e o que gostamos, é quem nós somos, independente de como nascemos.

Orientação Sexual

A orientação sexual também independe totalmente de questões de identidade de gênero, de sexo biológico ou de expressão de gênero. Logo, a orientação sexual de uma pessoa indica por quais gêneros ela se sente atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente.

O termo orientação sexual é considerado mais apropriado do que opção sexual ou preferência sexual, porque opção indica que uma pessoa teria escolhido a sua forma de desejo. O que não é o caso, mesmo que o indivíduo seja assexual (nenhuma - ou raros, ou específicos momentos de - atração sexual), bissexual (atração por mais de um gênero - ou, por dois gêneros e outros gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou pansexual (atração por todos os gêneros).

Mesmo hoje com tantas pesquisas acerca de como se define a orientação sexual de uma pessoa, não se tem uma resposta que explique essa questão. Porém independentemente disso, podemos fazer uma relação simples entre escolha e algo que não podemos evitar.

Pensando em uma sociedade qualquer, seja a real ou uma sociedade alternativa, onde só existisse uma forma de relações amorosas e sexuais aceita e todas as outras fossem abominações, você escolheria, frisando que seria por livre e espontânea vontade, ser diferente dos demais, sabendo que as consequências disso

trariam sofrimento, dor, preconceito, medo, depressão, espancamento, morte, dentre outras?

Trazendo o filme Orações para Bobby, de 2009, nós temos uma resposta para essa pergunta. Ninguém gostaria de ser morto por intolerância, desprezo e violência pelo simples fato de amar ou se sentir atraído sexualmente por outra pessoa, de forma que para a sociedade isso seja errado.

Mas ainda que a pessoa houvesse escolhido, a questão indefere do fato de ser uma escolha ou não. A preocupação principal deve ser com o respeito, com todas as orientações sexuais, respeito com todas as pessoas desligando-se do fato de sua orientação sexual. Quando o respeito imperar, tanto irá fazer se foi uma escolha ou algo biológico.

Expressão de Gênero

Expressão de Gênero vai ser o conjunto de informações que você expressa socialmente, essas informações envolvem vestimentas, pierciengs, tatuagens, cabelo, maquiagem, readequações corporais, que levam em conta o papel sociedade que isso tudo acarreta. Sabendo que a expressão de Gênero não tem nada a ver com a sua orientação sexual, ou sua identidade de gênero.

É necessário entender que Expressão de Gênero é como a pessoa se comporta na sociedade, e por mais que o marketing e a mídia imponham que existem roupas e objetos de homem ou de mulher, temos que ter em mente que os objetos não têm gênero, quem faz o gênero das coisas somos nós a partir do momento que usamos.

Devemos levar em conta as expressões de Gênero não-Binárias, que não levam em conta essa dualidade Homem/Mulher, baseiam-se em expressões ambíguas, neutras, agêneras, múltiplas e parciais. Considerando a expressão de Gênero como algo que não precisa estar ligada a uma coisa só, mas a qualquer função que a pessoa que expressa quiser.

Sexo Biológico

O sexo biológico é uma classificação das gônadas, genitálias, gametas ou composição cromossômica de alguém. Ou seja, é a forma como a pessoa nasce anatomicamente falando, de acordo com suas genitálias, principalmente.

Se o indivíduo nasce com uma vagina e aparelho reprodutor uterino, se denomina aquele ser de menina e se o indivíduo nasce com um pênis e testículo, se denomina aquele ser de menino.

Essa classificação não considera aspectos psicológicos daquele ser e é totalmente separada das questões de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. É uma classificação utilizada desde de os primórdios da humanidade e é utilizada para designar o sexo de qualquer animal.

Há seres que são intersexuais, que significa que há alguma diferença nos órgãos genitais que dificulta e/ou impossibilita a classificação citada acima. Para "solucionar" o problema, existe um procedimento cirúrgico, que pode ser aconselhado por médicos e decidido pela família, que define o sexo do indivíduo. Normalmente se escolhe pelo sexo feminino, pois o mesmo terá maior utilidade do que um pênis não funcional, o que seria mais difícil de se aceitar socialmente.

O problema é que essa prática não leva em conta as questões de identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, portanto aquele indivíduo pode nunca se identificar consigo mesmo e ter grandes dificuldades em compreender sua sexualidade.

> "A medicina não é a grande vilã da história, antes, é parte da ordem social que exige que as pessoas tenham um sexo verdadeiro – homem-masculino e mulher-feminina – e que essa verdade esteja sinalizada no corpo. A anatomia ainda funciona como o lugar primário para anunciar a verdade dos sujeitos. " (PINO, 2007, p. 171)

Considerações

Ao longo da construção desse artigo, ficou clara a necessidade de trazer esses questionamentos e discussões para a

sala de aula, sendo assim é reiterada aqui a imprescindibilidade dos professores e professoras serem preparados em suas formações para problematizar essas questões.

Também é primordial a participação ativa dos pais, mães e responsáveis, na construção coletiva desse diálogo voltado a gênero e sexualidade, pautado claramente no respeito as diversidades, sejam elas de gênero, sexualidade, religiosa etc.

Com esse entendimento, temos como grande objetivo a sistematização de conceitos, buscando assim a desmistificação de tabus presentes na educação e na sociedade como um todo, na sala de aula e fora dela, assim refletindo positivamente na realidade do aluno.

Compreendemos que este artigo é um ato mínimo, mas que faz parte de um movimento de respeito ao próximo, não importando aspectos de gênero e sexualidade, para que as pessoas se aceitem como são e parem de enxergar os outros com desdém e inferioridade.

É muito importante que passos assim sejam dados, para que a sociedade possa entender que não é expondo as diferenças dos outros e as negativando que uma suposta superioridade será alcançada. Quando for possível a compreensão de que realmente o que importa é a igualdade, aí teremos alcançado um avanço incrível, mas para isso é realmente necessário que essas temáticas sejam abordadas em sala de aula e em casa.

Também é indispensável dizer que entendemos claramente as dificuldades que as escolas enfrentam, ainda hoje, na abordagem desses assuntos. Por conta disso é tão significativo atos como este da oficina itinerante do PIBIDGeo sobre Gênero e Sexualidade ao desmitificar conceitos e estereótipos até então construídos na nossa sociedade, priorizando dessa forma a conscientização das pessoas, em prol da vida e do respeito mútuo.

Referências

ALVES, R. **A alegria de ensinar.** Campinas: Papirus, 2003.

ADICHIE, C.N. **Sejamos todos feministas.** Traduzido por: Cristina Baum. São Paulo: Cia das Letras, 2015. Pág. 64.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais.** Pluralidade cultural e orientação sexual. Temas transversais. V.10. MEC. Brasília. 1997.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Índex Para a Inclusão: Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.** Traduzido por: Mônica Pereira dos Santos. Produzido pelo Lapide, 2002.

BORTOLINI. A. **Diversidade sexual e de gênero na escola.** Revista espaço Geográfico, Brasília, v.123, p. 27-37, agosto 2011.

CAPLAN, Paula. **Delusional Dominating Personality Disorder.** (Em inglês). Activist Men's Journal (Volume 17) (Número 1): 171-174. 1990.

DRUMONT, M.P. **Elementos para uma análise do Machismo.** Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980

FURLANI, J. **Mitos e Tabus da sexualidade Humana.** Florianópolis: CEPEC Editora, 1998.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática de libertação – uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Moraes, 1980.

JUNQUEIRA, R. D., **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas.** Bagoas n. 04 2009 p. 171-1892007. Disponível em <www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art09_junqueira.pdf>

LOURO. G. L.. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan. /jul. 2011.Disponível em http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br

MARQUES, R. **O que é feminismo?** Disponível em: <http://meexplica.com/2015/11/o-que-e-feminismo/>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

PINO, N.P. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos.** Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007:149-174,

RENA, L. C.C.B. **Sexualidade e Adolescência: As oficinas como prática pedagógica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSSI, C F. **Feminismo ou Femismo? São coisas completamente diferentes.** 2011. Disponível em: < https://feminismosempre.wordpress.com/2011/07/10/feminismo

-ou-femismo-sao-coisas-completamente-diferentes/ >. Acesso em: 24 de abril de 2016.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SILVA, D. M. **Relações de gênero no espaço escolarizado: o desafio de integrar polaridades.** In. FRAZÃO, Lilian Meyer; ROCHA, Sergio Lizias C.de. O. (Orgs) Gestalt e Gênero. [S.L]: livro pleno, 2005.

TAGLIAMENTO, G.; BEIRAS, A; TONELI, M. J. F. **Revisitando seus próprios valores: trabalhando sobre sexualidade e gênero junto a educadores.** Extensio: Florianópolis, 2005.

WEEKS, J. . **O corpo e a sexualidade.** In. LOURO, Guacira Lopes, (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade, 2 ed.Belo Horizonte: Autêntica,2001

O DISCURSO MACHISTA E SEXUAL EM VINÍCIUS DE MORAES: análise de discurso de fragmento do texto "Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si"

Tamires Guedes dos Santos[1]

Introdução

Este trabalho pretende analisar o discurso machista do poeta Vinícius de Moraes, levando em consideração um fragmento do texto "Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si" – mais especificamente o primeiro parágrafo deste texto –, o qual faz parte do livro "Para uma menina com uma flor". Para tal análise, há de se levar em consideração o contexto histórico-social do final da Era Vargas. A metodologia empregada de análise é a Análise de Discurso francesa proposta por Michel Pechêux, bem como a teoria acerca deste a partir de autores como: Aracy Ernst-Pereira, Norman Fairclough e Freda Indursky.

Breve definição do que é Análise do Discurso

A linha de Análise de Discurso utilizada para a elaboração deste artigo é a análise de discurso francesa, ou seja, aquela proposta por Michel Pechêux. Tal vertente pretente combinar uma teoria social marxista – levando em conta Althusser – a do discurso com um método de análise textual através da linguística de Saussure. Leva em conta, ainda, a psicanálise de Lacan quanto às definições de sujeito, considerando também as premissas de Althusser.

Neste contexto, dá-se ênfase à ideologia, proposta por Althusser, que "funciona pela constituição ('interpelação') das

[1] Jornalista e publicitária. Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal de Pelotas. Para citação, utilizar: GUEDES, Tamires. Email: tah.guedes@gmail.com

pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 52), o que é reforçado pela psicanálise de Lacan, que defende que o sujeito não é dono de si, mas sim é influenciado pelo meio e pela sua vivência, o que reafirma como a ideologia adotada pelo sujeito está vinculada tanto a ele quanto ao discurso desse.

Pechêx usa o termo 'discurso' para enfatizar a natureza ideológica do uso linguístico, levando em conta, assim, a Linguística proposta por Saussure a partir do 'corte saussuriano' que "cindiu a *Linguagem* em *Língua* e *Fala*, separando, com este gesto, o que entendia como social e passível de descrição, a *língua*" (INDURSKY, 2001) e reformulando as definições propostas pelo autor para melhor adequar a teoria que estava estabelecendo.

Análise do Discurso em um fragmento de texto de Vinícius de Moraes

> ***Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si***
> Meninas sozinhas, perdidas no mundo e dentro de si: eu gostaria de tocar-lhes xilofone nas clavículas, harpa nas costelas, cuíca na caveira e gostaria também de lhes pedir emprestados os fêmures e com um fazer uma flauta, e com o outro bater um fantástico tambor feito da pele de seus ventres bem esticada sobre sua ossada pélvica. E gostaria que o som que saísse do xilofone e da harpa e da cuíca e da flauta e do tambor dissesse Hitler!
> [Agosto de 1944 – Feito sobre um desenho de Carlos Scliar]

Posição a partir da qual o sujeito produtor fala

O sujeito produtor fala em primeira pessoa, trazendo suas próprias impressões sobre a observação de outro texto – neste caso em específico o desenho de Carlos Scliar – bem como os sentimentos que este texto o desperta.

Os sujeitos (hipotéticos) a quem o texto dirige-se

O texto dirige-se diretamente para as meninas ilustradas por Carlos Scliar.

Outra hipótese de sujeito a quem o texto se dirige são os leitores que teriam contato com o texto, e que, conforme pretendia o autor, de preferência, tivessem contato com a obra em específico de Scliar, para assim melhor relacioná-los criando uma *intertextualidade* entre o texto verbal – o de Vinícius de Moraes – e o não-verbal – a ilustração de Carlos Scliar.

Entende-se por intertextualidade, dentro do contexto teórico de Análise de Discurso é concebido como interdiscurso e caracteriza-se por ser "o lugar onde residem vários sentidos" (INDURSKY, p. 78, 2015)[2] os quais são construídos através das ligações feitas pelo interlocutor (ou seja, leitor) do texto que está sendo exposto a outros textos que já conhecia anteriormente. Assim, "o sujeito-leitor faz sentido na história, por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito" (MAZIERE, p.63, 2007)[3], ou seja, relacionamos um discurso a outros que foram anteriormente formulados e que influenciam de alguma maneira naquele discurso que se dá na forma de texto no âmbito do concreto.

Condições de produção (contexto sócio-histórico-ideológico)

O texto de Vinícius de Moraes foi produzido em agosto de 1944. Prenúncio do final do Estado Novo (Era Vargas), no Brasil, e o final da Segunda Guerra Mundial, que se encerraram em 1945.

Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de forma contínua entre 1930 e 1945,

[2] INDURSKY, Freda. **O texto nos estudos da linguagem:** especificidades e limites. *In* ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem:** Discurso e textualidade. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

[3] MAZIERE, Francine. **A Análise do Discurso:** história e práticas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

dividindo-se em três momentos: Governo Provisório -1930-1934, Governo Constitucional – 1934-1937 e Estado Novo – 1937-1945.

Na época do Estado Novo, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, foi o principal acontecimento, de acordo com o site Só História, pela "grande contradição do governo Vargas, que dependia economicamente dos EUA e possuía uma política semelhante à alemã"[4] pelo fato de Vargas agir como um ditador, tal qual como Hitler o fazia na Alemanha.

A poesia de Vinícius de Moraes foi escrita em agosto de 1944, pouco depois que ocorreu o chamado o Dia-D (6 de junho de 1944), o dia em que os aliados ocidentais desembarcaram nas costas da França, dando início ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Marcas e Elementos linguísticos que sustentem o gesto de interpretação

De acordo com Galli[5] (2013), marcas linguísticas "são os termos (as palavras) que fazem parte dos enunciados", muito além de somente as palavras, a autora vislumbra como marcas linguísticas também a pontuação, já que estes também fazem parte do enunciado, além de dar sentido a este, conforme o contexto e/ou o enunciado.

O trecho do texto selecionado objetifica a mulher ao passo que compara partes do seu corpo – mais especificamente do esqueleto – com instrumentos musicais: clavícula para xilofone, costelas para harpa, cuíca para caveira, fêmur para flauta, ossada pélvica para tambor. Pode-se notar, que a imagem das partes do esqueleto comparadas aos instrumentos tem formatos parecido, esse seria um dos motivos, também, da comparação feita pelo autor.

[4] SÓ HISTÓRIA. **Era Vargas**. Acessado em 29 de abril de 2016. Disponível em : http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/

[5] GALLI, Glória. **Definindo Marcas Linguísticas**. Postado em 21 de maio de 2013. Disponível em: http://www.lpeu.com.br/q/90fo. Acessado em 19 de abril de 2016.

Apesar de o esqueleto ser igual para ambos gêneros, o autor, ao colocar como interlocutor a mulher, a partir do vocativo "meninas perdidas no mundo e dentro de si" direciona este esqueleto a este público em específico, deixando implícito que o esqueleto da mulher pode ser feito em instrumentos musicais.

Ainda levando em consideração a relação proposta na poesia entre as partes do esqueleto – definido como "esqueleto feminino" tal como analisado – com os instrumentos musicais, há de se definir rapidamente como seriam o formato desses instrumentos e que possíveis relações estes poderiam ter com os ossos a eles relacionados, tal como segue.

O xilofone é um instrumento comum na infância, principalmente, e caracteriza-se por ser um instrumento de percussão, "constituído de lâminas de madeira ou metal, graduadas em tamanho, para corresponder às notas da escala musical" (Definição do Google), além disso, o instrumento deve ser tocado com baquetas. A clavícula, por sua vez, é um "osso longo com uma dupla curvatura que articula o esterno com a escápula" (*ibdem*), em outras palavras, são os ossos que compõem a estrutura superior dos ombros.

A harpa era um instrumento comumente utilizado na idade média e caracteriza-se por ser um instrumento "composto de cordas estendidas numa moldura aberta, que, na execução, se dedilha" (Definição do Google), o instrumento ainda é utilizado atualmente, principalmente em orquestras. Costelas, como se sabe, são os ossos que compõe a infraestrutura que protege os órgãos vitais, composta por um conjunto de 12 pares de ossos. Nota-se que a harpa possui variados números de cordas, podendo-se relacionar a sequência de cordas da harpa à de ossos.

Cuíca é um instrumento culturalmente conhecido relacionado diretamente ao carnaval, ele é definido como " tipo de tambor que contém em seu interior uma varinha ou tira de couro em contato com a membrana e que, ao ser friccionada, produz um som rouco" (Definição do Google). Já a caveira, como se sabe, são os ossos que compõem a face. Relacionando a cuíca à caveira, pode-se considerar que o instrumento contém um componente em seu interior que o define assim como a caveira contém talvez o órgão

mais importante do corpo: o cérebro. Levando em consideração ainda a relação de friccionar o instrumento para que ele emita um som relacionado a caveira, podemos pensar que uma forma de fricção poderia ser um beijo, por exemplo, já que há – a grosso modo – a fricção de duas caveiras.

Fêmur é conhecido por ser o maior osso do esqueleto humano, e define-se como um "osso longo da coxa, que se articula proximalmente com o quadril e distalmente com a tíbia e a patela" (Definição Google). A flauta é um instrumento de sopro "feito de diversos tipos d'e madeiras com formato de um tubo oco com orifícios" (Definição Google), ela produz som a partir do fluxo de ar dirigido a uma aresta que vibra com a passagem do ar" (*ibdem*), em outras palavras, o som é produzido através do sopro no tubo principal e dedilhar dos orifícios que ficam posicionados na posição superior quando na mão do execucionista.

Ossada pélvica é também conhecida como os ossos que constituem a bacia, que envolve, entre outros órgãos, os órgãos genitais, o que se reafirma pela relação feita no próprio texto com a pele do ventre, que de fato, em uma pessoa magra, fica naturalmente esticada sobre essa ossada, o que facilmente pode-se relacionar com a estrutura de um tambor. O tambor é um instrumento musical de percursão "de forma cilíndrica, revestido por uma ou duas membranas nas extremidades que, quando tocado com as mãos ou baquetas, produz som de acordo com o seu tamanho e a sua afinação" (Definição do Google) comum em diversos ritmos da música popular brasileira, dentre elas o carnaval e o axé.

A definição de um esqueleto feminino, conforme foi discutido anteriormente, é discutida na diferenciação entre o esqueleto de homem ou de mulher definido a partir do crânio e da ossada pélvica – ambos citados por Vinícius de Moraes em sua peça artística –, proposto por Daniela Soares na Revista Superinteressante, como pode-se constatar a seguir:

> Além do tamanho dos ossos, maiores e mais robustos no homem, as principais diferenças podem ser notadas no crânio e na pelve (bacia). "Os ossos cranianos do homem têm saliências e sua fronte é achatada, enquanto o crânio da mulher é mais liso e a fronte reta", diz o anatomista Edson

> Liberti, da Universidade de São Paulo. Essas diferenças aparecem após a puberdade e são disparadas por hormônios. A pelve feminina tem formato mais circular que a do homem e uma cavidade pélvica maior que facilita a passagem do bebê no parto. (SOARES)[6]

Sendo assim, existe uma diferença científica entre as ossadas de homem e de mulher. Não se sabe se tal informação já era difundida em 1944, já que o texto de Soares fora escrito 50 anos depois, o que leva a crer que possivelmente tal distinção ainda não havia sido estudada, reforçando, de certa forma, a esteriotipação do esqueleto feminino, relacionando-o com instrumentos musicais, feita por Vinícius de Moraes no texto analisado.

A sexualização da mulher, ou seja, coloca-la como objeto sexual, ocorre no título do texto "Meninas perdidas no mundo e dentro de si". Como se sabe, o senso comum tem como "mulher perdida no mundo" aquela que tem por profissão a prostituição, assim infere-se que Vinícius dirige-se a jovens prostitutas, já que também as define como "meninas".

Outro fator de sexualização está no fato de o autor comparar os ossos dessas mulheres com instrumentos musicais. Para tocar os instrumentos musicais citados pelo poeta é necessário: apertar, dedilhar, soprar e até mesmo bater. Considerando essas atitudes sendo realizadas no corpo de uma mulher, pode-se perceber que de fato Vinícius pretendia apalpar e apertar os corpos das jovens de forma tal a sentir seus ossos.

A citação da "ossada pélvica" também denota sexualização, já que tal ossada localiza-se próxima aos genitais. Além disso o próprio ato de "bater" inferido pelo instrumento "tambor" – que é comparado a esses ossos em questão – pode deixar implícito a penetração masculina, ou seja, o ato sexual em si.

---

[6] SOARES, Daniela. **Como saber se um esqueleto é de homem ou de mulher?** Super Interessante, ed. 79, abril de 1994. Disponível em: http://super.abril.com.br/ciencia/como-saber-se-um-esqueleto-e-de-homem-ou-de-mulher. Acessado em 25 de maio de 2016.

Ainda sobre o tambor, é o único trecho em que o poeta cita outro elemento do corpo da mulher que não os ossos, ele menciona também a "pele de seus ventres" que compõem o tambor e mantém a relação com o órgão genital feminino. A própria palavra "ventre" em si denota parte da composição feminina já que é comumente associada a gravidez – e consequentemente maternidade – como em "carregar uma criança no ventre".

O trecho selecionado é finalizado fazendo uma referência a Hitler, ditador alemão que estava começando a ser deposto em função da Segunda Guerra Mudial, afirmando: "E gostaria que o som que saísse do xilofone e da harpa e da cuíca e da flauta e do tambor dissesse Hitler!".

Acerca do posicionamento político do poeta, que tem relação com a análise que far-se-á a seguir acerca do fechamento do trecho em análise, pode ser levado em consideração para melhor compreender o contexto sócio-histórico que, em 1943, Vinícius de Moraes tornou-se diplomata, cargo que ocupou até 1968, no início da Ditadura Militar. Enquanto poeta, considera-se que sua obra "é dividida habitualmente em duas fases: uma de sentido místico e lírico, e outra mais sensual e de linguagem mais simples" (Barsa, p. 155, 2002)[7]. Tal divisão aponta para o posicionamento político dele já que "em sua segunda fase voltou-se politicamente para o engajamento de esquerda. (...) resultando em poemas de denúncia social" (ARJONA & RONCARI)[8] enquanto que o posicionamento político de Hitler, e por consequência Vargas por se tratar também de um ditador.

Assim, podemos notar que, primeiramente, Vinícius de Moraes é reconhecido pela sua obra no senso comum principalmente devido a segunda fase em função de seus poemas de amor, como se pode notar no que diz a Enciclopédia Barsa:

---

[7] Diversos colaboradores. **Nova Enciclopédia Barsa**. Vol. 10, p. 155. 6ª ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2002.

[8] Projeto de iniciação científica "O Amadurecimento Poético e a Conscientização Política em Vinicius de Moraes". Resumo de ARJONA, Guilherme Evaristo Souza(coord.) & RONCARI, Luiz Dagobert de Aguirra (integrante). Acessado em 16 de maio de 2016. Disponível em: https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=4322&numeroEdicao=20

> Um dos grandes representantes do lirismo amoroso dos tempos atuais, Vinícius conseguiu, como poucos, exprimir com realismo característico a relação de amor entre o homem e a mulher. Após a primeira ase, mais mística e de individualismo nostálgico, assumiu por completo o papel de poeta do amor, da matéria, do mundo e da mulher, em versos altamente musicais. (BARSA, p. 155, 2002)[9]

Com isso em mente, percebe-se o quanto o poeta é renomado devido a segunda fase. Apesar de comumente não se dar tanta ênfase a sua importância dentro da política brasileira, por ocupar o cargo de diplomata, ou para seu posicionamento político, que, como já foi colocado, era contrário ao sistema político do governo de Vargas.

Sendo assim, levando-se em consideração tanto o posicionamento político de Vinícius de Moraes quanto o contexto histórico do momento em que o texto foi escrito – início do fim da Segunda Guerra Mundial e, por consequência, da ditadura de Hitler e da Era Vargas – pode-se afirmar que os instrumentos que o eu-lírico pretende utilizar são para comemorar o final da Guerra e consequente final da Era Vargas no Brasil. A partir disso, o poeta poderia ter mais liberdade de se posicionar a respeito de política, apesar de não ser algo comum em sua obra.

Apesar da divergência de opiniões políticas entre o autor e o personagem referido – Hitler –, a qual pressupõe ironia com relação a situação política vivenciada no momento que a peça literária foi produzida, não há como afirmar que a utilização dos instrumentos feitas pelo eu-lírico estende a ironia também para objetificação da mulher. Pelo contrário, pelo que se sabe da vida de Moraes, que teve vários relacionamentos amorosos, o que se constata pelos inúmeros casamentos e também pelo fato de o poeta ser considerado por diversos autores que tratam de sua biografia como um poeta que tinha a necessidade de estar constantemente

[9] Diversos colaboradores. **Nova Enciclopédia Barsa**. Vol. 10, p. 155. 6ª ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2002.

apaixonado, pois esta seria a fonte de sua inspiração. Tudo isso, de certa forma reafirma a possibilidade de uma visão machista acerca do tema, já que para o poeta o amor é efêmero tal como diz em seu famoso Soneto de Fidelidade "Eu possa me dizer do amor (que tive) Que não seja imortal, posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure", e por isso, trocar de relacionamento poderia ser uma forma de objetificação da mulher, que se troca facilmente.

Falta, excesso, estranhamento

Os conceitos de falta, excesso e estranhamento, segundo Ernst-Pereira[10] (2009) "devem ser interpretados numa dupla dimensão: a do intradiscurso (materialidade discursiva) e a do interdiscurso (memória discursiva)", já que, para a autora a Análise de Discurso "trabalha um objeto inscrito na relação da língua com a história", o que justifica a contextualização histórica feita nesta análise.

Pode-se perceber por excesso a repetição feita pelo poeta ao comparar os ossos das mulheres com instrumentos musicais, bem como a repetição das palavras que se referem a estes instrumentos propriamente ditos ao poeta referir-se, na linha de encerramento, como ele gostaria que fosse o som que estes objetos reproduzissem.

A falta percebida no trecho analisado – e enfocando somente neste – pode ser considerada a partir dos seguintes questionamentos: Por que Vinícius de Moraes gostaria que os instrumentos fizessem um som semelhante a palavra Hitler? Por que Vinícius de Moraes escolheu os interlocutores "meninas perdidas no mundo e dentro de si"?

O estranhamento se dá a partir destes questionamentos, levando-se então a seguinte questão: Qual seria a provável relação entre "meninas perdidas no mundo e dentro de si" e Hitler que pretendia o autor?

[10] ERNST-PEREIRA, Aracy. **A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo**. IV SEAD - Seminário De Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009.

Além disso, há o estranhamento ao contato inicial com o texto, levando-se em consideração o momento em que este foi escrito, principalmente se não se sabe o posicionamento político de Vinícius de Moraes, que leva ao questionamento: Por que a referência a Hitler em um momento de final da Segunda Guerra Mundial? O que explica-se, em parte, como analisado anteriormente, pelo posicionamento político do poeta, mesmo que a impressão inicial seja de dúvida com relação a esta, se debruçado somente sobre o texto.

Tecendo considerações

A análise de discurso proposta acerca do primeiro parágrafo do texto "Meninas perdidas no mundo e dentro de si", escrito por Vinícius de Moraes originalmente em agosto de 1944 e publicado no livro "Para uma menina com uma flor" acerca do machismo e sexualismo na produção em específico não se delimita somente ao que foi contemplado neste artigo. Na realidade, o objetivo deste artigo era explorar algumas formas as quais pode-se perceber tais características no texto selecionado.

Tendo tais considerações em mente, além da análise realizada ao decorrer deste trabalho, pode-se esboçar a conclusão de que realmente Vinícius de Moraes tem uma escrita machista, objetificando a mulher ao compará-la com instrumentos musicais e sexualizando-a, ao colocar de diversas formas a mulher como objeto sexual, tal como foi explordo. Isto levando em consideração somente o texto utilizado para análise, não generalizando tal posição acerca do autor, já que para tal seria necessária uma análise mais aprofundada.

Ainda há de se levar em consideração que no contexto sócio-histórico em que o texto foi produzido, ou seja, em 1944, os discursos machistas tinham mais "permissividade" para circular, pois estes estavam mais naturalizados, já que o feminismo enquanto movimento social – que luta pelos direitos de igualdade entre os gêneros e ecoa até os dias de hoje – vai aparecer na história por volta dos anos 60 e 70.

Referências

Diversos colaboradores. **Nova Enciclopédia Barsa**. Vol. 10, p. 155. 6ª ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2002.

ERNST-PEREIRA, Aracy. **A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo**. IV SEAD - Seminário De Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GALLI, Glória. **Definindo Marcas Linguísticas**. Postado em 21 de maio de 2013. Disponível em: http://www.lpeu.com.br/q/90fo. Acessado em 19 de abril de 2016

INDURSKY, Freda. ***O* texto nos estudos da linguagem:** especificidades e limites. *In* ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem:** Discurso e textualidade. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

MAZIERE, Francine. ***A* Análise do Discurso:** história e práticas. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MORAES, Vinícius de. **Para uma menina com uma flor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SÓ HISTÓRIA. **Era Vargas**. Acessado em 29 de abril de 2016. Disponível em : http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/

SOARES, Daniela. **Como saber se um esqueleto é de homem ou de mulher?** Super Interessante, ed. 79, abril de 1994. Disponível em: http://super.abril.com.br/ciencia/como-saber-se-um-

esqueleto-e-de-homem-ou-de-mulher. Acessado em 25 de maio de 2016.

Site de pesquisas Google para definições de verbetes. Disponível em: http://www.google.com.br

GT 6 - GÊNERO E EDUCAÇÃO

OS MICRO MACHISMOS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFPEL

Ana Paula Timm Krolow[1]
Marcio Silva Rodrigues[2]

Introdução

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a presença de práticas de micro machismos dentro do curso de Administração da UFPEL. Unindo a descrição adotada ao longo do trabalho de machismo – "atitude ou comportamento de quem não admite a igualdade de direitos para o homem e a mulher" - e a noção de "micro" estabelecida por Foucault (1979), que remete às práticas discursivas capilares, quase "invisíveis", formou-se o título do trabalho com a expressão "Micro Machismos". Esta expressão reflete com precisão as práticas investigadas ao decorrer da pesquisa dentro do objeto de estudo selecionado, práticas e discursos naturalizados reproduzidos em um determinado ambiente e que contribuem para a perpetuação da desvalorização da mulher. (LOURO, 1995; SCOTT 1989)

O interesse pela universidade tem dois motivos principais: a premissa de que a universidade deve ser um ambiente democrático, plural e acolhedor, e que promove o desenvolvimento de conhecimento a todos de forma igual, porém este ambiente não existe enquanto houver segregação e preconceito de qualquer forma; e também, mais precisamente o curso de Administração, por estar diretamente relacionado com a formação de pessoas atuantes no mercado de trabalho e nas empresas, instituição que

[1] Graduanda de Administração pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: anapaulatkrolow@gmail.com
[2] Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: marciosilvarodrigues@gmail.com

também tem grande influência no modo de organização da sociedade como um todo.

Posto isso, a estrutura do trabalho consiste nessa primeira de introdução sobre o tema abordado e justificativas pertinentes, em seguida um apanhado teórico sobre os temas abordados, uma breve descrição da metodologia utilizada no decorrer da pesquisa, seguido da análise dos dados coletados juntamente aos alunos do curso, e por fim, uma sessão dedicada às considerações finais do estudo realizado.

Alguns apontamentos teóricos:

Gênero e Feminismo

As desigualdades de gênero que persistem em existir na sociedade são fruto de um processo histórico de práticas assimétricas de poder. A cultura masculinizada, visivelmente transposta a diversas esferas sociais, tem sua origem e perpetua-se através de uma sociedade patriarcal e de um discurso machista. O patriarcado é considerado um dos mais antigos sistemas de opressão (SCOTT, 1989) e, em suma, pode ser definido como o modo de organização social onde há a preponderância masculina, quando a autoridade é exercida pelos homens, remetendo à figura do patriarca, cuja função era a de ser o chefe de família. Já o machismo, consta no dicionário Aurélio como a "atitude ou comportamento de quem crê que o homem é socialmente superior à mulher" e é, então, a ação, ou melhor, o comportamento que reproduz os valores do patriarcado.

Para compreender esta separação entre feminino e masculino, é necessário entender, também, o conceito de gênero. Sob a ótica dos estudos feministas, gênero não é apenas uma diferenciação gramatical, representada pelo feminino, masculino e neutro, e sim uma maneira de "referir-se à organização social da relação entre os sexos" (SCOTT, 1989) e, além disso, resultado da construção social das características atribuídas a cada um, e da dicotomia inserida na relação entre eles.

A luta pela igualdade de gênero, através do movimento feminista, ocorre da união de prática e teoria, da realidade dos movimentos sociais ao dialogar com o feminismo acadêmico e as correntes teóricas. Em um texto que sistematiza os estudos de gênero, Joan Scott (1989) insere-o como categoria de análise histórica, e consequentemente explana e critica os diversos estudos que buscavam analisar as desigualdades, ao longo das fases do feminismo.

As diferentes ondas do feminismo ocorreram em épocas distintas, com possibilidades e contextos históricos e políticos definidos. A respeito da primeira onda, pode-se dizer que representa o movimento sufragista pela igualdade de direitos civis, educativos e políticos, situado principalmente na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha, tendo como uma das principais bandeiras o direito ao voto. Esta primeira fase é responsável pela denúncia das imposições por parte do patriarcado (SCOTT, 1989; NARVAZ, KOLLER, 2006). A segunda onda surge nas décadas de 1960 e 1970 é marcada pela busca pela igualdade e pelas problematizações envolvendo o "ser mulher", apresentando a quebra entre sexo biológico e gênero, representada pela frase emblemática: "Ninguém nasce mulher, torna-se" (BEAUVOIR, 1980, p.9). Esta fase é conhecida como "feminismo da igualdade", e a divisão entre sexo e gênero funda a base teórica feminista da época. Já a terceira onda feminista, pós a década de 1980, recebe influência da crítica pós-modernista, e abre o debate ao que se denomina "feminismo da diferença" (BUTLER, 2003; NARVAZ, KOLLER, 2006; LOURO, 1995). É evidenciado nessa fase o quanto o discurso generalista é, na verdade, excludente, ignorando os recortes de classe, raça, e outras especificidades do feminino. Butler (2009) é referência teórica da terceira onda, ao desconstruir o conceito binário de gênero, e questionando o papel da mulher como sujeito único do feminismo (BUTLER, 2009; LOURO, 1995).

Estudos de Gênero e a Administração

Conectando os estudos feministas de gênero com o campo da administração, é possível citar Simone de Beauvoir quando diz que

> Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. (BEAUVOIR, 1980, p.14-15)

Desde a publicação da obra passaram-se 67 anos e, apesar de várias conquistas femininas, desde as mais básicas, como o direito a voto e leis de proteção a mulher, até melhores condições também no ambiente de trabalho, como a licença maternidade e maior presença das mulheres nas empresas e instituições, a afirmação de Beauvoir ainda é verdadeira. Em um relatório chamado "*Women in business and management: gaining momentum*", publicado em 2015 pela Organização Internacional do Trabalho, muitas das disparidades entre homens e mulheres são expostas. Esse estudo, analisou empresas de 80 países, revela que apesar de um aumento no número de mulheres em posição de gerência em empresas em relação ao último estudo, que hoje é de cerca de 30% (em sua maioria em empresas de pequeno e médio porte), elas representam apenas 5% dos cargos de alta gerência em grandes empresas. Esse mesmo relatório aponta que a respeito dos conselhos e juntas diretivas, 30% das empresas não tem mulheres na sua formação, e cerca de 65% tem menos de 30% de participação feminina nos grupos decisórios, demonstrando a falta de confiabilidade na capacidade das mulheres.

Sobre a inserção no mercado de trabalho, um outro relatório da OIT de um estudo realizado com empresas do Brasil, Argentina, Chile e México desqualifica o argumento que "justifica" o menor número de mulheres (ABRAMO 20115), de que a mulher representa um gasto maior para o empregador, geralmente atrelando as despesas aos gastos com a maternidade. Segundo essa pesquisa, os custos monetários para o empregador relacionado a

contratação das mulheres são muito reduzidos, representam menos de 2% da remuneração mensal bruta.

Há também uma grande diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo quando apresentam a mesma carga horária de trabalho. De acordo com dados do mesmo relatório citado anteriormente, no Brasil essa disparidade para quem trabalha 40 horas semanais é de 20,32%, ou seja, caso homens e mulheres trabalhem iguais 365 dias por ano, as últimas recebem por apenas 291 deles.

Inicialmente, estes números são justificados por alguns pressupostos. Primeiramente é argumentado que as mulheres recebem menos por exercerem atividades com menor retorno financeiro, em comparação às atividades exercidas pelos homens, entretanto elas são condicionadas à estas atividades, citadas por Fonseca como predominantemente assistenciais, por estímulos feitos desde a infância (FONSECA, 2000). O relatório da OIT de 2015, anteriormente citado, apresenta a consequência da segregação de gênero dentro das empresas, ou seja, a atribuição de determinados cargos como femininos ou masculinos, como um dos principais motivos pelo baixo número de presença feminina nos cargos de alta gerência, pois assim, as mulheres não conseguem obter experiência suficiente dentro da própria companhia para estarem aptas às posições hierarquicamente superiores. Este mesmo relatório traz os termos "paredes de vidro" e "teto de vidro" como modo de reprodução do machismo dentro das organizações, termos estes que Steil trabalha em seu artigo, referindo-se, respectivamente, às barreiras culturais que impedem as mulheres de trabalharem em determinadas áreas da empresa, como vendas e finanças, e, consequentemente, de coordená-la (STEIL, 1997).

Compreende-se então que a diferenciação no âmbito social ocorre ao atribuir certas características, comportamentos ou funções a condições biológicas de cada sexo, como por exemplo, ao delegar à mulher as responsabilidades do lar, ao se avaliar a feminilidade através de um conjunto de características da personalidade da "verdadeira mulher" (termo usado por Beauvoir) como a fragilidade e delicadeza, e em contrapartida a

masculinidade também, com a repressão de todos os aspectos femininos e valorização da virilidade, e, assim, determinar o papel que cada um desempenha. É fácil visualizar essa organização na sociedade, porém não é tão fácil compreender como ela se constitui, quais mecanismos tornam essas atribuições "naturais".

Visando facilitar esta compreensão, Scott (1989) enumera algumas maneiras desta legitimação acontecer, sendo as mais relevantes para este trabalho: os símbolos culturalmente disponíveis que expõe representações múltiplas, e muitas vezes antagônicas, como as figuras de Eva e Maria, exemplificando de um lado a pecadora, e de outro a santa, estigmatizando condutas e comportamentos, já diretamente ligado com um outro ponto da legitimação; os conceitos normativos que colocam em evidência "interpretações dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas" (p.21) e; a premissa de que o gênero é construído e disseminado através do patriarcado, porém não exclusivamente por ele, é igualmente representado na economia, na organização política, instituições religiosas e etc. Este mesmo raciocínio pode ser transposto para o ambiente do mercado de trabalho, e acaba resultando nas diferenciações citadas anteriormente.

Tais segregações de gênero, no mercado de trabalho e fora dele, permanecem "naturais" mesmo após décadas de estudos feministas desmistificando as diferenças biológicas e psíquicas e lutas dos movimentos sociais, e a explicação para isto está relacionada com a segunda característica que Joan Scott atribui ao conceito de gênero, quando o classifica como uma forma primária de significar relações de poder (SCOTT, 1989).

Gênero e Poder

Scott introduz, no mesmo estudo citado anteriormente, uma visão essencial para entender a dinâmica entre o machismo e as relações de poder, e consequentemente as relações de trabalho, substituindo a noção de poder social como algo centralizado e unificado por "alguma coisa que esteja mais próxima do conceito

foucaultiano de poder" (SCOTT, 1989, p. 20), autor amplamente utilizado nos estudos de gênero em geral.

Foucault (1979) com a noção de microfísica do poder, desorganiza as concepções tradicionais, e elimina a ideia de que o poder está em uma estrutura central, que o detém e dissemina em uma única direção, e defende que ele é descentralizado, dissipado em várias direções, e está inserido em todas as relações de forma capilar, agindo como mecanismo de manutenção de uma rede, como um conjunto de práticas sociais e discursos historicamente construídos, que assim, disciplinam os indivíduos e grupos, focando principalmente no modo como ocorre a dominação e a subordinação a este. (LOURO, 1999). É desta forma que esse conceito de poder desqualifica a polarização que coloca em oposição o dominante e o dominado.

Através desta análise, é possível afirmar que o machismo é a prática, o dispositivo discursivo, nos termos foucaultianos, que está incorporado em todas as dinâmicas e relações, que legitima a desvalorização da mulher e torna 'verdade' os valores que constroem, e são construídos pela sociedade patriarcal. Ainda sobre esta construção, Foucault ilustra:

> A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p.12)

Outra característica abordada por Foucault contrasta com as noções tradicionais de poder, a ideia de que o poder não é apenas negativo e coercitivo, mas também produtivo e positivo (LOURO, 1995). Estas micro práticas, aparentemente banais, não apenas coíbem e proíbem, mas também acabam por produzir sujeitos,

fabricando corpos dóceis, incitando comportamentos "aceitáveis", e diminuindo a força política dos indivíduos (MACHADO, 1993).

Considera-se, então, o machismo como uma construção discursiva mantida por micro práticas, ou seja, práticas corriqueiras, aparentemente pequenas, quase imperceptíveis que, em conjunto com outras, acabam constituindo uma relação de dominação. Esta dominação implica em ideias, discursos, comportamentos inseridos muito profundamente em toda a sociedade, incluindo também a esfera econômica e das relações de trabalho, ou então as instituições educacionais, que desempenham um papel determinante na manutenção desse discurso, tendo em vista o seu papel de promover o aprendizado e a reflexão nos indivíduos.

Metodologia

Considerando que este trabalho visa tanto verificar a ocorrência das práticas dos micro machismos quanto, se existentes, descrevê-las, optou-se por realizar o estudo em duas etapas, uma primeira fase predominantemente quantitativa, e posteriormente uma análise qualitativa. Neste estudo, em especial, a abordagem inicialmente quantitativa é necessária, tendo em vista que o tema escolhido, assim como os estudos de gênero em geral, é pouco abordado e compreendido no universo da pesquisa. Portanto a autora optou pela análise desta forma para, primeiro, obter um panorama geral da ocorrência dos machismos no curso e da percepção do tema pelos alunos, e também facilitar a abordagem para a segunda etapa do trabalho.

As questões feitas pretendiam exemplificar as práticas micro machistas mais comuns dentro das universidades, e foram elaboradas com base, principalmente, nos conceitos de gênero de Scott (1995), de naturalização de Beauvoir (1980), nas práticas ligadas à educação abordadas por Louro (1999) e nas experiências vividas em sala de aula pela própria autora. O curso, no período estudado, contava com 490 alunos matriculados, entretanto, devido as ausências em sala de aula, foram respondidos 206 questionários, sendo estes 98 vindos de alunas e 108 de alunos.

Após a aplicação pessoal destes questionários, os resultados foram tabulados, e iniciou-se a análise interpretativa dos mesmos.

Como foi citado anteriormente, é interesse do trabalho dar voz às mulheres, e assim descrever também como ocorrem estas práticas machistas. Sendo assim, foram ouvidas quatro alunas mulheres do curso, que prestaram depoimentos voluntários relatando situações vividas ou presenciadas. As entrevistas não continham um roteiro pré-determinado, pois a ideia era realmente levantar manifestações espontâneas, que retratassem os acontecimentos sob o ponto de vista das entrevistadas. Após as entrevistas, os relatos foram transcritos e posteriormente analisados.

Afim de facilitar a análise dos dados coletados, as informações reunidas foram organizadas e agrupadas em quatro categorias de análise construídas para o estudo, sendo elas a idealização, a objetificação, a masculinização e a deslegitimação da mulher. A teorização acerca destas categorias é feita juntamente com a análise e reflexão dos dados obtidos. Em conjunto com as informações verificadas, é importante ressaltar que a autora é mulher e aluna do curso de administração, ou seja, é além de observadora é também, em alguns casos, testemunha e vítima deste processo e, portanto, o papel de observadora ajuda a enriquecer as informações coletadas.

Por fim, a autora considera pertinente mencionar algumas limitações encontradas para a realização da pesquisa. Primeiro, como mencionado anteriormente, não foi possível aplicar os questionários com o número total de estudantes, principalmente pelo grande número de alunos faltantes. Também pode ser observada a resistência de alguns professores quanto a passagem em sala de aula, principalmente ao saber do que se tratava a pesquisa.

Análise de dados:

O presente estudo trata-se de um trabalho essencialmente empírico, e se propõe a descrever e analisar a ocorrência e as consequências do fenômeno dos micro machismos, e não o

fenômeno em si. Assim justifica-se a ausência de um capítulo específico de fundamentação teórica das categorias de análise, pois a mesma se dará ao longo da própria análise, tornando então o trabalho mais fluido e colocando em evidência os dados coletados.

Apesar das práticas estarem fortemente interseccionadas, todos os dados, tanto dos questionários quanto dos relatos, foram agrupados em quatro categorias principais de práticas dos micro machismos, afim de facilitar a teorização e a compreensão, e são elas: a idealização, a objetificação, a masculinização e a deslegitimação.

Idealização

A idealização da mulher se dá através das práticas que reproduzem um estereótipo machista construído e perpetuado socialmente, que estabelecem uma forma de ver e representar a mulher. Contribuindo com esta ideia, Chies defende que a "inferioridade feminina é delineada pelos estereótipos remetidos às mulheres", e sendo assim, podem ser considerados instrumentos de preconceito e dominação. (CHIES, 2010 p. 512)

Imputar à feminilidade características como a fragilidade, o cuidado, a pureza, a responsabilidade pelos cuidados do lar por exemplo, é consequência dessa naturalização. Tudo isso está muito ligado idealização também da família, onde a mulher é estigmatizada, e essa concepção costuma ser transposta as empresas e demais organizações (FONSECA, 2000). Sendo assim, os dados da diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho apresentados na introdução do estudo são, em parte, justificados. Ao incorporar a construção dos papéis de gênero, o mercado de trabalho atrela o trabalho feminino esse caráter de 'cuidar de', determinando profissões ou áreas em que este perfil se encaixa ou não, e além disso, desvaloriza essas profissões ou áreas em detrimento das então tidas como masculinas, que são vistas com maior rentabilidade (CHIES, 2010). Uma das questões do questionário pretendia investigar a ocorrência de práticas que estimulam a perpetuação desse estereótipo em sala de aula. Estes

foram os dados quantitativos mais expressivos encontrados no trabalho, confirmando a naturalização deste comportamento.

Foi perguntando aos alunos no geral se já haviam presenciado alguma fala que promovesse o estereótipo machista da mulher alguma vez em sala de aula. Os resultados foram similares entre os homens e mulheres, onde 77% afirmaram que já presenciaram. Foi perguntado também quem havia feito tal comentário, e 81% dos alunos afirmaram que estes foram feitos por alunos, em seguida de uma porcentagem também alta de falas vinda de professores, 66%.

Há a ocorrência também do machismo reproduzido pelas mulheres, como demonstrado nos altos números de atos praticados por alunas e professoras em todas as questões. Esta circunstância encontra fundamentação na perspectiva de poder de Foucault, anteriormente citada, que utilizada nas relações de gênero, acaba com a polarização entre o masculino e o feminino, exclui a ideia inicial de que um dos sujeitos detém o poder e o outro apenas está submetido a ele. O autor caracteriza esse fenômeno como um efeito disciplinante do poder, que ao induzir comportamentos, reduz também a capacidade de resistência e contestação. (FOUCAULT, 1989)

Alguns exemplos coletados nos relatos voluntários corroboram com os números encontrados. É constante a atribuição de tarefas às mulheres e a exclusão da responsabilidade dos homens nos conteúdos de marketing, por exemplo. A Aluna 3 conta que o professor instrui que as propagandas relativas à produtos de limpeza devem ser direcionada as mulher, e se incomoda com os "*vários comentários em sala de aula de produtos de limpeza, dizendo que quem entende são as mulheres né, homens não chegam nem perto disso então não entendem*".

A Aluna 2 expõe, também, um exemplo de comentário desvinculado do conteúdo das aulas, realizado por um outro professor. Ela relata quem em uma aula, a turma no geral conversava bastante, atrapalhando o andamento da aula, e depois de um certo tempo o professor se incomodou com este fato, e resolveu pedir para duas alunas se retirarem do ambiente, completando o pedido com a frase "*vão para casa ver novela*". O

professor, ao fazer este comentário desnecessário, imprime a ideia de que o lugar das alunas não é na sala de aula, e a aluna complementa "*ele não diria isso se fossem meninos*".

Através dos relatos pode-se constatar, inclusive, que os comentários não se detêm apenas na sala de aula, mas que ocorrem também nos corredores da faculdade. A Aluna 1 presenciou uma destas ocorrências, quando um professor, ao encontrar duas mulheres que ela acredita serem professoras do curso também, falou que "*duas mulheres juntas conversando só poderiam estar falando de homem né, no caso o marido, ou então de celulite*".

Analisando os dados quantitativos, e os exemplos citados pelas alunas, pode-se perceber que os comentários machistas são comuns no ambiente do curso, e que este comportamento é visto como natural pela maioria dos alunos.

Objetificação

A objetificação da mulher, ou seja, o ato sexista de tratar a mulher como um objeto, podendo assim observá-la e julgá-la como bem entender, foi abordada na primeira pergunta do questionário aplicado às mulheres. Este item também está diretamente ligado ao estereótipo da "mulher ideal" (abordado no item 4.1) e à masculinização imposta (item 4.3), porém por ora a análise se deterá na primeira prática citada.

A categoria busca explicitar a ocorrência de práticas que repreendem as alunas na sala de aula e no ambiente do curso quanto ao seu jeito de vestir e de agir, remetendo assim à ideia de que existe uma forma "correta" de se portar e se apresentar nesse ambiente. Feita a pergunta, aproximadamente 62% das alunas respondentes afirmaram terem sofrido olhares ou comentários constrangedores. Logo em seguida foi indagado quem realizou tal ação ou comentário (nestas questões é possível marcar mais de uma opção). É possível concluir pelas respostas que a prática é rotineira entre os alunos do curso, pois 75% das alunas afirmaram que já sofreram algum tipo de repressão deste tipo por alunos, e 45% por alunas. O relato da Aluna 4 dá o exemplo de uma ocorrência em sala de aula por parte de colegas: "*[...] lembro de uma vez que um colega*

meu falou que o meu short tava muito curto e eu não sei o que passou na cabeça dele pra achar que ele podia fazer um comentário desses".

Também é elevado o número de alunas constrangidas por professores, cerca de 28% e os exemplos trazidos pelas alunas ouvidas explicitam situações que ocorrem inclusive dentro de sala de aula. Em seu depoimento, a Aluna 3 fala de uma experiência direcionada diretamente a ela, quando incomodou-se com os olhares de um professor durante uma aula. A aluna vestia o uniforme de trabalho, e o professor a olhava insistentemente. A aluna ainda comenta que tentou amenizar a situação *"[...] eu fechei (a camisa), puxei os cabelos pra frente assim, pra dar uma disfarçada, e ele seguiu, continuou olhando e olhando"*. A Aluna 2, que presenciou este mesmo ato, comenta que esta situação é recorrente com este mesmo professor, e ainda complementa dizendo que se sente *"[...] abusada praticamente pela maneira como ele nos olha, como se a gente pudesse ser um objeto, sabe? É horrível!"*.Entretanto, justamente pelas suas sucessivas repetições, estes atos acabam se naturalizando e passam a ser práticas comuns, e isto justifica a ausência destes nos exemplos e a predominância dos casos envolvendo professores, como pode ser ilustrado na fala da Aluna 2: *"[...] e não é porque a gente não percebeu, é porque a gente aceita né, aquilo é natural pra gente já, então a gente aceita e lembra só dos casos mais gritantes*".

Masculinização

É perceptível na sociedade que as profissões mais tradicionais, as que possuem um maior prestígio, são profissões que tem origem masculina, e que até hoje são ocupadas predominantemente por homens. (BEAUVOIR, 1980; CHIES, 2010). Considerando que, como mencionado anteriormente, os papeis de gênero são construídos socialmente, há, também, um conjunto de características e comportamentos que formam o padrão masculino aceito para ocupar estas profissões ou áreas.

Nas declarações das alunas voluntárias é possível identificar comentários que reproduzem estas condições. É

consenso entre as aulas que a figura do administrador "ideal" é exposta claramente no curso, como exemplifica a Aluna 3: "*o perfil do administrador é óbvio, é um homem de terno, gravata e uma pastinha, esse é o cara que tem sucesso, o restante dos alunos vão ser assistentes administrativos, auxiliares, e que se conformem com isso*". A mudança imposta no comportamento da mulher começa dentro da universidade, e nas palavras da Aluna 2, as mulheres são "*pressionadas a agir de forma masculinizadas, não são nem encaminhadas, mas sim encurraladas*". Esta pressão começa nas pequenas coisas, como, por exemplo, a forma de apresentação dos trabalhos, as alunas não podem vestir qualquer roupa que desejarem, independentemente da temperatura que esteja no dia, ou então "*dar ataque de mulherzinha*", como define a Aluna 2, para que seja minimamente respeitada.

Durante as aulas são expostas também as práticas machistas naturalizadas no mercado de trabalho, reforçadas pelas opiniões pessoais dos professores. Dentre os exemplos identificados nos relatos, pode-se citar a situação da Aluna 1, que presenciou um professor afirmar em sala de aula que a licença maternidade era um absurdo e, ao tentar argumentar a favor, foi silenciada pelo professor juntamente com outros colegas. Outra ocorrência foi exposta pela Aluna 2, que concorda que o mercado e a sociedade por si só já impõe essa masculinidade às mulheres, mas que a universidade colabora fortemente, como quando um professor falou "*que se tu tem filhos o problema é teu, sabe? Tu que dê um jeito!*".

Deslegitimação

Outro modo de desvalorizar a mulher é diminuir a sua importância, seja desconsiderando suas opiniões, desmerecendo sua capacidade, ou até mesmo privando-a do seu espaço de fala. Esta tende a ser a mais "sutil" das práticas abordadas no trabalho, devido ao seu grau de naturalização. Homens e mulheres são acostumados com essa ideia desde cedo, pois ela é replicada no ambiente familiar, no ensino básico, nas universidades, no trabalho, por exemplo. Ela personifica-se na figura do pai, do colega, do

professor, do namorado, do chefe, exemplos que costumam ter a voz mais forte, a palavra final, o argumento mais válido, maior credibilidade ou a autoridade mais crível. Cerca de 31% das alunas afirmam já terem passado por algum constrangimento semelhante na sala de aula e, assim como em todas as outras questões feitas, na maior parte praticado por alunos (63%) e professores (53%), porém com significativo aumento se comparado com as outras questões de atos feitos por outras alunas, perto de 37%.

As alunas que deram seu depoimento trouxeram múltiplos exemplos destas práticas, evidenciando as várias formas de ocorrência. A primeira aluna entrevistada conta que é vítima frequente de ações deste tipo. Em um primeiro momento, relata que os próprios colegas, tanto homens quanto algumas mulheres, já desconsideram suas opiniões quando tenta argumentar com os professores. Citou, por exemplo, o caso analisado anteriormente, quando um professor se posicionou contra a licença maternidade. Nesta ocasião, ela e mais uma colega apresentaram argumentos favoráveis, porém foram silenciadas por argumentos fora de contexto pelo professor, que ainda contou com o apoio dos colegas presentes em sala de aula.

Ela ainda expõe outro comportamento comum dos colegas de turma, a tendência de determinar os conteúdos que se deve ouvir a opinião das mulheres e os assuntos que não as competem. A aluna conta que "*em algo específico de alguma matéria, como marketing ou finanças, eles nos contestam porque eles acham que o que uma mulher ta falando não tem credibilidade sabe? Então nem se prestam a pesquisar, mas eles já vão lá e cortam o que tu ta falando*". Beauvoir (1980) afirma que a sociedade pode iludir-se que não existe mais hierarquia social entre os sexos, porém, a certas inferioridades, principalmente a incapacidade profissional, atribui à natureza, as causas biológicas. Atitudes como esta citada pela aluna acabam delimitando o papel das mulheres tanto na sala de aula e na administração, como na sociedade em geral com base em crenças infundadas. Como consta no depoimento da Aluna 4, que ouviu um professor comentar que a "*faculdade está mal administrada porque tem mulheres desempenhando essa atividade*".

Uma outra forma, ainda mais constrangedora, de expor esta suposta incapacidade feminina é, justamente, explicita-la ao mesmo tempo que incentiva o oposto, que enaltece a superioridade masculina. A Aluna 2 menciona uma prática recorrente de um professor, que, segundo ela, claramente faz perguntas mais difíceis direcionadas as mulheres, e rapidamente, sem dar o tempo necessário de resposta, fala "*ah, se tu não sabe responder vou perguntar para o fulano*", dando a chance dos alunos então responderem a pergunta.

Por último, é relatado um caso ainda mais grave, quando um conjunto de práticas relacionadas ao machismo e outras formas de intolerância tem consequências maiores, afetando diretamente a aluna de uma forma pessoal. A Aluna 1 conta que esta foi a vez que se sentiu mais humilhada e desamparada, e após o ocorrido pensou até mesmo em desistir do curso. O caso ocorreu quando a aluna se candidatou a uma vaga de representante discente, e em uma reunião com a presença dos outros candidatos, de um professor, e uma professora, deveria expor suas motivações e porque estava se candidatando. Ela menciona que ao chegar a sua vez de falar, um aluno interrompeu e disse que "*descobriu na 'rádio corredor' que eu era envolvida com partidos políticos, que eu tinha posições radicais e que eu não teria caráter ou ética para assumir este cargo*". Agravando ainda mais a situação, os professores presentes no momento, em vez de repreender a atitude do rapaz, instigaram ainda mais o debate, e pressionaram a aluna a responder sobre suas preferências políticas, e logo em seguida ser retalhada por isso, tanto pelos professores quanto pelos alunos

Considerações finais

A dominação masculina é uma relação de poder exercida e naturalizada na sociedade. Esta relação de poder está enraizada na forma como a sociedade se organiza e é mantida através de micro práticas inseridas em todas os comportamentos e discursos, sendo estas denominadas micro machismos.

O presente trabalho tinha como objetivo principal analisar a presença destes micro machismos dentro do curso de

Administração da UFPEL. Destrinchando este objetivo, pretendia também definir esta ideia de micro machismo e o que representa, definir algumas práticas que constituem os micro machismos, analisar como são ocorridas as práticas no ambiente do curso, e verificar a percepção dos alunos sobre o tema.

Através dos questionários aplicados em todos os alunos do curso, tanto homens quanto mulheres, e dos relatos voluntários prestados por quatro alunas de diferentes semestres, foi possível constatar que as quatro práticas de micro machismos investigadas ocorrem no curso. Há exemplos de promoção da "figura ideal feminina" nos exemplos dados em sala de aula, de constrangimentos sofridos pelas alunas quanto à forma de se portar e se vestir, no ambiente do curso e no mercado de trabalho, e de episódios em que as opiniões femininas foram desvalorizadas, por exemplo. Para uma melhor compreensão do fenômeno, é sugerido a realização de estudos futuros envolvendo a percepção das professoras e dos professores sobre o tema, e a pesquisa sobre outras práticas machistas que possam ocorrer.

Referências

ABRAMO, Laís. **Custos do trabalho de homens e mulheres: mitos e realidade**. Organização Internacional do Trabalho, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilobrasilia/documents/genericdocument/wcms_336484.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016

BEAUVOIR, Simone de. ***O* Segundo Sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1980

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 352-360, mai./ago. 2010

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. **Mulher e cidadania na nova ordem social**. São Paulo: Núclero de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP), 1996

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATIOM. **Women in business and management: gaining momentum.** Geneva: ILO, 2015. Disponível em: < http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_334882.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e reconstrução. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1999

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder – Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997

A CRIAÇÃO DOS NÚCLEOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Andreia Cabral Colares Pereira[1]

Introdução

Este estudo visa apresentar como se deu a criação dos Núcleos de Gênero e Diversidade (NUGED) no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). O NUGED foi uma proposta inicial do Câmpus Charqueadas que desenvolvia nos anos de 2011 e 2012 o projeto "Mulheres Charqueadenses: trabalho e transformação". A partir das ações desenvolvidas neste projeto passou-se a observar a necessidade de um espaço que dialogasse com as mulheres, mas também com outros sujeitos da diversidade. Tem como objetivos desenvolver as ações de promoção dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural. Irão incentivar o respeito às diferenças pessoais, bem como desenvolverão atividades que visem à formulação, coordenação e articulação de políticas públicas e a realização de diagnóstico da realidade regional onde os câmpus estão inseridos.

A implementação das políticas de inclusão social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense fundamenta-se na transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que promoveu uma mudança estrutural em suas concepções e diretrizes. Assim, os Institutos

[1] Pedagoga, mestra em educação e doutoranda em educação- PUCRS, Chefe do Departamento de Ações Inclusivas-PROEX/ Instituto Federal Sul-rio-grandense. E-mail: andreiacollares@gmail.com

Federais, enquanto agente de implementação de políticas públicas, assumem o papel de desenvolver ações para a inclusão de segmentos sociais, que por diversas razões históricas encontram-se à margem dos processos de formação profissional, e, desta forma, reconhecer que a educação é um direito de todos e todas.

Constituem-se políticas inclusivas: o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, através de aquisição e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva, as políticas de educação quilombola, políticas de direitos humanos para inclusão de jovens e adultos, as políticas de gênero e diversidade sexual, as políticas inclusivas para educação no campo, a educação ambiental, educação para a pesca e, ainda, a educação de apenados e de idosos.

Dessa forma e em consonância com tais diretrizes, as referidas ações serão desenvolvidas conforme as necessidades internas e as realidades das comunidades locais e regionais de cada câmpus, contribuindo para a democratização do conhecimento.

A regulamentação dos núcleos no IFSul

Para a constituição dos NUGEDs no IFSul houve a construção do seu regulamento pela comunidade escolar. Ali ficou expresso o seu objetivo geral: desenvolver as ações de promoção dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social e de todo um elenco que compõe o universo da Diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural.

Os objetivos gerais e específicos do NUGED:

- assessorar o Diretor-geral do Câmpus nas ações de apoio às questões de gênero e diversidade;
- articular as atividades relativas ao gênero e diversidade em todos os níveis e modalidades de ensino do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), definindo prioridades e material-pedagógico a ser utilizado;
- fomentar o desenvolvimento da cultura da "educação para convivência" com base na aceitação da diversidade e, principalmente, na quebra de barreiras físicas, atitudinais,

metodológicas, instrumentais, programáticas e comunicacionais nos campi do IFSul;

- recomendar, planejar e organizar programas de sensibilização e formação continuada para a comunidade acadêmica do IFSul;
- incentivar o respeito às diferenças pessoais, bem como desenvolver atividades que visem à formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- incentivar a realização de diagnóstico da realidade regional onde os campi estão inseridos, para identificar a necessidade de implementação de programas para atendimento à formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- auxiliar na definição de prioridades de investimentos em infraestrutura no câmpus; propor programas de sensibilização e capacitação para a comunidade acadêmica, objetivando o despertar para o respeito às diferenças pessoais, bem como desenvolver atividades que visem o combate a todo tipo de discriminação contra a mulher no âmbito regional;
- sugerir projetos em parcerias com Órgãos Públicos e privados, Entidades, Instituições, Prefeituras e Secretarias de Governo; elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter regional;
- elaborar o planejamento de políticas de gênero e diversidade que contribuam na ação da Diretoria de Ações Inclusivas do IFSul.

O Núcleo de Gênero e Diversidade tem como finalidades:

- incentivar a implementação de projetos que visem à promoção da identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo, as situe entre suas prioridades e as contemple a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos;

- consolidar política e estruturalmente o NUGED, habilitando-o a coordenar e execução das ações transversais , desenvolvendo as ações de implementação dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social, e de todo um elenco que compõe o universo da Diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural.

O Núcleo é composto por membros efetivo/as, dentre os quais, técnico-administrativos, docentes, discentes e comunidade externa. O Núcleo será constituído por um/a responsável, um/a vice, um/a secretário/a e demais membros efetivos/as. O/a responsável e o/a vice deverá ser servidor/a efetivo/a, ficando os demais membros a critério do Câmpus;

Os/as servidores/as do Câmpus deverão ter horário disponibilizado, por seus setores, para participar nas reuniões do Núcleo. A representação discente deve estar regularmente matriculada em seus respectivos cursos e poderá ser através de convite. A representação da comunidade escolar externa poderá ser através de convite, aprovado pelo núcleo, para pessoas ligadas às associações ou representações relacionadas a políticas de gênero e diversidade;

O Núcleo contará com a participação de um colegiado composto por docentes, no mínimo 2 (dois), sendo 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente, da área técnica e da cultura geral de cada curso do Câmpus, que se reunirão a cada 3 meses. O responsável, o vice e o secretário do núcleo serão eleitos por um período de dois anos, podendo haver recondução direta na mesma composição de cargos. Em caso de vacância, o vice substitui o responsável, o secretário substitui o vice.

O percurso: desafios e possibilidade

Nos últimos quatro anos foram criados cinco NUGEDs no IFSul nos seguintes câmpus: Charqueadas (2012), Pelotas (2015), Sapucaia do Sul (2015), Jaguarão (2015) e Bagé (2015). Em fase de implantação estão os câmpus Venâncio Aires e Passo Fundo. A

ideia sempre foi oportunizar um espaço que dialogasse com a diversidade de cada câmpus e desse voz a todos os sujeitos que de alguma forma se sentiam discriminados no espaço escolar.

A luta que enfrentamos contra a desigualdade está avançando, existe uma política federal para a promoção da diversidade (como o programa "Gênero e Diversidade na Escola" do Ministério da Educação) e as discussões de gênero começam a aparecer nos livros didáticos, embora sempre ameaçados por discursos que retiram este direitos que hoje os NUGEDs possuem. Além disso, as questões de gênero e diversidade já estão presentes nos encontros e seminários promovidos pelo Departamento de Ações Inclusivas do IFSul. Aos poucos vamos desvelando conceitos e pré-conceitos, como nos aponta Auad (2006)

> Quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas "naturalmente" femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. Essas relações vão ganhando a feição de "naturais" de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas (p. 19).

São estas discussões que se apresentam como desafio aos núcleos e surgem para realizar um debate que vá de encontro aos discursos que segregam e limitam a atuação das mulheres, dos gays, das lésbicas, dos transexuais, dos travestis nos espaços escolares. A ideia é contribuir para que a escola cumpra seu papel como um espaço de reflexão:

> A escola e, de modo especial, a educação em sua totalidade, são ferramentas que temos em nossa sociedade que, ao mesmo tempo em que contribuem para manter e reproduzir as desigualdades entre os gêneros, também constituem um importante mecanismo de mudança de aproximação a uma condição mais igualitária entre homens e mulheres. A escola "em lugar de ensinar o que os outros pensaram, pode ensinar a pensar; em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, a iniciar

> novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo" (Montseratt, 1999, p. 17).

Uma pesquisa recente da Agência É Nois revelou que 82% das entrevistadas já sofreram algum tipo de preconceito por ser mulher e que 94% já sofreram algum tipo de assédio sexual verbal por um homem. Neste sentido os NUGEDs se comprometem em trazer para seus espaços as discussões a cerca destes dados, suas causas e como a sociedade vem lidando com esta problemática que atinge, principalmente, as mulheres:

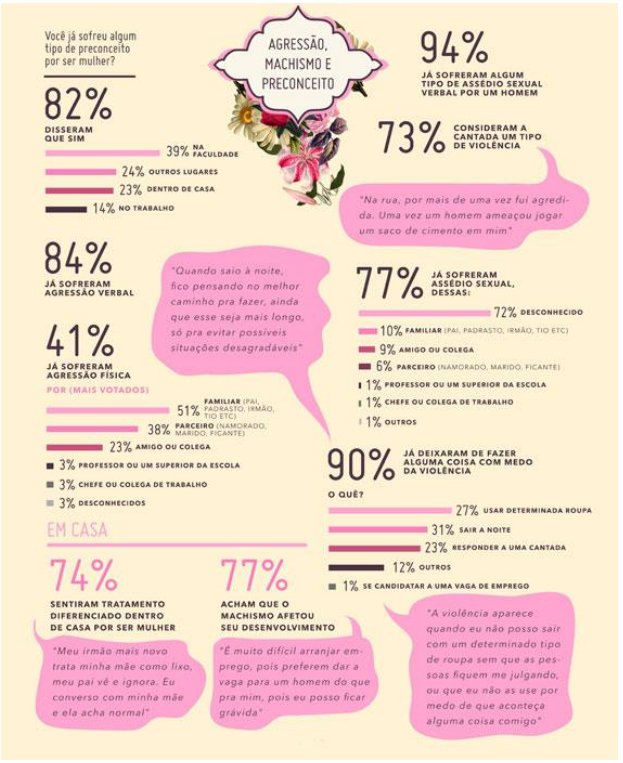


Imagem 01- Dados sobre agressão, machismo e preconceito [Fonte: *Agência é Nois*]

Conhecer e pensar sobre estes dados abre possibilidades de criar mecanismos para que os mesmos sejam debatidos nos câmpus pelos seus NUGEDs. Em Sapucaia do Sul, por exemplo, já existe um espaço chamado "Solo Feminino", onde as mulheres recebem um convite para que possam se expressar sem julgamentos, compartilhar suas experiências num espaço protegido. Ali abordam seus assuntos pessoais, familiares, profissionais, filosóficos e políticos e realizam um pacto de sororidade e empatia.

A reflexão de AUAD traz a abordagem do desenvolvimento de políticas públicas para a igualdade de gênero e da importância que assumem os sistemas de ensino neste diálogo. Segundo a autora:

> A um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aulas e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios (AUAD, 2006, p. 79).

Tais políticas se negadas nos espaços escolares acabam silenciando vozes que são oprimidas pelos discursos de ódio ou pelo fato de não serem parte dos processos ali estabelecidos. Os NUGEDs procuram criar um sentimento de pertencimento a essas pessoas e dar voz ao que antes era silenciamento.

Além de promover, internamente, ações de promoção aos direitos da mulher, os NUGEDs do IFSul acompanham as ações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que para o ano de 2016 elencou os seguintes objetivos em seu programa intitulado "Políticas para as Mulheres: promoção da autonomia e enfrentamento à violência:

- Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de

erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país;

- Incentivo à Autonomia Econômica e ao Empreendedorismo das Mulheres;

- Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais;

- Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o papel social das mulheres;

- Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais;

- Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

- Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

- Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

- Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Trata-se de uma política que precisa estar articulada ao trabalho desenvolvido pelos institutos federais, pois eles possuem em seus quadros de servidores/as e estudantes um público ainda carente dessas ações e que as mesmas sejam políticas transversais, através de uma ação desenvolvida em rede e que atenda esta diversidade.

Quando me refiro a políticas transversais, defendo as ações articuladas com a saúde, com a assistência social, com o turismo, com a cultura... Essa concepção nos remete para a discussão de políticas públicas

> [...] pressupõe atuação interdepartamental e criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisão, em que conhecimentos, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia. Quando aplicado a políticas para grupos populacionais específicos, por exemplo, o conceito compreende ações que, tendo por objetivo lidar com determinada situação enfrentada por um ou mais destes grupos, articulam diversos órgãos setoriais, níveis da Federação ou mesmo setores da sociedade na sua formulação e/ou execução (IPEA, 2009, p. 780).

Esta articulação entre os diversos órgãos permite o diálogo e ações menos fragmentadas. Para Macedo (2008), ao tratar da transversalidade de gênero e raça, umas das principais dificuldades é a resistência de gestores e planejadores públicos em compreender a relevância dos temas, em sentido amplo e em suas atividades específicas, bem como converter os conceitos teóricos em sua prática cotidiana.

Os NUGEDs do IFSul têm realizado esta contribuição junto aos gestores de seus câmpus, pensando políticas transversais e que também alcancem os debates que são promovidos nas salas de aula. Desta forma, os desafios vão se transformando em possibilidades

de efetivar ações que minimizem o preconceito e qualquer discriminação ainda presentes na instituição.

Considerações Finais

Desde a sua criação em 2012 os NUGEDs do IFSul vem ocupando espaços na agenda do instituto, através da criação de políticas específcas que deem respostas à diversidade que chega aos seus diferentes câmpus. Este trabalho oportunizou uma retomada do processo de criação destes espaços, como foram regulamentados, seus desafios e possibilidades.

Há por parte do Departamento de Ações Inclusivas da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura um acompanhamento periódico destes núcleos no sentido de colaborar com as ações que eles têm desenvolvido no IFSul. Também existe o incentivo para aqueles câmpus que ainda não constituíram seus NUGEDs para que percebam a importância deste espaço no diálogo com a diversidade. Foi aprovada em junho de 2016 a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul que orienta para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e para pessoas com deficiência e defesa dos direitos humanos.

Esta política propõe o acesso e permanência de todos os estudantes através da acessibilidade e os recursos necessários, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas. É papel desta política, de forma transversal, articular o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão do IFSul, de forma, a garantir os preceitos dos direitos humanos para o corpo discente, docente e servidores técnicos-administrativos.

Com a criação dos cinco núcleos, o Conselho Superior do IFSul (CONSUP) aprovou em 2015 o Regulamento do Nome Social, para todos/as os/as servidores e estudantes, considerando a necessidade do respeito aos direitos humanos, à pluralidade e à dignidade humana, a fim de garantir o ingresso, a permanência e

sucesso de todos/as no processo de educação. Assegura, desta forma, aos estudantes e servidores/as do IFSul, cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero ou possa lhe causar constrangimento, o direito ao uso e inclusão nos registros acadêmicos e funcionais do seu nome social para reconhecimento da identidade de gênero.

Por nome social entende-se aquele pelo qual as pessoas se autodenominam e escolhem ser reconhecidas, identificadas e denominadas no seu meio social, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.

No mês de junho de 2016 o IFSul realizou seu I Encontro de NUGEDs em Sapucaia do Sul que teve como objetivo promover o debate de gênero e diversidade com a comunidade, unindo núcleos dos diferentes câmpus do IFSul. Temas como: "Identidade de Gênero na Adolescência e a Discussão em Ambientes de Ensino", "A Construção dos papéis de gênero nos conteúdos midiáticos científicos", "O uso não sexista da linguagem" e "Violência e micro-violência contra a mulher" foram debatidos durante dois dias com toda a comunidade escolar.

Ainda em 2016, o IV Concurso Literário na Temático Afro-brasileira do IFSul cujo objetivo é promover reflexões sobre "O empoderamento da mulher negra no Brasil" já está com as inscrições abertas e poderão participar estudantes, servidores (as) ativos (as) e inativos (as), professores (as) substitutos (as), estagiários (as) e terceirizados (as) para o exercício do pensamento crítico e reflexivo, explorando seu potencial e sua capacidade de expressão através da escrita e da poesia.

Ações como as citadas acima contribuem na construção de um IFSul mais inclusivo, aberto ao diálogo e conectado aos diferentes saberes que compõem a diversidade humana. Cada câmpus tem escrito sua história protagonizando um movimento que pensa no direito de todos e todas a terem uma vida mais plena e feliz.

Porém, não bastam apenas ações para que a sociedade compreenda o quão estes debates se fazem necessários, trabalhamos com a formação de pessoas para que aprendam a valorizar todos e todas, independente de suas crenças, orientação

sexual, deficiência, raça ou etnia. O futuro que estamos construindo é hoje, através do trabalho comprometido daqueles que não aceitam que ainda tenhamos sujeitos discriminados e excluídos da sociedade.

É nesta escola que precisamos investir nosso conhecimento, implementar novos debates e construir referenciais que expressem atitudes de respeito, de amorosidade, de empatia e que gere de alguma forma empoderamento aqueles que sempre ficaram segregados pelo preconceito.

Acreditamos que o IFSul está neste caminho e os NUGEDs representam esta força viva por mais igualdade, oportunidade e humanidade entre as pessoas. Que as esperanças de um mundo mais fraterno seja sempre a utopia a ser alcançada por aqueles e aquelas que não desistem desta luta diária pela inclusão e pela diversidade.

Referências

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. In: _____Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas, vol 3. p. 779-795. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf. Acesso em 19jun2016.

MACEDO, Marcia dos Santos. Políticas sociais e diversidade: o desafio de transversalizar gênero e raça. Bahia Análise & Dados. Salvador, V. 17, p. 1155-1165, jan/mar, 2008.

MONTSERRAT, Moreno. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. Tradução de Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

FORMAÇÃO DA INFÂNCIA DE CONSUMO: MCS CRIANÇAS NO MUNDO DO FUNK OSTENTAÇÃO

Lauren Carla Escotto Moreira[1]
Jésica Hencke[2]

Introdução

O presente artigo propõe-se a discutir as transformações da contemporaneidade recorrentes na infância concebida frente a uma nova racionalidade de governo que emerge e ganha força: a governamentalidade neoliberal. A partir de um referencial pós-estruturalista, analiso os novos funkeiros mirins no mundo midiático e de consumo.

Basta entrar na Internet, ir no mecanismo de busca e encontrar o site You Tube para se deparar com vídeos em formato digital criados por usuários além disso, permite o carregamento desses aos demais internautas para acessarem, compartilharem, comentarem e os tornarem a curto prazo de tempo com um maior índice de visualizações. Advindas da contemporaneidade, as tecnologias, mídias, e consumo musical com a presença de crianças problematiza uma infância constituída a partir do que se tem a mão: um dos sites de vídeos mais acessados - o You Tube, que dimensiona a popularidade ou não dos novos protagonistas mirins – os Mcs crianças no estilo funk ostentação[3].

O presente texto a respeito da infância contemporânea que se promove através da produção da cultura do consumo e se alia, facilmente, ao mundo midiático-musical sugere uma discussão sobre o quanto o uso das tecnologias corroboram para novas

[1] Mestra em Educação, lalauzinhaster@hotmail.com, Instituto Federal Sul-rio-grandense.
[2] Mestra em Educação, jesicahencke@gmail.com, Instituto Federal Sul-rio-grandense.
[3] Um estilo musical difundido nas classes sociais menos favorecidas, afirma valores comuns às classes mais abastadas.

significações sociais, econômicas e culturais na constituição da noção de infância. Nesse rumo, sob o aporte teórico dos Estudos Culturais, tendo como marco teórico a abordagem pós-estruturalista, este estudo investiga também a relação entre infância e consumo musical evidenciando os modos como o canal de You Tube atuam como verdadeiras pedagogias culturais, da mesma forma que fundamentadas para as referências teóricos metodológicas, numa perspectiva crítica nessa discussão desse universo infantil, suas singularidades como sujeitos, atores sociais e de gênero, que abarcam um novo olhar e por que não dizer um novo conceito de infância, desejos e apreço ao estilo musical - o funk. O referencial teórico inclui autores como Bauman (2005), Costa (2003), Hall (2005), Silva (1999), entre outros, que analisam questões relacionadas ao gênero, identidade, consumo, infância contemporânea e para as pedagogias efetivadas pelos artefatos culturais midiáticos em questão.

O funk ostentação eclodiu entre 2010 e 2011, em São Paulo, na baixada Santista por jovens, moradores das comunidades da periferia da cidade. O gênero-movimento veio marcado pelo discurso em consumir objetos, roupas, bebidas, carros e jóias caras – em ostentar produtos de marcas conhecidas; tudo isso 'curtindo'[4] em cenários luxuosos com mulheres 'top[5]'- imagens vendidas como ideais nos videoclipes das músicas funks.Acrescenta a autora que o funk ostentação, com seus videoclipes, mostrou-lhes que a classe popular também pode fazer parte deste mundo. O movimento, apesar de ser paulistano, é mais uma vertente do funk carioca, que já rendeu vários subgêneros, como o proibidão[6], o batidão[7] e o funk melody[8] (FREIRE, 2012).

[4] 'curtindo' , ou seja, tirando proveito de algo interessante.

[5] Uma mulher top é uma mulher perfeita fisicamente com um corpão e um rosto lindo que chama a atenção em qualquer lugar onde passa.

[6] Funk proibidão apresenta um discurso social, e procura retratar a vida na favela, preconceitos e injustiças sociais, cita facções criminosas e proezas de traficantes.

[7] Funk erótico, chamado também de batidão, aquele que tem letras com um alto teor sexual e as coreografias fazem apologia ao sexo a exemplo das músicas do funkeiro Mr. Catra.

[8] Funk melody possui batida eletrônica e conteúdo romântico.

Algumas das características do funk ostentação denota-se que as letras das músicas diminuíram radicalmente às referências diretas à criminalidade, apologia as drogas, à aversão aos profissionais policiais militares. Monteiro reporta que na década de 70, o surgimento do funk, na cidade do Rio de Janeiro, havia uma mistura de ritmos de jazz e soul, oriundas da população negra norte-americana além das influências do cantor James Brown[9]

> Considerando que a cultura, é uma manifestação que recebe troca de diversas culturas e que sofre também mutações com o passar dos anos. A música pode ser considerada uma forma cultural. Tendo como material de estudo o funk, a priori, o caráter principal era o de apresentar os conflitos diários enfrentados pelas camadas menos privilegiadas da população, como a dura realidade dos morros, favelas e subúrbios; a precariedade do transporte coletivo; racismo; etc. Ou seja, as músicas representavam um cenário marginalizado e utilizava como referência o hip-hop e outros ritmos da música brasileira. (MONTEIRO, 2014)

Há uma adoção bem constante que determina o uso das temáticas voltadas para o consumo, o luxo e as marcas e/ou grifes de produtos. Outro aspecto que caracteriza o funk ostentação condiz ao uso das tecnologias midiáticas e do audiovisual como meio de produção e difusão de extrema fluidez em disseminar os vídeos; intensidade demasiada nas criações musicais e produções de imagens.

> Assim, o luxo é apresentado nas músicas de um jeito que tendem a mostrar uma vida dispendiosa, refinada dos Mc's com o uso em abundância de objetos de luxo. Tudo para despertar emoções e experiências excepcionais, de prazer único ao consumidor. Mesmo que, muitas vezes, o que é apresenta do nas músicas não corresponde à história de vida do MC, já que o mesmo nasceu em família humilde, restrita de qualquer regalia. Mas o que é contado, é o reflexo da

[9] James Joseph Brown Jr – cantor, compositor, dançarino e produtor americano - foi uma força fundamental para a indústria da música. Influenciado pelos ritmos da música popular africana e o desenvolvimento do ritmo do Funk.

> sociedade moderna e seus valores individualistas e hedonistas que tornaram o luxo necessário ao bem-estar, sendo assim, a população tem objetivo de vida chegar a um patamar que lhe dê acesso a todos esses supérfluos, para que assim ocorra a distinção entre os indivíduos e seja o símbolo de um acesso a uma categoria social superior. (MONTEIRO, 2014)

Rede: construções de significados, exploração de identidades e aspectos de sociabilidade

Esse elo de ligação entre introduzir os novos vídeos musicais com a Internet, já se percebe que ela associa os campos da cultura, da comunicação e da informação para uma culminância enorme que é a socialização da Web; rompem-se as fronteiras nela. Os fenômenos culturais seriam em decorrência das políticas de diferença[10] que teriam propiciado o surgimento de novos sujeitos no cenário político cultural. Além das particularidades das relações desses jovens com o consumo e com a Rede e mesmo com os fluxos que estabelecem por meio dos usos das tecnologias da informação e da comunicação. (PEREIRA, 2014)

Garbin (2001) aponta que a própria palavra escrita, a fala, as imagens fixas e as imagens em movimento, a música, os sons variados, enfim, tudo se encontra reunido na Rede, especialmente focalizada no que diz respeito às identidades. Existe uma espécie de "laboratório" para a realização de experiências com as construções reconstruções do "eu" na vida pós-moderna, uma vez que, na realidade virtual, de certa forma moldamo-nos e criamo-nos a nós mesmos. Atualmente, os sujeitos contemporâneos contemplam objetivos mais imediatistas, e estes vêm pertinentes ao prazer e ao consumo. Nossa participação na chamada internet é sustentada pela promessa de que ela nos possibilite em breve assumir as ciberidentidades - substituindo a necessidade de algo tão complicado e fisicamente constrangedor como é a interação social. (HALL,1997)

[10] uma nova perspectiva epistemológica que aponta para a compreensão do hibridismo e da ambivalência que constituem as identidades e relações interculturais.

O funk atua nessa nova constituição dos sujeitos contemporâneos em que "a mídia eletrônica capaz de modificar nosso comportamento, através de um discurso que se materializa e abre novas possibilidades, em novos espaços e em novas formas que assume. Muitos de nós estamos sendo re-constituídos por essas variadas formas discursivas que usamos na Rede e que também são usadas para nós". (HALL,1997)

Mcs, 'os novinhos'[11], no mundo do funk ostentação

É necessário articular sobre as transformações da contemporaneidade em uma sociedade neoliberalista constituída por sujeitos governáveis perpassados com a concretude dos modos de viver a infância e suas respectivamente as relações por ela estabelecidas no cotidiano infantil.

Nesse interim, Rudiger(2010) afirma que juntamente com o capitalismo, há um novo desejo generalizado em ascender na vida e, uma nova possibilidade em mobilidade social além disso, a transformação do conhecimento em mercadoria e o crescimento dos sistemas de comunicação se projetam em circulação numa multiplicidade de saberes que se repercute de maneira direta sobre a prática. Outros aspectos congruentes aos capitalismo são o pragmatismo individualista e a cultura moderna com um alto grau de significância, justamente porque ela vem sendo bastante contextualizada pelos indivíduos, é claro, em detrimento ao processo histórico-social e pela sucessão dos inúmeros movimentos os quais propiciaram um indivíduo cada vez mais preocupado com suas ações; conduzindo-o simplesmente para o campo de satisfação de necessidades e realização de desejos de si mesmo, entre outras palavras – as tecnologias de governo de si e dos outros, possibilitando formas de identificação permanentes que consolidam o que chamamos de "eu".[12]

[11] Gíria da internet, signfica ter pouca idade.

[12] O "eu" é o resultado das tecnologias de governo que se desenvolveram como uma expressão da racionalidade de governamento liberal e que mais tarde muda sua ênfase com o desenvolvimento das formas de governamento neoliberal. Uma forma de jogo de identificação que, inicialmente, significou a construção da identidade moderna

O processo as transformações à representação da infância, família e educação vem se construindo desde o século XVIII, a autora reporta que

> as crianças passaram a ser percebidas como sujeitos instituídos de uma "natureza infantil, possuidoras de características específicas da idade. Vistas como inocentes e frágeis, precisavam agora de proteção do mundo adulto. E complementa afirmando que nos dias atuais há uma incitação a se falar de sexo, as crianças ainda permanecem apartadas dessas discussões, pois muitas famílias não conseguem esclarecer suas curiosidades, preferindo calar diante de algum questionamento por parte das crianças. Essa dificuldade que pais, mães e adultos em geral têm de discutir determinados temas que consideram mais delicados e complexos, pode gerar, muitas vezes, situações de risco para as crianças, tornando-as mais vulneráveis em relação a possíveis violências/abusos por parte de adultos. (FELIPE, 2010)

E, nesse processo constitutivo Louro observa que

> Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer o cinema e a televisão, os shopping centers ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e as de consumo? E, ainda, como escapar das câmeras e monitores de vídeo e das inúmeras máquinas que nos vigiam e nos atendem nos bancos, nos supermercados e nos postos de gasolina? Vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente,

orientada para que os indivíduos reconheçam a si mesmos como individualidades e que precisam cada vez de menos controle, vigilância e regulação externos.

> espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais.(LOURO,2008)

Não é nada difícil observar atentamente as crianças dispensando por horas no mundo virtual, conectadas nas conexões estabelecidas em diferentes ambientes: casa, shopping, recreio, na casa do amigo, durante uma viagem . Torna-se um desafio, pois os caminhos são múltiplos, transitórios, exigindo assim a imersão no universo "on line" no qual estão inseridas as crianças, o que segundo a autora

> atributos tais como fragilidade, inocência, maleabilidade, incompletude – associados às crianças – ditaram razões para justificar formas variadas de intervenção, no sentido de governar a conduta infantil. Em articulação com esse processo de constituição discursiva da infância, os sujeitos infantis modernos, passaram a ser concebidos como sujeitos governados pelas regras universais e transcendentais da razão, sujeitos que através de experiências de participação aprenderiam paulatinamente a exercer a sua liberdade, a tornarem-se autônomos, a conduzirem-se como cidadãos e como sujeitos morais. O exercício da disciplina seria capaz de forjar o cidadão a partir da criança. Assim, estabeleceram-se alguns modos de descrever os sujeitos infantis como: agentes do seu próprio destino; construtores do seu futuro; sujeitos dotados de autodeterminação e autocontrole; sujeitos que agiriam segundo os ditames de uma razão emancipada. (FELIPE,2010)

E nessa trajetória do mundo informatizado Castells aponta que as sociedades romperam com a segmentação das castas culturais: de um lado a elite com sua cultura autodefinida e que procura mantê-la intacta, produzindo seus valores a partir das experiências vivenciadas; e de outro extremo, os grupos sociais desafortunados por qualquer poder e recursos, desprovidos de redes informacionais , procuram execrar os valores já estabelecidos –provenientes da elite – o patriarcalismo, o tradicionalismo religioso,o nacionalismo.

> A abertura cultural estimulou a experimentação tecnológica com manipulação de símbolos, constituindo um novo mundo de representações imaginárias que evoluiriam para a cultura da virtualidade real,seu cosmopolitismo e internacionalismo lançaram as bases intelectuais para um mundo interdependente. (CASTELLS,1999)

Dessa forma, os processos educativos são fundamentais por promover os indivíduos em empreendedores de si mesmos que competem entre si a fim de se reconhecer o valor de que lhe é dotado no mercado. Busca-se fabricar, como reforçou Gadelha (2009), indivíduos que se reconhecem como livres e como os únicos responsáveis pela sua trajetória de vida, capazes de viver em risco permanente em virtude de suas escolhas, competitivos, proativos, inventivos, flexíveis, adaptativos, capazes de aprender sozinhos e empreendedores. Enfim, trata-se de um indivíduo eficaz em agir sobre si mesmo.

Argumentar que as músicas e os vídeos como dentre outros artefatos culturais, articulam aprendizagens na maneira em como agir, comportar, apreciar, pensar, vestir,ir, etc. Para Hall (2000), argumenta que precisamos entendê-las como produzidas em locais específicos, a Internet passa a ser um desses locais onde jovens constituem e são constituídos identitariamente, através de seus discursos e visuais descritos virtualmente. Se suas idades, seus atributos físicos, seus gostos, seus gêneros, suas preferências sexuais, enfim, são verdadeiras ou não, isso não nos interessa, porque as identidades são marcadas pela invenção, "elas têm a ver [...] com a questão da utilização dos recursos da história [de cada um], da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos nós, mas daquilo no qual nos tornamos".

Os MCs provenientes do funk ostentação procuram realizar construções de significados, explorar suas identidades e aspectos de sociabilidade através da internet. É nítido que, na maioria das propostas musicais assisitidas nos videoclipes, eles integram junto ao funk o seu direito de significar e de pertencer, atenuando fortemente os efeitos da exclusão ao restante da sociedade não pertencente à realidade das periferias.

O campo dos Estudos Culturais permite um olhar além dos muros da escola, possibilitando entender que os sujeitos são educados além dos espaços pedagógicos prestigiados pela sociedade (escolas e as universidades). "Existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que exista a possibilidade de traduzir a experiência" (GIROUX, 1995). Toda a ação social exprime significados e, assim assume uma dimensão pedagógica. As Pedagogias Culturais atreladas aos Estudos Culturais possibilitam afirmar que a cultura perpassa ao deleite das multidões, dos populares e as experiências vivenciadas pelos sujeitos (COSTA, SILVEIRA, SOMMER, 2003).

A ressignificação das ações dos sujeitos são percebidas dando ênfase à identidade, ao consumo e/ou à sociabilidade com outros grupos.É através do consumo, refletidas nas letras e nos videoclipes musicais que define os MCs da periferia o status de pertencimento, ou seja, a exposição do corpo, roupas, tatuagens, joias, e da linguagem, se contempla o acesso aos espaços urbanos que, antes, eram considerados marginalizados e separados do restante da urbanidade. E, complementa o autor que "elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que do signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional [...] em costuras, inteiriça, sem diferenciação interna", ou seja, as identidades são construídas através, e não fora das diferenças. Estas afirmativas ratificam os achados a cada visita na Rede: há deslocamentos, deslizamentos, "influências" de grupos, resistências.[...] toda a identidade tem necessidade daquilo que lhe 'falta' – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado" (HALL,2000)

"Seja notável!"; "Tenha sucesso!"; considero essas asserções pontuadas para o indivíduo contemporâneo como refiro-me , no meu entendimento, serem aquelas as quais estão definitivamente produzindo ou até mesmo metamorfoseando em conjunto com as experiências que as pessoas têm de si mesmas, ou seja, as práticas pedagógicas de que as pessoas se utilizam , atualmente, já em outras condições e que corroboram para atingir

um corpo com conhecimentos diversos, não mais externalizadas a ele , mas elaboradas ou reelaboradas dentre si mesmo; uma nova relação consigo próprio em que de alguma maneira se dá uma ação do "educando consigo mesmo" (LARROSA, 1994)

As possibilidades de realizações são alinhavadas entre as formas de pensamento, as inferências ou a capacidade intelectual em organizar coerentemente e processar as ideias com os dispositivos pedagógicos os quais servirão à construção e mediação com o sujeito consigo mesmo assemelhado a um conjunto de princípios que regem o funcionamento passível dos sujeitos efetivarem o cumprimento de suas metas profissionais, relacionamentos sociais, educação, em síntese metas de vida!

Nesse imbricamento entre as formas de ser e de agir que conduz cada indivíduo em articular interferências de como se deve agir para conquistar seus objetivos se apresenta uma pedagogia cultural por detrás em funcionamento, o qual está além dos espaços formativos na área da Educação, atrelada por um sistema de significações culturais e encadeada com as relações de saber e poder.Buscando compreender ainda mais, define´se que as construções e intervenções de práticas pedagógicas envolvida com o sujeito consigo mesmo; se insitui , se regula e se transforma as experiências que ele tem de si própria.

Considerações finais

As camadas sociais cada vez maiores da população engajam em diferentes movimentos que, combinados com a expansão do mercado de bens culturais ocorrida em nosso século, terminaram transformando as práticas de si em fenômeno de cultura de massa. Ou seja, o pensamento e a ação estão interagindo reflexivamente de maneira cada vez mais cotidiana. O sucesso passa a ser dispor de riqueza, saúde e poder. Mais genericamente, passa a ser o que se quer da vida, das relações sociais existentes e das subjetividades em sociedades neoliberais, uma individualidade produzida em torno da possibilidade de que cada um faça investimentos sobre si mesmo.

O funk ostentação influencia na formação das identidades infanto-juvenis voltando-se ao consumo do luxo, da riqueza, da ostentação. A percepção dessa prática cultural musical e seus agenciamentos com o site you tube produzem características novas ao Funk que se articulam com a Rede. No entanto, é preciso dimensionar a discussão, o reverso da moeda, ou seja, quanto isso vem a instigar, a impulsionar esses novos funkeiros sobre o consumo ostentação através dos criativos vídeos produzidos com a ostentação apenas imaginada.

O acesso no Youtube, o que mais uma vez põe em prova a importância da Rede que se propõe dar visibilidade aos novos ritmos.Se percebe um notório empenho na divulgação dos videoclipes na internet, site You Tube, para que gere um expressivo número de visualizações, comentários, compartilhamentos e inscrições para as postagens publicadas pelas produtoras de videoclipes dos novos MCs oriundas da periferia, almejam serem artistas, e, com custos baixos de produção musical e publicação, lançam-se nos espaços virtuais ainda que prioritariamente hegemônico.

E, em última análise, o funk vem engajado numa proposta em ruir de vez o discurso hegemònico, em uma sociedade apregoada como midiático elitista, promover e expressar a cultura da periferia através da difusão do funk ostentação cujos os promovedores são os MCs e produtores do próprio movimento e, se pode legitimar a vez e a voz da periferia pela abertura comunicativa - as tecnologias da informação – trazem consigo as possibilidades de pertencimento e a inclusão igualitária nesse espaço 'on line'.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** vol.3. São Paulo: Paz e Terra,1999.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia.** Rev. Bras. Educ.[online]. 2003, n.23, pp.36-61.

FELIPE, Jane. **Erotização dos corpos infantis.** In: Louro, G.L. et alii (orgs.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Libny Silva. **Nem luxo, nem lixo: um olhar sobre o funk ostentação**. In: POSCOM, IX, 2012.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GARBIN, Elisabete Maria, (2001). **www.identidadesmusicaisjuvenis.com.br** – um estudo de chats sobre música da internet. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da UFRGS.

GIROUX, Henry. **Praticando estudos culturais nas Faculdades de Educação**. In: SILVA, T. T. (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart, (1997). **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo.** Educação e Realidade, Porto Alegre, FACED/UFRGS, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. , (1998).

HALL, (1998). **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HALL, (2000). **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes. p. 103-133.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LARROSA, Jorge. **"Tecnologias do eu e educação"**. In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições*, Ago 2008, vol.19, no.2, p.17-23.

MONTEIRO, Vanessa Estevam Carlos. Funk da ostentação: uma análise semiótica do videoclipe "Na pista eu arraso", do Mc Guime. EXPOCOM, 2014.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. ***Funk ostentação em São Paulo: imaginação, consumo e novas tecnologias da informação e da comunicação***. Revista de Estudos Culturais-USP: São Paulo, 2014.
RÜDIGER, Francisco. **Literatura de auto-ajuda e individualismo**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1996.

A TECNICA DE GRAFITTI *STENCIL* E A VALORIZAÇÃO DAS MULHERES: IDENTIDADES, FEMINISMOS E EDUCAÇÃO

Graziela Rinaldi da Rosa[1]
Janine Corrêa Gomes[2]

Introdução

Desde o ano de 2014, o Coletivo Feminista *Dandaras* vem trabalhando a autoestima, a valorização e o empoderamento das mulheres acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Rio Grande/Campus FURG, cidade e interior de São Lourenço do Sul/RS. Com trabalhos em salas de aulas e em oficinas com a comunidade tem se realizado estudos feministas e Oficinas feministas de *Stencil*, técnica usada na aplicação de desenhos ou ilustrações de cunho feministas junto a customização. Durante as oficinas busca-se realizar um diálogo com homens e mulheres sobre as relações de gênero e lutas feministas.

Assim, cruza-se saberes entre a arte e o movimento feminista, fortalecendo o senso crítico e promovendo a interação e o diálogo com a população acadêmica e lourenciana, contribuindo para que as mulheres se reconheçam como detentoras de saberes, fortalecendo o seu protagonismo. Em alguns espaços,

[1] Graduada em Licenciatura Plena em Filosofia e Licenciatura Plena em Geografia. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia. Mestra e Doutora em Educação-UNISINOS/RS. Atua no Instituto de Educação da Universidade Federal de Rio Grande-FURG/RS, no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Promotora Legal Popular. Coordenadora do Coletivo Feminista Dandaras; Coletivo Pomerano e Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena da FURG/Campus São Lourenço do Sul/RS. E-mail: grazielarinaldi@furg.br

[2] Graduanda em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Bolsista do Coletivo Feminista/FURG-RS. Voluntaria, no Núcleo NEABI/FURG. Artesã. Universidade Federal do Rio Grande/FURG-RS. E-mail: janine_sls@hotmail.com

especialmente com mulheres do campo encontramos muitas resistências com relação à valorização de seus saberes, suas histórias de vida, e trabalho.

A importância e relevância social das mulheres precisam ser discutidas, bem como o debate acerca dos direitos e empoderamento feminino. Customizar numa perspectiva feminista implica romper com tudo o que silencia e oprime, inclusive nossas próprias concepções patriarcais. As oficinas de Stencil foram realizadas em diferentes momentos, como eventos científicos e não científicos, feiras, escolas, com jovens mulheres, mulheres de diferentes etnias (pomeranas, indígenas e quilombolas).

Através da "Arte do Stencil", uma arte que pode ser feminista e se apropriar de imagens de personagens que lutaram e que atualmente lutam por *nosotras*, podemos contribuir para o empoderamento e auto estima de mulheres, valorizando suas lutas e saberes. A arte é resistência, e através das Oficinas de Stencil é possível ouvir as vozes das mulheres. Assim, estamos problematizando o senso crítico das participantes sobre as graves questões que vivenciam cotidianamente, como violência doméstica, exclusão, silenciamentos de culturas, negação de direitos e desigualdades entre homens e mulheres.

> El punto de vista feminista es, antes que nada, el punto de partida, en arranque, el comienzo de ese camino que llevará al conocimiento de algúm proceso o procesos de la realidad, ese camino que se va haciendo a medida que se desarrolla la investigación (Bartra,2002, p.148).

A "Arte do Stencil" vem sendo utilizada ao longo dos tempos, para diferentes finalidades. Sua origem pouco se sabe, mas datam seu início lá por 500 a.c em países como China e Japão. Sua origem na China vem juntamente com a invenção do papel, no século 105 d.C. Antes disso a técnica utilizava-se de elementos naturais, como folhas e rochas, para fazer as máscaras das partes que não se podia colorir com os pigmentos. Com o uso do papel se começou a entalhar a forma, o desenho, a escrita e tudo o mais que se quisesse reproduzir fielmente. Foi, porém, no Japão que a técnica do stencil sobre o tecido se aperfeiçoou com a introdução

de uma primeira máscara lavável e, consequentemente, reutilizável. O papel recebia, antes de ser entalhada com o motivo desejado, um tratamento especial com suco de caqui. Isso o deixaria impermeável. Se pode dizer que o Stencil foi a primeira forma de gravura. Porém, data-se que os Fenícios, utilizavam a técnica do Stencil, para estampar em seus tecidos. Com o passar dos anos o Stencil foi sendo adquirido em outras utilidades e finalidades, servindo para decorar ambientes ou assinar documentos em série.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a técnica começou a ser utilizada em intervenções urbanas como forma de propaganda de guerra. Atualmente assistimos a um movimento artístico chamado "*Stencil Art*", técnica simples que pode, ocasionalmente, ser julgada com múltiplas variações e assumir características diversas. E uma técnica utilizada para a rua, no urbano, feito nas ruas, onde seu suporte são as paredes da cidade por grafiteiros e grafiteiras, e pelas camisetas de jovens e adultos, artistas ou não, pelo mundo a fora, se utilizando como forma de expressão.

> Retomando as diversas manifestações do feminismo das primeiras décadas da Republica, pode-se concluir que houve de fato, se não um movimento feminista na época, uma movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias (PINTO, 2003, p.38).

O Stencil é uma técnica de pintura utilizada para aplicar-se um desenho ou ilustração, que pode ser representado por números, letras, símbolos ou qualquer outra forma ou imagens, sobre qualquer superfície, se utilizando de tinta de qualquer forma. O Stencil é feito com papel, plástico, metal, papelão ou laminas de RX, onde se tenha uma boa durabilidade e que ao mesmo tempo seja fácil de se cortar, perfurar e manusear, para assim fazer a forma do desenho desejado. É uma técnica que não é apenas utilizada em telas convencionais, mas sim também em paredes e camisetas e quando aplicada com intuito feminista, tem sido bem aceita em nossas oficinas, denunciando esse modelo de sistema patriarcal, hegemônico e androcêntrico.

> Na sociedade capitalista, não se trata somente de uma dificuldade, mas de uma impossibilidade. O capitalismo e incompatível com a igualdade social. Para não mencionar o problema das classes sociais, pedra fundamental do capitalismo, este sistema socioeconômico não admite tampouco a igualdade entre as diferentes raças e entre as distintas categorias de sexo (SAFFIOTI, 2001, p.40).

O Stencil e uma arte que não se dobra a qualquer conformismo social ou econômico. Sua arte atualmente, se tornou um novo movimento artístico de luta, feito para as ruas, com desenhos e frases cada vez mais elaboradas.

A "arte do stencil" na Universidade

> A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs (PINTO, 2003, p.15).

Incluir as mulheres nos currículos escolares e universitários nunca foi uma tarefa fácil. É de suma importância cruzar a categoria de gênero com a de classe e raça.

Nesse sentido, precisamos de currículos menos androcêntricos e patriarcais. "Quando esta postura é assumida enquanto etapa de uma luta maior, visando a implantação da igualdade de fato entre homens e mulheres, merece todo o respeito, já que cria situações novas, capazes de conduzir, mais rápida e eficazmente, a meta final. Quando seu objetivo se reduz ao estabelecimento de igualdades formais, seu alcance fica automaticamente diminuído. Todavia, mesmo neste caso, trata-se de luta útil, pois, se não resolve o problema das desigualdades nas relações de gênero, torna-o menos agudo, na medida em que treina mulheres no jogo político da reivindicação" (SAFFIOT, 2001, p.113).

> Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de

> diferentes classes, raças, religiões, idades, etc, e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos perturbando a noção simplista e reduzida de homem dominante e mulher dominada (LOURO, 2003).

A arte é resistência, e através das *Oficinas de Stencil* é possível ouvir as vozes das mulheres e jovens da cidade e interior de São Lourenço do Sul. É através da arte que conseguimos dar vozes as nossas mulheres pomeranas, indígenas, pescadoras, ribeirinhas e quilombolas.

> Para a mulher, sua participação política vem ganhando espaço e envolvendo um trabalho de emancipação que, através de lutas dos grupos feministas, levou o Estado a desenvolver políticas de debate as desigualdades reproduzidas pelo sistema, principalmente de gênero, sendo importante a presença e mobilização de cada vez mais mulheres para alcançar representatividade e serem ouvidas. (CARVALHO, 2011, p.150)

Assim, com as oficinas estamos problematizando o senso crítico das participantes sobre as graves questões que vivenciamos cotidianamente, como: Saúde das mulheres, trabalho, educação, violência doméstica, exclusão, silenciamentos de culturas, negação de direitos e a desigualdades entre homens e mulheres.

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe deram os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 1984, p.32).

Cruzar saberes entre a arte e o movimento feminista é um desafio. "É, portanto, neste contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas". (LOURO, 1997, p.16).

Oficinas de grafitti stencil tem contribuído para trabalhar o senso crítico e está promovendo a interação e o diálogo com a população acadêmica e lourenciana, contribuindo para que as mulheres se reconheçam como detentoras de saberes através da arte e para o fortalecimento de seu protagonismo. A arte fortalece a ideia de que são necessárias as lutas, e é uma metodologia de ensino que facilita os diálogos nas salas de aulas. O diálogo com os movimentos feministas na Educação contribuem para a construção da equidade de gênero.

> Os movimentos feministas só são o que são hoje porque foram o que foram no passado. Hoje nós podemos questionar as bases do pensamento ocidental porque houve um grupo de mulheres que queimou sutiãs em praça pública. O sutiã simboliza uma prisão, uma camisa-de-força, a organização social que enquadra a mulher de uma maneira e o homem de outra. A simbologia é essa: vamos queimar a camisa-de-força da organização social que aprisiona a mulher (SAFFIOTI, 2007 p. 22).

Somos mulheres protagonistas das próprias vidas e histórias e por isso precisamos nos envolver em ações e oficinas que fortaleçam nossas lutas, visando garantir nossos direitos, educação e melhorias em nossas vidas. A legislação sobre os direitos das mulheres diz que: "a CF/88 foi um marco na conquista dos direitos das mulheres. Este instrumento expressa a conquista fundamental da igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres (art.5, I), até então, inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. A nova constituição, denominada Constituição Cidadã, aprofunda e cria novos direitos para os sujeitos, e novas obrigações do Estado para com os indivíduos e a coletividade"

(CFEMEA, 2006, p.12). Nesse sentido, as oficinas vêm trabalhando, com intuito ouvir as vozes as mulheres de todas idades e etnias através da "Arte do Stencil" lutando por seus direitos e dias melhores.

A "arte do stencil" como forma de empoderamento feminino

> Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, organizações, as comunidades, tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (COSTA, 2008).

As oficinas são trabalhadas através de gravuras e frases de mulheres representativas na história do feminismo, como **Frida Kahlo**, patriota declarada, comunista e revolucionária, conhecida por ter tido uma vida de superações e sofrimentos, refletidos em suas obras, tornando-se uma das maiores pintoras do século. **Ângela Davis**, mulher negra, filósofa, ativista, símbolo da militância contra o racismo e integrante do Grupo Panteras Negras. Exemplo de uma mulher negra forte, empoderada, resistente, que nunca abriu mão de suas convicções e manteve-se firme diante de um sistema opressor que procurava vorazmente silenciá-la. Davis sabia que incomodava porque era mulher, e além disso, negra. Sempre defendeu e afirmou com tanta ênfase suas convicções políticas e ideológicas que causou temor entre a comunidade conservadora do Estado da Califórnia, que buscou impedi-la de palestrar para estudantes, acreditando que ela iria influencia-los a se tornarem também comunistas. Tornou-se um ícone para o movimento de mulheres negras. **Rosa de Luxemburgo**, filosofa e economista marxista, tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionaria ligada à Social- Democracia da Polônia, ao Partido Social-Democrata da Alemanha e ao Partido-Democrata Independente da Alemanha. **Olga Benário**, comunista, militante, que lutava por uma sociedade mais justa e igualitária. **Dandara**, mulher negra, guerreira do período colonial do Brasil, esposa de Zumbi de Palmares. Conhecida como heroína, dominava muito bem a técnica da capoeira. Caçava e lutava ao lado de homens e mulheres

nas batalhas, consequentes a ataques a Palmares. Suicidou-se depois de presa para não retornar mais à condição de escrava. Escrava **Anastácia**, do século XVIII, curandeira, ajudava os doentes com suas próprias mãos, fazendo milagres. Linda e de rara beleza, negava ao seu senhor de ir para a cama para manter-se virgem. Passou a apanhar muito e sentenciada a usar uma máscara de ferro (máscara de flandres) por toda sua vida, tirada somente durante as refeições. Após sua morte Anastácia passou a ser cultuada tanto no Brasil quanto na África. Com elas mostramos outras mulheres que lutaram e que continuam a lutar por *nosotras*, demonstrando que "a resistência feminina sempre exigiu e demarcou lugar nos variados grupos e organizações políticas da resistência, no Brasil. Esta história precisa ser contada e a militância das mulheres enaltecida, para legitimarmos suas lutas, suas vitorias" (MACHADO; MOTA, 2016, p.147).

Hoje, os grupos e os movimentos feministas ainda buscam avanços no que diz respeito aos direitos humanos, civis, educacionais e reprodutivos, briga esta que já é ganha em alguns países, mas que ainda enfrenta manifestações conservadoras em outros. A luta pela igualdade sexual e a luta pela igualdade racial não são, de nenhuma maneira, lutas especificas, separadas e diferentes das chamadas lutas gerais. Nesta última categoria a das lutas gerais, coloca-se, infalivelmente, a democracia, uma democracia que inclua as mulheres.

Nesse sentido cabe questionar que democracia é esta que considera secundarias as lutas contra o patriarcado e contra o racismo? Será, seguramente, uma democracia incompleta, com "d" minúsculo, pois deixa intacta a subordinação da mulher ao homem e a sujeição da população negra à branca. Para tomar o caso das relações de gênero, como pode haver democracia numa sociedade cuja família visa estruturar-se frente ao poder do homem adulto, ao "chefe de família", quando as mulheres são quem mantem a maioria das famílias brasileiras? Como viver uma democracia, quando obrigam as mulheres e os filhos a respeitar a autoridade paterna e a obedecer ao todo-poderoso machão? (SAFFIOT, 2001, p.89). Acreditamos que através da arte feminista, podemos

fortalecer as lutas feministas e ampliar a discussão dessa temática nas escolas e Universidades.

> Contudo, só há como lutar por direitos das mulheres se nossas concepções educativas (formais e não formais) forem de cunho feminista e emancipatório, capazes de resistir a tanta opressão e violências. Dessa maneira, nossas praticas, não irão romper com tudo aquilo que nos amarra e nos acorrenta! (MACHADO; CASTRO, 2016, p.63).

É através da Arte do Stencil que se possibilita a inserção do movimento feminista nas escolas que estamos atuando. Com oficinas em escolas e eventos na cidade possibilitamos expressar nossas rebeldias e nossos desejos de um mundo mais justo para nós mulheres, onde *nosotras* podemos sonhar e construir uma sociedade mais justa e livre. As mulheres não estão mais se silenciando como antigamente, isto é fato, no entanto não significa que não há silenciamentos de mulheres, opressão e violências. As mulheres estão denunciando aquilo que atualmente as incomodam e as violentam. Para Saffiot (1992, p.184), em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permite meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia. É através da arte que exponham seus problemas e dilemas. As oficinas vêm em forma de empoderamento, onde são realizadas com o intuito de mobilizar, trabalhar e divulgar ações feministas, contribuindo para emancipação de meninas e mulheres.

IMAGEM I: Oficina realizada no mês de outubro de 2015, V Jornada Acadêmica das Licenciaturas "Tecendo Saberes" (Polo de Apoio ao Ensino a distância/FURG.)
Fonte: Acervo Coletivo Feminista Dandaras/FURG

A Oficina "Arte do Stencil", do Coletivo feminista, participou da V Jornada Acadêmica das Licenciaturas "Tecendo Saberes" (Polo de Apoio ao Ensino a Distância/FURG) no mês de outubro, junto ao Coletivo Pomerano e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena/NEABI-Campus São Lourenço do Sul. Trabalhando com a diversidade que temos de grupos de mulheres locais, onde buscou-se demonstrar ações possíveis de serem realizadas em escolas da cidade, visando à valorização dos trabalhos e saberes de mulheres.

IMAGEM II: Oficina realizada no mês de novembro de 2015, no III Seminário de Educação do Campo da Região Sul do Rio Grande do Sul: Práticas Pedagógicas nas Escolas do e no campo realizada no Campus FURG/SLS.
Fonte: Acervo Coletivo Feminista Dandaras/FURG

No mês de outubro, a Oficina "Arte do Stencil", atuou no III Seminário de Educação do Campo da Região Sul do Rio Grande do Sul: Praticas Pedagógicas nas Escolas do e no Campo. Realizado na cidade de São Lourenço do Sul.

IMAGEM III: Oficina realizada no mês de março de 2016, na Acolhida Cidadã, campus FURG/SLS, na praia de São Lourenço do Sul.
Fonte: Acervo Coletivo Feminista Dandaras/FURG

A arte como forma de empoderamento, esse era o objetivo proposto pela Oficina de Stencil, realizada no mês de março, durante a Acolhida Cidadã 2016 do Campus São Lourenço da Universidade Federal de Rio Grande. Cerca de vinte mulheres e homens, jovens e adultos, participaram da oficina artística, organizada pelo *Coletivo Feminista Dandaras*/FURG, Campus/SLS, na orla da lagoa, praia das Ondinas, em São Lourenço do Sul.

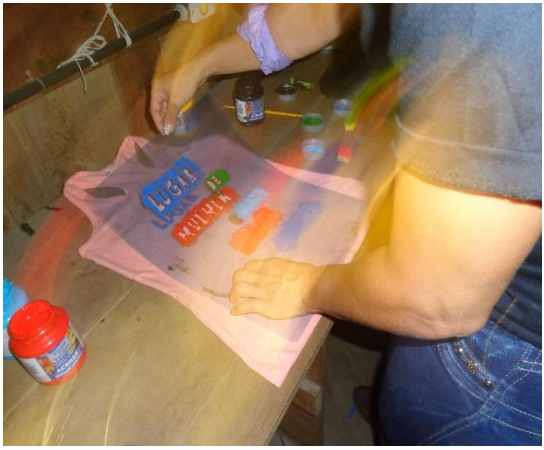


IMAGEM IV: Oficina realizada no mês de março de 2016, no II Seminário das Mulheres do campo e cidade de São Lourenço do Sul. **Fonte:** Acervo Coletivo Feminista Dandaras/FURG

No mês de março de 2016, durante o II Seminário das Mulheres do Campo e da cidade de São Lourenço do Sul, foi planejada e realizada uma oficina com o intuito de discutir *Preconceitos, Racismo e vivencias* de mulheres pomeranas, mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres trans, mulheres agricultoras, mulheres indígenas e mulheres ribeirinhas. Nesse seminário buscamos problematizar o preconceito, o empoderamento e o fortalecimento ente nós mulheres, e grupos de mulheres acadêmicas do Campus São Lourenço da Universidade Federal de Rio Grande, da cidade de São Lourenço do Sul e região. O evento buscou abordar e proporcionar um amplo debate com a comunidade acadêmica do campus da FURG/SLS e comunidade lourenciana (campo e cidade). Na ocasião foi abordado diferentes assuntos: leis, direitos, educação, preconceitos, racismo e violências contra as mulheres.

Considerações finais

Com as oficinas de "*Arte do Stencil*", junto ao Coletivo Feminista Dandaras/FURG, Campus/SLS, procuramos fortalecer cada vez mais grupos de mulheres (jovens e adultas), promovendo ações que sirvam para melhorar a qualidade de vida e envolver as mulheres acadêmicas, da cidade e do campo para um entendimento de suas amarras e preconceitos sofridos, contribuindo para o empoderamento feminino, mobilizando, compartilhando e orientando-as sobre seus direitos enquanto mulheres.

Com as oficinas cruzamos teorias e ações que visam trabalhar, divulgar e orientar as mulheres para uma valorização de si mesmas, buscando a melhoria da qualidade de vida e para seu empoderamento, fortalecendo assim suas organizações, vivenciando a equidade de gênero e educação popular.

E assim, através das oficinas de "*Arte do Stencil*" vamos enfatizando a necessidade de garantia de seus direitos, autonomia econômica, melhorias em suas vidas e fortalecendo as identidades e organizações das acadêmicas do Campus São Lourenço/FURG e cidadãs lourencianas.

Como ressalta Hierro (1990, p.120), "*La eliminación de la opresión femenina es el deber moral de las mujeres*! ". Acreditamos que o feminismo e a "*Arte do Stencil*", são formas de luta das mulheres, fortalecendo as relações de gênero e suas diferentes organizações. Sabemos que a caminhada pela libertação destas mulheres ainda oprimidas é longa, mas não haverá êxito, se deixarmos de caminharmos juntas e unidas.

As oficinas de "*Arte do Stencil*" é um convite a reflexões e provocam outras possibilidades de intervenção feminista. As camisetas criadas e expostas em todos os espaços públicos que estivemos mostram um cenário de uma luta feminista, que a academia está aprendendo a dialogar, e que atrai outros olhares. Como diz GERBARA (2008), *assim sendo, seguimos em luta no cotidiano ordinário, onde o dia a dia das mulheres é tramada e invisibilizada!*

Referências

AMARAL, Ana Luísa, MACEDO, Ana Gabriela. **Dicionário da Crítica Feminista**. Edições: Afrontamento, 2005.
BARTRA, Eli, ELÍAS, Maria Guadalupe Huacuz. **Mujeres, Feminismo y Arte Popular**. Cifra Ediciones, 2015.
____. Reflexiones metodológicas. In: BARTRA, Eli (org). **Debates em torno a uma metodologia feminista.** Universidade Autônoma Metropolitana. Xochimilco,2002.
CARVALHO, Debora J. **A conquista da cidadania feminista**. Saber acadêmico, n 11, 2011.
COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf.Acesso em junho de 2016
EQUIPE, Stencil. **A origem do Stencil.** 2011. Disponível em: http://stencilpg.blogspot.com.br/2011/10/origem-do-stencil.html. Acesso em junho de 2016.
EGGERT, Edla. **Processos Educativos no Fazer Artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**,1 ed. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2011.
FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (orgª). **Pensar no Feminino**. Edições Colibri: Lisboa, 2001.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 13ªEdição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1984.
GEBARA, Ivone. **As epistemologias teológicas e suas consequências.** In: *Epistemologia, violência, sexualidade: olhares do II Congresso Latino Americano de Genero e Religião.* São Leopoldo: Sinodal, 2008
LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturação.** Petrópolis: Editora Vozes. 2003
PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrano, 2003.
SAFFIOTI, Heleieth. I.B. **Rearticulando gênero e classe social.**
COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992, p.187-2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Expressão Popular,2013.
_____. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Editora Expressão Popular,
_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna Ltda. 2001.
SILVA, Marcia Alves da; MEIRA, Mirela Ribeiro. (orgs.) **Mulheres Trabalhadoras: Olhares sobre fazeres feminismo**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPEL. 2012.
MACHADO, Rita de Cassia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **Direitos das Mulheres no Brasil: Experiências de Norte ao Sul**. Manaus: UEA Edições, 2016.

A INSTRUÇÃO FEMININA NO BRASIL: DO ABECEDÁRIO MORAL AO ENSINO SUPERIOR

Priscila Trarbach Costa[1]

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o percurso histórico da mulher no que se refere à conquista do direito à instrução, enfocando o contexto brasileiro. Pretende-se pensar as concepções de instrução feminina disseminadas e cristalizadas ao longo do tempo e suas implicações na formação intelectual feminina desde as primeiras iniciativas de alfabetização, ainda no século XVI, passando pelo maciço acesso das mulheres às Escolas Normais, no final do século XIX, até o acesso gradual ao ensino superior, já na segunda metade do século XX.

De acordo com Rosemberg (2012, p. 338), "ao observar o percurso da educação das mulheres no Brasil no sistema educacional, é possível apreender que as mudanças de regime – Colônia, Império, Primeira República – pouco afetaram a paisagem". Ou seja, parece haver se prendido à mulher uma determinada concepção que, cristalizada nas mentalidades através de diferentes meios e instituições, atravessou séculos, orientando não apenas os comportamentos femininos, como, também, as práticas educativas direcionadas às mulheres.

Assim, à época do Brasil Colônia, período que se estende do século XVI ao XIX, "tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever" (RIBEIRO, 2007, p. 79). A instrução, desde os primeiros anos da colonização, era restrita ao sexo masculino, constituindo-se reflexo de uma tradição ibérica transportada de Portugal para o Brasil, pois a colonização abarcava não somente a posse e a exploração da terra, mas também a

[1] Pedagoga, Mestranda em História da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). E-mail: priscilatrarbach@gmail.com.

"aculturação, isto é, a inculcação, nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores" (SAVIANI, 2008, p. 29).

As práticas sociais e os valores culturais cultivados na Metrópole passaram a ser incorporados no cotidiano da Colônia, disseminando-se, assim, uma mentalidade que colocava o homem no topo da hierarquia social, como principal ator nas relações sociais. A instrução, portanto, aparecia, seja na Metrópole seja na Colônia, como uma prerrogativa masculina, à qual a mulher não poderia aceder por ser incompatível com a "natureza" de seu sexo e com suas funções sociais.

Um forte componente religioso não apenas reforçava, como também legitimava essa concepção acerca da figura feminina. A Igreja Católica, representando a grande potência religiosa da época e cuja influência se dava tanto no plano espiritual quanto material e, sobretudo, no político, sustentava que a hierarquia estabelecida entre homens e mulheres era natural, criada por Deus. Seus dogmas privilegiavam o masculino, pois apenas os homens podiam ter acesso ao sacerdócio, aos textos sagrados e ao conhecimento.

Assim sendo, as primeiras iniciativas de instrução empreendidas pelos jesuítas nos primeiros anos da colonização portuguesa na América destinavam-se exclusivamente ao público masculino, e os colégios jesuítas que se multiplicaram ao longo do período colonial, seja para o ensino das primeiras letras, seja para o ensino secundário e superior, recebiam exclusivamente meninos.

Para alguns religiosos, como o padre Manoel de Nóbrega, a questão da instrução feminina e a construção de recolhimentos para mulheres no Brasil serviriam não apenas para a formação intelectual das mulheres indígenas, mas seriam igualmente úteis para se "lançar a base para a obra de moralização" das futuras famílias brasileiras, sob influência das concepções culturais portuguesas e dos preceitos religiosos católicos" (RIBEIRO, 2007, p. 81).

No entanto, apesar da tentativa de Nóbrega em levar adiante o projeto de instrução feminina ao enviar uma solicitação, através de carta endereçada à Dona Catarina, rainha de Portugal,

a iniciativa foi qualificada como "ousada" e "inviável" por conta das possíveis "consequências nefastas" que o acesso das mulheres à cultura letrada poderia representar, visto que a própria Corte, à época, não possuía instituições educacionais destinadas às meninas (RIBEIRO, 2007). A Corte, aliás, "só iria sancionar a criação de escolas femininas para a cidade de Lisboa em 1815"! (SAVIANI, 2008, p. 43).

Os saberes que compunham a instrução feminina limitavam-se a rudimentos de leitura e escrita que possibilitavam, no máximo, a leitura de livros de preces, um dos poucos materiais escritos aos quais as mulheres podiam aceder e cuja função estava muito mais a serviço da educação moral e religiosa do que propriamente intelectual.

A partir da segunda metade do século XVII, surgiram, no Brasil, os primeiros conventos femininos, como o Convento de Santa Clara do Desterro, fundado em 1677, na Bahia, onde algumas poucas mulheres, de forma reclusa, puderam ter acesso a algum tipo de instrução. Nesses locais, "o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música, do cantochão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artificiais" (RIBEIRO, 2007, p. 87).

Por volta da segunda metade do século XVIII, sob o reinado de Dom José I, o Marquês de Pombal, enquanto ministro do Império (1750-1777) e fortemente influenciado pelos ideais iluministas que se propagavam pela Europa à época, lançou as bases de uma grande reforma que objetivava o "'derramamento das luzes da razão' nos mais variados setores da vida portuguesa", voltando-se especialmente para a educação que "precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha [...] preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência" (SAVIANI, 2008, p. 80).

Assim, sob forte influência iluminista, Pombal iniciou um movimento reformista que visava implantar em Portugal as bases de um Estado forte e esclarecido em que o desenvolvimento da cultura geral, o progresso das artes, das letras, e o progresso científico apareceriam como elementos fundamentais a serem desenvolvidos.

Empreendeu-se, como consequência da nova conjuntura política portuguesa, uma grande reforma educacional, iniciando pelo fechamento de todos os colégios jesuítas e a expulsão, em 1759, da Companhia de Jesus de todos os territórios pertencentes a Portugal. Seguiu-se uma grande reforma nos estudos maiores, sobretudo na Universidade de Coimbra, e nos estudos menores (escolas de primeiras letras).

No que diz respeito ao contexto brasileiro, as reformas pombalinas implicaram no fechamento dos colégios jesuítas, na implementação das chamadas Aulas Régias, na contratação de professores leigos, no controle da atividade docente através da proibição do ensino (mesmo particular) por pessoas que não tivessem sido aprovadas em exames de habilitação e idoneidade comprovada pela Diretoria Geral de Estudos e seus delegados e na instituição do Subsídio Literário, imposto cobrado sobre o consumo de carne e a produção de aguardente com o objetivo de financiar as reformas educacionais em andamento.

Cunha (2007, p. 76) destaca que, no processo de organização de um sistema público, estatal e laico de ensino, ainda antes da expulsão definitiva dos jesuítas do território brasileiro, o Alvará de 17 de agosto de 1758 "determinava que se criassem, em cada povoação, duas *cadeiras* de primeiras letras, uma para meninos, outra para meninas, em lugar das escolas jesuítas existentes".

No entanto, apesar das determinações contidas no referido alvará, as cadeiras de primeiras letras para meninas não foram implementadas de maneira extensiva em todo o território brasileiro. As poucas iniciativas de instrução feminina empreendidas neste período representam tentativas pontuais, principalmente na região Norte do país, que não tiveram repercussão ampla nem significaram um acesso massivo das mulheres à instrução.

Cabe destacar, assim, que nesse cenário de reformas educacionais, no que se refere à instrução feminina não houve mudanças no sentido de proporcionar uma ruptura com o velho paradigma. Aliás, se por um lado o Iluminismo manifestava profunda fé no poder transformador da educação, por outro, no

entanto, os iluministas "não se propunham a lutar pelo desenvolvimento de todos os membros do corpo social" (PALLARES-BURKE, 2001, p. 55).

E as mulheres, assim como a grande massa da população, constituíam um grupo social que, caso recebesse algum tipo de instrução, ainda que mínima, poderia romper com a ordem social vigente, desestabilizando e trazendo prejuízos para o corpo social. Acreditava-se que o acesso ao conhecimento, por parte de grupos excluídos e desprivilegiados socialmente, poderia implicar na leitura de livros e panfletos subversivos, disseminando novas ideias e conduzindo a revoltas e levantes populares, colocando em risco não apenas os regimes políticos, como também a fé cristã e os valores culturais que trabalhavam a serviço de grupos sociais privilegiados na manutenção do *status quo*.

As poucas iniciativas de instrução feminina enfatizavam o desenvolvimento de habilidades e competências domésticas e a formação moral da mulher, sendo que "até 1808, a educação de uma maneira geral continuou a mesma" e, mesmo "com a vinda de D. João VI, as mudanças culturais não atingiriam de imediato as mulheres" (RIBEIRO, 2007, p. 89).

Com a transferência, em 1808, da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, não apenas o quadro político e econômico da Colônia passou por transformações. No que se refere à mulher, percebe-se uma maior abertura para os costumes vindos de além-mar, porém não há uma ruptura imediata com a imagem herdada do período colonial, pois ainda repousava sobre a mulher, no início do século XIX, uma série de interditos, costumes e códigos sociais que enfatizavam a reclusão, o recato, a ênfase no desenvolvimento de uma moral católica e a ignorância enquanto qualidade a ser cultivada.

No entanto, se, nesse contexto, havia, por parte de pais e maridos, o temor de que a alfabetização de suas filhas e esposas pudesse facilitar a correspondência entre pretendentes indesejados ou entre amantes, havia, também, a necessidade de se instruir as mulheres, visto que conhecimentos básicos de leitura e escrita e o aprendizado de línguas estrangeiras possibilitavam

casamentos mais vantajosos, a manutenção do *status* ou, até mesmo, a ascensão social.

Porém, a adesão a essas mudanças não se deu de forma imediata, nem de forma homogênea por todo o território e por todas as camadas sociais do Brasil, já que "houve homens que não se conformaram com as novidades e continuaram a manter suas esposas e filhas fechadas em casa, só saindo para ir à igreja, acompanhar procissão e cumprir o menor número possível de obrigações sociais" (COSTA E SILVA, 2011, p. 51).

Mesmo entre as mulheres houve resistência à assimilação dos novos costumes que eram vistos com receio, dado que desestabilizavam a ordem que há muito regia a vida social, marcando tempos, espaços e papéis sociais. Aliás, fora do Rio de Janeiro e de cidades como São Luís, Recife e Salvador, os velhos costumes se mantiveram intactos por um longo período e os conventos ainda eram, para muitos, os únicos espaços "seguros" para abrigar as mulheres e lhes fornecer algum conhecimento, restrito ao mínimo, evidentemente.

A primeira Lei Imperial referente ao ensino público primário data de 15 de outubro de 1827, somente após a proclamação da independência do Brasil (1822), no Primeiro Reinado, e se inscreve em um contexto de organização política, econômica e social do país recém-independente.

O texto legal, disposto em dezessete artigos, determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império e definia os locais destinados ao ensino, o processo de seleção de professores e o ordenamento dos mesmos, bem como o método de ensino a ser utilizado (Ensino Mútuo) e os conteúdos a serem ministrados nas aulas.

Assim sendo, observa-se que a Lei de 15 de outubro de 1827, além de estabelecer as diretrizes gerais para a organização da instrução pública, determina, através dos artigos 11, 12 e 13, a criação de "escolas de meninas", definindo o currículo, o processo de seleção e o soldo das professoras.

Contudo, é importante destacar que a Lei Geral do Ensino não teve efeitos imediatos, pois, ao invés de favorecer a expansão das escolas de primeiras letras, mostrou a fragilidade da incipiente

administração governamental do Império brasileiro em gerir um vasto território e administrar os recursos financeiros, materiais e de pessoal destinados à instrução pública. E, no caso da implementação das escolas de meninas, esbarrou-se, ainda, em valores morais e padrões de comportamento tradicionais.

Outro importante marco legal no que se refere à instrução pública foi o Ato Adicional de 1834. Através deste ato, o governo central concedia maior autonomia às províncias e, em matéria específica de educação, descentralizava a responsabilidade, deixando a cada província a responsabilidade pela organização tanto do ensino primário e secundário quanto da formação docente.

A partir de então, as províncias começaram a se organizar, discutindo e estabelecendo legislações específicas sobre o ensino, a criação de Escolas Normais e a autorização (ou a interdição) para as mulheres frequentarem os cursos de formação docente. Apesar da relativa autonomia das províncias em legislar sobre a instrução, a Lei de 1827 continuou, contudo, a orientar e servir de base para muitas das legislações provinciais, não oferecendo estímulos à efetiva implementação de um sistema de ensino que contemplasse, de fato, o público feminino.

Com relação ao exercício do magistério e a formação de docentes, Stamatto (2002, p. 6) destaca que "as legislações provinciais estão repletas de restrições ao exercício do magistério por parte das mulheres". Estas restrições se traduzem em uma série de requisitos que as mulheres deveriam atender para que pudessem frequentar as Escolas Normais que, através dos Cursos Normais, formavam os quadros docentes.

A partir da segunda metade do século XIX uma série de transformações políticas, econômicas e culturais atingiram a sociedade brasileira, provocando mudanças significativas e de impacto profundo. Para as mulheres, isto significou maior acesso a certos ambientes públicos, mas, também, a necessidade de uma instrução adequada para "bem receber e bem representar" diante das visitas, em reuniões ou em saraus.

Além disso, nas famílias da elite, as salas de jantar e os salões passaram a desempenhar a função de verdadeiras "vitrines sociais", um tabuleiro onde era preciso agir de acordo com as novas

regras sociais a fim de garantir ou manter o prestígio pessoal e, principalmente, familiar.

Para tanto, porém, cada vez mais se enfatizava a necessidade de uma instrução destinada às mulheres com o intuito de prepará-las para o desempenho de suas funções sociais. Ademais, além dos afazeres domésticos e dos compromissos sociais, a primeira educação dos filhos passou a ser uma tarefa eminentemente feminina para a qual eram necessários conhecimentos básicos que pudessem permitir o desenvolvimento de crianças saudáveis e bem educadas.

Ao final do século XIX, com o advento da República (1889), a figura da esposa e mãe exemplar, que havia começado a ser definida a partir da segunda metade do século XIX, passou a ser exaltada e desejável como parte fundamental do projeto republicano. Apontava-se, pois, para a necessidade de educação para a mulher, "vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens" (LOURO, 2013, p. 447).

Acreditava-se que, por meio da instrução, seria possível a "reconstrução do caráter nacional e do sentimento nacional do povo brasileiro", e definiu-se, como pontos fundamentais da nova organização do ensino, "a educação do caráter, a educação cívica, a educação física", incorporando-se a essa tríade um aspecto até então ausente: "o papel da mulher como educadora do caráter das novas gerações" (SAVIANI, 2008, p. 169).

Neste sentido, sob forte influência dos ideais positivistas, a mulher passou a ser vista como portadora de uma "missão civilizadora", contribuindo para o desenvolvimento e o progresso da nova nação cujas bases institucionais estavam sendo delineadas. Assim, surgiu e ganhou força a concepção de que a mulher deveria ser instruída para aperfeiçoar o esposo e educar os filhos para a Humanidade. A mulher deveria ser, pois, "a rainha do lar" e o "anjo tutelar" da família, sendo o espaço doméstico o seu lugar por excelência.

Longe do espaço doméstico, a única atividade permitida à mulher era o exercício do magistério (inicialmente restrito ao primário), que vinha, desde as últimas décadas do século XIX,

atraindo um número crescente de mulheres que passaram a frequentar os bancos das Escolas Normais.

As "virtudes femininas" não eram comprometidas pelo exercício da profissão docente. A moral feminina podia, assim, ficar segura e servir de modelo a ser seguido pelas futuras gerações. Além do mais, o exercício do magistério era considerado a única atividade que permitia à mulher conciliar as atividades laborais com as atividades domésticas, pois, antes de ser uma profissional, a mulher era a "rainha do lar", devendo desempenhar, obrigatoriamente, a função de esposa e mãe, que lhe cabiam por uma questão de "destino natural".

Para as mulheres solteiras ou para aquelas que não haviam tido filhos, o exercício da docência tinha uma relevância ainda maior. Representava uma opção de vida digna e, mais do que isso, uma atividade que tornava a mulher um agente social útil e, portanto, respeitável: ela representava a figura da "mãe-educadora". Os alunos desempenhavam, por sua vez, o papel de "filhos" e com isso a mulher não deixava de cumprir sua "função de progenitora" e não perdia sua "pureza espiritual".

É importante observar que, no que se refere à instrução feminina, o acesso às Escolas Normais representou um marco significativo para as mulheres que passaram, dentro de um curto espaço de tempo, a ter acesso a mais um nível de escolarização outrora vedado ou inacessível a elas.

Para muitas mulheres o ingresso no Curso Normal era impulsionado não tanto pela "vocação para o magistério", quanto por encontrarem ali a única possibilidade de poder continuar os estudos, pois "os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender" (LOURO, 2013, p. 471), seja por deficiência do sistema de ensino brasileiro que não era extensível a toda população, seja por conta da proibição, para as mulheres, de ingresso nos cursos superiores então existentes.

Aliás, conforme destaca Hahner (2003, p. 134), no Brasil, a educação superior servia para preparar os rapazes para profissões de prestígio, sobretudo Direito e Medicina, razão pela qual "uma mulher não podia entrar na academia porque o que esta oferecia

era um conhecimento dirigido, um currículo destinado a preparar os homens para a sobrevivência no mundo político".

Além do magistério, em nível de Escola Normal havia poucos espaços alternativos de formação para as mulheres, pois, nas três primeiras décadas do século XX, elas tinham avançado muito pouco no ingresso nos cursos superiores, com exceção de algumas áreas específicas, como Farmácia e Odontologia, consideradas "as profissões médicas de menor prestígio" (BESSE, 1999, p. 128).

Cunha (2007, p. 94) atenta para a existência de documentos que dão conta da presença de mulheres matriculadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde, pelo menos, 1881, afirmando que "em 1883 as mulheres eram quatro: uma frequentava as aulas acompanhada pelo pai; outra por uma velha dama; as duas restantes dispensavam proteção".

Cabe destacar, contudo, que todos esses cursos superiores que começaram a receber mulheres estavam, de alguma forma, relacionados ao *cuidado*. Profissões assalariadas que fugiam a essa regra, que não tinham um caráter assistencialista, que estavam relacionadas às Ciências Naturais ou Exatas, que se relacionavam à Filosofia, ou, ainda, que tinham altos rendimentos, eram consideradas de exclusividade masculina, pois era o homem quem deveria prover o sustento do lar e, portanto, receber um soldo maior.

Assim, apesar de se autorizar, no final do século XIX, o ingresso de mulheres no ensino superior, a instrução superior aparecia, ao adentrar o século XX, como uma prerrogativa masculina, pois era o homem quem deveria aceder às profissões e postos de trabalho melhores e mais bem remunerados na condição de "chefe de família" e "provedor do lar".

No entanto, à medida que a sociedade brasileira começou a urbanizar-se e industrializar-se a partir da década de 1930, houve implicações sociais diretas que resultaram em mudanças nos tamanhos e funções das famílias e novas relações de gênero que possibilitaram a ampliação da presença de mulheres, sobretudo da classe média, no sistema educacional e no mercado de trabalho.

Contudo, de acordo com Besse (1999, p. 129), na década de 1940 apenas 9% dos diplomados no ensino superior eram mulheres,

sendo que "59,2% de todas as mulheres que conseguiram títulos superiores fizeram-no nos três campos de odontologia, farmácia e música".

Nas décadas seguintes, entre os anos de 1945 a 1964, o período denominado por Pinsky (2014, p. 15) de "Anos Dourados", é marcado por um aumento significativo no nível de escolaridade da população em geral, com ênfase para o ensino médio. E a instrução feminina, em particular, "passa a ser mais valorizada ao lado das concepções arraigadas de que as mulheres devem dedicar-se preferencialmente ao lar e aos filhos, fazendo com que o trabalho da mulher continue cercado de preconceitos e sendo visto como subsidiário ao do chefe da família" (PINSKY, 2014, p. 18).

No entanto, a despeito de se verificar uma maior presença de mulheres no nível médio, é importante destacar que a maioria das moças que ingressavam nesse nível de ensino optava, ainda, pela Escola Normal, onde elas eram presença majoritária, representando, em 1954, 86,79% dos alunos (PINSKY, 2014, p. 188).

Quando conseguiam ingressar no ensino universitário, a grande maioria das moças ingressava nos cursos de Educação e Humanidades, sendo que a formação superior, para a mulher, continuava pouco valorizada por implicar maior dedicação aos estudos e, por consequência, a possibilidade de desenvolver uma carreira profissional, o que não era, à época, aceito socialmente sem contestações.

Além das áreas de Ciências Humanas e Educação, que começaram a contar com um número maior de ingressantes do sexo feminino, havia outras áreas consideradas típicas ou próprias para as mulheres, embora com um número absoluto de mulheres inferior ao de homens, como a Psicologia, Biblioteconomia, Nutrição e Enfermagem.

Contudo, se nas décadas de 1950 e 1960 as mulheres eram impelidas a cursar a Escola Normal e tinham acesso restrito a certas áreas do ensino superior, por conta das implicações de seu sexo, a partir da década de 1970, no entanto, houve mudanças significativas que possibilitaram às mulheres um progressivo acesso a níveis mais elevados de instrução.

Dessa forma, "nos anos de 1970, já se observava que as mulheres eram maioria entre estudantes matriculados e concluintes do ensino médio", representando, igualmente, um número significativo de estudantes no ensino superior, pois 42,4% dos estudantes de 3º Grau eram mulheres (ROSEMBERG, 2012, p. 334; ROSEMBERG, 1994, p. 48).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (LDB/71 – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), ao garantir a equivalência entre os cursos secundários, foi, nesse período, um importante marco educacional que abriu as portas do ensino superior para muitas moças.

No entanto, apesar das disposições contidas da LBD de 1971, que possibilitavam às normalistas aceder ao ensino superior sem a necessidade de certificações adicionais, a antiga segregação sexual escolar, com currículos diferenciados para meninos e meninas havia deixado profundas marcas no sistema educacional brasileiro que, durante séculos, vinha trabalhando eficientemente de maneira a manter as mulheres afastadas da educação pública ou fornecendo-lhes uma educação restrita a conhecimentos mínimos.

Além disso, o exercício do magistério primário (possível através do Curso Normal) ainda era uma opção de formação viável que atraía um grande número de moças que, quando ingressavam no ensino superior, acorriam aos cursos oferecidos pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que preparavam para a carreira de professor do ensino médio, afinal a docência mantinha o *status* de "trabalho de mulher".

Além disso, é importante pensar que as escolhas femininas, orientadas para determinas áreas/cursos, sobretudo das Ciências Humanas e Sociais, não foram concebidas de maneira aleatória, nem determinadas apenas por critérios financeiros e de logística (horários e locais). É preciso, também, incorporar à reflexão

> o processo de socialização orientado por modelos de papéis sexuais ditocomizados; o mercado de trabalho segregacionista; e os benefícios imediatos que tal segregação traz à população feminina, que necessita conciliar sua dupla perspectiva de vida, a realização afetiva e profissional (ROSEMBERG, 1994, p. 51).

Aliás, a necessidade de conciliar a carreira profissional com a maternidade e a formação de uma família (fator afetivo) constituía-se, ainda na década de 1970, em importante aspecto a ser considerado pelas mulheres na ocasião de suas escolhas acadêmicas.

Percebe-se, pois, que a expansão do ensino superior na década de 1970 determinou e foi determinada pelo acesso das mulheres a esse nível de ensino. No entanto, deve-se atentar para o fato de que, se outrora as mulheres eram excluídas do ensino superior, seja por restrições legais, seja por empecilhos de ordem ideológica e cultural, nos anos 1970, por sua vez, surge uma nova forma de discriminação contra a mulher já que a discriminação não se efetua mais através do impedimento de acesso ao sistema educativo, mas se transferiu para seu interior, manifestando-se através da segregação sexual que se verifica nos cursos superiores de diferentes áreas.

Contudo, cabe destacar o fato de que esse grande contingente de mulheres que ingressou no ensino superior, sobretudo nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, constituiu uma base importante para que, ainda na década de 1970, se desenvolvesse "um campo de estudos e pesquisas sobre a mulher, estreitamente imbricado com o feminismo renascente": eram mulheres que se preocupavam com a educação de mulheres e combatiam o sexismo e problematizavam a formação de "guetos sexuais" na educação (ROSEMBERG, 2012, p. 340).

Soma-se, ainda, o fato de que na década de 1970 vivenciou-se a expansão da pós-graduação nas universidades, estimulada pelo governo federal, de acordo com uma determinada proposta de modernização do país. Isso permitiu que se desenvolvesse, no ambiente acadêmico, um cenário propício ao surgimento dos "estudos sobre a mulher" que se utilizavam das experiências e aprendizagens das pioneiras na defesa da emancipação feminina do final do século XIX e, sobretudo, da primeira metade do século XX, para produzir conhecimento e dialogar com outros setores da sociedade que também pensavam a questão da mulher, de maneira

ampla (ONGs, associações, militantes, partidos, etc.) (LOURO, 1997, p. 16).

As experiências feministas da primeira metade do século XX, vivenciadas sobretudo na Europa e Estados Unidos, forneceram, nesse contexto, um referencial teórico importante, utilizado "por acadêmicas (no sentido restrito) e por mulheres educadas (no sentido amplo) para produzir ensaios, reflexões, pesquisas sobre a condição feminina, incluindo a temática da educação", pois "raras eram as pesquisas anteriores a 1970 que tinham, pelo menos, controlado a variável 'sexo' em diagnósticos gerais ou sobre a educação" (ROSEMBERG, 2012, p. 341 e 349).

Apesar de se enfatizar a figura da "mulher trabalhadora" sobre as demais temáticas, é possível perceber, a partir da segunda metade da década de 1970, que "o tema 'mulher' se transformou em objeto de interesse e debate políticos" de tal forma que a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou, em 1975, o Ano Internacional da Mulher, possibilitando uma maior abertura para a discussão e incorporação de novas temáticas que iam além da questão do trabalho feminino. Nesse contexto, a questão educacional ganhou, finalmente, um maior destaque.

Todas essas reflexões que se originaram na década de 1970 não apenas continuaram presentes, como foram aprofundadas nos debates da década de 1980, possibilitando a institucionalização do feminismo em suas vertentes militante e acadêmica e a profissionalização de antigos e novos grupos, que passaram a adotar um modelo de organização mais formal.

Os antigos grupos de pesquisa e estudos sobre a mulher que haviam sido criados na década precedente, muitos deles ligados a grupos de pesquisa de programas de pós-graduação, passaram a se reunir, de forma mais organizada, em núcleos, comitês e associações científicas e a aprofundar as temáticas até então abordadas, incluindo, também, novas problemáticas como, por exemplo, a questão da violência contra a mulher, os direitos sexuais e reprodutivos e as questões de gênero e raça.

Aliás, o conceito de gênero, surgido na década de 1970, foi introduzido, no Brasil, no final dos anos 1980. Esse conceito, utilizado pela primeira vez pelas feministas anglo-saxãs (*gender*),

pretendia rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual e enfatizar o aspecto fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Passou-se, então, a compreender que muito mais do que implicações de ordem biológica, a construção das diferenças entre homens e mulheres era resultante de construções sociais que determinavam o masculino e o feminino e a relação entre eles, incidindo sobre os sujeitos desde o nascimento e através de diferentes instituições e signos, incluindo o sistema educacional.

No que se refere à temática "educação", em específico, foram herdadas algumas pautas da década precedente que iriam figurar, não somente ao longo da década de 1980, como, também, nas três décadas seguintes. Destaca-se: o avanço incontestável do acesso e progressão das mulheres no sistema escolar; a persistência de "guetos sexuais" quanto à trajetória de carreiras ou ramos do conhecimento; a denúncia de padrões sexistas no currículo escolar, particularmente nos livros didáticos.

Houve, pois, nesse contexto, uma grande expansão dos "campos de estudos sobre educação das mulheres, educação e gênero, estudos feministas na educação", resultante, sobretudo, do "número crescente de mulheres educadas (estudantes, professoras e pesquisadoras na Pós-Graduação), seja na área específica de Educação, seja nas diversas áreas do conhecimento" (ROSEMBERG, 2012, p. 349).

Essas mulheres, que constituíam 44,6% dos estudantes universitários e 32% dos estudantes de pós-graduação, foram responsáveis por uma produção acadêmica significativa que, além de explorar as temáticas relacionadas ao trabalho, à sexualidade e à violência, lançavam uma atenção especial sobre a questão da educação da mulher e seu acesso ao ensino superior, que ainda mantinha "guetos sexuais", concentrando a maior parte do público feminino em determinadas áreas do conhecimento.

Ainda na década de 1980, cabe destacar a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Esse conselho, criado em 1985, foi concebido com a finalidade de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e

assegurar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

O ambiente de abertura política vivenciado pelo país nesse período proporcionou, igualmente, que, a exemplo do Conselho Nacional, fossem criados os Conselhos Estaduais que incluíam nas suas pautas de discussão, entre outros temas, a luta contra a educação diferenciada.

A educação da mulher passou a receber maior atenção somente na década de 1990, período em que o Brasil, assim como outros países da América Latina, "viveu um intenso processo de reformas educacionais impulsionadas por organizações internacionais (Unesco, Banco Mundial, entre outras), subsumidas nos compromissos da campanha internacional 'Educação Para Todos'" (ROSEMBERG, 2012, p. 345). A educação, nesse contexto, passou a ser entendida como instrumento fundamental para a redução de desigualdades tanto em nível nacional como internacional. Desenvolveu-se, pois, a ideia de que a educação deveria ser extensível a todos e que por meio dela seria possível alcançar o desenvolvimento econômico e social de que o país tanto necessitava.

Porém foi a partir dos anos 2000 que duas iniciativas procuraram aproximar as questões de gênero da questão educacional, no âmbito da administração federal. São elas: a criação da Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres (SPM) e a criação, dentro do Ministério da Educação (MEC), da então denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)[2].

De acordo com Rosemberg (2012, p. 347), ambas as iniciativas (SPM e Secad) contemplavam planos ambiciosos que "incluíam não apenas objetivos específicos ao sistema educacional, como 'garantir matrícula' ou 'eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios'", mas, também, procuravam conceber e estimular iniciativas de combate "ao *sexismo* (atitude discriminatória

[2] Atualmente a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) atua como Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

fundada no sexo) 'na cultura e na comunicação', adotando, portanto, um sentido amplo de educação".

Adquiriu-se o entendimento de que muito mais que garantir o acesso ao ensino superior (etapa já conquistada pelas mulheres), era preciso atentar para a maneira como as mulheres eram acolhidas pelo sistema educacional, como se dava sua relação com o conhecimento. Era preciso refletir sobre as etapas que haviam marcado a trajetória da mulher em busca de instrução que, carregadas de preconceitos e falácias com relação à mulher, ainda encontravam voz e força dentro do espaço acadêmico.

Os anos 2000 foram marcados, igualmente, pelo retorno das discussões de gênero que pretendiam não apenas refletir sobre a construção das identidades de gênero masculino e feminino, mas, também, sobre a orientação heteronormativa que guiava as práticas educativas e sobre as formas de discriminação, nem sempre explícitas, que incluíam as questões de gênero, classe e raça.

Nesse contexto, o movimento feminista ganhou aliados e os estudos feministas passaram a dialogar com os estudos culturais, estudos negros e estudos gays e lésbicos, contribuindo para a compreensão de que o ambiente escolar e acadêmico é um campo político onde estão implicadas relações (desiguais) de poder (LOURO, 1997, p. 85).

Infere-se, pois, a partir das reflexões suscitadas neste trabalho que, apesar do avanço incontestável das mulheres no que se refere à busca por instrução, essa trajetória não se deu de maneira linear, sem tensões e conflitos. Percebe-se um percurso acidentado, marcado por lutas e conquistas que exigiram das mulheres (e de todos aqueles que defendiam a instrução feminina) grandes esforços no sentido de romper com determinações de toda ordem (sobretudo culturais e sociais) que, por um longo tempo, negaram à mulher o acesso à instrução e ao conhecimento. Refletir sobre esse percurso, no contexto brasileiro, constitui-se num exercício fundamental para se compreender o atual quadro educacional brasileiro.

Referências

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo Edusp, 1999.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: p. 50-56, fevereiro 1991.

COSTA E SILVA, Alberto da. As marcas do período. In: COSTA E SILVA, Alberto (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**, v. 1. Crise Colonial e Independência: 1808-1830. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2011.

DEL PRIORI, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino:** a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher:** a moral e o imaginário: 1889-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. La educación de las mujeres en el Brasil Imperio. In: MORANT, Isabel (Org.). **Historia de las mujeres en España y América Latina:** del siglo XIX a los umbrales del XX, v. III. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Educação das massas: uma "sombra" no século das luzes. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Brasil 500 anos:** tópicas em história da educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação de Mulheres Jovens e Adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

_____. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na História:** a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). 2002. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

RESSINGULARIZAÇÕES FEMININAS: UMA PROPOSTA CARTOGRÁFICA COM MULHERES-MIL

Isabel Gomes Ayres[1]
Luciene Silva dos Santos[2]
Roselaine Machado Albernaz[3]

Introdução

Embora a presença do homem na Terra seja relativamente recente, se comparada com a idade estimada do planeta, nossos modos de vida têm contribuído para alterar radicalmente diversos biomas (ARTHUS-BERTRAND, 2009). Algumas destas alterações referem-se a danos ao ambiente físico que comprometem a manutenção da vida sobre o planeta. Para o filósofo e psicanalista francês, Félix Guattari (2012, p. 7), a deterioração das relações sociais e modelização da subjetividade humana são tão ameaçadoras quanto os danos ao ambiente físico.

Entre as problemáticas sociais e mentais, que de acordo com Guattari (2012, p. 13) não podem ser desvinculadas das questões ambientais, está a condição da mulher. Mesmo com a proliferação mundial de movimentos em defesa das mulheres, a

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Professora da disciplina de Meio Ambiente dos cursos profissionalizantes do Programa Mulheres Mil no Câmpus Pelotas do Instituto federal Sul-rio-grandense (IFSul). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia – EXPERIMENTA. E-mail para contato: isabelayres82@gmail.com.

[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia – EXPERIMENTA. E-mail para contato: lscoelho@hotmail.com.

[3] Doutora e Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia – EXPERIMENTA. E-mail para contato: roselainealbernaz@gmail.com.

condição feminina está longe de ter melhorado nos últimos séculos. A exploração do trabalho e da imagem do corpo da mulher, as agressões físicas e verbais, a falta de soberania sobre seu corpo, são apenas alguns exemplos da precariedade da condição feminina que vem se perpetuando século após século.

Segundo Guattari e Rolnik[4] (2013, p. 36), a produção de subjetividade capitalística seria uma das principais causas da crise multifacetada de nossos tempos. Como saída para esta crise, o filósofo aposta numa articulação ética e política dos três registros ecológicos: ambiental, social e mental (GUATARI, 2012, p. 8). A partir desta articulação, poderiam ser inventadas estratégias para escapar da subjetividade dominante, criadas novas maneiras de viver e de se relacionar com a natureza, num processo que Guattari (2012, p. 15) chama de ressingularização.

Todos nós embarcamos nessa modelização da subjetividade. Contudo, os profissionais sociais, entre os quais estão os professores, exercem um papel relevante neste sistema produtivo de subjetividades. Assim como as práticas pedagógicas podem contribuir para que as subjetividades capitalísticas sejam reforçadas, também podem inventar processos de ressingularização (GUATTARI, 2013, p. 38).

Cabe sublinhar que este texto refere-se a um recorte feito num projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação e Tecnologias do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul, mais especificamente, no Grupo de Pesquisa Educação e contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia – EXPERIMENTA. Inicialmente o texto traz um olhar crítico aos modos de vida da atualidade para, então, ser possível articular à proposta cartográfica do projeto em questão. Neste projeto serão investigados possíveis movimentos de ressingularização durante algumas aulas da disciplina de Meio Ambiente ofertada nos cursos profissionalizantes do Programa Mulheres Mil, no Câmpus Pelotas do IFSul.

[4] Suely Rolnik é psicanalista, crítica de arte e cultura, Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Uma crise multifacetada

A vida na Terra surgiu há aproximadamente 4 bilhões de anos, em uma atmosfera inóspita, a partir da combinação de parcos elementos químicos que deram origem a organismos unicelulares bastante rudimentares. Estas formas de vida primitivas são os ancestrais de todos os indivíduos multicelulares que, a partir de então, habitaram o planeta, inclusive os seres humanos. Embora a existência do homem na Terra tenha ocorrido há cerca de 200 mil anos, suas ações têm mudado significativamente os biomas deste planeta (ARTHUS-BERTRAND, 2009).

A agricultura foi uma das primeiras intervenções humanas que alterou o equilibro natural da Terra. Porém, o homem não extraiu do solo apenas o alimento necessário para seu sustento, mais do que isso, perfurou a crosta terrestre em busca de carvão, de petróleo e de minerais preciosos. Ao longo dos séculos, em prol de um dito "progresso", os humanos devastaram florestas, exterminaram espécies da flora e da fauna, poluíram mananciais, produziram montanhas de lixo, exploraram e escravizaram seus semelhantes (ARTHUS-BERTRAND, 2009).

No livro *As três ecologias*, o filósofo e psicanalista francês, Félix Guattari (2012, p.7) salienta que, embora o planeta esteja *vivendo um período de intensas transformações tecnológicas*, há também um enorme desequilíbrio ecológico que, caso não seja remediado, ameaça a manutenção da vida numa escala mundial. Contudo, para Guattari esse desequilíbrio não está relacionado apenas com os danos ao ambiente físico, mas também a deterioração dos *modos de vida humanos individuais e coletivos*, resultantes dos modos de produção capitalísticos[5].

No livro *Micropolítica: cartografias do Desejo*, Guattari e Rolnik (2013, p. 33) descrevem que a subjetividade pode ser *fabricada, moldada, recebida e consumida*. Para os autores, assim como os bens de consumo são produzidos em fábricas, a subjetividade pode ser manufaturada pelos modos de produção

[5] Capitalístico o termo utilizado por Guattari para falar sobre o Capitalismo Mundial Integrado (CMI).

capitalísticos e injetada, como representações, nos sujeitos. E acrescentam que essa *produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção mais essencial até do que o petróleo e as energias*. Assim, grandes potências como os Estados Unidos promoveriam sua expansão econômica implantando subjetividades manufaturadas nos países de Terceiro Mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 36).

Deste modo, há um crescente consumo de bens materiais que afetam as relações sociais e as subjetividades, que assim quando se tornam obsoletas, são descartadas. De forma análoga à poluição, a miséria, o racismo, a homofobia, a misoginia, a androfobia, a xenofobia, a escravidão, as psicopatias e tantas outras tensões sociais e comportamentais, intoxicam e degeneram os corpos por toda a superfície do globo (GUATTARI, 2012, p. 13).

Ainda em *As três ecologias*, Guattari trata sobre as várias facetas que compõem a crise de nossos tempos. E entre elas, o filosofo destaca a condição feminina denunciando que:

> Em escala global, a condição feminina está longe de ter melhorado. A exploração do trabalho feminino, correlativa à do trabalho das crianças, nada tem a invejar aos piores períodos do século XIX (GUATTARI, 2012, p. 13).

Certamente a condição feminina está longe de ter melhorado, não apenas em relação ao trabalho. No dia 07 de março deste ano, por exemplo, o jornal Estadão divulgou uma matéria com o título *Brasil tem 1 denúncia de violência contra mulher a cada 7 minutos*. No ano de 2015, foram registrados mais de 60 mil agressões contras mulheres, sendo que mais da metade destas denúncias referiam-se a violência contra mulheres negras (ESTADÃO, 2016). De forma análoga aos organismos aquáticos que morrem asfixiados pelo derrame de substâncias tóxicas em seu habitat, meninas e mulheres, por todo o mundo, agonizam sufocadas pela violência doméstica. Como um efluente tóxico lançado num rio, a agressão física e psicológica lançada no seio familiar, degrada mentes e corpos, compromete a vida.

Nem mesmo o advento dos contraceptivos orais, que marcou os anos 50, foi capaz de tornar a mulher "senhora" de seu próprio

corpo. Recentemente o discurso da cineasta Petra Costa[6], proferido durante a premiação do filme *Olmo e a Gaivota*, no Festival Rio 2015, foi rechaçado nas redes sociais, uma vez que Petra "atreveu-se" a dizer:

> [...] E que em breve eu espero que no Brasil toda mulher tenha soberania total sobre o próprio corpo. Seja para rejeitar uma gravidez, interromper com o aborto, que já é legal há mais de 40 anos na França, nos Estados Unidos, em Cuba... Seja pra mergulhar nela, como é no caso do nosso filme, e ter todos os direitos para fazer isso da melhor forma [...] (ZANETTI apud COSTA, 2015).

Através da página do filme no *Facebook*, Petra foi bombardeada por agressões verbais do tipo "se não quer filho, fecha as pernas". Em respostas, diversos artistas brasileiros se reuniram na produção do vídeo *Meu corpo, minhas regras* que critica a anulação da voz feminina no cinema e, principalmente, nas discussões referentes ao seu próprio corpo (ZANETTI, 2015). Não se tratará de apoiar ou repudiar a prática do aborto, mas de denunciar o controle que ainda se exerce sobre o corpo feminino.

Além do cinema, na literatura também encontramos vestígios sobre a condição feminina na contemporaneidade. Por exemplo, na poesia *Maria-do-pelego-preto*, de Manoel de Barros, encontramos um entrecruzamento entre a problemática da exploração da imagem do corpo feminino, com a fome. A personagem até pode ser uma criação de Manoel, porém muitas meninas e mulheres vivenciam situações semelhantes à narrada pelo poeta:

> Maria-pelego-preto, moça de 18 anos, era abundante de pelos no pente. A gente pagava para ver o fenômeno. A moça cobria o rosto com um lençol branco e deixava pra fora só o pelego preto que se espalhava quase até pra cima do umbigo. Era uma romaria chimite! Na porta o pai entrevado recebendo as entradas... Um senhor respeitável disse que

[6] Petra Costa é atriz, diretora, roteirista e cineasta brasileira. Produziu *Elena* (2012) e *Olmo e a Gaivota* (2014).

> aquilo era uma indignidade e um desrespeito às instituições da família e da Pátria! Mas parece que era fome (BARROS, 2013, p. 18).

É pelas Marias, Petras, Suelys, Isabéis, Lus, Roses... e, quem sabe por alguns Manoéis, que arriscaremos articular as questões da mulher com a Ecosofia. Aqui somos como *Pagu indignada no palanque*[7]*:* nem *freiras*, nem, *putas;* nada nos importa aos extremos, queremos mesmo é saber o que há nos "entres". Nossa força também *não é bruta;* nossa potência vem das palavras e da vontade de pesquisar com as mulheres e pelas mulheres. Nessa empreitada, seguiremos de mãos dadas com nosso filósofo, Félix Guattari.

Ecosofia e ressingularização: atrevimentos de articular, inventar e subverter

Uma vez apresentada parte do cenário desta crise que ultrapassa os danos ao ambiente físico, soa de forma hipócrita que inúmeras correntes ambientalistas defendam com afinco a preservação da biodiversidade no planeta, enquanto poucos se engajam nas lutas em defesa das diversidades culturais, dos direitos humanos e da multiplicidade (DODSWHORTH-MAGNAVITA, 2012, p. 22). Estranhamente, se defende a diversidade daquilo que se convencionou chamar de Natureza, porém não se toleram as diferenças existentes entre os *Homo sapiens*.

Ocorre que as perspectivas antropocêntricas e salvacionistas, ainda dominantes no Ocidente, posicionam o homem como o regulador da natureza e não como parte integrante dela (DODSWHORTH-MAGNAVITA, 2012, p. 21). Todavia, intervenções humanas de caráter administrativo ou protecionista não têm sido suficientes para mitigar os impasses ambientais, seja

[7] Trechos da música *Pagu* de Rita Lee, que faz referência à jornalista e poetisa brasileira, Patrícia Render Galvão. Nos anos 20, Pagu defendia a participação ativa das mulheres na sociedade. Foi a primeira mulher a ser presa no Brasil por suas ideologias políticas.

na esfera do ambiente físico, das relações sociais ou das subjetividades, que se espalham pelo planeta.

Ciente da ineficácia das ações até então adotadas para sanar tamanha crise multifacetada, Guattari, propõem:

> As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política - a que chamo ecosofia - entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões (GUATTARI, 2012, p. 8).

Como saída da crise de nossa época, Guattari (2012, p.8) sugere a articulação entre os três registros ecológicos: ambiental, social e mental. Assim, a Ecosofia defendida por Guattari vai além da ecologia ambiental, principal enfoque da maioria dos debates ambientalistas, uma vez que suas práticas ecosóficas se propõem a pensar também as relações humanas e a subjetividade. Nesta articulação, a ecologia social está relacionada com o desenvolvimento de novas práticas de relação com o outro, entre as quais podemos citar as relações conjugais, familiares e de trabalho. A ecologia mental, por sua vez, refere-se à reinvenção da relação do sujeito com o corpo, com o tempo e com os enigmas da vida e da morte (GUATTARI, 2012, p. 33).

É importante salientar, que estes três registros ecológicos operam concomitantemente, de modo que não há como enclausurar uma questão num ou noutro registro. Logo, não há como dizer que a violência contra a mulher, por exemplo, é uma problemática de ordem social ou mental. Alcançado o entendimento de que o homem integra a natureza e, que esta natureza deve ser preservada em favor da vida, atos agressivos fisícos e verbais cometidos contra

as mulheres passam, numa perspectiva ecosófica, a integrar a problemática ambiental.

Embora para Guattari (2012, p. 24), a subjetividade capitalística exerça um papel relevante na deterioração das três esferas ecológicas, ele acrescenta que *seria absurdo querer voltar atrás para tentar reconstituir as antigas maneiras de viver*, tendo em vista que jamais os modos de existência atuais e vindouros se assemelharam aos de décadas passadas, quando não se disponha de tantos aparatos tecnocientíficos. Assim, para Guattari (2012, p. 8), o que está em questão *é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta*. Neste sentido, Guattari aposta na invenção de novos *modos de viver e de sobreviver num determinado lugar;* na produção de brechas nos muros capitalísticos; na possibilidade de criar outras estratégias, mesmo que provisórias, das subjetividades dominantes. Essa subversão dos modos de vida atuais, da maneira como nos relacionamos com a natureza, com os outros e com nós mesmos é o que Guattari chama de processos de singularização ou de ressingularização (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 80).

> [...] é concebível em compensação que a nova referência ecosófica indique linhas de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia – no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte etc. - trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma ressingularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero (GUATTARI, 2012, p. 15).

A ressingularização não está relacionada a um indivíduo, porque os processos de individualização da subjetividade coexistem com os sistemas de identificação que são modalizadores, ou seja, são modelos resultantes da produção de subjetividade capitalística. Entre essas individualizações produtoras de identidades, podemos citar as biológicas (gordo ou magro), as de gênero (homem ou mulher) e as socioeconômicas

(pobre ou rico) e tantas outras *segmentaridades binárias*[8]. A ressingularização implica na invenção de caminhos alternativos para que se possa escapar, mesmo que por um instante, destas formatações indenitárias (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 46).

Os profissionais que atuam no campo social, que *se ocupam do discurso do outro*, entre os quais estão os professores, encontram-se numa *encruzilhada política e micropolíticas fundamental* (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 37). Se por um lado estes profissionais podem contribuir para a reprodução dos modelos de subjetividade capitalística, por outro lado, eles podem, na medida do possível, trabalhar com agenciamentos que incentivem a ressingularização (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 37). Não há uma neutralidade no trabalho destes profissionais. Ainda sobre a tomada de posição, sobretudo dos professores, Guattari e Rolnik acrescentam:

> As pessoas que nos sistemas terapêuticos ou nas universidades, se consideram simples depositárias ou canais de transmissão de um saber científico, só por isso já fizeram uma opção reacionária. Seja qual for a sua inocência ou boa vontade, elas ocupam, efetivamente, uma posição de reforço dos sistemas de produção de subjetividade dominante. E não se trata de um destino da profissão (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 38).

Estar junto com as ideias de Félix Guattari denuncia a opção que fizemos. Enquanto uma de nós é professora de Meio Ambiente dos cursos profissionalizantes do Programa Mulheres Mil, no Câmpus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul, e todas somos membros do Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade: Experimentações com Arte e Filosofia – EXPERIMENTA, deste mesmo instituto, nos lançamos no desafio de investigar, por meio do método cartográfico, possíveis processos de ressingularização que possam ocorrer junto às alunas,

[8] No terceiro volume de *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* Deleuze e Guattari (1996, p.83) discutem o quanto somos segmentarizados binaria, circular e linearmente.

mulheres-mil[9]. Para tanto, traçaremos aqui uma proposta para esta pesquisa que deverá tecer uma trama com as questões femininas, a perspectiva ecosófica e artefatos artísticos.

Cartografar com as mulheres-mil

Como já foi mencionado nos subtítulos anteriores, este trabalho se propõem a elaborar uma proposta de pesquisa cartográfica que talvez dê conta de investigar possíveis movimentos de ressingularização durante aulas de Meio Ambiente ministradas nos cursos profissionalizantes do Programa Mulheres Mil, no Câmpus Pelotas do IFSul. Contudo, antes de traçarmos essa proposta, é importante discorrermos sobre este programa e sobre a cartografia.

O Programa Mulheres Mil surgiu, no ano de 2007, como um projeto piloto idealizado pelo Governo brasileiro junto ao *Association of Canadian Community Colleges (ACCC)* do Canadá, com o propósito de promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente, este projeto foi desenvolvido somente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em 2011, o programa foi instituído nacionalmente, através da Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, passando a ser ofertado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias - Ifetes. Em 2013, o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (BRASIL, 2016).

No Câmpus Pelotas do IFSul, o Programa Mulheres Mil iniciou no ano de 2013. Desde então, mais de 200 mulheres já participaram de algum dos seguintes cursos profissionalizantes que integram programa: Cuidador de Idosos, Cuidador Infantil, Cartonageiro e Empregada Doméstica. A proposta metodológica destes cursos vai além da profissionalização das mulheres que deles participam. O projeto pedagógico de cada curso contempla, além de disciplinas específicas, no conjunte de disciplinas

[9] Mulheres que participam como alunas dos cursos profissionalizantes do Programa Mulheres Mil no Câmpus Pelotas do IFSul.

denominado como Núcleo Comum são feitas abordagens acerca da autoestima, dos direitos e da saúde da mulher, das relações sociais e com o meio ambiente (BRASIL, 2015).

A flexibilidade de discutir temas contemporâneos, nas disciplinas deste núcleo, permite que, as aulas de Meio Ambiente sejam planejadas sob uma perspectiva ecosófica. Aproximar as três ecologias do cotidiano das mulheres-mil pode implicar em uma micropolítica de ressingularização, de fuga da modelização da subjetividade, pois como nos diz Deleuze e Guattari:

> Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobre codificação: aquilo que se atribui a uma "evolução dos costumes", os jovens, as mulheres, os loucos, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 94).

Para investigar possíveis "escapes" da subjetivação dominante nas aulas de Meio Ambiente do Programa Mulheres Mil, nos valeremos do método de pesquisa cartográfico. A prática cartográfica se propõe acompanhar percursos que impliquem em processos de produção, conexão de redes ou rizomas[10]. Assim como as ramificações do rizoma, as entradas e as saídas da cartografia são múltiplas. O mapa resultante de uma pesquisa cartográfica é móvel, provisório e, por vezes, pode apresentar pontos de concentração de saberes que se confundem com centros de organização. Todavia o rizoma não tem centro (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p. 10).

No pensamento rizomático há uma priorização da multiplicidade, das pluralidades, em detrimento da hierarquização/totalização. É como se houvesse uma remoção do Uno na fórmula matemática *n*-1 (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.

[10] Na botânica, o rizoma refere-se a um tipo de ramo que se espalha em várias direções sem um eixo central. No primeiro volume de *Mil,Plâtos: capitalismo e esquizofremia*, Deleuze e Guattari (2011, p.21) utilizam o esse conceito da Biologia para apresentarem uma imagem do pensamento inventivo, através do qual, se prioriza a multiplicidade de conexões.

21). Isso possibilita que na cartografia sejam utilizados referenciais heterogêneos advindos da filosofia, da ciência e da arte. Logo, durante as aulas de Meio Ambiente, as quais serão cartografadas, as perspectivas ecosóficas serão articuladas com artefatos artísticos da literatura, da música, da dança, do cinema, etc.

A cartografia também se caracteriza por ser uma pesquisa-intervenção, isto é, ela se constrói sem o distanciamento entre sujeito e objeto. É preciso que o cartógrafo habite os territórios existenciais da pesquisa (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p. 137). O pesquisador mergulha na experiência coletiva de tudo e de todos que estejam envolvidos com a investigação. A experiência, suporte da cartografia, é um saber-fazer, um *saber que vem, que emerge do fazer* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010, p. 19). Assim, não poderia o cartógrafo estar separado daquilo que por ele é cartografado, pois ele mesmo experimenta a cartografia enquanto a produz.

O mergulho que faz o cartógrafo nas experiências, que emanam do processo por ele investigado, requer atenção. No entanto, atenção do cartógrafo está mais próxima do *estar à espreita* de Deleuze (1994) do que de uma significação tradicional que remete à focalização (PASSOS; KASTRUP; ÉSCOSSIA, 2010, p.33). E sobre esta espreita Deleuze nos diz:

> O escritor está à espreita, o filósofo está à espreita. É evidente que estamos à espreita. O animal é... observe as orelhas de um animal, ele não faz nada sem estar à espreita, nunca está tranquilo. Ele come, deve vigiar se não há alguém atrás dele, se acontece algo atrás dele, a seu lado. É terrível essa existência à espreita (DELEUZE, 1994).

De modo semelhante ao animal, o escritor, o filósofo e o cartógrafo precisam manter-se em constante vigília, de maneira que aquilo que possa "dar língua" à experiência não escape por entre seus dedos. Apoiados em uma perspectiva freudiana, Passos, Kastrup e Éscossia (2010, p. 35) destacam a importância do uso de uma *atenção flutuante* no trabalho do cartógrafo, ou seja, uma atenção a-focalizada e a-seletiva. Outro ponto que os autores

ressaltam é o envolvimento das diversas modalidades sensórias (audição, visão, tato e olfato) na atenção do cartógrafo; como nos diz Rolnik (2014, p. 66): *Ele* (o cartógrafo) *aceita a vida e se entrega. De corpo e língua.*

Nossa proposta é cartografar os possíveis movimentos de ressingularização com um coletivo de corpos, composto pelo professor de Meio Ambiente e pelas mulheres-mil. Neste estudo o pesquisador será o próprio professor da disciplina de Meio Ambiente, isto é, um professor-cartógrafo que será, simultaneamente, sujeito e objeto da pesquisa. Essa pesquisa nada tem a ver com cartografar sobre as mulheres-mil, mas de cartografar com elas. Para tanto, o pesquisador terá que imergir em suas próprias experiências de saber-fazer como professor de Meio Ambiente e de cartógrafo, além de habitar o território existencial do coletivo das mulheres-mil e estar atento a tudo que possa "dar língua" (gestos, falas, escritas,..) à cartografia.

Em suma, desejamos que a efetivação desta proposta resulte em um mapa, móvel e provisório, com possíveis movimentos de ressingularização que possam correr neste corpo coletivo, composto pelas mulheres-mil e pelo professor-cartógrafo, durante as experimentações com filosofia, ciência e arte que serão realizadas nas aulas de Meio Ambiente.

Algumas considerações

A proposta cartográfica que apresentamos neste texto é fragmento de um projeto de pesquisa atualmente em curso no Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade: experimentações com arte e filosofia – EXPERIMENTA e que culminará na qualificação e na titulação de um dos autores como Mestre em Educação pelo IFSul. Este fragmento é resultado das aproximações teóricas que, até o momento, foram construídas e que, entrelaçadas com outros tantos referenciais filosóficos e artísticos, darão suporte ao projeto de qualificação, as intervenções do cartógrafo no campo de pesquisa, aos mapas cartográficos e à dissertação.

Referências

_____. ***O* Abecedário de Gilles Deleuze**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yu55SONCA28&list=PL9410288DA0B684BA. Acesso em: 19 abr. 2016.

ARTHUS-BERTRAND, Yann. **Home**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Wa546EesVPE. Acesso em: 14 out. 2015.

BARROS, Manoel. Poemas Concebidos sem pecado. In: Biblioteca Manoel de Barros [coleção]. São Paulo: LeYa, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: ,http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil. Acesso em: 20 mai 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto pedagógico do curso de qualificação de cuidador de idosos do Programa Mulheres Mil, Pronatec-Fic**. Disponibilizado pela coordenadoria do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Câmpus Pelotas. Mai 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Introdução**: Rizoma. In: Mil Plâtos: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 1. 2 ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Micropolítica e segmentaridade**. In: Mil Plâtos: Capitalismo e esquizofrenia. 3 vol. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DODSWHORTH-MAGNAVITA, Alexey. A filosofia para questões urgentes. **Revista Filosofia, Ciência & Vida**: São Paulo. ano VI, n. 72, p. 14-22, 2012.

ESTADÃO, O Estado de S. Paulo. **Brasil tem 1 denúncia de violência contra a mulher a cada 7 minutos**. Publicado em 7 mar 2016. Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-

1denuncia-de-violencia-contra-a-mulher-a-cada-7-minutos,10000019981. Acessado em: 20 mai 2016.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21 ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

ROLNIK, Suely. **O cartógrafo**. In: Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

ZANETTI, Larissa. **Olmo e a Gaivota, novo filme de Petra Costa, gera debates e lança campanha viral em apoio à liberdade feminina**. Disponível em: http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-117138/. Acesso em: 22 mai2016.

SER MULHER: DA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA À PEDAGOGIA FEMINISTA

Daniele Rehling[1]

Abordar o conceito de gênero e suas implicações para entendermos as lutas e avanços a partir do feminismo é central para aprofundarmos o mundo que cerca a ideologia sexista e a superioridade inventada a partir dela. Superioridade que é frágil tanto quanto o mito da igualdade de gênero propagado em todos os espaços e é, segundo Saffioti (2004), arraigado em problemas relacionados às capacidades biológicas das mulheres, principalmente em função da maternidade, de produzir todos os elementos vitais para a geração e reprodução de uma nova vida em que a paternidade se assemelha a algo acessório, portanto a necessidade de reafirmar a masculinidade desesperada está espelhada em função de uma inferioridade obscurecida pelas vantagens históricas.

No entanto é importante desmistificar concepções que envolvem o conceito de *gênero*, onde este implica não somente a situação das mulheres, as violências sofridas por elas, mas as possíveis, ainda que ínfimas em comparação às primeiras, consequências do sexismo na vida dos homens, principalmente na relação entre os próprios homens. Assim, gênero e patriarcado caminham em sentidos semelhantes mas se diferenciam essencialmente quando situamos, politicamente, o "inimigo" a ser desconstruído e exterminado, pois explicita a hierarquia primordial para a fecundação embrionária do poder. A partir da união entre exploração material e opressão simbólica, par sustentador da discussão sobre as modificações do patriarcado, é apresentada sua justificação, naturalizada sob as relações de classe e gênero. (SAFFIOTI, 2004)

[1] Cientista Social e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. danielerehling08@yahoo.com.br

Adentrando fortemente o conceito do patriarcado é possível visualizarmos a submissão involuntária e programada para as mulheres. A programação de uma institucionalização da sexualidade inativa ou invisibilizada, descartável. E a sujeição decorrente dessa não vida sexual, no sentido não apenas das relações mas também no que tange aos direitos sexuais das mulheres. Assim, a perpetuação das invisibilidades é um pacto imerso nos direitos políticos e sexuais dos homens sobre as mulheres, que é profundamente mutilador, edificado sob a premissa e consensuado socialmente na égide de que o privado não é possível de ser transformado ou questionado. Portanto, a responsabilização, que é o elemento catalisador para a formulação das soluções, faz com que outras instituições, como o Estado, se torne isento desse processo, por também em especial se sentir responsável apenas em manter o sistema capitalista na sua condição de Estado burguês.

Na intersecção entre os formatos educativos em uma lógica mercadológica e a opressão das mulheres (que também está imersa na mercantilização), podemos perceber que ambos constituem uma "força-tarefa" para garantir a manutenção da sua natureza simbiótica, ou seja, é através da estrutura educativa formal e da não-formal em que se conformam os indivíduos reprodutores do patriarcado, onde o projeto de educação sexista se alimenta do patriarcado, e o patriarcado conservador que é, se fortalece nesse processo educativo, numa relação dialética de sustentação.

Dialeticamente, portanto, devem ser as mudanças. Nesse sentido, precisamos discutir a partir de conceitos e categorias Freireanas, diferentes perspectivas para formularmos e problematizarmos uma educação feminista, a partir da teoria feminista latino-americana e da educação popular – também fortemente arraigada nos povos "do sul" - tendo como central para essa discussão o protagonismo – nesse caso especifico o das mulheres – mas de forma geral dos grupos oprimidos, falando deles por eles, delas por elas.

As discussões que serão realizadas aqui, pretendem retomar alguns aspectos centrais da Educação Popular de Paulo Freire e, ao mesmo tempo problematizá-la, por compreender que

diante do curso da história e das inevitáveis transformações, o novo se anuncia, quase que cotidianamente. E mais: renunciando e desmascarando o velho. Assim o é, com o sistema econômico-político-social que vivemos e que nos habita, diante de seu esgotamento próprio e também resultado das resistências, mas também frente a outras eras e códigos normativos que insistem em conservar a subalternização de alguns grupos, como será especialmente neste trabalho debatido, a função do patriarcado.

Quando relacionamos as categorias presentes na dialética de Paulo Freire como o diálogo, a subjetividade, a radicalidade na democracia, os caminhos entre o percebido-destacado e o inédito-viável, conseguimos visualizar principalmente que, assim como sua prática, a perspectiva teórica sobre esse conceito é plural e diverso, ainda que sustentado, invariavelmente, pela concretude da vida material das sujeitas e sujeitos. (ZITKOSKI, 2010).

Nesse sentido, dialeticamente, Paulo Freire nos propunha que, ao desvelar as realidades e as histórias de vida individuais e coletivas, fôssemos traçando o projeto pedagógico, pois esse não se concretizará se negar o caráter militante e político inerente ao seu processo, a sua natureza, enquanto instrumento não-neutro, imerso em ideologia.

A capacidade de ser-mais, portanto, do ser histórico sendo *ser para si*, assume uma postura comprometida diante do mundo. Dessa forma, o objeto do saber não pode ser o mundo abstrato, mas o mundo que existe no concreto e material.

Assim, para discutirmos as questões de gênero, o patriarcado mais especificamente, e amplamente a *pedagogia feminista* enquanto *pedagogia da oprimida*, precisamos compreender que a desconstrução da opressão sobre as mulheres ocorrerá materialmente com o fim dos sistemas de exploração (presentes no capitalismo) e também do patriarcado (mantenedor da ideia de inferioridade das mulheres) que se apresenta na realidade através da mídia, da educação formal e não formal, etc. E, na mesma medida, a prática social voltada para a produção do mundo e da socialização precisará dos sujeitos como protagonistas desses espaços, reforçando a necessidade histórica da fala, da

participação efetiva e do rompimento com a incompletude pela visibilidade negada.

É imprescindível para a caracterização da Pedagogia do Oprimido – que buscamos incorporar uma *Pedagogia da Oprimida* - que entendamos que assim como a proposta pedagógica, a história é dialética. A construção e o processo de socialização dos sujeitos e sujeitas são essencialmente culturais e, portanto, passíveis de transformação. Para tanto, quando é problematizado o sentido de uma proposta, é necessário que se pense por essa ótica. Assim, para realizarmos o debate sobre a Pedagogia do Oprimido e as questões de gênero precisamos entender também as contradições que todos e todas nós seres sociais carregamos na história. E é nesse contexto que Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* torna evidente como a crítica, a indicação e apontamentos dos grupos invisibilizados - inclusive pelas propostas libertadoras - são inevitavelmente educativos.

Inicialmente Freire (2014) aponta o aspecto da linguagem como sendo um dos principais mecanismos de reprodução sexista no seu discurso e na sua obra. Ponto central para a crítica realizada pelas feministas acerca da sua proposta pedagógica e teórica. Ao recusar a ideologia machista e propor uma refundação dos discursos e das práticas, Paulo Freire acena para uma mudança embrionária de sua postura pedagógica pois compreende, ainda que sem aprofundar, que reconstruir dialeticamente e cotidianamente as defesas da sua pedagogia pressupõe afirmação política e ratificação humana da incompletude dos limites históricos, mas aberta invariavelmente ao novo, entendendo portanto, que o homem novo (enquanto ser humano e enquanto gênero masculino) não nascerá na impossibilidade da mulher nova.

Assim como coloca que "(...) não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo" (FREIRE, 2014, p. 94), demonstra um avanço central tanto sobre a concepção educativa, quanto a política e inclusive sobre que transformação se quer, *como* se quer, e *com quem* se quer.

A incorporação do feminismo na educação popular e a libertação dos oprimidos e oprimidas através de uma proposta pedagógica emancipatória não será pura "caridade" ou "cumprimento de dever", não deve ser e não será nenhum dos dois por simples obrigação moral. É, entretanto, compreender materialmente a situação das mulheres na medida em que, ao entender profundamente, provoque empatia.

Empatia enquanto capacidade afetiva e política de se dispor a compreender e a se solidarizar com o que sente outra pessoa como se estivesse na mesma situação vivenciada por ela, ainda que jamais possa sentir de fato. Conceito que podemos ampliar e trazer para a discussão enquanto um dos princípios dessa educação libertadora. Compreender que enquanto as mulheres são maioria na docência e na discência e, concomitantemente, são invisibilizadas ou incluídas parcialmente no debate de outro projeto pedagógico e político, pouco se avançará em termos coletivos efetivamente. Repensar a partir da necessária empatia é diálogo, mas também unidade na diversidade.

Nessa perspectiva, podemos utilizar o conceito de Paulo Freire que nos auxilia na compreensão sobre as opressões naturalizadas ao longo da história, que ele chamava de "*situações-limite*". Nesse caso, usaremos o conceito para refletir sobre o que é o patriarcado e sua estruturação e reprodução sexista no cotidiano. De acordo com Freire (2011) as situações-limite são situações entendidas pelos indivíduos como inevitáveis, constituintes da vida em sociedade, edificadas sob a pretensa normatividade.

As situações-limite podem, dessa forma, serem entendidas também como a invisibilidade histórica de alguns grupos sociais, enquanto antagonismo ao que a educação libertadora propõe: identidade e protagonismo. Sendo assim, é imprescindível que a invisibilidade enquanto processo pedagógico opressor e mutilador de sonhos e possibilidades, possa ser gradualmente substituída, de forma radical, pelo resgate identitário na perspectiva subjetiva, mas também, na busca pela coletividade.

Assim o é o patriarcado e diversos outros sistemas de opressão, como o racismo e o capitalismo, entre outros. Para

superarmos esses sistemas, e em especial no caso do patriarcado, precisamos fomentar de diferentes formas, o que Freire chamou de *percebido-destacado*, que é o desencadeamento desse processo de consciência. Em seguida, nesse caminho percorrido, resultará o inédito-viável, que é a construção efetiva para a transformação do que antes era natural e inevitável - a opressão - em finitude possível e, assim, o que se torna de fato inevitável é o enfrentamento. É transpor a barreira do ser para o *ser mais*.

A problematização que pretendemos avançar, como citado anteriormente, é centralmente no debate histórico de educação libertadora que Paulo Freire (2011) nos propõe, pensada na perspectiva da Pedagogia do Oprimido enquanto ferramenta de empoderamento dos/as educandos/as, numa outra forma de compreender o ensinar-aprender a partir do diálogo, da contextualização e compartilhamento de saberes, mas que de forma muito sutil e frágil, pouco desenvolveu ao longo do tempo a introdução das temáticas de gênero/raça/sexualidade na sua formulação, ainda que o debate de classe, - principal direcionamento da educação popular – não seja menos importante, é preciso reinventar os processos pedagógicos a partir das demandas que surgem. E é nesse sentido que inovadoramente nasce a pedagogia feminista, pensada numa perspectiva da *Pedagogia da Oprimida*.

Assim, para caminharmos rumo ao inédito-viável - nesse caso, a pedagogia feminista - é preciso que o façamos a partir da dialética freireana. Dialética no sentido do *como fazer*, do diálogo que de forma alguma é um, ou o método pronto e acabado, mas uma organização metodológica feminista coletiva, que seja pensada radicalmente diferente dos moldes da educação hegemônica, sendo fundamentalmente essa ponte entre o processo educativo e empoderamento feminino e, do outro lado, nova pedagogia da oprimida.

A concepção da sujeita feminista e, portanto, da reformulação a partir da *pedagogia da oprimida*, precisa ser estabelecida e problematizada não através da educação bancária, "conteúdista", que Freire (2011) já nos alertara ser ferramenta do poder hegemônico, que apenas entende os indivíduos enquanto

receptores do conhecimento, mas deve ser uma construção libertadora e emancipatória em todos os sentidos, desde os princípios até o método. No método entende-se que a construção pedagógica feminista não poderá ser apenas realizadas por educadoras/es ou militantes feministas através de discursos para as educandas sobre feminismo mas, fundamentalmente, as educandas protagonizando esse momento, numa construção que já não é mais *para*, mas *com* elas e eles.

Além das etapas de conscientização sobre nossas realidades no mundo, Freire ainda nos possibilita enxergar que não são etapas fechadas em si mesmas, mas que a inconclusão do inédito-viável permite que a empatia siga, por exemplo, para seguirmos percebendo (através do "percebido-destacado") as opressões específicas existentes dentro de uma opressão mais ampla, como é o exemplo da classe trabalhadora, em que as mulheres muitas vezes são invisibilizadas. Assim como dentro do grupo das mulheres de uma forma geral há a invisibilidade das mulheres negras, indígenas, lésbicas, transexuais, etc. A inconclusão possui a tarefa de tornar o inédito-viável cada vez mais possível ao ser reinventado, traduzido em visibilidade e identidade dos sujeitos e sujeitas. Assim explicita Ana Freire (2010),

> Quantos mais inéditos-viáveis sonhamos e concretizamos mais eles se desdobram e proliferam no âmbito de nossas práxis e na de outros/as, de nossos desejos políticos e de nosso destino de afirmação de nossa humanidade mais autêntica, de nossa engenhosa capacidade de superarmo-nos quando lançamo-nos o fértil e infinito mundo das possibilidades, quando agimos em direção a concretização dos sonhos possíveis. (p.225)

Partindo da necessidade de transformação material da lógica capitalista e da super exploração das mulheres é que o diálogo deve estar presente numa pedagogia da resistência e da emancipação, através, nesse caso, de uma educação não-sexista. Essa construção pedagógica crítica deve ser pensada também a partir de uma formação permanente das/os sujeitas/os, mas sim formulada a partir do fomento à organização coletiva dos grupos

oprimidos, protagonizada por essas atrizes e atores, principalmente reforçando o caráter político e pedagógico dos movimentos sociais e da recriação de um novo modelo social de equidade de gênero em todos os espaços.

Assim, o materialismo dialético acredita que tudo que está na realidade concreta está em constante movimento, está sendo, está se modificando, constituindo o *vir a ser*. Esse ponto dentre os princípios dialéticos é fundante para pensarmos e criarmos novas metodologias e organizações para erradicação do patriarcado e do machismo, entendendo que fazer sobre o mundo é também fazer com o mundo, é se transformar ao transformá-lo.

Sendo assim, Paulo Freire ressalta a totalidade como aspecto e categoria central para pensarmos o materialismo dialético e a construção pedagógica que surge a partir dele. Investigando algumas características importantes como o contexto desse fenômeno (sua constituição e manutenção) a partir da história, o conjunto de contradições internas e sua relação com as contradições externas, o que nos auxilia na reflexão sobre as dificuldades individuais das mulheres principalmente relacionadas com o "encarceramento" no espaço doméstico e privado; e as externas, compreendidas aqui como as conexões existentes entre a construção opressora no âmbito mais individual e as contradições construídas a partir da sustentação de todo o sistema político, cultural e econômico sob a égide da intensificação da exploração do trabalho feminino, desenhado na perspectiva de uma eterna e "natural" dualidade ou binaridade das distribuições dos papéis de gênero que é, por consequência, geradora dos diferentes tipos de violências e subalternização. Embora entendamos que o espaço doméstico não é inferior ao espaço público, onde a esse primeiro foi destinado o lugar da invisibilidade, uma propagação equivocada de que a reprodução social da vida não se enquadra na categoria trabalho.

A compreensão da totalidade é, assim, a necessidade de apreender as relações entre as partes (espaços domésticos ou de opressões localizadas) com o todo (o patriarcado), do espaço microssocial e do macrossocial, desconstruindo as contradições locais e as gerais de forma dialética e dialógica.

Apostar na práxis enquanto processo do inédito-viável e produção de conhecimento na ação-reflexão-ação é compreender o que Rossato (2010) traz para pensarmos o resultado desse processo enquanto "uma síntese entre teoria-palavra e ação" (p. 325), que é a prática decorrente dessa compreensão do mundo e de falar a partir desse lugar no mundo. O inédito-viável é, portanto, o enfrentamento e a práxis é a leitura e compreensão acerca desse enfrentamento. Pois se o inédito-viável é a ação, ele inevitavelmente se reformula em uma "nova conscientização", ou uma nova leitura sobre a ação, o que não significa refutar a ação primeira, mas ao refletir sobre ela, reinventá-la se necessário for.

Por essa razão, a práxis só é um conjunto de ações-reflexões, porque pressupõe métodos, princípios, ideologia. Ainda, de acordo com Rossato (2010) a "práxis é uma aplicação do método dialético" (p. 326), isso implica em compreender que a construção pedagógica e política libertadora só se viabilizará a partir da ação, pois através da dialética incorpora-se a transformação inevitável.

A *unidade na diversidade* que Paulo Freire encontrou como melhor definição da vital coletividade na diferença, retoma a ideia de empatia e consequente organização contra aquilo que nos subalterniza, pois ao mesmo tempo que precisamos, como dito anteriormente, do inacabamento do inédito-viável, ou seja, da permanente abertura para novas demandas dentro do que já foi o "percebido-destacado" carecemos de - sem invisibilizar os protagonismos dos grupos distintos - unificarmos em resistência contra as opressões específicas e a opressão-exploração sustentadora destas. Assim, Freire (2014) afirma: "Estou convencido de que quanto mais as chamadas minorias se assumam como tais e se fechem umas às outras, tanto melhor dorme a única e real minoria, a classe dominante" (p. 153).

O conceito de empoderamento pensado na perspectiva Freireana, enquanto articulação entre tomada de consciência e liberdade não no sentido individual mas sempre coletivo (GUARESCHI, 2010), não pode ser dissociado de algumas outras categorias de suma importância, como é o caso do enlace entre subjetividades rebeldes (SANTOS, 2006; BERLANGA, 2009 *apud* CARRILLO, 2013) e objetividades transformadoras em completa

sintonia com a perspectiva do diálogo e do combate às opressões. No entanto, quando pensamos em opressões mais específicas dentro de uma classe, pensada ao longo da história como homogênea, por exemplo, é preciso aprofundar ainda mais as reflexões e ações que vão à contramarcha desses posicionamentos firmados no mundo. Nesse sentido é que pretendemos avançar nos conceitos de diálogo e opressão pensando respectivamente, que empatia acrescenta pontos essenciais ao conceito de diálogo e invisibilidade, da mesma forma pretende abarcar o cerne da compreensão de algumas opressões.

Diálogo enquanto "compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora" (ZITKOSKI, 2010, p. 117) é pensado e realizado entre pares e não entre antagônicos, como bem já lembrara Freire. Portanto, é necessário pensar a realidade a partir da relação entre os mundos ditos e sentidos, em equidade. Nesse caso específico da luta contra o patriarcado é a palavra dita a partir da história das mulheres e, por consequência, é necessário a incorporação desta pelos homens, não eles utilizarem de uma palavra que não é e nem vai ser sua, enquanto grupo social privilegiado por essa mesma história.

No sentido convergente está a empatia por incorporar o diálogo e respeitar o protagonismo, precisando ser promovida e fomentada nos olhares dos sujeitos não protagonistas da palavra em-processo-de-ser-dita. É aí que se localiza a não exclusão dos homens do debate feminista e da educação não-sexista, mas buscando necessária alteridade, e dela decorrência de sentimento e posicionamento políticos conscientes, coerentes e efetivos enquanto apoiadores da palavra de outrem, não por vivenciarem mas por construírem de fato a solidariedade necessária para a mudança real, que não pode ser assistencialismo ou voluntarismo, mas *ser mais* principalmente quando o outro ou a outra também possa ser.

A opressão ou a relação entre opressor/oprimido(a) na contrapartida é o antagonismo da libertação, a barreira ainda a ser transponível pelos grupos oprimidos. É fundamentalmente a ausência de consciência e presença devastadora da desumanização. Para Freire, a opressão está intimamente ligada às questões de

classe, portanto, a relação entre oprimidos/opressores é, fundamentalmente, luta de classes. É nesse caminho que ao problematizarmos esse conceito, buscamos corroborar com Freire e acrescentar a categoria da invisibilidade que, infelizmente, se aplica inclusive a formulação do seu conceito inicial. É somar e entender que o conceito da opressão de classe utilizado é o lugar do conflito iminente, representação da subalternização, e a invisibilidade é perceber além, porque é o não-lugar, a não-representação, a inexistência completa da palavra.

A necessidade de utilizar essa categoria dentro do conceito de opressão é resultado da resistência e luta de grupos, de *outros sujeitos* (ARROYO, 2012) que se apresentam cada vez mais nas faces da história. Entretanto, é importante ressaltar que tanto a empatia e o diálogo quanto o processo de visibilidade não excluem a possibilidade de conflito, ou seja, mesmo a empatia que se apresenta como uma categoria imersa em solidariedade e coletividade não surgirá da bondade voluntária dos opressores com os oprimidos, ainda que estejam dentro da mesma classe. Inevitavelmente, não será fruto de harmonias mutiladas ao longo do tempo, que tem por função exatamente o individualismo e a subalternização da outra (do outro).

Sendo assim, a partir dos conceitos Freireanos relacionados com os princípios da educação libertadora e, por consequência, relacionados à proposta pedagógica feminista, foi possível compreender que ambas perspectivas buscam aproximar, até tornarem-se pertencentes: protagonismo, vivência, empatia e visibilidade real. Dessa forma, quando falamos de Pedagogia Feminista falamos das mulheres. Das mulheres contando a sua história para construir uma outra história a partir da voz não mais silenciada, antes invisibilizada. Portanto, falamos centralmente de mulheres falando com/para mulheres, o que, como apresentamos na discussão, não exclui os homens, apenas fomenta espaços e maneiras distintas dessa construção feminista.

O debate ainda é embrionário e necessita de diferentes reflexões para suas conclusões. Entretanto o que consideramos fundamental é ressaltar que a classe social não nos divide (mulheres e homens), se assim não permitirmos. Pois na

desconstrução cotidiana da educação sexista enraizada nos diferentes espaços, está a difícil tarefa, principalmente daqueles e daquelas que sonham por um mundo novo, a reflexão sobre seus privilégios, formulando novas ações e assim, caminhando ao encontro do empoderamento dos grupos historicamente oprimidos, semeando empatia coletiva.

Assim, podemos compreender a partir da perspectiva Freireana que a educação sendo política não pode ser mera anunciação da subalternização, mas consiste em etapas profundamente críticas no conteúdo e no método, visto que, o processo de desnaturalização da história opressora e dominante é algo ainda mais complexo e enraizado culturalmente. Pois de acordo com Freire:

> [...] A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora tem dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2011, p.31)

A partir desta concepção é possível refletirmos sobre a necessidade de criarmos uma nova pedagogia, nova na sua prática e nos seus princípios, não apenas no seu discurso. É preciso que os/as oprimidos/as retomem seus espaços com a resistência que já vêm construindo há muito tempo, e essa resistência deve ter um espaço garantido nas esferas educacionais, na tentativa coletiva e protagonizada por esses grupos de reverter a lógica tanto da educação conservadora, quando das opressões, que se alimentam dialeticamente dentro desse sistema. E é assim que nasce a proposta de uma pedagogia feminista, que se propõe a libertar a todos da opressão de gênero e, mais especificamente, as mulheres.

A busca por uma Pedagogia Feminista, é portanto, recriar e repensar o método de Freire, sem de modo algum deslegitimá-lo, pelo contrário, é problematizar elementos pouco aprofundados anteriormente e que, inclusive, constitui algo sempre trazido por

ele, como um de seus maiores anseios: a renovação de sua teoria. Sendo assim, com a base dessa proposta imersa na pedagogia do oprimido é que, necessitamos então, a partir da caracterização do mundo patriarcal, enfrentá-lo. Desta forma, diante dessa problemática, defendemos uma das expressões da pedagogia feminista que Sanderberg (2006) apresenta de forma introdutória que

> [...] a Pedagogia Feminista é entendida como o conjunto de princípios e práticas que visa conscientizar indivíduos, tanto homens como mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e assim, atuarem de modo a que construam equidade entre os sexos. (p.46)

No entanto, é preciso frisar que existem diferentes propostas pedagógicas feministas e que no Brasil ainda há pouca produção, ainda que no México já exista uma discussão teórica aprofundada por pesquisadoras e militantes. Dessa forma, não existe *uma* ou *a* pedagogia feminista, mas inúmeras, onde cada uma a partir da sua realidade e das suas especificidades vão se apresentando como alternativa educativa, com um objetivo central comum que é a superação do patriarcado.

Sendo assim, é necessário a construção de um projeto popular e emancipatório para homens e mulheres onde, partindo de uma educação não-sexista, possamos caminhar para uma Pedagogia Feminista, que pretende ter como central discussão o protagonismo das mulheres, onde a diferenciação entre ambas propostas se dá a partir da forma e da construção desta metodologia, que também, concomitantemente, é princípio político e projeto coletivo.

De acordo com Ochoa (2008), diversas são as iniciativas e possibilidades para avançarmos, a partir da educação, no projeto feminista. A começar pelas discussões teóricas e filosóficas sobre a união entre essas duas propostas de libertação: a Educação Popular e o Feminismo. De forma que esse "casamento" não esteja respaldado, por exemplo, nos preceitos das uniões civis que na maior parte das vezes, imerso nessa sociedade sexista, nada mais

são do que contratos de propriedade (onde a propriedade é a mulher). Precisa ser mais, entendendo a necessidade de refutar no mesmo sentido, utilizando dessa metáfora, um "casamento" em que a Educação Popular incorpore precariamente ou superficialmente o debate do feminismo, onde haja portanto, uma concepção de "favor" ou obrigação moral apenas, onde o que prevalece é a ideia de que precisamos sempre secundarizar ou não priorizar o debate de gênero em detrimento de outros tantos.

O que propomos não é, de forma alguma, o abandono da luta de classes e da educação para a classe trabalhadora, muito pelo contrário, é reafirmar essa luta entendendo que, sem as mulheres, de fato incluídas nesse processo, não será possível transformação radical, significa portanto, aprofundar a concepção de que não é necessário apenas a quantidade - o número que as mulheres representam em termos de população - para auxiliar nessa transformação, de forma superficial, ignorando suas demandas especificas dentro da classe, mas precisamos avançar no cerne da questão, que é invariavelmente não temer mais diante do compromisso político de assumir que a invisibilidade das outras lutas dentro da mais ampla (de classe), fomenta apenas a continuidade do sistema de exploração-opressão em que (sobre)vivemos.

Retornando a metáfora, o que podemos inferir é que esse "casamento" não nos serve, na mesma medida que o casamento enquanto ferramenta de perpetuação da ideologia de "compra e venda" das mulheres, não cabe no novo projeto educativo e de sociedade que sonhamos e defendemos. Pois, de acordo com Ochoa (2008), algumas das principais críticas feministas à educação popular estavam intimamente atreladas a prioridade do debate de classe e a inferiorização do debate da opressão de gênero, somado a problematização da efetividade deste último nas organizações mistas (em que participam homens e mulheres) em comparação aos grupos só de mulheres.

Assim, a discussão teórica acerca do projeto educativo feminista está em torno de alguns preceitos que são, principalmente, a promoção de aprendizagens e consciência entre as mulheres para atuarem em todos os âmbitos da vida; assim como

a defesa da criação de condições para a garantia dessa atuação para a equidade de gênero, entendendo sempre que o processo educativo presente nas ações-reflexões é ainda mais importante que os seus resultados, que estarão condicionados sempre, de alguma forma, às contradições presentes em nossa sociedade (OCHOA, 2008).

Ainda que as iniciativas e constituições da educação feminista estejam respaldas em torno do fortalecimento do protagonismo das mulheres prioritariamente, de forma alguma, esse projeto se propõe a um não-diálogo constante com os homens. Existem algumas formulações iniciais sobre essa construção e diálogo entre educação popular e feminismo, há um avanço em como ocorre ou pode ocorrer metodologicamente os procedimentos práticos. No entanto, pouco se tem acumulado sobre a perspectiva teórico-conceitual desse novo projeto, "*por ejemplo, no se há discutido o consensuado si el gênero es um 'nuevo elemento' del analisis de la realidade que desarrolla todo processo de educación popular o es el analisis de la realidade uno de los passos de la educacion feminista o son ambas*" (OCHOA, 2008. p. 100)

Ainda que seja necessário abordarmos e fomentarmos teoricamente e filosoficamente o que é e o que pode ser a Pedagogia Feminista, iniciaremos com as experiências e concepções práticas de conteúdo, metodologia e instrumentos diversos que já vem sendo pensados e articulados na tentativa de construção desse novo projeto educativo, para dessa forma, a partir da relação dialética entre ação-reflexão-ação, consigamos aprofundar teoricamente essa proposta.

Diante da urgência pratica que o mundo sexista nos impõe cotidianamente, é pensado, nos diversos espaços da nossa sociedade, em alternativas para resistência e sobrevivência das mulheres. Nessa busca, alguns eixos de trabalho já foram incorporados como centrais desse processo, como é o caso do empoderamento e autonomia das mulheres, que internamente possuem categorias que os sustentam, como autoestima, identidade, participação, protagonismo, direitos humanos, sexualidade, trabalho, saúde, entre tantos outros, frutos do contexto e firmado sobre os saberes que advém das mulheres que

participam dessas organizações mediadas pelo diálogo e coletividade.

É importante ressaltar que no que tange aos aspectos metodológicos da Pedagogia Feminista é impossível a separação entre a teoria feminista e processo do movimento feminista. (HEE, 1988 apud OCHOA, 2008). Isso porque a metodologia, assim como nos princípios existentes de forma geral na Educação Popular, não pode ser considerada uma "cartilha" pronta e acabada, fixa, assim como não pode ser mera prática pela prática. Afirmar que a Pedagogia Feminista está imersa no Movimento Feminista é entender que, dentre tantas características dos movimentos sociais, a Pedagogia Feminista precisa ser construção coletiva, a partir dos saberes das educandas e sobretudo, promotora de ação política para a libertação das mulheres, precisa ir além dos instrumentos de reprodução de dados sobre violência contra as mulheres, por exemplo, precisa subverter a lógica do depósito de dados e conhecimentos pré-definidos, precisa desafiar-se ao *inédito-viável* para a transformação efetiva. Assim como afirma Ochoa (2008),

> Se demanda a valorización del aspecto lúdico, el uso de técnicas variadas, la validación del aprendizaje en la práctica, la búsqueda de aprendizajes significativos, la legitimacion de saberes próprios y diversos, y la asunción de la relación dialéctica entre pensamento e acción. (p. 103).

Os processos educativos feministas podem ser realizados através de variados dispositivos, como oficinas, círculos de cultura, grupos de discussão, conferências, seminários, material didático, entre tantos outros. (OCHOA, 2008). Como dito anteriormente, as técnicas e práticas pedagógicas feministas são infinitas, no entanto a dificuldade maior está em encontrar fundamentação que sustente o sentido do uso destas.

Sendo assim, para avançarmos no debate sobre as diferenças constitutivas da educação não-sexista, da pedagogia de gênero e a Pedagogia Feminista, é necessário entendermos o

elemento principal que a última precisa assumir para sua real consolidação: a experiência vivida. Para tanto está colocado também para auxiliar nessa diferenciação, a necessidade da educadora ou facilitadora se autoreconhecer enquanto mulher construída em uma ideologia patriarcal. (OCHOA, 2008).

Nesse sentido, compreender conceitualmente a diferença na utilização do termo "pedagogia feminista" e não apenas "práticas educativas feministas" consiste em levarmos em consideração que a origem da primeira está nas tentativas da segunda, enquanto resposta imediata e sustentadora das demandas históricas, mas reconhecer essas necessidades sociais antipatriarcais, pressupõe avançarmos em uma formulação mais complexa e completa para um enfrentamento essencialmente antagônico à lógica sexista, fundamentalmente sustentado no movimento social e na teoria resultante deste.

Para pensarmos os caminhos que necessitamos percorrer enquanto movimento feminista e também enquanto espaço educativo libertador, é fundamental entendermos que assim como na perspectiva do trabalho e da consequente definição do "lugar feminino" e do "lugar masculino", os locais de produção e reprodução pedagógica não são neutros, e podem ser pilares de sustentação da educação que auxilia cotidianamente na manutenção do patriarcado, pois de acordo com Freire (2011) a educação é um ato político, e isso pode estar presente tanto através da ideologia dominante e hegemônica da educação bancária quanto na contra hegemonia, de acordo com a ideologia em defesa dos e das oprimidas.

Referências

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Paz e Terra, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

_____ . Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 2011.

DIALÉTICA. In: STRECK, Danilo, *et al*. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010. p. 115. [verbete].

EMPODERAMENTO. In: STRECK, Danilo, *et al*. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010. p. 147. [verbete].
INÉDITO VIAVEL. In: STRECK, Danilo, *et al*. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010. p. 22. [verbete]
OCHOA, Luz Maceira. El sueño y la práctica de sí. Pedagogia Feminista: uma propuesta. México, D.F: El colégio de México, 2008. 304p.
PRÁXIS. In: STRECK, Danilo, *et al*. Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010. p. 325. [verbete]
SARDENBERG, Cecília. Pedagogias feministas: uma introdução. In: VANIN, Iole; GONÇALVES, Terezinha. *Caderno Gênero e Trabalho*, REDOR, p 44/57, 2006.
SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE JOVENS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DO PROJETO PESCAR, NO MUNICÍPIO DE CANOAS/RS

Eliana P. G. Moura[1]
Gislaine Cristina Perreira[2]
Silvia Zuffo[3]

Introdução

Tendo em vista a permanência histórica da violência contra mulher, o debate sobre a temática geralmente volta-se para diversos segmentos sociais no intuito de eliminar essa prática. Com o público jovem esse debate assume significado ainda maior porque os sujeitos estão desenvolvendo seus projetos de futuro, suas perspectivas de vida pessoal e profissional. Dentro disso, a maneira como irão se relacionar com as pessoas, inclusive com sua família e colegas precisa ser submetida a uma reflexão mais rigorosa a respeito do tema da violência. Nesse sentido, no âmbito do Projeto Pescar vimos desenvolvendo ações que visam abordar diversos temáticas de relevância social, dentre as quais, a violência e, em especial a violência contra a mulher.

O Projeto Pescar atua há 40 anos diretamente com jovens em situação de vulnerabilidade social, na faixa etária de 16 a 19 anos. Presente em diversos estados brasileiros, bem como na Argentina, Peru, Paraguai e África busca a inclusão social do jovem através do investimento em seu desenvolvimento pessoal e cidadania, juntamente com aperfeiçoamento profissional. No

[1] Doutora em Educação. Docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale/RS.
[2] Psicóloga. Doutoranda do do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale/RS.
[3] Adminstradora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, da Universidade Feevale/RS.

município de Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil, existem três unidades do Projeto Pescar, sendo uma delas na Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (SULGÁS), local onde a presente experiência foi realizada, por meio de observações participantes, junto ao grupo de jovens integrantes da nona turma do projeto.

A observação participante constitui uma metodologia de pesquisa nascida no campo da investigação antropológica que nos permite tomar diferentes contextos sociais como referência empírica para a elaboração de estudos sistematizados. Originalmente, a observação participante foi sistematizada por Malinowski (1978), a partir da ideia de que somente por meio da imersão no cotidiano de uma dada realidade seria possível obter-se o ponto de vista do "nativo" da situação estudada.

Trata-se de uma ferramenta de investigação que pode ser acoplada às rotinas das práticas de trabalho dentro dos mais diferentes grupos sociais. Nesse sentido, é possível estabelecer uma adequada compatibilização entre a condição de participação enquanto coordenador de grupos, por exemplo, e, ao mesmo tempo, como pesquisador, garantindo-se uma significativa redução da estranheza recíproca entre integrantes dos grupos e coordenadores/pesquisadores. Isto porque, nessa condição, ambos (coordenadores/pesquisadores e integrantes do grupo) compartilham papéis, regras e hábitos de forma espontânea e continuada, garantindo que os fatos, situações e comportamentos sejam observados sem alterações.

Nesse sentido, reconhecemos que a presença do pesquisador junto ao campo de pesquisa é uma relação de implicação na vida do grupo pesquisado o que traduz um trabalho técnico e, ao mesmo tempo, um trabalho ético-político engajado. O grupo em questão formou-se em fevereiro do corrente ano e, vem participando diariamente de diversas atividades de formação profissional e desenvolvimento pessoal, sendo que a temática da violência se insere no escopo das discussões. Nesse sentido, o presente trabalho aproveitou a oportunidade em que a referida temática estava prevista no plano de trabalho para, então proceder-se à análise das representações dos jovens frente à violência de gênero na sociedade brasileira.

A Representação Social constitui uma abordagem recorrente nos estudos desenvolvidos no campo das Ciências Humanas, porque designa um conceito relativo à forma como os sujeitos interpretam e pensam a realidade cotidiana. De acordo com Sêga (2000, p.128), Representação Social é "uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem". Destacando que segundo Jodelet (2009) as opiniões e considerações dos sujeitos não se dão de forma deslocada de suas vivências cotidianas, sendo produtos do meio social em que estão inseridos. E, conforme Betetto (2012), nesse contexto, as representações sociais passam a ser incorporadas através do relacionamento com o outro, propiciando o processo de reconstrução mútua, no transcorrer do próprio desenvolvimento das interações sociais.

Sobre a temática da violência

A violência é compreendida como uma problemática social e de saúde pública, pois afeta as relações e a qualidade de vida dos sujeitos e de toda a sociedade, sendo uma ameaça para os interesses de desenvolvimento social. Sua amplitude é mundial, independente da condição socioeconômica, educação, orientação sexual, situação profissional, raça ou idade (MARZIAL, 2004).

O conceito de violência, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) remete ao uso intencional da força, ou poder, como ameaça, tanto a si mesmo como direcionada à outra pessoa, grupo ou comunidade, com potencial para ocasionar sofrimento / dano psíquico, lesão, alterações do desenvolvimento, privações e morte. Nessa mesma dimensão de compreensão do termo, diversos autores defendem que a violência é um elemento necessário à vida, porém quando sendo manifestada por meio de comportamentos agressivos passa a ser vista como um resultado não adaptativo, voltada para um alvo individual ou coletivo (BOBBIO, 1998; GAUER, 2001; KRISTENSEN, LIMA, FERLIN, FLORES & HACKMANN, 2003).

De acordo com Tavares e Almeida (2010) é preciso reconhecer a existência provável de vinculação entre algumas realidades que tendem a se relacionar de forma bastante próxima com a violência, tais como, a pobreza, baixa autoestima, uso de substâncias psicoativas, depressão, insegurança, angústia, etc. No entanto, ressalta-se que a violência não pode ser considerada um fenômeno exclusivo das classes economicamente mais vulneráveis e torna-se extremamente perversa a relação direta e única entre violência e pobreza já que essa concepção fere duplamente. Além da violência gerada pela pobreza em que vivem, os sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica ainda sofrem por serem rotulados como classes perigosas (SOARES, ALMEIDA-FILHO, COUTINHO E MARI, 2004)

Tendo em vista que a violência apresenta-se enquanto comportamento vivenciado no cotidiano pelos sujeitos, a compreensão deste fenômeno deve levar em conta o fato deste ser consequência do entrecruzamento de inúmeros fatores, que geram condicionamentos mútuos e complexos (KUSNETZOFF, 1982). Segundo Koller (1999) os sujeitos envolvidos em atos violentos podem se apresentar de três maneiras: como vítima, ator ou testemunha, sendo esta, porém, uma apresentação didática desse cenário, já que na prática, essas formas são inseparáveis e podem ocorrer, até mesmo, paralelamente. A expressão da violência, de acordo com a mesma autora, é tida como transgressão de normas de convivência social, assim como o ato de romper regras morais destinadas à proteção do patrimônio e da vida.

Vale ressaltar ainda, que as bases da violência são multifatoriais e devido à sua complexidade, sua origem não está esclarecida completamente. Assim, importa que o sujeito apresente controle dos impulsos agressivos, o que vai demandar sintonia entre o sistema nervoso com os requisitos do contexto social e a cultura onde está inserido, para despertar a capacidade crítica de avaliar a realidade, não estando comprometido por doenças ou uso de substâncias psicoativas (GAUER, 2001).

Dentre as diversas formas de violência, destaca-se no presente estudo, a violência de gênero. E embora esta "possa incidir sobre homens e mulheres, os estudos e estatísticas

demonstram que grande parte desta violência é cometida sobre as mulheres por homens, com consequências físicas e psicológicas muito graves, severas e daninhas para as mulheres" (STREY, 2004, p. 16).

Violência contra a mulher

Tem-se que a violência contra a mulher é uma das expressões mais comuns da violência, mas também uma das mais invisíveis, sendo considerada uma das violações dos direitos humanos mais praticada, e menos reconhecida, mundialmente (Tavares e Pereira, 2007). Nesse sentido, Carvalho (2001), ao destacar diversas categorias de excluídos e vulneráveis na contemporaneidade, reúne os velhos desprotegidos da legislação, os sem-terra, os analfabetos e destaca a situação de exclusão e violência que sofrem as mulheres. Entende-se que a exclusão social da mulher é secular e diferenciada. Conforme a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), essa forma de violência é definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

É tida como a manifestação das relações de poder historicamente desiguais firmadas entre homens e mulheres. Apresentando suas raízes na ideologia, na supremacia do masculino sobre o feminino, inseridas em uma sociedade altamente machista, que perpetua a ignorância e inferioridade, banalizando-as como um atributo natural, inerente ao papel social desempenhado pelos sujeitos envolvidos (TAVARES E PEREIRA, 2007). Assim, considera-se que o entendimento acerca da condição bipolarizada do sexo viabiliza o apontamento dos rumos da exclusão social baseada na diferença e, ao longo da história, as relações entre homens e mulheres sempre mantiveram caráter excludente.

Saffioti (2000) defende que na sociedade moderna, apesar de todo esforço para mudar essa concepção histórica acerca da desvalorização social da mulher, ainda se tem a defesa da ideia de que a mulher deve apenas ser mãe e dona de casa, repassando o poder decisório familiar para o marido. E ainda quando a mulher

torna-se responsável pelo sustento da família, a figura masculina ainda representa o poder da relação, principalmente em famílias em situação de vulnerabilidade social.

O resgate histórico da violência contra mulher, segundo Tavares e Pereira (2007) destaca que as diferenças são convertidas em desigualdades, o que afastam a mulher de maior prestígio e reconhecimento profissional. Essa diferença representa uma face da identidade, da relação entre o eu e os outros, entendendo esta como a forma como as diferenças são construídas. Pois, conforme Nogueira (2006), é o relacionamento com o outro que permite que o sujeito crie conhecimento, pense e execute ações. Ou seja, a práxis é responsável pela construção das subjetividades que se concretizam por meio de novas práticas. Dessa forma, entende-se que o ser humano é resultado de suas próprias relações sociais, sendo, então, importante a reflexão acerca dos vínculos e do quanto se perpetua esse cenário de violência contra a mulher na atualidade.

Conforme Scott (1995), as abordagens sobre a temática poderiam ser divididas em determinados eixos teóricos, dentre eles, destacam-se que as relações de gênero detém uma dinâmica própria, mas se articulam com outras formas de dominação e desigualdade social. No que diz respeito à própria categoria, ela incita a mudança e a permanência, as construções e descontrações e reconstruções , normas, valores e representações. Destaca-se o entendimento de que a própria categoria Gênero enfatiza a necessidade de se estudar a história social e demonstrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem enquanto realidades naturais.

Sobre juventudes

A tarefa de conceituar juventude neste tempo histórico é exigente, sabendo que na sociedade contemporânea o resgate da juventude se dá pela busca de eternizá-la durante toda a vida. Segundo Fraga e Iulianelli (2003) o recolhimento da esfera privada e o individualismo, produziram uma desvalorização do conhecimento acumulado, forjando uma valorização da juventude e

de seus atributos. Os valores da juventude começaram a ser desejados e trazidos para todas as faixas etárias.

Porém ao retornar o olhar sobre a fase juventude, encontra-se a falta de consenso entre seu inicio e término. Para a ONU, a juventude corresponde dos 15 aos 24 anos e no estatuto da juventude, aprovado em 2013 no Brasil, afirma que esta fase vai dos 15 aos 29 anos. Há países que consideram a juventude até os 35 anos. Flores (2016) percebe que para além de questões biológicas, devem ser consideradas questões sociais e contingenciais que delimita este período. Entende que a juventude se encontra em um estado de limiaridade social, na busca por autonomia num mundo cujas regras e valores não foram totalmente assimilados ou recusados.

Assim, autores por muito tempo consideraram a juventude como um 'um vir a ser',como condição apenas de transitoriedade. Sendo que esta característica não configurava o jovem, como sujeito de direito. Essa visão incutida dificultava o processo de ver o jovem como sujeito e compreendê-lo além do rotulo. Desta forma, a produção teórica dos últimos 15 anos, provocou mudanças na representação de juventude, percebendo o jovem como sujeito. Primeiro que estes sujeitos são tomados a partir do lugar social que ocupam, 'o estudante', 'o deliquente', 'o músico'. Para mais, o sujeito jovem, a partir dos estudos, é um ser humano aberto ao mundo, com desejos e em relação com os demais, um ser único. Com isso, foi constituindo a importância da participação dos jovens na sociedade como processo de se constituírem como sujeitos (PERONDI, 2013).

Ao falar de juventude, perpetua a questão, de que juventude estamos falando? Para Perondi (2013), o Brasil começa a perceber, com ajuda de toda a produção teórica, que a juventude não é somente uma fase de passagem da infância para vida adulta, nem como juventude em estado singular, com uma definição. Compreende que o termo é muito diverso, compreendendo uma diversidade de expressões juvenis, ou seja, fala-se agora de juventudes. Fraga e Iulianelli (2013) trazem que a juventude não é homogênea, mas ao falar de juventudes, abre as diferenças existentes neste grupo, como a condição social, raça, etnia, gênero

e a forma de vivenciar esta fase que varia enormemente. Como o jovem pobre que é inserido na vida adulta precocemente, os negros e índios que são alvos da violência e as meninas que são atingidas pelo comportamento de uma sociedade machista. Estes exemplos de diferenças reforçam as especificidades na juventude e as profundas diferenças existentes entre os sujeitos que a compõe.

Mesmo referenciados como juventudes, os jovens são pensados a partir da construção histórica e cultural que correspondem a fase vivida. Há duas principais formas de situar os jovens socialmente. A primeira, a partir das instituições hegemônicas como família e escola, que vê o jovem em condição passiva, um ser em formação para acessar o futuro na esfera adulta. A segunda forma de situar o jovem socialmente são os espaços de socialização juvenil, criados a partir das brechas dos espaços institucionais ou no tempo livre. O diferencial desta segunda forma é que os jovens são criadores desse processo, diferente da segunda que são passivos (PERONDI, 2013).

Ao realizar esta breve conceituação de juventudes, é importante observar que os direitos das juventudes, e o entendimento como sujeito de direito é recente. Apenas em 2010 com a criação da PEC da juventude , como proposta da emenda constitucional, as juventudes tiveram sua inserção oficial no capitulo de direitos e garantias fundamentais na constituição federal. Complementado pelo Plano Nacional da Juventude, que determinou incorporar integralmente os jovens no desenvolvimento do pais, e a recente aprovação do Estatuto da Juventude em 2013 (FLORES, 2016).

Também outras questões são abertas, como por exemplo, a forma que a sociedade esta cuidando das suas juventudes. Se as leis, políticas públicas e todo interesse em torno das juventudes, está garantido acesso aos seus direitos básicos. percebe-se que os jovens sofrem com os processos de exclusão e inclusão que o sistema capitalista produz, bem como a forma precocemente que esta sociedade tem de descartar vidas precocemente ou indesejáveis.

A violência contra a mulher para os jovens do Projeto Pescar

O trabalho a ser apresentado foi realizado na unidade do Projeto Pescar SULGÁS município de Canoas, onde os encontros já ocorrem diariamente desde fevereiro do presente ano. O grupo é formado por 18 (dezoito) jovens, sendo 07 (sete) meninas e 11 (onze) meninos, a maioria com 16 (dezesseis) anos de idade, moradores dos municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul.

O processo de formação contempla uma metodologia definida pela Fundação Projeto Pescar que defende o investimento da carga horária em 60% (sessenta por cento) dedicados ao Desenvolvimento Pessoal e Cidadania e 40% (quarenta por cento) voltados para a Iniciação Profissional do jovem. Inserida no contexto do Desenvolvimento Pessoal e Cidadania, a metodologia apresenta-se dividida em temáticas específicas, sendo elas: Descoberta do Eu, Família, Comunicação e Tecnologias, Ambiente de Trabalho, Empreendedorismo, Saúde, Meio Ambiente, Ecologia contemplando diversos conteúdos que são abordados desde o primeiro encontro da turma na unidade (FPP, 2015).

A violência contra a mulher entrou em debate a partir da inserção da temática Descoberta do Eu, no tópico "Relação com a Sociedade" e pode ser incluída também em discussões da temática Família, no tópico "Família e Juventude". A problemática foi trabalhada na forma grupal em dois momentos distintos, durante os encontros na unidade, utilizando-se a abordagem da observação participante, visando conhecer as representações da mulher para os jovens participantes.

O primeiro encontro foi realizado com o grupo dividido em subgrupos, os quais debateram sobre essa problemática direcionando a reflexão para a juventude inserida nesse contexto. Dentre os diversos momentos valiosos da discussão trazida para o grande grupo, destaca-se o modo como os subgrupos organizaram a discussão: registrando o cenário vivenciado pelas mulheres em dois momentos distintos: no passado e na atualidade. O cenário apresentado pelos jovens sobre a violência contra mulher no transcorrer da história resgata exatamente o lugar de submissão,

humilhação e coisificação da figura feminina diante do poder masculino na sociedade.

Ainda no primeiro encontro, ao voltar o olhar para a atualidade, os jovens retrataram a dinâmica de poder e violência estando presente nas relações sociais, principalmente entre os jovens, conforme observam nas atividades cotidianas. Ao estar junto aos grupos de pertencimento o relacionamento entre o menino e a menina tornam-se alvo de decisões do próprio grupo, que são expressas através de posturas permeadas de concepções antigas quanto à mulher, ressaltando novamente, em diferentes idades, o poder do menino e a submissão da menina. Por exemplo, foram unânimes os relatos de que quando estão no coletivo (seu grupo de pertencimento), são obrigados a se aproximar e, conforme sua linguagem, "ficar", com meninas, mesmo sem ter essa intenção, pois, ao contrário, são rotulados como homossexuais. Assim, determina-se que o menino pode e "deve" "ficar" com o máximo de meninas que puder, sem qualquer desmerecimento ou desvalorização de si. Ao contrário, quanto às meninas, ainda espera-se, segundo relato dos subgrupos, que ela não tenha "ficado" (sic) com muitos meninos, caso contrário ela recebe o rótulo associado à promiscuidade, não sendo aprovada para relacionamentos duradouros ou, até mesmo, digna de respeito.

Nesse primeiro encontro ainda se levanta como reflexão importante acerca da temática o relato de que, apesar de na atualidade a mulher gozar de maior liberdade e possibilidade de viver uma vida sem tantas opressões, muitas vezes essa liberdade representa gravidez precoce, despertando atenção para outra problemática social. Ao mesmo tempo, a liberdade que a permite conquistar espaço no meio educacional e no mercado de trabalho, ainda não lhe garante salários iguais aos dos homens, na visão dos jovens.

De forma geral, os meninos, demonstraram maior dificuldade em debater sobre sua representação acerca da igualdade de gêneros, apontando questões vinculadas à razão dessa igualdade. Por exemplo, a mulher defende igualdade para profissões que exigem determinantemente a força e resistência masculina, por isso, não seria necessário o esforço para tal.

Levantaram a questão de igualdade de gênero como devendo ser trabalhada não como obrigatoriamente em todos os cenários, mas onde é mais adequada. Deve-se, segundo eles, quebrar o preconceito e os rótulos que recaem sobre a mulher há anos, mas em algumas situações, pode ser que um dos dois exerça a atividade de forma mais adequada, sem qualquer forma de violência nessa determinação.

No segundo encontro de discussão sobre a questão da violência contra a mulher, o trabalho foi realizado apenas no grande grupo. Foi lançado o questionamento sobre quais seriam as possibilidades de minimizar ou eliminar essa problemática, tanto a nível micro como macro, ou seja, tanto nos relacionamentos familiares como na sociedade em geral, por onde tudo se perpetua frente aos costumes, crenças e a própria pressão social.

As estratégias para tentar transformar a situação foram levantadas sem organização prévia, apenas no discurso, e de forma integralizada, dividiram-se em dois contextos: ações voltadas para os meninos e outras para as meninas. Assim, o grupo expressou coletivamente quais atitudes seriam necessárias para cada um dos gêneros, visando a mudança de comportamento e cultura sobre a violência. Nesse sentido, algumas estratégias mais importantes foram:

Desenvolver atividades de maior autoconfiança no menino, despertando maior coragem para assumir seus desejos e vontades, sem tanta dependência do grupo. Isso para evitar que sejam obrigados a fazer coisas que não desejam, como por exemplo, "ficar" com algumas meninas sem ter a intenção. Outra possibilidade seria abrir mais espaços amplos e diversificados de discussão e reflexão para os jovens, livres de julgamentos de valor, sendo mediados por pessoas que tenham afinidade com a turma para propiciar a participação e fortalecer a conscientização sobre a temática.

Já em relação às meninas, alguns componentes do grupo levantaram a questão do mesmo cenário vivenciado pelos meninos estar sendo cultuado entre as meninas. Ou seja, relataram que do mesmo modo como nos grupos de meninos, as jovens passaram a ter que contabilizar a quantidade de meninos que "ficam" em uma noite,

por exemplo, o que entre o grupo delas, representa valor. No entanto, a representação desse comportamento frente aos meninos e, até mesmo outras meninas que não pactuam dessa ideia, continua sendo de desvalorização, por ser, conforme definição do próprio grupo, uma menina muito "fácil". Quanto às estratégias para mudar esse cenário, apontam para espaços de apresentações, trocas, leituras sobre os tempos mais antigos, para que se relembre o ocorrido e busque a eliminação de suas ideias. E, para as meninas, o grupo defende a ideia de que parecem um tanto perdidas frente à tantas demandas que devem responder, sem ter, conforme relatos, tempo, habilidade ou condições mínimas para sair da situação. Conforme Saffioti e Almeida (1995), toda a diferenciação pode ser tida como positiva, no entanto, apesar disso, as "representações sobre a diferença podem ser apropriadas pela ideologia e transformadas em estigma, portanto, em algo negativo" (p. 44).

A gravidez precoce apareceu brevemente no relato do jovem, mas como estratégia, a turma definiu a presença mais contínua de casos reais, mostrando como a decisão errada, em local errado, com pessoas erradas, podem significar uma mudança total de vida. Assim, defenderam a ideia da reflexão crítica contínua, sobre as transformações sociais, as mudanças e o papel dos diferentes gêneros sociais.

Considerações de encerramento

Visualizam-se crenças que justificam certo grau de violência doméstica, associadas às pré-determinações sociais sobre como o homem e a mulher devem se comportar em sociedade, principalmente quando estão em grupos.

Os resultados da experiência apontam para uma representação da mulher que articula, por um lado, elementos de um passado, no qual a mulher era tida como de objeto de desejo e alvo do poder masculino, isto é uma representação de total submissão da mulher. Por outro lado, os jovens expressam uma representação da mulher, ligada à atualidade, onde esta conquista

seu espaço profissional e tem maior autonomia, tanto na questão educacional como do trabalho.

Contudo, o grupo mostrou-se em dúvida quanto a sua representação da igualdade de gênero. Por fim, o grupo relaciona maior liberdade de escolhas pessoais por parte das mulheres jovens à gravidez precoce, indicando uma representação social ligada a valores patriarcais. Sugere-se ampliação de estudos direcionados ao público jovem voltados, dentre outras, à temática da violência.

Referências

BETETTO, M. de F. **Representações Sociais de Jovens sobre Trabalho: Uma Análise Construída a partir da Formação Profissionalizante e da Experiência de Primeiro Emprego**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/ SP: 2012. 129 p.

BOBBIO, N. **Dicionário de política Brasília.** Universidade de Brasília/ Brasília 11ª Ed: 1998. (Vol. 2).

BRASIL Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 de agosto de 2006.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORES, Helen Rose de Flores. **A pesquisa e as redes de colaboração sobre juventudes nos programas de pós graduação de educação na região sul do Brasil.** Disponível em < https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/139113/000990118.pdf?sequence=1> Acesso em 18/06/2016

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: Impressos Brasil, 2003. 261 p.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR (FPP). **Desenvolvimento Pessoal e Cidadania** - COLEÇÃO PROJETO PESCAR. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2007.

GAUER, G. Personalidade e conduta violenta. Civitas: **Revista de Ciências Sociais,** 1(2), 45-65. 2001.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.3, pp. 679-712, set/dez. 2009.

KOLLER, S. Violência doméstica: uma visão ecológica. In. AMENCAR. (Org.), **Violência doméstica**. Brasília: Unicef. 1999, (pp. 32-42).

KRISTENSEN, C.; LIMA, J.; FERLIN, M.; FLORES, R. & HACKMANN, P. Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, 8(1), 175-184. 2003.

KUSNETZOFF, R. **As áreas do saber**. São Paulo: Cortez. 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Editora AbrilCultural, São Paulo: 1978. (Coleção os Pensadores).

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.2001.

PERONDI, Mauricio. **Narrativas de jovem: experiências de participação social e sentidos atribuídos a suas vidas**. Disponível em < https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72693/000885296.pdf?sequence=1> Acesso em 15/06/2016.

SAFFIOTI, H. Equidade e paridade para obter igualdade. In: **Revista O Social em Questão**, ano 1, n. 1, jan.-jun. 2000.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, FACED/UFRGS, v. 20, n. 2, 1995.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90,** Porto Alegre, n13, julho de 2000.

SOARES, K.; ALMEIDA-FILHO, N.; COUTINHO, E. & MARI, J. Sintomas depressivos entre os adolescentes e adultos de uma amostra populacional de três centros urbanos brasileiros: análise dos dados do Estudo Multicênctrico de Morbidade Psiquiátrica. **Revista de Psiquiatria Clínica**, 26(5), 218-224. 2004.

STREY, M. Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TAVARES, F.; PEREIRA, G. C. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 410-424. jul./dez. 2007.

TAVARES, G.P.; ALMEIDA, R. M. Violência, Dependência Química e Transtornos mentais em presidiários. **Estudos de Psicologia, Campinas**, 27(4) 545-552. Outubro-dezembro. 2010.

PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A SEXUALIDADE NA ESCOLA: PROCESSO EM (DES)CONSTRUÇÃO

Jorge André Nogueira Alves[1]

E agora, escola?! Ela quer ser tratada como ele. Espanto geral dos professores que sempre a/o veem em aula, mas não a/o enxergam, nem percebem que suas roupas, corte de cabelo e comportamento expressam o gênero masculino. Um nome feminino escrito na chamada, e uma generificação masculina o responde. O estranhamento dos primeiros dias do semestre se guarda em silêncio. O não dizer dos professores e das professoras revela o "desconforto" que o rompimento da hegemonia de gênero traz. Em um momento de conselho de classe, a representante da turma enucia ao corpo do docente: a aluna X não quer ser tratada como "a X", e sim como "o X". Agora não há saída para as pessoas do "conselho", o assunto-pessoa foi exposto e precisa ser discutido. Os professores são instados a dolorosamente refletir.

A partir da situação apresentada, percebe-se a dificuldade em relacionar, dentro do binarismo masculino/feminino, um corpo que desliza para uma zona de fronteira e se constrói de outra forma. Essa "dificuldade" se acentua na escola, que é – ou deveria ser – um espaço além da aprendizagem formal, um espaço verdadeiramente educativo, em que se despertasse um estímulo questionador para as regras e imposições apresentadas. Ao se estabelecer em existência, na escola, esse corpo que desliza entre,

[1] Possui graduação em Licenciatura Plena em Português/Francês pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2002) e Mestrado em Letras, com área de concentração em Linguística Aplicada, pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL (2006). Atualmente é professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense campus - Bagé e participa do GEDES - GRUPO DE ESTUDOS DA DIVERSIDADE, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE, é doutorando do PPGL – UCPEL, concentrando estudos em Análise de Discurso, Gênero e Diversidade Sexual. Email: cpead.andre@gmail.com

além, ou a partir das formações binárias de gênero provoca a desacomodação de ideias e (pre)conceitos. Levando-se em consideração que se trata de uma escola agrícola em zona de fronteira, onde o mito do gaúcho está incorporado ao fazer cotidiano. Esse atravessamento mítico é presente em um modelo disseminado de ser e de estar no aparato social local, que interpela e regula o sujeito, determinando seu modo de ser e agir. Mas como toda a regulação, por ser uma zona porosa, mesmo propondo a homgeneização, também permite-se a instauração do novo, daquilo que lhe é diferente e sobre o qual se perde o controle.

A existência desse corpo é um desafio ao espaço material, onde os atores são delimitados por dispositivos, que regulam e normatizam o ser e o estar no mundo. Mas há de ser romper a imposição dessas barreiras, para estabelecer uma tentativa, pois, nesse jogo metafórico, admitem-se apenas "peças de fábrica" em suas engrenagens ou em seu tabuleiro, e aquilo que foge a esse controle gera o mal estar. No entanto, importa saber que o sujeito também é capaz de fazer suas jogadas e estratégias, pois

> "(...) os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade, os sujeitos não a exercitam livres de constrangimentos. Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem." (Louro, 2004)

A subversão à heteronormatividade compulsória[2] marca-se no corpo como uma forma identitária, aliando-se a uma prática de atitudes, que possam desvelar o rompimento das barreiras de fronteira de gênero. Dessa forma, o corpo passa a ser a arena de confronto das imposições do que se entende por ser homem e ser

[2] A heteronormatividade compulsória pode ser considerada como um dispositivo aos moldes de Michel Foucault, regulando e impondo a construção do binarismo masculino/feminino.

mulher. E, ao mesmo tempo, passa ser palco das performatividades e a partir delas o gênero vai se construindo e se expondo.

Nessa construção o corpo se destaca, em uma percepção foucaultiana, como vetor maior das micropolíticas, sobretudo em sua contestação dos regimes disciplinares, impostos a ele como uma forma de dominação, por vezes explícita e por outras tácita, mas igualmente forte e impositiva. Assim, diferentes práticas discursivas têm atuado no sentido de conter os corpos, obedecendo a sistemas de coerção que proíbem o gordo, o baixo, o negro e as sexualidades não heteronormativas. A escola não foge da prática dessas relações em suas práticas discursivas e em seus processos de regulação, pondo em funcionamento o ideal de indefectibilidade do corpo que se manifesta no discurso escolar em consonância com os estereótipos presentes no discurso do senso comum.

Tendo por base os estudos foucaultianos, Louro investiga especificamente o tratamento dado pela instituição escolar a questões como gênero e homossexualidade:

> O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/às homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim "eliminar" esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da "norma". (Louro, 2001, p. 89)

Abordar o tema da diversidade sexual na escola ainda é visto por alguns como "ensinar a ser gay", pois, para eles, a discussão a respeito da diversidade sexual, no ambiente escolar, seria uma forma de incitar crianças e adolescentes a se tornarem gays ou lésbicas, já que não entendem a sexualidade como particular e algo próprio do ser humano. O importante é perceberem que o diferente merece respeito e que respeitar as

diferenças não significa o desejo de ser igual. As questões de ordem moral e religiosa, ainda, são um grande obstáculo para que esse debate realmente se incorpore ao cotidiano escolar, pois o princípio da laicidade do Estado ainda não está de fato efetivado nas instituições públicas.

A escola é fundamental na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social. É na escola que se formam cidadãos e cidadãs atuantes. É também o espaço para que eles e elas sejam respeitados e respeitadas em suas especificidades. A escola não é só um lugar de transmissão do saber, é onde se aprendem valores e atitudes e de onde se levam as boas e as más lembranças, os bons e os maus exemplos de convivência, amizade e solidariedade. Qual de nós não teve um professor ou uma professora por quem alimentamos uma grande admiração? Muitos até influenciaram na escolha da nossa profissão.

> Se os/as educadores/as quiserem ser eficazes em seu trabalho com todos/as os/as jovens, eles/elas devem começar a adotar uma visão mais universalizante da sexualidade em geral e da homossexualidade em particular. Assim, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar as formas como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade. (Britzman, 1996, p. 92)

Para os/as alunos/as LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros), porém, a escola tem sido quase sempre um ambiente hostil. Eles têm uma visibilidade que não desejam. São vítimas de piadas e risos, e de agressões físicas e verbais. São sempre apontados de maneira negativa por conta de sua identidade de gênero e orientação sexual. Tais comportamentos agressivos e violentos são fatores que levam muitos/as desses/as alunos/as a abandonar a escola. Quando permanecem, não têm boas lembranças desse período. A homofobia

na escola não deve ser banalizada, passando como algo rotineiro, comum ou "de fase". Precisa ser encarada como uma reprodução, no universo da escola, da violência que se encontra na sociedade como um todo. Quando se trata de discutir a sexualidade com o/a adolescente, o/a educador/a não deveria, por exemplo, partir do pressuposto de que toda a classe é heterossexual. Sempre haverá a probabilidade de encontrar estudantes que se interessam afetiva e sexualmente por colegas do mesmo sexo. Além dessas considerações, existe uma especificidade do/a aluno/a LGBTT na escola que o/a distingue dos membros de outros grupos sociais vítimas de preconceito: a adolescência é a época das primeiras vivências sexuais. Nisso, a escola representa para os/as alunos/as um contexto social importante, quando não o principal, onde acontecem alguns dos primeiros contatos sexuais. Até mesmo as experiências ocorridas fora da escola são depois comentadas entre colegas e amigos/as nos pátios e salas de aula. É também na escola que o/a adolescente pode contar com uma rede de apoio e de informação, que o/a torna menos vulnerável a situações de abuso e a comportamentos de risco. No caso do/a aluno/a LGBTT, a homofobia faz com que ele/a esconda, disfarce ou até reprima a própria sexualidade.

É importante que a escola reconheça que identidade de gênero se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos genéticos, culturais e sociais, no qual as pessoas passam a se identificar com o masculino ou o feminino, não importando o seu sexo biológico. Uma pessoa nascida com o sexo masculino ou feminino pode formar uma identidade feminina ou masculina, tornando-se transexual ou travesti. Essas pessoas são as chamadas transgêneros. Essa condição leva a pensar que a identidade de gênero não está estruturada necessariamente na imagem física que o individuo tem de si, ou seja, não segue necessariamente o seu sexo biológico. Essa identidade está enraizada na percepção que a pessoa tem de si mesma, em seus conceitos e sentimentos e na maneira de se sentir confortável num corpo masculino ou feminino.

O comportamento masculino e o feminino são constituídos a partir das prescrições e normas estabelecidas pelos indivíduos,

pela sociedade, pelo Estado, enfim, pela cultura. E podem ser muito diferentes de uma região para outra, de um Estado para outro, de um país para outro. Esse comportamento, essa forma de agir, é moldado pelas denominadas normas de gênero. O comportamento sexual é fortemente influenciado por essas normas, que estabelecem um modelo dominante de masculinidade e de feminilidade. Por exemplo, tomar conta de bebês é considerado atribuição feminina, uma vez que, para a nossa cultura, as mulheres são mais afetivas e delicadas para essa atividade. Apesar de, na atualidade, muitos homens participarem do cuidado com os filhos, de serem mais afetivos do que seus pais foram, ainda se espera que a mãe cuide das principais necessidades da criança, cabendo ao pai o sustento da família. O modelo heterossexual de família, baseado numa divisão sexual do trabalho doméstico, ainda é predominante. As normas de gênero expressam os costumes de um dado momento histórico e, por isso, podem sofrer mudanças

É preciso refletir por que há tanta dificuldade de incluir pessoas que são diferentes do padrão, assim como é preciso questionar-se se há padrão. O papel da escola e dos/as educadores/as nessa questão, principalmente quando está relacionada à diversidade sexual é indispensável. A escola produz e reproduz valores e ideias preconcebidas a respeito dos relacionamentos humanos. No caso da homofobia, a escola pode consenti-la ou mesmo ensiná-la. Mas é também nela que podemos elaborar e re-elaborar as relações humanas. Este é o desafio: constituir um corpo de educadores/as capazes de discutir as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero sem minimizar ou mesmo rotular indivíduos. Porém a escola está carente dessa abordagem. Carente de políticas curriculares que descentralizem o conhecimento, ela não pode ser espaço para aprender apenas as letras e os números ou os conhecimentos acumulados pela humanidade, mas deve ser um lugar em que as pessoas aprendam a se conhecer e se respeitar, pois

> Não há como discutir gênero e educação sem discutirmos também o papel da linguagem como fator de exclusão (...), aprendemos o papel fascista exercido pela língua, cuja

> principal função não é comunicar, mas nos sujeitar, nos obrigar a dizer: "(...) a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer" (Barthes, 1989, p. 14).

Nos dicionários, o termo diversidade é apresentado como divergência, oposição, dessemelhança, qualidade daquilo que é diverso ou como contraposto a unidade e harmonia, para citar apenas alguns exemplos. Essas definições não permitem estabelecer qualquer relação mais relevante com a diversidade sexual. É necessário dar novos significados à diversidade sexual, lembrando que ela é um componente da dimensão humana. Se observarmos mais de perto, todos são diversos. Não são "os outros" os diversos, os diferentes. A diversidade está em todos. Com base nisso, deve-se considerar que existem várias possibilidades de vivência e experiência da sexualidade e, por isso, é importante dar-lhe um sentido "plural" – sexualidades. Daí a diversidade sexual. Convém lembrar que todos integram uma rede de relações culturais, historicamente construídas, que se mantém num jogo de forças complexo, marcado por conflitos derivados das diferenças que caracterizam indivíduos e grupos, mas também pela busca de equilíbrio na diversidade que caracteriza a vida humana.

Nascemos num determinado tempo e lugar, somos parte de um grupo familiar, de uma comunidade, de um país. Temos hábitos, costumes, valores e crenças ligados à nossa história e ao modo de vida do tempo e do lugar em que nascemos e crescemos. É importante notar que não somos apenas natureza. Somos também cultura e fazemos mais do que contemplar o mundo. Criamos e recriamos, interferimos na realidade, sonhamos, desejamos, buscamos conhecer o mundo. Um/a educador/a pode se dar conta ou não da diversidade, mas é bom lembrar que ela é real e não depende de nossa percepção ou permissão para que ganhe existência. Nesse sentido, trabalhar na perspectiva da diversidade é como ganhar óculos e poder, e com eles mirar o mundo, conhecendo ou reconhecendo outros marcadores identitários – de gênero, de raça/etnia, geracional, de orientação sexual, de identidade de gênero – e com base nestes reconhecer novas

possibilidades de relações sociais que irão gerar mais conhecimento e maior respeito humano. Convivemos com outras culturas, outros valores, questionamos os costumes e a moral que nos foram dados ou impostos. Ou seja, durante nossa vida podemos mudar nossas crenças, valores, interesses, modos de sentir e de ver as coisas. A construção do respeito à diversidade sexual passa necessariamente pela desconstrução do modelo heteronormativo de sociedade, que considera como padrão de normalidade e respeito somente as relações entre homens e mulheres, excluindo com isso uma parcela significativa de cidadãos/ãs.

Muita gente, ao se defrontar com a diversidade sexual, enxerga o outro como "diferente", e tem receio desse "desconhecido". É comum, nesse caso, o estabelecimento de uma hierarquia a partir da qual se tenta dominar e subjugar esse "outro" que foge ao padrão heteronormativo. Diante da homofobia e da discriminação contra a população LGBTT, os educadores/as têm um papel fundamental: o de ampliar e jogar luzes sobre a discussão da diversidade sexual; de fazer do espaço de aprendizado um local de exercício de cidadania, de defesa dos direitos humanos, de matriz democrática, de respeito às particularidades de cada pessoa. Para isso é importante se perguntar: qual o lugar da escola na discussão da diversidade sexual? Por onde entra essa discussão? Que caminhos ela percorre? O caminho a ser trilhado é pensar a diversidade sexual contemplada nas práticas curriculares de forma transversal. A origem etimológica da palavra currículo, no latim curriculum, é a pista de corrida. Essa pista, que corta o Brasil em todas as direções, nos revela como tem sido construída a invisibilidade de negros, indígenas, mulheres, crianças, adolescentes, LGBTTs, idosos, deficientes... É como se olhássemos uma tela de pintura onde diversas pessoas estivessem presentes, mas poucos conseguissem enxergá-las. As diversas formas de registro não enfatizam a presença dessas pessoas nessa pista onde nos formamos. Sabemos que não é um caminho fácil, há muita

resistência. Como nos lembra Guacira Lopes Louro[3], as políticas curriculares são alvo de atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que eles consideram moralmente sãos. Muitos/as educadores/as e diretores/as calam-se diante da invisibilidade dos atores dessa tela, abstendo a escola de uma posição mais firme de compromisso com a formação da cidadania e da democracia, o que reforça o preconceito e separa as pessoas. É preciso retornar a uma reflexão inicial: por que temos dificuldade de incluir os outros na nossa vida a partir da diferença? Essa dificuldade mostra que certas vivências, experiências e especificidades só são aceitas quando têm convergências e semelhanças com um padrão reconhecido como correto, melhor e único. Quando não se considera a diferença como algo que agrega, que multiplica o olhar e o sentido do mundo, a tendência é de incluir os que são diferentes minimizando ou invisibilizando a diferença. Isso quer dizer que, para aceitar o outro, a diferença deve ser apagada, esquecida. É comum ouvir alguém dizendo, por exemplo: "Ele é legal, apesar de ser gay" ou "Gosto dela, mesmo sendo lésbica". Esse tipo de atitude revela nossos julgamentos, preconceitos e estereótipos aprendidos ao logo da vida com uma facilidade imensa. Ao não encararmos a diferença, não pensamos nem questionamos a própria condição, principalmente quando se pertence ao grupo dominante. É imprescindível que a educação, hoje, contemple a perspectiva de construção de uma sociedade capaz de assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais para todas as pessoas. É preciso garantir que as diferenças de classe, raciais/étnicas, etárias, de gênero e de orientação sexual não reforcem processos de legitimação de hierarquias sociais e de exclusão.

Pensar na diversidade sexual inserida nas práticas curriculares é pensar no currículo como construção sociocultural e histórica, bem diferente de pensá-lo apenas como grade curricular ou rol de disciplinas. O currículo não é uma operação meramente cognitiva, em que determinados conhecimentos são transmitidos a

[3] LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

sujeitos prontos. Em vez disso, deve ser visto como um discurso que, ao corporificar as narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos – e sujeitos também muito particulares. Necessitamos re-significar o fazer pedagógico não como um mero meio de domínio de habilidades ou conteúdos, mas como um modo de produção cultural diretamente envolvido na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento. Nesse sentido, o currículo deve ser compreendido a partir de sua intrínseca relação com as questões históricas, políticas e culturais, todas elas envolvidas com as relações que se configuram a partir do comprometimento dos/as educadores/as com o seu tempo. Nesse processo encontram-se as questões de gênero, sexualidades, diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero que, embora nem sempre contempladas como objeto de discussão e análise nos currículos das escolas e/ou nos cursos de formação inicial dos/as educadores/as, estão presentes na sociedade, nas diversas relações sociais e institucionais. A sexualidade tem sido alvo de constante controle por parte da família, da escola, das religiões e dos meios culturais, com o apoio de livros didáticos e paradidáticos. Necessitamos discutir os processos de construção ou formação histórica, lingüística e social, instituídos na formação de mulheres e homens, meninas e meninos, para colocarmos a sexualidade no campo do prazer e da naturalidade, pois ela é parte constitutiva de todos nós. É importante analisar como, numa sociedade heteronormativa, funciona o discurso para incluir ou excluir significados e assegurar ou marginalizar formas particulares de comportamento.

Aos educadores/as cabe ultrapassar papel de "meros" transmissores de informação, uma vez que são produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas; ampliar a definição de pedagogia e currículo, não se limitando simplesmente ao domínio de técnicas e metodologias; cuidar da linguagem, que deve ser estudada não apenas como um dispositivo de expressão, mas como uma prática histórica; desenvolver e investir em práticas pedagógicas para a trabalhar com a promoção da diversidade e valorizá-la como vantagem, e não como problema,

como nossa cultura costuma encará-la; estar especialmente atentos aos grupos ou situações em que a diferença se torna motivo de desigualdade, acesso desigual a oportunidades e exclusão; desmontar os mecanismos de discriminação, pois não existe diversidade num ambiente que discrimina negativamente qualquer pessoa; localizar distorções e corrigi-las: praticar ações importantes na promoção da diversidade como valor positivo, garantindo-lhe efetividade. Do contrário, apenas se constata que somos todos diferentes ou que a diferença é algo positivo, mas não se constroem os mecanismos para a efetiva promoção de equidade e de reconhecimento da diversidade. Em vista disso, é imprescindível promover a diversidade é destruir mecanismos que impeçam jovens LGBTTs de desenvolver suas potencialidades e seus talentos. Uma escola que não respeita a diversidade fecha-se em si mesma, empobrece-se culturalmente e reforça seus preconceitos. Devemos ver na diversidade um recurso social e pedagógico com alta potencialidade transformadora e libertadora.

Partimos da concepção de que a escola transmite conhecimentos, ao mesmo tempo em que socializa, educa e orienta seus alunos e alunas, exercendo um papel complementar ao da família. A escola tem a responsabilidade de desenvolver ações educativas que levem à formação ética e moral para a construção de valores que respeitem a diversidade. Ela representa para as crianças e adolescentes uma instituição social importante, um espaço de convivência, onde acontecem algumas das primeiras experiências em grupo, as primeiras descobertas sobre o outro, as primeiras trocas afetivas, a descoberta da sexualidade, a compreensão do espaço e da cultura no qual se está inserido. É ali que a criança e o/a adolescente encontram uma rede de apoio e proteção que poderá torná-lo/a menos vulnerável a situações de risco ao seu bem-estar e à sua saúde. É nesse espaço de convivência coletiva que se inicia o exercício da sua cidadania.

O ambiente escolar é, portanto, um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes. Cada criança, cada adolescente é único/a. Tem uma história de vida particular e diferenciada. Por isso, os princípios da educação devem se pautar pela igualdade de oportunidades, pela valorização de cada pessoa

como ser humano, portadora de direitos e deveres, e pelo desenvolvimento das potencialidades individuais. É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana. O ambiente escolar é, portanto, um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes. Cada criança, cada adolescente é único/a. Tem uma história de vida particular e diferenciada. Por isso, os princípios da educação devem se pautar pela igualdade de oportunidades, pela valorização de cada pessoa como ser humano, portadora de direitos e deveres, e pelo desenvolvimento das potencialidades individuais. É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana.

Para uma escola plural e inclusiva, é indispensável que seus profissionais de abordem questões de gênero e sexualidade sob a ótica da diversidade sexual, visando superar toda forma de discriminação no ambiente escolar, fazendo uso de metodologias que proponham a eliminação da homofobia e do preconceito e promovam o respeito às diferenças e à dignidade humana, e a defesa da cidadania. Louro (1997), de uma forma muito lúcida, destaca que "A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir." Muitas vezes os/as educadores/as se veem diante de situações imprevistas e delicadas relacionadas à sexualidade e necessitam do melhor modo de agir em sala de aula. Assim um bom diálogo, uma boa escuta e a informação são meios eficazes de resolver conflitos. A ideia é que se perceba a situação e se aprenda com ela.

Referências

BARTHES, R. *Aula. São Paulo: Cultrix, 1989.*

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação* sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade, Porto Alegre,* v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres. São* Paulo: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si. São Paulo:* Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de* Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1992.*

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação* – uma perspectiva pós-estruturalista. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.:1997).

LOURO, G. L. *Um corpo estranho – Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer.* 1. ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade,* Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, p. 71-99.

VIANNA, Cláudia; RAMIRES, Luiz. A eloqüência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. IN: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (orgs). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio.* Brasília: Letras Livres. Ed. UnB, 2009

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. IN: LOURO, Guacira L.(org.), *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FUNK DE OSTENTAÇÃO: AS RELAÇÕES DE CONSUMO E A PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES

Viviane Hasfeld Machado[1]
Angela Dillmann Nunes Bicca[2]

Introdução

É possível dizer que há um grande acesso ao mundo do funk pela mídia. Como afirmaram Lopes e Facina (2010), é quase impossível passar um dia na cidade do Rio de Janeiro sem ouvir o som do batidão vindo de algum lugar – de um aparelho de MP3 de algum caminhante, de carros, celulares, etc. Pode-se dizer o mesmo em relação a muitas outras cidades brasileiras, o funk pode ser ouvido em bares, casas noturnas, residências, automóveis, assim como tem sido amplamente veiculado em programas de TV e emissoras de rádio.

Em São Paulo, como indicou Freire (2012), foi criada uma vertente do funk que é denominada Funk Ostentação. Um estilo que dedica suas letras à descrição de artigos de luxo, tais como veículos e roupas de grife. As letras do funk de ostentação, portanto, falam de dinheiro, mulheres, carros, motos, roupas caras, entre outros, fazendo apologia ao consumo. Dessa forma, o funk incluiu a ostentação de carros e de roupas de marca em seus temas de interesse.

O funk de ostentação que, mesmo tendo sido criado a partir do funk carioca, se diferencia deste, afirmando valores e costumes das classes sociais de maior poder aquisitivo. Diferente do que

[1] Mestre em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense e Orientadora Educacional da rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: hasfeld_vivi@hotmail.com
[2] Professora do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Sul-rio-grandense. E-mail: angela.bicca@hotmail.com

ocorreu no Rio de Janeiro, essa música não está restrita a alguma classe social.

Desse modo, como afirmou Freire (2012),

> [...] funk de ostentação. Nascido em meados de 2011 e disseminada através da internet, especificamente através do youtube, os Mc's do funk de ostentação se tornaram conhecidos através de seus discursos de "preços altos": motos e carros de luxo, joias, roupas e tênis de grife e bebidas importadas (FREIRE, 2012, p. 3).

A mídia veicula/produz as práticas culturais dos funkeiros[3], colocando em evidência seus artistas e, também, seus modos de viver, suas roupas e acessórios (DAYRELL, 2001; YÚDICE, 2004). É possível dizer, portanto, que o que as músicas do funk veiculam contribuem para que as pessoas produzam suas identidades culturais, o que inclui elementos relativos a gênero.

A partir dos Estudos Culturais de inspiração pós-estruturalista argumentamos que diferentes artefatos culturais tais como as peças publicitárias, as charges, os programas de televisão, os livros, os filmes, os jornais, as músicas, promovem ensinamentos/aprendizagens a respeito do que é certo ou errado, do que devemos gostar ou recusar, do que está ou não na moda, dos lugares interessantes ou não para frequentar, das atividades estimulantes ou entediantes, etc. Enfim, esse campo de Estudos faz nosso olhar voltar-se espaços educativos diversos, além da escola e de outras instituições de educação formal. Essa perspectiva de discussão, que tem se valido da expressão Pedagogias Culturais (KELLNER, 2001; CUNHA, 2011; COSTA, ANDRADE, 2015) para reunir seus trabalhos, possibilitando atentar para os modos como os indivíduos contemporâneos têm aprendido a respeito das mais diversas temáticas. Como indicou Giroux, (1995, p. 144). "[...] existe pedagogia em qualquer lugar em

[3] "O termo "funkeiro" assim como roqueiro, pode ter um significado mais abrangente, referindo-se a todas as pessoas que gostam da música funk, não importando se são frequentadores dos bailes ou não" (VIANNA, 1997, p. 13).

que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que exista a possibilidade de traduzir a experiência".

As discussões acerca das Pedagogias Culturais estão relacionadas com a compreensão de cultura dos Estudos Culturais que desloca cultura do domínio exclusivo da erudição e de padrões estéticos elitizados, passando a contemplar o gosto das multidões, dos populares e das experiências cotidianas, destacando os modos como se produzem significados sobre os mais diversos tópicos (COSTA, SILVEIRA, SOMMER, 2003).

Por esses motivos, indicamos que estudar a forma como o Funk Ostentação participa da constituição dos sujeitos contemporâneos e, em especial, dos modos como constituem a sua identidade de gênero, significa compreender como atuam formas de pedagogias vigentes nos tempos em que vivemos. Portanto, o objetivo desse artigo é discutir os modos como as letras das músicas do Funk Ostentação estariam implicadas na constituição de identidades de gênero.

A produção de identidades culturais de gênero

Como é possível indicar a partir de autores tais como Hall (2005), Bauman (2005) e Woodward (2005), vivemos um tempo em que se ampliam nossos recursos de comunicação e de movimento, um tempo em que se multiplicam diferentes formas de violência e de sofrimento. Esses são tempos em que não tem sido mais possível argumentar que as identidades culturais teriam qualquer estabilidade ou fixidez. A compreensão de que poderíamos ser indivíduos centrados, unificados, racionais, conscientes, autônomos e possuidores de um conjunto de características que sofreriam muito poucas mudanças ao longo da vida está fortemente abalada. Ou ainda, trata-se de recusar qualquer acepção essencialista[4] da identidade seja ela fundamentada em eventos históricos, na cultura ou na biologia.

[4] "Essencialismo: Tendência a caracterizar certos aspectos da vida social como tendo uma essência ou núcleo – natural ou cultural – fixo, imutável" (SILVA, 2000, p.53).

Partir de uma perspectiva não essencialista da identidade significa afastar-se da busca de compreender o que é a identidade e procurar compreender como ela se produz e funciona sem nunca se fixar. Por isso, a identidade pode ser tomada como sempre em mutação e dependente de outras identidades, ou seja, a identidade é sempre dependente da diferença. Woodward (2005), ao discutir os modos como se constituem as identidades e as diferenças explica que uma identidade não é o oposto da diferença, mas dela dependente, a diferença não pode ser o que a identidade não é. Assim, identidade e diferença constituem-se mutuamente.

A produção de identidades e diferenças está relacionada, entre outros pontos tais como nacionalidade, pertencimento familiar, religião, inserção em algum grupo cultural, por exemplo, ao modo como as pessoas vivem o seu corpo bem como a formas de masculinidade e feminilidades. As discussões pós-estruturalistas têm mostrado os aspectos culturais e linguísticos implicados na produção de identidades de gênero. Ser homem ou ser mulher, por exemplo, depende de aprendizagens a respeito de posições atribuídas a cada um de acordo com o que é aceito em seu grupo social.

Como indicou Meyer (2010), as discussões pós-estruturalistas sobre gênero pautam-se na linguagem como espaço de produção poder/saber (FOUCAULT, 1997), se afastam daquelas vertentes que trataram o corpo como uma entidade biológica universal. Trata-se de uma vertente de discussões que recusa tanto a acepção binária que divide o mundo em homens e mulheres a partir de da biologia do corpo quanto do entendimento que esse corpo seria algo sobre o qual a cultura estaria agindo. Neste sentindo, gênero é compreendido como uma construção social, mutável e plural, como outros elementos constitutivos das identidades culturais.

Como explicou Silva (2005), considerar a linguagem como produtora implica dizer que ela não apenas descrever ações, situações e estados de coisas. A linguagem pode fazer com que alguma coisa aconteça, ela possui uma dimensão performativa. Dizer "eu vos declaro marido e mulher" ou "prometo que pagarei o que devo no próximo mês" são exemplos desse caráter

performativo da linguagem. Nestes casos a linguagem está realizando coisas que só pela própria linguagem podem ser feitas. Mas não apenas frases tão claramente performativas quanto essas realizam atos, a repetição de sentenças que a princípio nos parecem apenas descritivas acabam realizando algumas coisas. Mesmo que não tenhamos situações em que a performatividade da linguagem fiquem tão evidentes quanto os exemplos acima citados, a possibilidade de que um enunciado seja muitas vezes e em diferentes situações repetidos possibilita a sua ação performativa.

Essa compreensão sobre a performatividade da linguagem possibilitou que a filósofa Judith Butler elaborasse suas discussões sobre performatividade do gênero e da sexualidade. Para Butler (2000, p. 111), a performatividade, de gênero deve ser compreendida como uma "[...] prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia".

Desde essa perspectiva, normas, valores e comportamentos produzem o corpo, marcando e formando as diferenças sexuais e de gênero, o sexo faz "[...] parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa" (BUTLER, 2000, p.110). No entanto, cabe esclarecer, essas diferenças não são nunca apenas materiais, não existem indivíduos exteriores ou anteriores às normas regulatórias que produzem os seus corpos.

Essas explicações sobre linguagem ajudam a compreender porque as identidades dos indivíduos são consideradas "plurais, múltiplas, identidades que sempre estão se transformando e que não são fixas ou permanentes" (LOURO, 2012, p. 28), na vertente de discussões aqui assumida.

Quando falamos em diferenças sexuais é importante lembrar que é que essas mesmas diferenças são, também, constituídas discursivamente. Portanto, não há total liberdade dos indivíduos para escolher seus gêneros. Como mostrou Butler (2000, p. 110) "[...] as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual". O sexo, por sua vez, parte de uma norma regulatória que produz os corpos e não apenas uma condição estática do corpo.

Como esclareceu Sabat (2003), o que supostamente alguém "escolhe" não é qualquer coisa, as opções já existem e estão inseridas nas estruturas de poder vigentes. Quando os investimentos realizados em torno de uma identidade hegemônica falham, surgem espaços de subversão. Marcas ou traços que subvertem a identidade hegemônica formam o que Butler (2000) referiu como abjeção.

Dessa forma, somos mobilizados como sujeitos masculinos e femininos de muitas diferentes formas, nossas identidades de gênero vão sendo produzidas através de várias estratégias da linguagem. Nossos corpos, identidades, gêneros e sexos são construídos, também, a partir de diversos artefatos culturais e em especial pela música do Funk Ostentação que estamos examinando neste texto.

Funk Ostentação e a produção performativa do gênero

Como já indicamos acima, uma grande quantidade de músicas contidas nos CDs que fizeram parte do material de análise pertence ao chamado Funk Ostentação, um subgênero do funk que aborda temáticas ligadas ao status social obtido a partir de consumo de bens tais como carros e motocicletas de luxo, joias, roupas de grife, bebidas famosas, entre outros objetos. Essas músicas colocam em destaque a ostentação e o consumo de objetos de elevado valor econômico e/ou que foram fabricados por empresas de grande prestígio social. Além disso, o Funk Ostentação tem se afastado dos aspectos românticos, da violência e da exposição de uma sexualidade exacerbada que outras músicas do mesmo gênero musical faziam circular.

Para a realização da análise examinamos músicas contidas em CDs de funk, produzidos e lançados nos anos de 2013 e 2014 que estavam disponíveis para comercialização no mês de abril de 2014. Os CDs examinados foram: As Top do Funk (2013), Fluxo do Funk (2013), Gaiola das Popozudas – Começa a Cachorrada (2013), Anitta (2013), Naldo na Veia Tour (2013), Funk Brasil (2013), Beija ou não beija (2014), Funk Mania (2014), Ritmo Perfeito (2014), Funk hit's (2014), Fluxo do Funk (2014).

No entanto, nem todos eles apresentaram músicas que se articulam às temáticas do Funk Ostentação, por esse motivo, para o desenvolvimento da análise que apresentamos nesse artigo focalizamos apenas os seguintes CDs: As Top do Funk (2013); Fluxo do Funk (2013); Gaiola das Popozudas – Começa a Cachorrada (2013) e Funk Mania (2014). Após transcrever as letras da núsicas desses CDs e examinar seu contudo, selecionamos alguns trechos de músicas onde é possível observar elementos que reúnem o consumo de luxo e a produção de identidades de gênero.

A seguir citamos alguns trechos de músicas nas quais há referência direta ao uso de artigos de luxo, em especial, carros ou motos que não são considerados populares, além de bebidas, perfumes, tênis, telefones celulares e relógios de marcas famosas: *nos porta 1100 hornet a r1, nos bebe ballantines, big apple red bul*[5] *(10), dodge Jouney, ou vestindo Christian Audugier*[6] *(20), Ela chama atenção na night e encosta de Kawasaki e a amiga de R1*[7] *(23), Nóis tem carro, nóis tem moto dinheiro && muita mulher*[8] *(30), Na fariblid de sportage a ninfeta abre o sorriso e a gente tem o que tu gosta*[9] *(31), De Tucson, audi TT, se quiser veloster*[10] *(32), Nextel no bolso de acordo com kit, trajado de grife da cabeça aos pés*[11] *(33), Artigo de grif, carro de luxo estoura o champanhe e comemoração*[12] *(34), tem qix tem édi raid ou aquela lacoste listrada*[13] *(36), antes eu parcelava agora pago a vista*[14] *(36) de 600,*

[5] Nóis porta 1.100 - As Top do Funk (2013)

[6] Angra dos Reis - As Top do Funk (2013)

[7] Bum Bum na Água - As Top do Funk (2013)

[8] Nóis tem o que Nóis quer - Fluxo do Funk (2013)

[9] Hoje tem - Fluxo do Funk (2013)

[10] Olha os Muleque Chegando - Fluxo do Funk (2013)

[11] Ta fervendo - Fluxo do Funk (2013)

[12] Mulher Tentação - Fluxo do Funk (2013)

[13] Agora Nóis é Chefe - Fluxo do Funk (2013)

[14] Agora Nóis é Chefe - Fluxo do Funk (2013)

1100 no gol, Hyundai, mercedes[15] *(40), estou com o bolso cheio de peixe*[16] *(108).*

Tais itens de luxo são, segundo as letras das músicas, exibidas nos bailes onde funkeiros se reúnem. Nas letras de músicas citadas acima os/as Mc's fazem referência ao que denominam o "kit". Essa expressão, diz respeito aos acessórios e ao vestuário que os Mc's e os/as funkeiros apreciam. O kit, segundo Freire (2012), inclui tênis, bermuda, camisa, anéis, colares, óculos e boné.

Mas a ostentação que o Funk tem colocado em suas músicas não se restringe ao consumo de objetos, ostenta-se também o bolso cheio de dinheiro (referido nas músicas como peixe) e a possibilidade de escapar dos pagamentos parcelados que indicariam restrições financeiras.

Nas músicas do Funk Ostentação, o consumo pode ser praticado por homens e mulheres que chamam a atenção pelo que possuem (pelo que vestem, usam ou bebem). Porém, a possibilidade de consumo mulheres não as desloca das formas predominantes dos Mc's as narrarem; isto é, elas continuam sendo referidas como gostosas, poderosas e sedutoras. O consumo de luxo, nesses casos, seria um dos componentes da produção dessa forma de ser feminina.

A ênfase apresentada no funk ostentação ao consumo tem relação com a passagem da sociedade de produtores para sociedade de consumidores, tal como apontou Bauman (2008). A sociedade de consumidores,

> [...] em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas (BAUMAN, 2008, p. 71).

Dizer que o consumo está associado a estilos de vida implica que não se trata apenas da posse e do uso de objetos. Como mostrou Bauman (2008), os indivíduos da atualidade têm sido ao

[15] Hoje nós conta os placo - Fluxo do Funk (2013)

[16] Talento Raro - Funk Mania (2014)

mesmo tempo consumidores de mercadorias e a própria mercadoria. Segundo essa perspectiva, as pessoas acabam correspondendo a uma lógica análoga à que rege a produção, consumo e descarte de mercadorias, cada indivíduo tem a necessidade de uma constante atualização e reciclagem para não correr o risco de ser rejeitado como qualquer objeto.

A transformação de pessoas em mercadoria, retomando Bauman (2008), tem atravessado as relações pessoais. Muitas vezes a ligação entre as pessoas é avaliada tal como uma relação de consumo na qual não se quer vínculos duradouros e sim a possibilidade de trocar o "objeto" velho e ultrapassado por outro "melhor", ou seja, novo.

Diversas letras de Funk Ostentação apresentam elementos de relacionamentos que parecem tratados de forma análoga ao que ocorre com o consumo de objetos. Em excertos tais como: *não espere eu te dar meu amor. E muito menos dizer que sou sua*[17] *(25), no final da noite eu não durmo sozinho*[18] *(33) e me leva hoje para sua cama*[19] *(89).*

Esses trechos abordam homens e mulheres que não parecem buscar um relacionamento estável, mas sim relações sem compromisso que possibilitam prazeres momentâneos. Tratam-se de relações passageiras e sem vínculo afetivo são apontadas por Bauman (2004) como relações líquidas. Relações pessoais que supostamente estariam implicadas na produção de novas formas de masculinidades e feminilidades afastadas do amor romântico e dos vínculos afetivos estáveis.

Considerações Finais

A realização deste trabalho exigiu-nos entrar no mundo do funk, em especial do Funk Ostentação, para compreender como as letras das músicas inseridas nesse gênero musical tem produzido feminilidades e masculinidades, ou seja, as letras do Funk

[17] Madame da Balada - As Top do Funk (2013)

[18] Ta fervendo - Fluxo do Funk (2013)

[19] Então Ama - Gaiola das Popozudas – Começa a Cachorrada (2013)

ostentação participam da produção de diferentes maneiras de ser homem ou mulher na contemporaneidade.

O Funk Ostentação não apresenta em suas letras apenas a conquista do sucesso econômico, mas indica que o consumo de alguns objetos associados ao luxo permite a homens e mulheres mostrar aos outros que desfrutam de recursos financeiros. Isso lhes confere não apenas conforto, mas também uma forma de prestígio social e a possibilidade de algumas práticas de consumo.

Porém, orientar-se pelo consumo não significa exclusivamente realizar atos de compra e descarte de bens que estariam em desuso. A partir dessa perspectiva é possível indicar as pessoas assumem para as relações pessoais a mesma dinâmica usada para lidar com objetos. Ocorre o que Baumann (2008), referiu como sendo a transformação de pessoas em mercadoria, compreensão que permite refletir como a música do Funk Ostentação indica a homens e mulheres como estabelecer relacionamentos efêmeros e pautados na possibilidade de obter alguma forma de vantagem pessoal.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). ***O* Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

COSTA, Marisa Cristina; ANDRADE, Paula Deporte. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 843 - 862, maio/ago, 2015.

_____; SILVEIRA, Rosa Maria; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. v.23. p. 36-61, mai/jun/jul/ago, 2003.

CUNHA, Marlécio Maknamara da Silva. **Currículo, gênero e nordestinidade:** o que ensina o forró eletrônico? Belo Horizonte, 2011. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e inclusão, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte: 2011.

DAYRELL, Juarez. **A Música entra em cena:** O Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. São Paulo, 2001. 412 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: Brasil, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Libny Silva. **Nem luxo, nem lixo:** Um olhar sobre o funk da ostentação. **In:** IX POSCOM Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRJ, 2012, Rio de Janeiro. **Anais do IX POSCOM**. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2012.

GIROUX, Henry A. Memória e Pedagogia No Maravilhoso Mundo Da Disney. In SILVA, Tomaz T. (org.) **Alienígenas na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 1995. p. 132-157.

HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2005.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia. Estudos Culturais:** identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Baurú: EDUSC, 2001.

LOPES, Adriana Carvalho; FACINA, Adriana. **Cidade do funk:** expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. In: IV ENECULT, 2010, Salvador. Anais do IV ENECULT. Salvador, 2010. p. .

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIZRAHI Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. **Revista Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v.13, n.28, p. 1-22, 2007.
SABAT, Ruth. **Filmes infantis e produção performativa da heterossexualidade**. Porto Alegre, 2003. 183f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2003.
SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 73 – 102.
_____. **Teoria Cultural e Educação:** um vocabulário crítico. Belo horizonte: Autêntica, 2000.
VIANNA, Hermano. ***O* mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.
YÚDICE, George. ***A* Conveniência da Cultura usos da Cultura na era Global.** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2004.

GT 7 - GÊNERO E TRABALHO

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Adriana Lessa Cardoso[1]

Considerações Iniciais

Este trabalho busca sistematizar algumas experiências originadas da práxis da autora na formação inicial de professores no curso de Licenciatura de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Pelotas. Durante as orientações dos estágios de docência pude constatar algumas práticas que reproduziam as desigualdades de gênero e sexualidade na escola, essas práticas se mostraram tanto no diálogo direto com as alunas como ficaram registradas nos relatórios de estágios. Com base nesta constatação realizei oficinas sobre gênero e sexualidade na escola, que busquei registrar as discussões e atividades no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem AVEA, que me possibilitou ter alguns dados para refletir sobre a formação inicial de professores/as e considerar a importância da implementação das metodologias feministas no currículo acadêmico das Licenciaturas.

As Licenciaturas são cursos superiores que têm a função de formar professores para lecionar nas escolas de ensino básico (Educação Infantil, Fundamental e Médio). As escolas, públicas ou privadas, são locais de ensino, entendidos como ambientes formativos e de desenvolvimento das pessoas, que têm uma previsão de duração regular de 12 anos, (09 anos no Ensino Fundamental e 03 anos no Ensino Médio.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 93/94/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – MEC/SEF, 1997), a escola é constituída de múltiplas culturas, crenças, etnias e estilos de vida, e, tem como

[1]Mestre em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Professora bolsista CAPES do Curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: adrianalessacardoso@gmail.com

principal objetivo, promover a formação integral do ser humano. Deste modo, entendo que a realização da formação de professores para atender à complexidade social e cultural. Mas será que diante destas multiplicidades possibilitamos condições mínimas à socialização e para desconstruir preconceitos, discriminação de gênero, sexualidade, cor, etnia, idade, incluindo outras classificações possíveis nos espaços escolares?

A redação do artigo está estruturada em duas partes sendo a primeira uma breve contextualização da experiência na orientação dos estágios docente para descrever e compreender as práticas educativas e a segunda parte as considerações e experiência a partir das oficinas de gênero e sexualidade na escola, buscando ações de desconstrução de estereótipos e desigualdades de gênero e sobre o trabalho feminino.

Estudos feministas e a formação inicial de professores de Pedagogia

Nos espaços educativos, a discriminação gênero e sexualidade muitas vezes é notória, outras vezes, faz parte da sociedade com certa sutileza, dificultando a sua identificação. Encontra-se insidiosa nas entrelinhas, seja como divertida, repugnante ou normal- naturalizada nos discursos, em ações rotineiras, e assim reproduzindo-se ao longo das relações sociais. Certamente um problema grave, em torno do qual existem formulações de leis e políticas públicas contra o sexismo, homofobia e racismo, ainda podemos contar com instituições como a Organização Internacional do Trabalho – OIT, conferências de políticas para as mulheres realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e também pela Organização das Nações Unidas – ONU, que vem promovendo estudos e debates sobre a promoção de igualdade de gênero no trabalho e que estão contribuindo para coibir agressões e para a desnaturalização de estereótipos baseados em aspectos biológicos e comportamentais.

Entretanto, além da via jurídica e de instituições, que atuam mais na superfície e nos efeitos, precisamos engendrar a educação crítica, pós-crítica a teorias feministas conhecidas também como

teorias Subversivas, abordadas por autoras como Heleieth Saffioti, Nancy Fraser, Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Margareth Rago entre outras. Estas perspectivas teóricas devem subsidiar a formação inicial de professores e agir principalmente nas origens culturais destas práticas antissociais. Por isso, contamos com algumas destas especialistas que tratam das epistemologias feministas, de acordo com Rago

> O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (1998, p. 3).

Ilustra bem esta necessidade de produzir e aprofundar estudos feministas as práticas cotidianas escolares e a formação de professores. Por exemplo, uma estudante de pedagogia, no relatório de sua prática de estágio, que ocorreu em uma escola pública de periferia, se referiu a sua aluna, para procurar explicar as dificuldades de leitura e escrita, chamando-a de "indiazinha". O que a princípio parece ser um tratamento carinhoso, pode contribuir para manter o discurso que sinala sua condição de colonizada, resumindo-a às diferenças culturais, econômicas, étnicas e de cor. Em uma visita de acompanhamento no estágio pude constatar e dialogar com uma estudante que considerou "natural" a turma apontar como o diferente ao ridicularizar um menino de seis anos por ter pintado os lábios com batom, e assim não percebeu a exclusão da criança por se comportar de maneira considerada historicamente como feminina.

Ao ser problematizada esta situação a estudante não se permitindo notar que a heteronormatividade está instituída, que as crianças já incorporaram desde muito pequenas muitas funções

sociais convenientes e se fugirem desta regra passam a ser marginalizadas. A maneira que ela procurou resolver foi eliminando a expressão do aluno, ao dizer que na sala de aula não era o lugar apropriado para tais práticas. Diante desta narrativa, percebe-se a presença do preconceito engendrado, naturalizado e a manutenção de velhos modos de lidar com as feminilidades e as masculinidades do espaço escolar, se eximindo da responsabilidade de educadora. Neste aspecto, se faz importante praticar as metodologias feministas para que possibilitem orientar o diálogo e evitar reduzir o sujeito às marcas culturais originadas de padrões misóginos, eugênicos, higienistas ou elitistas. Tratamentos como "indiozinho", "mulherzinha", "pobrezinho", "negrinho"... é uma forma de tachar pessoas ou nomeá-las à sua revelia e determinar papeis sociais, reproduzindo a sociedade homogeneizadora, caracterizada por um modelo universal antropocêntrico.

Neste aspecto, nas relações escolares é possível suspeitar que estamos presos apenas às metodologias de como ensinar e como avaliar as aprendizagens, os conteúdos escolares pré-definidos, a matriz curricular, ou seja, o que nos adapta ao instituído e fortalece para competir enquanto campo de atuação, sejamos geógrafos, físicos, matemáticos, pedagogos - entre outras áreas do saber.

Quanto aos currículos universitários em sua maior expressão, pouco realizam discussões sobre questões de gênero e sexualidade na formação dos professores, pois têm dificuldade de relacionar os conteúdos com as práticas educativas dos sujeitos existentes. Por outro lado, a escola básica, que é mais próxima do cotidiano e da comunidade, frequentemente procura abrir espaço para o vivido, para as relações sociais mais fluídas, porém, incorre em ações pontuais que tendem a estereotipar e promover esquecimento como celebrações superficiais escamoteando conflitos, por exemplo, o dia do índio, o dia da mulher ou, dia da consciência negra. Questiono se eventos pontuais têm alguma contribuição significante na formação humana, e se possivelmente, não sejam contraproducentes, por possivelmente produzirem efeitos superficiais, com apelos à vaidade, tornando as concepções prévias das pessoas refratárias ao ensino.

Atualmente, é frequente contestar toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, no entanto, frequentemente pensamos por *slogans*, (frases prontas, bordões), sem ainda compreendemos muito bem seus efeitos formativos, nem conhecemos bem os processos de manutenção das violências com o que é considerado diverso da hegemonia.

Espaços pedagógicos e ações nas oficinas de gênero e sexualidade

Além dos exemplos citados no relatório de estágios, também exponho neste artigo as experiências de uma oficina denominada de "Gênero e sexualidade na escola" ministrada para 30 alunas de Pedagogia, que estudavam nos polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB de São Francisco de Paula e Seberi. Nesta oficina, foi possível perceber que as estudantes tinham um discurso convicto sobre a necessidade de não fazer diferenças entre meninos e meninas, condenando qualquer forma de preconceito e discriminação. Contudo, ao trazer situações reais do convívio escolar, exemplos relatados na literatura, apareceram lacunas e contradições nas suas argumentações, mostrando que pouco conseguimos romper com as velhas práticas de dominação. Tal noção, se mostrava mais evidente nas discussões sobre o trabalho feminino, pois as alunas entendiam que as mulheres já estavam no espaço público e em trabalhos remunerados, contudo não problematizavam a condição "real" da divisão sexual do trabalho e a dupla jornada de trabalho.

Ainda, na oficina estudou-se sobre identidade de gênero e sexual, para pensar a partir destas categorias de modo aprofundado e significativo, buscando não as dissociar, como indica Joan Scott (1990) em sua análise histórica. Segundo a autora, o sexo corresponde aos atributos biológico-naturais, o gênero por sua vez, abrange aspectos sociais, culturais e também biológicos, isto é, considera as relações de poder entre os sexos. Trata-se de um conceito central na teoria feminista contemporânea, referindo-se em oposição à dimensão simplesmente biológica do processo de diferenciação sexual, ou seja, a percepção mais usual em que as

pessoas se baseiam, o sexo biológico, não é determinante na constituição dos sujeitos, somos sujeitos sociais e culturais.

Desta maneira, sexo e gênero não se constituem como categorias dicotômicas, de modo que a pesquisadora/professora, tendo compreendido a categoria de gênero, pressupõe o abandono de certos binarismos, como: homem/mulher, heterossexualidade/homossexualidade corpo/mente, cultura/natureza, transcendência/imanência, público/privado, racional/irracional, entre outros.

Muitas pessoas dizem adotar uma posição progressista e emancipadora, sem talvez perceberem que se baseiam numa oposicionalidade arbitrária. Segundo Louro (2007), este pensamento binário pressupõe dois polos antagônicos (homem *versus* mulher), entretanto, cada "polo" arbitrário é diferente. Por exemplo, a mulher como um polo não se resume a ele, sendo internamente fragmentado e dividido, afinal não existe "a mulher", mas várias e diferentes mulheres e não sendo idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras. Conforme a autora,

> (...) a menos que se desconstrua a polarização dos gêneros e se problematize a identidade no interior de cada pólo, se deixará de contemplar os interesses, as experiências e os questionamentos de muitas mulheres, como os das mulheres não-brancas e as lésbicas (2007, p.34).

Desta maneira, podemos ser mulheres negras, brancas, índias, brasileiras, uruguaias, europeias..., católicas, mulçumanas; de orientação heterossexual, homossexual, bissexual (o mesmo vale para o masculino). Assim, passamos a entender o conceito de identidades – estas que se transformam e não são fixas por ganharem significado próprio do sujeito que as concebe. Sendo plurais e heterogêneas, as identidades de gênero e sexuais estão profundamente interligadas. Nas identidades de gênero, os sujeitos se reconhecem social e historicamente, numa tendência inicial de se reduzir ao masculino ou feminino. As identidades sexuais se constituem a partir de como as pessoas vivem sua

sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as.

Para além dos aspectos sobre a sexualidade, temos o problema das atribuições dos grupos familiares, para os papéis de gênero. Neste sentido, retomando o exemplo dos relatórios de estágio e da oficina, aparece a questão sobre os cuidados com os filhos. O falso dilema, sobre de quem é a maior responsabilidade sobre as crianças. Como provocação, foi problematizada a situação hipotética a seguir: "ao precisar chamar os pais de uma criança, quem da família é lembrado primeiro?" A maioria da turma argumentou que a mãe deve ser chamada, pressupondo que o pai está ocupado com o sustento da família, secundarizando o trabalho feminino e reforçando o estigma de uma única pessoa responsável e capaz de cuidar da família.

Ainda no processo de ensino, busquei desconstruir este modelo de pensamento utilizando dados empíricos e pesquisas sobre o trabalho feminino, procurando questionar e transformar a condição das mulheres como a principal responsável pelos cuidados familiares, para assim construímos uma sociedade em que homens e mulheres dividam responsabilidades domésticas e familiares. No Brasil, o tempo médio semanal em horas dedicado aos afazeres domésticos pelas/os ocupadas/os é de 9,5 horas para os homens e 21,6 para as mulheres (DIEESE, 2011). Por certo, implica a invisibilidade do trabalho doméstico e familiar, de acordo com Carrasco (2003), o trabalho doméstico e de cuidado com dependentes (menores de idade e idosos) é um trabalho subjetivo, onde não se pode quantificar o tempo das relações de afeto, mesmo que determine as relações objetivas do trabalho remunerado e representado como aquele possível de verificação do tempo. Isto é o trabalho destinado ao cuidado familiar tem contexto diferente da lógica de mercado, considerando que o trabalho ainda tem sido estruturado na lógica patriarcal de um emprego estável masculino, em que o homem é o único provedor da família.

Ainda de acordo com Carrasco,

> A dupla participação das mulheres – no mercado de trabalho e na responsabilidade do lar – que originalmente se definiu como duplo trabalho e posteriormente como dupla presença,

> atualmente é denominada "dupla presença/ausência", para simbolizar o estar e o não estar em nenhum dos lugares e a limitações que a situação implica sob a atual organização social (2003, p. 27).

A atual organização laboral, passa a produzir uma insatisfação com o espaço doméstico familiar, já que a organização social do Estado, não contribui para este fazer. Um exemplo clássico são os horários das escolas públicas (Educação Infantil que é ainda quase inexistente no Brasil e o Ensino Fundamental) que não estão de acordo com os horários do trabalho remunerado. Este descompasso, dificulta a inserção profissional da maioria das mulheres e possivelmente desvaloriza o trabalho doméstico familiar, afastando cada vez mais a possibilidade de uma divisão de tarefas entre mulheres e homens.

Ainda de acordo com Carrasco (2003), podemos visualizar três abordagens sobre a problemática do trabalho doméstico e o trabalho remunerado, sendo: a) Consolidação do modelo atual homens como atividade fundamental a participação no mercado de trabalho e mulheres realizando ambos os trabalhos (doméstico e o trabalho remunerado), acredito que este não seja o modelo a ser seguido, mas que ainda se mantém na nossa sociedade e é reproduzido por muitas práticas pedagógicas; b) Políticas de conciliação que colaborem com determinadas tarefas (domésticas/familiares) por exemplo, creches e lares para idosos, que é uma das linhas que a OIT (2009) vem seguindo ao orientar as autoridades e organismos competentes para promover a equidade de gênero no mundo do trabalho; e por fim, c) A mudança de paradigma que seria o ideal para a equidade de gênero, organizar a sociedade seguindo o modelo feminino de trabalho, dando reconhecimento ao trabalho familiar e doméstico. A população masculina teria que assumir suas responsabilidades com o cuidado com as tarefas tidas como femininas. Entendo que esse modelo deveria compor os currículos escolares e acadêmicos propiciando a mudança de paradigma.

Inquestionavelmente precisamos desta mudança de paradigma, onde o homem seja parte deste fazer, pois entendemos ser fundamental a participação de todos, independentemente do

sexo para a manutenção humana. Diante desses estudos e dados, podemos afirmar que as mulheres possuem uma dupla ou tripla jornada de trabalho, - o que dificulta a qualificação e a competitividade necessária para conquistar melhores situações de trabalho e melhorar o próprio mundo do trabalho.

É importante que a escola e as universidades, como instituição educacional, questionem a divisão de tarefas numa perspectiva colaborativa solidária. Visto que, as mulheres normalmente são sobrecarregadas, pois o trabalho doméstico e familiar era, e ainda permanece em muitos casos, responsabilidade exclusiva da mulher. Isto acarreta sérias desigualdades, considerando que o mercado de trabalho prefere contratar os homens e mulheres que não têm dupla jornada de trabalho, buscam um sujeito com dedicação exclusiva ao trabalho (KERGOAT, 2009).

Ainda é tão marcado o cuidado doméstico e com os filhos que o fato das mulheres ter menos filhos/as não altera a distribuição em cargos de chefia nas empresas. No Brasil, as mulheres ocupam 21,4% dos cargos e os homens 78,6% (DIEESE, 2011). A sub-representação das mulheres em diferentes áreas da sociedade é visível, pois ainda recebem salários inferiores aos masculinos, ocupam atividades de menor *status* social e, além disso, são minoria em postos de tomada de decisão. A maior proporção de mulheres nas empresas segundo a área de atuação é nos setores de: recursos humanos 72,2%; relações públicas 61,6%; administrativo 51,7%, e com uma representação pequena nas áreas industriais e de engenharia 17,7%; seguido da área tecnológica com 16,1% (DIEESE, 2011).

Com as mudanças demográficas, as leis e convenções internacionais que regulamentam os direitos das mulheres, e, as políticas públicas, que favorecem a sua inserção nos espaços de trabalho remunerado, a condição do trabalho feminino vem melhorando, pois passou a ser entendida como fundamental para o equilíbrio financeiro das mulheres e da família. Representa uma forma de autonomia e empoderamento social e não mais o assalariamento como um mero complemento da renda familiar.

Outro aspecto abordado com as estudantes foi sobre noções de espaços, considerados femininos e espaços considerados

masculinos, divisão muito comum na disposição da fila escolar. Aparentemente inocente e irrelevante, constitui uma organização espacial que estimula a competição e separa meninos e meninas. Neste ponto, as alunas responderam que sempre foi assim, por que mudar? Que mal tem? O que muda para meninos e meninas? Pensamos ser tão naturalizada a separação espacial, que as alunas devolveram irrefletidamente a questão com outras tantas perguntas. Contudo, não podemos generalizar, considerando que esta prática já foi extinta em várias escolas, mas permanecendo em muitas outras - sem uma reflexão crítica, pois não é uma organização coerente separar as crianças por sexo (meninas e meninos), produzindo um efeito paradigmático que provavelmente os sujeitos da escola não percebam.

A respeito desta necessidade de visibilização no currículo, a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China, em 1995, com suas diretrizes indicou que a escola deve "evitar" separar grupos por sexo, seja em filas, no intervalo, ou mesmo brincadeiras. Esta importante conferência buscou conscientizar sobre a equidade de gênero, onde as mulheres e homens teriam uma educação igualitária, oferecendo as mesmas condições de acesso e escolhas para ambos os sexos. No discurso das alunas, elas tiveram muitas dificuldades em considerar que não existem diferenças entre homens e mulheres, e que estas reforçam práticas cotidianas causando consequências dissociativas e, portanto, de sofrimento na sociedade. É neste sentido, que as epistemologias feministas críticas e pós-críticas auxiliam a desnaturalização dos estereótipos de gênero, desestabilizam funções baseadas em aspectos biológicos, sem considerar os aspectos econômicos, sociais e culturais que constituem nossa sociedade.

Considerações finais

Tendo as instituições educacionais, se mantido insensíveis, ou, poderia se dizer sexistas, mantendo a condição patriarcal e a heteronormatividade como o padrão curricular, todos que ali convivem são coniventes e omissos com a violência e os

preconceitos de gênero e portanto, contraditoriamente num ambiente destinado à socialização e à formação humana reforçam a inferioridade feminina, às vezes até promovendo a misoginia e a homofobia, pois classificam como diferente e pouco trabalham em relativizar as diferenças, os pontos de vista e a percepção de que todos com suas expressões e representações tem algo de estratégico ou pouco corajoso, apenas aparentam ser iguais, diferindo onde a tirania do olhar permite a superfície convencionada, onde a experiência e aceitação de outros grupos acolhe. Segundo Facco:

> O currículo tradicional é constituído por uma série de "saberes" que se dizem naturais, mas na verdade o que temos é um "saber" hegemônico, exaustivamente inculcado nas pessoas pelo poder constituído. Este filtra e define qual é o limite do saber. O que é "verdadeiro", o que é "falso" (2011, p.28).

Na educação contemporânea, útil à formação e a existência em sociedade, não restrita à adaptação e à reprodução das desigualdades, da competição para o mercado e consumo. Se incluirmos estes temas e interesses no currículo, distanciando-nos do que é arbitrário, estático e prescrito alhures, passamos a compreender mais e melhor o outro, dificultando que as instituições de ensino e educação, pratiquem atos de violência e discriminação. De acordo com Louro,

> O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto. Daí nossa obrigação, como profissionais da educação, de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos (2007, p.19).

Nos processos de construção social, no convívio e nas interações formativas, "temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Sousa Santos, 2006, p. 316). Alguns exemplos trazidos aqui simbolizam outras tantas situações que constituem as relações sociais de trabalho, familiares ou de ensino, repetidamente simplificadas e omissas em relação a dimensões vitais da complexa subjetividade humana. Novas perspectivas teóricas foram abertas em busca de presenças relegadas, por exemplo, as teorizações que envolvem os conceitos de gênero e sexualidade. Estas subsidiam conhecimentos e culturas para oportunizar mudanças e avanços em direção a um mundo equânime, menos arriscado, violento e opressivo.

Acredito que na busca de uma prática educativa feminista contemporânea, se faz necessário tencionar o currículo da formação inicial de professores para atuar na escola, e assim o currículo escolar, abrangendo a multiplicidade dos sujeitos em suas possibilidades, expressões e escolhas, partir delas para problematizar como identidades foram historicamente construídas, questionando tabus e normas. Por isso, precisamos formar professoras/es considerando os processos complexos de relações sociais, culturais e históricas para construir uma escola mais hospitaleira e menos hostil e que os sujeitos possam se compreender no devir humano.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907. Acesso em: 25/10/2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - PCNs – MEC/SEF, 1997. http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 24/10/2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. **Declaração e Plataforma de Ação** - Pequim, 1995 http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 24/10/2014.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Socioecônomicos - **Anuário das Mulheres Brasileiras** (AMB). São Paulo/ Brasília: (DIEESE) e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), 2011.

FACCO, Lúcia. **A escola como questionadora de um currículo homofóbico**. *In*: SILVA, Joseli Maria e SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. (Orgs.) Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Paraná: TODAPALAVRA, 2011.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação.** Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. *In*: HIRATA, Helena [et al] Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **Currículo, gênero e sexualidade: o "normal", o "diferente" e o "excêntrico"**. *In*: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe e GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2007.

OIT, Organização Internacional do trabalho. **Nota: Promoção da igualdade de gênero e políticas de conciliação entre o trabalho e a família** http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/br_nota_2_696_722.pdf Acesso em: 12/05/2016.

RAGO, Margareth, **Epistemologia feminista, gênero e história.** *In* PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.)- Masculino, feminino, plural. Florianópolis: d.Mulheres, 1998.

SAFFIOTI. Heleieth. **Gênero, Patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção intercultural da igualdade e da diferença**. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.
SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *In*: Educação e Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol. 6, n° 2, jul/dez 1990.

A SINGULARIDADE DA EXPERIÊNCIA DAS TECELÃS COMO FORMAÇÃO

Amanda Motta Castro[1]

Figura 1: Tecelã tecendo em tear manual.
Resende Costa/MG/BR
[Fonte: acervo da pesquisadora, 2012]

"A gente só conhece as coisas mediadas pela experiência"
Documentário janela da alma, 2001

Reflexões iniciais

Resende Costa[2] situa-se no estado de Minas Gerais. Neste município é comum o seguinte dito popular: "Em Resende Costa, em cada casa existe um tear". Esse dito é um fato quando se pisa no lugar geográfico onde se é acordado com o barulho dos teares.

[1] Professora da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Doutora em Educação pela UNISINOS com bolsa CAPES e período sanduíche realizado no Departamento de Antropologia da UAM. Tem-se ocupado em pesquisar os processos de produção do conhecimento realizados por mulheres tecelãs, a fim de analisar a complexidade da aprendizagem nesse contexto em articulação com a Educação Popular e os Estudos Feministas. Contato: motta.amanda@terra.com.br

[2] Informações obtidas no arquivo de Resende Costa, durante pesquisa empírica no mês de julho de 2011 e disponíveis em: <http://www.camaraderesendecosta.mg.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2009.

Resende Costa é um município da Região das Vertentes, criado em 30 de agosto de 1911. Tem área total de 631.561 km² e está localizado a 186 km de Belo Horizonte.

Na primeira metade do século XVIII, ergueu-se um rancho para abrigar tropeiros e viajantes. Essa movimentação de viajantes deu origem ao povoado de Lajes, hoje chamado de Resende Costa. Em 1749, construiu-se a Capela Nossa Senhora da Penha de França e se estabeleceram oito casas, entre elas a do Inconfidente José de Resende Costa.

No início, a pequena população dedicava-se ao plantio de gêneros alimentícios e à criação de gado. Em 1912, o então povoado de Lajes ganhou sua autonomia como município, recebendo o nome de Resende Costa como homenagem aos inconfidentes (pai e filho) que viveram ali no início do povoado. Hoje o município vive predominantemente do artesanato têxtil, confeccionando principalmente peças para a casa. Segundo dados do IBGE de 2010, sua população é de 10.941 habitantes.

Assim como na maioria do estado de Minas Gerais, Resende Costa foi colonizada por portugueses. No município há uma biblioteca municipal que empresta livros para a comunidade. Ali não existe cinema nem teatro. A cidade conta com três semáforos, dois postos de gasolina, três pousadas, uma praça, duas farmácias, uma comunidade religiosa da Igreja Católica, uma outra da Igreja Assembleia de Deus, dois mercados e 98 lojas de artesanato. Em Minas Gerais a participação no artesanato dos fios também é predominantemente de mulheres.[3] Porém, no início da década de 1980, o pequeno município mudou a tradição: em Resende Costa, homem também tece.

Com sua pequena população, os homens de Resende Costa iam trabalhar na capital mineira ou paulista e, frequentemente, ficavam fora por longos períodos, distantes de suas famílias. As mulheres permaneciam em casa, trabalhando nos afazeres domésticos, na criação dos filhos e filhas e na tecelagem manual. O trabalho nos teares manuais de Resende Costa faziam com que

[3] Afirmação feita com base na pesquisa empírica e durante a realização do estado da arte. No sul de Minas, onde há uma forte presença da tecelagem, são quase exclusivamente as mulheres que tecem. (MEDEIROS, 2002; DUARTE, 2002).

elas vestissem suas famílias e criassem peças para a casa, como colchas, tapetes e toalhas. Também era parte do trabalho das mulheres ensinar às filhas as técnicas dos teares para que estas reforçassem o sustento da família. A tecelã Azul[4] explica:

> O problema é que não tinha trabalho aqui em Resende Costa. Os homens iam embora e nós ficávamos sozinhas cuidando de tudo por aqui. A gente ficava sem notícia, não tinha telefone e essas coisas que agora a gente tem. Mas, mesmo se tivesse, acho que nós íamos começar a ensinar os homens a tecer porque aí fica a família toda junta e perto e fica bom. (Tecelã Azul, durante entrevista em julho de 2011).

Assim, em Resende Costa, o trabalho de tecer nasce da necessidade cotidiana de cuidar da família e é ampliada pela imprescindibilidade de que os homens tivessem trabalho perto de suas famílias. Aqui, cada família desenvolve seu artesanato, geralmente no fundo de suas casas, e realiza a venda em lojas organizadas na frente de suas casas, por encomenda, ou ainda dentro de suas casas, em geral na sala.

A experiência como formação

As mulheres que fizeram parte desta pesquisa têm experiências e singularidades. Devido a essa experiência, muitas delas ensinaram pessoas, sustentaram suas famílias, estudaram

[4] Sabe-se que a discussão acadêmica sobre a citação verdadeira dos nomes das pessoas pesquisadas é longa e divide opiniões. Nesta investigação optou-se por identificar as pessoas que compõem esta pesquisa por cores e não pelos nomes verdadeiros. Esta decisão orienta-se pelos escritos de Wivian Weller (2010, 2011). De acordo com esta autora, o nome verdadeiro das pessoas com as quais se realizam pesquisas não deve ser colocado em trabalhos acadêmicos. As pessoas podem mudar de opinião, de profissão, de vida. Desse modo, podem não querer a publicação de alguma coisa do que eram no passado. A autora que fez sua Tese de Doutorado com jovens negros em São Paulo e jovens Turcos na Alemanha entende que o nome e histórias de vidas devem ser preservados como um ato de respeito à vida das pessoas que cooperam com nossas pesquisas.

seus filhos e filhas, lidaram com violência, pobreza, doenças, dores e são vencedoras. Elas têm suas próprias vozes; logo, este trabalho não teve a pretensão de dar voz às mulheres que vivem, lutam e sobrevivem à adversidade cotidiana. O trabalho foi o de realizar o registro do que essas mulheres fazem e falam. Elas têm suas próprias vozes (MARICARMEN, 2014).[5]

As mulheres, por meio de suas experiências, criaram um processo de formação nos teares de Resende Costa, uma experiência vindo das mulheres de suas famílias. Na estada em Resende Costa, não vi o trabalho da tecelagem invisibilizado, mas o processo de ensinar e aprender desta técnica sim. Algumas vezes, durante as entrevistas, as pessoas respondiam à minha pergunta: Como você aprendeu a tecer"? A resposta imediata era: "aprendi sozinha/o"; contudo, quando eu perguntava mais, se retomavam bonitas histórias das mulheres e de suas famílias. Algumas já estavam mortas, outras tinham mais de 80 anos. O fato é que a experiência dessas mulheres foi fundamental para o que hoje é a principal fonte de renda do município: a tecelagem manual.

A maioria começou muito cedo a ver a experiência das mulheres, conforme fala da tecelã de 74 anos:

> Ah, eu já vim de experiência da minha mãe, porque como ela já tem os antepassados dela que sempre mexeu com este trabalho, ai começou ela a me ensinar... eu tinha lá 13, 14 anos e ela dava como função tem que começar aprender. Ai nosso ganha pão e desde os meus 14 que eu também vim mexendo e até hoje eu estou neste ramo, minha vida foi né. Hoje eu teço pouco né, porque estou velha, mas ainda teco e também vendo aqui em casa. (tecelã Azul[1] durante entrevista, julho de 2011).

[5] Esta ideia é utilizada pela cineasta mexicana Maricarmen de Lara. Durante sua conferência intitulada "Las mujeres y el quehacer cinematográfico en México", na UAM, em fevereiro de 2014, a cineata falou muito sobre a questão da "voz" nos seus filmes e documentários. Ver: BARTRA, Eli. Género y feminismo en la obra cinematográfica de Maricarmen de Lara. *In:* revista Debates Feministas, 2008. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/genero133.pdf>.

Na obra de Paulo Freire (2003), a experiência (assim como a utopia, o diálogo e a esperança), é uma categoria importante de análise, pois é a partir da experiência que se constroem saberes (MOLINA, 2008). A experiência das mulheres em Resende Costa desencadeou um processo de formação em massa; de fato, é impressionante a formação feita por essas mulheres. No início, elas realizavam todo o processo da tecelagem.

> Eu aprendi assim com a minha mãe, ela fazia tudo do campo. Assim tinha uns no anil, tinha aqueles potes grandes sabe ai me empilhava aqueles grão um em cima do outro na água daí a cor era linda era azul marinho linda... e não desbotava e tinha umas folhas no campo que se chamavam cores minha ai nos banhava tudo e botava em saco as lã nós desfiávamos ai tingíamos de amarelinho e tem a tal ruiva também que nós largava no campo coxada planta a raiz botava lã e ficava vermelha nunca desbotava, até hoje, hoje tudo vem de fora, é tudo mais fácil. Hoje o povo do artesanato é um povo que sabe tecer, mas o povo sabe tecer colcha de retalho vai lá...Tudo, tudinho como nós fazíamos não se faz mais, mas eu ainda sei fazer. (Tecelã Azul Turquesa durante entrevista, julho de 2011).

Ao ser indagada sobre o processo de tecelagem hoje, no município, a tecelã Preta afirmou: "a tecelagem acaba mesmo sendo das mulheres mais antigas; é das antigas porque as mulheres que começaram, as velhas aqui da cidade sabe fazer tudo! Urdi, fia, tingir, tecer! Sabem tudo, sabem muito!" (Tecelã Preta durante entrevista, julho de 2011).

Na fala das tecelãs, a experiência do início não mais existe; para elas, existe uma partilha de dor, tristeza e nostalgia dos tempos que não voltam mais, contudo, ao mesmo tempo, elas compreendem visivelmente que hoje não é mais possível a realização de toda a experiência que têm, porque a vida hoje está mais cara. Há muita gente fazendo tecelagem; logo, o trabalho precisa ser mais rápido, porque tempo em Resende Costa é literalmente dinheiro.

> Ah, eu fazia tecelagem de verdade, ó nós batia, guardava algodão e nós empalhava algodão, nós desfiava, e tecia com o próprio algodão, hoje não, hoje é muito mais fácil, hoje vem tudo pronto ai fora, e nos tinha que ir com o artesanato mesmo, a lã do carneiro, papai tinha carneiro nós desfiava, cortava a lã do carneiro, lavava, desfiava, guardava teia e depois que ia tecer, as coisa era artesanato mesmo de lã de carneiro. (Tecelã Azul durante entrevista, julho de 2011).

Todavia, com nostalgia, as tecelãs falam das experiências de fazer suas próprias coisas, do que, segundo elas, pouco ainda existe:

> [...] lá onde que eu morava na roça, né e lá as minhas tias que sabia tecer...aí eu falava que queria aprender porque eu queria muito colcha na minha cama, né...aí eu falei assim...vou aprender a tecer porque eu quero muito colcha na minha cama, aí a minha tia me ensinou, que é casada com irmão do meu pai. Aprender, eu queria aprender a tecer pra fazer colcha pra mim. (Tecelã Verde Fosco durante entrevista, julho de 2012).

A tecelã Dourada comenta sobre a experiência de tecer quando ainda era jovem e o processo nos dias de hoje:

> De primeiro a gente, hoje quem vai tecer você já acha tudo pronto no tear, você já leva ali chega aqui você só emenda. E nós já tínhamos que lavar lã de carneiro, suja, fedendo, tinha que lavar deixar de molho pisar em cima, lavar tudo depois por para secar depois você tinha que cardar aquelas coisas de cardar, depois tinha que enfiar na roda, ai depois você tinha que fazer até da uma bolha e fazer uma meada dela, depois você tinha que tingir para você tecer. Hoje é fácil, hoje... (Tecelã Dourada durante entrevista, julho de 2012).

Sobre a seriedade de um conhecimento vindo das margens (EGGERT, 2002), as tecelãs têm acordo de que o conhecimento que elas têm e dominam, que vem da experiência de uma vida longa e

trabalhosa (DEIFELT, 2002), importa a muita pouca gente. Em entrevista, a tecelã Dourada conta:

> Uma vez eu estive em São Paulo eu e mais duas pessoas, nós estivemos lá onze dias. Um colégio nos convidou, para explicar a tecelagem. Ai lá neste colégio estudavam 20 mil alunos todos filhinhos de papai que gastam, ai cada professor foi buscar uma coisa em muitos estado. Ai em Minas Gerais foi o tear. Ai levamos tear e tudo, faz muitos anos isso aí, os alunos compraram e bateram fotos, mas ninguém ali quer aprender isso aqui que a gente sabe. Eles vão ser medico e advogado, não vão ficar batendo tear, então é bonito, mas ninguém quer saber fazer e ninguém quer conhecer muito bem, só comprar e deu. (Tecelã Dourada durante entrevista, julho de 2011).

Entretanto, mesmo não sendo algo socialmente "importante", e as tecelãs da cidade têm a total compreensão disso, elas declaram que:

> [...]é bom, é muito emocionante a gente ensinar assim as coisas que a gente sabe né?! Ai é bom passei para minha filha, minha neta eu tenho uma neta que está com dezessete anos ela já está começando a tear. (Tecelã Violeta durante entrevista, julho de 2011).

A singularidade da experiência das tecelãs como formação é percebida nos detalhes e nas histórias, nas cores e combinações que saem de Resende Costa, tanto para o estado de Minas Gerais como para o Brasil. E elas continuam formando, na improvisação de uma Educação pensada em outros espaços, criando possibilidades, inovando didáticas, adaptando teares e colocando Resende Costa na parada obrigatória para a compra de artesanato de boa qualidade. Muito pouco percebido é o fato de que, entre os fios e tramas no pequeno município, entre as montanhas de Minas Gerais, existe uma experiência de criação e formação.

Trabalho e educação: a importância de uma práxis a partir da experiência

Durante a empiria, duas perguntas-chave suleavam esta pesquisa: a primeira era "*Como você aprendeu a tecer"?* E a segunda era: "*Como você se tornou tecelã?"* Ambas de cunho pedagógico, eu obtive várias respostas, como, em sua maioria: "não sei", "não me lembro", "hummmm...sei não', "olhando", "sozinha/o". Mas a entrevista seguia e várias vezes eu retornava essas perguntas. Então obtinha algumas respostas:

> A mamãe tecia, aprendi assim. Essa aqui foi à primeira lã que eu teci, é pura lã. Veio uma menina pra tecer pra mim, que aconteceu de eu não consegui tecer mais, aí fico um ano na casa dela, aí fui busca minha lã. (Tecelã Lilás durante entrevista, julho de 2011).

O ensinar e aprender como forma de partilha de saberes faz acontecer, em Resende Costa, uma Educação que ultrapassa a família. A tecelã Azul contou-me que ensina todas as pessoas que pedem para aprender, e foi assim que já perdeu as contas do número de pessoas que ensinou. Durante uma das entrevistas, ela diz: "Eu ensinava muita gente, umas trezentas pessoas já ensinei a tecer". (Tecelã Azul durante entrevista, julho de 2011). Em uma manhã ensolarada, estava entrevistando mãe e filha, ambas tecelãs. Em um dado momento, perguntei: *"Mas a senhora está percebendo que você aprendeu com a sua mãe"?* Ela parou, olhou para a mãe e disse: *"Graças a Deus! Obrigada mãe!"* Este é o processo que Carlos Rodrigues Brandão (2007) teoriza ao afirmar que não se escapa da Educação, sendo ela formal ou não.

> Minha filha, eu teço a 50 anos, minha avó tecia a minha bisavó tecia, a minha mãe que ensinou nós todos, eu aprendi com a minha mãe e ensinei minhas filhas, e agora minhas filhas estão ensinando os filhos delas, a gente desde, mãe para filha, sabe. (Tecelã Vermelha durante entrevista, julho de 2011).

Em um início de noite, cheguei à pousada em que fiquei hospedada durante a empiria, onde um rapaz jovem me esperava. Ele ouviu pela rua que havia uma moça do Sul fazendo entrevista sobre tecelagem. O rapaz, que foi caminhoneiro e, por esse motivo conhecia o Rio Grande do Sul, quis me conhecer e contar sua história.

> [...] o pessoal perto da minha casa tecia, eu era menino e tinha curiosidade, ficava lá o dia todo vendo, pegando os fios que caia no chão, ajudando a limpar o tear. Aí um dia a mulher que era dona da loja perguntou se eu queria aprender, aí me colocou pra aprender a tecer... só que aí nossa Senhora, além de ser muito novo, não tinha paciência quando arrebentava os fios assim, aí tinha que emendar eu emendava errado, mas depois eu fui acostumando, mas no começo era só pra aprender porque eu estudava também. Depois fui aprendendo aí já fazia dez tapetes, daqui a pouco vinte, trinta, quarenta, aí fui levando a serio e fiz disso uma profissão. Então com treze anos de idade , eu ganhava no tear o que um pedreiro ganha. Com treze anos e fui até os dezoito anos, quando eu fiz dezoito aí parei com dezenove e fui viajar fui para o Rio Grande do Sul, pra o Brasil inteiro. Começou em Minas aí meu chefe começou expandir para o país todo. Aí um dois anos atrás eu cansei de viajar. Queria vim pra casa, voltei tem dois anos, aí comecei a tecer e vender. Foi muito bom a mulher ter me ensinado. (Tecelão Bege durante entrevista, julho de 2011).

Resende Costa tem escola de Educação Básica; as universidades ficam distantes 60km, na cidade de São Joao Del Rei[6]. A Educação formal das pessoas que fizeram parte desta pesquisa é baixa, na maior parte das 45 entrevistas, 32 pessoas não terminaram o Ensino Fundamental, 9 pessoas terminaram o

[6] São João del-Rei é a maior cidade setecentista do estado de Minas Gerais. Localiza-se na Bacia do Rio Grande e tem seu relevo formado pelas serras do complexo da Mantiqueira, extremamente propício ao ecoturismo. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é classificado como elevado, com 0,758. A cidade também é conhecida por ser universitária devido aos centros de ensino, a alta variedade de cursos e a enorme expansão da UFSJ e pelo grande número de repúblicas estudantis espalhadas pela cidade. Fonte: http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/ acessado em junho de 2014.

Ensino Médio e 4 pessoas estão no Ensino Superior. Em geral, perguntava nas entrevistas: "Você conhece alguma escola, algum curso que dê aula de tecelagem? De imediato, a resposta era: "uai, não!", "tem, não", ou ainda: "Não tem não, se você precisa de alguém pra tecer e se não sabe você ensina e ela vai trabalhando". (tecelã Cinza Escuro durante entrevista, julho de 2011).

Durante a empiria, soube de uma iniciativa de educação formal que visava ao ensino da tecelagem: o projeto Mestre do Futuro[7]. Esse projeto buscava a qualificação de adolescentes de classes populares. Uma das tecelãs mais experientes do município foi chamada para ministrar aulas para os jovens.

> O prefeito falou com eles, foi lá e falou, isso é um futuro, como o nome do nosso projeto é Mestre do Futuro, porque nós vamos passando a hora que eles vierem, é eles que têm que ficar nesse lugar. O problema é que eles não querem aprender isso aqui, deveria ter então um curso que ensinasse para quem quer aprender. (Tecelã Amarela durante entrevista, julho de 2012).

A tecelã deixa um recado para nós, da Educação: quando vamos pensar uma Educação que considere a experiência de vida das pessoas? Obviamente, isso já foi tema dos escritos de Freire (2001, 2003); entretanto, ainda não estamos fazendo isso. A Educação formal precisa urgentemente colocar na pauta, sobretudo dos cursos técnicos, a formação e qualificação do artesanato, pois temos inúmeras pessoas que vivem deste trabalho.

Durante a escuta junto às pessoas que trabalham na tecelagem, principalmente as mulheres gostariam de retomar seus estudos; entretanto, não veem sentido algum nos conteúdos da

[7] O projeto "Mestres do Futuro – Estrada Real" teve aprovação do Ministério da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura, é uma realização da Kavantan – Projetos e Eventos Culturais, tem o patrocínio da TBE (Transmissoras Brasileiras de Energia) e apoio da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete através da Secretaria Municipal de Cultura. O projeto selecionou 177 municípios que fazem parte do complexo de caminhos que compõe a Estrada Real, para oferecer oficina a jovens carentes, visando a transmissão de conhecimento. Fonte: <http://www.conselheirolafaiete.mg.gov.br/noticias/2012/03/13_005.php#sthash.RkUEf7cH.dpuf > acessado em agosto de 2013.

Escola. A tecelã Azul Escuro, de 32 anos, me explicou porque não pretende voltar para a escola: "ah não, estudar para que? Pra ter diploma e ficar guardado? A escola não ensina o que eu preciso" (entrevista em julho de 2012). Então continuei perguntando: "E se a escola ensinasse coisas da tecelagem: técnicas, criação, combinação de cores?" Ela mais que depressa me respondeu: Aí sim, com certeza, uai, aí era outro caso, aí tinha porque ir na escola, a escola ia me ajudar" (entrevista em julho de 2012).

Tenho acompanhado o movimento importante dos IFs[8], sobretudo por intermédio do programa Mulheres Mil[9], no sentido de propor cursos de artesanato. Talvez essas iniciativas abram

[8] A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).Tida no seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', a rede federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. A partir desta realidade, em 2008, o então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, através da lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. As escolas que compõem a rede federal são referência nesta modalidade de ensino, prova de que seus alunos sempre estão entre as primeiras colocações em avaliações nacionais. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br>; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: junho 2014.

[9] O programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos promoção da eqüidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também contribuiu para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental. Integrado a essas prioridades, o Mulheres Mil tem como objetivo promover, até 2010, a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas das regiões Nordeste e Norte. A meta é garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. Estruturado em três eixos - educação, cidadania e desenvolvimento sustentável - o programa possibilitará a inclusão social por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das de suas comunidades. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/>. Acesso em: junho 2014.

novos horizontes na educação profissional, no campo do artesanato no Brasil levando em consideração a experiência como fio condutor de uma educação onde a leitura do mudo anteceda a leitura da palavra (FREIRE, 1997)

Reflexões finais

Ao fim da pesquisa que originou este artigo, conclui-se que o processo de ensinar e aprender da tecelagem manual é realizado pelas mulheres no cotidiano privado. Os ensinamentos sobre a tecelagem são passados de mãe para filha através das gerações, num processo de formação que é composto pelas experiências e pelo desejo de partilhar. Esse processo tem como ponto de partida a experiência adquirida ao longo da vida. O compartilhar do conhecimento das mulheres de Resende Costa foi além dos muros das casas que, geralmente em Minas Gerais, são altos.

Um dos principais papéis reservados à educação consiste em potencializar a humanidade da sua capacidade de traçar caminhos para o seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, o estudo proposto em Minas Gerais contribuirá para a visibilização do trabalho privado e público das mulheres.

O processo de ensinar via experiência é invisibilizado tanto pelas pessoas que vivem na *cidade dos teares* como pelas inúmeras pessoas que transitam por esse lugar para comprar.

A precariedade do trabalho artesanal pode ser verificada na força com que as mulheres do lugar desta pesquisa buscam tirar, principalmente suas filhas, deste trabalho. Todas as entrevistadas afirmaram que gostam da tecelagem, que gostam de tecer e que acham bonito e útil que as filhas aprendam a tecer. Contudo não querem que permaneçam no tear porque, segundo elas, é um ofício em que se trabalha muito, se ganha pouco dinheiro e se adoece bastante.

Para Elí Bartra (2008), é preciso reverter a dupla marginalização intelectual da arte popular. Para essa autora, "el arte popular es considerado de segunda, elaborada por gente también de segunda" (BARTRA, 2008, p. 12). A autora argumenta ainda que a atividade criativa desenvolvida pelas mulheres na arte

popular é apenas mais uma das muitas produções das mulheres que ficam invisíveis. Isso posto, compreendemos que a formação das mulheres vindas das experiências de um cotidiano ordinário (GEBARA, 2008), precisa urgentemente ser olhada e percebida como processos educativos, incluindo aqui a Educação formal. É preciso olhar para a experiência das mulheres e aprender com elas, percebendo essas experiências como formadora de aprendizagem que criam e *(re)*criam.

Referências

BARTRA, Elí. Rumiando en torno a lo escrito sobre mujeres y arte popular. **La ventana** [online], Guadalajara, vol. 3, n. 28, p. 7-23, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ***O que é educação***. São Paulo: Brasiliense, 2007

CASTRO, Amanda Motta. **Fios, tramas, cores, repassos e inventabilidade:** A formação de tecelãs em Resende Costa, MG. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

DEIFET, Vanda. O corpo e o cosmo. *In:* TIBIRI, Marcia; MENEZES, Magali; EGGERT, Edla. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

EGGERT, Edla. Narrativas: uma filosofia a partir da experiência das mulheres? *In:* TIBIRI, Macia, MENEZES, Magali e EGGERT, Elda. **As mulheres e a filosofia**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

GEBARA, Ivone. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, Eliane; BERGSCH, Karen; PARLOW, Mara (Org.). In: **Epistemologia, violência, sexualidade**: olhares, do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MOLINA, Rosane. Experiência. *In:* STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Org.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**: Teoria e Prática. Petrópolis: Vozes, 2010.

WELLER, Wivian. **Minha voz é tudo o que eu tenho**: Manifestações juvenis em Berlim e São Paulo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PEDAGOGIAS DE GÊNERO NA CEEE TRANSMISSÃO

Luciana Luzzardi[1]
Nathalie Schneider[2]
Luiz Felipe Zago[3]

Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado de um/a dos/as autores/as, na qual se focalizam as relações de gênero no contexto do trabalho, especificamente problematizando posições de sujeitos para homens e mulheres tal como se apresentam social e culturalmente, posições essas que são efeitos de discursos que ensinam lugares de trabalho para cada gênero.

A pesquisa se desenvolve na instituição em que um/a doa/as autores/as trabalha: a empresa Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE Transmissão. A CEEE é uma empresa pública de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Rio Grande do Sul. A empresa Grupo CEEE é dividida em: CEEE Geração (geradora de energia, principalmente a partir de hidrelétricas); CEEE Transmissão (transmite energia por longas distâncias, através de linhas de transmissão, que carregam energia em altas tensões das hidrelétricas até os centros urbanos) e CEEE Distribuição (responsável por distribuir a energia que chega das linhas de transmissão para os consumidores).

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. Esta pesquisa conta com auxílio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de bolsa-taxa. E-mail: luciana.luzza@gmail.com
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: coraluna08@yahoo.com.br
[3] Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: professorluizfelipezago@gmail.com

Na CEEE Transmissão, empresa do grupo CEEE eleita para esta pesquisa, 85% dos funcionários são homens e 15% de funcionárias são mulheres, sendo a empresa constituída historicamente por profissionais técnicos e engenheiros, majoritariamente homens. A partir desse contexto questiono: como se constroem (e se justificam) as posições de gênero dentro da empresa? Como operam, nas relações dentro da empresa, as pedagogias de gênero? Essas e outras questões serão abordadas neste artigo, através da fundamentação teórica e de análises de entrevistas feitas com funcionários/as da empresa CEEE Transmissão.

Pedagogias de gênero produzindo espaços de trabalho

A grande maioria dos estudos realizados no campo educacional esteve, por longo tempo, voltado para a instituição escolar como espaço único de operação da pedagogia e do currículo (SABAT, 2001). Camazzato (2014) coloca sob suspeita o conceito de pedagogia no singular e propõe pensar em pedagogias, no plural, já que as pedagogias sofrem transformações e operam em múltiplos campos, constituindo e sendo constituídas pelo tempo presente.

Uma vez que estamos situados no campo de pesquisa dos Estudos Culturais, voltamos nossa atenção para outros espaços que estão funcionando como produtores de conhecimentos e saberes, como a mídia, a literatura, o cinema, o consumo, a escola, etc. Por pedagogias culturais entendemos uma miríade de relações mais amplas, estabelecidas entre educação e cultura.

Concordamos com Durval Albuquerque Jr. (2010), quando propõe que as pedagogias culturais põem em jogo uma variedade de estratégias e de espaços onde elas acontecem. As pedagogias culturais operam sempre para situar, localizar, descrever, nomear, pôr em ordem, colaborando para produzir subjetividades, controlar corpos e gestos, demarcar fronteiras simbólicas, imaginárias, físicas. O autor acrescenta que "Lidar com o pedagógico é lidar com a instituição de limites, com a demarcação

do dentro e do fora, do permitido e do proibido; é traçar, com traços de giz, quem e como deve passar, como deve ou como não deve estar, circular, mudar de lugar, mexer-se" (ALBUQUERQUE JR., 2010, p.22). Numa direção semelhante, Dagmar Meyer (2012, p.24) afirma que:

> (...) os indivíduos aprendem desde muito cedo – eu diria hoje desde o útero – a ocupar e/ou reconhecer seus lugares sociais e aprendem isso em diferentes instâncias do social, através de estratégias sutis, refinadas e naturalizadas que são, por vezes, muito difíceis de reconhecer.

Também para Marisa Vorraber Costa & Paula Andrade (2015) as pedagogias culturais produzem subjetividades, conceito pensado por Michel Foucault através das técnicas de si e do governo das condutas. Um exemplo de produção de subjetividades contemporâneas voltadas para a gestão de si é o coaching, que opera através de "práticas/processos que promovem um mecanismo que faz o sujeito voltar-se para si e reconhecer-se – ou não – naquilo que é exposto, culpabilizando-se, identificando-se, confessando, refletindo" (POSSEBON, 2015, p.50)

Portanto, aprendemos a ser quem somos em múltiplas práticas e processos e, neste aprendizado, também participam processos que ensinam sobre as (e produzem as) diferenças entre homens e mulheres: são as pedagogias de gênero. Guacira Louro (2012) destaca a importância de analisar os processos e práticas sociais que educam os indivíduos como homens e mulheres, para que possamos propor mudanças que reconfigurem as relações de poder e de gênero vigentes na sociedade. Essas pedagogias de gênero estão em operação em diversos meios e espaços culturais e, conforme ressalta Louro (2012), as pedagogias de gênero são disseminadas na sociedade através da cultura, da linguagem e do poder e produzem efeitos que moldam as maneiras de ser e estar dentro de uma determinada cultura.

Podemos observar exemplos de pedagogias de gênero em operação nos filmes Hollywoodianos, como destaca Louro (2008), pois através do cinema articulam-se modos especiais de viver os

gêneros: mulheres sendo usualmente representadas como sensuais, dóceis, submissas e, por vezes, castas e recatadas; enquanto os homens são comumente retratados como fortes, independentes e lutadores, sempre salvador ou o par perfeito de alguma mulher.

Portanto, assim como podemos pensar nas pedagogias culturais como práticas que podem moldar o sujeito para determinados propósitos, essas mesmas pedagogias culturais podem ser produtoras de resistências. Talvez possamos criar novas possibilidades de ensinar e aprender, através das pedagogias da diferença e da multiplicidade, em que apenas a descontinuidade é a possibilidade de abertura para outros mundos, ensinando e aprendendo a ver a nós mesmos e aos outros como estrangeiros e nômades, em constate vir-a-ser (SILVA, 2008).

Assim, Louro (2012) explica que existe um trabalho pedagógico e contínuo posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade. São práticas sutis que arregimentam os próprios sujeitos na produção de gênero em seus corpos. Ainda que nem sempre de maneira evidente e consciente, há um investimento continuado de suas formas de ser ou "jeitos de viver" seu gênero. "A despeito de todas as contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, 'fixar' uma identidade masculina ou feminina 'normal' e 'duradoura'" (LOURO, 2000, p. 17).

Como o enfoque deste artigo é gênero e trabalho, deslocamos a pensar as pedagogias de gênero a partir das problemáticas decorrentes do campo do trabalho num recorte em microescala. Ou seja, preocupamo-nos com os "detalhes" que participam e constituem a (às vezes, dificultam) a inserção e permanência das mulheres no trabalho.

Podemos pensar tais sutilezas como micro-poderes, atentando para o funcionamento das relações de poder em seu enraizamento e penetração no cotidiano da vida, bem como sua ambivalência e multiplicidade. "De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro–relações de poder"(FOUCAULT, 2005, p.142). A própria subjetividade é um efeito de poder, e o poder por sua vez, se espalha por toda parte

de forma complexa e capilar. Nos diz Foucault: "os sistemas de micro–poder não se instauraram imediatamente. Este tipo de vigilância e de enquadramento desenvolveu–se primeiro nos setores mecanizados que utilizavam mulheres ou crianças, portanto pessoas habituadas a obedecer" (FOUCAULT, 2005, p. 125).

Para entender melhor como funcionam os micro-poderes nas relações de trabalho, podemos pensar a partir de mulheres inseridas em funções e cargos historicamente masculinos. No caso das Engenharias e áreas técnicas, por exemplo, poucas delas são designadas a trabalhar em campo: canteiro de obras, subestações de energia elétrica ou manutenção elétrica. "Os canteiros são definidos como ambientes abrutalhados, onde se faz trabalho pesado e sujo, e sem infraestrutura de alojamento e sanitários para elas." (YANNOULAS, 2013, p.51).

Silvia Yannoulas (2013) já nos indica que as carreiras femininas não são lineares, registrando longos períodos de estagnação, e também mudanças devido muitas vezes, à influência de algum homem "excepcional" que confiou nelas para determinado cargo ou função. Contudo elas interpretam essa confiança não em função dos méritos próprios, mas da gentileza desses homens supostamente excepcionais, ficando essas mulheres se vendo na obrigação de estar provando tudo o tempo todo.

Talita Oliveira (2013) investiga a inserção das mulheres na construção civil e salienta que a mulher, dentro deste setor, é encaminhada para tarefas auxiliares. De acordo com a autora, são produzidas subjetividades na área da construção civil como naturalmente masculina. A autora argumenta que, para a mulher, são construídas características como fraqueza, afetividade e irracionalidade; já o homem, características como força física, racionalidade e brutalidade são comumente reiterados. Deste modo, podemos afirmar que:

> A reprodução dos estereótipos de gênero no mundo do trabalho, e no setor da construção em particular, implica a utilização marginal da mão de obra feminina e sua exploração sem medidas, já que o trabalho realizado por elas tende a agregar valores especiais aos canteiros e às obras (OLIVEIRA, 2013, p. 154).

Oliveira (2013) argumenta que homens e mulheres tendem a se concentrar em determinados setores e atividades que possuem estreita relação com características atribuídas culturalmente aos gêneros em uma dada época. Isso implica na determinação do lugar de cada sujeito, de acordo com o gênero, no mercado de trabalho. Ainda segundo a autora, em decorrência desta naturalização cultural, mulheres enfrentam diversas dificuldades em exercerem plenamente suas funções, situação que as obriga a terem uma permanência no trabalho de forma marginal (se especializando em funções que tenham o "perfil" feminino), e tendo suas falas sutilmente marcadas e por vezes silenciadas. Também para Celi Pinto:

> Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher. A recepção desta fala por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição à fala masculina/universal (PINTO, 2010, p.20).

No campo do trabalho é interessante observar como os micro-poderes funcionam através de pedagogias de gênero na direção de construir lugares 'apropriados' para homens e mulheres trabalhadores/as, com efeitos que podem "(...) se confrontar nos jogos de verdade e nos discursos normativos sobre trabalho e gênero – parâmetros que considero centrais nos modos/processos de subjetivação contemporâneos" (CARPENEDO, 2011, p.18).

Portanto, a partir de situações que ensinam qual é o lugar de cada gênero no campo do trabalho são produzidas subjetividades que, conforme Carpenedo (2011), estão alinhadas às representações de "natureza feminina". Segundo a autora, tais concepções respaldam classificações do que seria um trabalho normal e socialmente adequado às mulheres. "Tal categorização irá, portanto, regulamentar os modos e as maneiras pelas quais as mulheres serão (ou não) inseridas no mercado de trabalho contemporâneo" (CARPENEDO, 2011, p. 72).

Para desenvolver nossa argumentação sobre as naturalizações das posições de gênero no contexto de trabalho da empresa CEEE-Transmissão, foram realizadas análises a partir das

falas de funcionários/as entrevistados/as a partir da metodologia de análise do discurso e análise cultural.

A partir do contexto da empresa, através de entrevistas semi-estruturadas, foram entrevistados/as funcionários/as da CEEE - Transmissão sobre as relações de gênero no local de trabalho, com o intuito de problematizar as pedagogias que transitam nesse local de trabalho e que ajudam a produzir e naturalizar lugares de homens e mulheres dentro de uma empresa. Todas as entrevistas foram autorizadas pelo diretor da CEEE Transmissão e cada entrevistado/a assinou um termo de consentimento livre e esclarecido.

As entrevistas foram transcritas e examinadas em seu conjunto. Visto que estamos inseridos na área dos Estudos Culturais e acreditamos o quanto é importante compreender alguns modos de operar o poder, suas práticas e maquinarias e suas estreitas relações com a verdade (BUJES, 2003), propomos neste artigo, uma análise cultural e análise do discurso com inspiração foucaultiana.

A escolha destas ferramentas de análise das entrevistas se deu pelo entendimento de que operam práticas discursivas por meio das falas dos/as entrevistados/as, que produzem efeitos e pedagogias que moldam as maneiras de ser e estar dentro de uma determinada cultura. Para isso "é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar." (FISCHER, 2001, p. 198).

Stuart Hall conceitua a cultura como "a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas" (HALL, 1997, p.10). A cultura se apresentada como um campo de disputa pelos significados produzidos pelos indivíduos que dela fazem parte (HALL,1997) só pode ser pensada enquanto linguagem como construtora de realidades. A linguagem, mais do que um meio de descrever a realidade, passa a ser entendida "(...) como atuando na sua construção e como aquilo com o qual se dá sentido às coisas, produzem-se significados, formam-se redes e práticas de

significação e se processam intercâmbios" (WORTMANN; VEIGA-NETO, 2001, p. 108).

Entendemos que os sentidos se reproduzem na linguagem são instituídos por um regime ligado a sistemas de poder. E ressaltamos que, neste contexto, o poder é relacional e político. Foucault (2005) salienta que o poder não se possui: exerce-se; está em todas as relações humanas, todos o exercem e o transmitem; é um jogo em que forças de direções variadas se entrecruzam; todos estão livres para resistir a ele, pois se não houver possibilidade de resistência não há poder, há violência.

Como somos construídos dentro de uma cultura que, assim como a linguagem, estão inseridos em campos de disputas a partir de relações de poder que produzem sentido ao mundo, aos sujeitos (HALL,1997), é interessante fazer uma análise a partir dessa complexidade que atravessa o contexto pesquisado.

A análise cultural que propomos está ancorada nos conceitos de linguagem, cultura e poder conforme Marisa Costa (2002), podemos chamar de textos culturais uma variada e ampla gama de artefatos que "falam" sobre o contexto em que circulam e em que foram produzidos, por exemplo: filmes, obras literárias, peças publicitárias, programas de rádio e TV, músicas são textos culturais.

Articulando com Foucault (1996), podemos pensar que as práticas, os enunciados e as instituições estão implicados em relações de saber e poder. Não é a realidade que produz o discurso, mas o discurso que produz a realidade, intercambiando e produzindo significados.

Conforme Foucault (2005), o discurso não descreve simplesmente objetos, ele produz os objetos quando fala sobre eles; por isso é importante estar atento para as práticas de produção que põem em circulação os discursos para entender como esses discursos produzem significado para as coisas e sujeitos a que se referem.

Assim, o/a pesquisador/a terá a tarefa de mostrar como determinados enunciados são construídos, aparecem e funcionam no interior de determinado conjunto de práticas discursivas e em determinados contextos culturais. Terá a compreensão que existe

multiplicação de coisas ditas, complexificação do conhecimento e terá que lidar com heterogeneidade discursiva. Tarefa complicada para um mundo em que os saberes são voltados para a busca incessante da verdade, da unidade e da homogeneidade.

A partir destes métodos apresentados de análise cultural e de discurso com bases foucaultianas, pretendemos explorar as práticas discursivas, que englobam cultura, linguagem e poder, nas relações de gênero e trabalho presentes nas falas dos/as trabalhadores/as da CEEE Transmissão. É importante ressaltar que mesmo na fala de cada entrevistado/a "(...) o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem." (DUARTE, 2004, p. 207).

É importante explicitar que, de acordo com as proposições de Foucault (1996) e de Fischer (2012), os discursos funcionam na direção de produzir posições que os indivíduos serão chamados a ocupar: é nesse sentido que os sujeitos são efeitos discursivos e são produzidos dentro de uma determinada cultura. Isto é, o lugar das mulheres e o lugar dos homens são discursivamente forjados, produzidos e preservados por meio de pedagogias de gênero que circulam no contexto da CEEE Transmissão. Vemos tais pedagogias de gênero em ação nas respostas dos/as funcionários/as às perguntas formuladas; aí, suas falas põem em funcionamento discursos, sobretudo aqueles oriundos da biologia, para justificar a inserção e o exercício de determinadas funções diferenciadas de acordo com o gênero, produzindo através da cultura, linguagem e poder, subjetividades e lugares de trabalho supostamente adequados para homens e mulheres.

Pedagogias de gênero em operação

Iniciamos com a seguinte problematização: Qual o lugar institucional da CEEE – GT em relação a produção, naturalização e solidificação dos lugares de cada gênero dentro e fora da própria empresa? A partir de algumas falas dos/as entrevistados/as,

alguns elementos interessantes se delineiam. Destacamos dois recortes, a seguir:

> *Acho que até nos cursos de eletrotécnica também são poucas mulheres. Então vem daí na verdade, não é a empresa, é a sociedade que se comporta dessa maneira. Então as pessoas, a empresa está estruturada dessa forma para atender a essa questão técnica. Como o mercado ofereça na maioria homens, são os homens que entram. (Entrevistada E1)*

> *Como a empresa admite através de concurso público eu acho que pro público externo, ele vê a empresa em função das atividades que aparecem para o público, como atividades masculinas, então eu acho que é por isso que tem essa característica. A grande massa dos funcionários são de trabalhos operacionais, que são o que as pessoas enxergam na rua, que são atividades masculinas. (Entrevistado E4)*

Nestes dois excertos é interessante observar como os/as funcionários/as se valem de representações naturalizadas e acabam por reconhecerem que a sociedade é machista e forja lugares para cada gênero. Nas falas de E1 e E4 é observado o reconhecimento de que a CEEE nada mais faz que "refletir" a organização sexista da sociedade. Foucault (2005) sinaliza que os macropoderes são resultado de micropoderes que se misturam visando cumprir metas de um determinado planejamento estratégico, neste caso, através de pedagogias de gênero a CEEE como instituição inscrita numa cultura e numa sociedade ajuda a produzir a organização sexista vigente.

De diversas maneiras e a partir de diferentes discursos somos ensinados/as a nos produzir enquanto sujeitos de gênero. Mulher/homem, natureza/cultura, força/razão são fronteiras móveis em que os pares são interdependentes e em constante instabilidade.

Destacamos, a seguir a imagem de um *folder*, que faz parte da comemoração do "Dia Internacional do Homem", e foi elaborado e distribuído via e-mail para todos/as os/as funcionários/as pelo setor de comunicação social da CEEE no ano de 2015:

Figura 1 - Folder da campanha interna da CEEE para o dia internacional do homem. [Fonte: www.ceee.com.br]

O folder mostra a partir de hashtag´s: #serforte, #serherói, #serexemploadjetivos do que supostamente constituiria o ser homem. Adjetivos que reforçam as naturalizações culturais de um gênero como sendo forte, protetor e herói, além da cor de fundo do folder ser azul, cor comumente designada para fazer referência ao gênero masculino. Na parte central do folder, a imagem de um bigode parece indicar uma marcação biológica, mas que carrega uma das construções culturais do gênero masculino marcadas no corpo, o bigode sendo aqui um diferenciador de características entre os gêneros.

Esse folder tem a potência de mostrar que a CEEE não apenas "reflete" o que a sociedade produz, mas fazendo parte desta sociedade também produz as relações de gênero através da linguagem (LOURO, 2004), ensinando aos funcionários maneiras de ser e de se comportar dentro e fora da empresa. Louro (2014) aponta para o caráter político das nossas relações cotidianas, em que diferentes estratégias são postas em ação para garantir a solidificação das posições de gênero.

Considerações finais

Foi a partir do "desconforto" com os dados quantitativos das diferenças entre números de trabalhadores/as homens e

mulheres na empresa CEEE Transmissão que este texto começou a ser pensado. As pedagogias de gênero aliadas a análise de discurso e cultural, permitiram problematizar as maneiras como são construídos, disputados e diferenciados os gêneros na nossa sociedade no que tange à distribuição de corpos-trabalhadores em uma fatia específica do mercado de trabalho.

Por meio de análise das falas dos/as funcionários/as da CEEE Transmissão, pudemos acompanhar o esforço das pedagogias de gênero, principalmente a partir do discurso da biologia dos corpos, em instaurar regimes de verdade que diferenciam os corpos em sua materialidade e que produzem diferenças culturais, sociais e binárias. A ajuda da comunicação social interna da própria empresa na propagação dessas mensagens é fundamental para comunicar (e construir) em massa essas supostas verdades.

Fugir das artimanhas das pedagogias sólidas é preciso. Essa fuga pode se darpor meio da compreensão de seu funcionamento para, assim, criar fissuras que produzam modos de vida, materialidades corpóreas e regimes de pensamento. É preciso se contrapor à essencialização e à cristalização de determinados lugares culturais, políticos e, para estas análises, espaços profissionais em que corpos marcados por determinado gênero poderão ocupar. Esse estudo problematizou um campo minado de desigualdades de gênero, a partir de uma escrita colaborativa, que ao mesmo tempo escreve, aprende, repensa e reescreve num contínuo pensamento-dança (DELEUZE, 1992), um pensamento que se experimenta e nos permite potencializar a própria vida.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Pedagogia: a arte de erigir fronteiras**: In: BUJES, Maria Isabel E; BONIN, Iara Tatiana (Orgs.) Pedagogias sem fronteiras. Canoas: Ed. ULBRA, 2010. p. 21-31

CAMOZZATO, VivianeCastro. Pedagogias do presente. **Educação & Realidade**. V. 39, n. 2, 2014.

CARPENEDO, Manoela. **Quando a resistência se torna política pública: analisando a produção de subjetividades nas políticas de equidade de gênero no campo do trabalho**. 2011, Dissertação de Mestrado em psicologia. Instituto de Psicologia da UFRGS, Porto Alegre. Disponível em http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33315 Acesso em: 10 ago 2015.

COSTA, M. V. Poder, discurso e políticas cultural: Contribuições dos Estudos Culturais ao Campo do Currículo. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Currículo**: debates contemporâneos... Cultura, Memória e Currículo, vol. 2, Editora Cortez. 2002.

COSTA, Marisa Vorraber ; ANDRADE, Paula Deporte . Na produtiva confluência entre Educação e Comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas.
Revista Perspectiva. Florianópolis, v. 33, n. 2, maio/ago. 2015. p. 843 – 862.
DELEUZE, Gilles. ***O que é a filosofia?*** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**: Curitiba, n. 24, 2004, p. 213- 225.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise de discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 114. nov. 2001, p. 197-223.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.
_____. **Microfísica do poder**. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n.2, jul./dez., 1997, p.15-46.

LOURO. Guacira. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
_____. Currículo, gênero e sexualidade – O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p.43-53.

_____. **Cinema e sexualidade**. In: Educação e Realidade, p. 81-98, jan/jun 2008.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEYER. Dagmar. Gênero e Educação: Teoria e Política. In: **Corpo, Gênero e Sexualidade** – um debate contemporâneo na Educação. LOURO, G. FELIPE, J. GOELNER, S (ORGS.) Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, T. S. A inserção das mulheres na Construção Civil: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor. In: Silvia Cristina Yannoulas. (Org.). **Trabalhadoras** - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações, 1ed. Brasília: Abaré, 2013, p. 137-156.

POSSEBON, Renato Ost. **O coaching como uma pedagogia que promete conduzir à felicidade**. Canoas: PPGEDU ULBRA, 2015.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**. vol. 9, n. 1, 2001, p. 9-21

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8ª Ed. Petrópolis; Vozes, 2008, p. 73-103.

WORTMANN, M. L. C.; VEIGA-NETO, A. **Estudos Culturais da Ciência & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: Silvia Cristina Yannoulas. (Org.). **Trabalhadoras** - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. 1ed.Brasília: Abaré, 2013, p. 31-65.

A TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR DE LIMPEZA: LÓCUS DO TRABALHO FEMININO E DA PRECARIZAÇÃO

Rachel Loureiro Andreta[1]
Rosana Soares Campos[2]

Introdução

No contexto dos anos 2000, o Brasil apresentou geração expressiva de empregos formais, sobretudo, se comparado à década imediatamente anterior, de 1990, marcada pela expansão da economia informal. Entretanto, apesar do significativo aumento do trabalho no mercado formal, o país, em função da reestruturação produtiva e do modelo de desenvolvimento, produziu empregos precários e um dos exemplos de emprego precário, que emerge nesse momento, é a terceirização. O número de empregados terceirizados no Brasil é de 12,7 milhões, equivalente a aproximadamente um quarto (26,8%) das ocupações formais do país, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014).

Ressalta-se que a maioria dos trabalhadores terceirizados é do sexo masculino (64%, conforme SINDEEPRES, 2014), contudo, em setores como o de conservação e limpeza, há ampla predominância feminina. Pode-se pensar que a razão para isso reside no fato de que o trabalho na limpeza representa a externalização do trabalho doméstico, (ainda) permeado por um aspecto servil e subalterno (SOUZA, 2011). Tendo em vista a

1 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: rack_and@yahoo.com.br

2 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora de Ciência Política da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: rosanascampos@yahoo.com.br

acentuação das clivagens objetivas entre as mulheres, as trabalhadoras desse setor encontram-se em um âmbito do trabalho feminino que não deixou de crescer, que é o das mulheres trabalhadoras em situação precária mais suscetíveis, inclusive, a flexibilização e ao desemprego (HIRATA e KERGOAT, 2007)

Nessa direção, esse trabalho este trabalho busca compreender se este tipo de labor permitiu crescimento econômico e social às mulheres ou se retroalimentou sua condição de vulnerabilidade. Para atingir tal objetivo, foram realizadas 10 (dez) entrevistas com mulheres trabalhadoras do setor de limpeza, contratadas por diferentes empresas de terceirização de serviços que atuam na cidade de Santa Maria/RS, com o objetivo de analisar suas condições de trabalho e vida.

Este trabalho tem sua base teórica assentada, fundamentalmente, nas categorias terceirização e precarização, e está estruturado da seguinte forma: inicialmente, o trabalho terceirizado no Brasil é contextualizado e na sequencia aborda-se a questão da precarização no trabalho. Expõe-se situação da terceirização em Santa Maria/RS, de forma geral, para então, posteriormente, apresentar a terceirização no setor de limpeza na referida cidade, através da voz das suas protagonistas, ou seja, das trabalhadoras terceirizadas.

A terceirização no Brasil: um percurso em prol da redução de custos

Os processos de terceirização da produção e da prestação de serviços no Brasil, a exemplo de como ocorreu em quase todos os países capitalistas, desenvolveram-se como parte do rearranjo produtivo, iniciado na década de 1970, a partir da terceira revolução industrial e estão intimamente ligados à disseminação das práticas de organização da produção japonesa, bem como do conjunto de ensinamentos e instruções de eficiência produtiva veiculados pelo Toyotismo. Embora já presente na história do país, a expansão e difusão da terceirização deu-se no contexto da reestruturação produtiva dos anos noventa, quando a necessidade de uma transformação que permitisse ao país adentrar e concorrer

em uma economia globalizada acentuou-se, acarretando em profundas alterações na condução de políticas macroeconômicas e nos processos de trabalho (CAVALCANTE e MARCELINO, 2011; DIEESE, 2007).

A terceirização no Brasil faz parte, portanto, de um processo de reestruturação produtiva, orientada pela imprescindibilidade de atingir uma produtividade que lhe assegurasse competitividade, assim como um lugar nos mercados nacional e internacional. E, nesse novo cenário, a flexibilização torna-se central e a terceirização ganha evidência como forma de gestão e organização utilizada pelas empresas, justamente, pela sua vasta possibilidade de flexibilização da atividade produtiva e dos contratos de trabalho, passando assim a ser praticada de maneira acentuada, com o objetivo de *reduzir gastos*, transferindo os custos trabalhistas e aqueles referentes à produção para empresas subcontratadas ou diretamente para os trabalhadores subcontratados (AMORIM, 2003).Tendo em vista essas questões, Marcelino (2013) entende que a terceirização parece ter, no país, outro lugar na estrutura do mercado de trabalho, pois, nos últimos vinte anos de nossa história, ela se tornou o mais importante recurso estratégico das empresas para gestão e redução dos custos e dos conflitos com a força de trabalho. A referida autora ainda argumenta que, na realidade brasileira, a terceirização é inseparável da ampliação da exploração do trabalho, da precarização das condições de vida da classe trabalhadora e do esforço contínuo das empresas para enfraquecer as organizações dos trabalhadores. Partindo da amplitude da utilização da terceirização e reconhecendo a importância política desta na organização dos trabalhadores, Marcelino (2013) define a terceirização, especificamente no âmbito nacional, de forma abrangente, a saber: "[...] **terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou externalização dos conflitos trabalhistas** (MARCELINO, 2013, p. 50. Grifos da autora)".

O fato de não ter uma regulamentação específica torna a situação da terceirização, no país, ainda mais peculiar e é provável

que essa seja uma das razões pelas quais o trabalho terceirizado tem sido associado à deterioração das condições de trabalho e emprego. Embora nos últimos anos esteja em pauta a criação de uma lei que regulamente a terceirização, a situação posta é a de que as diretrizes do trabalho terceirizado respaldam-se em uma súmula (Súmula 311), elaborada a partir de decisões da Justiça do Trabalho e firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Essa súmula identifica as hipóteses de terceirização lícita de serviços no Brasil, a saber: *trabalho temporário*, *serviços de vigilância*, *serviços de conservação e limpeza* e *serviços especializados ligados a atividade-meio do tomador*. Apesar da licitude dos contratos de prestação de serviços, amparada pelo enunciado, não se impediu a flexibilização terceirizante no plano das quatro hipóteses por ele referidas (DELGADO; AMORIM, 2014). Nesse sentido, Dias (2013) argumenta que, embora a terceirização lícita consista na contratação de empresas fornecedoras de produtos ou serviços para outra empresa, para atuação em "atividades meio", estas atividades não podem ser caracterizadas apenas como serviços de apoio, visto que se encontram inclusive em atividades produtivas estratégicas diretamente ligadas a produção.

A despeito da expansão da terceirização e do entendimento dessa "nova" forma de organização e gestão como legal pela jurisprudência trabalhista, o conteúdo da súmula permite identificar dimensões fundamentais das relações de trabalho que não são abarcadas por ela, tais como direitos iguais entre trabalhadores diretos e terceirizados, condições de saúde e segurança e responsabilidade solidária da tomadora (DAU, 2010). Dessa forma, a Súmula 331, que é, atualmente, o principal instrumento no que se refere a uma "normatização" do trabalho terceirizado, não contempla conteúdos importantes no âmbito dos direitos e condições de trabalho dos terceirizados.

Mas, o trabalho terceirizado dá mostras da sua complexidade à medida que outro modelo de regulamentação também pode apresentar uma ameaça: o polêmico projeto de lei (PL 4330/04), recentemente "desengavetado", que divide as opiniões entre os trabalhadores terceirizados, centrais sindicais e

sindicatos. As centrais sindicais, em sua maioria, assim como a Central única dos Trabalhadores (CUT), posicionam-se contra o projeto de lei para a regulamentação da terceirização, sob o argumento de que as propostas nele redigidas encontram-se na contramão dos direitos trabalhistas, e que, se aprovado, agravará a atual situação do trabalho terceirizado, considerando que não garante segurança social aos trabalhadores na mesma medida que garante segurança jurídica às empresas terceirizados, centrais sindicais e sindicatos. As centrais sindicais, em sua maioria, assim como a Central única dos Trabalhadores (CUT), posicionam-se contra o projeto de lei para a regulamentação da terceirização, sob o argumento de que as propostas nele redigidas encontram-se na contramão dos direitos trabalhistas, e que, se aprovado, agravará a atual situação do trabalho terceirizado, considerando que não garante segurança social aos trabalhadores na mesma medida que garante segurança jurídica às empresas. Este posicionamento enfático das centrais sindicais não encontra ressonância em todos sindicatos, que, em grande parte, assumem uma postura mais moderada[3].

Precarização: a institucionalização da instabilidade

O termo precarização tem uma diversidade de sentidos. Ainda que associado ao trabalho, a polissemia do termo permanece. Apesar disso, dentro do escopo do trabalho o conceito de

[3] Inicialmente, a reivindicação das centrais sindicais era de que o projeto de lei que regula menta a terceirização fosse reconstruído a partir da proposta elaborada unitariamente entre as centrais, que foi consolidada como projeto de lei em 2009 e encaminhada para o Governo Federal (CUT, 2013). Tendo o PL 4330/04 avançado e passado para o Senado (PLC 30/15), na ocasião de uma audiência sobre o projeto, no mês de setembro de 2015, a CUT e as outras centrais sindicais entregaram ao relator do projeto no Senado, o senador Paulo Paim (PT -RS), uma sugestão de texto base substitutivo ao PLC 30, sob o arg umento de que a proposta das organizações trabalhistas, ao invés de retirar direitos dos trabalhadores subcontratados (terceirizados e quarteirizados) e ampliar a precarização para os outros setores, tem como principal objetivo a redução das diferenças legais entre os trabalhadores terceirizados e os efetivos . O desejo por "reconstruir" reitera a posição enfática das centrais sindicais, ao passo que a posição moderada de grande parte dos sindicatos pode ser percebida na medida em que eles estariam dispostos a aceitar "reformas" no atual projeto de lei.

precarização normalmente é historicizado a partir da terceira revolução industrial, fase de reestruturação produtiva e de acumulação flexível, que acarretou em mudanças nas relações (e condições) de trabalho, normalmente desfavoráveis aos trabalhadores.

Por mais que, em uma perspectiva histórica, seja possível verificar que a precariedade laboral foi uma constante nos trabalhadores de classes populares (Sá, 2010), a precarização, no contexto da reestruturação produtiva, adquire outro sentido: diz respeito a um processo social de institucionalização da instabilidade, de forma que, a novidade, frente aos demais momentos de tradicional exploração do capitalismo, reside na instabilidade como valor moral partilhado no conjunto da sociedade e em sua consequente naturalização (ROSENFIELD, 2010).

Como observa Queiroz (2013), as definições de precarização são inúmeras e expressam diferenças na realidade laboral de cada país, a partir do seu contexto social, jurídico e econômico. Robert Castel (1998) define a precarização como um processo central norteado pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo moderno – a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade de diferentes trabalhadores e o aumento do desemprego são características importantes dessa nova dinâmica do capital. Origina-se, então, uma nova questão social, centrada na existência de "inúteis para o mundo" e, em torno deles, situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã, que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa – vulnerabilidade essa fundada no enfraquecimento das proteções historicamente construídas em torno do trabalho (CASTEL, 1998).

As contribuições de Robert Castel para os estudos sobre precarização no trabalho são notáveis, entretanto, cabe salientar que as análises realizadas pelo autor foram elaboradas em um contexto histórico específico – a crise capitalista iniciada nos anos 1970. Apesar disso, no cenário contemporâneo, a definição de precarização, proposta por diferentes autores, encontra ressonância em Castel (1998), posto que eles compreendem a

precarização para além do aspecto econômico, como é possível verificar na sequência.

O autor brasileiro Giovanni Alves (2007) entende como precarização a sucessiva perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados, representando, assim, a síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. No entendimento do referido autor, a precarização atinge o núcleo organizado do mundo do trabalho, os trabalhadores, sujeitos de direito e que, atualmente, são reféns da "flexibilização do trabalho", estando subjugados ao poder das coisas ou às leis do mercado.

A autora brasileira Paula Marcelino (2013) argumenta que a precarização não é exatamente um conceito, tampouco um indicador, mas sim, um termo que aponta um movimento cujo parâmetro de comparação são as conquistas operárias do período do Estado de bem-estar social nos países de capitalismo desenvolvido ou do desenvolvimentismo em alguns países de capitalismo dependente. Por essa razão, para Marcelino, a palavra precarização estaria associada às ideias de provisório, de fragilidade, de incerteza; todas palavras que remetem ao padrão de exploração capitalista anterior aos pós-guerras e que ganham novos significados com as condições de trabalho que se configuram a partir da década de 1970.

Tereza Sá (2010), no debate português sobre trabalho, percebe que precarização é um termo muito usado nos países latinos e corresponde a uma situação laboral marcada pela precariedade, que se opõe ao contrato de trabalho tradicional que assegurava ao trabalhador um trabalho de tempo integral, com duração indeterminada e proteção social. Partindo de elementos semelhantes, a também autora brasileira Graça Druck (2011) compreende a precarização como perda do emprego ou perda da condição de uma inserção estável no emprego, criando, assim, uma condição de insegurança, bem como modos de vida e de trabalho precários (nos planos objetivo e subjetivo), fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando os trabalhadores

vulneráveis e sob uma condição social fragilizada ou de "desfiliação social".

As definições de precarização expostas possuem semelhanças entre si e permitem ratificar que a precarização não se restringe a condição econômica, mas, para além disso, refere-se a desestabilização, no que diz respeito a status, proteção e identidade do trabalhador (CASTEL, 1998). Trata-se da constituição da precarização a partir de um duplo processo, como esclarecem Appay e Thébaud-Mony (1997), que consiste na precarização econômica (resultante da precarização salarial e de suas estruturas produtivas) e na institucionalização da instabilidade, em particular, das transformações dos sistemas legislativos referentes ao trabalho e à proteção salarial.

Compreende-se, assim, a precarização como uma condição mais ampla de instabilidade e de insegurança no trabalho, como uma dupla institucionalização da instabilidade econômica e social, o que quer dizer que ultrapassa o âmbito do desemprego ou das formas inseguras de inserção e torna o trabalho e o emprego espaços marcados pela instabilidade, incerteza, insegurança, adaptabilidade e risco (ROSENFIELD, 2010).

A terceirização em Santa Maria/RS: a "invisibilidade" dos dados

No que diz respeito à terceirização em Santa Maria, se lida com uma "invisibilidade de dados", o que quer dizer que, assim como acontece a nível nacional, as bases de dados não diferenciam entre terceirizados e diretamente contratados e, os números do trabalho terceirizado continuam da mesma forma camuflados dentro de inúmeras categorias de trabalhos formais.

O mais próximo que se consegue chegar desses dados, em Santa Maria, é através de referências fornecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal de Santa Maria e, também pelo Sindicato de Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria (SINTEPS), conhecido, popularmente, somente como "Sindicato dos

Trabalhadores Terceirizados". Diante do fornecimento da listagem (recente) das empresas de prestação de serviços de Santa Maria, optu-se por selecionar, nesse rol, os setores tipicamente terceirizados, visando obter uma noção estimada dos números da terceirização na cidade.

À vista disso, os setores tipicamente terceirizados[4], encontrados na Relação de Empresas por Atividade, do ano de 2015, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Santa Maria e seus respectivos números, estão expressos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Setores tipicamente terceirizados em Santa Maria/RS.

FONTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2015.
Elaboração própria.

[4] Os setores tipicamente terceirizados foram selecionados tendo como orientação os setores tipicamente terceirizados definidos por Pochmann (2008) na pesquisa "A superterceirização do trabalho" (serviços não especializados prestados à empresas especializadas; empresas de asseio e conservação; mão -de-obra temporária; serviços de segurança e vigilância; ocupados em empresas individuais) e os serviços definidos como "terceirização especializada" pelo Sindeprestem (trabalho temporário; bombeiro civil; consultoria em RH; controle de acesso; leitura e entrega de documentos; logística; promoção e merchandising; serviços auxiliares; serviços a bancos).

Como é possível verificar, tendo como base os setores tipicamente terceirizados definidos por Pochmann (2008) e os especializados, definidos pelo Sindeprestem (2013),

Santa Maria possui aproximadamente 654 empresas de terceirização de serviços. Sobressaem-se largamente os serviços de distribuição e de limpezas em geral (com 308 e 144 empresas, respectivamente). Na sequência destacam-se Apoio Administrativo (64); Vigilância e Monitoramento (46); Portaria e Zeladoria (33) e Promoções, Propaganda e Merchandising (23). Por fim, os serviços com menor expressão são Serviços Gerais (12); Monitoramento (11); Depósito/Armazenamento de Produtos (9) e Segurança (4).

Pelo caminho utilizado para obter os dados, é possível observar que o referido município apresenta um número significativo de empresas de terceirização de serviços. E, de maneira geral, destacam-se os serviços concentrados na atividade meio do interior do circuito da produção de bens e serviços.

Cabe mencionar que as informações quantitativas disponibilizadas pelo SINTEPS (Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria) acabam indo ao encontro dos dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O SINTEPS estima que, atualmente, Santa Maria tem em média 150 empresas atuantes de terceirização de serviços nas áreas de asseio e conservação, limpeza urbana, ambiental e áreas verdes – mas o sindicato explica que é difícil precisar o número de empresas: "*Atuantes, hoje em dia, são umas 150. Mas das atuantes, né? Porque tem aquelas que não são atuantes e aquelas de fundo de quintal, que muitas vezes nem são regulamentadas*" (Aldeci, Presidente do SINTEPS, 2015).[5]

[5] Entrevista realizada com a presidente do sindicato SINTEPS, Sra. Aldeci Moreira Garcia em 08/01/2016.

Trabalho terceirizado do setor de limpeza em Santa Maria: a face do trabalho feminino e precarizado

Antes de discorrer acerca das condições de trabalho e vida das trabalhadoras terceirizadas do setor da limpeza em Santa Maria, faz-se necessário traçar o seu perfil socioeconômico. Trata-se, aqui, especificamente, do perfil das *dez* participantes dessa pesquisa, de forma que não cabem generalizações – ainda que as informações estejam em ressonância com os dados nacionais.

As entrevistadas são mulheres entre 21 e 55 anos de idade (a maioria, a saber, cinco, na faixa etária entre 45 e 59 anos). Seis dessas trabalhadoras autodeclaram-se como negras ou pardas. No que tange ao estado civil, a maioria (6) é casada, todas são mães e a quantidade de filhos varia entre 1 e 7. A escolaridade é centrada no Ensino Fundamental. No que se refere às experiências profissionais anteriores, grande parte das participantes (7) tem histórico pregresso de trabalho no setor de limpeza – e, nesse rol, apenas duas trabalhavam com carteira assinada.

Explica-se que, para abordar as condições de trabalho e vida das trabalhadoras, foram estabelecidas quatro categorias, resultantes das próprias entrevistas. Ou seja, essas categorias representam os elementos que se fizeram mais presentes nas falas das trabalhadoras terceirizadas que participaram da pesquisa, durante o período de aplicação. São elas: baixas remunerações; desproteção quanto à saúde e segurança no trabalho; invisibilidade social e diferença do tratamento entre efetivos e terceirizados e desfiliação social (enfraquecimento dos laços coletivos de trabalho). Cada um desses elementos revela características de precarização laboral e serão melhor abordados nos tópicos a seguir.

- Baixas remunerações

Com o respaldo da Convenção Coletiva e da Campanha Salarial 2015, aprovadas pelo sindicato dos trabalhadores (SINTEPS/SM) e pelo sindicato patronal (SINDIASSEIO/RS), o

salário normativo da função permaneceu baixo, sobretudo se comparado ao salário mínimo nacional (R$ 788,00), ao salário mínimo regional (R$ 1.030,06) e, até mesmo, se comparado com o salário médio do setor de serviços da cidade de Santa Maria/RS (R$ 912,27).

De forma geral, as trabalhadoras entrevistadas reconhecem seus baixos salários, inclusive, porque a maioria recebe menos de um salário mínimo mensal. Muitas relacionam a remuneração ao tipo de atividade exercida, o que as faz perceber uma discrepância entre ambos. A fala de S[6] retrata isso:

> Eu acho pouco. Pelo que a gente faz eu acho pouco. A gente tem que limpar todos os dias, tem que pegar um escovão que te dói muito muito os braços no outro dia depois que tu usou o escovão, é muito puxado... eu acho pouco. [...] O meu salário não chega a 600, com a insalubridade. É... e tem os descontos também (S.; contratada da empresa de grande porte Alfa[7] há nove meses).

A dificuldade em assegurar as despesas do quotidiano com o salário da higienização e limpeza se faz presente na fala de grande parte das entrevistadas. Elas revelam a necessidade da ajuda dos cônjuges ou de demais familiares (filhos mais velhos, sogras, mães) para manter as despesas domésticas – ou, até mesmo, para manter um teto, um lar. Revelam, também, a necessidade de realizar trabalhos "extras" (como faxinas em casas de família; em pequenos estabelecimentos comerciais; em prédios residenciais) para complementar a renda mensal. Contudo, por conta da cansativa jornada de trabalho à qual estão submetidas diariamente, as trabalhadoras terceirizadas costumam realizar essas atividades extras nos seus dias de folga - em finais de semana, domingos ou feriados.

A justificativa das trabalhadoras, para realizar tais atividades está expressa no diálogo entre a pesquisadora e T.:

---

[6] Serão utilizadas apenas letras para se referir às entrevistadas, visando preservar suas identidades.

[7] Nome fictício da empresa, visando, novamente, preservar a identidade das entrevistadas.

> Rachel: E quando a senhora faz faxina, além de seu trabalho, isso a senhora faz para complementar a renda?
>
> T: É, porque é bastante difícil, né. Eu ganho quinhentos, quinhentos e cinquenta e poucos.
>
> Rachel: Com a insalubridade?
>
> T: Com, é. Ai eles descontam um monte da gente, né? Eu sei que no meu c ontra-cheque vem, às vezes, duzentos e pouco de desconto.
>
> Rachel: E o que são esses descontos?
>
> T: Vale gás, transporte, alimentação... Mas, assim, dá pra viver (T. contratada da empresa de grande porte Delta[88] há oito meses).

- Desproteção quanto à saúde e segurança no trabalho

A desproteção das trabalhadoras terceirizadas, no que tange à saúde e segurança no trabalho foi evidenciada na fala das trabalhadoras do setor de limpeza. Mesmo sendo contratadas por diferentes empresas e, mesmo prestando serviços em diferentes locais, suas situações de desproteção são muito similares.

Embora todas as empresas de terceirização de serviços de limpeza, atuantes em Santa Maria/RS, forneçam uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para as trabalhadoras contratadas, observa-se que tanto os uniformes, quanto os equipamentos de proteção individual que fornecem não são suficientemente protetivos face aos riscos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, etc.) que as terceirizadas do setor da limpeza estão expostas.

A maioria das entrevistadas recebe o uniforme composto por camiseta (manga curta) e calça (geralmente de tecido impermeável), junto dos EPI´s - que *normalmente* são botas de

[8] Nome fictício da empresa, visando preservar a identidade da entrevistada.

borracha, luvas de látex, óculos de proteção e máscara de proteção para o rosto. O material fornecido, ainda que não suficientemente protetivo, não está em desacordo, tendo em vista que, de acordo com Ricci (2010), em casos de limpeza técnica e corrente (como as realizadas pelas entrevistadas), o EPI padrão seria composto por avental, máscara, protetor ocular, botas e luvas de borracha. Entretanto, a palavra normalmente, logo acima, não está em itálico ao acaso.

Dentre as dez entrevistadas, 3 (três) descrevem seus uniformes e EPIs como sendo compostos apenas por calça, camiseta, jaleco, luvas de látex e botas de borracha. Uma das entrevistadas tem como uniforme apenas uma camiseta manga curta com o logo da firma, um jaleco e, eventualmente, luvas de látex: "*luva eles dão se precisar, né...*" (AR; contratada da empresa de pequeno porte Ômega há oito meses). Não lhe é fornecida calça adequada para realização do serviço de limpeza, de forma que ela utiliza suas próprias calças jeans. Tampouco são fornecidos sapatos de borracha, de modo que explica: "*Até o calçado assim, eu esperei ver se eles iam dar, mas até agora eles não comentaram nada. Esse é meu mesmo. Não sei se eles dão. (...)*".

Os relatos obtidos mostram que, além de o EPI ser, normalmente, insuficiente, soma-se a isso o fato das empresas de terceirização – responsáveis pelos funcionários - não fornecerem treinamento explicando a importância do uso, bem como a forma que estes devem ser utilizados corretamente para evitar acidentes ou danos à saúde. Nenhuma das participantes dessa pesquisa recebeu treinamento formal, por parte das empresas de terceirização de serviços, sobre como usar adequadamente os equipamentos de proteção individual que lhe são fornecidos. Não havendo treinamento formal, as orientações são dadas de diferentes formas, ainda que dentro de uma mesma empresa de terceirização de serviços. Ou mesmo não são dadas.

Além de não receber treinamento sobre como utilizar os equipamentos de proteção individual, a maioria das trabalhadoras relata também não receber nenhum treinamento sobre como manusear adequadamente os produtos químicos que utilizam diariamente na limpeza. Não por acaso, dentre as entrevistadas,

três relataram já ter tido problemas de saúde, tais como alergias, intoxicação e problemas musculares (que resultaram em atestado médico e afastamento temporário) causados em função do serviço de limpeza. Ressalta-se, nesse interim, que nenhuma das entrevistadas possui plano de saúde pela empresa de terceirização de serviços que as contrata.

- Invisibilidade social e diferença do tratamento entre efetivos e terceirizados

De maneira geral, a fala das participantes é permeada por um sentimento de inferioridade, de invisibilidade social e desvalorização para com o seu trabalho. Elas relatam que, na maior parte do tempo, não se sentem reconhecidas além de sua função social – ou seja, de trabalhadoras da limpeza. E parece que tais sentimentos, sobretudo o de desvalorização para com o seu trabalho, já estão internalizados nessas profissionais, tal como pode ser observado na fala de S; contratada da empresa de grande porte Alfa há nove meses: "*[...] é que a gente tá ali pra limpar, né? Daí eles sujam. É que se eles não sujam, a gente não tem o que fazer, né... daí eles sujam porque sabe que tem a gente*."

As condições de trabalho corroboram para esse sentimento de inferioridade, desvalorização e invisibilidade social. As trabalhadoras terceirizadas da limpeza utilizam uniforme diferente do uniforme dos outros funcionários do local onde trabalham – tendo em vista, sobretudo, que o uniforme é fornecido pela firma que as contrata. E, via de regra, isso já as caracteriza como estranhas, como "não-pertencentes", efetivamente, aquele ambiente.

À exceção de uma das entrevistadas, todas as participantes da pesquisa realizam suas refeições em locais diferentes dos trabalhadores efetivos. O local destinado aos trabalhadores terceirizados, sobretudo do setor de limpeza, parece ser sempre mais escondido (como embaixo das escadas) ou mais afastado, como relata T; contratada da empresa de grande porte Delta há oito meses e que presta serviço em uma instituição do poder judiciário: "*[...] têm uma peça separada lá embaixo, nas garagem.*"

Essas situações já evidenciam as diferenças entre trabalhadores efetivos e terceirizados no mesmo local de trabalho. Mas, essas diferenças se tornam ainda maiores quando os trabalhadores efetivos sentem possuir algum tipo de autoridade sobre os terceirizados – e os trabalhadores terceirizados, mesmo sabendo que respondem diretamente a empresa que os contrata (podendo haver supervisor local ou não), sentem-se imbuídos de obrigações para com os trabalhadores efetivos, por sentirem que esses são "superiores" a eles.

Um exemplo, nessa direção, é descrito por S; contratada da empresa de grande porte Alfa: ainda que possua uma supervisora local, que diariamente vistoria o trabalho realizado por ela e pelas demais colegas, apontando o que está de acordo com o solicitado e o que necessita melhorar; S. relata que também recebe "ordens" de um funcionário efetivo, encarregado da infra-estrutura dos prédios da universidade onde presta serviço: "*[...] o saguão, na verdade, é das meninas que ficam de tarde, mas o seu X, do prédio, pediu que gente desse uma limpadinha, pra não ficar até de tarde sujo*."

Na mesma direção, R.; também contratada da Alfa, menciona que mesmo a supervisora vindo frequentemente fiscalizar o trabalho que está sendo realizado, "*o pessoal do prédio, da infra-estrutura do prédio (...) sempre dá uma olhadinha*". Esclarece que esses funcionários não podem lhes dar advertência por algo que não esteja sendo realizado corretamente, mas, na sua percepção "*eles cobram mais*".

Tais situações demonstram a segmentação existente entre trabalhadores efetivos e terceirizados, colocando, os últimos, em uma situação em que estão subjugados tanto às ordens da empresa quando às ordens (indevidas) dos funcionários do local onde prestam serviços.

- Desfiliação Social

O enfraquecimento dos laços sociais e coletivos frente à terceirização já vem sendo presente nos debates acadêmicos sobre o tema. Em texto intitulado "A epidemia da terceirização",

Druck e Antunes (2014) argumentam que esta forma de gestão e contrato implica no aumento da fragmentação, procurando desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, tanto na esfera sindical como nas distintas formas de solidariedade que florescem no espaço coletivo. No escopo dessa pesquisa não foi possível verificar algo diferente – e a fragmentação dos laços coletivos foi ratificada através da fala das próprias trabalhadoras entrevistadas.

A maioria das trabalhadoras entrevistadas relatam conhecer apenas as colegas que trabalham na mesma instalação predial que a sua: "*Daqui a gente se conhece. E conhecer os outros prédios quando a gente tá chegando, entendeu? No ônibus, bater ponto... mas conhecer, de conversar... é só aqui (...)*" (L; contratada da empresa de grande porte Alfa há aproximadamente um ano). Fora isso, a única forma de reconhecimento possível se dá através do uniforme da firma: "*Sabemos que tem outras, que são da mesma firma, mas a gente não se conhece umas as outras, a gente só se reconhece pelo uniforme. E só assim* " (N[9]; contratada da empresa de médio porte Zeta[10] há um ano e meio e da empresa de grande porte Beta[11] há aproximadamente três meses).

Na mesma direção que L.; G.; também contratada da empresa Alfa, define a sua relação com as demais terceirizadas, que trabalham na mesma instalação predial que a sua, da seguinte forma: "*Nós nos conhecemos. Mas cada uma faz o seu serviço. A gente toma café junto e pronto. É assim*."

No caso das trabalhadoras que realizam as atividades sozinhas no seu local onde prestam serviços, a impossibilidade de socialização torna-se absurdamente maior. Esse é o caso de P; que é a única funcionária do setor de limpeza de uma empresa que está se instalando em Santa Maria/RS. Nessa direção, P. conta que nas últimas empresas que trabalhou, conheceu as colegas de trabalho

[9] Essa entrevistada, especificamente, trabalha para duas empresas de terceirização de limpeza concomitantemente. Pela manhã, presta serviços pela Beta (contrato de 4h/dia) e, à tarde, pera a Zeta (contrato de 8h/dia).

[10] Nome fictício da empresa visando preservar a identidade da entrevistada.

[11] Nome fictício da empresa viando preservar a identidade da entrevistada.

apenas de vista, quando, ocasionalmente se encontravam no escritório das firmas.

> Olha, como nessas firma de terceirização vai um funcionário pra cada canto, dois três pra um lado, dois três pra outro, dificilmente a gente conhece todos. Geralmente se encontra no dia que vai no escritório, né... mas dificilmente a gente conhece todo mundo (P; contratada da empresa de pequeno porte Sigma[12] há aproximadamente três meses).

As trabalhadoras do setor de limpeza, que já se sentem invisibilizadas por conta da diferença de tratamento e da desvalorização social do seu trabalho, tem uma maior dificuldade de estabelecer uma identidade grupal, de sentirem-se pertencentes e amparadas por um grupo, no momento em que trabalham a maior parte do tempo sozinhas. E é, nesse sentido, que a organização das trabalhadoras por andares, nas instalações prediais, como "estratégia gerencial", fragmenta e desmobiliza as identidades coletivas. As relações se tornam tão frágeis que, muitas vezes, as próprias trabalhadoras evitam o contato com as demais, como é o caso de T: "*É, lá assim, como eu chego mais cedo quase nunca dá pra realizar coisas com elas. [...] Tá ótimo pra mim, sabe né, quando tem muita mulher junto... Então assim tá bom* "; "*Não tenho muito contato mesmo.*" (T; contratada da empresa de grande porte Delta há oito meses).

Diante desse cenário de enfraquecimento dos laços coletivos de trabalho, torna-se compreensível o fato de que o sindicato que representa os trabalhadores terceirizados do setor de conservação e limpeza em Santa Maria (Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria - SINTEPS) tenha, relativamente, pouca adesão. Nenhuma das trabalhadoras entrevistadas é sindicalizada, nem conhece alguma colega de profissão que seja.

[12] Nome fictício da empresa visando preservar a identidade da entrevistada.

Conclusão

As entrevistas realizadas com as terceirizadas abordam um recorte espacial específico e, portanto, não podem ser generalizadas. Contudo, as falas das entrevistadas encontram ressonância com o que se verifica a nível nacional. E isso pode ser visualizado na medida em elas comunicam uma realidade de baixos salários, intensificação dos ritmos de trabalho, desproteção quanto à saúde e segurança no trabalho, diferença de tratamento entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados e enfraquecimento dos laços sociais.

Mesmo realizando entrevistas com trabalhadoras de diferentes empresas de terceirização de serviços de limpeza, o que se verificou foram condições laborais muito semelhantes – e salários igualmente baixos, posto que seguem os parâmetros determinados em Convenção Coletiva. Mais especificamente, as características de precarização fizeram-se presentes em todos os casos, independente do porte das empresas e do local onde as trabalhadoras prestam serviços.

Contudo, verificou-se também que, para as trabalhadoras entrevistadas do setor de limpeza, a terceirização apresenta-se como uma "via de mão dupla". Apesar de todos os seus efeitos negativos e de toda a vulnerabilidade que este representa, a posse da carteira de trabalho significou um avanço para elas, que, em sua maioria, trabalhavam como informais (realizando faxinas) ou como assalariadas sem carteira assinada – com períodos de desemprego entre um trabalho e outro.

Compreende-se, assim, que a terceirização nos anos 2000, foi responsável pela geração de postos de trabalho e pela formalização de muitos trabalhadores que, até então, trabalhavam sem nenhuma proteção. E esse fenômeno refletiu em todo o país, inclusive, em Santa Maria/RS. Contudo, tendo como referência o setor de limpeza terceirizado, evidenciou-se que essa forma de contrato de trabalho não representou melhora substancial nas condições de trabalho e vida das trabalhadoras. E é nessa direção que o termo formalidade precária torna-se adequado para referir-

se à condição das terceirizadas da limpeza: mesmo estando em um trabalho formal, estão submetidas a condições precárias de trabalho, que refletem além da esfera laboral (como foi possível verificar nas suas falas) e que se escondem por trás da carteira assinada.

Referências

ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaios de Sociologia do Trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMORIM, E. R. A. No limite da precarização**?** Terceirização e trabalho feminino na Indústria de confecção. **-** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000316126>. Acesso em: 20 out. 2013.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. Parte I, p. 13-25.

APPAY, B; THÉBAUD-MONY, A. Pr´ecarisation sociale et restructurations productives. Pr´ecarisation sociale, travail et sant´e. *IRESCO*, p.509-554, 1997. Disponível em <http://hal.inria.fr/docs/00/27/18/76/PDF/synthese_BA2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTE, S; MARCELINO, P. A terceirização enquanto desafio conceitual e político. *Fittel*, 2011. Disponível em: <http://www.fittel.org.br/publicacoes/10/estudos-e-pesquisas#>. Acesso em: 10 mai. 2014.

CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES – CUT. – Carta aberta das Centrais Sindicais à sociedade contra o substitutivo ao PL 4330/2004 – Terceirização. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/todos-contra-o-pl-4330-da-terceirizacao-centrais-sindicais-divulgam-carta-aberta-7366/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

DAU, D. M. A expansão da terceirização no Brasil e a estratégia da CUT de enfrentamento a precarização do trabalho. *GTAS*, 2010. Disponível em: <http://white.oit.org.pe/proyectoactrav/pry_rla_06_m03_spa/gtas/gtas_aportes/aportes_paises /gtas_libro2010-brasil_cut.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

DELGADO, G. N; AMORIM, H. S. *Os limites constitucionais da terceirização*. São Paulo: LTr, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS. *O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil*. SAAC-DIEESE, 2007. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007. pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. *Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: DIEESE/CUT, 2014. Disponível em: <http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf >. Acesso em 14 mai. 2014.

DIAS, S. de O. M. Terceirização e resistência: em direção a novos contornos na gestão dos efetivos na CSN. Anais do *VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho*. São Paulo, 2013.

DRUCK, G. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?

Caderno CRH, vol. 24, n. spe. 01. Salvador, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf Acesso em 07/03/2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, nº 132, p. 595-609, 2007.

MARCELINO, P. *Trabalhadores Terceirizados e Luta Sindical*. Curitiba: Appris, 2013.

POCHMANN, M. *Trabalhador Terceirizado em Ascenção*: crescimento, direitos e conquistas. São Paulo: SINDEEPRES, 2014.

QUEIROZ, A. S. *Entre a formalização e a precarização*: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas - Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Port0 Alegre, 2013.

ROSENFIELD, C. L. Introdução. Dossiê Trabalho, emprego e Precarização Social. *Sociologias*, vol 12, n. 25, p. 14-31, Set/Dez, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/17716/10383>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Sá, T. "Precariedade" e "trabalho precário": consequências sociais da precarização laboral. *Configurações Revista de Sociologia* [Online], n.7, p. 91-105, 2010. Disponível em: <http://configuracoes.revues.org/203#quotation>. Acesso em: 10 abr. 2014.

REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DE MULHERES IDOSAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA

Vanise Valiente[1]
Márcia Alves da Silva[2]

Introdução

Este trabalho se refere a uma investigação em andamento com mulheres idosas. Esta pesquisa está sendo vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel. A investigação busca uma aproximação com as representações de gênero de mulheres. As mulheres investigadas foram consideradas como possuindo importantes trajetórias de vida, especialmente no que se refere à suas trajetórias profissionais, por se tratarem de mulheres atuantes, com caminhadas significativas e marcantes em várias áreas de conhecimento e profissões distintas, reconhecidas em suas comunidades de atuação. São mulheres idosas da região sul do Estado do Rio Grande do Sul / Brasil. Aqui apresentaremos alguns dados coletados em entrevistas narrativas semi estruturadas com duas mulheres idosas, que denominaremos de Maria e Ana, nomes fictícios escolhidos pelas pesquisadoras.

Inicialmente apresentaremos uma conceituação sobre velhice e sobre representações sociais para, na sequência, apresentar alguns dados encontrados até o momento. No que se refere ao referencial teórico adotado, salientamos a teoria feminista como suporte teórico importante para entender as trajetórias de vida das investigadas, aliadas a estudos referentes

[1] Psicóloga. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas / UFPel.
[2] Socióloga. Mestre e Doutora em Educação. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas / UFPel.

sobre trabalho, especialmente trabalho feminino. Metodologicamente utilizamos as histórias de vida como suporte teórico metodológico materializado em entrevistas narrativas individuais.

Sobre o envelhecimento e as representações sociais

O envelhecimento, cada vez mais tenciona e traz à tona aspectos específicos da contemporaneidade. Se, de um lado, nos remete a aspectos biológicos, principalmente no binômio saúde-doença, no qual temos o avanço da ciência e da tecnologia[3] como possibilidade concreta do aumento de vida da população, algo que a sociedade comemora, pois se busca uma vida cada vez mais longa, já que não se deseja a morte[4]. Por outro lado, nos provoca a fazermos reflexões mais profundas sobre a cultura que vivemos na atualidade, que tanto valoriza aspectos que nos distanciam da velhice, como a juventude, os padrões estéticos e comerciais de beleza, o acesso e o domínio de equipamentos de informática e microeletrônica, etc.

Para nos aproximarmos da representação social de envelhecimento, Jesuíno (2012) identifica diferentes visões históricas sobre envelhecimento que contribuíram para a construção da representação social de envelhecimento majoritária na atualidade. A primeira visão seria a de caráter mitológico, na qual houve uma valorização da preservação da tradição, onde as pessoas idosas teriam papel de destaque, por serem o grupo que dominaria o conhecimento representativo da tradição. Nesse aspecto o papel dos avós e avôs ganha destaque, partindo daí a grande cumplicidade entre netos/as e avôs/avós, o que ainda temos, de certa forma, presente no nosso imaginário.

[3] Ciência e tecnologia representada aqui por grandes conquistas na área da saúde, como a produção de medicamentos e muitos outros procedimentos, inclusive cirúrgicos que tem aumentado significativamente a média de vida da população mundial e também no Brasil.

[4] A morte é algo temido e evitado na cultura ocidental, onde o próprio tema é tabu nos mais diversos espaços sociais. O processo de envelhecimento escancara, de certa forma, a noção de morte pois, quanto mais envelhecemos, mais a morte se aproxima.

A segunda visão sobre envelhecimento identificada pelo autor emerge na antiguidade clássica, especialmente grega. Para isso cita Aristóteles, que desenvolveu uma visão bem mais pessimista sobre a velhice, salientando a perda da juventude e a proximidade com a morte. O ideário de beleza física na Grécia marcou profundamente a sociedade ocidental e se mantém (mais incrementada) nos dias de hoje.

Por fim, a terceira perspectiva advém do monoteísmo, que coloca o ser humano como criação exclusiva de Deus. Essa visão salienta aspectos como a resignação e a vontade divina como fundantes do processo de envelhecimento. Dessa forma, o que vemos hoje não apresenta mudanças significativas. Percebemos que todas essas visões são presentes hoje, pois variam muito as representações construídas sobre os/as idosos/as, indo rapidamente de visões bem otimistas, que salientam aspectos positivos do envelhecimento, até uma posição mais resignada chegando a visões mais pessimistas, que salientam a finitude humana e a morte, usando como argumento o processo de adoecimento.

O fato é que na atualidade o envelhecimento passa a ter novos contornos e deve ser pensado pelas mais diversas áreas do conhecimento, não apenas na área da saúde, onde tem sido mais presente. Sabemos que em meio século foram aumentados 30 anos à expectativa de vida das pessoas e não é mais viável não incorporar essa cada vez maior parcela da população em estudos econômicos, sociais, demográficos, históricos, etc.

Colling (2015) acena para a importância do encontro de gerações através de uma abordagem filosófica, com a possibilidade de uma visita ao passado, mas com nossos ascendentes ainda vivos e nos coloca diante de uma vivência que não a nossa, porém que perpassa pelas novas gerações através de seus legados.

Mas afinal, de que forma podemos caracterizar a velhice? Embora saibamos que a velhice é delimitada pela idade em documentos oficias, como o Estatuto do Idoso[5], por exemplo,

[5] O Estatuto do Idoso define que a pessoa é considerada idosa com idade a partir dos 60 anos.

diversos estudos empíricos com pessoas idosas demonstram que as pessoas não querem ser consideradas idosas pela sua idade cronológica. Sabemos que outras variáveis devem estar presentes, como a classe social, a profissão, a cultura, entre outros. Esse conjunto de fatores entremeados vai construir representações sociais sobre o envelhecimento, que podem ser compartilhadas pelo grupo social de forma coletiva, mais também entremeada por representações individuais, num processo dialético onde o individual se entrelaça ao coletivo e vice-versa. Sobre trazer à tona as trajetórias de vida de mulheres idosas, a historiadora Del Priore levantou a seguinte questão:

> Mas, afinal, poderíamos nos perguntar para que serve a história de nossas mães ou avós? E a resposta viria simples: para fazê-las continuar a existir, viver e ser. Essa é, afinal, uma das funções potenciais da história. Não cabe fazer a história das mulheres por meio de erros ou acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires. O que importa é desvendar as tensões, contradições e negociações que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas. Trata-se de desvendar hoje as complexas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual é parte integrante. Significa também transmitir-lhes uma mensagem de alegria, fazendo-as perceber o quanto sempre foram fundamentais para a construção de nosso país, de nossa cultura, do que somos e seremos. De sua contribuição no passado, contribuição feita de coragem, amor e criatividade, nasceu a mulher que hoje aí está transitando de um papel social a outro, sendo simultaneamente mãe, amante, mulher, profissional, enfermeira, professora, cozinheira, enfim... tudo! (p.84-85)

Dessa forma, não existe uma única compreensão sobre o tema, o que justifica nossa investigação, pois esta busca uma aproximação concreta com as pessoas idosas, especialmente com mulheres que, de alguma forma, construíram experiências de vida significativas e que, para isso, escaparam das representações

sociais do feminino em sua época de juventude que, sabemos, em muito aprisionava as mulheres ao espaço doméstico, impedindo-as ao exercício de uma gama enorme de atividades.

No entanto, as mulheres investigadas, de alguma forma e por motivos diversos, conseguiram, imersas em um tempo histórico onde não havia espaço para as mulheres transitarem nos espaços públicos, de certa forma 'romper' com os estereótipos de seu tempo, e se lançarem no mundo do trabalho, adquirindo respeitabilidade e valorização nas profissões e áreas de atuação. Assim, nos interessou uma aproximação com essas trajetórias de vida, buscando nas narrativas autobiográficas das próprias mulheres, seus protagonismos.

Para cumprirmos com o objetivo proposto, a teoria das representações sociais nos auxilia no sentido de se constituir numa importante ferramenta para a análise das narrativas colhidas. Entendemos as representações sociais como os saberes produzidos socialmente e compartilhados por um grupo, numa relação entre o individual e o social. Conforme Jodelet (2009)

> Falar de sujeito, no campo de estudo das representações sociais, é falar de pensamento, ou seja, referir-se a processos que implicam dimensões físicas e cognitivas, a reflexividade por questionamento e posicionamento diante da experiência, dos conhecimentos e do saber, a abertura para o mundo e os outros. Processos que tomam uma forma concreta em conteúdos representacionais expressos nos atos e nas palavras, nas formas de viver, nos discursos, nas trocas dialógicas, nas afiliações e nos conflitos. (p. 705)

As representações sociais são uma forma de ler a realidade. É assim que as representações sócias têm relevância como estratégia metodológica para abordar os problemas da sociedade. Elas permitem interpretar os acontecimentos, expressam as relações que as pessoas têm com o mundo e com os outros porque se pode compreender assim quais são os sistemas que são construídos pelas pessoas ao redor de realidades sociais diferentes.

É por isto que a aproximação às representações sociais se constitui numa ferramenta importante na investigação, já que estas representações se manifestam nas narrativas autobiográficas como consequência da sua função simbólica que podem ser utilizadas para codificar e classificar as experiências de vida.

As narrativas encontradas – as representações de feminino

Importante destacarmos que as mulheres idosas de nosso tempo, viveram boa parte de suas vidas em uma época em que

> O discurso da inferioridade feminina estava tão arraigado na estrutura da vida das mulheres e dos homens que poucos o questionaram. A maioria das mulheres acomodava-se na instituição familiar dominada pelos homens, que lhe garantia subsistência, lhe oferecia um companheiro para toda a vida e fornecia um sentimento de proteção frente ao cotidiano da vida. Vivendo para seus maridos, esquecidas, esqueciam de pensar sobre si mesmas. (COLLING, 2014, p. 46)

Esse contexto citado por Colling (2014) se constituiu historicamente a partir da construção e disseminação de vários discursos que se consolidaram em diversas áreas, como o discurso grego, o discurso religioso, o discurso médico, o discurso psiquiátrico e o discurso psicanalítico.

Essas mulheres de alguma forma romperam com os papéis tradicionalmente esperados que elas cumprissem. Antes de abordarmos aspectos das mulheres pesquisadas, convém aqui apresentá-las brevemente. Maria tem 82 anos e é professora aposentada. É viúva e possui quatro filhas e um filho. Mora sozinha e demonstra ser uma pessoa totalmente independente e saudável. Se locomove sozinha por toda a cidade, usando transporte coletivo. Seu destaque se deu nem tanto por sua atuação profissional como professora alfabetizadora, mas possui grande reconhecimento na cidade por sua atuação política. Milita até hoje no movimento feminista e foi uma fundadora do movimento na cidade.

Ana tem 97 anos e possui um filho e duas filhas. Também é viúva. Atualmente mora com a família do filho. Precisa de cuidados constantemente, pois é cadeirante. Percebe-se uma fragilidade física em função da longevidade, mas com uma lucidez de causar inveja. Lembra-se de várias datas e fica visivelmente irritada quando esquece algum nome ou data. Inicia seu relato de que desde os 15 anos fazia vacina nas pessoas da comunidade, sendo que desde os doze anos trabalhava no balcão de um comércio da família. Atuou como parteira por mais de 30 anos. Diz que realizou mais de 3.000 partos e se orgulha em dizer que tem todos os nomes dos bebês, juntamente com o nome da mãe e nome do pai de cada um deles. Mantem guardado os livros com todos os respectivos apontamentos.

Realizamos as entrevistas nas residências das entrevistadas. Elas não se conhecem e moram em diferentes cidades. Ambas possuem muitas fotografias e nos mostraram álbuns, onde fizeram questão de apresentar cada pessoa que aparecia nas imagens, situando o local e a data a que se referem. Maria possui fotografias na parede da sala e em outros ambientes da casa, são grandes painéis no qual ela montou e selecionou os momentos e pessoas importantes em sua vida.

Ambas foram muito agradáveis conosco e demonstraram felicidade em poder nos narrar suas trajetórias. Sobre as narrativas, importante salientar que ambas as entrevistadas não demonstraram perceber a importância de suas ações. São pessoas que, embora tenham orgulho de suas trajetórias, não se percebem como mulheres que fizeram algo que as demais de sua geração não chegaram a realizar.

Para Maria, quando fala de sua profissão docente, afirmou: "Era o que a gente podia fazer naquela época". Dessa forma, deixa claro que a docência era uma das poucas atividades profissionais que era permitido às mulheres. Sobre sua militância, seu envolvimento com a causa começou com sua participação na igreja, a partir da realização de ações na pastoral. Dentre as atividades que exercia, foi incumbida a realizar trabalhos com as mulheres. Sendo que este possibilitou uma aproximação com outras mulheres e uma compreensão maior da dinâmica social que massacrava

muitas. Essa foi a origem da militância feminista de Maria, que culminou na militância partidária mais adiante. Dessas atuações se tornou fundadora de uma ONG feminista que atua até hoje na defesa dos direitos das mulheres. Essa ONG possui mais de 20 anos de atuação ininterrupta e se tornou uma das ONGs feministas mais antigas do país.

Ana demonstrou muito orgulho pela profissão que desenvolveu durante tanto tempo, desde os 28 anos de idade. Com orgulho nos disse que nos partos que realizou não teve nenhum óbito de recém-nascido. Quando perguntamos sobre as mães, ela disse que sim, algumas vieram à óbito, mas sem estender muito o assunto. Essa entrevista nos surpreendeu, pois a princípio tínhamos uma compreensão sobre a atividade de parteira que com Ana não se confirmou. Pensávamos que ela havia feito partos utilizando basicamente saberes de medicina natural, com remédios caseiros, que pudesse ser uma conhecedora das propriedades homeopáticas das plantas, sem nenhum ou com pouco uso de medicamentos industrializados. Ao contrário, sua narrativa demonstrou que Ana aprendeu os ensinamentos em um hospital localizado na região rural que morava e onde atendia as pacientes. Segundo ela, foi 'escolhida' pelo médico que atendia na região, para aprender o ofício. Seus pais permitiram que ela aprendesse com o médico e ela, mesmo contrariada, a princípio, acabou tendo que acatar a decisão.

Dessa forma, Ana se tornou conhecedora dos medicamentos utilizados nos hospitais na época. Chegou a realizar estágio no hospital antes de começar a realizar os partos nos domicílios. Mesmo depois de casada e com filhos, continuou exercendo a profissão, com o auxílio do marido e filhos, que a levavam e a buscavam das residências.

Percebemos que essa atividade lhe dava certo 'status', a ponto de que sua família a ajudava e incentivava. Percebemos que sua família era de certa forma economicamente estável, possuíam propriedades rurais e lojas. Sua família pertencia à elite local. Seus pais eram amigos do médico, por isso permitiram sua aprendizagem e o exercício da profissão.

Quando perguntamos como fazia para sair de casa e trafegar por longas distâncias quando seus filhos eram pequenos,

afirmou que tinham várias empregadas na casa e sua mãe – que morava perto - também auxiliava com as crianças. Afirmou que cobrava por seu trabalho, mas que não deixava de fazer o parto se não podiam pagar. Disse que muitas pessoas ficavam de pagar depois e nunca pagaram. Por várias ocasiões na entrevista disse que nunca lhe aconteceu nenhuma cena de violência, embora entrasse nas casas de pessoas que nem conhecia. Demonstrou perceber que hoje em dia o risco seria bem maior. Demonstrou preocupação com a violência atual.

No que se refere aos cônjuges, chamou a atenção o fato de que nem Maria e nem Ana falaram muito de seus falecidos maridos. Eles não pareceram estar muito presentes em suas memórias, pelo menos no momento das entrevistas. Como abordamos fortemente suas trajetórias profissionais, nos pareceu que eles não tiveram destaques neste âmbito. Ambas demonstraram muita autonomia em suas trajetórias, o que a literatura de gênero mostra que não era situação comum.

Sobre a solidão, interessante perceber que Maria, embora more sozinha, não demonstrou em nenhum momento se sentir só. Possui vida social ativa e visita parentes constantemente, inclusive viaja para isso. Já Ana, embora more com parentes e pareça ser muito bem tratada, com uma boa estrutura a sua disposição e com parentes que a tratam com bastante carinho e atenção, nos pareceu se sentir mais solitária. Inclusive ela verbalizou isso. Não nos pareceu que seja saudades de alguém especificamente, mas a sensação de impotência em função de suas limitações físicas a fazem se sentir solitária.

Considerações finais

Finalizamos este texto com a compreensão que o campo de estudos sobre envelhecimento ainda possui longo caminho a ser trilhado, especialmente na intersecção com os estudos de gênero e com o mundo do trabalho. Este trabalho é apenas um pequeno exercício de pesquisa que serve para nos mostrar o quanto existe um campo vasto de possibilidades investigativas interdisciplinares a ser descortinado.

Os dados mais atuais sobre o trabalho feminino, mostra que as mulheres ainda são discriminadas no mundo do trabalho, embora já atuam diretamente no mercado de trabalho e em áreas antes inatingíveis para as mulheres. A relação entre os espaços privados e públicos ainda é ambiente de enormes disparidades entre os homens e as mulheres, pois elas somam jornadas de trabalho nos lares e nas empresas, recebem salários mais baixos, são vítimas de assédios, tanto nos ambientes de trabalho como nos espaços públicos em geral.

As mulheres idosas, além de serem parte desse grupo, nas sociedades capitalistas onde o mundo do trabalho exige e valoriza tudo que se refira à juventude[6] e descarta tudo que é considerado 'velho' (incluindo os objetos), tratando de forma pejorativa tudo que possa ser visto como usado, velho, ultrapassado, são foco de mais preconceitos e discriminações, numa sociedade que fortemente discrimina as pessoas idosas.

Referências

BRASIL. **Estatuto do Idoso - 2003**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino na história. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

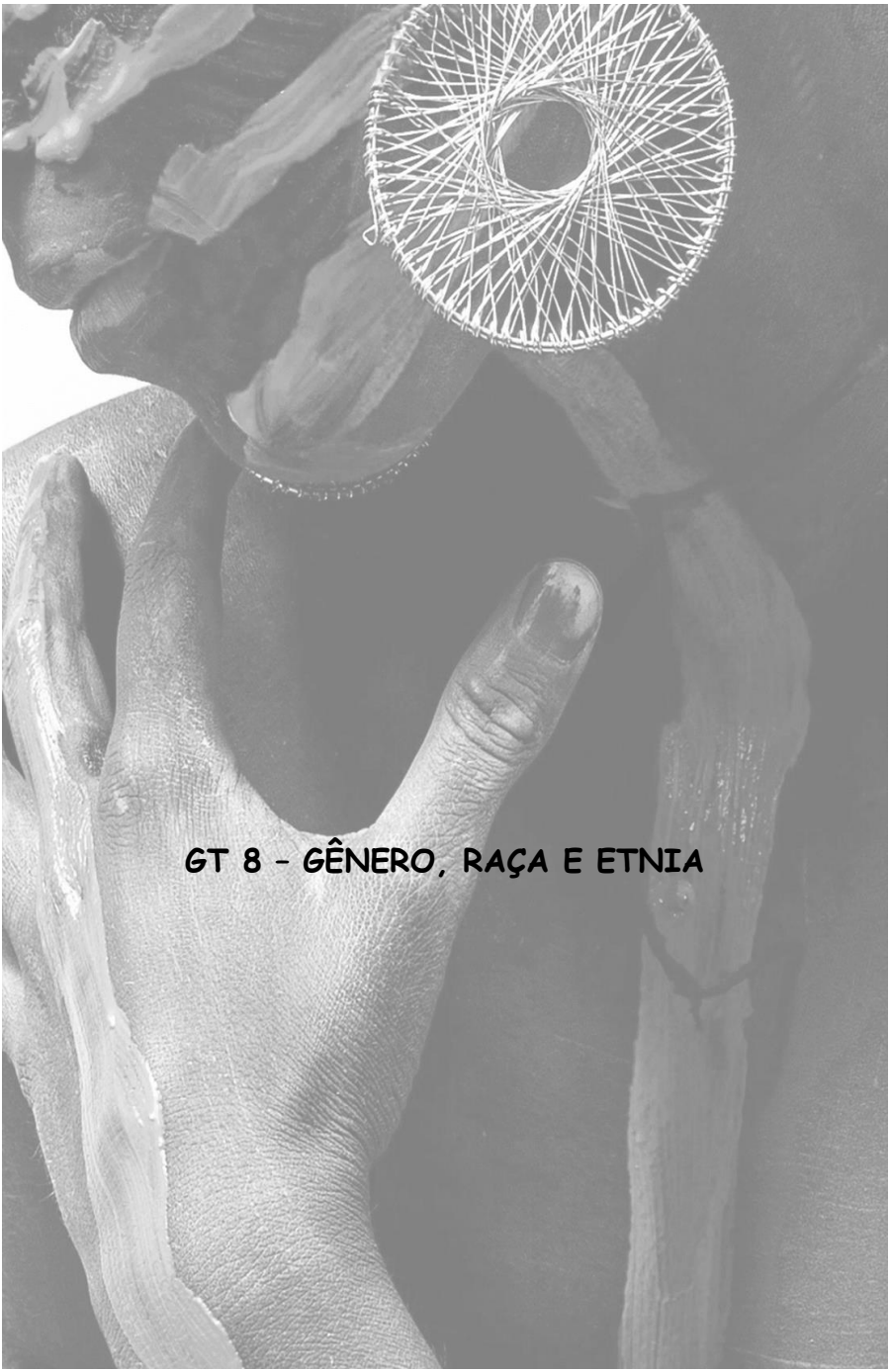
_____ , TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero.** Dourados: Ed. UFGD, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

JODELET, Denise. O movimento de retorno do sujeito e a teoria das representações sociais. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JESUÍNO, Jorge Correia. Imagens da velhice. In: TURA, Luiz Fernando R.; SILVA, Antonia Oliveira (orgs.). **Envelhecimento e representações sociais**. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

[6] Entendendo juventude aqui na forma de aspectos como estética, energia, vitalidade, saúde, mas também de forma coisificada, como objetos novos e descartáveis, a ideia de moderno e atual, etc.



GT 8 – GÊNERO, RAÇA E ETNIA

REFLEXÕES ACERCA DA PRESENÇA FEMININA NA IMPRENSA NEGRA: O CASO DO JORNAL *A ALVORADA*

Ângela Pereira Oliveira[1]

A história do negro no Brasil é marcada por diferentes estratégias de resistência ao racismo à brasileira. Um racismo que não fora marcado constitucionalmente nas suas leis, mas que se praticava cotidianamente nas relações sociais. Muitos foram os estereótipos criados em relação ao negro, inclusive pela própria historiografia. A contribuição da historiografia para esse processo se deveu em parte a ela preocupar-se com os grandes vultos históricos, influenciada pelo positivismo, invisibilizando as camadas populares. Entre os populares estavam uma grande parcela de descendentes de africanos.

No caso do Rio Grande do Sul, a invisibilidade creditada ao negro pela historiografia fora ainda maior. Uma vez que os estudos históricos transformaram o estado em predominantemente branco, principalmente em função da imigração e colonização alemã e italiana. Nesse cenário de benefícios concedidos aos novos habitantes desse território os negros procuraram se articular e reivindicar direitos, mas principalmente valorização e respeito. Atualmente, muitos estudos têm contribuído para a ampliação de conhecimento e correção de reducionismos históricos. Esses estudos em parte são fruto das mudanças no ensino superior na qual se tem visto cada vez mais a presença de alunos negros, além da ampliação de vagas e de ofertas em cursos de pós-graduação.

[1] Formada em Licenciatura em História pela UFPel, em 2015. Ingressou neste mesmo ano no Programa de Pós-graduação em História da UFPel, como bolsista Capes. Atualmente além de mestranda também é acadêmica do curso de Bacharelado em História. Atuando nas discussões baseadas na história social do negro, desenvolve estudos no campo do pós-abolição. Trabalha principalmente com a imprensa negra e é orientada pela professora Dra. Beatriz A. Loner. E-mail: angelapoliveira2@gmail.com

A história do Rio Grande do Sul é marcada de especificidades no que se refere a sua formação populacional e, as suas relações sociais e raciais, por exemplo. A cidade de Porto Alegre, capital deste estado, fora um espaço cheio de negros que se diferenciaram intelectual e socialmente. Entre os anos de 1889 e 1920 esses negros se articularam conjuntamente em espaços sendo responsável pela fundação de sociedades recreativas, mas também beneficentes (MULLER, 2013). Esses negros buscaram estratégias de compras de alforrias para seus irmãos, além de se preocupar com a instrução e estimular a acumulação de pecúlios.

Quando nos voltamos mais ao sul do Estado, para a cidade de Pelotas, também é possível nos depararmos com algumas das estratégias adotadas pelos negros da região. Mas estratégias de que? Estratégias organizativas, por exemplo, para fazer frente às formas de discriminação que lhes eram impostas. A cidade de Pelotas possuiu, por muito tempo, um papel de destaque no cenário econômico da região sul e do estado. A atividade que proporcionou uma imensa riqueza que futuramente seria empregada na construção desta cidade se deu graças à criação de gado e a feitura do charque. Além de polo econômico Pelotas tornou-se também um grande polo cultural.

O principal trabalhador atuante nesse processo era o escravo que sobreviveu ao trabalho cruel das charqueadas. Neste local ele era exposto às chuvas, ao frio, a má alimentação e a doenças. No entanto, essa realidade que relegava ao negro a exclusão social e o impedia de exercer direitos não terminaria com o final da escravidão em 1988, quando seria assinada a Lei Áurea. Quando se emancipava o negro continuaria sendo marginalizado socialmente, mesmo que sua participação fosse essencial no processo de formação do operariado pelotense. A imigração demorou a chegar à região sul e, quando os imigrantes começaram a se dirigir para cá tinham o intuito de se estabelecer em colônias.

Pensando na necessidade de mão de obra para a implantação de indústrias na região, a população liberta de Pelotas fora incentivada a permanecer no local. E, buscando ser aceito e respeitado o negro buscou se articular e se organizar. Entre as maneiras de conseguir uma união entre seus irmãos, os negros

buscaram formar sociedades (beneficentes e culturais), instituições (por exemplo, sindicatos), e mesmo de um jornal. Este jornal foi de extrema importância na defesa da causa negra e no alcance de seus objetivos, entre eles, combater os preconceitos que impunham uma condição de inferioridade ao negro.

Intitulado de *A Alvorada* o periódico negro tivera a sua fundação no dia cinco do mês de maio do ano de 1907. Sua existência e propagação na comunidade negra esteve atrelada, em especial, a quatro importantes sujeitos, os irmãos Juvenal e Durval Moreira Penny e, os irmãos Rodolpho Ignácio Xavier e Antônio Baobad. "A história do jornal *A Alvorada* se confunde com a própria trajetória dos irmãos Penny e de Xavier" (PERES, 2002, p.128).

A comercialização do semanário também ocorria em outras cidades da metade sul do Rio Grande do Sul como o próprio jornal exibia em suas páginas. Entre essas localidades, além daquela de sua origem, Pelotas, estavam, por exemplo, Jaguarão, Pedras Altas, Cachimbinhas (atual Pinheiro Machado), Cerrito, Rio Grande, Capão do Leão, e Bagé. Correspondentes viajavam para estes municípios a fim de retornarem com novas notícias.

O valor cobrado pela assinatura do periódico era de *um pila*, como o próprio periódico coloca. A fim de demonstrar que não se tratava de um valor excessivo, eles compararam os valores cobrados em ingressos de tetros e de cinema com o valor d'*A Alvorada*. Devido ao seu extenso período de circulação, de 1907 a 1965, ele é considerado um dos mais longos jornais de imprensa negra que circularam no Estado do Rio Grande do Sul.

Fernanda O. da Silva em sua dissertação que fez uso do jornal *A Alvorada* como uma de suas fontes aponta como sendo comum a estes sujeitos "além da cor da pele e da consequente experiência de discriminação racial o que lhes colocava o anseio pelo fim destes preconceitos, o fato de serem operários preocupados com os destinos da classe" (SILVA, 2011, p.136). O jornal além de contemplar assuntos direcionados para a "população negra e operária da região", também se preocupava em dar destaque aos "eventos desta comunidade" (MESQUITA; SCHIAVON, 2013, p.289).

A Alvorada "além de um órgão de caráter político foi significante também para a afirmação da autoestima da etnia" isto porque neste periódico os negros "eram representados através de fotos, homenagens, tributos, o que não acontecia nos demais jornais diários" (TAVARES, 2007, p.07-08). Tudo isso mais a escrita e posicionamentos adotados pelo hebdomadário "evidenciam a procura e defesa de uma identidade racial positiva para si" (SILVA, 2011, p.136).

Como foco *A Alvorada* declara que "se propunham lutarem contra a discriminação racial e se posicionarem em defesa do operariado pelotense", como consta em seu cabeçalho e, para tal obedeciam a um programa estabelecido por eles (SANTOS, 2003, p.20). Este programa, além do apontado, também pregava "a defesa da raça, através da denúncia de atos discriminatórios" (SILVA, 2011, p.138). Além de seu objetivo principal que "era servir como veículo de informação agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor" (*idem, ibidem*, p.138).

O jornal abrangia "poesia, teatro, música, conselhos e fofocas que tinham o objetivo de indicar regras morais e de comportamento para os leitores, bem como juízos afirmativos de uma identidade negra" (SANTOS, 2009, p.184). Por se tratar de uma imprensa voltada aos negros, a cobrança sobre o seu comportamento na sociedade tinha um apelo muito forte no sentido de se exigir deles condutas mais que exemplar. Assim buscavam contradizer o caráter negativo que os brancos incutiam sobre suas práticas e também acreditavam que esta seria uma maneira de diminuir as alteridades entre brancos e negros. Lembrando que os negros diariamente eram estigmatizados pela sua cor. Por esse motivo, uma de suas lutas esteve pautada na "busca pelo fim dos preconceitos de cor" (SILVA, 2011, p.135).

Os jornais da imprensa negra visavam o fortalecimento de suas comunidades enfrentando à situação de marginalização social. Uma das formas encontradas e muito utilizada neste espaço para fazer frente a essa situação era a defesa da educação. Eles acreditavam que a educação seria um dos meios de se combater a marginalização do negro, superar os preconceitos e ser tratado com mais igualdade. Já o fortalecimento da comunidade negra se

dava através da "superação dos complexos e estereótipos que os inferiorizavam na busca da mobilidade social" (SANTOS, 2006, p.157).

Através dessa imprensa é possível se apropriar dos modos de resistência e das lutas travadas por estes grupos. A concepção da imprensa pelos negros também é uma maneira de organização por eles formada que permite ao pesquisador lançar novos olhares sobre a participação do negro na história. Esses novos olhares permeiam o entendimento sobre o movimento negro não organizado (no sentido instituições reconhecidas pelo estado), pensar o papel do negro enquanto intelectual e escritor da sua própria história, por exemplo. A participação das mulheres e o seu papel desempenhado na imprensa negra, também seria outro exemplo, pois, se o negro fora invisibilizado pela historiografia a mulher negra fora ainda mais.

A exclusão a que o negro estivera condicionado na sociedade brasileira também se perpetuou aos materiais por eles produzidos. No âmbito acadêmico, por exemplo, a imprensa negra durante um bom tempo estivera esquecida pelos pesquisadores. Os jornais de um modo geral custaram a cair no gosto dos historiadores e, a imprensa negra custou ainda mais. Esse pouco prestígio delegado a esses materiais enquanto fonte de pesquisa ocasionou na perda de muitos exemplares que não tendo valor de documento histórico foram menosprezados. O que é um grande problema para muitas pesquisas já que alguns jornais foram excluídos, perdidos, jogados fora, mal cuidados, mal armazenados e mal conservados. São muitos os que não possuem acervo completo e que, infelizmente, deixaram muitas perguntas sem respostas.

A valorização dos jornais produzidos pelos negros passou a ser feita a partir das pesquisas desenvolvidas pelo francês Roger Bastide. Em sua estada pelo Brasil, entre os anos 1938 a 1954, ele desenvolveu todos os seus trabalhos junto a USP e ao sociólogo Florestan Fernandes. Bastide se propôs a estudar o negro brasileiro através de diferentes aspectos e focou-se, principalmente, no âmbito religioso e cultural. Sua atuação foi importante para a concepção de muitos registros e informações no que diz respeito à população negra brasileira. Bastide foi o

primeiro pesquisador a se voltar para o estudo dessa imprensa e atribuiu a ela o nome de imprensa negra. A partir dele, essa imprensa passa a ser utilizada também por outros pesquisadores.

No entanto, os estudos realizados por Bastide, no que dizem respeito à imprensa negra, devem ser utilizados com cuidado nas novas pesquisas. Isso acontece porque o autor não consegue romper com a visão estereotipada existente a respeito do negro que vigia no pensamento sociológico brasileiro naquele momento e, acaba por reproduzi-la. Nessa época, a grande preocupação dos pesquisadores era desconstruir a concepção anteriormente estabelecida de que a escravidão brasileira tinha produzido relações sociais amenas. Essa visão se deu principalmente em função dos escritos de Gilberto Freyre. Enfim, toda geração de pesquisadores que estiveram atuantes nesta época se preocuparam tanto em retratar a violência do sistema escravista que tiraram do negro a sua possibilidade de atuação.

Por isso, como pesquisadoras dessa imprensa buscamos nos apropriar daquilo que os autores nos contribuíram tendo sempre cuidado com as suas falhas. Não estamos negando que o negro fora marginalizado e que sua situação social não tenho sido dura. No entanto, algumas experiências paralelas nesse momento bastante confuso no que se refere ao cenário político alguns negros conseguiram a proeza de se afirmar socialmente. Outra característica importante a qual Bastide atribuiu a esta imprensa seria de que ela possuía um caráter masculino, sendo escrita e voltada principalmente para a ala masculina negra.

Visando uma necessidade de discutir as mulheres na imprensa negra pelotense, representada pelo jornal *A Alvorada*, nosso trabalho iniciou-se com a transcrição de escritas assinadas pelas mulheres (em qualquer setor do jornal). Deparamos-nos, primeiramente, com uma grande quantidade de mulheres com nome e sobrenome publicado nas colunas de felicitações. Algumas dessas escritas se repetem constantemente em outros anúncios, o que leva a um entendimento de que o jornal possuía alguns modelos que poderiam ser escolhidos. Enquanto outros, que se diferenciam, nos levaram ao entendimento de que provavelmente poderia ser uma

escrita feita pela própria mulher ou a seu mando. Uma dessas felicitações de parabéns pode ser acompanhada a seguir:

Salve 28-2-1932
Oferecido ao meu querido neto Ary
As andorinhas garbosas
Voam em direção a colina
E vão dizendo que hoje faz anos
O galante Ary Medina.

Hoje dia de teus anos
Mais uma primavera tens,
Aceita querido Ary
Meus sinceros parabéns

Hoje o dia dos teu anos
Uma data assinalada,
Por isto venho felicitar-te
Pela nossa **querida** "Alvorada"
Tua vó F.C. Souza
(*A Alvorada*, 28/02/1932, *grifo nosso*)

Chamamos a atenção para a última estrofe em que a autora se refere ao jornal de forma carinhosa. Esse não era um caso em específico, vários eram os interlocutores que dialogavam com o jornal e o tratavam de forma doce e delicada. Ainda, é bastante comum nos deparamos com um casal mandando mensagem para alguém, na maioria das vezes, parentes seus e, de felicitações entre amigas. Muitas dessas felicitações são poesias curtas. Há um espaço no jornal dedicado a poesias que apresenta algumas mulheres como autoras, mas é mais comum encontrar elas como musas inspiradoras já que seus nomes por vezes aparecem nesses escritos.

Durante o ano de 1932, em várias edições do semanário foi publicado sob o título de "Álbum das belas", em cujo autor assinava pelo nome de Beija flor, vários poemas. Cada estrofe desses poemas fazia alusão ao nome de uma mulher diferente. Também nos deparamos com mulheres que ofereciam suas poesias a seus

amados, como uma forma de flertar com um pretendente através do periódico.

A mulher estava em alta quando o assunto era religião. De cunho predominantemente católico, as colocações feitas no jornal que tratavam a respeito do tema eram assinadas por mulheres e provavelmente se direcionavam a elas. Essas colocações no que se refere a religião tratavam de amor ao próximo, da vida de Jesus e seus ensinamentos e, da prática da caridade. O próprio jornal em certos momentos critica abertamente algumas "atitudes fradescas" na qual pessoas de cor eram impedidas de frequentar espaços religiosos (*A Alvorada*, 01/11/1931). As mulheres também aparecem em textos ao longo do jornal, sem local específico, tendo sua escrita publicada por nele. Um desses textos, optamos por transcrevê-lo aqui por julgar que seria pertinente discutir alguns elementos que contem nessa escrita e, que nos possibilitam entender o contexto social de sua escrita.

> Morte, oh! Morte, porque não desfechas o teu sublime golpe sobre mim, já sinto quase morto o coração quanto mais vejo os dias passarem, mais **revoltada** fico **contra a sociedade atual**, reconheço que não posso suportar esses **sarcasmos** de uns, **indiferenças** de outros, sinto meu sentimento nobre abandonar-me para dar lugar ao sentimento de revolta, perante tanta ignomínia desta sociedade falsária, orgulhosa e sem moral.
>
> Tenho o coração serrado a todas as palpitações desta vida, o espírito sempre em luta e a alma envolta no negro e esfarrapado mato da descrença de ver as infâmias, as baixezas, as **desigualdades dessas sociedades**, as perseguições dos grandes contra os pequenos, os **preconceitos de raça** e somente ter valor e todas as honrarias o corrupto, o devasso, o vilão, que tem a bolsa cheia de ouro e que traja corretamente.
>
> Ah sociedade, vais te afundando no lodaçal das tuas misérias...
>
> Morte oh! Morte, porque não despejas o teu sublime golpe sobre mim.
>
> Alzira Rosa
>
> (*A Alvorada*, 19/06/1932, *grifo nosso*)

Esse texto nos permite discutir diversas questões. Fica claro que se tratava de um desabafo de insatisfação com o meio social no qual esta pessoa estava vivendo. Podemos apontar que se ela não sofria preconceito por conta de sua cor, alguém muito próximo a ela, alguém a quem ela nutria imensa afetividade sofria. Essa conclusão se deveu em parte as palavras grifadas no texto: revoltada contra a sociedade atual, sarcasmos, indiferenças, desigualdades e preconceito de raça. No inicio do texto quando ela coloca que seu coração já esta morto fica enfatizado a grande magoa que ela nutre pela sociedade. Por fim, a percepção da autora de que a sociedade é cruel fica ainda mais evidente quando ela conversa diversas vezes com a morte pedindo que esta venha, então, buscá-la.

O jornal dialoga com as mulheres e para elas em assuntos que eram pertinentes a todos os negros: a educação. Tendo promovido uma campanha em prol da educação da população negra o jornal dedicou vários de seus cadernos a tratar a respeito do tema. Por exemplo, no jornal editado com a data de 19 de março de 1933, o semanário publicou uma fala em defesa da educação feminina. Dizia: "A mulher é a mãe da humanidade. Dela depende as gerações de seres capazes, ou incapazes, homens ou autômatos, senhores ou escravos, consciências, ou farrapos morais. Ninguém precisa mais de instrução do que ela".

A vinculação da mulher a mãe é bastante comum quando a intenção é exaltar a personagem feminina. Essa colocação da mulher como mãe aparece em vários cadernos. Em um deles encontramos um texto de exaltação da mãe e com certa melancolia daquele que não a possui. O texto se encerra dizendo que "a maior felicidade que possa almejar um mortal é ter mãe, e receber todos os carinhos e provas de amor puro e sincero que dela emana com todas as forças, de um coração intemerato e puro!"

Se opondo a essa mulher representada na figura da maternidade, pessoa exemplar e admirável também é possível se deparar nessa imprensa com colunas de fofocas que tinham por objetivo fazer um controle sobre as práticas sociais do negro. Da mesma forma que discutiam a maneira inadequada na qual se comportavam alguns homens desta comunidade o jornal fazia

críticas para "levar ao conhecimento dos que fingem não verem e não enxergarem os modos inconvenientes de certas mocinhas, em casa, no cinema, na rua e na sociedade" (*A Alvorada*, 03.04.1932). O alvo preferido das colunas de fofoca que policiavam o comportamento eram as mulheres.

Uma das colunas mais esperadas e mais temidas era aquela intitulada de *Pesquei e*, que era assinada pelo codinome de *Dr. Pescadinha* (OLIVEIRA, 2015). Quem escrevia nessa coluna era o dono deste semanário Juvenal Penny. Além de divulgar as iniciais e o comportamento inadequado de certas moças, o que acabava por expô-las ele também dava conselhos a essas jovens.

Enfim, nesses diferentes momentos foi possível acompanhar e observar como a imprensa dialogava para as mulheres e com elas. Sendo possível destacar diferentes ocasiões em que elas se fizeram presentes nas páginas desse semanário. Mesmo que o jornal fosse predominantemente masculino as mulheres também estiveram presentes, não apenas como leitoras também como participantes da construção dessa imprensa. Em alguns pontos como a questão religiosa, mas especificamente, a caridade, as mulheres era o grupo alvo, o que demonstra um interesse em prenda-las e agrade-las enquanto leitoras desse jornal.

Porém, um elemento de deixou bastante incerto quanto ao fato de se tratar de fato de mulheres foi que alguns textos, em posição de destaque no jornal tinham a assinatura feminina com apenas o primeiro nome. Não é novidade que a imprensa faça uso de codinomes e que, homens também utilizem de codinomes femininos. Buscamos atentar nosso olhar para estes textos, no entanto, gostaríamos de deixar claro que não há certezas sobre o fato de se tratar de uma mulher. Um exemplo, desse tipo de texto segue abaixo:

> E vós, meu amigos? Sabe-se lá os terríveis sacrifícios que vossos pais sofreram para os manter numa inferior escola primaria até a a idade em que pudessem ser aproveitados na batalha encarniçada e exaustiva da conquista do pão de cada dia?! E quantos de vos nem se quer essa rudimentar instrução tiveram. Não havia sapatos, não havia roupas de inverno para ir ao colégio e o pão escasseava em casa e não

> havia animo para aprender coisa nenhuma... Mas agora poderão sobrepor a todos esses obstáculos que os mantiveram na ignorância, força única e invencível: a vontade! (...) E todos poderão usufruir, talvez num futuro muito próximo, o fruto da própria tenacidade, caminhando deste modo a passos largos para a verdadeira emancipação da raça. (...) Avante, pois meus jovens amigos! Na fonte luminosa do Saber, bebei o filtro milagroso que vos transportara ao verdadeiro lugar que vos cabe na espécie humana e do qual os impostores vos afastam, cultivando a vossa ignorância e cegueira – armas com que a classe dominante vos escraviza há séculos.
> Tania
> (*A Alvorada*, 11/06/1933)

As mulheres são parte essencial para o entendimento da sociedade no pós-abolição e para a compreensão de seus papeis na constituição desses espaços que proporcionaram uma rede de relacionamento entre os negros na cidade de Pelotas. Elas se fizeram presente desde o começo da constituição desses espaços, de diferentes formas. Quanto a utilização do termo negro neste texto, sabemos que definir quem é negro no Brasil é uma difícil tarefa haja vista a grande diversidade e a influência da miscigenação. Por isso, finalizamos mencionando que a adoção do termo negro está diretamente ligada a um posicionamento político que atrela ao vocábulo toda uma significação histórica, que tem início com a diáspora e que permanece durante todo o contexto de resistências e lutas contra as diferentes formas de preconceito, tanto racial quanto de cor.

Fonte

Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense
Fundo: Jornais
A Alvorada, de 1931 a 1935.

Referências

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, pp.129-156,

1983. Acesso em dezembro de 2013. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1416/A_imprensa_negra_no_Estado_de_Sao_Paulo.pdf

MESQUITA, Natiele Gonçalves; SCHIAVON, Carmem G. Burget. Movimento negro no ensino de história: o jornal A Alvorada como uma possibilidade de concretização da lei 10.639/03. **Revista Latino-Americana de História**. Agosto de 2013, v.2,n.6, edição especial, pp.286-297.

MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. Padrões comportamentais definidos para os negros de pelotas através do periódico A Alvorada, 1932-1935. **XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.** Anais eletrônicos, Florianópolis – SC, 2015, pp.01-15. Disponível em: www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares acesso em janeiro de 2016.

PERES, Eliane. **"Templo de Luz": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 – 1915).** Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Brasil meridional. *Ìrohìn*. Brasília, ano XI, n.16, abril-maio de 2006.

_____. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. **RS negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. pp.83-99. Disponível em www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/ acesso em junho de 2013.

_____. **Raiou a Alvorada:** Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas. Ed. Universitária, 2003, v.7.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943). Porto Alegre, 2011. Dissertação de Mestrado, faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-graduação em História, PUCRS.

TAVARES, Viviani dos Santos. DR. Pescadinha em cena. Pelotas, 2007. 18f. (Pós-graduação em História do Brasil – Universidade

Federal de Pelotas). Disponível em: Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UFPEL).

GÊNERO, RAÇA E ETNIA: A PEDAGOGIA GRIÔ COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Cristiane Bartz de Ávila[1]
Ângela Mara Bento Ribeiro[2]
Maria de Fátima Bento Ribeiro[3]

Introdução

O presente trabalho pretende tecer considerações sobre a importância da pedagogia Griô para a educação como uma forma de abordar questões referentes as relações étnico raciais na escola, com o objetivo de contemplar o cumprimento da lei 10639/2003. Para tanto, pretende-se utilizar como embasamento teórico Michelle Perrot que enfatiza o papel da mulher como organizadora dos espaços sociais referentes inicialmente ao privado e mais tarde ao público e Joan Scott para trabalhar com a categoria gênero, o que traz importantes contribuições para entendermos os papeis sociais atribuídos às mulheres como algo que foi construído socialmente. A pedagogia Griôt, como uma forma de valorização ancestral da cultura africana, nos traz a possibilidade de dialogar com a diversidade de sujeitos e conteúdos presentes em uma comunidade escolar e o papel da mulher se torna fundamental.

[1]Professora de história do município de Pelotas – Doutoranda Faculdade de Educação/UFPel - bolsista CAPES, membro do grupo de pesquisa "cultura, cidades, políticas e fronteiras"– crisbartz40@yahoo.com.br

[2] Professora do curso de turismo da Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA - Campus de Jaguarão-RS- Doutoranda em Letras/Linguística Aplicada, bolsista CAPES/PROSUP, pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) Membro do grupo de pesquisa "Laboratório de Estudos Avançados de Linguagens" (LEAL/UCPel) - angetur.ribeiro8@gmail.com

[3] Professora Doutora em História do curso de Relações Internacionais /UFPel – coordenadora do grupo de pesquisa "cultura, cidades, políticas e fronteiras"mfabento@hotmail.com

Como exemplo, pretendemos analisar alguns aspectos da trajetória de uma figura conhecida em nossa região, Dona Sirley Amaro, que nos encanta com sua prática, tanto voltada para as crianças nas escolas, como para os educadores que as atendem.

Considerações iniciais

A valorização do patrimônio imaterial a partir de algumas décadas abre espaço para discussões sobre a valorização de saberes-fazeres, práticas de grupos vinculados à cultura não europeia. A partir de lutas dos movimentos sociais, em especial de grupos vinculados ao movimento negro, foram aprovadas leis afirmativas como é o caso da 10639/2003[4], que versa sobre o estudo da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino básico: públicas e particulares principalmente nos componentes curriculares de história, artes e português/literatura.

No Brasil, o panorama começa a mudar a partir da Constituição de 1988, com os artigos 215 e 216, os quais fazem menção sobre o patrimônio cultural brasileiro ser constituído pela natureza material e imaterial, onde há referência à valorização das manifestações culturais das mais diversas etnias, das quais também ganham relevância a indígena e a afro-brasileira. Segundo Edgar De Decca (2002), o indígena e o africano foram excluídos do projeto de nação no período pós-abolição.

Anibal Quijano(2005), contribui para legitimar a ideia exposta acima:

> Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre os europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova

[4] Em 2008 foi aprovada a 11645/2008, que inclui o estudo da cultura indígena.

> maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papeis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

Nas décadas finais do século XX novos elementos foram trazidos para a pauta dos debates sobre as políticas culturais e patrimoniais assim como a historiografia volta seu olhar para a história dos "excluídos", o próprio Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN[5], que no Brasil é o órgão responsável pelas políticas de valorização patrimonial, começa a promover o debate intercultural, pautando suas ações no conceito também de Cidadania Cultural. A cultura e a cidadania ganham destaque como importantes elementos de inclusão e valorização na promoção de um diálogo intercultural, em que as culturas afrodescendentes e indígenas são trazidas para o debate, assim, reconhecendo que a cultura não é homogênea e sim atravessada por contradições e conflitos. NOGUEIRA (2008) desenvolve a ideia do reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional no sentido de valorizar a identidade dos afrodescendentes e nos traz considerações sobre a importância de ações voltadas à educação patrimonial:

[5] Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, que durante muito tempo valorizou somente o patrimônio material, também denominado "pedra e cal". Nas últimas décadas há um novo olhar, valorizando também os saberes-fazeres das comunidades e grupos "minoritários", o que está ligado às discussões sobre patrimônio imaterial.

> [...] com o objetivo de contribuir para uma reflexão que apreenda os sentidos do patrimônio como um permanente processo de produção de referenciais identitários de grupos, indivíduos, classes, etnias etc., e não mais somente de legitimação de um Estado e memória nacionais [...] [...] caberia à educação patrimonial no projeto de reeducação das relações étnico-raciais [...] (NOGUEIRA, 2008, p.235).

A educação patrimonial pode vir a proporcionar reflexões em escolas, espaços culturais e universidades, porém não se configurando apenas num espaço de discussão da alteridade, do diferente, de gênero, de raça e etnia, mas o espaço do exercício da inclusão. Precisamos estar preparados para trabalharmos com as diferenças, segundo o filósofo português Antonio Pinto Ribeiro " é preciso aprender a construir com o outro." Umas das falências do multiculturalismo tem a ver com essa convicção de que bastava as pessoas estarem juntas para que a sociedade se alterasse." (RIBEIRO, 2012). Segundo esse intelectual não basta apenas reunir os diferentes é preciso um projeto político, por isso, a interculturalidade é nos nossos dias um conceito tão debatido.

Uma ação conhecida em tempos atuais a qual aglutina a educação patrimonial em suas práticas é a "ação griô", ligada à valorização dos saberes-fazeres ancestrais africanos. Utilizando a tradição oral, os griôs[6] recriam e reelaboram as tradições africanas no espaço da diáspora africana e colonização brasileira.

[6] O termo Griô é universalizante, porque ele é um abrasileiramento do termo Griot, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra "Creole", ou seja, Crioulo a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo gritadores, reinventado pelos portugueses quando viam os griôs gritando em praça pública. Foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes que estudavam na língua francesa para sintetizar milhares de definições que abarca. O termo griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país. Em África, existem termos em cada grupo étnico: Dioma, Dieli, Funa, Rafuma, Baba, Mabadi… Os primeiros povos do Brasil também reconhecem no termo Griô a definição de um lugar social e político na comunidade para transmissão oral dos seus saberes e fazeres, a exemplo

Acreditamos que uma alternativa para o cumprimento da lei 11645/2008, seja por meio, de ações que envolvam Educação Patrimonial posto que a "*educação Patrimonial tem como ponto de partida o patrimônio como fonte de conhecimento, trata de compreender o seu valor para a* ***VIDA***" (grifo nosso). " Pode ser definida como um instrumento de 'alfabetização cultural', que possibilita o indivíduo fazer leitura do mundo que o rodeia, e pode ocorrer na escola, bem como em todos os espaços sociais" (HORTA, 2006, p. 6).

Cultura Griô: *"Com Agulha, Linha e Pano a Griô Canta e Conta Histórias".*

Segundo Mestre Alcides de Lima & Ana Carolina Francischette da Costa (2014), a "tradição dos Griôts" vem da África e foi resignificada no Brasil para aglutinar também a cultura indígena em suas contações:

> É nesse contexto cultural que podemos situar a apropriação do *griot* africano pelo Griô brasileiro. A partir dessas matrizes culturais africanas e indígenas desenvolvem-se diversos grupos que têm na tradição oral a transmissão de seus conhecimentos e saberes advindos da vivência e experiência do mundo. Segundo Líllian Pacheco e Márcio Caires, os Griôs seriam as pessoas responsáveis pelos ensinamentos e transmissão de conhecimentos tradicionais, ligados à oralidade e a saberes referentes ao mundo sagrado e profano. Assim poderíamos identificar como Griôs as rendeiras, as mães e pais-de-santo, as reiseiras, os mestres de capoeira, os mestres de samba-de-roda, as rezadeiras e curadores, as parteiras e muitos outros personagens representantes da sabedoria da tradição oral.

dos Kaingang do Sul, dos Tupinambá das Aldeias Tukun e Serra Negra (BA) e os Pankararu de Pernambuco, os Macuxi em Roraima, e tantos outros que participam da Rede Ação Griô Nacional contam sobre os Morubixabas, Kanhgág Kanhró... e o Griô contempla todos. (**O que é Griô?** disponível em: http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-grio/ , acesso em 19.06.2016)

> Assim, ao falar de Griôs brasileiros, podemos citar instituições religiosas tradicionais cuja importância é inegável na formação da identidade cultural brasileira que são os terreiros e grande parte das manifestações de matrizes africanas como os congados, reisados, a capoeira, os batuques com suas cosmologias, linhagens, formas de organização e transmissão de seus saberes e fazeres através da tradição oral. Tanto os pajés – das comunidades indígenas – quanto os zeladores de santos (babalorixá e yalorixá), mestres de capoeira, capitães de congado apresentam correspondências com as formas de transmissão e aprendizagem da *palavra* que conforma o lugar de cada um deles na vida social das comunidades em que estão inseridos. Essas pessoas são reconhecidas pelas suas comunidades como referências, como mestres, "conhecedores" em seus saberes e fazeres. (LIMA & COSTA, 2014, pgs.257-258).

Atualmente temos em tramitação o Projeto de Lei Griô 1786/2011 e a Lei dos Mestres 1176/2011 as quais visam a valorização e a regulamentação das atividades exercidas pelos Griôs, incluindo a figura do "Griô aprendiz" o qual tem um papel especial em relação às escolas e ao papel pedagógico exercido nestas ações.

> II – Griô Aprendiz: todo(a) cidadão(ã) que exerce um papel de aprendiz vinculado formalmente aos Griôs e Mestres de tradição oral que lhe iniciam nos saberes e fazeres tradicionais ao longo de toda a sua vida, que possui uma linguagem artística e uma pedagogia, cuja missão é mediar suas aprendizagens com o universo da educação formal e informal;(PL 1176/2011, p. 01)

Dessa forma, além da constituição de uma mobilização em torno da valorização da cultura transmitida de forma oral, têm-se a preocupação com a transmissão desses conhecimentos de uma maneira pedagógica, de forma a dialogar com as escolas e a comunidade escolar.

Como exemplo local, apontaremos na cidade de Pelotas[7], Sirley Amaro, mestra Griô que tem seu trabalho em 2007 reconhecido pelo Ministério da Cultura. Em 2013, ela foi ganhadora do prêmio Culturas Populares edição 100 anos de Mazzaropi. Em suas narrativas enfatiza a história da Cidade, trazendo em suas cantigas temas como o charque e o carnaval de Pelotas.

A mestra Griô Dona Sirley Amaro, realiza trabalhos junto às escolas, apresentações nos eventos culturais, trazendo, por meio da oralidade e da musicalidade os valores civilizatórios da cultura afrobrasileira. Seu trabalho tem um protagonismo feminino o qual podemos comparar com as ideias debatidas por Michelle Perrot ao mostrar como as mulheres têm conquistado participação nos espaços políticos e sociais, em especial nos espaços públicos da cidade. "Partiu de uma história de mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas nas múltiplas interações que provocam mudanças." (PERROT, 2007, pg.15-16)

Jean Scott atribui a questão de gênero como algo construído socialmente, algo que podemos relacionar também como o conceito de raça e etnia foi construído em nossa sociedade. Essas categorias ao ser construídas foram permeadas pelas relações de poder, o papel educativo por meio da oralidade fortalece a valorização das diferentes culturas, promovendo reflexões sobre a diversidade cultural material e imaterial.

Dona Sirley com sua indumentária e adereços contribuem para que sua performace atinja os objetivos desejados. Quando ela abre uma apresentação faz um cortejo Griô, tem um jeito específico de narrar o passado, vem cantando, geralmente batendo

[7] Em Pelotas-RS, temos uma herança cultural africana e afro-brasileira muito presente, tendo em vista esta ter sido uma cidade charqueadora, cujo pilar foi a mão de obra escravizada. Podemos citar também como figuras importantes da tradição Griõ, Mestre Batista (já falecido e que recebeu reconhecimento do Ministério da Cultura *IN MEMORIAN* - conforme notícia veiculada no jornal local disponível em: http://diariodamanhapelotas.com.br/site/culturas-populares-ministerio-premia-grio-baptista/) e Dirlemando Freitas que reviveram a tradição do Sopapo, instrumento musical semelhante ao tambor, utilizado pelos escravizados, feito de tronco de árvore. Atualmente, Dilermando ministra oficinas de preparação e toque do sopapo em escolas e Organizações não Governamentais.

com pilão, ou tocando xequerê ou pandeiro[8]. Sempre tem enfeite no cabelo, geralmente um lenço, com fuxicos, bonecas de pano ou Abayomis grudadas na roupa. Michelle Perrot (1989) em sua abordagem sobre a memória feminina trabalha com a ideia de que a mulher é mais atenta aos detalhes, mais voltada às manifestações do dia-a-dia.

Figura 1: Oficina Griô de Roda de Samba
Fonte: Disponível em:
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1457893534236347&set=rpd.100000471435980&type=3&theater
acesso em 19.06.2016

[8] Pilão, xequerê e pandeiro são instrumentos utilizados pela tradição afro-brasileira.

Outra característica importante é que suas cantigas são antigas, remetem à uma infância pretérita aos adultos, cujas memórias emergem. Quanto às crianças, ensina valores através da evocação de um passado ancestral. Utilizamo-nos mais uma vez a contribuição de Perrot (1992), que nos coloca a importância das mulheres. Dessa maneira, achamos conveniente a citação abaixo, que esclarece um pouco da condição da fala feminina, segundo a mesma autora:

> Pela sua irreverência, ironia e espontaneidade, a fala das mulheres é prenhe de subversão. Ela conserva esse no-que-me-diz-respeito, essa distância que permite que os humildes preservem sua identidade. Resgatem sua memória. É também pelas mulheres-mulheres crepusculares- que se transmite, muitas vezes de mãe para filha, a longa cadeia de histórias de família ou aldeia. Enquanto a escola, as formas modernas de organização, o próprio sindicalismo constroem histórias oficiais, depuradas e acabadas, as mulheres guardam o traço do que se gostaria de recalcar. [...]As lembranças da escravidão, abolida apenas em 1888, persistem entre o povo brasileiro através das velhas avós. E os pesquisadores de história oral conhecem por experiência própria a diferença entre a relação dos homens e a das mulheres com seu passado: homens mudos, que esqueceram quase tudo o que não tem ligação com a vida do trabalho; mulheres faladoras, a quem basta apenas deixar vir à onda de lembranças, por pouco que se as interrogue a sós[...] (PERROT, 1992, p. 206-207).

Considerações finais

Assim, é a partir da fala das mulheres, principalmente de uma mestra Griô que as tradições ancestrais africanas, afro-brasileiras e indígenas são resignificadas, recriadas.

Dessa forma, os educadores (tanto os professores quanto os Mestres Griôs e Aprendizes) podem trazer abordagens significativas aos alunos, para que estes entendam sua história

viva. Nesse contexto podemos nos valer das palavras de Paulo Freire:

> [...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (FREIRE, 1996, p. 14).

.

Assim, por meio da educação patrimonial a pedagogia Griô poderá auxiliar na aplicabilidade da lei 11645/2008, pois trará espaços para reflexões em torno das manifestações culturais valorizando o patrimônio imaterial.

Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 99), trabalhando com conceitos da diversidade cultural, esclarece o antagonismo dos termos "identidade" e "diferença". Segundo o autor, ao longo do tempo são as instituições as responsáveis pela fixação das identidades culturais. Este autor aponta ainda que a diáspora africana desestabilizou as identidades e contribuiu para a miscigenação, sincretismo e crioulização[9] culturais. Esses fatores abalaram tanto a identidades homogêneas quanto a identidades subordinadas. Assim, Silva trabalha na perspectiva de uma história que seja contada desde o ponto de vista dos subordinados, dos novos sujeitos, e esta seria a proposta do presente artigo.

Referências:

[9] Segundo um dicionário online, *crioulização* é processo de formação de crioulos, ou, adoção de uma língua estrangeira por uma comunidade, que é a mescla com o seu próprio idioma, criando um léxico e uma gramática mais ou menos distintos dos originais (INFOPÉDIA). Entretanto, os estudos sobre a crioulização no Brasil dizem respeito a uma hibridização de culturas. Numa perspectiva acadêmica, Price (2003) trabalha com dois conceitos: a crioulização cultural e a crioulização demográfica.

Bibliografia

DECCA, Edgar Salvadori de. Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional. **Projeto História**: São Paulo, 2002.

DECRETO nº 3551, **Recomendação para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**, de 4 de agosto de 2000. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Legislação e Políticas atuais. Brasília. UNESCO. Educart, 2008. p. 119-120.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HORTA, M.L.P; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 2006.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**, Porto Alegre: v.15, n.27, p.233-255, jul, 2008.

PACHECO, Lilian. A **reinvenção da Roda da Vida**. Sistematização de vivências, invenções e pesquisas compartilhadas do ponto de cultura Grãos de Luz e Griô. 1ªed. Lençóis, BA, 2006.

PERROT, Michelle. "Práticas da Memória Feminina." **Revista Brasileira de História**. São Paulo:ANPUH/Marco Zero, V. 9 nº18,1989.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Clacso: Consejo Latinoamericano de ciências sociales: Buenos Aires, 2005.

RIBEIRO, António P. Uma identidade sem fronteiras. **Público**, Lisboa, 05 de agosto de 2011, Política cultural, ed. 7790.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol.20, nº2 . jul./dez.1995, pp.71-99. Revisão de Tomaz Tadeu

da Silva.
SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 133p..

Leis e Decretos
BRASIL, **Constituição Federal, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 01.01.2014.
Lei 10639/2003. **Ensino da Cultura afro-brasileira na rede de ensino**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm acesso em: 18.06.2016.
_____11645/2008. **Ensino da Cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino,** de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm .
PARECER ÀS EMENDAS AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO **PROJETO DE LEI Nº 1.176**, DE 2011. (e AO **PROJETO DE LEI Nº 1.786**, de 2011, APENSADO) **Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares.** disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F904594ECA99FD181BA4595568195C27.proposicoesWeb1?codteor=1259789&filename=Tramitacao-PL+1176/2011 acesso em 15.06.2016.

Endereços eletrônicos
DE LIMA, Mestre Alcides; Da Costa,Ana Carolina Francischette. Dos *Griots* aos Griôs: a importância da oralidade para as tradições de matrizes africanas e indígenas no Brasil. **Revista Diversitas,** v. 2, p. 217-245, 2014. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/6.%20LIMA,%20Mestre%20Alcides%20de;%20COSTA,%20Ana%20Carolina%20Francischette%20da.%20Dos%20griots%20aos%20Gri%C3%B4s_a%20import%C3%A2ncia%20da%20oralidade%20para%20as%20tradi%C3%A7%C3%B5es%20de%20matrizes

%20africanas%20e%20ind%C3%ADgenas%20no%20Brasil_0.pdf acesso em 15.06.2016.
Diário da Manhã. **Mestre Batista.** Disponível em: http://diariodamanhapelotas.com.br/site/culturas-populares-ministerio-premia-grio-baptista/ acesso em 19.06.2016.
GRIÔ. **O que é Griô?** Disponível em: http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-grio/, acesso em 19.06.2016.
INFOPÉDIA. **Crioulização.** Disponível em: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/crioulizaC3%A7%C3%A3o acesso em:10.06.2016.
OFICINA: **Griô de Roda de Samba**. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1457893534236347&set=rpd.100000471435980&type=3&theater acesso em 19.06.2016.
PRICE, Richard. O milagre da crioulização: retrospectiva, **Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 25, nº 3 (2003), pp. 383-419 disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a02v25n3 .pdf acesso em 13.02.2014.
UNESCO. **Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural,** 1972. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf .
UNESCO. **Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794, acesso em 10.06.2016

AS ADOLESCENTES NEGRAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DE SUAS IDENTIDADES NA PERIFERIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO – RS

Flavia Acosta Duarte[1]
Marcus Vinicius Spolle[2]

Introdução

Segundo o Censo Demográfico de 2010, Santana do Livramento conta com uma população negra de 20%, de um total de 82.464 mil habitantes. É importante ressaltar que, segundo o Estatuto de Igualdade Racial: "a população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça, usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga".

Os números indicam uma presença representativa da população negra na cidade de Santana do Livramento. Isso se deve ao passado escravista, que, segundo Jane Rocha de Mattos (2010), já no ano de 1858, os dados populacionais indicavam uma população de livres de 1598, 67 libertos e 803 escravos, na cidade de Santana do Livramento. Mesmo assim, não se percebe, claramente, a inclusão dos mesmos na sociedade santanense. Quero dizer que, quando refletimos com relação a todos os setores de serviços em geral, oferecidos nesta cidade, a presença desta população negra não é facilmente encontrada, especialmente as mulheres.

[1] Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Castelo Branco – UCB (2013), especialização em Pesquisa pela UNIFRA (1996) e mestranda em Sociologia pela UFPel. E-mail de contato: flavicaacosta@gmail.com
[2] Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP (1986), mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP (2001) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2010). Professor e coordenador adjunto da pós graduação em Sociologia da UFPel. E-mail de contato: sociomarcus@gmail.com

De 1999 a 2013, lecionei na cidade supracitada, especialmente nos bairros mais afastados do centro, e pude perceber que os negros estavam localizados basicamente nas periferias e as próprias famílias não os incentivavam a buscar uma melhor qualificação. Nas escolas de subúrbio em que lecionei, não foi verificado nenhum tipo de incentivo nem por parte da família, nem do meio social e muito menos da escola. Por isso, as políticas afirmativas podem ajudar a mudar esse quadro por estarem voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras (Gomes, 2011).

A criança quando nasce, nasce em um lar e sua família é tudo que ela conhece. Desta socialização a criança leva consigo sua autoestima alta ou baixa dependendo do lhe foi passado e de que maneira. A criança negra pode já levar com ela o estigma que sua família lhe transmitiu. Seu segundo contato com o mundo acaba sendo quase sempre a escola. Esta, assim, torna-se parte da sua socialização, onde a escola cumpre um papel importante na construção da identidade da criança, especialmente a negra quando está já carrega uma identidade negativa projetada em sua família. A escola, a partir das ações afirmativas, viria a fortalecer a importância da cultura e da identidade das crianças e adolescentes negras. O cotidiano das relações sociais no Brasil é exposto de forma racializada, por exemplo, numa série de dados estatísticos sobre desigualdade de acesso a recursos sociais como escolaridade, emprego, ocupação de postos de trabalho. (ANJOS, 2008)

Dos Anjos (2008) coloca que "A sociedade brasileira não apenas carrega estruturalmente desigualdades legadas pela escravidão, como também leva seus membros a ativamente reproduzirem, ainda hoje, práticas discriminatórias de forma sistemática e amplamente despercebidas".

Segundo o mesmo autor, o negro está sujeito aos efeitos do estigma que transforma marcas de fenótipo, desde o cotidiano de preconceitos de professores e colegas na escola primária, passando pelos efeitos cotidianos da mídia, a formação secundária e profissional sem referenciais negros até o ingresso nos campos específicos de concorrência profissional recheados de mecanismos

de seleção negativa. Nos negros, a percepção intuitiva do funcionamento do racismo limita realisticamente as expectativas com relação a concorrências em níveis sociais mais elevados (o que se conforma na chamada que fazem dominantes e dominados para o ajustamento das expectativas negras no nível do lugar de negro). Mais ainda do que a ausência de capital econômico, cultural e social, as trajetórias negras carregam uma herança (negativa) que se reproduz continuamente, a qual é o destino na forma como ele é socialmente construído e incorporado. Isto é, uma criança negra que não vê nenhum médico negro nas novelas e não tem nenhum parente médico dificilmente poderá desenhar para si um destino de médico.

Há uma desigualdade na distribuição de expectativas de ascensão social. Um candidato negro a um emprego, que sabe que *a boa aparência* ainda conta, mesmo que isso não esteja no anúncio oficial, tende a desistir realisticamente de candidaturas mais ousadas para a estrutura e volume de capitais de que dispõe, deixando o acesso livre a candidatos brancos exclusivamente. (ANJOS, 2008, p. 21)

Nilma Lino Gomes (2011) aponta a educação brasileira como um espaço onde ainda persistem as desigualdades sociais e raciais. Daí a importância do Estado adotar políticas e práticas de superação do racismo e da desigualdade racial, nas escolas do ensino fundamental e médio.

Por tudo isso, o estatuto da Igualdade Racial (Lei número 12.288, de 2010) destina-se a garantir à população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos e individuais, coletivos ou difusos. Além disso, busca combater a discriminação racial e qualquer outra forma de intolerância étnica. De acordo com este estatuto, (atualizado em 25/3/2014), nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta obrigatoriedade também aparece na lei 10.639/2003. Segundo o que consta no estatuto, os professores terão a formação inicial e continuada oferecida pelo órgão executivo e a elaboração de

material didático específico para o cumprimento do disposto no caput do artigo.

A pesquisa tratará sobre a construção da identidade das adolescentes negras, mas, para isso, tratará também da identidade racial, das ações afirmativas, de gênero, do racismo, do racismo institucional e da educação. Esta pesquisa busca mostrar como vários fatores se entrelaçam e como se fazem presente na construção das identidades.

Segundo BRAH (1996), "a classe se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida para categorias específicas de mulheres". (BRAH, 1996, p. 342)

A proposta desta pesquisa é tentar compreender como as adolescentes negras das escolas públicas da periferia de Santana do Livramento constroem suas identidades e como esta construção pôde ter sido influenciada por ações afirmativas como a implementação da lei 10.639/03 ou por ações promovidas pelo movimento negro santanense, bem como compreender como as mesmas lidam com o racismo.

O problema desta pesquisa, ou seja, como está acontecendo esta construção da identidade das adolescentes negras no meio social da escola poderá trazer, também, uma visão de como a lei 10.639 está participando desta construção na periferia de Santana do Livramento e suas consequências em um âmbito geral. Com isso, vários caminhos podem ser traçados e aprimorados.

Para BRAH (1996), "as estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como "variáveis independentes" porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela". (BRAH, 1996, p. 351)

Seguindo as ideias de Brah, esse trabalho reconhece a importância de unirmos racismo, gênero e classe, partes que as vezes são estudadas separadamente, com o intuito de entendermos melhor se naquela realidade social transformações estão acontecendo ou simplesmente está sendo reafirmada a estrutura social vigente. Para a mesma autora a procura por grandes teorias

que especifiquem as interconexões entre racismo, gênero e classe foi bem menos do que produtiva. Melhor construí-las como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto. (BRAH, 1996, p. 353)

A construção da identidade da criança e da adolescente negra é um somatório de experiências e para contribuir de forma saudável deve-se ter conhecimento e vontade, pois mudanças fazem-se necessárias e com elas pode-se superar o racismo, o preconceito e a discriminação que sofrem os negros na sociedade brasileira. Faz parte de uma luta, "luta para tornar os negros percebidos como agentes, como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual, atributos negados pelo racismo moderno". (GIRLOY, P., 2001, p.40)

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é verificar como está sendo construída a identidade das adolescentes negras no meio social escolar nas escolas estaduais da periferia de Santana do Livramento e como elas lidam com o racismo.

Os objetivos específicos são:

_analisar se o meio social escolar fortalece a construção da identidade negra de maneira positiva ou o racismo institucional;

_identificar como e se está sendo implementada a lei 10.639 e com que tipo de programação;

_ verificar junto ao movimento negro santanense as atividades desenvolvidas por eles e a sua relação com a comunidade escolar e em geral;

_verificar como as alunas estão assimilando o processo de construção de suas identidades, como lidam com o racismo e as ações afirmativas; _averiguar de que forma as adolescentes saem da escola com relação à suas perspectivas de mudanças e mobilidade social.

Hipóteses

Sendo assim, este trabalho levanta as seguintes hipóteses:
1. A construção das identidades das adolescentes negras acontece dentro do meio escolar a partir de relações de racismo institucional;
2. A implementação da lei 10. 639 se dá de forma burocrática, sem um ano letivo especifico programado não possibilitando ações que fortaleçam a auto estima;
3. As alunas percebem pouca mudança social ou de comportamento depois da implementação da lei no seu espaço escolar;
4. As alunas não percebem o espaço social escolar como formador ou participante ativo de uma construção pessoal e social, e sim como um espaço de racismo institucional;
7. As adolescentes negras terminam o ensino médio com poucas perspectivas de mudanças e mobilidade social vinculada a uma baixa auto-estima.

Metodologia

Esta pesquisa será feita em Santana do Livramento, em escolas estaduais de diferentes bairros da cidade.

Os dados estatísticos de 2013, fornecidos pela Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul, revelam que Santana do Livramento conta com um total de 77 estabelecimentos de ensino, sendo 25 estaduais, 01 federal, 37 municipais e 14 particulares.

Os pesquisados deste projeto serão as adolescentes negras do último ano do ensino médio da rede estadual de ensino, selecionadas entre as escolas que já estão implementando a lei nº 10.639, pois a referida lei terá um papel importante nos resultados desta pesquisa. Também serão entrevistados diretores, professores e participantes do movimento negro santanense. Será feita uma pesquisa qualitativa e os instrumentos serão entrevistas com as adolescentes negras, assim como com diretores, professores e participantes do movimento negro. A intenção será

usar como amostra as escolas que trabalham com um maior número de alunos no ensino médio.

A primeira parte constará de três etapas onde serão feitas as entrevistas semi-estruturadas. Na primeira etapa, a entrevista será com as diretoras para saber como a escola participa da construção de identidades e se houve alguma mudança ou algum tipo de treinamento para a implementação da lei anteriormente citada e, caso afirmativo, como está sendo feito para que a ação afirmativa seja cumprida efetivamente. Na segunda etapa, os representantes do movimento negro santanense serão entrevistados sobre o mesmo tema em questão e para saber da reação e participação das alunas nas atividades oferecidas pelo movimento.

Para finalizar, na terceira etapa, serão colhidos depoimentos de alunas para saber como elas entendem este processo de construção de suas identidades, como lidam com o racismo, como compreendem o espaço social escolar e como está repercutindo os novos temas que constam da lei entre elas.

Referências

ANJOS, José Carlos dos. "A categoria raça nas Ciências Sociais e nas políticas publicas no Brasil". In: Santos, José dos; CAMISOLÃO, Rita de Cassia e LOPES, Vera Neusa (Org.). **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes**: contribuição para uma educação anti-racista no cotidiano escolar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

BHABHA, Homi. ***O* local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

COSTA, Sergio. **Dois Atlânticos. Teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1972.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino (Org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÂES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÂES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LEITE, Marcia P., **Preconceito racial e racismo institucional no Brasil: algumas reflexões**
http://www.circulopalmarino.org.br/2012/05/preconceito-racial-e-racismo-institucional-no-brasil-algumas-reflexoes/

MATTOS, Jane R. Jane rocha de Mattos **"Basília, Felicidade e Belisaria": Fragmentos da escravidão em Santana do**

Livramento/RS
http://www.webartigos.com/artigos/basilia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937/

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto, quanto branco: estudos de relações raciais no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiróz, 1983

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVERIO, Valter R. **O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora**. São Paulo: REVISTA USP, n.42, p. 44-55, junho/agosto 1999

SPOLLE, M. V. **A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação racial nas trajetórias de vida**. 160f. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Sociologia, UFRGS, 2010.

A CONTRIBUIÇÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA DAS MULHERES TRABALHADORAS

Kênya Jessyca Martins de Paiva[1]

Introdução

O século XX foi caracterizado por uma série de conflitos e mudanças no que tange os destinos e direitos das pessoas, especialmente quando o assunto são as mulheres, já que este foi um período marcado por agitações sociais que permitiram a conquista de muitas vitórias e a colocação de questionamentos sobre as normas vigentes. As modificações trazidas com a estrutura capitalista que têm como uma das características a industrialização, fizeram aflorar no seio das sociedades a consciência da desigualdade entre os gêneros, as mulheres mesmo trabalhando tal quais os homens e não recebiam (e ainda em muitos casos permanecem sem receberem) o salário igual a eles, não tinham direito a estudar, nem direitos trabalhistas e políticos, e ainda utilizadas culturalmente como principais trabalhadoras domésticas, estavam numa posição de subalternas na pirâmide hierárquica das relações.

Como resultado da tomada de consciência tivemos ao longo da história a presença de fortes movimentos que reivindicaram os direitos igualitários na esfera de trabalho, da politica, do lar, do corpo e da vida social como um todo. Os movimentos feministas são, sobretudo, movimentos políticos cuja meta é conquistar a equidade de direitos entre homens e mulheres, garantindo assim a participação plena das mulheres na sociedade de forma equivalente à dos homens. Na década de 1960, a publicação do livro O Segundo

[1] Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão/RS e mestranda em História do Tempo Presente pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Campus Florianópolis. Email: kenya.paiva@hotmail.com

Sexo, de Simone de Beauvoir, viria para entusiasmar os movimentos feministas na medida em que defende que a hierarquização dos sexos não é uma questão biológica, como estudiosos tentaram comprovar, mas sim fruto de uma construção social. As reivindicações advindas dessas novas reflexões, além da busca pela igualdade de direitos incorpora a discussão acerca das raízes culturais da desigualdade entre os sexos da sociedade patriarcal, exigindo assim que esses novos olhares fossem introduzidos nos estudos históricos, a fim de rever e analisar a situação das mulheres como agentes de suas vidas e protagonistas de suas histórias.

Estereótipos de gênero, tal como os papeis atribuídos às mulheres, como a dedicação à vida doméstica e aos familiares, auxiliaram para que se relacionasse o feminino como apto à domesticidade, como se fosse algo natural e intrínseco a todas as mulheres, logo as que não seguissem essa expectativa social estariam agindo de forma errada e não seriam exemplos às outras. Enquanto que para os homens o espaço de prestígio e de poder era o público, às mulheres estavam confinadas a permanecerem em seus lares ou então cumprindo tarefas dentro e fora de casa. Este confinamento tido como natural era o que hierarquizava as relações entre os sexos, tornando assim, mais eficaz a dominação masculina (BIROLI, 2014, 32).

Nas fábricas e nas indústrias as mulheres pobres eram mão de obra barata dentro do processo de exploração pela divisão sexual do trabalho formal. Com outros grupos de mulheres, como as mulheres trabalhadoras da pesca o que ocorre não é diferente, apesar delas desempenharem funções que exijam esforço e tempo de trabalho, a pesca sempre foi reconhecida como um campo de trabalho e de poder dos homens. Toda bibliografia encontrada sobre o trabalho das pescadoras faz menção ao seu papel de cuidadora da prole e da casa, fato que seria um dos motivos para a maior parte delas não acompanharem os companheiros nos rios/mares/lagoas para realizar a pesca em si. A elas caberia realizar outros papeis que não comprometessem o culturalmente imposto como prioritário: o de doméstica.

Este trabalho tem por objetivo fazer um breve levantamento bibliográfico acerca da consolidação do campo de estudo conhecido como História das Mulheres, na qual teve papel importante por colocar as experiências das mulheres, especialmente as das classes mais pobres, antes praticamente invisíveis na história, como centrais no processo do saber histórico. Posteriormente, será realizada uma passagem pela historiografia das mulheres no mundo do trabalho, considerando os estudos que focaram e teorizaram primeiramente as mulheres operárias, suas resistências, suas lutas, suas dificuldades, suas vivências dentro e fora das fábricas, para compreendemos um pouco de como se deu o processo de consolidação do campo de estudo que cuida de analisar historicamente a temática da história das mulheres.

Mulheres e a Historiografia: apontamentos gerais

As mulheres nem sempre estiveram presentes na escrita da História, além de serem consideradas não aptas para se tornarem historiadoras, também foram excluídas durante um longo período da historiografia, fazendo com que parecessem ser um grupo sem voz ativa nem importância para o saber histórico. A vertente historiográfica caracterizada pela busca linear, imparcial e contínua de fatos, conhecida como Positivismo, no século XIX alimentou uma dupla exclusão das mulheres na academia: "de um lado, porque (...) associa exclusivamente o político ao público, elegendo, portanto os homens como únicos protagonistas; de outro, porque veda às mulheres o acesso a profissão". (GONÇALVES, 2006, p. 52).

Nesse período, os relatos de cronistas eram em grande parte para retratar a beleza e as virtudes das mulheres ou então, para exibir o caráter nefasto e escandaloso de suas vidas, o que reforçava visões generalistas sobre as manifestações sociais delas no tempo e espaço (PERROT, 2007, p. 13). Ainda assim, o século XIX não foi de todo perdido em relação às mulheres, o campo designado como Antropologia Histórica ajudou a traçar variações nas explicações tradicionais já que colocou a família, as relações de parentesco, de sexualidade e o feminino como destaque, como o

foi em 1877 no livro de Lewis Henry Morgan "*A sociedade antiga*". Isso foi importante porque trazer o debate sobre família se torna crucial quando se quer falar das desigualdades entre os gêneros, visto que é no âmbito familiar que ocorre a conexão entre as relações de poder na esfera doméstica e nas outras esferas da vida social. (MIGUEL; BIROLI. 2014, p. 47).

Com os Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre rompem com algumas estruturas tradicionais que direcionava os olhares apenas aos heróis, inauguravam-se aí novas condições para o estudo de costumes e experiências de pessoas comuns, que outrora não eram consideradas importantes para o saber histórico, com esse movimento se "propõe um alargamento do campo da história [...] acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas os costumes..." (DOSSE, 1994, p. 54). Nos anos 1970, com a Nova História – terceira geração dos Annales, os estudos sobre as mulheres ganharam muita força. O foco histórico no que acontecia no mundo do trabalho e em suas opressões capitalistas auxiliou na percepção de que também havia mulheres no mercado de trabalho, de modo que a participação feminina nesses espaços não poderiam mais passar despercebidas, ainda mais que suas relações não caminhavam apenas para o trabalho em si, agora além de operárias de indústrias, muitas eram também militantes do movimento operário e forjaram suas lutas com estratégias de resistência frente as práticas machistas. (GONÇALVES, 2006, p.58)

O surgimento da História das Mulheres como campo de estudo nas Ciências Humanas e Sociais foi o resultado de lutas dentro e fora do ambiente acadêmico que passaram a por em xeque os modelos morais socialmente aceitos, como valores conservadores que impunham às mulheres a posição de subalternas do espaço doméstico e com isso se passou a questionar também o papel central que os homens tradicionalmente ocupavam nas narrativas históricas.

Os Annales tiveram uma contribuição fundamental para a inserção das mulheres aos debates históricos, especialmente porque auxiliaram a direcionar as pesquisas antes voltadas

imensamente ao político para o social, colocando em lócus questões sobre a família, maternidade, prostituição, a sexualidade, a vida privada como um todo, dando uma resposta então as manifestações feministas que já estavam reivindicando o lugar das mulheres no mundo e na história. (SILVA, 2008, p. 224).

Para a historiadora Matos, o problema em voga é que não bastava adicionar as mulheres no seio de uma narrativa pronta, "quer mostrando que elas atuaram e atuam tanto quantos os homens, quer destacando as diferenças de uma cultura feminina" (2013, p. 7) como foi feito durante algum tempo por historiadoras e historiadores, mas sim, perceber as multiplicidades que envolvem os saberes e a atuação das mulheres, sem entregar a análise às visões essencialistas que generalizam as vivências de modo simplista, pois o estudo da história das mulheres não veio tão somente para contribuir com a história geral, as mulheres têm e sempre tiveram história, se não faziam parte do campo acadêmico era porque não eram vistas como necessárias num sistema patriarcal onde o homem sempre foi o centro da terra.

A existência de questões étnicas, sociais, culturais, raciais e econômicas faz com que nos atentamos à multiplicidade de mulheres que se diferenciam pelas suas relações de poder e prestígio na sociedade, o que resulta na afirmativa de que não se pode falar em um grupo homogêneo, é preciso especificar sobre quais mulheres estamos falando. Considerando isso, do ponto de vista metodológico foi preciso fazer um esforço investigativo para introduzir novas fontes que pudessem dar conta de inserir aquelas vozes ainda escondidas, que não pertenciam aos espaços de protagonismo, onde era facilmente encontradas documentações para pesquisa. Seguindo nessa direção, as análises sobre a atuação das mulheres como sujeitos ativos das próprias histórias vieram para retirar os mitos, crenças e estereótipos compartilhados como verdades absolutas, ao mesmo tempo, na tentativa de reforçar a visibilidade feminina, se caiu na mesma linha tradicional de colocar as mulheres ora como vítimas, num processo linear de lutas e vitórias, ora como heroínas (MATOS, 2013, p. 6).

No Brasil, de acordo com Margareth Rago desde os anos 70 emergiu um feminismo organizado que reunia mulheres das

camadas médias, em sua maioria intelectuais cansadas de serem colocadas como sombras dos homens fadadas a auxiliar o crescimento masculino, seja no público ou no privado. A partir de então começam a aparecer revistas, estilo as norte-americanas, com viés feminista e marxista que aqueciam o debate sobre a sexualidade, o corpo e o prazer feminino. Além dessas revistas, houve também aquelas de cunho classista, voltadas as mulheres pobres evidenciando a importância da luta das trabalhadoras para romper com as opressões no mundo do trabalho (RAGO, 2006, 867 - 869). Uma década depois, segundo Silva é que as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres foram tomando espaço no Brasil, a maioria delas marcadas pela "dialética da dominação *versus* opressão" (SILVA, 2008, p. 227).

Com a inserção de novos métodos e abordagens que incluem o uso de história oral, da memória, de arquivos particulares e públicos têm sido possível visualizar as múltiplas faces das mulheres e suas atuações no mundo, desprendendo-se assim da perspectiva inicial que era estabelecer as ações sempre em contraste com as práticas dos homens, isso tem nos ajudado a pensar nelas como seres particulares, *nem como santas, nem como putas*, dentro de uma esfera maior da sociedade. As análises com enfoque nas relações de gêneros possibilitaram uma maior concentração sobre as identidades masculinas e femininas e suas construções temporais e espaciais.

História do trabalho das mulheres

Para iniciar as abordagens sobre as mulheres no mundo do trabalho, contrariando o mito de que as mulheres não trabalhavam antes do processo de industrialização, vamos defender a premissa de que, as mulheres das classes populares - independente do tempo e espaço em que se deram suas atuações - sempre fizeram parte do trabalho no lar e fora do lar, como cozinheiras, costureiras, babás, professoras, operárias, vendendoras, camponesas, e outros vários encargos que permitiam a subsistência de suas famílias.

Segundo Souza-Lobo observa-se na América Latina uma visível divisão entre trabalho masculino, o dito formal e o feminino,

dito informal. Essa diferenciação se daria porque as mulheres têm as tarefas reprodutivas que as faz conciliar tarefas domésticas e emprego remunerado, este fator as colocaria sempre em oposição aos homens. A autora enfatiza também a problemática do trabalho doméstico, este é sempre realizado pelas mulheres e apesar de gerar esforços e ser uma competência que implica compromisso e responsabilidade, não é compreendido na sociedade como um trabalho (SOUZA-LOBO, 1991, p. 167).

Flavia Biroli adverte para uma reflexão sobre os entraves que as mulheres passam para adentrar no mercado de trabalho remunerado, pois o que se oferece a elas são uma dupla/tripla jornada, já que não se retira das mulheres o papel de rainha do lar, a busca de posições de maior autoridade, crescimento no trabalho e outras questões estão intimamente ligadas ao tempo que "a mulher despende no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica". Por causa do trabalho realizado pelas mulheres, os homens têm a possibilidade de usufruir mais tempo livre, o que lhes permite alcançar outros níveis hierárquicos no trabalho, haja vista que não se espera deles a ocupação prioritária com tarefas do lar e do cuidado de filhos/familiares. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.35).

O espaço do lar e a família foram representados como lugares por excelência femininos, enquanto que no espaço público, como o trabalho remunerado e a política, se constituía como local das potencialidades masculinas na História. Por muito tempo, o relato histórico colocou as mulheres na invisibilidade, visto que as vivências delas em grande parte estavam ligadas ao ambiente privado, e por consequência disso, não obtinham a valorização de suas experiências por não estarem sendo forjadas na esfera pública. De acordo com Saffioti (2004, p. 89 - 90) a evolução do trabalho foi marcada, dentre outras questões, pela modificação da estrutura familiar, "as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer a sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa", a autora expõe que em qualquer dos casos a posição das mulheres em relação a discriminação social pelo gênero é de marginalidade.

A introdução massiva das mulheres e crianças no mercado de trabalho em muitos países se deu com a I e II Guerra Mundial

(1914 – 1918 e 1939 – 1945), quando os homens passaram a ser convocados para as batalhas e as mulheres foram necessárias para assumir os negócios da família (no caso das classes médias/altas) ou a trabalharem em serviços fora do lar (classes populares), como por exemplo, na operação das máquinas em indústrias, como comerciantes, cozinheiras, etc.

No Brasil, de acordo com os dados levantados pela pesquisadora WAJNMAN, em 1950 havia cerca de 10% de participação feminina no mercado de trabalho, representando 12% da População Economicamente Ativa (PEA), cinquenta anos depois a mão de obra aumenta para 43%. (2006, p. 77). O crescimento da escolaridade entre as mulheres também teve o crescimento, tornando a escolaridade média superior a dos homens, somada a redução numérica de filhos pelas brasileiras, que de 6,2 em 1950, para 2,4 em 2000, como salienta a autora citada, fazem parte de uma conjuntura de mudanças no comportamento das mulheres e das famílias. (2006, p. 78). Por mais que tenha tido uma continuidade significativa de mulheres no mercado de trabalho, "ao tomar como modelo o trabalho regular, contínuo e remunerado segundo as regras da economia de mercado (...) os Censos e as PNADs não medem adequadamente a contribuição econômica das mulheres para a sociedade" (BRUSCHINI, 1998, p. 24), fator este fez com que por algumas décadas o trabalho das mulheres fosse tornado invisível até que nos 1980 o IBGE respondendo as críticas reformula o questionário colocando questões mais específicas sobre o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres. Isso é importante porque permite aos pesquisadores uma maior gama de fontes para as análises sócio-históricas do mundo trabalhista.

A presença de uma nova identidade feminina durante o processo histórico marcado por lutas feministas e necessidade de mão de obra para diferentes serviços são indicadores para a entrada definitiva das mulheres em atividades economicamente produtivas. Ainda na pesquisa de WAJNMAN, vemos o quanto há um prolongamento das tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres no mercado de trabalho, visto que a maioria delas estão inseridas em profissões ligadas ao ato de cuidar, tais como

"atividades domésticas, de serviços sociais, serviços pessoais, educação, saúde, alojamento, alimentação" (2006, p. 86).

Segregação ocupacional, crescente desemprego, menor possibilidade de ascensão de carreira, de acordo com o IBGE ano-base 2014, apesar do aumento real do rendimento feminino, elas ganham em média 68% a menos que eles[2], mesmo que sejam mais escolarizadas, as mulheres estão sub-representadas nos empregos de alta remuneração e excessivamente representadas em trabalhos de baixa remuneração, isso sem contar com as disparidades de desigualdades entre as próprias mulheres, considerando principalmente questões como raça. Todos esses problemas nos fazem refletir sobre as dificuldades que ainda hoje, pleno século XXI, as mulheres trabalhadoras sofrem.

Considerações finais

Já vimos que a relação entre família e mulheres está no bojo das discussões e se revelam como fundamentais para tratar dos assuntos de história, gênero e trabalho. Historicamente homens e mulheres tiveram atribuições específicas que cada cultura conferiu como caraterístico a seu gênero, mulheres ficaram ligadas ao espaço do lar, consequentemente, da família, enquanto que aos homens caberia ocupar o espaço público, onde a tomada de decisões e participação na política seria um dos focos.

Isso também é refletido na desigualdade no mundo do trabalho que ocorre ainda nos dias atuais e nos convida a refletir sobre a função social que a universidade, com seus pilares formados pelo ensino, pesquisa e extensão, têm para contribuir na inserção do enfoque sobre as temáticas que envolvem as mulheres. Desse modo, se caminhará para a potencialização da figura das mulheres como trabalhadoras e protagonistas de suas vidas, percebendo também as múltiplas identidades que perpassam pela raça, classe e gênero como fatores que podem responder à

[2] Disponível em http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2747. Acesso realizado em janeiro de 2016.

questões sobre a manutenção de poder de determinados grupos sobre outros, as desigualdades entre os gêneros e as etnias.

Referências

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/ Edunesp, 1997.
DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1993.
DOSSE, François. A História em migalhas: dos annales à Nova História. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.
ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
GONÇALVES, Andréa Lisly. História & Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
MALDONADO, S. C.. Pescadores do mar. São Paulo: Ática, 1986.
MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e das relações de gênero: Campo Historiográfico, trajetórias e perspectivas. Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.
MIGUEL, Luis Felipe e BIROLLI, Flavia. Feminismo e Política. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
MORANT, Isabel (dir.). Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI, v. IV. Madrid: Catedra, 2006.
PERROT, Michelle. Minha história das mulheres (1ª ed., pp. 190). (A. M. S. Corrêa, Trad.). São Paulo: Contexto, 2007.
RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.
SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.
SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (ORG). A escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
WAJNMAN, S.. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: Marta Porto (org.). Olhares femininos, mulheres brasileiras. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006, v. 4, p. 77-108.

COTAS RACIAIS: DIREITO OU PRIVILÉGIO? A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE UMA IES

Sabrina Hax Duro Rosa [1]

Introdução

Pretendemos trazer à luz, com este trabalho, a necessidade que há de um esclarecimento maior sobre como se constitui a Lei de Cotas e por que as Cotas Raciais são importantes no Brasil, um país que se diz multicultural. O senso comum é de que as cotas raciais servem para menosprezar a capacidade intelectual dos negros, pardos e índios, como veremos na discussão dos dados. Não há uma reflexão sóciohistórica e sóciocultural por parte da sociedade na busca de evidências que nos levem à compreensão da necessidade de ações afirmativas efetivas como a Lei 12.711.

Se somos um país multicultural precisamos ter este multiculturalismo na educação, o que, segundo Moreira e Candau (2013, p.7):

> Envolve a natureza da resposta que se dá nos ambientes e arranjos educacionais, ou seja, nas teorias, nas práticas e nas políticas. Multiculturalismo em educação envolve, ainda, um posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente, sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados.

É desta clareza que precisamos para que todos e todas possam entender a necessidade de ações políticas as quais, mesmo que brandamente, mudam o rumo educacional e, por conseguinte, pessoal e profissional dos estudantes negros e negras que

[1] Mestre em Linguística Aplicada pela UCPEL (2003) e doutoranda pela mesma Instituição. Professora de Línguas Inglesa e Portuguesa no IFRS Câmpus Rio Grande. sabrina.rosa@riogrande.ifrs.edu.br

ingressam pelas cotas raciais nas Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais.

Abordaremos temáticas que embasam nosso pensamento teórico para, a partir dele, relacionarmos às experiências vivenciadas em nossa prática docente no IFRS Câmpus Rio Grande. Em seguida, explicaremos a metodologia aplicada para a coleta de dados a fim de respondermos nossa inquietação: qual a percepção dos estudantes ingressantes no IFRS Câmpus Rio Grande a respeito das cotas raciais? Partimos, então, para uma análise crítica dos resultados e, finalmente, fornecemos as nossas considerações finais acerca do estudo desenvolvido.

Referencial Teórico

O racismo no Brasil

Acreditamos, ingenuamente, que não há racismo no Brasil, pois consideramos nosso país multicultural e multiracial. Acreditamos também que nós mesmos não somos racistas. No entanto, o racismo ainda é forte demais e ele está tão entranhando nas veias humanas que parece acompanhar os gens do homem de geração a geração. Ele está nas piadas, ele está nos dizeres populares, ele está nas atitudes, mesmo quando são fenômenos ditos "de brincadeira". Muitos de nós temos atitudes racistas "inconscientemente", sem percebermos.

Quando a pergunta é "Você é racista?" a resposta logo vem com força e certeira: "Não". Se todos, ou a grande maioria, se dizem não racistas por que há tanta discriminação ainda hoje em nosso país? Segundo Pataki (2005, p.14): "Atualmente, inimizades racistas e correlatas e as doutrinas que as alimentam são raramente demonstrados abertamente". Esse racismo velado é que acaba por construir um mal-estar cultural que passa de pai para filho.

A questão das tensões raciais no Brasil ganhou força a partir de 1970 por esforço do movimento negro e pelos resultados de dados coletados pelo Instituto Brsileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros, que demonstraram que

> a população negra em relação a outros grupos de outro pertencimento étnico-racial, de forma recorrente, possui os piores indicadores de acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, e estão, em contrapartida, super-representados quando a referência é violência, morte na adolescência, miséria. (FILICE, 2011, p.79)

Esse é um quadro que demanda tempo para mudar e que só mudará com educação e políticas públicas que permitam a inserção da população negra num tropo da sociedade que lhe foi negado.

Há uma vertente de estudiosos das ciências sociais que não utiliza o termo "raça" por existir apenas uma raça humana biologicamente falando e por acreditar que esse termo vem com uma carga ideológica negativa; outra vertente prega a utilização do termo justamente para repensar criticamente todo o fardo que carregaram aqueles que sofreram e ainda sofrem preconceitos por sua cor. Barbujani (2007) diz que "raça" é mais uma invenção humana e, além disso, existem diferentes conceitos de raças no mundo.

> Só para dar um exemplo, na África do Sul do apartheid, os chineses eram considerados asiáticos e os japoneses brancos. Portanto também não pára de pé a pretensão de que os genes, ao fim e ao cabo, sugerirão a existência de grupos que se assemelham mais ou menos às raças que todos conhecem; precisamente porque não existem raças que todos conhecem, e sim grupos definidos com bases nas sensibilidades culturais, e estas variam. (BARBUJANI, 2007, p. 147)

Pois então, se não houvesse essa categorização humana, essa "invenção", não teríamos as Cotas Raciais e não devemos ser ingênuos já que politicamente a definição de "raça" nos está servindo no momento.

Magnoli (2009, p.15) alega que "raça é, precisamente, a reinvindicação de um gueto". Por meio desse gueto é que nos manifestamos através de culturas compartilhadas e laços que nos conectam a um passado. O autor ainda afirma que "a mensagem do multiculturalismo é que o princípio da igualdade pode ser uma bela

declaração, mas a realidade verdadeira é formada pelas diferenças essenciais entre as coletividades humanas".

Steve Biko, um dos criadores da Organização dos Estudantes Sul-Africanos e importante figura nas décadas de 60 e 70, vê o termo "negritude" como uma forma de exaltar a luta pela dignidade e pela "autoconsciência" dos negros. Daí a importância de usar a palavra "negro" e popularizá-la para descrever-se e descrever todos que são negros. Bianca Santana (março, 2016, p. 40), diz: "Sou negra há menos de um ano. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol". Isso porque ela conta que sua mãe queria "embranquecê-la" e só como adulta percebeu-se como negra. Segundo Biko (*apud*. MAGNOLI, 2009, p. 78) usar outros termos, que não "negro" implicava em "converter os brancos numa referência geral de identidades [...] enquanto o termo 'negros' designaria não uma raça, mas a condição de opressão compartilhada pela maioria dos sul-africanos".

Conforme Melià (2013) a pele é a primeira variável que eu enxergo ao ver o outro. A pele é o que me atrai ou me causa repulsa no outro. No caso da Lei de Cotas, não é o aluno pobre branco que é imediatamente identificado como cotista e sim o negro, sendo ele pobre ou não, cotista ou não, pois é por meio de sua pele que a marca da necessidade de um "reparo", da necessidade de "ajuda" é notada.

De acordo com os dados da Secretaria de Combate ao Racismo/CUT expostos na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR, a partir dos dados do Censo 2010 (IBGE) entre os principais dados sobre a distribuição da população brasileira considerando o critério de cor/raça, o que

> chama a atenção é o crescimento da população que se autodeclarou preta ou parda de 1996 para 2010 - de 44,1% para 51%. Esse crescimento está relacionado com a visibilidade que tem sido dada à temática racial nos últimos anos possibilitando as pessoas que reformulem questões relacionadas às suas identidades.

Tomaremos, portanto, parte no grupo de estudiosos (BLUM, 2005; GUIMARÃES, 2009; FILICE, 2011) que utilizam o termo

"raça", com o intuito de repensar as questões sócioculturais, religiosas, linguísticas e nacionais, as quais, na essência de suas diferenças, geram inimizades, preconceitos e fomentam as desigualdades entre os seres, independentemente de todos estarmos cientes de que biologicamente falando, somos de uma única raça: a humana. Porém, como alguém já falou um dia: "Não nascemos humanos, tornamo-nos humanos!".

A Lei 12.711 ou Lei de Cotas ou Lei de Reserva de Vagas

O Ministério da Educação foi criado em 1930, no governo de Getúlio Vargas e, desde então a Educação Brasileira passou a ser organizada em forma de lei por meio da Lei de Diretrizes e Bases, tendo seu surgimento e veiculação na Constituição de 1934. A LDB tratava, e ainda trata, apenas da estrutura organizacional das escolas brasileiras e nosso sistema era carente de formas de leis que contemplassem questões mais complexas como o acesso à educação pública por parte de sujeitos que, de uma forma ou de outra, estão marginalizados na nossa sociedade devido a sua classe social, raça ou condição física.

> A educação atual peca ao não prepará-lo [o sujeito] para a agressão de que ele está destinado a ser objeto. Ao lançar os jovens na vida com uma orientação tão incorreta, a educação procede como se munisse com roupas de verão e mapas dos lagos do norte da Itália pessoas que farão uma expedição polar. (FREUD, 2014, p.163-164).

E é isso que é feito com o aluno cotista negro ao lhe apresentarem um caminho de luz, cheio de positividades com o possível ingresso na educação superior pública, mas ninguém o conduz, não lhe orientam. Ele necessita de uma mão disposta a lhe apontar meios de chegar ao final de seu ciclo acadêmico com sucesso. O que lhe oferecem é uma Lei para ingressar no Ensino Médio Profissionalizante dos Institutos Federais ou nas Universidades, mas nenhum tipo de apoio durante seu desenvolvimento socioeducacional dentro da Instituição.

É dever da sociedade e do governo promover políticas educacionais, sociais e culturais que amenizem a marginalização

pela qual homens negros e mulheres negras têm sido relegados. As Instituições de Ensino Superior sempre tiveram uma autonomia para elaborarem e estabelecerem suas normas de ingresso dos estudantes aqui no Brasil. Segundo Frias (2012, p. 130): "[...] 180 instituições públicas de ensino superior brasileiras (incluindo universidades, faculdades e institutos federais e estaduais) [já] ofereciam algum tipo de ação afirmativa a pobre, negros e indígenas". Mas, a partir do momento em que a Lei No 12.711 foi sancionada pela presidente Dilma Roussef, uma padronização para o ingresso de estudantes nas Instituições de Ensino Superior foi iniciada conforme segue (Diário Oficial, agosto de 2012):

> Art. 4o As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
> Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.
> Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
> Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no **caput** deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

A Lei No 12.711 veio para democratizar a Educação Pública de nível superior no Brasil. A maioria da população não sabe exatamente do que trata esta Lei e no Câmpus Rio Grande isso não

é diferente. A comunidade necessita de esclarecimentos para que haja um melhor entendimento do que está acontecendo.

Lembrar a questão histórica e cultural que carregamos no nosso país é importante para compreendermos o quão significativo são as cotas sociais e raciais. Nunca obtivemos uma igualdade, de fato, seja entre homens e mulheres, entre negros e brancos ou entre ricos e pobres. As diferenças são discrepantes no que diz respeito ao tratamento desses indivíduos em lugares públicos ou privados.

Em 1988 a Assembleia Constituinte Ordinária consagra a igualdade como o mais importante princípio garantidor dos direitos individuais. A palavra "igualdade" pode nos levar a crer que todo o tratamento deva ser igual a cada indivíduo. No entanto, "para cada situação encontrada como injusta e discriminatória, deve o Direito, por meio da lei, promover a equiparação dos desiguais, atendendo, dessa forma, o princípio constitucional da igualdade" (JÚNIOR *et al*, 2006, p. 14).

Com o histórico que temos no Brasil, sendo o nosso país o último da América Latina a abolir a escravidão, é mais que compreensível que homens negros e mulheres negras tenham suporte para resgatarem sua dignidade e se tornarem mais fortes por meio da educação.

De acordo com Júnior *et al* (2006, p. 28):

> O Brasil é a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria. Em 2002, cerca de 170 milhões de indivíduos que compunham a população brasileira, 54% se declaram brancos, 45,3% se declaram pretos ou pardos, 0,46% amarelos e 0,16% índios. Os negros representam 64% da população pobre e 69% da população indigente.

Os dados citados acima revelam as marcas profundas deixadas pela escravidão, já que a estatística também nos aponta que 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos estão na Universidade, enquanto apenas 2% dos jovens negros dessa mesma faixa etária estão no ensino superior.

No IFRS Câmpus Rio Grande os índices não são diferentes, pois a maioria dos estudantes é branca. De acordo com pesquisa

feita pela Assistência Estudantil do por todo o Câmpus do IFRS Câmpus Rio Grande no final de 2013 – primeiro ano em que aconteceu o ingresso pela Lei de Cotas – dos 588 alunos que responderam ao questionário se autodeclararam branco 74%, pardo 12%, negro 11%, amarelo 2% e indígena 1%.

O racismo está presente tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento. Entretanto, segundo Lampert (1998, p.138): "alguns têm lançado mão de dinâmicas para eliminar/amenizar problemas decorrentes dessa problemática". Talvez o ingresso nas Universidades e Institutos Federais por meio das cotas raciais seja uma das alternativas encontradas pelo Governo Brasileiro para minimizar a diferença social e cultural que sempre serviu de abismo entre brancos e negros.

Miguel Arroyo (2013, p. 270) destaca dois quadros apresentados na educação em tempos de exclusão. Um quadro de desolação, no qual "a impossibilidade de pensar em qualquer projeto educativo" persiste, pois nele cada sujeito "se vira, se torna empregável, sobrevive" como pode e por sua conta. É um quadro em que o autor nos leva a refletir se "é possível ainda pensar que há educabilidade nesses processos tão brutais". Paralelamente, o outro quadro destacado por Arroyo nos mostra que "há sujeitos humanos se construindo; sindicatos preocupados com esses sujeitos, que têm uma história insubstituível; que têm sido, junto com os momentos sociais os grandes sujeitos educadores das últimas décadas".

Segundo Arroyo, estamos na fase de humanização ou de desumanização. O que temos que fazer como educadores é oferecer para crianças, jovens e adultos, formas de humanização dentro do espaço escolar. O que esses sujeitos "procuram é recuperar a humanidade que lhes foi roubada [e] se cumprirmos essa função como educadores, teremos cumprido uma função histórica diante da exclusão social e cultural" (2013, p.272-273).

O(A) aluno(a) cotista negro(a): a resiliência em questão

O que nos perguntamos é se hoje o aluno cotista negro se tornou resiliente, já que vivemos numa sociedade dividida entre os

que apoiam a Lei de Cotas e os que a enxergam como mais um dispositivo para segregação, humilhação e preconceito racial. A questão da não aceitação das cotas raciais por parte da sociedade, gera um desconforto nos alunos que ingressam na Instituição por meio dessa ação afirmativa e isso pode acarretar muito mais transtorno para que eles se adaptem à nova Instituição e à nova realidade em que se encontram.

No entanto, além de estar respaldado pela Lei de reserva de vagas, o aluno pode também encontrar aporte no direito de resistência, pois "o direito de resistência, entendido como garantia individual ou coletiva regida pelo direito constitucional, está à serviço da proteção da liberdade, da democracia e também das transformações sociais [...]" (BUZANELLO, 2001, p.11). Temos uma questão de transformação social clara no ingresso desses estudantes à Universidade ou Instituto Federal.

O direito de resistência não deve ser pensado apenas como uma questão política, pois vai muito além assumindo "relevância como um instrumento privilegiado na interlocução com a realidade social" (BUZANELLO, 2001, p.12) e isso demonstra justiça perante o texto constitucional. Se a comunidade negra perceber que ao longo das décadas foi moralmente desrespeitada e enxergar reparos políticos e sociais, tais como a Lei de Cotas, como uma forma de inserí-la num tropo da sociedade que lhe foi negado, ela estará resistindo e lutando pelo seu direito a esse espaço sóciocultural.

A comunidade negra não deve apenas assistir o que a comunidade branca decide para suas vidas, pois assim continuaremos de forma camuflada no passado de opressão. A comunidade negra deve, sim, lutar pelos seus ideais, pelo seu espaço e essa luta deve ter por fim um sentimento positivo para que vivam bem e progridam sem que as marcas do racismo, das opressões e das desigualdades lhes impessam de viver a vida de forma mais leve, numa resiliência plena.

Isso não quer dizer, como Fanon (2008, p.27) tão bem trata, que o branco deva ficar "fechado na sua brancura" e "o negro na sua negrura", mas encontrarmos formas de não gerarmos duplos

narcisismos e "trabalharmos para a dissolução total desse universo mórbido".

Atentamos para o que nos diz Raquel Souza Lobo Guzzo (2015, p. XII): "Não se pode confundir resiliência com incapacidade de reagir". A questão fundamental dentro da resiliência são as atitudes tomadas pelo sujeito após um dado sofrimento. Ser resiliente é ter a "capacidade de superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo e inalterado" (ANTUNES, 2012, p.316) e tem seu lado positivo, pois o sujeito consegue (sobre)viver diante dos fatores extremos e negativos de forma que encontra forças para ficar "bem", ao seu modo, e obter um neodesenvolvimento pessoal.

Devemos considerar a ecologia do entorno do aluno cotista negro para identificarmos os fatores externos que promovem (ou não) o neodesenvolvimento interno. Cyrulnik e Cabral (2015, p. 27) dizem que os recursos internos

> são desenvolvidos nos chamados períodos sensíveis: os primeiros anos de existência, a puberdade, o estado de paixão, as crises identitárias ou os momentos de desterritorialização de espaços existenciais (Guattarri & Rolnik, 1999), além dos movimentos transfrerenciais com professores, médicos, parceiros amorosos ou terapeutas. Estão aí as chances de reconstrução desse estilo, a partir da internalização de novas experiências, que poderão produzir uma mudança de posição subjetiva, o que, por sua vez, corresponderia a novas possibilidades de construir novas bases de segurança. É esse o espaço no qual se pode operar uma mudança significativa: um espaço de crise, de abertura e sensibilidade.

Temos os alunos cotistas negros no seu período sensível, pois eles estão na adolescência – fase de crises identitárias fortes – e num momento de desterritorialização de espaço existencial – eles estão agora dentro de uma nova instituição. São muitas as mudanças e, se este aluno não se sentir acolhido, há grandes possibilidades de uma experiência traumática, impedindo seu bom desenvolvimento e seus estudos. Por isso, temos o papel dos professores como grandes aliados a esse desenvolvimento das

subjetividades desses alunos porque estão mais próximos deles dentro da Instituição, além dos colegas de sala.

Se a questão racial já é um "problema", a questão de gênero é ainda um somatório à carga de preconceitos sofrido pelas mulheres negras. Berenice Bento (2015, p.13) afirma que: "Quando os marcadores gênero e raça são cruzados, encontramos as mulheres negras como as ocupantes dos níveis mais inferiores da estratificação social brasileira". A realidade é tão dura que vem de um histórico que diz que "as raças inferiores [negros] representavam o tipo 'feminino' das espécies humanas e as mulheres representavam a 'raça inferior' de gênero" (STEPAN, 1994, p. 75) posto que a mulher e o negro eram vistos como mais "primitivos", "conservadores" e "inferiores".

Segundo Grada Kilomba (2016, p. 15):

> Os estereótipos de gênero são sempre baseados em estereótipos raciais. O mito da mulher negra sexualizada, o mito da mulher muçulmana oprimida e o mito da mulher branca emancipada se cruzam sempre com os mitos e estereótipos raciais e de gênero, portanto, são elementos que não podemos separar.

Ela conta que uma amiga, antropóloga e feminista, negava-se a concordar em políticas públicas baseadas na noção de raça e isso é comum de se ver. Seguidamente vemos defensores de grupos minoritários levantarem sua bandeira sem olhar os que se encontram na mesma situação e que, juntos, somariam forças. Eles travam uma batalha solitária, na qual deveria ser em conjunto já que, no fundo, estão conectadas.

De acordo com Guzzo (2015, p. XV) a resiliência "pode ser, sem dúvida, um caminho importante para entender como fortalecer pessoas e grupos para a superação de problemas sociais e enfrentamento à opressão e exploração a que vivemos submetidos, muitas vezes sem a necessária consciência dessa condição". Os estudantes cotistas negros não têm consciência ou preferem fazer que não vêem a opressão e preconceito por trás das piadas e dos chamamentos de colegas que se utilizam de uma suposta

"intimidade" para agressões verbais. Cyrulnik e Cabral (2015, p.19) dizem que:

> ou a pessoa passa a viver uma vida tensionada e, por meio do mecanismo psíquico da clivagem, gastando grande parte de sua energia para se proteger das invasões e agressões do mundo (para sobreviver, ela precisa colocar em ação mecanismos para se adaptar à dor – física ou psíquica – e conviver com a impossibilidade de compartilhar com os outros a intensidade de uma vivência incomunicável), ou então encontra condições, oferecidas pela forma como seu traumatismo é tratado pelo ambiente, de realizar um processo de resiliência, de retomar suas possibilidades de investimento no cotidiano e de criação de novas oportunidades de viver.

A Instituição de Ensino deve se preparar para oferecer essas novas oportunidades de vivência a fim de colaborar para a formação plena de seus alunos, seja através de Núcleos ou Departamentos que discutam temáticas de interesse para o bem estar e bem viver dos seus estudantes, seja pela ação individual dos professores em sala de aula.

Para os estudantes cotistas raciais que estão, em geral, vulneráveis, a escola junto de seus professores e servidores, servem como instrumentos de apoio à reconstrução das suas subjetividades. Se esses agentes elaborarem estratégias que visem dar um suporte para os alunos, suas adaptações a essa nova fase da vida serão, provavelmente, mais brandas e mais bem-sucedidas.

Metodologia

A fim de verificarmos qual a percepção dos ingressantes sobre as cotas raciais, coletamos os dados, por meio de um questionário sem identificação pessoal, misto (perguntas abertas e fchadas), que foi respondido por 216 alunos de todas as turmas de 1º ano do Ensino Médio Integrado do IFRS Câmpus Rio Grande.

As questões fechadas eram para identificar: 1- o sexo; "masculino" ou "feminino" (pois aqui não discutiremos gênero e, sim,

a questão de relação binária); 2 – a auto-declaração se "índio(a)", "branco(a)", "negro(a)" ou "pardo(a)"; 3 – se ingressou pelas cotas: "sim", "não" e "não sei"; 4 – em caso afirmativo sobre a questão anterior porque "cursou integralmente o ensino médio em Escolas Públicas", "é oriundo de família com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo" e além de um desses fatores, "auto-declarou-se pardo, negro ou índio". A questão de número 5 tinha como pergunta "Você é a favor das cotas raciais?" e demos três possibilidades de respostas: "Sim. Por quê?", "Não. Por quê?" e "Não me sinto em condições de opinar. Por quê?".

Fizemos, a partir do questionário, a tabulação dos dados das respostas fechadas de todos os informantes (216) e uma análise discursiva crítica das respostas abertas das respondetes do sexo feminino, perfazendo 91 análises que serão sumarizadas no presente trabalho.

Análise e discussão dos dados

Tabela 1: Total de estudantes e sua posição sobre as cotas raciais

TOTAL DE ESTUDANTES	216	
A favor das cotas	44	20,37%
Contra as cotas	111	51,39%
Não se sente capaz de opinar	61	28,24%

Mais da metade dos estudantes (51,39%) são contra as cotas raciais o que demonstra um alto índice de resistência quanto à forma de ingresso de cotistas raciais numa escola tipicamente "branca", já que temos um total de 158 estudantess que se autodeclararam brancos contra 58 que se autodeclararam negros, pardos ou índio. Há, ainda, uma grande percentagem de alunos (28,24%) que não se sente capaz de opinar e isso confirma a necessidade de os estudantes e a comunidade, em geral, receberem maiores informações e esclarecimentos sobre como funciona a Lei 12.711.

A percentagem de estudantes a favor das cotas raciais ainda é muito pequena (20,37%) e este quadro precisa ser mudado.

Tabela 2: Total de estudantes do sexo masculino e sua posição sobre as cotas raciais

MASCULINO	A FAVOR DAS COTAS RACIAIS	CONTRA AS COTAS RACIAIS	NÃO SE SENTE CAPAZ DE OPINAR
Negro	4	4	4
Pardo	6	13	3
Branco	17	50	23
Índio		1	
TOTAL	**27**	**68**	**30**
PERCENTAGEM	21,60%	54,40%	24%
Total estudantes	125		

O posicionamento dos estudantes do sexo masculino é de ser contra as cotas (54,40%) e aí encontra-se a metade dos negros e pardos (17 de um total de 34) e o único rapaz que se autodeclarou índio também é contra as cotas raciais. 7 negros e pardos não se sentem capazes de opinar, enquanto apenas 10 (dos 34 negros e pardos) se dizem a favor das cotas raciais.

Tabela 3: Total de estudantes do sexo feminino, sua autodeclaração racial, sua condição cotista, não cotista ou não sabe e sua posição sobre as cotas raciais

FEMININO e Condição de ingresso	A FAVOR DAS COTAS RACIAIS	CONTRA AS COTAS RACIAIS	NÃO SE SENTE CAPAZ DE OPINAR
Cotista negra		1	2
Não cot. negra		1	1
Não sabe negra	1		
Cotista parda	1	3	6
Não cot. parda	1	3	1
Não sabe parda			2
Cotista branca	11	15	6
Não cot. branca	3	18	13
Não sabe branca		2	
TOTAL	17	43	31
PERCENTAGEM	18,68%	47,25%	34,07%
Total estudantes		91	

A Tabela 3 apresenta a tabulação dos dados coletados no questionário respondido pelo sexo feminino, contendo: 3 cotistas negras, 2 não cotistas negras, 1 negra que não sabe se é cotista, 10 cotistas pardas, 5 não cotistas pardas, 2 pardas que não sabem se são cotistas, 32 cotistas brancas, 34 não cotistas brancas, 2 brancas que não sabem se são cotistas. Temos um total de noventa e uma (91) estudantes respondentes do questionário.

Temos somente 17 estudantes a favor das cotas raciais sendo apenas 1 negra e 2 pardas, pois as demais são brancas; 31 não se sentem em condições de opinar, tendo neste grupo 3 negras e 9 pardas; e 43 são contra as cotas, inclusive 1 cotista negra e 1 não cotista negra e 3 pardas cotistas e 3 pardas não cotistas.

O número elevado de alunas negras e pardas contra as cotas racias demonstra o quão frágil estão essas adolescentes em

assumirem suas identidades e seus direitos. Temos o exemplo, já citado, de Bianca Santana (2016) que conta ter passado sua infância e toda sua adolescência sendo "enbranquecida" por sua família, seus colegas e professores e que só na universidade, sua fase adulta, enxergou-se negra.

Como vimos, este é um período sensível para todos adolescentes e para as meninas negras e pardas ele se torna ainda mais difícil, pois a cultura do IFRS vem de um legado machista com cursos voltados para o público masculino e branco.

As jusificativas de serem contra as cotas racias são: a) diminuirem ainda mais o negro; b) ligarem o conceito de cor da pele à inteligência e à capacidade; c) privilegiarem os negros em detrimento aos brancos; e d) gerarem mais desigualdades.

Positivamente, as jusificativas versam sobre as cotas raciais: a) pagarem uma dívida histórica e social com os negros; b) atenderem a população negra que é a mais marginalizada / pobre; c) darem uma chance de educação para as raças excluídas.

O número das estudantes que não tem um posicionamento a respeito ainda é maior do que onúmero a favor (31 contra 17). Inclusive, algumas responderam com muita consciência, demonstrando a importância dada ao assunto e ratificando o que falamos sobre a necessidade de informar sobre a Lei, conforme a resposta de uma das alunas: "Sinto que devo receber mais informações sobre as cotas antes de decidir meu ponto de vista ".

Considerações finais

Discutimos, por meio de referências, a questão de "raça", a Lei 12.711 e a resiliência – tão necessária para o neodesenvolvimento dos estudantes e, principalmente, das estudantes, que passam por transtornos e preconceitos velados quando ingressam no IFRS pelas cotas raciais.

Apesar de uma percepção ainda que incipiente necessitando, num trabalho futuro, fazermos uma entrevista com roteiro semiestruturado com grupo focal de estudantes negros cotistas para analisar se são ou não resilientes, podemos aferir com o teor das respostas fornecidas que a resiliência não parece estar

presente no subjetivo dos alunos e das alunas negras. Eles mesmos não defendem seus direitos e isso pode estar acontecendo porque eles próprios querem "embranquecer"; querem se misturar à branquitude que a Instituição de Ensino Superior representa. A esse respeito, Bell Hooks (1992, p.2) diz que

> sem uma forma de dar nome a nossa dor, nós também ficamos sem as palavras para articular nosso prazer. De fato, uma tarefa findamental dos críticos pensadores negros tem sido o esforço para quebrar o modo hegemônico de ver, pensar, e ser que bloqueia nossa capacidade de nos vermos em oposição, imaginarmos, descrevermos, e nos inventarmos em forma que são libertadoras. Sem isso, como podemos desafiar e convidar não-negros aliados e amigos para se atreverem a olhar para nós de forma diferente , para se atreverem a quebrar o seu olhar colonizador ? (tradução nossa)

Pudemos observar que a percepção dos alunos é de que as cotas raciais são um privilégio que estudantes negros, pardos ou índios têm em detrimento aos brancos e, como vimos, esta não é a opinião isolada de estudantes brancos, o que torna o assunto ainda mais delicado. Para que os alunos alcancem uma compreensão mais ampla e mais profunda, necessitamos trazer ao debate as questões apresentadas aqui e, é claro, ampliar as discussões porque falar da identidade, da subjetividade, do ser negro num mundo no qual prevalece a hegemonia branca, é essencial.

Referências

ANTUNES, Celso. *Na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel. *Educação em tempos de exclusão*. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. Ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2011. p. 270-279.

BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. Tradução: Rodolfo Ilari. Sâo Paulo: Contexto, 2007.

BENTO, Berenice. *Determinismo biológico revisitado: Raça e Gênero*. In: Revista Cult No 198, ano 18, fevereiro de 2015, p.12-14.

BUZZANELLO, José. *Direito de resistência*. Santa Catarina. Revista Sequência. V. 22, n. 42, 2001. P.9-28. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/15391/13974. Acesso em: 14/03/2016.

BLUM, Lawrence. *O que as explicações de "racismo" causam?*. In: LEVINE, Michael P. e PATAKI, Tamas (org.) Racismo em mente. Tradução: Fábio Assunção Lombardi Rezende. São Paulo: Madras, 2005, p. 71-94.

COIMBRA, Renata Maria e MORAIS, Normanda Araújo de (orgs.). *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CYRULINK, Boris e CABRAL, Sandra. *Resiliência: ações pela reinstauração de um futuro*. In: COIMBRA, Renata Maria e MORAIS, Normanda Araújo de (orgs.). A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2015. p.19-36.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILICE, Renídia Cristina Garcia. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FREUD, Sigmund. (2014). *O mal estar na cultura*. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM.

FRIAS, Lincoln. *As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?* In: Direito, Estado e Sociedade. N. 41. Jul/dez. 2012. p. 130-156. Disponível em: http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf Acessado em 12 de janeiro de 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009, 3ª edição.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. Resilência, um conceito contraditório: a importância do debate. In: COIMBRA, Renata Maria e MORAIS, Normanda Araújo de (orgs.). *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. XI-XV.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOOKS, Bell. *Black looks: race and representation*. South End Press Boston, MA, 1992.

JÚNIOR, Mauro Roberto Bom *et al. O princípio da Igualdade e o Sistema de Cotas no Brasil.* Cadernos de Direito, Pelotas: EDUCAT, 2006.

KILOMBA, Grada. Entrevista concedida a Helder Ferreira In: Revista Cult, No. 211. Aabril de 2016. Ano 19, p. 12-15.

LEVINE, Michael P. e PATAKI, Tamas (org.) *Racismo em mente*. Tradução: Fábio Assunção Lombardi Rezende. São Paulo: Madras, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. 1.ed.2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MELIÀ, Bartolomeu. *Usos y abusos del concepto de interculturalidad em um mundo fragmentado*. UNILA, 7 noviembre 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTANA, Bianca. *Essas mulheres*. In: Revista Cult, No. 210. Março 2016. Ano 19. São Paulo, p. 40-41.

SECRETARIA de Combate ao Racismo/CUT . Disponível em: http://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/1fcd516c53da22deaee03e41c795da50/file/dados-20-20-20-20-20-20-20populacao-20negra-20no-20brasil-20-20populacao.pdf. Acessado em 03/01/2016.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: O papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

A coordenação do evento não é responsável pelo conteúdo dos textos apresentados nestes anais. Os conteúdos são de responsabilidade dos/as respectivos/as autore/as dos trabalhos.

I SIMPÓSIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE:

DEBATENDO IDENTIDADES

Numa iniciativa do Observatório de Gênero e Diversidade e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel, este Simpósio tem como objetivo fortalecer um espaço amplo de intercâmbio onde investigadoras/es, estudantes, ativistas, militantes e demais profissionais, assim como a população interessada no tema, possam aproximar e fazer dialogar experiências entre si, com o intuito de fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e demais identidades sexuais e de gênero.

ISBN 978-85-464-0341-7

EBOOK - P

Realização:

Observatório de Gênero e Diversidade | UFPel

UFPEL

NO CENTRO DE UMA OUTRA HISTÓRIA

PREC

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura